UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

RELAÇÕES DE PODER, POLÍTICAS E CONFLITOS TERRITORIAIS: A NEGAÇÃO DE DIREITOS DOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES NA COSTA CARIBE NICARAGUENSE – AMÉRICA CENTRAL

Helen Catalina Ubinger

Manaus-Amazonas

2020

HELEN CATALINA UBINGER

RELAÇÕES DE PODER, POLÍTICAS E CONFLITOS TERRITORIAIS: A NEGAÇÃO DE DIREITOS DOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES NA COSTA CARIBE NICARAGUENSE – AMÉRICA CENTRAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, como requisito para a obtenção do título de Doutor.

Orientador:
Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno De Almeida

Manaus

2020

Ficha Catalográfica

Ubinger, Helen Catalina
U15p Relações de poder, políticas e conflitos territoriais: a negação de direitos dos indígenas e afrodescendentes na Costa Caribe nicaraguense – América Central / Helen Catalina Ubinger. 2020
479 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Alfredo Wagner Berno de Almeida
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Movimento Indígena. 2. Mobilização Étnica. 3. Conflitos Territoriais. 4. Relações Políticas e de Poder. 5. Estado. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

HELEN CATALINA UBINGER

RELAÇÕES DE PODER, POLÍTICAS E CONFLITOS TERRITORIAIS: A NEGAÇÃO DE DIREITOS DOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES NA COSTA CARIBE NICARAGUENSE – AMÉRICA CENTRAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, como requisito para a obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

_____
Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

_____
Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

_____
Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Universidade Federal do Pará-UFPA

_____
Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins
Universidade Estadual do Maranhão-UEMA

DEDICATÓRIA

This thesis is dedicated to all those who sacrificed themselves so we could be here today…

Esta tese é dedicada àqueles que se sacrificaram para que possamos estar hoje aqui...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) por ter-me concedido a bolsa de estudos. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, por me oportunizar a realização desta pesquisa doutoral.

Agradeço ao *Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies* (LLILAS), da *University of Texas at Austin* (EUA) pela possibilidade de realizar estudos de intercâmbio e cooperação técnico-científica, assim facilitando um diálogo com diversos professores desta instituição e, sobretudo, acesso ao acervo da *Nettie Lee Benson Latin American Collection Library*, o que contribuiu de modo significativo para aprofundar a pesquisa e à conclusão da presente tese de doutorado.

Às Professoras Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Cynthia Carvalho Martins, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Iraildes Caldas Torres e ao Professor Davi Avelino Leal, por aceitarem participar da banca composta para avaliação da tese e por contribuírem na reflexão intelectual do respectivo tema abordado.

Ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA, pois minha experiência neste âmbito de pesquisa foi fundamental para elaborar este estudo, especialmente a interação com o coordenador e orientador desta pesquisa doutoral, Professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida. Agradeço-lhe pela orientação e por me instigar a pensar criticamente sobre diversos fenômenos sociais e de procedimentos em campo.

Gostaria de agradecer profundamente todas as pessoas *Creole, Garífuna* e indígenas da Região Autônoma da Costa Caribe Sul-RACCS, especialmente aqueles do Território *Pearl Lagoon*, do Território *Rama* e *Kriol*, assim como da capital Bluefields, que facilitaram minha entrada de campo, proporcionando-me condições para obter informações fundamentais sobre a dinâmica política-territorial na Região Autônoma e no que diz respeito ao Canal Interoceânico, durante as primeiras visitas ao Caribe nicaraguense.

Do mesmo modo, ao todos os *campesinos* do *Consejo Nacional en Defensa de nuestra Tierra, Lago y Soberania*, pela ajuda em elaborar esta pesquisa e pela confiança, ao permitirem que eu os acompanhasse durante algumas atividades da mobilização anti-canal.

Ao todos os intelectuais da *Academia de Ciencias de Nicaragua*-ACN, da *Universidad Centroamericana*-UCA e aqueles do *Grupo Cocibolca* com os quais dialoguei inicialmente para construir este estudo.

Sou extremamente grata aos indígenas *Miskitu* do Território *Wangki Twi-Tasba Raya* pela receptividade e auxílio nas atividades de pesquisa em campo, enquanto residia nas suas comunidades *Wisconsin, Esperanza-Río Wawa, Santa Clara* e *Francia Sirpi*: obrigada pela confiança, hospedagem e proteção, sobretudo, por compartilharem suas experiências e compreensão sobre as situações de conflitos que vivem.

Obrigada aos indígenas *Mayanga* da comunidade *Awas Tingni*, de maneira especial aos líderes *comunales* e *territoriales*, por terem me recebido e por possibilitar conhecer sua realidade diante as disputas territoriais que enfrentam, assim como dialogar com os *mestizos-campesinos* irregularmente assentados no Território *Amasau*.

Agradeço aos *campesinos* da comunidade *Sahsa*, do Território *Tasba Pri*; aqueles do município de Rosita, e das comunidades "Mojon" e "San José de Arawas", que compartilharam suas perspectivas e me receberam nas suas casas, mormente aqueles que me guiaram e providenciaram as condições para chegar a estas localidades distantes.

Aos advogados e técnicos do *Centro por la Justicia y los Derechos Humanos de la Costa Atlántica de Nicaragua* (CEJUDHCAN), pois suas orientações e ajuda certamente foi fundamental, no intuito de realizar a investigação empírica, num contexto social complexo.

Quero agradecer o professor Milton Zamora e a todas as pessoas, intelectuais e entidades envolvidas neste estudo, da Região Autônoma da Costa Caribe Norte-RACCN, os quais facilitaram minha aprendizagem sobre seu modo de vida, sua cultura, sua luta, sobretudo, seu conhecimento referente ao problema social em questão.

E sou muito grata aos meus anfitriões – as famílias interétnicas *Miskitu*, *mestiza* e *Creole*, que me forneceram amizade e hospedagem em Bilwi-Puerto Cabezas.

Obrigada aos *Miskitu* da *Mosquitia* hondurenha, incluindo aqueles da MASTA, por me acolherem, dividirem suas experiências comigo, até mesmo por me guiarem até a *Mosquitia* nicaraguense, auxiliando-me em iniciar o trabalho de campo na RACCN e fazer os primeiros contatos com os *Miskitu* nicaraguenses. A relação entre estes indígenas em ambos os lados das fronteiras nacionais (Honduras-Nicarágua) foi excepcionalmente relevante à compreensão da sua cultura e luta étnica.

Agradeço imensamente aos meus queridos familiares e amigos: Catalina Lacen, Robert H. Ubinger, Lisa Ubinger, Heather H. Valencia, Andrezinho F. Cruz, Gláucia Baraúna, Walter R. Torrez e Delmis Torrez, pelo apoio moral e intelectual. Sem a presença destas pessoas na minha vida, teria sido impossível concluir esta investigação e tese doutoral.

RESUMO

Esta tese faz uma discussão etnográfica a respeito dos conflitos político-territoriais e das relações de poder na Região Autônoma da Costa Caribe Norte e Sul, na Nicarágua, América Central. Tais relações são estreitamente vinculadas ao Estado da Nicarágua e demonstram sua posição frente aos direitos territoriais e à autodeterminação dos povos indígenas e dos chamados "afrodescendentes" que habitam esta região. Para analisar a dinâmica dessas relações, um levantamento de dados etnográficos foi realizado, referente ao megaprojeto conhecido como o *Gran Canal Interoceánico*, principalmente os impactos socioambientais que este terá sobre esses povos caribenhos, além dos chamados "*campesinos*" de outras regiões nicaraguenses. No intuito de aprofundar a discussão, que também têm uma ligação direta com a etapa demarcatória classificada como o *saneamiento* territorial, uma investigação antropológica mais detida em campo foi efetivada no Caribe Norte, no território pertencente ao povo indígena *Miskitu*, denominado *Wangki Twi-Tasba Raya*, especificamente nas quatro comunidades indígenas *Wisconsin, La Esperanza-Río Wawa, Santa Clara* e *Francia Sirpi*. Isto devido à situação de conflitos mais tensos neste território, que chama a atenção às violências extremas incitadas entre indígenas e não indígenas por disputas territoriais. Uma circunstância que evidencia a negação do Estado, no que concerne garantir e acionar as leis etnicamente diferenciadas, que abrangem os direitos fundamentais dos povos oriundos da Costa Caribe nicaraguense. O estudo, do mesmo modo, visa abordar uma perspectiva interdisciplinar, utilizando de instrumentos analíticos da antropologia, sociologia, história, geografia e da ciência política, com o objetivo de refletir sobre o movimento indígena e mobilizações étnicas nas Américas, especialmente na América Central.

Palavras-chave: Movimento Indígena. Mobilização Étnica. Conflitos Territoriais. Relações Políticas e de Poder. Autonomia. Estado.

ABSTRACT

This thesis presents an ethnographical discussion about political-territorial conflicts and power relations in the North and South Caribbean Coast Autonomous Region of Nicaragua, Central America. Such relations are closely tied to the State of Nicaragua and demonstrate its position before territorial rights and the self-determination of the Indigenous peoples and so-called "Afro-descendants" that inhabit this region. In order to analyze the dynamics of these relationships, ethnographical data was collected in reference to the megaproject known as the *Gran Canal Interoceánico* (Inter-oceanic Canal), primarily the socioenvironmental impacts that it will have on those Caribbean peoples, as well as the so-called *campesinos* from other Nicaraguan regions. With the intent to deepen the concerning ethnographical discussion, which is also directly connected to the demarcation stage classified as the *saneamiento* (territorial "sanitation"), a more prolonged anthropological investigation in the field was conducted in the North Caribbean Region, in the territory that belongs to the *Miskitu* indigenous people, titled *Wangki Twi-Tasba Raya*, specifically in the indigenous communities *Wisconsin, La Esperanza-Río Wawa, Santa Clara* and *Francia Sirpi*. This was because of the more intense situation of conflict in this territory, which calls attention to the extreme violence instigated between indigenous and non-indigenous peoples due to territorial disputes: a circumstance that shows State negation in regard to taking action through and guaranteeing ethnically differentiated laws, which encompass the fundamental rights of the peoples originally from the Nicaraguan Caribbean Coast. This study also approaches the data collected from an interdisciplinary perspective, based on analytical instruments used in anthropology, sociology, history, geography and political science, with the objective of reflecting about the indigenous movement and ethnic mobilizations in the Americas, especially in Central America.

Keywords: Indigenous Movement. Ethnic Mobilization. Territorial Conflicts. Political and Power Relations. Autonomy. State.

LISTA DE SIGLAS

ACN	*Academia de Ciencias de Nicaragua*
ALBA	*Alianza Bolivariana para los Pueblos de América*
ALPROMISU	Aliança para o Progresso dos *Miskitu* e *Sumo*
APIAN	*Alianza de Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de Nicaragua*
BICU	*Bluefields Indian & Caribbean University*
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CALPI	*Centro de Asistencia Legal a Pueblos Indígenas*
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CEJUDHCAN	*Centro por la Justicia y los Derechos Humanos de la Costa Atlántica de Nicaragua*
CENIDH	*Centro Nicaragüense de Derechos Humanos*
CIDCA	*Centro de Información y Documentación de la Costa Atlántica*
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIDT	Comissão Intersetorial de Demarcação e Titulação
CLS	*Consejos de Liderazgo Sandinista*
CONADETI	Comissão Nacional de Demarcação e Titulação
Corte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CSE	Conselho Supremo Eleitoral
CSJ	Corte Suprema de Justiça
CxL	*Ciudadanos por la Libertad*
ESIA	*Environmental and Social Impact Assessment*
FDN	*Fuerza Democrática Nicaragüense*
FINZMOS	*Federación de Indígenas y Nativos de la Zona Segovia Mocorón*
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
GCCB	*Comunidad Negra Creole Indígena de Bluefields*

GRACCN	Governo Regional Autônoma da Costa Caribe Norte
GTI	Governo Territorial Indígena
GTR-K	Governo Territorial *Rama* e *Kriol*
HKND	*Hong Kong Nicaragua Development Group*
INAFOR	Instituto Nacional Florestal
INETER	Instituto Nicaraguense de Estudos Territoriais
MAGFOR	Ministério Agropecuário de Estudos Territoriais
MARENA	Ministério do Ambiente e Recursos Naturais
MASTA	*"Muskitia Asla Takanka"/ Unidad de la Mosquitia*
MEFCCA	*Ministerio de la Economía Familiar, Comunitaria, Cooperativa y Asociativa*
MIFAMILIA	*El Ministerio de la Familia, Adolescencia y Niñez*
MINSA	Ministério de Saúde
MISURASATA	*Miskitu, Sumo, Rama* e Sandinistas unidos
MRS	*Movimiento Renovador Sandinista*
NICARIBE	*Programa de Desarrollo de los Sistemas Productivos, Agrícolas, Pesqueros y Forestal en Territorios Indígenas de la RAAN y RAAS –*
OTR	Oficina de Titulação Rural
PDDH	Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos
PGR	Procuradoria Geral da República
PLC	*Partido Liberal Constitucionalista*
PLI	*Partido Liberal Independiente*
PN	Polícia Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODEP	*Programa de Ordenamiento de la Propiedad*
RACCN	Região Autônoma da Costa Caribe Norte
RACCS	Região Autônoma da Costa Caribe Sul
SOLCARSA	*Sol del Caribe, S.A.*

UCA	*Universidad Centroamericana*
UNO	*Unión Nacional Opositora*
URACCAN	*Universidad de las Regiones Autónomas de la Costa Caribe Nicaragüense*
YATAMA	"*Yapti Tasba Masraka Nanih Aslatakanka"*/ *Hijos de la Madre Tierra*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

A construção do objeto de pesquisa 17

O mapeamento do campo a partir da *Mosquitia* hondurenha 34

O "Sihkru Tara": entre a Mosquitia hondurenha e nicaraguense 39

Os desafios da investigação e trabalho de campo: alguns aspectos da construção da pesquisa 44

Alguns instrumentos analíticos 51

Apresentação dos capítulos da tese 58

CAPÍTULO 1 − CONTEXTUALIZAÇÃO DA DINÂMICA POLÍTICA DA NICARÁGUA E DA REGIÃO AUTÔNOMA DA COSTA CARIBE 63

Breve histórico: da "Revolução" até o Caribe 66

A Costa da Mosquitia: formas de colonização culturalmente diferenciadas 69

O processo de territorialização durante o regime Somoza 74

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e a mobilização étnica 75

Outros governos nacionais, *mestizo-céntricos* 84

A dinâmica das políticas orteguistas 88

A crise política 100

CONCLUSÃO 103

CAPÍTULO II − O CANAL INTEROCEÂNICO: UM EXEMPLO DAS FORMAS DE DOMINAÇÃO POLÍTICA E ESTATAL, INSTALADAS A PARTIR DO MODELO ORTEGUISTA 106

A mobilização contra a construção do Canal Interoceânico 114

As Marchas em oposição ao Canal Interoceânico: Bluefields e Managua 117

A perspectiva dos *Creole/Kriol* e indígenas da RACCS a respeito dos problemas sociais vinculados ao Canal Interoceânico e o processo de *saneamiento* 125

CONCLUSÃO 140

CAPÍTULO III – A REGULARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E ÉTNICOS: A LEI NO° 445 E O *SANEAMIENTO* 141

O caso *Awas Tingni* vs. Estado da Nicarágua, como precursor da Lei N° 445 142

A criação da Lei N° 445 – Ley del Régimen de Propiedad Comunal: sua relevância e os desafios à sua efetivação 146

A aliança entre FSLN e YATAMA 150

A perspectiva dos defensores de direitos humanos e outros intelectuais da RACCN, referente aos conflitos sociais vinculados ao processo demarcatório 152

CONCLUSÃO 171

CAPÍTULO IV – O *MANUAL DE PROCEDIMIENTO PARA LA IMPLEMENTACIÓN DE LA ETAPA DE SANEAMIENTO*: A MOBILIZAÇÃO ÉTNICA EM PROL DO *SANEAMIENTO* E A NEGAÇÃO DO ESTADO 173

CAPÍTULO V – A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NO CARIBE: AS DENÚNCIAS E AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO LEGAIS FACE À PERSPECTIVA DOS AGENTES ESTATAIS 191

CONCLUSÃO 219

CAPÍTULO VI – DELINEANDO O CAMPO DE PESQUISA E AS RELAÇÕES POLÍTICAS NO TERRITÓRIO *WANGKI TWI-TASBA RAYA* 221

Setembro de 2015: marco da culminação de violências relativas à reivindicação do *saneamiento*, tensões sociais vinculados aos *colonos* e aos representantes do poder 230

A dinâmica das relações políticas que contribuem para os conflitos territoriais 233

CONCLUSÃO 249

CAPÍTULO VII – OBSERVAÇÕES ETNOGRÁFICAS DOS ACIRRAMENTOS QUE LEVARAM AOS CONFLITOS TERRITORIAIS: SUA DINÂMICA A PARTIR DAS COMUNIDADES *WISCONSIN, LA ESPERANZA-RÍO WAWA, SANTA CLARA E FRANCIA SIRPI* 251

Disputas étnicas 252

O tráfico de *tierras comunales* entre os *colonos* com o apoio dos poderes locais e estatais 256

Iniciando o campo a partir da homenagem aos heróis e mártires indígenas: experiência na comunidade *Wisconsin* 261

Os "afectados", ameaças e alguns aspectos dos traficantes de terras 264

Os "viejo vivientes" 273

Comunidade *La Esperanza-Río Wawa*: a relação com os diferentes grupos de *terceros-mestizos* ilegalmente assentados no território indígena 281

Os campesinos, os colonos dos grupos armados e os "vende tierras" no território Miskitu 285

Santa Clara: relações de poder na comunidade, a dinâmica e os enfrentamentos com *colonos* 293

Transitando entre os colonos e os Miskitu 299

As ocorrências de extrema violência em setembro de 2015 e seus efeitos sociais duradouros 311

CONSIDERAÇÕES FINAIS 320

REFERÊNCIAS 329

LIVROS E DEMAIS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS 329

FONTES ELETRÔNICAS: ARTIGOS/REVISTAS, JORNAIS, E-BOOKS 332

EVENTOS, FORUNS E VÍDEOS COM FONTES VIRTUAIS 335

DISPOSITIVOS LEGAIS, DIAGNÓSTICOS E RELATÓRIOS CONSULTADOS 336

ANEXO – ILUSTRAÇÕES 339

MARCHA REGIONAL EM OPOSIÇÃO AO CANAL INTEROCEÂNICO EM BLUEFIELDS 359

MARCHA NACIONAL CONTRA O CANAL INTEROCEÂNICO EM MANAGUA .. 363

"MIÉRCOLES DE PROTESTA" 367

TRABALHO DE CAMPO NA REGIÃO AUTÔNOMA DA COSTA CARIBE NORTE-RACCN 368

RODOVIÁRIA DE PUERTO CABEZAS E O MERCADO MISKITU 372

II ANIVERSARIO DE LOS HÉROES Y MÁRTIRES 375

COMUNIDADE WISCONSIN 379

Armas artesanais – "hechizas" 393

COMUNIDADE FRANCIA SIRPI 398

COMUNIDADE LA ESPERANZA 404

COMUNIDADE SANTA CLARA 409

COMUNIDADE AWAS TINGNI – TERRITÓRIO AMASAU DO POVO MAYANGNA . 422

VISITA AOS CAMPESINOS-COLONOS EM ROSITA E NOS ASSENTAMENTOS "MOJON" E "SAN JOSÉ DE ARAWAS" 435

ANEXO – DOCUMENTOS COMPLEMENTARES 457

ANEXO – MAPAS 467

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese consiste em discutir etnograficamente os conflitos sociais que dizem respeito às políticas territoriais da denominada *Región Autónoma de la Costa Caribe Sur* e *Norte*[1] (RACCS e RACCN), na Nicarágua, América Central, com destaque às realidades locais referentes às chamadas "comunidades indígenas"[2] *Wisconsin, La Esperanza-Río Wawa*, *Santa Clara* e *Francia Sirpi*, no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, pertencente ao povo *Miskitu*[3]. Estes conflitos abarcam disputas por terras que compõem este território entre indígenas e não indígenas, e chamam a atenção para a relação com o Estado da Nicarágua, notadamente as relações políticas e de poder que dominam a dinâmica etnicamente configurada da Costa Caribe nicaraguense. Do mesmo modo, tais tensões vinculadas aos interesses econômicos por parte dos representantes estatais e empresários, vislumbram estratégias visando o controle dos recursos naturais. Neste sentido, as políticas relativas ao megaempreendimento conhecido como o *Gran Canal Interoceánico*, entre outros projetos econômicos nacionais e internacionais no país, ilustram essa dinâmica de maneira contundente, da mesma forma que afetam outros povos oriundos do Caribe, como os *Creole*, *Garífuna*, indígenas *Rama*, *Mayangna* e *Miskitu*, entre outros.

Para efeitos de clareza, a "etnografia" que compõe este texto trata-se de um modo de produção científica, sobretudo, uma "descrição densa" das observações diretas e experiências durante o trabalho de campo (GEERTZ, 1973, p. 20). A análise etnográfica construída se fundamenta nas diversas entrevistas registradas e o diálogo constante, formal e informal, com

[1] O Caribe nicaraguense, historicamente conhecido como a *Mosquitia*, tem passado por várias transformações sociopolíticas e de divisão territorial desde o início da colonização no século XVI. A partir de 1987, passou a ser divido entre o norte e sul, assim sendo denominado a *Región Autónoma del Atlántico Sur – RAAS* e *Región Autónoma del Atlántico Norte – RAAN*, conforme a Lei N° 28 – *Estatuto de la Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua.* Mais recentemente, em 2016, em virtude de uma reforma legislativa, a "Costa Atlântica" passou a ser tratada oficialmente como o Caribe nicaraguense e intitulada a *Región Autónoma de la Costa Caribe Sur (RACCS)* e a *Región Autónoma de la Costa Caribe Norte (RACCN),* como conhecida atualmente.

[2] O termo "comunidade" utilizado frequentemente no texto refere-se ao conjunto de unidades coletivas, que constituem distintos territórios etnicamente configurados na Costa Caribe nicaraguense. Estas são classificadas juridicamente como "comunidades indígenas" e "comunidades étnicas", de acordo com a legislação referente à "Região Autônoma", abarcando diversos povos indígenas e os chamados "afrodescendentes", com características culturais distintas, consoante a Lei N° 445 que será detalhada adiante.

[3] Cabe explicar que a letra escrita em itálico é utilizada no texto para destacar os nomes das comunidades indígenas e de afrodescendentes; classificações étnicas e citações diretas das entrevistas, em línguas estrangeiras e/ ou indígenas. Por vezes apresentam-se citações diretas que estão ambas em itálico e aspas, porque se tratam de frases ou termos que são classificações usadas pelos próprios agentes sociais e simultaneamente em língua estrangeira e/ou indígena. Aspas em geral, realçam citações diretas de um agente social ou autor, também classificações específicas que não estão necessariamente em uma língua estrangeira ou indígena.

distintos agentes sociais nicaraguenses, incluindo aqueles da Região Autônoma da Costa Caribe Sul (RACCS), como os *Creole* e indígenas *Rama*, que serão afetados com os efeitos do *Gran Canal Interoceánico* e são alvos de usurpação territorial por interesses econômicos. Da mesma maneira, baseia-se mais categoricamente, no trabalho de campo realizado com os indígenas *Miskitu* do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, na Região Autônoma da Costa Caribe Norte (RACCN), que vêm vivenciando intensas situações de violência resultantes dos conflitos territoriais supracitados. Pode-se dizer que a pesquisa foi essencialmente construída a partir da reflexão sobre as perspectivas e os dados facilitados pelos agentes sociais, que conscientemente compartilharam suas experiências comigo[4].

Considerando este aspecto, James Clifford (1983, p. 133-142) ressalta que a etnografia depende de uma negociação construtiva que envolve diversos "sujeitos", no caso, agentes sociais conscientes e politicamente significativos. O autor aponta para as possibilidades de discurso, diálogo, mormente "polifonia", no intuito de apresentar as diversas "vozes" dos agentes sociais que têm capacidade de se auto-representar e, portanto, são também autoridades etnográficas. A partir desta perspectiva, as pessoas salientadas nesta pesquisa representam uma ampla constelação de "vozes polifônicas", que podem falar por si mesmas, demonstrando suas diferentes posições políticas e interpretações de situações sociais complexas. Com esta lógica, extensos trechos das entrevistas coletadas são expostos ao longo da tese, com a ideia de que os agentes sociais contam suas próprias histórias, sem a necessidade de tanta intervenção por parte da pesquisadora. Em vista disso, na sequência apresenta-se o trabalho etnográfico concluído, levando em conta que a própria escolha do tema indica uma posição política.

A construção do objeto de pesquisa

O interesse em elaborar uma pesquisa doutoral na Região Autônoma da Costa Caribe nicaraguense iniciou-se em novembro de 2013, quando participei do "Colóquio Internacional de *Quilombolas, Palenqueros, Cimarrones, Cumbes, Saramaka, Boni, Djuka* e *Garífunas*", em São Luís – Maranhão. Este evento teve como proposta reunir os representantes de diversas "comunidades tradicionais negras", assim como alguns líderes indígenas da América do Sul e Central, para que apresentassem as situações sociais específicas das suas respectivas

[4] Consultar mapas da RACCS, RACCN e da rota do Canal Interoceânico no ANEXO-MAPAS.

comunidades e dos seus territórios. Desta maneira, os participantes tinham a oportunidade de conhecer os desafios atuais de cada comunidade e diversos movimento sociais, em contextos culturalmente distintos. Do mesmo modo, discutir possíveis soluções e a articulação de uma rede internacional, a fim de intercambiar ideias e estabelecer um diálogo apoiando as atinentes circunstâncias. O referido Colóquio Internacional, sobretudo, proporcionou as condições de possibilidades para cogitar as diferentes abordagens em relação às "comunidades negras".

Durante este encontro tive a oportunidade de conhecer alguns representantes destas comunidades, dos povos *Garífuna* e *Creole*, de Honduras e Nicarágua, América Central. Entre estes conversei com o Sr. Jack Sambula, pertencente a ambas as etnias *Garífuna* e *Creole*, que naquela época era o presidente do chamado *Gobierno Comunal de Laguna de Perlas*, na Região Autônoma da Costa Caribe Sul (RACCS), da Nicarágua. Na língua inglês-*Creole*, a comunidade que o Sr. Sambula administrava é conhecida como *Pearl Lagoon*, ao invés de referir a ela na língua nacional espanhola, e faz parte de um conjunto de dez comunidades que constituem o Território *Pearl Lagoon* (ou *Laguna de Perlas* em espanhol). A partir do contato com o mencionado líder, fui convidada a conhecer esta localidade. Isto porque ele estava interessado nas possibilidades de realizar atividades de mapeamento social neste território, conforme minha relação como pesquisadora no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA[5], coordenado pelo antropólogo, Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Mantivemos contato e no ano seguinte, em fevereiro de 2014, viajei à Nicarágua com a intenção de visitar a comunidade e Território *Pearl Lagoon*, na RACCS, durante um período de aproximadamente um mês. O Sr. Sambula me recebeu na sua comunidade, facilitando hospedagem e me apresentou a diversos agentes sociais deste local. De modo similar, propiciou as possibilidades de conhecer algumas das outras comunidades que compõem o referido "território pluriétnico"[6], visto que estas pertencem a diferentes etnias e incluem:

[5] O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como um dos principais objetivos possibilitar os instrumentos e conhecimento para a auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia, além daqueles em outras regiões brasileiras. Desta forma, se trata de fortalecer diversos movimentos sociais, particularmente as manifestações de identidades coletivas com situações sociais diferenciadas e territorializadas (Cf. *website* do PNCSA, disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/>). Venho participando deste projeto desde 2009 como antropóloga, auxiliando em atividades de mapeamento social, assim como tradução de textos de português e espanhol para inglês e vice-versa; colaborando com a publicação de relatórios técnicos, fascículos, livros e mapas; além de organizar e trabalhar como intérprete durante os eventos internacionais.

[6] Conforme Almeida e Dourado (2013) os territórios pluriétnicos resultam das "(...) mobilizações conjuntas de agentes sociais de diferentes etnias (...). Em situações sociais de usurpação e perda consecutiva de seus territórios várias etnias se entrelaçam pelo sistema de aliança e pela mobilização política." (ALMEIDA;

quatro comunidades *Creole*; três comunidades *Garífuna*; e três comunidades de indígenas *Miskitu*. Segundo o Sr. Sambula, a comunidade *Pearl Lagoon* constitui o cerne e o principal ponto de entrada do Território *Pearl Lagoon.* A sua configuração interétnica consiste numa estratégia para assegurar a regularização oficial do citado território, de acordo com os relatos dos respectivos líderes locais[7].

É pertinente destacar que os *Creole*[8] e *Garífuna*[9] concernem etnias culturalmente distintas e são juridicamente classificados como "afrodescendentes"[10] pelo Estado da Nicarágua, da mesma forma que a categoria formal "comunidades étnicas"[11] refere-se especificamente às localidades onde residem os que pertencem a essa classificação étnica genérica. No entanto, os *Creole* geralmente se auto-identificam como "*Creole*", "*black*", "*black-Creole*", "*negro*", "*negro-Creole*" e afrodescendentes.

De todo modo, o objetivo desta primeira entrada no campo empírico tratava de uma viagem exploratória, procurando uma compreensão preliminar das situações sociais[12] e a dinâmica territorial de forma geral na Costa Caribe, no intuito de apreciar a viabilidade de prosseguir como um estudo doutoral. Em consideração, esta visita inicial funcionou como um

---

DOURADO, 2013, p. 25). Deste modo, constroem e asseguram tal território face aos aparatos do poder, sobretudo o Estado.

[7] Entrevista concedida por Kenneth Fox, na comunidade *Pearl Lagoon*, em 21/9/2015. O Sr. Kenneth Fox, nasceu nesta comunidade no dia 29 de janeiro de 1965, e já foi presidente do *Gobierno Comunal de Pearl Lagoon*, bem como membro do Conselho Regional da Região Autônoma da Costa Caribe Sul (RACCS), tendo assim um amplo conhecimento sobre a dinâmica do Território *Pearl Lagoon.*

[8] Historicamente os povos *Creole* e *Garífuna* formaram culturas significativas, desde os tempos da colonização, quando os europeus chegaram à Costa Caribe com seus escravos, onde já havia uma grande população ameríndia, de acordo com Charles Hale e Edmund Gordon (1987, p. 19). Portanto, segundo estes autores, o fenótipo e cultura da sociedade *Creole* constituem traços africanos, europeus e ameríndios oriundos das primeiras interações entre estes povos no final do século XVI, quando piratas europeus e tripulantes africanos chegaram às áreas conhecidas como Bluefields, *Pearl Lagoon* e Cabo Gracias a Dios, na Costa Atlântica nicaraguense. Neste período, conforme Hale and Gordon (1987) eles e seus descendentes desenvolveram um inglês crioulo (*creolized English*) e uma "cultura hibrida", que hoje caracteriza a sociedade *Creole* (HALE; GORDON, 1987, p. 19).

[9] Os *Garífuna* ou *Carib* habitam a Costa Caribe ocidental da América Central, de Belize até *Pearl Lagoon* na Nicarágua. Possuem características culturais e linguísticas dos povos ameríndios das baixas Antilhas, desde a época de contato com os europeus, com um fenótipo africano (HALE; GORDON, 1987, p. 21). Quando os espanhóis invadiram o Caribe, estas ilhas eram ocupadas pelos ameríndios conhecidos como os *Carib*. Durante o século XVII e XVIII escravos africanos foragidos ou naufragados se juntarem aos *Carib*. A partir destas relações interétnicas, eles lutaram contra colonizadores franceses, britânicos e holandeses por mais de um século. No entanto, em 1797, os britânicos derrubaram uma revolta dos *Carib* e os levaram para a ilha de Roatán, nas Ilhas da Baía-Honduras. A partir dessa mudança, eles se espelharam pelas costas centro-americanas (HALE; GORDON, 1987, p. 22) e hoje se encontra uma pequena população *Garífuna*, no Território *Pearl Lagoon*, na RACCS, Nicarágua.

[10] Os *Creole* e *Garífuna*, legalmente considerados "*pueblos y comunidades afrodescendientes*", alcançaram maior reconhecimento em referência aos diretos etnicamente diferenciados a partir da ratificação da Convenção N° 169, da OIT, na Nicarágua, em 2010.

[11] De acordo com a Lei N° 445, artigo n° 03, a classificação, "comunidade étnica" se define como: "(…) El conjunto de familias de ascendencia afrocaribeña que comparten una misma conciencia étnica, por su cultura, valores y tradiciones vinculados a sus raíces culturales y formas de tenencias de la tierra y los recursos naturales" (BRYAN et al., 2012, p. 113).

[12] Cf. GLUCKMAN, 1987.

modo de *survey* para orientar-me sobre as possibilidades de uma pesquisa antropológica mais detida. Fez parte, aliás, da minha primeira experiência numa comunidade *Creole*, escutando esta mesma língua, ao mesmo tempo em que muitas pessoas falavam a língua indígena *Miskitu* ou espanhola, sendo que havia uma convivência interétnica no território entre *Creoles, Garífuna, Miskitu* e *mestizos*. Esta última classificação genérica se refere à maior população nacional, que têm como língua materna o espanhol, pois são os descendentes dos colonizadores espanhóis e das relações interétnicas que estes tinham com outros povos.

Pode-se dizer, de modo geral, que os povos oriundos da Costa Caribe nicaraguense como um todo, são maioritariamente bilíngues ou trilíngues, especialmente aqueles que vivem nos centros urbanos, como a capital da Região Autônoma da Costa Caribe Sul (RACCS), Bluefields, e a capital da Região Autônoma da Costa Caribe Norte (RACCN), chamada *Bilwi* – palavra de origem indígena – e/ou *Puerto Cabezas* na língua espanhola[13]. Neste sentido, possuem a capacidade de comunicar em *Creole*, *Garífuna*, espanhol, e/ou línguas indígenas como *Rama*, *Mayangna*, mas notadamente *Miskitu*, dado que este povo forma a maior população indígena em toda a Costa Caribe nicaraguense e hondurenho, historicamente conhecido como a *Mosquitia*[14]. Portanto, é possível perceber a dinâmica interétnica no contexto caribenho.

Durante este primeiro período no campo percebi que, como muitos povos marginalizados nas Américas, os membros do Território *Pearl Lagoon* eram pressionados pelos interesses econômicos e empresariais nos seus recursos naturais, baseados nas relações de poder local, regional, nacional, e com ligação a certas pretensões internacionais, tal como a construção de grandes projetos de infraestrutura. Estes interesses frequentemente pareciam prevalecer sobre seus direitos territoriais, constitucional e historicamente conformados, simultaneamente violando seus direitos autonômicos, fundamentais na legislação especificamente relacionada à Região Autônoma da Costa Caribe, abrangendo a Lei N° 28 – *Estatuto de la Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua*, de 7 de setembro de 1987; Lei N° 445 – *Ley del Régimen de Propiedad Comunal de Los Pueblos Indígenas y Comunidades Étnicas de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica de Nicaragua y de los Ríos Bocay, Coco, Indio y Maíz*, oficialmente publicada em 2003; assim como os dispositivos internacionais, notadamente a Convenção N° 169 da Organização

[13] Hoje em dia é dito que Bilwi constitui a sede municipal, onde se encontra o Governo Regional Autônomo da Costa Caribe Norte (GRACCN), do município Puerto Cabezas, sendo assim uma forma de distinguir os dois nomes, que comumente são utilizados de forma intercambiável pelos agentes sociais.

[14] *La Mosquitia* estende-se da Costa Caribe hondurenho até a mesma costa na Nicarágua, denominada como tal, devido a maior população indígena que ocupava esta região, os *Miskitu*, desde antes dos tempos coloniais.

Internacional do Trabalho (OIT), ratificado no país em 2010. Os membros do Território *Pearl Lagoon*, do mesmo modo, enfrentavam a usurpação ilegal das suas "*tierras comunales*"[15] como juridicamente reconhecidas, por parte de *mestizos* classificados como "*colonos*[16]", referindo à noção de agentes de colonização que os afrodescendentes e indígenas da Costa Caribe consideram "invasores". Tal situação me relembrou diversas situações de conflitos sociais sofridas pelos agentes sociais classificados como "povos indígenas e comunidades tradicionais"[17] no contexto brasileiro, o que me levou a querer compreender esta dinâmica de disputas territoriais de maneira mais profunda.

Voltei para uma segunda visita a Nicarágua, logo após o Sr. Jack Sambula ser eleito em junho de 2014, como presidente do Território *Pearl Lagoon* na sua totalidade. Assim, deixando de ser especificamente o líder principal da comunidade *Pearl Lagoon*, com o intuito de tomar seu novo cargo mais abrangente. Não obstante, apesar da legitimidade das eleições, em que os membros das dez comunidades do território haviam participado, as autoridades estatais inicialmente negaram o resultado por motivos políticos e econômicos. Ou seja, segundo os agentes sociais consultados, o novo presidente territorial havia demonstrado uma postura contrária aos interesses dos agentes do Estado, particularmente por ter insistido na plena regularização formal do território, visando proteger os interesses coletivos e respectivos recursos naturais. Por isso, os membros do *gobierno comunal*[18] e *territorial*[19] tinham que se

[15] Conforme a Lei N° 445, a classificação *"Tierra Comunal"*: "Es el área geográfica en posesión de una comunidad indígena o étnica, ya sea bajo título real de dominio o sin él. Comprende las tierras habitadas por la comunidad y aquellas que constituyen el ámbito tradicional de sus actividades sociales, económicas, culturales, lugares sagrados, áreas boscosas para reproducción y multiplicación de flora y fauna, construcción de embarcaciones, así como actividades de subsistencia, incluyendo la caza, pesca y agricultura. Las tierras comunales no se pueden gravar y son inembargables, inalienables e imprescriptibles." (BRYAN et. al, 2012, p. 114).

[16] Este é um termo que se vincula à concepção de uma "situação colonial" no sentido explicado pelo Georges Blandier (1963).

[17] A partir do Conselho Nacional de Populações Tradicionais (1992) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007), Decreto N° 6040, art. 3°, os "povos e comunidades tradicionais" constituem: "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e praticadas gerados e transmitidos pela tradição." (Cf. ALMEIDA, 2008, p. 28; também disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>).

[18] O termo *comunal* é mantido na língua espanhola no texto para evitar que seja confundido com outras noções na língua portuguesa. Os *gobiernos comunales* na Região Autônoma com um todo, tratam da administração local de cada comunidade indígena ou étnica, dirigida pelas "autoridades tradicionais", incluindo o *Síndico* – responsável pelos recursos naturais; o *Wihta* – responsável pela imposição das leis comunitárias e medidas tomadas a respeito de quaisquer infrações; e o *Coordinador* (ou presidente) da comunidade, entre outros líderes administrativos.

[19] Os *gobiernos territoriales* são compostos pelos principais líderes eleitos pelos membros de cada comunidade indígena ou étnica, isto é, as chamadas *autoridades comunales tradicionales* que incluem o *Síndico, Wihta, Coordinador*, entre outros. Esta estrutura tem como função administrar as comunidades conforme os interesses e necessidades específicas de seus membros, ou de acordo com seus costumes e tradições, como declarado na Lei N° 445, Cap. II, art. n° 5. Os *gobiernos territoriales* são compostos pelas *autoridades intercomunales* eleitas a

mobilizar para que o Sr. Jack Sambula fosse legalmente instituído como o presidente do Território *Pearl Lagoon.*

Mesmo assim, quando regressei à *Pearl Lagoon* novamente em 2015, a dinâmica *comunal* e territorial tinha mudado de modo significativo, pois o Sr. Sambula tinha sido destituído da sua função por uma série de contradições políticas e denúncias de corrupção. Consequentemente, novas eleições locais foram realizadas para substituí-lo, além de outras alterações efetivadas em ambos os *gobiernos comunales* e territoriais. Subsequentemente e para minha surpresa, ele não residia mais nesta comunidade, onde havia nascido, crescido e demonstrado tanta paixão pelos seus interesses coletivos.

Ao inquirir sobre estas circunstâncias, comecei a notar a complexidade das relações de poder que concernem os *gobiernos comunales* e territoriais no Caribe – estruturas administrativas que foram criadas a partir dos dispositivos legais de autonomia, referentes aos povos oriundos do Caribe. Estas relações aparentavam serem interligadas com o governo central, interesses empresariais e do partido nacional em poder, conhecido como a *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN), entre outras ambições. Neste caso, envolviam acusações de corrupção e manobras políticas fundamentadas em objetivos econômicos para o uso dos recursos naturais pertencentes ao Território *Pearl Lagoon.*

Enquanto eu avançava nas atividades de pesquisa em campo, me dei conta que estas conjunturas abarcavam um tema comum por todos os territórios etnicamente configurados na Costa Caribe. O direito à autonomia parecia bastante progressivo na legislação autonômica responsável pela fundação formal da própria "Região Autônoma", particularmente o *Estatuto de la Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua*, embora na prática aparentasse ser bastante ilusória, conforme as testemunhas. Estas narravam situações comuns de coerção política, os obrigando a apoiar os interesses do partido FSLN supracitado, que representa o Estado de modo categórico na Nicarágua. Por exemplo, apontaram-me as frequentes ameaças de perder seus empregos, caso não seguissem com tais pretensões políticas. Em um dos países mais pobres da América Central, este tipo de pressão certamente poderia ser o bastante para forçar indivíduos ou grupos a ceder a certas formas de corrupção, sem protesto ou denúncias.

---

partir de uma assembleia de *autoridades comunales tradicionales*, para representar os interesses de cada comunidade e seus membros que compõem o respectivo território como um todo, no intuito de preservar esta unidade coletiva. Em consonância com o mesmo artigo n° 5: "Las autoridades territoriales son órganos de administración de la unidad territorial a la cual representa legalmente".

Durante o mesmo ano, a mobilização contra a construção do *Gran Canal Interoceánico,* um megaprojeto a ser construído na Nicarágua, estava chamando muita atenção do público nacional e internacional. Tratava-se de criar uma conexão entre o Mar do Caribe e o Oceano Pacífico, semelhante ao Canal de Panamá, mas com proporções maiores. O principal objetivo deste projeto é o livre trânsito de barcos comerciais para transportar matérias primas, como petróleo, ferro, carvão e alimentos, entre outros bens para o mercado internacional. Conquanto, nesta empreitada o caminho que irá cortar pelo meio do país, ia deslocar forçadamente os indígenas e afrodescendentes da Região Autônoma da Costa Caribe Sul (RACCS), assim violando seus direitos autonômicos, etnicamente fundamentados.

Portanto, comecei a me interessar por esse assunto, então alguns meses antes de viajar novamente à América Central, em julho de 2015, segui procurando informações on-line a respeito desse movimento anti-canal. Na rede social conhecida como *Facebook* encontrei a página virtual de *Nicaragua Sin Heridas*[20], que lançava notícias sobre cada marcha realizada em oposição a construção desse megaempreendimento, na Nicarágua. Enquanto navegava neste site, acabei encontrando o link virtual do *Consejo Nacional en Defensa de Nuestra Tierra, Lago y Soberania*[21]. Aqui me apropriei de mais notícias relevantes, vinculadas ao segmento social da etnia *mestiza*, classificado como "*campesinos*", constituindo em sua maioria pequenos agricultores ou trabalhadores rurais no país. Estes estavam encabeçando a citada mobilização com muita veemência, em virtude do fato que a execução desta obra significava que eles, igualmente, seriam desapropriados das suas terras privadas pelo Estado da Nicarágua, para fins de completar esta iniciativa.

Como minha curiosidade no tema foi aumentando, resolvi enviar uma mensagem para esta página do *Facebook* em referência à mobilização *campesina*, explicando meu *status* como doutoranda no Brasil, com o plano de viajar à Nicarágua em breve e que estava interessada em conversar com os organizadores do movimento, na intenção de compreender a sua posição antagônica ao Canal Interoceânico. Na sequência, um dos seus membros respondeu à mensagem positivamente e concordamos que iriamos nos encontrar quando eu chegasse ao país.

Com este plano, decidi que após participar do 55° Congresso Internacional de Americanistas (55° ICA), em San Salvador, El Salvador entre os dias 12 a 17 de julho de

---

[20] Ver site da *Nicaragua sin Heridas,* disponível em: <https://www.facebook.com/NicaraguaSinHeridas/?fref=ts>.

[21] Ver site do *Consejo Nacional en Defensa de Nuestra Tierra, Lago y Soberania*, disponível em: <https://www.facebook.com/Consejo-Nacional-en-Defensa-de-Nuestra-Tierra-Lago-y-Soberania-581288452080230/?fref=ts>.

2015, eu iria me deslocar até Honduras – onde tenho família por parte materna −, e em seguida à Nicarágua, aproveitando do fato de que já estaria na América Central[22]. Durante o evento, conheci cientistas sociais da América do Sul e Central ou que estavam realizando pesquisas em países concernentes. Portanto, aproveitei a oportunidade para coletar contatos de pessoas na Nicarágua que possivelmente poderiam me auxiliar com meus interesses de estudo quando chegasse ao país. Por exemplo, conheci e dialoguei com a professora Hélène Roux, socióloga da *Université de Paris I – Francia*, quando assisti sua apresentação titulada: *Vigilar y castigar: ¿condición para el desarrollo? un rastreo de los mecanismos de control diseñados para acompañar la implementación de los megaproyectos en Centroamérica*. Entre diversos aspectos socioeconômicos na América Central abordados, esta vislumbrou os chamados "megaprojetos", incluindo a proposta do Canal Interoceânico, na Nicarágua. Após sua exposição, a referida socióloga me colocou em contato com Pierre Merlet, nicaraguense e doutorando de ambas a *Universidad de Amberes*, Bélgica e a *Universidad Centroamericana* (UCA), na Nicarágua. Na sequência, este me forneceu os contatos dos membros do *Grupo Cocibolca*, do movimento anti-canal; igualmente da *Academia de Ciencias de Nicarágua* (ACN), no âmbito da *Universidad Centroamericana* (UCA), incluindo o sociólogo, Professor Dr. Manuel Ortega, presidente da ACN-UCA, além do biólogo molecular e bioquímico, Professor Dr. Jorge Huete-Pérez, ex-presidente da ACN-UCA, em Managua-Nicarágua. Esta instituição acadêmica havia elaborado alguns relatórios técnicos no tocante aos possíveis impactos socioambientais do Canal Interoceânico, além disso, os respectivos cientistas de diversas áreas de conhecimento estavam discutindo publicamente esta situação[23].

De modo similar, logo após o Congresso Internacional de Americanistas (55º ICA), quando me desloquei de El Salvador para a Costa Caribe hondurenha, aproveitei a oportunidade para encontrar com o biólogo marinho, norte americano, conhecido como Joe Ryan. Nós nos conhecemos na comunidade *Pearl Lagoon* anteriormente, pois ele desenvolve diversos trabalhos de consultoria para projetos de preservação do meio ambiente na América Central e no mundo. Ademais, o Sr. Joe possui um conhecimento amplo da situação sociopolítica na Nicarágua, visto que passou 25 anos no país durante a época da Revolução Sandinista (1979 – 1990). Por conseguinte, ele também me forneceu diversos contatos de pessoas que poderiam facilitar informações pertinentes à minha investigação, incluindo a

[22] Ver mapa da América Central no ANEXO – MAPAS.

[23] ACN. II Taller Internacional sobre el Canal Interoceánico por Nicaragua, 19-20 nov. 2015, Managua-Nicaragua. **Libro final del taller,** 24 p. Também consulta a divulgação do evento no site da ACN, disponível em: <http://cienciasdenicaragua.org/index.php/blog/ii-taller-internacional-sobre-el-canal-interoceanico-por-nicaragua>.

reconhecida advogada, Dra. María Luisa Acosta, coordenadora do *Centro de Asistencia Legal a Pueblos Indigenas* (CALPI)[24].

Durante minha estadia com familiares em Honduras, entre julho e agosto de 2015, hospedei-me no pequeno município de Tocoa, cerca de duas horas fora da principal cidade portuária no Caribe, La Ceiba[25]. Nesse período encontrei com Joe Ryan nesta cidade, e me convidou a acompanhá-lo juntamente com seu colega *Garífuna*, Rafael Sambula, em sua viagem a diferentes comunidades e sítios na região, enquanto executavam suas atividades de consultoria ambiental. Assim, acabei visitando o Parque Nacional Jeannette Kawas, no Corredor Ecológico Mesoamericano, onde conhecemos algumas comunidades *campesinas*[26] e *Garífunas*. Do mesmo modo, conhecemos as comunidades *Creole* na Ilha de Guanaja, uma das Ilhas da Baía, localizadas no Golfo de Honduras. Finalmente, percorremos a uma comunidade *Garífuna*, no município de Bruce Lagunas, na Biosfera de Rio Plátano, na *Mosquitia* hondurenha[27]. Aqui reunimos com alguns líderes *Garífuna*, durante a qual eles expressaram suas preocupações quanto à devastação ambiental no seu território, devido às plantações de empresas de palma africana, que contribuíam para a destruição dos mangues. Semelhantemente, eles expressaram as dificuldades no território concernentes ao tráfico de drogas e às represálias por parte de agentes militares e paramilitares. Simultaneamente a esta reunião, notei que havia uma assembleia entre os diversos conselhos territoriais que compõem a *Mosquitia*, sendo conduzida na mesma comunidade. Foi me explicado que estes estavam discutindo as disputas territoriais entre os próprios *Garífuna* e os indígenas *Miskitu*, que habitam a *Mosquitia* hondurenha.

Esta breve experiência ao acompanhar os senhores Joe Ryan e Rafael Sambula nas suas atividades de consultoria, me possibilitou as condições de conhecer alguns aspectos das relações interétnicas e territoriais na *Mosquitia* hondurenha. Posteriormente, isto iria me auxiliar nas atividades de investigação empírica na *Mosquitia* nicaraguense[28], no que tange os povos *Miskitu*, *Garífuna* e *Creole*, uma vez que estes povos residem em ambos os países. Destarte, facilitando, sobretudo, a compreensão das relações entre os *Miskitu* e nas fronteiras nacionais dos citados países centro-americanos.

Quando finalmente saí de Honduras e cheguei à Nicarágua, na capital Managua, no dia 9 de agosto de 2015, logo procurei entrar em contato com todas as pessoas existentes na

[24] Cf. *website* do CALPI, disponível em: <http://calpi.nativeweb.org/>.
[25] Ver mapas de Honduras, com destaque à Costa Caribe no ANEXO – MAPAS.
[26] Trata-se da mesma concepção nicaraguense, isto é, pequenos agricultores ou trabalhadores rurais, pertencentes à etnia da população nacional.
[27] Verique registros fotográficos destas localidades no ANEXO – ILUSTRAÇÕES.
[28] Conhecida hoje também como a Região Autônoma da Costa Caribe Norte e Sul.

minha lista de referências coletadas. Passei aproximadamente duas semanas na capital com este propósito, pois presumia que a partir do momento que eu fosse até a Costa Caribe Sul, não iria regressar a esta cidade até o momento que voltasse ao Brasil, em outubro de 2015, consistindo em três meses de atividades de pesquisa na América Central. Ademais, contextualizar o trabalho de campo que pretendia concretizar no Caribe, sobre conflitos territoriais e a relação com o Estado, a partir da perspectiva de pessoas do Pacífico, também fez parte da coleta de dados relevantes ao estudo. Com esta intenção, em Managua consegui interagir com representantes das seguintes entidades: *Centro Alexander von Humboldt*, *Fundación Popol Na*, *Grupo Cocibolca*, *Centro de Asistencia Legal a Pueblos Indígenas* (CALPI), *Red Nicaraguense por la Democracia y el Desarrollo Local* ("*Red Local*"), e a *Academia de Ciencias de Nicaragua* (ACN) – *Universidad Centroamericana* (UCA). Estas instituições e estes movimentos forneceram informações fundamentais para situar o tema, bem como proporcionaram alguns documentos que facilitaram o levantamento de dados, realizado com a finalidade de compor o respectivo *survey*, nesta segunda fase de observações no campo empírico.

Além disso, interagi com os membros do *Consejo Nacional en Defensa de Nuestra Tierra, Lago y Soberania*. O primeiro que conheci foi o Sr. Julio Torres[29], nascido em 1965 na pequena Ilha de Ometepe, situada no meio do Lago *Cocibolca*, também conhecido como Lago Nicarágua. Este é a maior fonte de água potável na América Central, onde o Canal Interoceânico passará, causando extremos danos ecológicos, assim impactando as comunidades na ilha e aquelas localizadas nas adjacências do lago[30].

Quando nós nos encontramos ele estava apreensivo sobre a possibilidade de estar sendo seguido ou se seu telefone estivesse grampeado pelas autoridades que objetivavam suprimir a mobilização contra o canal. O Sr. Torres procedeu em explicar-me que o Estado da Nicarágua controlava os canais do rádio e da televisão. Por isso, o único instrumento de comunicação viável para chamar a atenção ao público sobre o movimento anti-canal era a internet, utilizando as redes sociais, tal como *Facebook*. Portanto, o nosso primeiro encontro foi complicado, mas após conhecê-lo pessoalmente e estabelecer uma relação de confiança ele me revelou informações significativas, incluindo documentos a respeito do grande empreendimento do canal. Além do mais, articulou a possibilidade de participar de uma reunião secreta do *Consejo Nacional en Defensa de Nuestra Tierra, Lago y Soberania*, onde

[29] Entrevista concedida por Julio Torres, Managua-Nicarágua, 12/8/2015: transcrição em espanhol.
[30] ACOSTA, 2015, p. 2.

eu pude conversar com alguns integrantes *campesinos* que representavam diferentes municípios que potencialmente seriam afetados pelo projeto do canal.

Por intermédio destes contatos, alcancei uma melhor compreensão sobre os objetivos políticos e econômicos vinculados ao projeto do Canal Interoceânico: como afetará os *campesinos* que viviam ao longo da rota do canal; as ameaças e repressão que estes enfrentavam diante de autoridades políticas e estatais que intencionavam avançar com o projeto, mesmo sem consultar o público nicaraguense, tampouco antes de realizar estudos apropriados sobre os impactos socioambientais. Esta circunstância vislumbrou contradições legais, com destaque à criação da Lei N° 840 − *Ley especial para el desarrollo de infraestructura y transporte nicaraguense atingente a El Canal, Zonas de Libre Comercio e Infraestructuras Asociadas*. Esta foi aprovada pelo Congresso Nacional, especificamente com o objetivo de assegurar a construção do canal de maneira rápida. Entretanto, a Lei N° 840 atropela as leis constitucionais preexistentes, que amparam os direitos territoriais dos povos indígenas e afrodescendentes da Região Autônoma. A experiência de conhecer os membros do *Consejo Nacional en Defensa de Nuestra Tierra, Lago y Soberania* me mostrou, mormente, que outros segmentos sociais fora do Caribe, notadamente os *mestizos* que se auto-identificam como "*campesinos*", também sofriam as pressões estatais baseados nas relações de poder e ambições econômicas, mesmo que fossem numa dinâmica cultural e historicamente diferenciada.

Neste contexto, observei que os *campesinos* do movimento anti-canal estavam procurando criar uma aliança com os indígenas e afrodescendentes da RACCS, perímetro onde o megaprojeto irá se sobrepor à comunidade indígena da etnia *Rama*, chamada *Bangkukuk Taik*, assim como à comunidade dos "*Kriol*"[31], denominada *Monkey Point* no *Territorio Rama y Kriol*. Este aspecto da mobilização *campesina* chamava a atenção, em razão de que historicamente as relações entre os *mestizos* do Pacífico e os povos indígenas e afrodescendentes da Costa Caribe eram bastante antagônicas, desde os tempos da dominação colonial. Portanto, no decorrer do trabalho de campo percebi que suas estratégias mobilizatórias eram culturalmente distintas, seus direitos jurídicos e suas noções da terra substancialmente diferentes. No entanto, eles tinham um aspecto em comum: o fato que não queriam ser expulsos das suas próprias terras, sejam privadas ou comuns[32].

[31] *Kriol* e *Creole* são classificações étnicas idênticas, pronunciadas iguais, mas escrita diferente para diferenciá-los pelo território ao que os *Kriol* pertencem, em comparação com *Creoles* que moraram em outras localidades.
[32] De acordo com a explicação do Almeida (2008, p. 28) sobre as modalidades de "uso comum", trata-se de "(...) situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos agricultores diretos ou por um dos seus membros. Tal controle se dá através de

Tendo em vista a dinâmica territorial distinta da Região Autônoma da Costa Caribe, igualmente procurei dialogar como a Dra. María Luisa Acosta, advogada e assessora jurídica do *Gobierno Territorial Rama y Kriol* (GTR-K), em referência à violação dos direitos etnicamente diferenciados, perpetrada pelas políticas estatais que garantem a construção do Canal Interoceânico. Ela me ajudou a contextualizar a dinâmica política relativa ao Canal Interoceânico no Caribe Sul, além de me passar os contatos de diversos líderes com quais eu deveria conversar quando chegasse a capital da RACCS, Bluefields. Ela, igual a outras pessoas no campo investigativo, me avisou que o Canal Interoceânico tratava de um assunto politicamente sensível, portanto, eu deveria ser cautelosa nas decisões tomadas quanto às atividades de pesquisa. Assim, me instigando a refletir no que tange a preparação para realizar trabalho de campo na RACCS.

Após situar a pesquisa a partir dos contatos na capital, finalmente viajei rumo à Bluefields, via transporte terrestre. Destarte, tomando um ônibus do mercado Mayoreo em Managua, em direção ao município de Rama na RACCS, durante aproximadamente seis horas. De Rama tomei uma *panga*, isto é, uma lancha sobre o Rio Escondido até a capital da RACCS. Cheguei ao pequeno e antigo porto desta cidade, cerca de duas horas depois, onde percebi que as pessoas falavam em suas diversas línguas, como já apontado. A infraestrutura em comparação com a cidade de Managua é bastante limitada, mas é um lugar com maior diversidade cultural, no sentido de que é possível assistir pessoas pertencentes a diferentes etnias realizando suas atividades rotineiras. Além do mais, desfrutar das comidas caribenhas, tal como *rundown* – uma sopa de mariscos no leite de coco −, frango frito e a comida tipicamente nicaraguense – *gallo pinto* ou "*rice and beans*" (arroz misturado com feijão), sempre accessíveis. Os chamados "*costeños*", isto é, pessoas oriundas do Caribe, em contraste com os *mestizos* do Pacífico, eram bem menos agitados na forma como trabalhavam no dia a dia e na conversa, uma diferença notável quanto ao ritmo acelerado da capital Managua e o jeito mais distante dos *mestizos* do Pacífico, de modo geral.

Em Bluefields entrei em contato com os representantes do *Territorio de la Comunidad Negra Creole Indígena de Bluefields* e procurei a sede do *Gobierno Territorial Rama y Kriol* (GTR-K), a fim de dialogar com os respectivos líderes sobre suas posições perante o Canal Interoceânico. Convidada pela advogada indígena, Becky McCray, acabei conhecendo a

---

normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social". No caso nicaraguense, esta noção aproxima-se à classificação jurídica de *tierras comunales* que pertencem às comunidades indígenas e étnicas, ao mesmo tempo em que constituem os territórios étnicos e indígenas, com caráter fundamentalmente coletivo.

comunidade *Rama Cay* dentro do Território *Rama* e *Kriol*, onde tive a oportunidade de conversar como outros indígenas *Rama*, a respeito do mesmo assunto. Continuei, ademais, transitando entre Bluefields e a comunidade *Pearl Lagoon* para coletar dados, pelo fato de haver inicialmente estabelecido uma *relação de pesquisa*[33] nesta localidade, portanto, ainda poderia apropriar-me de informações e sugestões valiosas sobre política, conflitos territoriais e as principais estruturas de poder na RACCS, o Governo e o Conselho Regional. Estas relações e dados tinham bastante relevância porque todos os territórios e comunidades ao redor da capital, Bluefields, são interligados a este centro urbano pela administração burocrática dessas mesmas estruturas sobre todos.

Além da interação como os líderes dos *gobiernos comunales* e *territoriales* supracitados, realizei entrevistas com representantes do Governo e Conselho Regional da RACCS. Fora do tema do canal, inteirei-me sobre suas opiniões relacionadas à operação do sistema autonômico; as relações interétnicas com os *mestizos* ou "*campesinos*"; assim como as relações políticas e de poder local, regional e nacional no que concernem as disputas territoriais em função de interesses econômicos. Nesta empreitada, o que mais chamou a minha atenção no decorrer desta pesquisa em campo, foi que, em sua maioria, os entrevistados e diversos relatos compartilhados apontaram que o não cumprimento da etapa demarcatória conhecida como o "*saneamiento*", era o principal fator por trás das lutas territoriais, tanto no Caribe Sul (RACCS), quanto no Caribe Norte (RACCN), até mesmo estava atrelado ao projeto do Canal Interoceânico.

O *saneamiento* refere-se a quinta e última fase a ser completada no processo de titulação e demarcação oficial, de acordo coma a Lei N° 445 – *Ley del Régimen de Propiedad Comunal de Los Pueblos Indígenas y Comunidades Étnicas de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica de Nicaragua y de los Ríos Bocay, Coco, Índio y Maíz*, aprovado em 13 de dezembro de 2002 e publicado em 16 de janeiro de 2003. Esta etapa consiste num processo complexo de identificar as pessoas assentadas dentro dos "territórios indígenas e étnicos"[34], que não pertencem a estes, classificadas como "*terceros*", os quais geralmente são *mestizos*.

[33] Segundo Bourdieu (2003, p. 694) uma *relação de pesquisa* é, sobretudo, uma relação social que exerce efeitos sobre os resultados obtidos. Mesmo procurando evitar qualquer forma de violência simbólica, "(...) todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa". Por isso, a necessidade da *reflexividade reflexiva*, na intenção de "perceber e controlar *no campo*, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza." (BOURDIEU, 2003, p. 694).

[34] Segundo a Lei N° 445, artigo n° 3, "Territorio Indígena y Étnico: es el espacio geográfico que cubre la totalidad del hábitat de un grupo de comunidades indígenas o étnicas que conforman una unidad territorial donde se desarrollan, de acuerdo a sus costumbres y tradiciones". O termo "étnico" quando se refere às comunidades ou aos territórios coletivos no Caribe nicaraguense, classificado como a "Região Autônoma", trata-se especificamente dos chamados "afrodescendentes", isto é, os negros, *Creole* ou *Garífuna*.

Após serem identificados e caracterizados, o Estado da Nicarágua tem como responsabilidade intermediar uma solução viável para lidar com os *terceros*, incluindo negociar sua permanência nos respectivos territórios, conforme o consentimento dos indígenas ou afrodescendentes oriundos dos concernentes territórios caribenhos. Do mesmo modo, deslocar os *terceros* para fora do território, indenizá-los, ou arrendar um lote a estes. Mas todas estas condições dependem da concordância dos agentes sociais que originalmente pertencem a esses territórios etnicamente constituídos. Não obstante, até o presente momento, o processo de *saneamiento* não tem sido concluído em nenhum dos 23 territórios que compõem a Região Autônoma da Costa Caribe Norte e Sul (RACCN e RACCS), constando aproximadamente 17 anos após a aprovação da Lei N° 445.

Este fato tem gerado muita tensão por todo o Caribe. A maioria das testemunhas tinha convicção que os principais motivos da negação do Estado da Nicarágua quanto a esta questão, tem relação com interesses econômicos nos recursos naturais dos atinentes territórios indígenas e étnicos, levando a esquemas políticos que propositalmente ignoram as demandas de *autoridades comunales*[35] e territoriais em prol da finalização do processo demarcatório, o que significa cumprir com a última etapa do *saneamiento*. Consequentemente, o aumento descontrolado de usurpação territorial efetivado por *mestizos* ou *campesinos* classificados como "*colonos*" – o que refere a suas ações de "invasão", conforme me relataram os agentes sociais caribenhos. Esta situação tem desencadeado conflitos territoriais intensos, resultando em violências extremas incluindo a morte de indígenas e em menor escala de *colonos*. As ocorrências apresentadas tratam-se de uma conjuntura complexa, envolvendo diversas agendas, as quais serão descritas de maneira mais acurada ao longo desta tese.

É relevante elucidar que, durante o tempo que passei na RACCS, escutei numerosas histórias sobre os conflitos territoriais entre os indígenas *Miskitu* e os chamados "*colonos*", estes os quais estavam usurpando as *tierras comunales* dos indígenas na Região Autônoma da Costa Caribe Norte (RACCN), de modo contundente. Após anos esperando o Estado levar a cabo o processo de *saneamiento*, até mesmo proteger os indígenas dos citados agressores *mestizos*, evidentemente os *Miskitu* decidiram tomar esta iniciativa para si mesmos, resistindo os atos hostis de ocupação irregular perpetrado pelos *colonos*. Esta situação culminou numa dinâmica bélica, decorrendo em fatalidades por ambas as partes, o que em consequência

[35] Consoante a Lei N° 445, art. n° 3, "Autoridad Comunal Tradicional: Es la autoridad de la comunidad indígena y étnica, elegida en Asamblea Comunal según sus costumbres y tradiciones para que los represente y los gobierne; tales como Síndico, Wihta, Coordinador u otros".

provocou o deslocamento de uma grande população *Miskitu* para o outro lado das fronteiras do Rio Coco[36], na República de Honduras, no ano de 2015[37].

Cabe esclarecer que nessa época, diversas notícias foram divulgadas, apontando a situação das famílias *Miskitu* que se refugiaram às comunidades indígenas *Pranza, Suhi* e *Rusrus*, na *Mosquitia* da República de Honduras. Estas informações foram fornecidas pela organização indígena dos *Miskitu* hondurenhos, conhecida como MASTA – *"Muskitia Asla Takanka"/ Unidad de la Mosquitia*. O presidente desta organização, Sr. Norvin Goff, destacou que os indígenas hondurenhos estavam ajudando esses refugiados da melhor maneira possível, mas que mesmo assim, quatro crianças indígenas tinham morrido por desnutrição. Isto porque havia falta de alimentação, remédios, equipamentos domésticos, sobretudo, condições que facilitassem receber as centenas de *Miskitu* nicaraguenses cruzando as fronteiras diariamente[38].

Apreciando esta dinâmica, todas as experiências e observações em campo relatadas, enquanto eu mapeava informações desde a RACCS e Managua sobre as relações de poder e políticas no tocante aos conflitos territoriais, com maior atenção ao Canal Interoceânico, me levaram a mudar minha concentração investigativa para uma análise mais apurada quanto ao próprio processo de *saneamiento*. Isto aconteceu em parte porque comecei a questionar se a grande obra de infraestrutura do Canal Interoceânico, não seria apenas mais um exemplo de um empreendimento econômico neoliberal, que violava a legislação já estabelecida para a proteção aos direitos territoriais dos indígenas e afrodescendentes da Região Autônoma. Ao longo da história os direitos dos povos do Caribe nicaraguense, têm sido constantemente ignorados ou impedidos por interesses econômicos de diferentes governos do Estado da Nicarágua, vinculados a diversas relações de poder e empresariais. Para muitos dos agentes sociais com os quais dialoguei na RACCS, incluindo alguns *mestizos*, o não cumprimento do processo de *saneamiento* têm facilitado a usurpação territorial, não somente para garantir projetos neoliberais como o referido canal, mas, sobretudo, pelos *colonos* que continuamente

[36] Também chamado de *Río Wangki* na língua *Miskitu.*

[37] MENDOZA M., Tammy Zoad. Nicaragua: Indígenas miskitos buscan refugio. **La Prensa**, Managua, 7 ago. 2016. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2016/08/07/nacionales/2079713-indigenas-miskitos-buscan-refugio-en-nicaragua>.

[38] MIRANDA, Wilfred. El éxodo de los miskitos. **Confidencial**, Managua, 10 jun. 2016. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/exodo-los-miskitos/>. Também consulta ROMERA, Elizabeth; NAVAS, Lucia. ONU conoce denuncia de miskitos nicas sobre Ortega. **La Prensa**, Managua, 6 nov. 2015. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2015/11/06/nacionales/1931940-onu-conoce-denuncia-de-miskitos-nicas-sobre-ortega>.

têm se apropriados de *tierras comunales* pertencentes aos demais grupos étnicos[39] do Caribe, por interesses particulares.

Estas circunstâncias incita a necessidade de refletir sobre o significado de "autonomia" na perspectiva dos agentes sociais caribenhos; na concepção do Estado; na interpretação jurídica nacional referente à Lei N° 28 − Estatuto de Autonomia e à Lei N° 445 – *Régimen de Propiedad Comunal*; a partir dos dispositivos infraconstitucionais como a Convenção N° 169 da OIT; bem como nos acordos internacionais por intermédio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Neste sentido, é preciso perguntar inicialmente se a "autonomia" realmente existe na prática para os povos oriundos da Região Autônoma da Costa Caribe Sul e Norte nicaraguense.

Contemplando as questões destacadas acima, na próxima vez que retornei à Nicarágua, a fim de dar continuidade às atividades concernentes à pesquisa empírica, planejei ir desta vez à Região Autônoma da Costa Caribe Norte (RACCN), objetivando aprofundar a compreensão da dinâmica complexa do processo de *saneamiento*, especialmente, em relação aos conflitos territoriais entre indígenas *Miskitu* e os *colonos*. Do mesmo modo, notei que a percepção de representantes das comunidades e territórios etnicamente configurados, assim como do Governo Regional sediado no Caribe Norte, em contraste com aqueles do RACCS, seria fundamental para aprofundar os assuntos já sublinhados.

Com esta proposta, para iniciar a terceira fase do trabalho de campo, em julho de 2017, viajei primeiramente a Honduras, na intenção de interagir com os membros da organização *Miskitu,* MASTA, mencionada anteriormente. A ideia era iniciar a pesquisa a partir de uma análise da situação dos *Miskitu* nicaraguenses, que estavam refugiados na *Mosquitia* hondurenha, procurando um entendimento mais amplo sobre os conflitos territoriais na Costa Caribe Norte da Nicarágua, que os incitaram a deslocarem-se até o outro país centro-americano. Outro aspecto desta iniciativa era verificar a relação entre os indígenas da mesma etnia nos dois países nesta dinâmica. Em seguida, eu pretendia atravessar as fronteiras via Rio Coco, com o plano de principiar a indagação na Região Autônoma da Costa Caribe Norte nicaraguense. No transcorrer desta etapa do estudo, o tema foi se modificando

[39] Segundo Fredrik Barth (1998, p. 194), "na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam **grupos étnicos** neste sentido organizacional". Este tipo organizacional pode ser utilizado para considerar a forma que os indígenas, *Creole* e *Garífuna* entre outras etnias, atribuem características distintas à sua própria identidade étnica e como eles mantêm-na dentro da unidade coletiva. O autor esclarece que "as categorias étnicas fornecem um cadinho organizacional dentro do qual podem ser colocados conteúdos de formas e dimensões várias em diferentes sistemas socioculturais." (BARTH, 1998, p. 194).

conforme as condições do trabalho de campo e os dados coletados. Entretanto, o objeto de investigação continuou atinente às políticas relacionadas aos direitos territoriais etnicamente diferenciados no Caribe nicaraguense, bem como o fundo dos conflitos territoriais que chamam a atenção para a violação desses direitos juridicamente constituídos.

Passei aproximadamente um mês em Honduras com esta pretensão, antes de viajar a Nicarágua, onde ficaria na capital da Região Autônoma da Costa Caribe Norte (RACCN), conhecida como Bilwi e/ou Puerto Cabezas, transitando nesta região por cerca de sete meses antes de regressar para Brasil, em fevereiro de 2018. Aqui o propósito seria dialogar com representantes do governo regional, municipal e central, assim como aqueles dos *gobiernos comunales* e territoriais; além daqueles do partido regional/indígena conhecido como YATAMA − originalmente uma organização *Miskitu* −, visando averiguar suas perspectivas em comparação com tais representantes na RACCS, ou os do partido nacional em poder, a FSLN. Concomitantemente, eu estava interessada em conhecer os representantes do *Centro por la Justicia y los Derechos Humanos de la Costa Atlántica de Nicaragua* (CEJUDHCAN)[40], pois esta organização não governamental (ONG) é reconhecida por seu intenso envolvimento na defesa dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas e afrodescendentes, particularmente quanto à controvérsia do processo de *saneamiento*, interligada às ocupações territoriais irregulares por parte dos chamados "*colonos*". De todo modo, a principal meta desta ida à RACCN, consistiu em alcançar a oportunidade de visitar algumas comunidades rurais *Miskitu*, nas respectivas áreas de conflito, no intuito de obter dados sobre as experiências dos seus membros, no que diz respeito às lutas territoriais e violências subsequentes.

A partir desta etapa do trabalho de campo, meu objeto de pesquisa se transformou em observação etnográfica baseada nas experiências traumáticas dos indígenas *Miskitu*, do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, correspondentes aos conflitos territoriais com *colonos* e a relação com o Estado. O estudo concentra-se, neste sentido, especificamente nas quatro comunidades pertencentes ao referido território, denominadas: *Wisconsin, Esperanza-Río Wawa*[41], *Santa Clara* e *Francia Sirpi*, apontadas anteriormente. No decorrer desta análise, ficou evidente que os relativos conflitos sociais são vinculados aos partidos políticos

[40] Cf. *website* do CEJUDHCAN, disponível em: <https://cejudhcan.wixsite.com/cejudhcan>.
[41] Existe a comunidade *Miskitu*, *La Esperanza*, na borda do *Río Wawa*, numa região interiorana, no Território *Wangki Twi- Tasba Raya* e outra comunidade *Miskitu*, chamada *La Esperanza*, situada cerca do extenso Rio Coco (*Río Wangki*), que marca as fronteiras com Honduras. A pesquisa aborda especificamente aquela encontrada no referido território, frente ao *Río Wawa*.

nacionais e regionais, autoridades e representantes estatais; o poder local, regional e nacional, abrangendo grandes proprietários de terras; assim como a corrupção de líderes territoriais, – todos os quais pareciam estar envolvidos de alguma forma, nas atividades de tráfico ilegal de terras. Aliás, tais atividades, se mostraram interconectadas com a dinâmica similar em outros territórios caribenhos, notadamente o Território *Amasau*, pertencente aos indígenas *Mayangna*. Esta situação aparentava refletir as relações políticas e de poder que solapam a autodeterminação ou direitos a autonomia de diversas comunidades indígenas e étnicas, abarcando seus respectivos territórios, por toda a Região Autônoma da Costa Caribe nicaraguense na sua integralidade, como será discutido no corpo da presente tese doutoral.

O mapeamento do campo a partir da *Mosquitia* hondurenha

Antes de voltar a Honduras, em julho de 2017, entrei em contato com o Sr. Rafael Sambula, *Garífuna* hondurenho que conheci por meio do biólogo marinho, Joe Ryan, mencionado anteriormente. O motivo consistiu em adquirir possíveis contatos dos representantes da MASTA, nomeadamente o presidente, Sr. Norvin Goff. Por intermédio dessa relação, consegui entrar em contato com este líder *Miskitu* assim que cheguei a Honduras e encontramo-nos na cidade litoral, La Ceiba, onde ele estava participando de um evento. Nesta ocasião, desloquei-me do município de Tocoa onde eu estava hospedada na casa de parentes, por uma hora e meia via ônibus ou 100 quilômetros distantes de La Ceiba. Não obstante, o Sr. Goff residia na cidade Puerto Lempira, capital do departamento[42] *Gracias a Dios*, no nordeste do país, apreciada como a maior cidade da *Costa Mosquitia*, localizada na proximidade das fronteiras com Nicarágua, ao oeste. Após conhecê-lo pessoalmente, ele me convidou a ir à Puerto Lempira, com a proposta de conhecer os outros membros e a sede da MASTA, assim como a possibilidade de visitar algumas comunidades indígenas nos territórios ao redor desse centro urbano.

O Sr. Rafael Sambula também me passou o contato do Sr. Delton Allen, outro *Miskitu* que já foi membro da MASTA e governador da *Mosquitia* até o momento de ser retirado do seu cargo durante o golpe militar do Estado, ocorrido em Honduras no ano de 2009. Porém, agora trabalhava pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), administrando projetos que incentivam o fortalecimento da "governança" nas comunidades

[42] "Departamentos" na língua espanhola referem-se às divisões geopolíticas do país. Assemelham-se aos diferentes estados, com suas cidades capitais, no contexto brasileiro.

indígenas na *Mosquitia*. Em vista disso, me comuniquei com este por telefone com a intenção de conhecer a sede do PNUD localizada no centro de Puerto Lempira e me apropriar de outras informações, conforme sua experiência e conhecimento.

Finalmente cheguei a esta cidade via avião a jato que saiu do *Aeropuerto Golosón-La Ceiba*, no dia 28 de julho de 2017. Passei dez dias aqui, hospedada na casa da Sra. Ingrid Miranda Martinez, uma indígena *Miskitu* integrada à MASTA, com sua filha e suas duas netas. Durante este período conheci as comunidades *Miskitu* de *Mocoron, Pranza, Suhi e Rusrus*. Estas se situam numa região conhecida por ter recebido os refugiados *Miskitu* da Nicarágua, durante a guerra civil entre os sandinistas e os contrarrevolucionários nos anos 80, após a Revolução Sandinista contra o regime Somoza[43], além de abrigar os refugiados que chegaram em 2015, devido aos ataques sofridos pelos chamados "*colonos*", por conflitos territoriais.

Estando em Puerto Lempira tive a oportunidade de dialogar com diversos membros da MASTA, inclusive acompanhá-los até uma reunião na comunidade *Mocoron*, do *Consejo Territorial de la Federación de Indígenas y Nativos de la Zona Segovia Mocorón (FINZMOS)*, um dos 12 *consejos territoriales*[44] que compõem a *Mosquitia* e faz parte da organização político-administrativa da MASTA[45]. Ao conversar com os membros desta organização indígena e de diversas comunidades, ficou claro que um dos maiores problemas na *Mosquitia* hondurenha é a forte presença do narcotráfico interligado com a corrupção na região, por meio da *alcaldía* (prefeitura), representantes estatais e políticos, empresários, até mesmo certos líderes indígenas. Os agentes sociais me explicaram que a repressão por parte de poderosos narcotraficantes, é o bastante para subornar as instituições e uma grande parte da população na *Mosquitia*, pois sofrem intensas ameaças se não colaboram com seus interesses. Todos são sujeitos a este modo de coerção, mesmo a própria MASTA.

Durante meu curto tempo em Puerto Lempira, aproveitei igualmente o convite do Sr. Delton Allen e seu colega, Sr. Daniel Torrez (não indígena) para acompanhá-los a visitar as comunidades *Miskitu, Suhi* e *Pranza,* onde eles iriam administrar algumas oficinas sobre "governança". Seria uma oportunidade única, visto que a *Mosquitia* é bastante ampla e era

[43] Os dados históricos referentes a estes eventos serão expostos no Capítulo I.
[44] Os 12 *consejos territoriales* abrangem várias comunidades indígenas, formando estruturas organizativas concernentes à administração da grande extensão do território *Miskitu* e a respectiva população indígena, em Honduras.
[45] Verifique fotografias e mapas referentes às diversas experiências na *Mosquitia* hondurenha nos ANEXOS – "ILUSTRAÇÕES" e "MAPAS".

difícil conseguir transporte a tais áreas distantes. Então, saímos por volta de 9 horas da manhã, no dia 3 de agosto de 2017, numa pick-up rumo às comunidades indígenas. A pista era de terra vermelha e passamos por uma paisagem de extensas planícies e pinheiros. Chegamos pela tarde à *Suhi*, onde os senhores Delton e Daniel realizaram a reunião sobre "governança" e "territorialidade" com um grupo dos membros desta comunidade, na língua espanhola, porque aqui muitos *Miskitu* haviam se casados com *mestizos*[46].

Pernoitamos na comunidade e levantamos às 5 horas da manhã do próximo dia para sair em direção à *Pranza*, que se encontrava à beira do Rio Coco, assim sendo possível ver a fronteira com a Nicarágua. A reunião conduzida nesta localidade foi dirigida na língua *Miskitu*. Em ambas as comunidades, tive a oportunidade de perguntar aos indígenas sobre os refugiados nicaraguenses que tinham se hospedado nestas localizações durante algum tempo, ao fugir dos enfrentamentos violentos com *mestizos*, no outro lado do Rio Coco, nos territórios indígenas do Caribe nicaraguense. Como são da mesma etnia, apenas divididos pelas fronteiras nacionais, marcadas pelo Rio Coco, eles disseram que tinham alojado seus "irmãos *Miskitu*", inclusive algumas famílias refugiadas ainda não queriam voltar à Nicarágua. Para ilustrar, na comunidade *Suhi* ainda havia oito famílias nicaraguenses vivendo aqui. O senhor Martin, 57 anos, que nasceu e cresceu nesta comunidade, esclareceu que a MASTA e a prefeitura deram apoio aos refugiados por um ano. Depois dessa temporada não havia mais recursos para sustentá-los (Informação verbal: Sr. Martin, comunidade *Suhi*, 3/8/2017).

Neste sentido, cabe esclarecer que entre os *Miskitu* é comum encontrar pessoas na Nicarágua que nasceram em Honduras e vice-versa, já que apenas o Rio Coco os separam, pois suas relações de parentesco e afinidade ultrapassam as fronteiras nacionais. Isto porque a Costa *Mosquitia* pertencia à Nicarágua, mas foi dividido em 1960, quando sua parte setentrional foi concedida a Honduras pelo Tribunal Internacional de Justiça. Considerando esses fatos, na comunidade *Pranza*, enquanto os senhores Delton e Daniel conduziram a oficina do PNUD, entrevistei o Sr. Calipso Martinez Thompson, com 66 anos de idade, nascido em Honduras, no dia 28/8/1959, mas que cresceu na Nicarágua. Os membros da sua família são nicaraguenses e ele é da comunidade *Klisnak – Río Coco arriba* – Nicarágua. Ele já tinha sete anos vivendo na comunidade *Pranza* quando registrei seu depoimento, no qual ele explicou seus motivos por decidir morar neste local, na sequência.

[46] Neste caso esta classificação refere à população nacional não indígena, igual à Nicarágua.

> *Pasé las fronteras por los conflictos con "colonos", que vienen arruinar el territorio de Nicaragua, donde vinieron a aposar ahí, cada quién vino a ganar su parcela y descombrar los bienes, los palo, y hacer potrero a su costumbre. Como ellos quieren lo hacen. Entonces, viendo todo eso venia surgiendo más problemas con las comunidades cercanas, ¿verdad? Y entonces la gente estuvieron aquí, huyeron esas personas, estaban aquí refugiando en este Pranza, Honduras. Pero cuando iba calmando, unos pocos meses, o antes te diga, calmó este problema entonces y cruzaron de nuevo a sus comunidades [en Nicaragua]. Pero el problema siempre surge, que no hay calmado completamente. Entonces en ese espacio yo vivo aquí. (...) Quiero pues, regresar a mi Nicaragua nuevamente, pero el problema nunca hay cambiado. (...) Entonces en ese espacio estoy, al tanto aquí, pero siempre comunico, a veces yo llego a Nicaragua a investigar las cosas, a ver como continua ese problema, si va calmando o si va adelante ¿verdad? Entonces, yo siempre voy averiguar eso, hay problema, entonces siempre, todavía…*
>
> **Helen**: *Pero usted ya tiene siete años aquí. Entonces, ya había problemas con los colonos antes de 2015 ¿verdad?*
>
> **Sr. Calipso**: *Bueno sí, pero ellos siempre estaban metidos ahí, más anticipadamente de siete años en adelante y estaban concentrados en Nicaragua. Pero siempre ellos vivían ahí, pero la gente de las comunidades, algunos de las comunidades no se estaba dando cuenta que estaban destruyendo atrás de las montañas, que arruinaba los bienes. Entonces, por último llegaron y se dieron cuenta – la gente del pueblo – que estaban arruinando los bosques.*
>
> **Helen**: *¿Ellos estaban arruinando la tierra cómo? ¿Qué tipo de actividades estaban haciendo para arruinar la tierra?*
>
> **Sr. Calipso***: La actividad que ellos hacían, que cada año 150 hectáreas o manzanas que hacen entre ellos, los grupos de los* ***colonos****, cada año descombran los palos, los bienes entonces y quemaban. Entonces, ahí regaban zacate para los ganados, que estaban haciendo sus potreros. Eso es la actividad que ellos hicieron. Sí, arruinando completamente.*
>
> **Helen:** *Y la gente no querían que hagan eso…*
>
> **Sr. Calipso**: *La tierra era de las comunidades, la gente indígena de las comunidades. ¡Que era su territorio! Pero ellos vinieron, metiendo-se, como robando, ordenado por el gobierno de Daniel Ortega.* (Entrevista: Sr. Calipso Martinez Thompson, comunidade *Pranza*-Honduras, 4/8/2017).

A partir deste relato, entendi que talvez os conflitos territoriais entre indígenas e *mestizos* na Região Autônoma, já tivessem acontecendo por um tempo, antes das mais recentes ocorrências que chamaram a atenção do público, em 2015. Os *mestizos* ou "*colonos*", como são classificados pelos indígenas, vêm desmatando e queimando as suas *tierras comunales*, destruindo as florestas, com a finalidade de estabelecer grandes pastos para a criação de gado. Esta atividade requer a devastação de uma extensa quantidade de terra,

aproximadamente "150 hectares ou *manzanas*[47]", a cada ano, segundo o entrevistado. Durante sua fala, foi possível perceber o medo que Sr. Calipso tinha de ser atacado por tais *mestizos*, ao não querer voltar para sua comunidade indígena na Nicarágua.

O Sr. Calipso também culpou o governo central dirigido pela presidência do Daniel Ortega, ressaltando que: "*el gobierno no cumple su palavra*" (Informação Verbal, 4/8/2017). Quando perguntei sobre a relação dos indígenas com o Estado, ele explicou que o governo fazia promessas e oferecia um: "*apoyo falso*", deixando claro seu desapontamento com o papel oficial do aparato estatal, diante a situação dos indígenas. No entanto, o entrevistado me apontou que uma das situações que o deixava mais indignado foi o fato que seu sobrinho, com 19 anos de idade, ter sido assassinado por *colonos* na comunidade *Klisnak – Río Waspuk* (Nicarágua). O jovem *Miskitu* andava buscando comida em seu terreno ("*finca*") e pescando próximo desta área, quando de repente encontrou com alguns "*colonos*", os quais o balearam com uma escopeta de calibre 12 (Informação verbal: Sr. Calipso Martinez Thompson, comunidade *Pranza*, 4/8/2017).

Acabei dialogando, também, com seu cunhado, Eric Sabaya Henriques, 28 anos, que nasceu na comunidade *Mocoron* - Honduras. Além de ter parentes nicaraguenses e cruzar as fronteiras eventualmente, este conhecia a conjuntura dos conflitos destacados, por estar presente quando os refugiados indígenas chegaram em 2015. O Sr. Eric descreveu esta circunstância da seguinte maneira:

> *Sí, entonces una parte se cruzaban para el lado de Honduras para rescatar y pues otra se quedaron ahí. Y la gente no puede ir al monte a traer su bastimento de banano porque estaban reglados de esos indios*[48] *[mestizos] en esos lados, la gente aguantando hambre. Y así pues, fue calmando se poco a poco. Después el gobierno se quedó de acuerdo de hacer el "saneamiento". Entonces ahí, la gente poco a poco fueron cruzando al otro lado. Pero hay algunos que no quieren cruzar, desde que cruzó a este lado, se decidieron quedarse en el lado de Honduras. Y así pues ese problema en Nicaragua, todavía existe. (...) En 2015 las cosas empeoró más, entonces ahí fue que la gente dejaron sus casas, los animalitos y se cruzaron como refugiados a este lado y gracias al gobierno de Honduras también, que les brindaba un apoyo con la alimentación a ese pobre gente, que dejaron sus casas. Bueno para uno no es como estar en nuestra propia casa, pero el gobierno les apoyaba un pocito, el gobierno hondureño.* (Entrevista: Eric Sabayo Henriques, comunidade *Pranza*-Honduras, 4/8/2018).

[47] Uma *manzana* na América Central corresponde a aproximadamente 1.72 acres ou 6,961 m2.
[48] A palavra "índio" significa *mestizo* ou não indígena no contexto hondurenho e nicaraguense.

É possível perceber nestas falas, que a relação entre *Miskitu* nicaraguenses e hondurenhos é relativamente amistosa. Do mesmo modo, que as situações de conflito ainda continuam, a exemplo do assassinato do sobrinho do Sr. Calipso, que aconteceu em 2016. Desta maneira, fica compreensível a vontade de algumas famílias e indivíduos *Miskitu* preferirem ficar em Honduras, ao invés de voltar a um território em conflito, na Nicarágua. Consoante estes agentes sociais, os *Miskitu* não têm o apoio do Estado, sobretudo, para impedir as violências e averiguar o problema entre indígenas e os *mestizos-colonos*[49]. Com esta percepção, o Sr. Eric ressaltou: "*Pues los Miskitu también han decididos morirse, porque el gobierno no les apoyan en nada*", expondo o fato que os *Miskitu* estão dispostos a morrer se defendendo contra os "invasores", dado que o Estado não manda as autoridades apropriadas para garantir a segurança física de todos, tampouco investigar as violências.

Estas informações coletadas me ajudaram a montar um quadro elementar do campo de disputas já destacadas, no intuito de seguir com a pesquisa empírica na Região Autônoma da Costa Caribe Norte, na Nicarágua, onde teria que aprofundar o tema e adquirir uma compreensão mais detida dos conflitos sociais em questão. O próximo passo para alcançar este objetivo seria ultrapassar os limites das fronteiras de Honduras e adentrar à Nicarágua.

O "Sihkru Tara": entre a Mosquitia hondurenha e nicaraguense

Numa conversa por telefone com Sr. Delton, antes de chegar à Puerto Lempira, ele havia mencionado a possibilidade de participar do *Encuentro Binacional de Pueblos Indígenas, Nicaragua-Honduras*, entre 6 e 9 de agosto de 2017, com o tema principal: "*Caminhando hacia el futuro, sobre las huellas de nuestros ancestros*". Após conhecer o Sr. Norvin, descobri que a MASTA e os indígenas *Miskitu* hondurenhos participavam desse

[49] O pesquisador nicaraguense, Edwin Matamoros-Chavez (2014), na sua tese sobre "*campesinos colonos*", além desta categoria, utiliza as frases "*colonos mestizos*" e "*campesinos-mestizos-colonos*", juntando estas classificações que referem à população nacional dominante e os diferentes grupos culturais que pertencem à mesma identidade étnica. Tenho me apropriado da junção destas categorias étnicas na escrita por vezes no texto, de modo semelhante, pois são classificações estreitamente vinculadas, visto que *campesinos* e *colonos* são subgrupos da etnia *mestiza*. Como explicado antes, *campesinos* são considerados pequenos agricultores ou trabalhadores rurais oriundos de diversas regiões nicaraguenses. A classificação *colono*, de modo geral, é utilizada pelos indígenas e afrodescendentes, até mesmo por outros *mestizos*, que diz respeito àqueles *campesinos*, simultaneamente *mestizos*, que usurpam terras tradicionalmente e juridicamente pertencentes aos indígenas ou afrodescendentes do Caribe, e os quais participam do intenso avanço da fronteira agrícola. Conforme Matamoros-Chavez (2014, p. 86), ainda existe uma diferença cultural entre "*mestizos no costeños"* como ele, e os "*mestizos costeños"*.

evento a cada dois anos, alternando organizá-lo em Honduras ou na Nicarágua. Neste ano ocorreria em Waspam e Puerto Cabezas, os dois municípios principais do Caribe Norte nicaraguense, com uma extensa população *Miskitu*. O Sr. Norvin me fez a proposta de atravessar as fronteiras com os participantes, como convidada especial, ademais aproveitar do transporte e hospedagem fornecidos pelas organizações indígenas em ambos os países. Aprendi que a MASTA tinha uma estreita relação com o partido indígena conhecido como YATAMA, da Nicarágua. Posto isto, o Sr. Norvin mantinha uma amizade próxima com o Sr. Brooklyn Rivera, "líder máximo" desse partido político regional e fundador do encontro, além de ser deputado federal do Congresso Nacional (*Asamblea Nacional*). O evento constituía um intercâmbio político-cultural entre os indígenas dos dois países, particularmente atinentes a seus direitos territoriais e de autodeterminação[50].

Seria uma oportunidade relevante para observar a relação cultural e política entre os indígenas, bem como a possibilidade de cruzar as fronteiras junto com os *Miskitu* de Honduras, que poderiam facilitar contatos na Nicarágua, a partir de relações de confiança. Em outros termos, seria extremamente pertinente para iniciar meu trabalho de campo na RACCN. Acima de tudo, era do meu interesse atravessar as fronteiras via Rio Coco, considerando o valor imaterial e material que este curso de água carrega na concepção do povo *Miskitu*, ou seja, o valor cultural e espiritual, também simbólico da transição de indígenas *Miskitu* entre os dois lados, em momentos históricos de extrema tensão social e que ocorrem até hoje.

A partir desse convite, no dia 6 de agosto de 2017, minha anfitriã, Ingrid e eu acordamos cedo para arrumarmos nossa bagagem e preparamo-nos para ir até a sede de MASTA, de onde iriam sair os ônibus e caminhonetes rumo à comunidade fronteiriça, *Leimus*. Neste local se encontra a alfândega que regulariza a entrada e saída do país, na margem do Rio Coco. Quando chegamos à MASTA, havia centenas de *Miskitu* com seus pertences, conversando e comendo, em frente da pequena sede, na rua e ao seu lado, onde um grupo da organização indígena servia comida – *frijoles con tortillas Miskitu*, enquanto a multidão esperava a saída do transporte terrestre. Depois de passar muito tempo, assisti as pessoas organizar suas bagagens por cima do transporte, e seguidamente elas entravam e lotavam os veículos. Fui orientada a entrar numa caminhonete da organização *Miskitu*, com um pequeno grupo de seus membros. Na sequência todos os veículos seguiram a estrada de

[50] Tem a ver com a noção de "autodeterminação" ressaltada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em diversas declarações, notadamente a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, de 2007.

terra vermelha que passa pelas grandes extensões de territórios indígenas, com bastantes pinheiros na paisagem, até chegar à *Leimus* pela tarde.

Nas fronteiras constituímos um grande grupo, então demoramos consideravelmente, pois cada pessoa precisava adentrar na pequena alfândega, com o objetivo de conseguir o carimbo de permissão para sair e entrar no país. Posteriormente, nos separamos em diversos grupos, com nossas malas, seguindo até a margem do rio, onde pegamos grande canoas, rumo ao outro lado do Rio Coco, entrada de *Leimus*-Nicarágua. Por canoa durou em volta de cinco minutos para chegar à fronteira do país de destino, onde subimos a escada de concreto construída sobre a alta inclinação de lama, na margem da água e prosseguimos logo em direção à pequena alfândega da República de Nicarágua. Novamente ficamos em fila, pelo lado de fora, esperando as autoridades cadastrarem e possibilitarem nossa entrada no país. Na sequência, entramos em vários ônibus que estavam nos aguardando, com a finalidade de nos levar à Waspam. O transporte foi articulado pelo partido indígena YATAMA, como parte do evento que os indígenas chamavam de "*Sihkru Tara*[51]" na língua *Miskitu*. Quando entramos nos ônibus as pessoas ficaram bem animadas, uma vez que o clima do evento se tornou perceptível, ao saber que logo estariam interagindo com seus amigos ou parentes *Miskitu* nicaraguenses, bem como tomando parte das festividades do encontro indígena, no decorrer dos próximos dias.

Passamos duas horas e meia numa estrada de terra vermelha e esburacada, tornando a carona bastante tumultuosa, assim precisando segurar as cadeiras e se equilibrar contra as paredes dos veículos, até chegar ao munícipio de Waspam, no final da tarde. Chegamos com fome, sujos e cansados. Ao sair dos ônibus, fomos direcionados a uma área aberta, uma espécie de pequeno campo de grama, onde membros do partido YATAMA tinham feito uma cozinha com fogo de lenha, com a proposta de nos servir comida. Por fim, fomos até nossa hospedagem ao outro lado da rua para descansar e tomar banho.

Essa noite havia a abertura do *Sihkru Tara*, num palco na praça da pequena cidade, onde apresentaram os principais líderes das organizações MASTA e YATAMA. Em seguida, diversos grupos de música e dança *Miskitu* fizeram apresentações, enquanto a praça e as ruas ficaram bastante cheias e animadas com indígenas *Miskitu* dançando e cantando. A exposição do evento, dos grupos culturais e musicais, foi conduzida na língua *Miskitu*, mas as

[51] Palavra *Miskitu* usada pelos seus antepassados quando antigamente cultuavam seus mortos e todas as comunidades festejavam juntas, sem fronteiras nacionais.

festividades terminaram cedo devido à chuva. Assim sendo, podíamos descansar por um curto tempo, posto que os ônibus iam sair a partir de 2 horas da manhã, em direção à capital, Puerto Cabezas, aonde o resto do *Encuentro Binacional de Pueblos Indígenas* ocorreria.

No dia seguinte chegamos à capital da RACCN, por volta de 8 horas da manhã, na sede do YATAMA, conhecida como a "Casa Verde". Aqui havia numerosos membros do YATAMA que faziam parte da organização do *Sihkru Tara*[52], com a incumbência de nos receber e nos dividir em grupos de acordo com o local onde seriamos hospedados, em distintas pousadas e alojamentos na cidade, acolhendo cerca de 200 visitantes indígenas de Honduras. Após ser levada até uma pequena pousada, me arrumei rapidamente, tomei café e logo busquei saber onde estava sendo conduzidos os diferentes seminários do encontro, em locais distintos na cidade. Estes teriam a participação de diversos palestrantes, abordando diversos assuntos indígenas, incluindo as temáticas: "identidade e cultura", "governança e autonomia", "mãe terra e recursos naturais", "territórios e povos", "produção e sustentabilidade".

Terminei assistindo um fórum sobre "autonomia", onde conheci e assisti as palestras dos professores Areli Barbeyto, da *Universidad de las Regiones Autónomas de la Costa Caribe Nicaragüense* (URACCAN) e Miguel Gonzalez, visitando da *York University* - Canadá, mas nascido na RACCS. Igualmente tive a oportunidade de assistir as palestras do professor Renfred Paisano, *Miskitu* e decano da *Bluefields Indian & Caribbean University* (BICU); Roy Wislap, advogado *Miskitu* e professor da BICU; o advogado *Miskitu*, Marcos Hoppington; e a Sra. Juana Bilbano, diretora *Miskitu*, do *Centro por la Justicia y los Derechos Humanos de la Costa Atlántica de Nicaragua* (CEJUDHCAN). Cada apresentação foi bastante relevante, tratando da dinâmica da "autonomia", "governança" e questões territoriais, mesmo que algumas fossem na língua *Miskitu*, pois um jovem do YATAMA se sentou ao meu lado e se ofereceu para traduzi-las na língua espanhola.

A exposição mais proeminente, no entanto, quanto aos meus interesses, era da Sra. Juana Bilbano, como representante do CEJUDHCAN, sobre o problema do *saneamiento*, mormente, os conflitos entre diferentes comunidades *Miskitu* e os "invasores *mestizos*" conhecidos como "*colonos*". Sua apresentação incluiu as quatro comunidades indígenas, *Wisconsin, La Esperanza, Santa Clara* e *Francia Sirpi*, do Território *Wangki Twi-Tasba*

[52] Cf. ANEXOS – ILUSTRAÇÕES para verificar fotografias deste evento, incluindo a viagem para chegar à Nicarágua.

Raya, o que chamou a minha atenção porque tinha ouvido numerosas notícias públicas especificamente sobre os intensos conflitos territoriais nestas localidades. Ela também mostrou diversas fotografias das violências sofridas pelos indígenas durante os ataques dos *colonos*, abrangendo as vítimas dos tiros de armas de fogos, a amputação da perna de um jovem, golpes e assassinatos, assim constituindo imagens bastante fortes e sangrentas. Ela falou com veemência a respeito da violação de direitos humanos e territoriais sucedendo nos respectivos territórios indígenas, evidenciada nos retratos.

Porventura, antes de sair de Honduras, eu havia tentado entrar em contato com a presidente do CEJUDHCAN, Dra. Lottie Cunningham, via internet. Como ela estava viajando, a mesma tinha me colocado em comunicação com sua colega, Sra. Juana Bilbano. Consequentemente, após sua palestra, me apresentei a Sra. Bilbano e logo marcamos um encontro na sede do CEJUDHCAN para a próxima semana. Do mesmo modo, tive a oportunidade de me apresentar ao Sr. Brooklyn Rivera, do partido YATAMA, bem como os professores indígenas Roy Wislap e Renfred Paisano da BICU, tomando seus contatos quando o fórum encerrou. Além do mais, conheci diferentes membros do YATAMA ao longo do evento, alguns inclusive com quais acabei mantendo contato de modo constante no decurso da minha estadia em Bilwi-Puerto Cabezas. Destarte, participar do *Sihkru Tara* foi fundamental, no sentido de apropriar-me de dados e conhecer vários agentes sociais relevantes, com a finalidade de principiar minha investigação empírica na RACCN.

Por meio das atividades do evento, visitei uma das comunidades indígenas distantes, denominada *Sukatpin*, onde dormi por uma noite, acompanhada por um grupo de *Miskitu* hondurenhos. Estes me contaram que o *Sihkru Tara* havia mudado muito após os mais recentes conflitos territoriais, sendo que diversas comunidades não podiam fazer parte do encontro como resultado. Isto se dava devido à situação de insegurança, assim como a falta de comida ou recursos para hospedar os participantes do evento, especialmente porque alguns perderam acesso a suas *tierras comunales*. De todo modo, essa noite assisti a noite cultural e, ao mesmo tempo, aproveitei a ocasião para falar com algumas *autoridades comunales* no tocante às disputas territoriais com *mestizos*. Estes me narraram os ataques sofridos efetivados por *colonos* e os assassinatos de indígenas que eram seus parentes queridos. Concomitantemente, eles expressaram certa desconfiança, ao questionar minha intenção em inquirir sobre tais circunstâncias, salientando que não queriam dialogar com agentes do Estado. Desta maneira, já fiquei alerta com estes indícios preliminares, ao perceber que abordar este assunto seria complicado. Pode-se afirmar que as observações durante a dinâmica

do encontro, fizeram parte das minhas primeiras impressões do problema social investigado, instigando uma maior reflexão enquanto avançava com o mapeamento de dados pertinentes que norteavam o trabalho de campo.

Os desafios da investigação e trabalho de campo: alguns aspectos da construção da pesquisa

Ao proceder com esta análise, percebi inicialmente, que uma interação acadêmica com outros intelectuais que possuíssem conhecimento do meu campo de estudo, do PPGSCA ou UFAM em geral, seria difícil, pois não havia outros alunos tratando de um tema pertinente a um país centro-americano. De modo semelhante, encontrar fontes bibliográficas no Brasil sobre as áreas de conflito onde realizei trabalho de campo na Nicarágua, se mostrou significativamente limitado. Além do mais, durante as atividades de pesquisa realizadas na Nicarágua, também houve dificuldades em obter fontes documentais e bibliográficas sobre o tema sendo abordado, enquanto estive na Costa Caribe Norte e Sul. Por exemplo, entre diversas instituições, consultei o *Centro de Información y Documentación de la Costa Atlántica* (CIDCA) − *Bluefields Indian & Caribbean University* (BICU), apreciado por possuir uma ampla coleção arquivística sobre o Caribe nicaraguense; bem como a biblioteca da *Universidad de las Regiones Autónomas de la Costa Caribe Nicaragüense* (URACCAN), ambas constituindo as principais instituições de ensino superior na Região Autônoma. Nesta empreitada, pude encontrar uma gama de referências sobre diversos assuntos caribenhos, mas não especificamente a respeito das quatro comunidades *Miskitu* supracitadas, onde a maior parte do trabalho de campo foi concretizada, tampouco no tocante aos conflitos territoriais vinculados ao processo de *saneamiento*, de modo geral.

Por estes motivos, entre os meses de agosto e outubro de 2018, após ter concluído a última etapa da investigação empírica na RACCN, participei de um intercâmbio acadêmico, a partir de uma Cooperação Técnico-Científica entre o Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA/UFAM e o *Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies* (LLILAS), da *University of Texas at Austin*, nos Estados Unidos. O principal objetivo deste intercâmbio consistiu em ter acesso ao acervo da *Benson Latin American Collection Library*, do LLILAS, que possui uma coleção documental extensa e mundialmente conhecida sobre Nicarágua, Brasil e todos os países latino-americanos. Esta experiência, abrangendo a

interação com diversos professores desta instituição estrangeira, foi fundamental para aprofundar a presente investigação científica, conjuntamente às condições acadêmicas possibilitadas pelo PPGSCA/UFAM. O propósito interdisciplinar deste programa me levou a refletir de maneira pormenorizada sobre os contrastes entre a *Mosquitia* nicaraguense e hondurenha encontrados no Corredor Ecológico Mesoamericano e a Amazônia brasileira, com destaque às situações sociais e territoriais dos povos indígenas diante dos Estados nacionais.

Cabe realçar que o fator linguístico também foi essencial para elaborar a pesquisa, considerando que na RACCS os agentes sociais, em sua maioria, comunicavam-se em inglês-*Creole* e raramente queriam conversar em espanhol. Por outro lado, na RACCN, os agentes sociais falavam maioritariamente *Miskitu* como língua materna e espanhola como segunda língua. Esta circunstância influiu na interação em campo, na transcrição das entrevistas, sobretudo, na construção desta tese. Como falo inglês americano fluentemente consegui dialogar com os *Creole* razoavelmente bem, já que estes possuem a capacidade de modificar seu inglês conforme seus interlocutores, porque a RACCS historicamente tem tido a presença de americanos e britânicos por interesses econômicos desde os tempos coloniais, como será explicado no Capítulo I. No caso dos *Miskitu* na RACCN, conversávamos em espanhol como segunda ou terceira língua para ambas as partes, ou quando necessário procurei a ajuda de tradutores voluntários que pudessem auxiliar na comunicação entre espanhol e *Miskitu*. É pertinente apontar, neste caso, que os *mestizos* do Pacífico e outras regiões nicaraguenses *versus* os agentes sociais do Caribe falam espanhol de modo bastante diferenciado. Apesar dos desafios, o resultado desse esforço constitui a presente tese doutoral escrito em português brasileiro, com trechos de entrevistas apresentados em inglês-*Creole* e espanhol, sobretudo, diversas perspectivas e concepções traduzidas e interpretadas.

Em termos das dificuldades de levar a cabo o trabalho de campo em si, a partir das primeiras visitas à comunidade *Pearl Lagoon* em 2014, meu principal contato naquele período era o próprio presidente *comunal* e posteriormente territorial, Sr. Jack Sambula, que eu havia conhecido anteriormente no Brasil. Seguramente esta relação foi imprescindível ao facilitar o interesse e possibilidades de efetivar um trabalho de campo no Caribe nicaraguense. Consegui, ademais, traçar outros contatos nestas viagens iniciais e continuei retornando à referida comunidade com a intenção de aprofundar ou ampliar as *relações de pesquisa*, procedendo com a coleta de evidências, mesmo após o Sr. Sambula ser afastado do seu cargo e se ausentar do local. Entretanto, depois das mudanças políticas que ocorreram na estrutura

dos *gobiernos comunal* e territorial de *Pearl Lagoon*, a pesquisa doutoral também se modificou significativamente.

A princípio pretendia me instalar em apenas uma comunidade caribenha, a fim de observar a dinâmica social concernente aos conflitos territoriais, o sistema autonômico e as relações com o Estado. Para tanto, comecei a inquirir sobre os interesses econômicos e políticos por trás desses antagonismos. Durante esta empreitada fiquei interessada nas contradições que dizem respeito ao Canal Interoceânico, o que sucessivamente me levou à controvérsia relacionada à etapa demarcatória, conhecida como o processo de *saneamiento*. Isto porque para os *costenos*, este é fundamentalmente vinculado à violação dos seus direitos territoriais, seja em referência a tais megaprojetos, ou a outras questões de usurpação dos territórios etnicamente configurados. Por conseguinte, não acabei elaborando um estudo antropológico tipicamente localizado, pertinente à análise de um só lugar, povo ou cultura, pois prosseguia mapeando um problema social excepcionalmente complexa, que permeava diversas localidades, da mesma forma que envolvia diferentes segmentos sociais que atuavam no Caribe nicaraguense.

A partir de 2015, quando comecei a acompanhar a mobilização contra o Canal Interoceânico e daí em diante, eu estava essencialmente construindo uma nova pesquisa sem base nas *relações de pesquisa* já bem consolidadas, sobre quais havia inicialmente fundamentada os objetivos acadêmicos da indagação empírica. Subsequentemente, acabei improvisando na procura de estabelecer novas *relações de pesquisa*, ilustrado pelo uso das redes sociais, tal como o *Facebook*, tencionando fazer contato com representantes do *Consejo Nacional en Defensa de Nuestra Tierra, Lago y Soberania* ou com os advogados do CEJUDHCAN, antes de chegar à Nicarágua. Cada contato feito me levou a conhecer novas pessoas e lugares, dado que a grande maioria me recomendou outros indivíduos que poderiam facilitar informações pertinentes, bem como fazer sugestões quanto à como proceder com minhas inciativas científicas. Isto posto, segui traçando as *relações de pesquisa* e elaborando a forma de proceder enquanto avançava com a investigação empírica e as atinentes jornadas.

Deste modo, para levar a cabo este trabalho científico, segui os procedimentos comuns na antropologia ou no que se refere como "método etnográfico"[53]. Portanto, tratei de realizar entrevistas utilizando um gravador de voz; coletar registros fotográficos via máquina digital e vídeos com uma filmadora; tomar notas descritivas em cadernos de campo; além de executar

[53] Cf. MALINOWSKI, 1978.

o levantamento bibliográfico e arquivístico, já mencionado. Vale ressaltar que nesta tarefa, os nomes de diversos agentes sociais foram substituídos por nomes fictícios no texto, com o objetivo de preservar sua integridade física, considerando que os assuntos indagados são politicamente sigilosos e graves, o que significa que poderiam correr o risco de serem perseguidos por agentes do poder estatal, entre outros interessados. Por isso, apenas utilizei os nomes reais de pessoas que já são bem conhecidas na mídia ou que não corriam os mesmos perigos e a partir de seus plenos consentimentos. Um dos maiores obstáculos do trabalho empírico, foi construir relações de confiança em um contexto de desconfiança extrema, em virtude dos intensos conflitos sociopolíticos, fato que interferiu em diversas decisões tomadas no tocante ao procedimento em campo de maneira precavida. Ao passo de progredir com a pesquisa, percebi que sua complexidade maior constituiu as próprias condições do trabalho de campo nesta dinâmica complexa, ao invés da interação acadêmica ou contatos previamente obtidos e estabelecidos no campo.

Levando em consideração estas condições, prosseguindo com esta iniciativa científica, comecei a receber avisos por meio de membros das comunidades indígenas e étnicas com quais dialoguei, que eu deveria ter muito cuidado porque provavelmente estaria sendo vigiada por autoridades governamentais do partido FSLN ou seus informadores, por estar indagando questões politicamente "delicadas". Na capital da RACCS, Bluefields, senti a pressão dessas advertências quando participei das marchas em oposição à construção do Canal Interoceânico e daí em diante, como elucidado no Capítulo II. A partir do momento que iniciei as atividades de pesquisa na capital da RACCN, Bilwi-Puerto Cabezas, essa sensação de "paranoia" se intensificou bastante. Isto em parte, porque na Costa Caribe Norte era possível observar que existia uma relação de desconfiança muito mais tensa entre os indígenas *Miskitu* e os representantes do Estado, além daqueles de partidos políticos, em comparação com outras etnias e o sul caribenho, com base em fatos históricos.

Portanto, os deslocamentos constantes a diferentes lugares no Caribe, no transcorrer do trabalho de campo, além de ser necessários para obter certas informações fundamentais, acabaram se tornando estratégicos, por conta das tensões sociopolíticas. Pelos mesmos motivos, tentei ser discreta a respeito dos meus interesses em investigar os conflitos territoriais étnicos, abrangendo lutas por terras com *mestizos-colonos* e associados ao processo de *saneamiento*. Com esta lógica, aprendi que era melhor evitar falar abertamente sobre minhas atividades de pesquisa específicas, particularmente quando estava na cidade. Em várias ocasiões inclusive, viajei para outras localidades distantes sem avisar às minhas

anfitriãs dos meus planos, tanto na cidade, quanto nas comunidades indígenas. Em parte, isto tinha relação com o fato de que os próprios membros das comunidades *Miskitu* me alertavam sobre os possíveis "infiltrados" ou "traidores", também classificados como "*orejas del gobierno*" (orelhas do governo), que viviam nessas áreas de conflito e me vigiavam, com o intuito de prestar informações a respeito dos meus objetivos acadêmicos às autoridades estatais e/ou vinculados à Frente Sandinista (FSLN). Sob uma perspectiva sociológica, tal suspeição provavelmente tinha fundamento nos receios e a extrema desconfiança mantida entre os diversos agentes sociais, ao invés de ter ligação com minha própria segurança física. Mesmo assim, com o passar do tempo comecei a me sentir cada vez mais insegura, pois tal tensão era constante no campo.

Além da sensação de *desconfianza*[54] que permeava o campo empírico em geral, rapidamente notei que como uma pessoa estranha chegando às comunidades indígenas, a suposição imediata das pessoas era de que eu poderia ser uma agente do governo central ou de um partido político. Ambos constituíam associações negativas, por isso era preciso desfazer estas impressões e confirmar que eu não tinha nenhuma afiliação com essas estruturas, mormente, esclarecer que a pesquisa proposta se fundamentava em interesses acadêmicos. Por estas razões, durante as primeiras visitas a cada uma das quatro comunidades *Miskitu*, do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, foi exigido que me apresentasse em reunião perante todos os membros das comunidades para explicar minhas intenções. Após estes "rituais de iniciação" eu podia proceder com a investigação etnográfica sem maiores obstáculos, e os indígenas pareciam ficar mais à vontade com minha presença. Aliás, as principais *autoridades comunales* em cada local articularam minha hospedagem, alimentação e assistência com meu trabalho científico.

Desta forma, nas comunidades *Miskitu, Wisconsin, Santa Clara, Francia Sirpi e La Esperanza-Río Wawa*, procurei entrevistar o seguinte quadro de agentes sociais: indígenas que participaram diretamente dos enfrentamentos violentos com *colonos*; os chamados "*afectados*", isto é, pessoas que propriamente sofreram os impactos desses conflitos territoriais ao perder suas terras familiares e cultivos; as viúvas e parentes de pessoas que foram mortas nesta dinâmica; *autoridades comunales* e representantes de partidos políticos; assim como diversos homens, mulheres, idosos e jovens, de modo aleatório, os quais poderiam explicar a vivência desta situação social como membros das atinentes comunidades

[54] Este estado de convivência era destacado pelos próprios agentes sociais no campo.

Miskitu. A intenção constituía em coletar dados sobre o fundo dos conflitos territoriais entre indígenas e *colonos*, bem como as experiências dos indígenas quanto a este panorama de extremas violências físicas e simbólicas.

Um dos aspectos constrangedores ao iniciar o trabalho de campo no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, era o fato dos agentes sociais frequentemente acharem que eu era jornalista ou representante de uma organização não governamental (ONG). Aparentemente, eles estavam acostumados com repórteres nacionais e internacionais de diversos jornais, revistas, ou dos meios de comunicação virtual, que chegavam às comunidades com o objetivo de realizar entrevistas, tirar fotografias e interrogar as pessoas o mais rápido possível sobre os problemas sociais em questão, antes de se ausentarem depressa, nunca mais sendo vistos. Foi me explicado que estes profissionais ficaram nas comunidades durante algumas horas ou alguns dias no máximo. Por causa disso, inicialmente muitos *Miskitu* pensavam que eu teria as mesmas intenções e certos líderes presumiam que eu iria efetivar um levantamento rápido, portanto, entrevistar o máximo de pessoas possíveis em um curto período. Por conseguinte, articularam atividades e entrevistas conforme esta ideia. Simultaneamente, acreditavam que haveria uma publicação sobre a situação precária que eles estavam vivendo logo em seguida, o que criava expectativas errôneas sobre a urgência da elaboração e os possíveis resultados da pesquisa acadêmica. Mesmo explicando minha proposta de conviver com eles por um tempo prolongado, tencionando examinar os efeitos dos conflitos sociais com *colonos* no seu dia a dia, eles estavam habituados a receber especialistas que queriam ir embora prontamente, dado ao perigo de estar nestas áreas de conflito classificadas como uma "*zona roja*", ou seja, uma zona vermelha, porque poderiam sofrer ataques agressivos por parte dos *colonos* a qualquer momento. Por isso, os indígenas tinham dificuldade de compreender que uma pesquisadora desejaria passar mais tempo nas suas comunidades. Ao contrário do que eles imaginavam, minha pretensão era justamente analisar a dinâmica da situação social de extremos conflitos na chamada "*zona roja*".

De modo similar, as especulações por parte dos agentes sociais de que eu era representante de uma ONG, eventualmente criava a impressão que eu poderia ter financiamento para elaborar algum projeto que iria beneficiar as comunidades indígenas. Isto ocasionalmente instigava certos indivíduos a acreditar que eu tivesse condições pecuniárias para pagar pelas informações compartilhadas, o que também tinha ligação ao meu *status* como estrangeira. Vale apontar, contudo, que esta situação igualmente ocorreu na cidade, mas não refletia de modo algum o comportamento da maioria dos agentes sociais. Pode-se dizer

que as pressuposições destacadas, incluindo que talvez eu fosse uma agente estatal ou política; uma repórter ou representante de uma ONG, de algum modo demostraram que havia um campo de mediação repleto no território indígena.

Outra questão que me causou certo choque cultural durante minha estadia neste campo, foi a forte presença e atuação de religiões ocidentais na Região Autônoma, de modo geral, mas particularmente nas comunidades indígenas e étnicas. Para ilustrar, quando estive nas comunidades de *Pearl Lagoon* ou *Rama Cay* e na capital da RACCS, Bluefields, a grande maioria dos *Creole* e indígenas se consideravam devotos da Igreja Morava de tradição Protestante, mas por vezes encontrei algumas Testemunhas de Jeová. Na RACCN a maior parte dos *costeños* pertencia à Igreja Morava, mas em cada uma das comunidades rurais que visitei havia várias igrejas de diferentes religiões, incluindo Morava, Católica, Adventista e Evangélica. Assim sendo, os membros das comunidades *Miskitu*, em sua maioria, eram fiéis e frequentadores de uma destas igrejas regularmente. Isto significava que, mesmo sem imposição, havia uma expectativa de eu frequentar uma destas, pelo menos ocasionalmente, enquanto estivesse hospedada nas comunidades. Ou melhor, que como mulher eu deveria usar uma saia ou vestido nestas ocasiões, o que nunca aconteceu.

E este fato instigou outra circunstância desconfortável – a de ser uma mulher estrangeira realizando um trabalho de campo, sozinha, em outro país e cultura. Para demonstrar esta situação, nas comunidades *Miskitu* frequentemente pude observar os homens tomando *chicha* – uma bebida alcoólica artesanal – e fumando cigarros, embora raramente visse as mulheres fazendo parte destas atividades. Tampouco pude testemunhar uma participação significativa das mulheres no âmbito político ou de liderança, em comparação aos homens – sendo assim atividades predominantemente masculinas. Não obstante, devido ao meu objeto de estudo – conflitos territoriais com *colonos* –, acabei sempre interagindo com os homens, tanto os líderes integrados aos *gobiernos comunales*, quanto àqueles considerados "guerreiros" ou "guardiões" das suas comunidades, os quais tinham participado das confrontações violentas com *colonos*. Em vista disso, eu normalmente era a única mulher presente quando os homens bebiam ou fumava cigarros enquanto conversavam, ou que saía de noite para entrevistá-los durante sua incumbência de vigilância comunitária, em razão dos possíveis ataques. Ademais, adentrei as áreas florestais do território indígena com um grupo de homens armados, objetivando verificar a presença irregular dos *colonos*. Todas estas atividades que considerei necessárias para aprofundar a investigação, de certa forma acabaram chamando a atenção para um comportamento fora dos padrões femininos culturais, o que por

vezes instigava a circulação de rumores. Ao exemplo do que eu poderia ser uma agente militar, uma espiã, ou até mesmo uma "bruxa" com poderes mágicos especiais; fora das suspeições de que cada homem solteiro com quem eu dialogava era um possível pretendente, talvez pelo fato de não ter declarado ser uma mulher casada com filhos, algo igualmente considerado estranho para minha idade, na cultura *Miskitu*. De todo modo, segui efetivando as atividades investigativas com meus comportamentos culturalmente questionáveis, até porque este jeito de agir me auxiliou em relacionar-me bem com os agentes sociais diretamente envolvidos no campo de disputas, sobretudo, em concretizar uma análise e coleta de dados de forma mais pormenorizada a respeito dos conflitos territoriais vividos. Além disso, nem todos os indígenas compactuavam com estes rumores, tampouco acreditavam nesses boatos, inclusive tais noticiais frequentemente se tornavam bastante engraçados.

Em síntese, apesar de algumas pressuposições errôneas no começo, que pudessem ser considerados até comuns quando se inicia um novo trabalho de campo, em que as relações de pesquisa ainda estão sendo construídas, os *Miskitu* das citadas comunidades me acolheram e compartilharam suas experiências, mesmo vivendo com uma situação bastante precária perante sua segurança física, saúde mental e uma crise alimentícia. Estas experiências no Caribe nicaraguense me propiciaram a possibilidade de observação empírica e uma reflexão profunda sobre uma situação social de extremos conflitos, de modo relevante para examinar outras dinâmicas sociais comparáveis nas Américas, especialmente ao tocante dos movimentos sociais ou mobilizações étnicas[55] e a relação com os Estados nacionais.

Alguns instrumentos analíticos

Neste estudo as relações dos agentes sociais com o Estado são reiteradamente destacadas, sobretudo, as contradições quanto aos atos do Estado. Assim, as responsabilidades cumpridas ou não deste, em termos de acionar as leis constitucionais, assegurar direitos e a segurança física dos seus cidadãos, de modo mais específico, os indígenas e afrodescendentes do Caribe nicaraguense, são postos em "cheque" pelos agentes sociais, os quais trazem à luz

[55] Faço uma diferenciação entre movimentos sociais e mobilizações étnicas nesta discussão. Isto porque os movimentos sociais podem abarcar uma gama de grupos sociais e organizações da sociedade civil em face de diversos problemas sociais e circunstâncias. Por outro lado, refiro às mobilizações étnicas para abordar especificamente aqueles movimentos ou lutas baseados em fatores étnicos e políticas identitárias, como os movimentos indígenas e de afrodescendentes ou negros, entre diversas etnias historicamente marginalizadas, que enfrentam várias situações e conflitos sociais, notadamente perante diversos aparatos do poder, como o Estado.

denúncias de manobras políticas e de coerção, entre outros aspectos relacionados às ações de representantes estatais. Destarte, o Estado como a maior estrutura de poder no país, englobando o governo central e sucessivamente suas diversas instituições e mecanismos de controle: numerosos setores, trabalhadores, funções burocrático-administrativas, representantes institucionais e políticas; os burocratas e todos os seus subordinados, fazem parte da figura central de reflexão nesta pesquisa. No entanto, conforme Pierre Bourdieu (2014, p. 30), o Estado como objeto de análise se torna quase "impensável", porque ele em si faz parte de nossas estruturas de pensamentos, de nosso condicionamento social. O autor destaca que:

> O Estado é essa ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso, é o lugar para o qual somos remetidos quando regredimos a partir de certo número de fenômenos (...). (BOURDIEU, 2014, p. 38).

Geralmente, o que pensamos quando referimos ao "Estado" tem relação com uma:

> (...) espécie de princípio da ordem pública, entendida não só em suas formas físicas evidentes mas também em suas formas simbólicas inconscientes, e tudo indica que profundamente evidentes. Uma das funções mais gerais do Estado é a produção e canonização das classificações sociais. (BOURDIEU, 2014, p. 37-38).

Esta criação de categorias legitimadas e baseadas num princípio de divisão, é arbitrária e tem como função hierarquizar para controlar. Da mesma forma que frequentemente estas instigam as lutas de classe, bem como racismo institucional e ideológico, como no caso nicaraguense. É possível perceber que os atos do Estado são atos políticos que têm seus efeitos sobre o mundo social, mormente, são perpetrados por agentes dotados de autoridade simbólica[56]. O Estado, no seu sentido mais abrangente, de acordo com Bourdieu (2014), é um:

> (...) campo administrativo, como setor particular do campo do poder, é um campo, isto é, um espaço estruturado segundo oposições ligadas a formas de capital específicas, interesses diferentes. Esses antagonismos, cujo lugar é esse espaço, têm a ver com a divisão das funções organizacionais associadas aos diferentes corpos correspondentes. (BOURDIEU, 2014, p. 50-51).

Neste sentido, é também relevante salientar o aspecto fundamentalmente burocrático do Estado, no qual os regulamentos podem ser aplicados de maneira bastante estrita, ou,

[56] Cf. BOURDIEU, 2014, p. 39-40.

dependendo do que se trata afrouxá-los, até mesmo abrir "exceções"[57]. Esta dimensão é o que o autor chama de "dialética do direito e do privilégio", o que comumente termina na propina ou nos "escândalos"[58]. É aqui que se encontra a "gestão ordinária do Estado pelos depositários desse poder"[59], o que parece caber perfeitamente quando analisamos os atos do Estado da Nicarágua, quanto aos outros países na América Central e Sul, como Brasil.

Em concordância com Hannah Arendt (1985, p. 16), a burocracia se remete ao "(...) domínio de um intrincado sistema de órgãos no qual homem algum pode ser tido como responsável, e que poderia ser chamado com muita propriedade o domínio de Ninguém". Isso compete, por exemplo, às situações tais como a protelação de processos jurídicos ou quando agentes estatais se recusam a registrar denúncias de violação de direitos, entre numerosos procedimentos burocráticos que, de algum modo, acabam se "perdendo" dentro do sistema governamental, sendo passado de um setor ou funcionário para outro, ou até sendo ocultamente engavetado e "ninguém" se responsabiliza diretamente. Algo pelo qual a maioria dos cidadãos (seja qual for o país ou circunstância) têm passado. Neste contexto, a autora nos convida a ponderar que:

> (...) quanto mais burocratizada a vida pública, maior será a atração exercida pela violência. Em uma burocracia plenamente desenvolvida, não há como discutir, a quem apresentar reclamações, sobre quem exercer as pressões do poder. A burocracia é a forma de poder onde todos são privados de liberdade política, do poder de agir; já que o governo de Ninguém não é a ausência de governo, e onde todos são igualmente destituídos de poder temos uma tirania sem tirano. (ARENDT, 1985, p. 34).

Em outros termos, a "ausência" do governo (central/ federal) é estratégica e a própria burocracia constitui um meio do poder que simultaneamente serve como um instrumento da violência, sobretudo, um modo de dominação. Ao analisar a relação dos indígenas e afrodescendentes da Costa Caribe nicaraguense com o Estado, tal violência está nas formas de ignorar ou impedir as reivindicações dos seus direitos fundamentais, especialmente quando vinculados ao processo demarcatório dos territórios etnicamente conformados. Dito de outra maneira, a "ausência" do governo central ou do Estado nicaraguense, na realidade, refere-se à negação da operacionalidade de leis histórica, étnica e constitucionalmente estabelecidas. Apresenta-se, por exemplo, no que os agentes sociais repetidamente apontam como "*tatica dilatoria*", uma estratégia que leva ao esgotamento proposital de todos os possíveis recursos

[57] Cf. BOURDIEU, 2014, p. 53.
[58] Ibid., p. 53.
[59] Ibid., p. 53.

legais burocráticos, assim os deixando desprovidos do poder de agir em face desta maneira de dominação, concomitantemente contribuindo para as violências físicas, psicológicas, sociais e econômicas sofridas.

Levando em conta estes atos, cabe a noção de Bourdieu (2004, p. 81) em referência à estratégia, que é o "produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais". Conforme o sociólogo, o "senso prático" também pode ser interpretado como o "sentido do jogo" (usando uma analogia dos esportistas), "como domínio prático da lógica", ressaltando que o "jogo social é regrado" sendo assim o lugar da regularidade[60].

Entretanto: "Pode-se falar de jogo para dizer que um conjunto de pessoas participa de uma atividade regrada, uma atividade que, sem ser produto da obediência à regra, "*obedece a certas regularidades*" (BOURDIEU, 2004, p. 83)[61]. Partindo desta lógica, é possível observar as estratégias mobilizatórias criadas pelos agentes sociais do Caribe perante as estratégias contrárias do poder estatal ou diversos agentes de dominação, que, sobretudo, solapam seus direitos à autonomia, especificamente direitos territoriais e sobre os respectivos recursos naturais. Nesta situação, devido ao condicionamento social que configura o jogo social, existe certa previsibilidade do resultado, o que é possível perceber se verificarmos as conjunturas históricas da Nicarágua, que mostram como os povos indígenas e afrodescendentes do Caribe vêm sendo tratados desde a colonização. Contudo, ser estratégico no jogo social que, por sua natureza segue certas regras arraigadas, não quer dizer que a invenção ou a adaptação não seja possível, especialmente quando examinamos os movimentos sociais ou mobilizações étnicas. O que o autor aponta é que, mesmo criando novas estratégias e formas de agir, estes ainda são produtos do mesmo condicionamento social que também abrange as relações de poder condicionados à estrutura ilusória do Estado.

Para uma melhor compreensão sobre esta dinâmica, referente à Região Autônoma da Costa Caribe e o Estado da Nicarágua, considera-se que o poder não é localizado, ou seja, não é concentrado apenas na figura do Estado, mas distribuído entre instituições, pessoas, discursos, mecanismos, leis, sobretudo, estratégias, entre diversos outros elementos ou representações heterogêneos articulados, os quais Michel Foucault (2008) chama de "dispositivos". Estes constituem uma "rede" formulada por "estratégias de relações de força

[60] BOURDIEU, 2004, p. 79:83.
[61] O próprio autor enfatiza esta frase em itálico.

sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles." (FOUCAULT, 2008, p. 244:246). Um exemplo pertinente para esta análise é a instituição como um tipo de dispositivo, que segundo o autor, diz respeito ao: "(...) todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição"[62]. Ao refletir sobre as relações de poder, sabe-se que comumente se manifestam pelo desencadeamento das burocracias e ações via instituições, suas representantes e mecanismos. Estas condições ficarão mais evidentes no corpo da tese, particularmente quando se apresentam as formas que as instituições oficiais lidam com questões acopladas às situações sociais, econômicas e políticas na Região Autônoma.

Na concepção de Foucault (2008, p. 248), "(...) o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado". Por isso, a relevância em examinar as relações de poder. O "dispositivo" neste contexto é:

> (...) de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que trata-se no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força (...). O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam (...). (FOUCAULT, 2008, p. 246).

Foucault destaca, aliás, a pertinência de averiguar como as grandes estratégias de poder discorrem através das micro-relações de poder[63]. Apreciando esta perspectiva, a observação das relações de poder e como se distribuem mediante representantes políticos e estatais; os governos central, regional, municipal, territorial, assim como das comunidades indígenas e étnicas na Costa Caribe Norte e Sul, pode ser considerada como uma dimensão fundamental nesta pesquisa, pois estas se mostram complexas, intrincadas e indispensáveis para entender a dinâmica das lutas territoriais e das respectivas mobilizações étnicas, além dos meios pelos quais resultam violências simbólicas e físicas nesta conjuntura.

Tendo em vista estes fatores, o aspecto territorial da sociedade nicaraguense, que se remete às relações de poder históricas, as quais vêm se modificando até o presente, é essencial, sendo que a criação da "Região Autônoma da Costa Caribe" fundamenta-se na administração e divisão de territórios étnica e politicamente estabelecidos. Considerando esta lógica, Oliveira (1999, p. 20) explica que a presença colonial é um fator histórico "(...) que instaura uma nova relação de sociedade com o território, deflagrando transformações em

[62] FOUCAULT, 2008, p. 247.
[63] Ibid., p. 249.

múltiplos níveis de sua existência sociocultural". Na situação colonial abordado pelo autor, salienta-se a interação social dos "grupos étnicos" nestes processos, como um tipo organizacional, no sentido elaborado por Frederick Barth (1969), cujos limites culturais vêm sendo construídos situacionalmente. No caso tratado aqui, os grupos étnicos no seu sentido político-organizacional abrangem os povos indígenas e afrodescendentes diante do Estado-nação nicaraguense, enquanto Oliveira (1999) discute especificamente os indígenas do nordeste brasileiro.

A partir deste cenário, ele esclarece sua concepção de *territorialização*, definida como um processo de reorganização social que implica:

> (...) i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado." (OLIVEIRA, 1999, p. 20).

O conceito de *processo de territorialização* nos ajuda a examinar as transformações territoriais que vêm acontecendo desde a colonização britânica e espanhola, no caso da Costa Caribe nicaraguense (narrado no Capítulo I), vislumbrando como os colonos implementaram uma dimensão político-administrativa à gestão de territórios, que funcionou através da divisão de unidades geográficas, de modo hierárquico. Os subsequentes mecanismos de controle territorial e de integração das populações caribenhas, especialmente por parte dos colonizadores espanhóis e seus descendentes, serão notáveis quando apresentados no primeiro capítulo. E esta dinâmica se instaura por intermédio das maiores estruturas de poder até às relações de poder mais localizadas. O *processo de territorialização*, sobretudo, é contínuo e não tem fim, pois se trata da forma que a dinâmica territorial vem se alterando constantemente ao longo do tempo até hoje, a partir do controle político-administrativo inspirado particularmente pelos interesses econômicos do Estado-nação.

Cogitando estas características, o autor amplia sua interpretação, frisando que este processo é:

> (...) precisamente o movimento pelo qual um objeto político-administrativo (...) no Brasil as "comunidades indígenas" − vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). (OLIVEIRA, 1999, p. 21-22).

A conceptualização de Oliveira (1999) é seguida pelo Almeida (2008, p. 29), no seu ponto de vista sobre territorialidade que "funciona como fator de identificação, defesa e força (...)". Este elucida que o processo de territorialização:

> (...) é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. (...) A construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa **territorialidade específica** que é produto de reivindicações e de lutas. Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do Estado. (ALMEIDA, 2008, p.118-119).

Dito de outra forma, uma consequência de diversos processos de territorialização consiste nas "territorialidades específicas", que refere a redefinição das fronteiras territoriais, baseada em recentes conflitos e eventos, constitutivos da construção social dos territórios de diversos grupos étnicos, de modo situacional. Trata-se de um modo de "nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados", assim, "delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território." (ALMEIDA, 2008, p. 29).

Pode-se dizer que a Costa Caribe nicaraguense na sua totalidade, de certa forma, consiste numa constelação ou um conjunto de "territorialidades específicas", que abrange a construção das relações sociais e movimentos políticos diante do Estado da Nicarágua. Isto porque a sua dinâmica interétnica e autonômica fundamenta-se nas mobilizações étnicas que levaram a conformação da "Região Autônoma" a partir da fundação de dispositivos jurídicos como a Lei N° 28 – *Estatuto de la Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua*, a Lei N° 445 – *Ley del Régimen de Propiedad Comunal de Los Pueblos Indígenas y Comunidades Étnicas de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica de Nicaragua y de los Ríos Bocay, Coco, Indio y Maíz*, e a ratificação da Convenção N° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Da mesma maneira, é possível constatar que as lutas reivindicatórias no tocante dos seus direitos fundamentais ainda continuam com muita força perante as estratégias de negação e manipulação de políticas identitárias, mormente, direitos territoriais dos povos indígenas e afrodescendentes oriundos da Costa Caribe, até o presente momento. Neste contexto, Almeida nos relembram que:

> Mesmo levando em conta que o poder é efetivamente expresso sob uma forma jurídica ou que a linguagem do poder é o direito, há enormes dificuldades de implementação de disposições legais desta ordem, sobretudo em sociedades autoritárias e de fundamentos coloniais e escravistas (...), (ALMEIDA, 2008, p.33-34).

Estas condições caracterizam a sociedade brasileira tanto quanto a sociedade nicaraguense. Por conseguinte, considerando os instrumentos analíticos expostos e principalmente as situações sociais empiricamente observáveis, alguns dos aspectos das mobilizações étnicas dos indígenas e afrodescendentes em prol do pleno reconhecimento formal dos seus territórios etnicamente configurados na Costa Caribe nicaraguense, enquanto defrontam com interesses econômicos, portanto, mecanismos de controle sobre os relativos recursos naturais, vinculados às estratégias do poder, manifestadas pelos agentes do Estado, entre outros antagonistas, serão apresentados nesta tese.

Apresentação dos capítulos da tese

Os sete capítulos que compõem esta tese procuraram aprofundar diferentes aspectos da dinâmica dos conflitos políticos, étnicos, territoriais e as relações de poder, que dizem respeito à atual Região Autônoma da Costa Caribe Norte e Sul da Nicarágua. Do mesmo modo, objetivaram demonstrar a forma como o trabalho etnográfico apresentado foi se desdobrando ao longo das atividades de pesquisa em campo, enquanto casos específicos iam sendo examinados. Como a tese trata-se de uma situação social complexa fora do Brasil, em país centro-americano, senti a necessidade de contextualizar alguns fatos históricos relacionados à conjuntura sociopolítica no país, que são inseparáveis da Costa Caribe e os povos que a pertencem. Esta é a lógica do Capítulo I, no qual tentei esclarecer as relações de poder e políticas que contribuíram para o processo de territorialização, consequentemente a construção das territorialidades específicas que conformam a mencionada região que existe presentemente. Este capítulo apresenta aspectos de diversas fases de colonização da Costa Caribe, incluindo a ditadura Somoza, a Revolução Sandinista, a mobilização étnica que levou a construção da chamada Região Autônoma, além de fazer a conexão com as circunstâncias mais recentes, como a crise política na Nicarágua que se exacerbou a partir de 2018, sobretudo, o modo que a sociedade nacional nicaraguense e seus distintos governos vêm lidando com as questões de violação de direitos humanos e territoriais dos povos caribenhos, portanto, seus resultados desastrosos para os atinentes indígenas e afrodescendentes.

Como explicado anteriormente, ao iniciar esta pesquisa comecei a procurar compreender os conflitos sociais acerca da construção do *Gran Canal Interoceánico*, especialmente, os possíveis impactos socioambientais que este megaprojeto causaria para os indígenas *Rama* e os *Creole*, entre outros povos da RACCS. No entanto, à investigação foi se transformando e acabei indo para a RACCN, buscando aprofundar o conhecimento sobre conflitos territoriais ligados aos *colonos* e o impedimento da conclusão da quinta etapa demarcatória, o *saneamiento*. Mesmo assim, a meu ver, os dados levantados durante o trabalho de campo na RACCS com estes povos e os *campesinos* do movimento anti-canal, ainda são relevantes para esta discussão, porque é justamente nesta fase da pesquisa que percebi a gravidade dos conflitos territoriais e a relação com o Estado no Caribe, notadamente as contradições dos atos estatais em referência ao papel de garantir os direitos dos indígenas e afrodescendentes, conforme a legislação etnicamente configurada e os dispositivos infraconstitucionais. Por isso, o Capítulo II faz um resumo da mobilização contra a construção do Canal Interoceânico, no intuito de revelar a dinâmica das relações de poder e políticas que exemplificam os modos de coerção do governo central, conhecido como o "regime orteguista". Ademais, os *campesinos* que se deslocaram da rota do canal devido a esta conjuntura, têm um estreito vínculo com a usurpação territorial na RACCN e a nova fase da fronteira agrícola, que chamará a atenção posteriormente, no Capítulo VII.

O Capítulo III versa sobre o processo que levou a criação da Lei N° 445 – *Régimen de Propiedad Comunal*, que regulariza os territórios indígenas e étnicos: a sua relevância para os povos do Caribe e os desafios para sua implementação. Contextualizar esta legislação é fundamental para compreender os conflitos territoriais na RACCS e na RACCN, sobretudo, o que está em jogo quando os agentes sociais reivindicam a finalização da etapa do *saneamiento*. Neste capítulo a manipulação política, notadamente por meio do partido FSLN, que representa o atual Estado da Nicarágua, encabeçado pelo Presidente Daniel Ortega, fica perceptível quando se trata das políticas territoriais referentes à Costa Caribe que abrange os chamados *costeños* (indígenas e afrodescendentes) e lutas territoriais com os *colonos* que estão irregularmente e sucessivamente ocupando as *tierras comunales* que compõem os respectivos territórios. Esta discussão traz à luz o papel dos acordos políticos entre a FSLN e YATAMA para levar a cabo o processo demarcatório, bem como a participação e perspectiva dos advogados do CEJUDHCAN, no que tange as contradições da criação e instalação da Lei N° 445, em virtude da negação do Estado. Deste modo, vislumbra a problemática do amparo

legal via esta legislação *versus* as concepções de territorialidade dos agentes sociais oriundos do Caribe.

Seguindo com esta discussão, o Capítulo IV descreve a maneira que os indígenas e afrodescendentes que representam os territórios etnicamente constituídos, procuraram dialogar com o Estado, objetivando concluir o processo demarcatório, com a etapa essencial do *saneamiento*. As evidências etnográficas demonstram que a relação que os *costeños* mantêm com o Estado é complicada, dado que tal diálogo é negado ou caracterizado pelo discurso e atos incoerentes dos representantes desta estrutura de poder, fato que instiga uma relação de extrema desconfiança profundamente marcada no campo de disputas políticas e territoriais, ademais, no tocante às formas política-organizativas dos povos indígenas e afrodescendentes da RACCN e RACCS. Neste capítulo destaca-se como esta relação foi se deteriorando cada vez mais, eventualmente provocando o "*auto-saneamiento*" por parte dos mencionados povos caribenhos, devido ao rompimento da possibilidade de diálogo destes com o Estado e a falta deste de cumprir com a conclusão do processo de *saneamiento*, considerado segundo os agentes sociais, urgente para impedir a intensa usurpação territorial dos *colonos*.

O Capítulo V traz o debate entre os defensores de direitos humanos (advogados, entre outros aliados dos *costeños*) e os representantes estatais que atuam na RACCN, em referência aos conflitos territoriais entre indígenas e *colonos*, salientando diversos contrastes nos seus discursos e nas evidências concretas a respeito. Nota-se nesta discussão, que agentes da segurança pública, ou seja, militares e policiais se recusaram a investigar os concernentes casos de extremas violências no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, assim como os agentes estatais entrevistados, negaram a existência de tais ocorrências ou culparam as próprias vítimas indígenas. Portanto, as observações etnográficas expostas realçam alguns casos de violências narradas pelos agentes sociais que sucederam no referido território indígena, além da necessidade dos advogados de CEJUDHCAN e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), apresentar tais fatos diante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a fim de solicitar medidas de proteção para os indígenas *Miskitu* diretamente afetados. Além do mais, a análise desta situação indica que existe um esquema de tráfico ilegal de *tierras comunales* que envolve agentes políticos e estatais, *campesinos-colonos* e indígenas.

A partir do Capítulo VI, a construção do campo empírico nas comunidades indígenas *Santa Clara, Esperanza, Wisconsin* e *Francia Sirpi* que abarcam o Território *Wangki Twi-Tasba Raya* é desvendada. Salienta-se neste capítulo o agravamento dos conflitos sociais que levaram ao deslocamento de uma grande população indígena destas comunidades *Miskitu* até a cidade de Puerto Cabezas, Waspam e a República de Honduras, ao mesmo tempo em que alguns dos seus líderes foram perseguidos e/ou assassinados, mas o Estado se negou a interferir nesta situação no intuito de impedir a violência e a desordem decorrentes da invasão territorial. A discussão etnográfica aborda a dinâmica das tensões políticas locais, disseminadas a partir da relação com o Estado, via o partido FSLN e estruturas políticas estreitamente vinculadas, como os chamados *Consejos de Liderazgo Sandinista* (CLS) e a criação dos *gobiernos paralelos*, os quais monopolizam a autoridade e administração legítima dos líderes democraticamente eleitos para compor os *gobiernos comunales* de cada comunidade indígena. A partir destas observações diretas em campo, verifique-se a tensão entre os agentes afiliados aos partidos FSLN e YATAMA, também os conflitos e desconfiança internos gerados pela interferência estatal e política nas comunidades indígenas, que contribuem para o aumento de conflitos territoriais com *colonos*.

Finalmente, o Capítulo VII apresenta as narrativas e perspectivas dos agentes sociais oriundos das referidas comunidades indígenas, quanto ao que instigou os conflitos territoriais com os *colonos* e sua vivência desta situação de extremas violências físicas e simbólicas até o presente momento. A discussão revela a dinâmica do tráfico de *tierras comunales* pertencentes aos *Miskitu*, que compreende diferentes grupos de *mestizos*, tal como os *campesinos*, os *colonos* dos "grupos armados" e os chamados "*viejo vivientes*"; concomitantemente agentes do Estado, do Governo Regional da RACCN e representantes políticos, além daqueles classificados como "*vende tierras*", sobretudo, relações de poder local e nacional. Neste capítulo ressaltam-se as violências sofridas pelos indígenas nesta conjuntura, incluindo ataques, sequestros, roubos e assassinatos perpetrados por *colonos*, ao mesmo tempo em que os agentes da segurança pública, entre outros representantes do Estado, se recusaram a averiguar esses casos ou proteger os indígenas de alguma maneira, assim violando seus direitos constitucionais. Descrevo, igualmente, os relatos que dizem respeito aos traumas sofridos pelos membros das quatro comunidades indígenas, assim como o racismo sistêmico via a omissão das instituições e agentes governamentais apropriados, no que concerne acionar ou garantir as respectivas leis etnicamente diferenciadas nesta

circunstância, o que apontam para um modo de etnocídio físico e simbólico, praticado inclusive, pelo próprio Estado da Nicarágua e seus diversos representantes do poder.

A partir das considerações resumidas nesta seção introdutória, sobre o conteúdo de cada capítulo, na sequência apresentam-se alguns resultados da presente pesquisa etnográfica que compõe a tese.

CAPÍTULO 1 − CONTEXTUALIZAÇÃO DA DINÂMICA POLÍTICA DA NICARÁGUA E DA REGIÃO AUTÔNOMA DA COSTA CARIBE

Durante as primeiras fases do trabalho de campo, entre 2014 e 2015, eu ouvia os nicaraguenses tanto no Caribe, quanto na capital, incluindo *mestizos*, indígenas e afrodescendentes, comentarem sobre as próximas eleições presidenciais que iam acontecer em 2016. Aparentemente, o Presidente Daniel Ortega, do partido *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN), iria se candidatar pela quarta vez. Este fato provocou suspeita sobre um processo eleitoral fraudulento e muitos previam a manipulação do resultado[64].

Para ilustrar, antes das eleições perguntei para um doutor em sociologia da *Universidad Centroamericana* (UCA) sua opinião sobre a referida situação. Este era militante da FSLN nos anos 80, logo após a fundação do partido, mas sua percepção é marcada pelo ceticismo sobre o governo no poder e a forma que a política partidária vem sendo conduzida no país ao longo dos anos. Trata-se de uma crítica ao modelo político "orteguista"[65] (como é popularmente classificado), sob a rubrica da FSLN, mas que, na verdade, fundamenta-se, principalmente, em interesses e privilégios próprios do Presidente Daniel Ortega e sua família.

> *Este año es un año electoral en Nicaragua y el gobierno está utilizando todo lo que está a su alcance para empujar su proyecto político. Y aunque aún no ha hecho pública su decisión de re-elección de Daniel Ortega, nadie duda de que seguirá siendo el candidato eterno de su partido hasta que se muera. La oposición en este país ha sido desarticulada y atomizada por la corrupción promovida por el propio gobierno. Así que no se ven posibilidades, al menos a este momento, de cambios. De todas maneras, este año será un año de mayor polarización política y quizá hasta de conflictos, aunque en Nicaragua las campañas electorales suelen ser bastantes cívicas. Pero el contexto no parece tan favorable, dada la intolerancia política que ha ido dominando el panorama político del país*. (Informação verbal concedida pelo intelectual da ACN-UCA, Managua-Nicarágua, 12/1/2016).

Esta resposta chama a atenção para um âmbito tenso de relações políticas no país, diante de mecanismos de dominação articulados pelo partido no poder. De fato, Daniel Ortega não apenas venceu as eleições em 2016 (como foi aventado acima), mas ele tornou candidata a sua própria esposa, Rosario Murillo, como vice-presidente. A partir deste momento, o

---

[64] Cf. SALINAS, Carlos. Ortega confirma guinada autoritária ao indicar esposa como candidata à vice-presidência. **El País,** Managua, 3 ago. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/03/internacional/1470183782_674749.html>.

[65] Cf. BÁRCENAS, Fernando. ¿Qué tipo de régimen es el orteguista? **Confidencial**, Managua, 29 jun. 2016. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/tipo-regimen-orteguista/>.

governo nicaraguense foi marcado oficialmente pelo nepotismo e autoritarismo do chamado "regime Ortega-Murillo". Esta configuração de poder tem se caracterizado pelas relações familiares, ao invés de públicas e partidárias, no tocante aos cargos político-administrativos. Destarte, enfraquecendo a institucionalidade do país, especialmente com a falta de transparência, enquanto assegurando o poder dominante da família presidencial. Devido à forma com que o Presidente Ortega tem se candidatado nas eleições das últimas duas décadas, os meios de comunicação e numerosos nicaraguenses frequentemente se referem a ele como "*El presidente inconstitucional*"[66].

Desde a primeira vez que cheguei à Região Autônoma da Costa Caribe Sul-RACCS, em 2014, com o objetivo de elaborar um *survey* sobre as políticas territoriais etnicamente diferenciadas, diversos agentes sociais, além das minhas próprias observações em campo apontaram para um modelo de governo autoritário, dirigido pela administração Ortega, suspeita de configurar uma espécie de ditadura contemporânea, mas disfarçada pela propaganda governamental de constituir uma democracia socialista[67]. No entanto, a história e os dados empíricos levantados demonstram que o Estado da Nicarágua se caracteriza hoje em dia pelo capitalismo neoliberal, rompendo com os princípios socialistas sobre os quais o partido FSLN foi fundado em 1979.

Neste sentido, é relevante destacar que, no decorrer das minhas experiências em campo, percebi que a memória coletiva sobre eventos históricos, ou seja, sobre o passado, tinha um vínculo indispensável com as relações sociais, políticas e de poder, no presente. Esta observação é especialmente pertinente para compreender a dinâmica administrativa e territorial na região caribenha, sobretudo, os conflitos territoriais entre indígenas e afrodescendentes do Caribe com os *mestizos*, que constituem a maior população nacional. Do mesmo modo, outros cientistas sociais, como Edmund T. Gordon, Galio C. Gurdián e Charles R. Hale (2003, p. 373) têm verificado o mesmo fenômeno, que eles chamam de "*social memory of struggle*"− isto é, a "memoria social de luta". Esta enfatiza a história de lutas contra a opressão de estrangeiros (*outsiders*) e a favor da autodeterminação, incluindo controle sobre os recursos naturais, baseado numa cultura e história compartilhada entre os

[66] MALDONADO, Carlos Salinas. Corte sandinista decreta la reelección de Daniel Ortega. **Confidencial**, Managua, 30 set. 2010. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/archivos/articulo/1970/corte-sandinista-decreta-la-reeleccion-de-daniel-ortega>.

[67] As formas em que o regime Ortega controla os meios de comunicação serão explicadas posteriormente.

povos oriundos do Caribe. Estes nas quais, são genericamente chamados de "*costeños*"[68] pelos autores e os próprios agentes sociais[69].

Em vista disto, cabe contextualizar alguns fatos históricos, no intuito de esclarecer as situações de conflitos, as relações políticas e os direitos etnicamente diferenciados que vêm se constituindo ao longo do processo de territorialização[70] na Nicarágua, mormente na Costa Caribe. De modo igual, tal quadro histórico serve para tornar mais compreensível os dados etnográficos que serão apresentados nesta tese, que dizem respeito aos conflitos territoriais evidenciados pelo não cumprimento do processo de *saneamiento* do aparato do Estado nicaraguense. Em outros termos, a memória e a interpretação do passado pelos *costeños* é fundamental para entender a dinâmica da situação sociopolítica em que se encontram presentemente.

O panorama histórico também demonstra que as atuais relações de poder se fundamentam na "situação colonial"[71] sobre qual o país se estabeleceu, com seus vestígios de dominação e racismo institucionalizados. Ou seja, a presente situação social mantém resíduos das respectivas estruturas dominantes e suas formas de transformar as culturas[72] que existiram antes da chegada de estrangeiros europeus, no caso nicaraguense estes foram britânicos e em seguida espanhóis. Na concepção de Edward Said (1992, p. 35-39), existe uma complexa e dinâmica relação entre o passado e o presente, da mesma forma que há um laço inseparável entre cultura e imperialismo. De certo modo, o "grande imperialismo clássico", que se apaziguou após a Segunda Guerra Mundial ainda tem "uma influência considerável no presente." (SAID, 1992, p. 40). Hoje em dia, estes entrelaçamentos têm resultado nos chamados "impérios modernos"[73].

De acordo com o autor, o termo "imperialismo", de modo geral: "significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros." (SAID, 1992, p. 39). Do mesmo modo, refere-se à:

---

[68] Conforme os autores o termo "*costeño*" se refere a todos os nativos da costa Caribe ("*all coast natives*"). (GORDON et al., 2003, p. 2).
[69] Ibid., p. 5.
[70] Como destacado na introdução, este procedimento esclarece como os territórios passam por várias fases e são constantemente modificados ao longo do tempo, através de mudanças e controle político-administrativo e populacional. Trata-se de um processo contínuo que depende de vários elementos, principalmente aqueles que afetam os interesses do Estado, conforme a explicação de João Pacheco de Oliveira, na sua abordagem referente à colonização brasileira entre os séculos XVI-XVIII (1999, p. 18-20).
[71] Conforme Georges Balandier constitui-se nas "relações de dominação e submissão existentes entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada (...)" (BALANDIER, 1963, p. 114).
[72] Cf. GLUCKMAN, 1987, p.113.
[73] Ibid., p. 35-38.

> (...) prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante; o "colonialismo", quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes. (...) Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas (...). (SAID, 1992, p. 42-43).

No caso nicaraguense, tratam-se de ideologias de dominação, que vêm estabelecendo estruturas de pensamentos e sentimentos produzidos ao longo do processo histórico, vislumbrando traços de uma "cultura imperialista", que vêm se desencadeando num mundo globalizado que existe atualmente[74]. Deste modo, as condições sociais, tais como diferenças de classe ou as relações de poder são produtos de processos históricos, no sentido explicado por Pierre Bourdieu (2009, p. 87-89), por meio da sua concepção de *habitus* – isto é, posições e condições sociais estruturantes ("reguladas" e "regulares"). O *habitus* é um produto da história, gerando práticas individuais e coletivas de acordo com esquemas engendrados ao decorrer do tempo. Portanto, assegura a conformidade das práticas e sua constância no jogo social. Em outras palavras, o *habitus* fornece certa liberdade limitada ou controlada, ao produzir pensamentos, percepções, expressões e ações, os quais são sempre condicionados às situações sociais históricas. A partir desta reflexão, apresento alguns eventos históricos na sequência, com a intenção de mostrar a complexidade das relações interétnicas e políticas na Nicarágua, que simultaneamente abrangem relações de poder atreladas ao Estado. Discutir a dinâmica desses fatos auxilia na compreensão das atuais situações sociais de conflitos territoriais, evidenciadas pela etapa demarcatória do *saneamiento* territorial, na Região Autônoma da Costa Caribe como um todo.

Breve histórico: da "Revolução" até o Caribe

Nesse seguimento, é preciso esclarecer que a Nicarágua tem um longo histórico de regimes autoritários e concomitantemente mobilizações em oposição aos tais poderes dominantes. A mais conhecida destas foi a "Revolução Sandinista" em 1979, que conseguiu derrubar o regime ditatorial da família Somoza após 44 anos no poder. Os guerrilheiros "sandinistas" que consequentemente tomaram o poder, se autodeclararam com este nome em

[74] SAID, 1992, p. 37; 44.

homenagem ao famoso revolucionário, Augusto César Sandino[75], conhecido por organizar uma rebelião exitosa contra a ocupação militar dos Estados Unidos, na Nicarágua, entre 1927 a 1933 (KINZER, 2007). No entanto, pouco tempo depois da sua vitória, o General Anastasio Somoza García, comandante da Guarda Nacional estabelecida pela Marinha dos Estados Unidos no país, tramou o assassinato do jovem guerrilheiro, Sandino, em 21 de fevereiro de 1934[76].

Na sequência, o General Somoza depôs o então Presidente Juan Batista Sacasa do seu cargo e se candidatou à presidência, como representante do Partido Liberal. Por meio de um esquema estratégico para assegurar que fosse eleito, em 1936 o General oficialmente tomou a presidência do país e assim iniciou a ditadura hereditária, mantida pela família Somoza até 1979. Os Somoza eram reconhecidos pela brutalidade utilizada para manter seu poder e acumular sua fortuna, contra quaisquer opositores, enquanto mantiveram boas relações econômicas e políticas com os Estados Unidos.

O partido *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN), que se mobilizou para desmantelar o regime Somoza, foi fundado em 1961[77] por um grupo de intelectuais marxistas, inspirados pela Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro em 1959[78]. A Revolução Sandinista foi fundamental para quebrar o modelo autoritário sobre qual a população nacional vivia. Entretanto, os novos comandantes sandinistas não estavam bem preparados para administrar o país, e, portanto, enfrentaram muitos desafios enquanto tentavam reconstruir a Nicarágua após a guerra e a partir dos seus princípios socialistas. Além do mais, eles ainda se defrontaram com um poderoso aliado do regime Somoza, os Estados Unidos. Por consequência, pouco tempo depois do triunfo sandinista, o governo norte-americano, sob o comando do então Presidente Ronald Reagan, ilegalmente apoiou uma insurreição contra o novo governo sandinista, em 1981[79]. Com esta iniciativa, os norte-americanos instalaram bases militares secretas em Honduras, nas áreas fronteiriças com a Nicarágua, objetivando treinar opositores dos sandinistas em táticas militares, com a intenção de dizimar o citado

[75] Vale mencionar que o sandinismo reconhecia o indígena como uma figura heroica ao resistir à colonização como a base da identidade nacional, ao invés de valorizar os conquistadores espanhóis. Desta forma, o sandinismo contestava os mitos de uma *mestizaje* (mestiçagem) harmoniosa. Ao mesmo tempo, incorporou elementos da ideologia do chamado "vanguardismo", com a ideia de que Nicarágua era majoritariamente uma nação *mestiza*. De todo modo, o sandinismo não era uma ideia monolítica, pois houve muitas divergências dentro do movimento a partir da década de 1970 (HOOKER, 2005, p. 26-27).
[76] KINZER, 2007, p. 30-31.
[77] Cf. HOOKER, 2005, p. 26.
[78] KINZER, 2007, p. 57.
[79] Ibid., p. 87.

governo revolucionário. Desta forma, iniciou-se uma nova guerra civil entre os contrarrevolucionários − ou os chamados "contras" e os sandinistas.

O movimento guerrilheiro dos "contras" foi composto por ex-militares da Guarda Nacional do regime Somoza, além dos membros da elite nicaraguense desse período, principalmente aqueles que perderam suas propriedades durante a Revolução Sandinista. Do mesmo modo, envolveu exilados somocistas que moravam em Miami, nos Estados Unidos. Porém, com o passar do tempo, jovens nicaraguenses de outras classes sociais, paulatinamente foram juntando-se aos "contras", pois não se conformavam com as imposições do regime sandinista (KINZER, 2007).

Este novo regime apropriou-se das grandes propriedades da família Somoza e, ao invés de dividir as terras entre os mais pobres trabalhadores rurais, os obrigaram a trabalhar em cooperativas estatais[80]. Com as reformas econômicas e governamentais, sucedeu uma grande escassez de alimentos e acesso aos produtos básicos, devido ao rompimento com o mercado norte-americano[81]. Ademais, com a ameaça da guerra contrarrevolucionária, os comandantes da Frente Sandinista, cada vez mais desconfiados, reagiram reprimindo quaisquer atos de protesto contrário à sua administração, por intermédio de violências, espionagem, criminalização e perseguição de cidadãos, assim desencadeando aprisionamentos, torturas e assassinatos. Desta forma, o regime sandinista rapidamente se tornou autoritário, ironicamente lembrando a opressão sistemática que existia nos tempos do regime Somoza.

Simultaneamente a este conflito, os sandinistas tinham um grave problema social acumulado na Costa Caribe, ao tentar instalar seu modelo governamental nesta região. Os sandinistas, em sua maioria *mestizos* da população nacional do Pacífico, Interior-Norte e Centro do país, tinham pouco conhecimento das populações indígenas e afrodescendentes do Caribe. Então, a FSLN priorizou a integração social, econômica, sobretudo, territorial da Costa Caribe ao Estado nicaraguense como um todo. Na sua concepção, era preciso seguir com uma Reforma Agrária, após os Somoza terem sido os maiores proprietários de terras na Nicarágua. Além disso, a nacionalização dos recursos naturais era considerada fundamental, o que significaria integrar os respectivos territórios etnicamente consolidados ao resto do país (VILAS, 1987, p. 71).

[80] Ibid., p. 122.
[81] Ibid., p. 150-159.

Para os *costeños* esta política se assemelhava às tentativas de governos autoritários anteriores. Com essa lógica, os comandantes sandinistas avançaram em tratar os indígenas do Caribe como se fossem *campesinos*, ou seja, pequenos agricultores *mestizos*, posto que ambos estes segmentos sociais trabalhassem na terra. Desta maneira, o fator étnico ficou nulo e os indígenas foram identificados como parte dessa classe social. Ao mesmo tempo, os *Creole* eram quase inexistentes nos discursos sandinistas, após estes terem tomado o poder[82]. De todo modo, os dados históricos e a memória social dessa época demonstram que a FSLN não compreendia a profundidade das diferenças culturais, históricas e territoriais dos povos da Costa Caribe, completamente afastados da dinâmica política e cultural do resto do país. Fato que levaria a uma série de conflitos entre os *costeños* e os *mestizos* da FSLN, como veremos posteriormente na seção chamada *A Frente Sandinista de Libertação (FSLN) e a mobilização étnica*.

A Costa da Mosquitia: formas de colonização culturalmente diferenciadas

Para compreender esse choque político-cultural, é pertinente apontar que na Costa Caribe, historicamente conhecida como a *Mosquitia*[83], os diversos grupos étnicos[84] foram colonizados primeiramente pelos britânicos, a partir do século XVI[85], enquanto o resto do país – semelhante ao outros países centro e sul americanos – foi colonizado pelos chamados "conquistadores" espanhóis. Estes foram especialmente cruéis na sua forma de dominar outros povos indígenas, em outras regiões nicaraguenses[86]. Esta colonização culturalmente diferenciada tem uma forte ligação com as ideologias políticas, que concernem aos conceitos de território e nação, contrastantes entre os *costeños,* − mas principalmente os indígenas *Miskitu* −, e a FSLN, séculos depois.

Como os britânicos priorizavam uma relação comercial ao invés da ocupação territorial, os *Miskitu* têm uma memória mais favorável no que tange a dominação colonial destes europeus em comparação com a colonização espanhola, que aconteceu posteriormente.

---

[82] Cf. GORDON, 1998, p. 148.
[83] A *Mosquitia* estende-se da Costa Caribe hondurenha até a Costa Caribe nicaraguense. Antigamente a maior população indígena desta extensão territorial constituía os *Miskitu,* os quais dominavam outros povos indígenas como os *Kukra* e os *Rama.*
[84] Como destacado na Introdução, refere-se ao conceito de "grupos étnicos" elaborado por Fredrik Barth (1998, p. 194) na sua discussão sobre etnicidade, no sentido organizacional.
[85] Cf. HALE, 1987, p. 24.
[86] Ibid., p. 24.

Não obstante, a colonização britânica instigava a formação de uma hierarquia étnica colonial (HALE, 1987, p. 35). Os povos que habitavam a Costa Caribe incluíram os indígenas *Miskitu*, *Rama*, *Kukra*[87], *Mayangna*, bem como os afrodescendentes *Creole* e *Garífuna*, entre outros pequenos grupos étnicos[88]. Contudo, durante a fase de colonização supracitada, os *Miskitu* estabeleceram uma forte aliança com os colonizadores britânicos, inclusive estes instituíram o Protetorado Britânico do Reino da *Mosquitia*, no século XVII. Desta maneira, os *Miskitu* mantiveram maior poder político e militar sobre os outros povos caribenhos, a exemplo dos indígenas *Rama* e *Mayangna*, assim como asseguraram sua defesa contra os espanhóis, ao apropriarem-se de armas de fogo por meio dessa aliança[89].

Neste contexto, os *Miskitu* realizavam a função de intermediários entre os britânicos e outros povos do Caribe, particularmente no tocante às relações comerciais. Portanto, se mantendo no topo da hierarquia étnica e formando o chamado *Miskitu Kingdom*[90] ou Reino dos *Miskitu*. Este funcionava de modo semelhante às estratégias explicadas por Balandier (1963, p. 114), relativas à colonização francesa na África Ocidental, em que o controle político foi mantido por meio dos "chefes" (ou caciques) e a intermediação das instituições "nativas". Neste caso o "(...) chefe de aldeia foi, em princípio, um chefe tradicional encarregado de certas tarefas administrativas, enquanto o chefe da região se tornava um 'funcionário especializado." (BALANDIER, 1963, p. 114). Assim, ambos os poderes imperialista e dos "nativos" podiam coexistir. Em outros termos, os britânicos, de modo similar, estabelecerem sua dominação na Costa Caribe nicaraguense através dos "chefes" ou caciques *Miskitu*, sutilmente modificando a estrutura étnica e cultural da região.

Até hoje os anciãos *Miskitu* apreciam os tempos dos Reis *Miskitu*, como também tem sido apontado por outros autores[91] que vêm estudando diversas situações socioculturais da *Mosquitia* nicaraguense[92]. Isto porque este período é visto como mais favorável para os *Miskitu*, antes que eles perdessem seu *status* sociopolítico com a ascensão hierárquica da elite *Creole*, a partir de 1840. Nesta época a sede governamental se estabeleceu na cidade de Bluefields[93], onde havia a maior população *Creole*. Do mesmo modo, marca a época anteriormente à Grã-Bretanha e a Nicarágua firmarem o Trato de Managua em 1860, que

[87] Hoje os *Kukra* já são extintos.
[88] Cf. HALE, 1987.
[89] Ibid., p. 9; 13; 17.
[90] Ibid., p. 36.
[91] Edmund T. Gordon, Galio C. Gurdián, Charles R. Hale (2003).
[92] HALE, 1994, p. 75.
[93] Ibid., p. 70.

reduziu o território que compôs a *Mosquitia*, excluindo a metade da população *Miskitu*[94]. Este último evento balizou a intenção da Nicarágua alcançar soberania sobre a Costa *Mosquitia* e a gradual desocupação dos britânicos.

Tal objetivo se tornou definitivo com a chamada "Reincorporação" de 1894 quando o General Rigoberto Cabezas, sob o comando do Presidente da Nicarágua, José Santos Zelaya, militarmente ocupou Bluefields[95]. O presidente pretendeu integrar a *Mosquitia* ao Estado-nação, denominando-a o Departamento de Zelaya e seguindo com a tomada de controle socioeconômico e territorial do Caribe[96]. Apesar das contradições entre os diversos povos do Caribe, todos têm em comum uma memória social coletiva, correspondente aos tempos dos reis *Miskitu* que denominam de "*king times*", em que consideram que suas condições socioeconômicas relativas à ocupação territorial, bem como o uso dos recursos naturais, eram muito mais favoráveis em contraste com o período posterior à "Reincorporação"[97].

Este último evento levou à transformação profunda da hierarquia político-econômica na costa caribenha, com a vinda dos *mestizos* de outras regiões, os quais desapropriaram *costeños* das suas terras e tomaram posições de poder, conjuntamente com outros estrangeiros (GORDAN et. al, 2003, p. 5). Neste sentido, a perda de privilégios materiais junto com uma opressão cultural-racial, se instalou a partir de um projeto de "*hispanicization*" ("hispanização") do Caribe. A nova classe dominante justificou suas políticas pela superioridade cultural e racial sobre os respectivos indígenas e afrodescendentes (GORDON, 1998). Assim, provocando a migração e a invasão de *mestizos*, bem como facilitou a instituição de uma elite *mestiza*, que acabou dominando o território caribenho. Estas circunstâncias ameaçaram os recursos naturais e modos de vidas dos *costeños* menos privilegiados, tal como os *Miskitu* que viviam em áreas rurais (GORDAN et. al, 2003, p. 5-6).

Vale salientar que entre 1890 e 1940 havia a presença de diversas empresas estrangeiras, especialmente norte-americanas na Costa Caribe. Por exemplo, empresas de madeira, de mineração e da produção de banana, como a *United Fruit Company*, *Cuyamel Fruit Company* e *Kukra Development Company*, entre outras (HALE, 1994, p. 81-82). Apesar da exploração da mão de obra e das terras pertencentes às comunidades indígenas e de afrodescendentes, os membros dessas comunidades parecem ter boas lembranças dos

[94] Ibid., p. 70.
[95] Idem., 1994, p. 70-71.
[96] KINZER, 2007, p. 256.
[97] GORDON; GURDIÁN; HALE, 2003, p. 5.

"*company times*" ou "os tempos das companhias", principalmente porque desfrutavam do trabalho assalariado e bens de consumo importados (HALE, 2003, p. 83-84). Fato observável quando conversei com anciões do Caribe nicaraguense, enquanto realizava trabalho de campo[98]. Nessa época a cidade de Bluefields se tornou o maior centro comercial da Costa Caribe, que é atualmente a capital da RACCS (KINZER, 2007, p. 255).

As relações com os empresários norte-americanos naquele tempo das companhias contribuíram para a impressão positiva que os *costeños* tinham sobre tais estrangeiros. Estes que foram considerados invasores ou inimigos "imperialistas", décadas depois, pelos sandinistas. Entretanto, a partir do momento que o Presidente Zelaya dominou a *Mosquitia* e a denominou o Departamento de Zelaya[99], houve um declínio econômico no Caribe. Isto era devido à perda do padrão de relações de trabalho implementado pelos empresários norte-americanos, simultaneamente porque os *costeños* foram excluídos dos projetos socioeconômicos do presidente.

Posteriormente à "Reincorporação", a Grã-Bretanha negociou o Trato de Harrison-Altamirano com a Nicarágua, ratificado em 1906[100], objetivando retirar-se de quaisquer obrigações estabelecidas previamente com os *costeños* e se ausentar do seu envolvimento político ou social na *Mosquitia*. Este acordo afirmou a plena soberania da Nicarágua sobre a Costa Caribe, ao mesmo tempo reafirmou os procedimentos para o reconhecimento legal das terras pertencentes aos *Creole* e indígenas, já discutidos em tratos antecedentes[101].

Entretanto, os britânicos perceberam a extrema desconfiança que os *costeños* mantinham sobre os nicaraguenses, notadamente porque estes não cumpriram com nenhuma das suas promessas feitas durante a negociação da "Reincorporação" referente às terras habitadas ou utilizadas pelos *costeños*. Por isso, os indígenas e *Creoles* tinham uma forte afinidade com os anglo-americanos, porque os associaram com a possibilidade de autonomia existente somente com a ausência dos espanhóis[102]. Aliás, os *costeños* disputaram a legitimidade do Estado da Nicarágua em lidar com suas contestações sobre o usufruto de terras orginalmente pertencentes a eles, visto que o próprio Estado as usurpou. Nesta lógica, ficou claro que não haveria a possibilidade de negociação entre os "espanhóis" (*mestizos*) nicaraguenses, os indígenas e afrodescendentes. Inclusive, a história sobre a Costa Caribe

[98] Entre 2014 e 2018.
[99] KINZER, 2007, p. 256.
[100] HALE, 1994, p. 77.
[101] Ibid., p. 70.
[102] GORDON, 2003, p. 6.

desde a Reincorporação até a ditadura Somoza (1934 e 1979) é repleta da resistência contra o controle estatal, ou seja, a dominação institucional dos *mestizos*[103].

Esta conjuntura levou os representantes do Estado a aceitarem a formação de uma *Comisión Tituladora*, dirigida pelos britânicos, no intuito de acalmar a tensão no Caribe e seguir com o estabelecimento de uma estrutura governamental na região. Esta Comissão procedeu dando apenas 8 a doze 12 *manzanas*[104] por cada família *costeña*, desconsiderando o padrão de uso de terras dos indígenas e afrodescendentes, tampouco apreciando as concepções das respectivas comunidades sobre o pertencimento dessas terras[105]. Ademais, os responsáveis do processo de titulação classificaram grandes extensões de territórios utilizados por indígenas e afrodescendentes para sua subsistência, como "terras nacionais", assim as tornando propriedades do Estado[106].

Curiosamente, os *costeños* atribuíram um valor simbólico aos títulos de terras concedidos, mesmo que suas terras fossem extremamente reduzidas, devido ao fato de que os britânicos ao invés dos *mestizos* nicaraguenses conduziram o processo. Este fato demonstra sua convicção que o Estado nicaraguense não possuía legitimidade para tratar de conflitos que concernem aos direitos agrários dos povos pertencentes à Costa Caribe. Deste modo, fica evidente que tais direitos, na sua perspectiva, são oriundos de uma época que precede à soberania do Estado da Nicarágua[107].

De qualquer maneira, em 1909, o Presidente Zelaya acabou se resignando forçadamente pelos próprios políticos estadunidenses, devido a uma disputa de interesses econômicas, provocada quando ele decidiu reduzir o número de concessões outorgadas a algumas empresas americanas de mineração e madeira[108]. Na sequência de eventos históricos relevantes, a presença dos militares dos Estados Unidos, finalmente instigou a mobilização contrária à sua ocupação do país, liderado por Augusto César Sandino, a partir de 1927 a 1933, como destacado anteriormente. Em seguida, a ditadura Somoza durou de 1934 a 1979.

---

[103] Ibid., p. 6.
[104] A medida de uma *manzana* na América Central corresponde a aproximadamente 1.72 acres = 6,961 m^2.
[105] Ibid., p. 6.
[106] Ibid., p. 6.
[107] Ibid., p. 6.
[108] KINZER, 2007, p. 26.

O processo de territorialização durante o regime Somoza

Em consonância com Hale (1987, p. 25) os mais intensos fluxos migratórios de *mestizos* até a Costa Caribe começaram em 1950, conhecido como o fenômeno de *frontera agrícola*[109]. Estas migrações foram instigadas pela expansão do agronegócio e agroexportação no Pacífico, que forçou os pequenos agricultores *mestizos*, conhecidos como "*campesinos*"[110] a saírem das suas terras. Quando a circunstância de *campesinos* sem terra extrapolou seu limite, o governo Somoza implementou projetos de colonização planejada ("*planned colonization projects*"[111]) que iriam afetar o Caribe de maneira devastadora.

Entre a década de 1960 e meados de 1970 o projeto da economia agroindustrial entrou em crise, o que piorou com o terremoto de Managua em 1972[112]. Por conseguinte, a Costa Caribe se tornou objeto de interesse econômico (mais uma vez) do governo Somoza, visando explorar os recursos naturais, bem como a necessidade de fornecer terras aos *campesinos* que foram deslocados compulsoriamente. Novamente, a ideia era realizar a assimilação cultural dos *costeños* à cultura *mestiza*, considerada superior. Esta proposta era fundada em concepções autoritárias de desenvolvimento e progresso do país[113]. Para ilustrar, no município de Waspam, na RACCN, onde há uma extensa população *Miskitu*, Anastasio Somoza Debayle[114] fez um discurso público, ressaltando seu plano de transformar os indígenas em *mestizo-campesinos*, com métodos de agricultura apropriados[115]. Por outro lado, os *Creole* ou afrodescendentes eram basicamente excluídos da nação nicaraguense, nos projetos somocistas[116].

Segundo Estrada (2013, p. 159), existem quatro períodos histórico-políticos que marcam os movimentos de fronteira agrícola via processos de colonização diferenciados. Primeiramente, aquele causado pela agroexportação e expulsão dos *campesinos*, constituindo a fase de colonização impulsionada pelo somocismo. Em segundo lugar, a partir da Revolução

[109] Conforme Verónica Rueda Estrada (2013, p. 159), trata-se de: "(...) la dinámica de movilidad de los campesinos desde tierras ya trabajadas para su uso agrícola, ganadero y/o forestal hacia zonas de montaña y selva para establecer ahí nuevos asentamientos productivos".
[110] De acordo com Estrada (2013, p. 157-158), "La agricultura tradicionalmente ha tenido mucho importancia en la vida de los nicaragüenses, se trata de una sociedad campesina que ha colonizado su territorio moviendo constantemente la frontera agrícola".
[111] HALE, 1987, p. 25.
[112] GORDON, 1998, p. 122.
[113] Ibid., p. 122-123.
[114] Também conhecido como "Tachito", ele tomou a presidência em 1967 a 1979 e era o filho do Presidente Anastasio Somoza García, quem oficialmente iniciou a ditadura em 1936.
[115] GORDON, 1998, p. 124.
[116] Ibid., p. 126.

Sandinista e sua economia planificada. O terceiro ocorreu durante o período pós-guerra, assinalada pelo aumento de movimentos de colonizações espontâneas, principalmente realizadas por *ex-combatientes* da guerra. Finalmente, a quarta etapa caracteriza-se pelas políticas atuais, instauradas pelo Presidente Daniel Ortega, objetivando revitalizar o trabalho *campesino* no âmbito de atividades agropecuárias. Estes processos abrangem as "*tres nicaraguas*", conforme a autora: o Pacífico, o Caribe (com um território bastante amplo); e o Interior-Norte do país, também conhecido como a Região Interior ou "*el Interior*" [117].

Na Região Interior havia se constituído uma espécie de pequena burguesia, composta por pequenos e médios produtores, bem sucedidos no mercado nacional e internacional, até o final da década de 1970 (ESTRADA, 2013, p. 172). No Pacífico se encontravam as grandes propriedades da família Somoza, dedicadas à agroexportação em grande escala, constituindo uma "*dinastía terrateniente*"[118]. Paralelamente, havia extensos setores de proletários e urbanizados, com necessidade de terras. Assim, os povos indígenas e afrodescendentes acabaram se defrontando com a invasão territorial efetivada por esses *mestizos-campesinos*, inspirados pelo discurso governamental de colonização. Esta propaganda consistiu numa estratégia para apaziguar a tensão social com os *campesinos*, que foram expulsos pelo projeto de agroexportação somocista[119]. Além da brutal invasão de terras pertencentes aos *costeños*, o contínuo avanço da fronteira agrícola até o presente, vem causando o desmatamento extremo e a devastação dos territórios que compõem a Costa Caribe nicaraguense. Este modelo de colonização contemporânea vem se agravando durante suas diferentes etapas até hoje, tendo uma estreita ligação como o impedimento da conclusão do processo de *saneamiento*, explicado no Capítulo II.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e a mobilização étnica

Como destacado anteriormente[120], os Estados Unidos manteve boas relações econômicas com os Somoza, mas estas iniciativas capitalistas foram interrompidas pela Revolução Sandinista. Por consequência, iniciou-se uma insurreição contrarrevolucionária, financiada pelo governo norte-americano, com o objetivo de levar a cabo um golpe do Estado

[117] ESTRADA, 2013, p. 163.
[118] Ibid., p. 173.
[119] Ibid., p. 173.
[120] Na seção intitulada – "Breve histórico: da 'Revolução' até o Caribe".

nicaraguense. Ou seja, havia uma aliança estratégica intencionando derrubar o governo sandinista.

Nesse momento de extrema tensão, os comandantes revolucionários desconfiaram da possibilidade dos *costeños* aliarem-se com a referida insurreição, devido à sua afinidade histórica com as culturas anglo-saxões. Com esta lógica, a Revolução se tornou o "Big Brother" dos *costeños*, conforme o pesquisador *mestizo* e sandinista, Edwin Matamoros-Chavez (2014, p. 108). Por isso, no Caribe a FSLN tentou instalar instituições semelhantes àquelas que já tinham sido estabelecidas no Pacífico (ministérios, polícia, organizações trabalhistas, comitês do partido FSLN), mas deram os principais cargos aos *mestizos* que vieram de outras regiões da Nicarágua, incluindo *campesinos*, ao invés de oferecer tais oportunidades aos *costeños*[121]. Do mesmo modo, procuraram implementar cooperativas estatais para a produção agrícola, assim como empresas de madeira, entre outros projetos econômicos, nos mencionados territórios etnicamente configurados[122].

Ainda durante a administração dos Somoza, os indígenas *Miskitu* começaram a se organizar a partir de cooperativas agrícolas e em seguida, por meio da organização denominada ALPROMISU (Aliança para o Progresso dos *Miskitu* e *Sumo*[123]), na intenção de defender seus direitos indígenas (HALE, 1994, p. 85). Após a Revolução Sandinista, esta se tornou a organização conhecida como MISURASATA (*Miskitu, Sumo, Rama* e *Sandinistas unidos*) com pleno reconhecimento por parte do governo Sandinista[124], desde que fosse constituída dentro dos princípios da Revolução (VILAS, 1987, p. 78). Rapidamente a organização indígena se transformou num movimento de base, com grande apoio do povo *Miskitu* em toda a Costa Caribe (HALE, 1994, p. 85). Com sua ascensão de poder político, os líderes da organização indígena começaram a concentrar-se em direitos territoriais e à autodeterminação, em lugar dos direitos "*comunales*" fornecidos pelos governos anteriores, os quais reduziram suas áreas de uso comum[125] e a ocupação territorial de maneira significativa[126].

---

[121] MATAMOROS-CHAVES, 2014, p. 109.
[122] KINZER, 2007, p. 259.
[123] Hoje os *Sumo* se autodenominam de povo *Mayangna*, pois essa designação é pejorativa, usada nos tempos coloniais quando foram subjugados pelos *Miskitu*.
[124] HALE, 1994, p. 85.
[125] A concepção de uso comum de Almeida (2008, p. 133) cabe para as modalidades de uso das *tierras comunales* em territórios indígenas e étnicos na Costa Caribe nicaraguense. É relevante esclarecer que as formas de uso comum não necessariamente significam que os indígenas ocupam essas áreas continuamente, pois possuem suas formas particulares de transitar pelo território e utilização dos recursos naturais ou fazem seus plantios de modo intermitente.
[126] HALE, 1994, p. 85.

Com esta iniciativa, a MISURASATA se mobilizou em torno da proposta de realizar um estudo a respeito dos seus direitos fundamentais e históricos sobre a terra na Costa Caribe, com a finalidade de apresentá-lo numa reunião pública, na capital da região norte caribenha, Puerto Cabezas, em fevereiro de 1981[127]. O respectivo levantamento jurídico-histórico rejeitou a noção de "terras nacionais", em favor de direitos territoriais contíguos. Igualmente, foram declarados inválidos quaisquer tratos assinados no decorrer da história da *Mosquitia*, devido à falta da participação dos indígenas nesses processos[128]. Ou seja, MISURASATA iria reivindicar o direito a um único território coletivo, pertencente ao povo *Miskitu* como um todo na Costa Caribe (HALE, 1987, p. 111). Do mesmo modo, os líderes da organização indígena ressaltaram que os *Miskitu* formavam uma "nação" indígena com direitos nacionais a um território unificado, lembrando que nunca haviam perdido a soberania sobre suas "nações", por nenhum trato ou concessão (HALE, 1994, p. 88-89).

Não obstante, o referido estudo nunca foi apresentado publicamente por que logo antes, as forças de segurança sandinista aprisionaram os líderes da MISURASATA, por acusação de intenções de "separatismo"[129]. Em outros termos, na perspectiva da FSLN, a proposta da organização indígena buscava consolidar sua independência do Estado-nação, assim rompendo com os critérios socialistas do regime sandinista (HALE, 1987, p. 111). Subsequentemente, em menos de um ano o diálogo entre FSLN e MISURASATA se estagnou e sucessivamente milhares de *Miskitu* se juntaram aos "contras", optando por levantar armas contra o governo sandinista (HALE, 1994, p. 86).

No entanto, sua luta não se fundamentou nos mesmos princípios antirrevolucionários ou "anti-comunistas" dos exilados somocistas. Os *Miskitu* queriam preservar sua autonomia cultural e territorial, ou seja, sua maneira de viver sem a interferência estatal, que incluía invasões territoriais e a imposição de ideologias políticas do regime sandinista. Em outras palavras, paralelamente aos critérios pelos quais a Revolução se fundamentou, os *Miskitu* desejavam impedir a opressão imperialista que terminaram enfrentando perante todos os governos dirigidos por *mestizos* nicaraguenses, no caso, o próprio regime da FSLN.

Nesta época, ocorreu um dos eventos mais traumáticos na memória dos *Miskitu*, conhecido como a "*Navidad Roja*" (Natal Vermelho), em dezembro de 1981[130]. Na ocasião,

[127] Ibid., p. 86.
[128] Ibid., p. 87.
[129] Ibid., p. 86.
[130] KINZER, 2007, p. 261.

havia grupos de jovens *Miskitu* que tinham se deslocado para Honduras e que voltaram ao outro lado do Rio Coco, na Nicarágua, a fim de enfrentar sandinistas. Os ataques sangrentos resultaram em várias mortes por ambas as partes, marcando definitivamente o início da guerra entre os *Miskitu* e o Estado nicaraguense. Em seguida, os sandinistas decidiram deslocar os indígenas que não haviam se refugiado em Honduras[131], de maneira compulsória das suas comunidades ao longo do Rio Coco (ou *Río Wangki* na língua *miskitu*) até um campo distante. Depois de um tempo, formaram um conjunto de assentamentos chamado "*Tasba Pri*" para dar conta da quantidade de indígenas retirados dos seus lares e território[132].

Conforme Matamoros-Chavez (2014, p. 61), os líderes da FSLN esperavam que os indígenas ficassem gratos pelo esforço da Revolução em ajudá-los. Ao contrário, os indígenas ficaram cada vez mais tristes e frequentemente adoeciam, enquanto viviam sob o controle militar dos não indígenas[133]. Eles sentiam falta do seu modo de viver no seu próprio território, mormente do seu sagrado Rio Coco, este que carrega um profundo valor subjetivo, além do material, na concepção indígena. Por estas razões, a chamada "Evacuação"[134], tal como a *Navidad Roja*, constatam eventos interpretados como catastróficos na memória coletiva do povo *Miskitu.*

Os principais líderes e fundadores da MISURASATA incluíam os senhores Steadman Fagoth e Brooklyn Rivera, entre outros. Depois de ter sido libertos do próprio encarceramento, supracitado antes, o líder Fagoth passou as fronteiras até Honduras com a intenção de juntar-se aos contrarrevolucionários, provocando outros *Miskitu* a tomar a mesma decisão[135]. Segundo Hale (1987, p. 114-115) o imperialismo americano não criou as condições que instigaram os conflitos políticos entre os *Miskitu* e o Estado da Nicarágua, mas certamente facilitou a luta armada como um recurso viável. Porém, este apoio colocou a mobilização étnica numa situação contraditória, pois significava que estava se aliando às poderosas elites anti-indígenas[136]. Por esta razão, o Sr. Brooklyn Rivera decidiu afastar-se do Sr. Steadman Fagoth e dos somocistas, destarte perdendo apoio político no âmbito do movimento indígena. Consequentemente, ele acabou saindo do país, dado que ele tinha mais possibilidades de ajuda no cenário político internacional. O Sr. Brooklyn apenas voltou à

[131] Na época em torno de 10.500 habitantes indígenas se refugiaram até Honduras. Os outros 10 mil indígenas foram *traslados* (transferidos) até os reassentamentos, 70 milhas ao sul (HALE, 1987, p. 112).
[132] MATAMOROS-CHAVEZ, 2014, p. 60.
[133] Ibid., p. 61-62.
[134] Ibid., p. 60.
[135] HALE, 1987, p. 111.
[136] Ibid., p. 115.

Nicarágua em 1984 quando o comandante e presidente sandinista, Daniel Ortega, permitiu sua entrada, garantindo sua segurança, a fim de iniciar um diálogo com MISURASATA. Desta maneira, marcando os primeiros passos de reconciliação (HALE, 1987, p. 117).

Tive a oportunidade de entrevistar o Sr. Brooklyn Rivera, que hoje em dia é deputado no Congresso Nacional[137], integrado à *Comisión de Asuntos Etnicos, Regímenes Autonómicos y Comunidades Indígenas*, e representante da organização e partido indígena, YATAMA. Após a referida guerra, MISURASATA se transformou na organização indígena YATAMA[138], que se reconfigurou em um partido regional a partir de 2000. O líder esclareceu-me a dinâmica do diálogo entre MISURASATA e a FSLN quando ele finalmente pôde regressar à Nicarágua naquela época.

> **Sr. Brooklyn Rivera***: Cuando entraron los sandinistas, triunfante en el país, con su revolución, era para ellos un delito contrarrevolucionario la autonomía, nadie podía hablar de autonomía, ni mucho menos, ni hacer planteamientos, ni demandas porque para ellos se relacionaba con el* ***separatismo****, implicaba separar la Costa y formar otro país. Entonces se catalogaba de esa forma, la autonomía como un delito, posteriormente cuando entramos a la lucha armada nosotros planteamos siempre la lucha indígena desde la perspectiva de los derechos, incluyendo la autonomía. Entonces allá por el año* ***1984****, en medio del conflicto armado, me contactaron los sandinistas y pidieron una reunión conmigo, entonces se logró concretizar la reunión en Estados Unidos, en Nueva York, estaba Daniel Ortega de visita a las Naciones Unidas, entonces allí un senador amigo, de los dos: de nosotros y los sandinistas, organizó la reunión. Entonces, tuve una reunión privada, personal, sólo con él, Daniel, y por primera vez, en medio del conflicto armado. Daniel me dijo que había cometido un error con el pueblo indígena, principalmente con mi pueblo, el pueblo Miskitu, que ellos por sus errores obligó a empuñar el fusil contra la revolución, y que le ayudara a resolver el conflicto.*
>
> *Entonces yo le dije que* ***la llave de solución al conflicto era la autonomía****, entonces él dijo que no entendía, que no entendía lo que significaba la autonomía pero que estaba dispuesto a trabajar en esa autonomía. Después me invitó a venir a Nicaragua, yo vine en medio del conflicto y visité los lugares norte, sur, todos los lugares, los desplazamientos internos, y los lugares públicos y hablé sobre la autonomía como una opción para solución del conflicto.*
>
> *Ellos crearon una* ***comisión*** *luego y abrió negociaciones, la organización, y la negociación era sobre los territorios, la autonomía. Claro, hacíamos un planteamiento de fondo de la autonomía y el derecho territorial, pero no*

[137] Hale (1996, p. 143-144), explica que o governo pós-guerra de Violeta Chamorro (1990-1997) estrategicamente convidou o Sr. Brooklyn Rivera a se integrar ao governo central como uma forma de fragilizar a militância *Miskitu.* Como ele era a figura chave e mais constante da militância étnica, sua aceitação de ser diretor do *Instituto para el Desarrollo de las Regiones Autonomas* (INDERA), como uma nova instância governamental, acelerou a enorme crise da voz política *Miskitu*. Presentemente esta instituição não existe mais. No entanto, o Sr. Brooklyn continua como uma figura que transita, contraditoriamente, entre um discurso da militância étnica e ao mesmo tempo, mantendo sua lealdade à sua incumbência como membro do Congresso Nacional, na esfera estatal.

[138] YATAMA é a abreviação de *Yapti Tasba Masraka Nanih Aslatakanka* na língua *Miskitu*, que em espanhol se traduz como *Hijos de la Madre Tierra*, ou filhos da mãe terra.

> *aceptaban en ese momento. Y creó otra comisión propia de ellos y aquí dentro del país comenzaron a trabajar hasta elaborar un proyecto de Ley, que es la Ley 28, de ahí nació, entonces nos invitó a participar, y nosotros leímos que eran negociaciones, ahí participaron una comisión que ellos querían imponer su visión, porque tenemos otra visión de autonomía, no la que está en la Ley 28.* (Entrevista: Brooklyn Rivera, RACCN, 25/12/2017).

O Sr. Brooklyn refere-se ao *Estatuto de la Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua, Ley no. 28, de 07 de septiembre de 1987*, resultado das negociações durante o processo de paz. Ele sinaliza a sua insatisfação com esta lei, pois no seu ponto de vista, se afastou dos princípios de autonomia que os indígenas queriam estabelecer. O líder também mencionou a comissão sandinista composta com a finalidade de levar a cabo o processo de "consultas populares"[139], tencionando dialogar com os *costeños* à respeito da criação da respectiva lei. A instituição do Estatuto de Autonomia (Lei N° 28) foi imprescindível para apaziguar a guerra, mas com o passar do tempo, o diálogo com o Estado vem se mostrando como uma tática de desmobilização no que concernem os interesses político-territoriais dos *costeños*[140]. Quanto à sua construção, conforme Hale (1996):

> Por un parte, la consulta era totalmente abierta, escrupulosamente democrática, y completamente participativa. Por otro parte, los dirigentes sandinistas cuidadosamente orquestaron y delimitaron el debate de tal manera que se evitaran resultados radicales. (...) Los sandinistas lucharon con un éxito considerable para garantizar que su propuesta de autonomía adquiriera un perfil claramente diferenciado de la propuesta de MISURASATA, y que perdure como la versión definitiva de la ley. (HALE, 1996, p. 133).

Em contrapartida, conversei com o sociólogo da ACN-UCA, Manuel Ortega, que era militante da FSLN nesse período e participou da chamada "*Comisión Nacional de Autonomía*", responsável pelas consultas. Este descreve sua atinente experiência no próximo depoimento.

> **Sr. Manuel Ortega:** *Yo soy de los que te puede contar la historia desde dentro. Yo estoy metido en ella. El gobierno nos constituyó en lo que se llamó la* ***Comisión Nacional de Autonomía*** *que fue una comisión de expertos, con dos líderes de la costa, uno del norte y otro del sur, del Caribe, que tenía por objeto presentarle al gobierno una propuesta de ley de autonomía, la Ley 28, que dio la autonomía a los pueblos. Entonces nosotros montamos dos comisiones regionales, una en el sur y otra en el norte, y montamos un* ***proceso de consulta*** *en las dos regiones, casa por casa, comunidad por comunidad, con los pueblos indígenas, etc., explicándoles un poco qué queríamos y cómo lo veían, qué pensaban ellos, qué cosa pensaban que debía de agregarse, qué quitarse…*

[139] De acordo com Hale (1996, p. 132-133) as consultas populares: "(…) consistían en actividades tales como la distribución de materiales educativos, pequeñas discusiones grupales, talleres y asambleas".
[140] Ibid., p. 141.

> **Helen**: *Hicieron una verdadera consulta, entonces…*
>
> **Sr. Manuel Ortega**: *Sí, claro, en condiciones de guerra, es decir, no fueron las mejores condiciones, pero aún en condiciones de guerra, en las zonas donde se hizo la consulta, hablábamos con los militares, les decíamos: permítanos pasar, queremos hablar con ustedes y con la comunidad y tal y se permitió la consulta. La consulta fue muy amplia. Entonces, eso llevó a la versión del Estatuto de la Ley 28, a lo que se podía, en ese momento, llegar. Y, bueno, la ley se aprobó y tal.*
>
> *(…)Sigue siendo un acuerdo válido, a mejorarse, pero válido, porque no solamente es un acuerdo que garantiza derechos a los indígenas y a los afrodescendientes, sino que es un acuerdo nacional que garantiza una forma de* ***convivencia pacífica.*** *El mejor ejemplo es que cuando esa política se aprobó y se hizo una ley se acabó la guerra con los indígenas. Es un ejemplo de que es una política de paz que garantiza la convivencia pacífica del país*. (Entrevista: Manuel Ortega, Managua-Nicarágua, 13/8/2015).

A partir da ratificação desta lei, o Caribe foi divido entre o norte e o sul, assim estes passaram a ser denominados a *Región Autónoma del* ***Atlántico*** *Sur* – RAAS e a *Región Autónoma del* ***Atlántico*** *Norte* – RAAN. Entretanto, hoje em dia estas são oficialmente conhecidas como a *Región Autónoma de la* ***Costa Caribe*** *Norte* – RACCN e a *Región Autónoma de la* ***Costa Caribe*** *Sur* – RACCS. Conforme a Lei Nº 28, os dois centros administrativos do Regime de Autonomia são: a cidade de Bilwi-Puerto Cabezas[141], capital da RACCN; e a cidade de Bluefields, capital da RACCS. Em cada capital tem se um Conselho Regional, Coordenação Regional; autoridades municipais e *comunales*, bem como outras correspondentes à subdivisão administrativa dos municípios[142]. Os Conselhos e Coordenações Regionais são as autoridades superiores[143], sendo que o cargo do Coordenador Regional é compatível com o representante da Presidência da República na região, consoante o artigo n° 31 da Lei Nº 28[144]. Este instrumento jurídico destaca os principais órgãos administrativos e seus setores, mas não especifica como definir os limites dos territórios ou sua regularização na Região Autônoma. O aspecto fundamental do Estatuto de Autonomia é que os próprios representantes dos diversos povos indígenas e afrodescendentes da Costa Caribe passam a participar das diferentes instâncias autonômicas de maneira categórica. Neste sentido, tem sido considerado bastante progressivo enquanto as possibilidades de autodeterminação para esses povos, no contexto latino-americano, embora, na prática a citada lei tem sido sobejamente complicada e ambígua.

---

[141] Puerto Cabezas constitui o município e Bilwi é sua sede municipal onde se situa o Governo Regional Autônomo da Costa Caribe Norte (GRACCN). A palavra "Bilwi" é uma designação da língua *Mayangna* que significa muda de cobra.
[142] Cf. Art. 15: Lei N° 28 (BRYAN et al., 2012, p. 102).
[143] Cf. Art. 16: Lei N° 28 (Ibid., p. 102).
[144] Ibid., p. 106.

Para ilustrar Hale (1996, p. 134) explica que:

> La ambigüedad en el lenguaje de la ley se aprecia en cada cláusula donde se estipula la cuota de poder que pasaría del gobierno central a la región autónoma. En cada uno de tales cláusulas, la dirigencia sandinista optó por lenguaje impreciso, otorgando así concesiones mínimas en las regiones norte y sur de la Costa Atlántica. (...) En el manejo de los recursos naturales, política fiscal, funciones legislativas, y procesos judiciales - para mencionar algunos aspectos cruciales – esa ambigüedad hizo que el impacto real de la autonomía fuese más bien una interrogante, cuya resolución dependería de futuros debates políticos.

Esse debate persiste até o presente, estimulando bastante a tensão no âmbito das relações políticas nacionais e regionais, como é possível perceber na seguinte fala do líder indígena, Brooklyn Rivera, no tocante da necessidade de reformar a citada lei constitucional.

> *Tenemos otra visión, claro, ellos [sandinistas/representantes del gobierno central] porque tienen una visión más centralizada, o más control, entonces choca con nuestros planteamientos, verdad, de que es la verdadera autonomía: es el autogobierno de los* ***pueblos****. Nosotros por eso hablamos de la* ***autonomía de los pueblos****, ellos hablan de* ***autonomía regional****, nosotros no hablamos de región, porque la Región Costa Caribe es cualquier cosa.*
>
> **Helen***: Entonces eso fue una invención de ellos.*
>
> **Sr. Brooklyn***: ¡Claro que sí! Todo es un invento. Nosotros hablamos de ¡PUEBLOS! Los Mayangna, los Rama, los Garífuna, los Miskitu, los Ulúa, los Tuahka, cada pueblo, su propio espacio de vida y de gobierno propio, para su desarrollo, propio, cada pueblo, y después unidos, compartir esos… digamos… lazos de hermandad y solidaridad, y* ***desarrollo propio****, el* ***buen vivir****; así concebimos la autonomía. ¡No la autonomía regional! Pero todo el mundo mete todo en un mismo costal, hablan de multiétnico, multilingüe ¡sí! Pero UNIDAD EN LA DIVERSIDAD, es de lo que nosotros hablamos, y en la autonomía regional no hay diversidad, no lo reconoce la diversidad, sino que pregona: bueno, todos somos iguales, costeños y del Caribe, y que todos somos los mismos. No es así. Esa es una concepción* ***homogenizante****, porque al final se va a desaparecer todas las culturales y las comunidades, en cambio en la diversidad hay fortaleza y sobrevivencia para todo, y hay desarrollo propio.*
>
> **Helen***: ¿Y usted cree que esa fue la estrategia? Poner todo en esas estructuras: Alcaldía, Gobierno Regional…*
>
> **Sr. Brooklyn***: Exacto, siempre han concebido así, mundos más homogenizantes, ellos hablan de cultura, de derechos, pero el derecho habla de folklore, de música, de gastronomía, de vestimento, de idioma, pero tierra, territorio, ahí… autonomía, sí pero partidaria, no de los pueblos como concebimos nosotros. En algún momento ellos me dijeron: "los planteamientos de ustedes son muy revolucionarios, muy avanzados, no llegamos hasta allí, no, no". Por eso es que entendí que era muy difícil el avance, estar ahí con ellos avanzando, era difícil.*
>
> **Helen***: ¿Usted cree que hay autonomía en la Costa Atlántica?*
>
> **Sr. Brooklyn***: No, no hay autonomía.* (Entrevista: Brooklyn Rivera, RACCN, 25/12/2017).

Como é possível perceber, as discussões sobre autonomia são polêmicas e acabam permeando os debates que dizem respeito aos conflitos territoriais vinculados às relações dos povos indígenas e afrodescendentes da Costa Caribe com o Estado. O Sr. Brooklyn demonstra sua frustração com a forma como o fator étnico tem sido tratado, como "*homogeneizante"*, na construção de autonomia governamental por parte dos representantes do Estado. Considerando esta perspectiva, Hale (1996, p. 132) aponta que o critério multiétnico no seu sentido jurídico, vem sendo um dos maiores desafios em termos da operacionalidade do Estatuto de Autonomia. Isto porque qualquer mobilização coletiva em defesa da autonomia dos *costeños*, inevitavelmente tem que ser de caráter multiétnico, o que, de certa forma, tem imobilizado o aspecto militante do movimento *Miskitu*. Em outras palavras, a linguagem política vem, obrigatoriamente, se alterando com esta nova perspectiva legal, requerendo a criação de relações interétnicas complexas, na tentativa de garantir as condições da autonomia impostas[145].

Em consonância com o mesmo autor, esta dinâmica baseia-se no fato que:

> (...) la transición nicaragüense hacia la autonomía, no ha podido superar las contradicciones de cuales surgió. En respuesta a un movimiento de oposición militante con gran apoyo popular, nominalmente multiétnico pero abrumadoramente miskito en su composición, el FSLN promulgó una ley de autonomía que asignaba derechos a regiones multiétnicas y no a grupos étnicos monolíticos (HALE, 1996, p. 150).

Ou seja, o preceito multiétnico da legislação autonômica não considera as especificidades de cada povo, ou a "diversidade" entre os *costeños*, como bem coloca o Sr. Brooklyn. Por este ângulo, é pertinente esclarecer que a noção de autonomia em jogo, por parte da mobilização étnica, se vincula estreitamente à noção de autodeterminação ou *libre determinación* destacada na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007; e reforçada por outros mecanismos internacionais como a Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada na Nicarágua em 2010; bem como a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DADPI), aprovada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2016. O próprio líder *Miskitu* confirmou esta concepção quando lhe perguntei, qual era a visão que os indígenas tinham quando se tratava da autonomia, em contraste com o Estado e o resultado da Lei N° 28?

[145] HALE, 1996, p. 148.

> *(...)La visión de nosotros se basa en derechos y en relaciones, que se traduce en relación entre el Estado nacional y los pueblos indígenas; en cambio la Ley 28 es descentralización administrativa, y participación, apenas participación.(...) Dista mucho la visión de la Ley a la nuestra. Que ahora está recogido en la Declaración de Naciones Unidas, el derecho a la* ***libre determinación****, que se traduce en* ***autonomía*** *para los pueblos, en la declaración de la OEA también.* (Entrevista: Brooklyn Rivera, RACCN, 25/12/2017).

Não há dúvida que a mobilização étnica liderada pelos *Miskitu*, − mas em que outros povos, como os *Creole*, *Mayangna* e *Rama* também participaram −, teve repercussões essenciais em termos de possibilitar a autonomia para todos os *costeños*. Essa mobilização continua relevante e vem se transformando ao longo do tempo, buscando novas estratégias políticas de resistência, sobretudo, para proporcionar uma autonomia que segue princípios indígenas e de afrodescendentes, ao invés de ideologias estatais ou ocidentais com "traços imperialistas"[146], no caso, da Frente Sandinista.

Outros governos nacionais, *mestizo-céntricos*

A transição para a autonomia, a partir de 1985, criou as condições para que fosse negociado um retorno gradual a um clima de paz. Conquanto, na região ocidental-*mestiza* do país, o conflito armado entre os "contras" e o governo sandinista perdurou por mais três anos[147]. O fim da guerra foi marcado definitivamente pela perda de poder dos sandinistas em 1990, quando a Violeta Chamorro do partido *Unión Nacional Opositora*-UNO, foi eleita para a presidência. Assim, tomando o lugar do comandante Daniel Ortega, que tinha sido o presidente sandinista, desde 1985. Este momento também significava a instauração de um novo governo neoliberal (ESTRADA, 2013, p. 181).

Durante a Revolução Sandinista e a guerra contrarrevolucionária muitos nicaraguenses fugiram dos conflitos até outras regiões e/ou países. Neste contexto, ambos *mestizos* e indígenas abandonaram as zonas de produção, no transcorrer de uma década de guerra. Um dos resultados dos milhares de mortos foi a desarticulação da produção, assim como a perda do caráter agroexportador da economia nicaraguense[148]. Quando a guerra terminou os refugiados e *ex-combatientes* voltaram ao país. No entanto, os *ex-combatientes* tanto

[146] Cf. SAID, 1992, p. 35-44.
[147] HALE, 1996, p. 138.
[148] ESTRADA, 2013, p. 180.

"contras", quanto sandinistas, foram desmobilizados por meio de promessas de terras em troca de suas armas, e uma grande parte eram *mestizos-campesinos*[149]. Além do mais, durante a campanha eleitoral de Violeta Chamorro, aos ex-somocistas foi prometida a devolução das suas propriedades, confiscadas pelos sandinistas. Desta forma, o período pós-guerra incitou uma nova fase de colonização *mestiza* do Caribe (ESTRADA, 2013, p. 158).

Nesta fase de transição, os *ex-combatientes*, sobretudo *campesinos*, não tinham a capacidade de produzir e competir com as empresas transnacionais. Destarte, as terras acabaram sendo monopolizadas pelos antigos e grandes proprietários de terras (ou seja, voltaram, em sua maioria, para a posse da elite somocista). Assim, a situação econômica precária dos mais pobres, no caso, os *campesinos*, instigou o deslocamento destes em busca de terras até o Caribe[150]. Nesta circunstância, cabe ressaltar que, apesar da concretização do Estatuto de Autonomia, este permaneceu como uma mera formalidade até o ano de 2003[151], uma vez que não havia critérios específicos concernentes à regularização das terras tradicionalmente ocupadas[152] pelas comunidades indígenas[153] e étnicas[154] do Caribe. Este fato facilitou a contínua colonização do mesmo, ou seja, o avanço da fronteira agrícola. Em outras palavras, a situação econômica, especialmente no Pacífico e Interior do país, bem como a falta de reconhecimento político e legal dos direitos territoriais dos *costeños*, provocaram a invasão

[149] Segundo Estrada (2013, p. 181): "El total de desmovilizados de La Contra fue de 22 mil 412, 83 por ciento tenía origen rural agropecuario, mayoritariamente eran campesinos sin tierra o que las habían abandonado/perdido durante la guerra. 94 por ciento eran originarios de zonas fuera de la región Pacífico y 60 por ciento eran menores de 25 años; la mayoría eran analfabetas que deseaban insertarse como campesinos. La cifra de desmovilizados del EPS se calculó en 66 mil y muchos también deseaban regresar al campo".

[150] Ibid., p. 182-184.

[151] Neste ano a Lei N° 445 foi aprovada, denominada por extensão a – *Ley del Régimen de Propiedad Comunal de Los Pueblos Indígenas y Comunidades Étnicas de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica de Nicaragua y de los Ríos Bocay, Coco, Indio y Maíz*. Este instrumento normatiza os procedimentos de demarcação e titulação, além do uso de recursos naturais e relativos processos de consulta e consentimento nos territórios pertencentes a indígenas e afrodescendentes. As repercussões da Lei N° 445 serão discutidas de modo atencioso, no próximo capítulo.

[152] A partir da Convenção N° 169, da OIT, ratificada pela Nicarágua em 2010, artigo n° 14: "Deberá reconocerse a los pueblos interesados el derecho de propiedad y de posesión sobre las tierras que tradicionalmente ocupan. Además, en los casos apropiadas, deberán tomarse medidas para salvaguardar el derecho de los pueblos interesados a utilizar tierras que no estén exclusivamente ocupadas por ellos, pero a las que hayan tenido tradicionalmente acceso para sus actividades tradicionales y de subsistencia. A este respecto, deberá prestarse particular atención a la situación de los pueblos nómadas y de los agricultores itinerantes".

[153] A categoria jurídica "*comunidad indígena*" conforme a Lei N° 445, artigo n° 03: "Es el conjunto de familias de ascendencia amerindia establecido en un espacio territorial, que comparten sentimientos de identificación, vinculados al pasado aborigen de su pueblo indígena y que mantienen una identidad y valores propios de una cultura tradicional, así como formas de tendencia y uso comunal de tierras y su organización social propia" (BRYAN et al., 2012, p. 113).

[154] A classificação jurídica "*comunidad étnica*" refere-se aos povos *Creole* e *Garífuna*, da Região Autônoma, como explicada na Introdução, de acordo com a Lei N° 445, artigo n° 03. Ambas as categorias "comunidade indígena" e "comunidade étnica" são destacadas na Lei N° 28 de 1987 também, mas houve pequenas alterações nas suas definições a partir da Lei N° 445, aprovada em 2003.

territorial pelos *mestizos-campesinos* que foi promovida pelos governos que sucederam o regime sandinista.

A partir do período de 1997 a 2002, José Carlos Alemán, do Partido Liberal, serviu dois termos como presidente do país. Durante sua presidência, ele e Daniel Ortega da FSLN estabeleceram uma poderosa aliança entre os dois partidos, assim dividindo os cargos de todas as instituições do Estado e garantindo a segurança das propriedades e das empresas pessoais dos dirigentes da FSLN. Os senhores Alemán e Ortega dominaram o Congresso Nacional, portanto, tomando controle da Corte Suprema de Justiça, da Auditoria Federal, e da Comissão Eleitoral, iniciativa que facilitou a imunidade dos seus membros de qualquer acusação jurídica (KINZER, 2007, p. 400). Esta dinâmica de manobras políticas balizou uma ruptura com os velhos dirigentes da FSLN, ao perceber que Ortega tinha se afastado das posições socialistas sobre os quais o partido tinha se estabelecido, a fim de reforçar seu próprio poder estrategicamente[155]. Por conseguinte, diversos líderes relevantes à estrutura do partido abandonaram Ortega, enquanto outros o seguiram como deputados e/ou foram integrados de outros modos às estruturas do círculo de poder à sua volta. De tal modo, se juntando às políticas neoliberais e deixando de resistir aos critérios capitalistas.

Em janeiro de 2002, o Presidente Aléman concluiu seu segundo mandato, significando a conclusão do seu cargo, posto que não pudesse concorrer novamente, conforme a Constituição Política da Nicarágua. Em vista disso, seu vice-presidente, Enrique Bolaños se candidatou e venceu, tornando-se o novo chefe executivo do país. No entanto, de forma inesperada, o Presidente Bolaños rompeu essa aliança partidária e administrativa, quando denunciou os crimes de corrupção cometidos pelo ex-presidente Arnoldo Alemán. Estes incluíram o desvio de dinheiro público e a apropriação ilícita de propriedades, entre outras infrações, consolidando crimes que levaram ao seu encarceramento. Porém, como o Partido Liberal e a FSLN já controlavam o Congresso Nacional, entre outras instituições fundamentais, a administração de Bolaños (2002-2007) sofreu grandes barreiras políticas (KINZER, 2007).

Contudo, a partir do seu *Plan Nacional de Desarrollo 2003*, a Região Autônoma se tornou: "*um potencial de aglomerados de gran rentabilidad florestal y para la construcción de un puerto de aguas profundas*" (MATAMOROS-CHAVEZ, 2014, p. 116). Também durante seu mandato, intensificou-se o processo migratório de *mestizos-campesinos* até o

[155] Ibid., p. 400-401.

Caribe, entre os anos de 2002 a 2005[156]. Por outro lado, nesse período foi aprovada a Lei N° 445 − *Ley del Régimen de Propiedad Comunal de Los Pueblos Indígenas y Comunidades Étnicas de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica de Nicaragua y de los Ríos Bocay, Coco, Indio y Maíz*, em 2002. Esta é essencial porque estabelece os critérios para a regularização legal, incluindo o procedimento de demarcação e titulação dos territórios etnicamente constituídos da Costa Caribe. Não obstante, o governo de Bolaños, igual às administrações estatais anteriores e posteriores, colocou obstáculos à sua implementação. De todo modo, o processo para estabelecer o referido instrumento legal e suas repercussões no presente, será aprofundado somente no próximo capítulo.

Apesar da ruptura com Bolaños, o pacto Alemán-Ortega (Partido Liberal-FSLN) se manteve firme e contribuiu, do mesmo modo, para a possibilidade de Daniel Ortega voltar à presidência em 2006[157]. No caso, logrou reformar a Lei Eleitoral, no sentido de reduzir a porcentagem de votos necessários para a eleição presidencial a um mínimo de 35%, o que permitiu que Ortega ganhasse com apenas 38% dos votos da população nicaraguense (CENIDH, 2018, p. 1)[158]. Pode-se dizer que esta sequência de eventos levando-o de volta ao poder, destaca a perda do caráter socialista da FSLN de maneira definitiva e o começo da sua transformação formal no chamado "regime orteguista" neoliberal, embora seja promovido pelo mesmo como se fosse uma democracia socialista.

Quando chegaram as eleições presidenciais de 2011, o Presidente Daniel Ortega se candidatou novamente[159], mesmo que o artigo n° 147 da Constituição Política da Nicarágua, somente permitisse ser eleito por dois mandatos, sejam na sequência ou intermitentes. Neste sentido, ele já tinha sido presidente da Nicarágua em dois momentos diferentes, então não era juridicamente possível concorrer outra vez. Não obstante, a Corte Suprema de Justiça concedeu a sua nova candidatura, permitindo que Ortega fosse reeleito à presidência. Este processo eleitoral foi fortemente criticado pela imprensa e o público nicaraguense, por ser suspeito de fraude, mormente, por ser considerado *inconstitucional*. Consequentemente, a

[156] ESTRADA, 2013, p. 189.
[157] KINZER, 2007, p. 402.
[158] O *Centro Nicaragüense de Derechos Humanos* (CENIDH) elaborou um boletim informativo, no auge da recente crise política no país, em que explica a dinâmica histórica e atual do governo Ortega de maneira sucinta, intitulado "CENIDH denuncia violaciones sistemáticas a los derechos humanos de los nicaragüenses por el régimen dictatorial de Daniel Ortega y Rosario Murillo" (CENIDH, 2018, p. 1-23).
[159] Daniel Ortega concorreu para a presidência em 1996 contra José Carlos Alemán e perdeu. Nas eleições de 2002, ele se candidatou, novamente perdendo contra Enrique Bolaños esta vez. Finalmente ele conseguiu voltar ao poder em 2006.

consagração do seu famoso apelido, "*El presidente inconstitucional*"[160]. Mas mesmo assim, uma questionável reforma constitucional foi instituída, configurando uma brecha legal, que daí em diante possibilitaria sua permanência no poder de modo indefinido (CENIDH, 2018). Portanto, desde 2006 o regime orteguista tem mantido seu poder por meio de diversas formas estrategicamente autoritárias.

A dinâmica das políticas orteguistas

Conforme o relatório de denúncias elaborado em 2018, pelo *Centro Nicaragüense de Derechos Humanos* (CENIDH), após os acontecimentos políticos resumidos anteriormente, o partido do governo, isto é, a FSLN:

> (…) controla actualmente el Parlamento, con más del 70% de los deputados, los que se someten a su voluntad. Cuando deputados aliados que se le han opuesto o se han abstenido de votar de conformidad con el resto de la bancada, han sido expulsados de la Asamblea Nacional y destituidos. (CENIDH, 2018, p. 1).

Para ilustrar, em setembro de 2015, o deputado Brooklyn Rivera foi destituído do seu cargo por votação pelos membros do Congresso Nacional (*Asamblea Nacional*). Na ocasião, 62 deputados sandinistas votaram a favor do seu desaforamento e 22 deputados do Partido Liberal votaram contra[161]. Isto sucedeu porque dirigentes sandinistas o acusaram de estar envolvido na venda ilegal de *tierras comunales*[162] pertencentes aos indígenas e afrodescendentes da Costa Caribe, mesmo sem nenhuma evidência concreta. Por coincidência, a perda da sua imunidade política no Parlamento, ocorreu paralelamente às denúncias públicas nacionais e internacionais que estavam chamando muita atenção às extremas violências, concernentes aos conflitos territoriais entre indígenas e os *mestizos-campesinos* classificados como "*colonos*"- termo indicativo das ações de colonização massiva - na Região Autônoma[163].

---

[160]DANIEL Ortega consegue a reeleição por tempo indeterminado. **Él País**, Brasília, 28 jan. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/29/internacional/1390955364_046642.html>.

[161] Cf. ABURTO, Wilfredo Miranda. FSLN desafora al diputado Brooklyn Rivera. **Confidencial,** Managua, 21 set. 2015. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/fsln-desafora-al-diputado-brooklyn-rivera/>.

[162] A classificação "*tierra comunal*" se encontra na Lei N° 445, art. n° 03, e refere-se às terras que compõem os territórios coletivos legalmente pertencentes aos povos indígenas e afrodescendentes da Região Autônoma, que são constantemente disputados por *colonos* e via manobras políticas, mesmo de forma ilícita.

[163] Cf. CHAMORRO, Emiliano; GARTH, José. Bilwi Indígenas exigen alto a violencia por sus tierras. **La Prensa/Cortesía**. Managua, 15 set. 2015. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2015/09/15/nacionales/1902008-bilwi-indigenas-exigen-alto-a-violencia-por-sus-tierras>.

Nessa época o deputado *Miskitu* reivindicava os direitos dos povos indígenas frente ao Congresso Nacional e na mídia, destacando a falta de proteção aos indígenas, assim como o incumprimento do processo de *saneamiento* pelo Estado - uma postura que criou bastante tensão diante dos representantes do governo sandinista. De acordo com diversos agentes sociais, retirar o único representante do partido indígena, YATAMA, do Congresso Nacional, serviu para desviar a atenção pública dos conflitos citados acima, sobretudo, das críticas sobre o Estado da Nicarágua por não tomar as medidas legalmente apropriadas para solucionar este grave problema. Do modo similar, seu desaforamento constituiu uma estratégia de deslegitimar o líder *Miskitu*, diante dos *costeños*, pois ele carrega um poder político e simbólico bastante significativo, particularmente para o povo *Miskitu*, desde os tempos da guerra.

Durante seu julgamento, o Sr. Brooklyn pediu que fosse montada uma comissão especial com a proposta de estudar as acusações contra ele, mas principalmente no intuito de levar a cabo uma investigação detida sobre os conflitos violentos incitados pela invasão e venda ilegal de *tierras comunales* no Caribe. No entanto, evidentemente não havia provas fundadas contra o líder indígena, pois nunca houve uma investigação pormenorizada a respeito. Isto posto, ele pôde se candidatar para retomar seu cargo de deputado, de modo independente, durante as eleições nacionais de 2016[164]. Apesar dos desafios em participar como o único representante de um partido regional, e sob a pressão e articulações políticas contrárias, ele foi reeleito. Desta forma, demonstrando que seus opositores não alcançaram seus objetivos de deslegitimar ou criminalizá-lo perante o povo *Miskitu*. Ao contrário, parece que esta tentativa fortaleceu a união dentro do partido indígena e na mobilização étnica em seu sentido mais amplo, pois também consolidou as relações sociais com outros grupos étnicos entre a RACCS e a RACCN[165].

Esta conjuntura de relações políticas, entretanto, já vinha se deteriorando há um tempo, anteriormente ao desaforamento do deputado indígena, culminando na quebra da

[164] NO callarán nuestras voces: indígenas triunfan en las elecciones generales de Nicaragua – posicionamiento de Brooklyn Rivera. **Cultural Survival**, 2 jan. 2017. Disponível em: <https://www.culturalsurvival.org/news/no-callaran-nuestras-voces-indigenas-triunfan-en-las-elecciones-generales-de-nicaragua>.

[165] Diversos agentes sociais *Creole* e indígenas de diferentes etnias da RACCS e RACCN explicaram-me que estavam se juntando ao partido YATAMA para consolidar a mobilização étnica em prol dos seus direitos territoriais e de autodeterminação, em face do partido FSLN, que assegurava o poder no país de modo autoritário e manipulava as possibilidades de eleições transparentes. Estes expressaram que apenas Brooklyn Rivera falava em nomes dos povos do Caribe e lutava a favor dos seus direitos etnicamente diferenciados.

aliança política entre YATAMA e a FSLN[166]. Em parte, porque com o passar do tempo, ficou claro que o Estado da Nicarágua não pretendia cumprir com a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), referente ao caso YATAMA *versus* Nicarágua, de 2005. Este destaca a violação dos direitos de participação política dos povos indígenas, por intermédio do sistema eleitoral[167]. A decisão da Corte IDH vislumbrou o dever do Estado de garantir os direitos políticos conforme os princípios de igualdade e não discriminação[168]. No caso das respectivas comunidades indígenas e étnicas, como juridicamente classificadas na Nicarágua, esta participação "(...) deve levar em consideração as especificidades de suas línguas, costumes e formas de organização, que as diferenciam da maioria da população" (MELO, 2006, p. 37).

Desde então seguidores do YATAMA haviam protestado e denunciado articulações de fraude contra o partido indígena, por parte da FSLN, enquanto foram reprimidos de forma bastante agressiva pelos membros da: "juventude sandinista[169], paramilitares e a Polícia Nacional durante as eleições municipais dos anos 2008 e 2017, as eleições regionais do ano 2014, e as eleições nacionais de 2016" (ACOSTA, 2019)[170]. Porventura, eu estive na Região da Costa Caribe Norte-RACCN durante as eleições municipais realizadas em novembro de 2017, enquanto havia ataques violentos contra membros e simpatizantes do YATAMA. Percebi que esta circunstância deixou a cidade de Bilwi-Puerto Cabezas num estado de insegurança por meses depois das eleições, com a presença de forças policiais e militares cumprindo o papel de coibir qualquer manifestação antagônica ao governo nacional, portanto, o partido FSLN.

No transcorrer dos meses anteriores a esta situação, enquanto estive hospedada em Bilwi-Puerto Cabezas e deslocando-me eventualmente a algumas comunidades indígenas, eu ouvia muitos comentários sobre as eleições municipais, prevendo que o partido do governo central iria buscar uma forma de vencer as eleições na região de maneira fraudulenta, como vem sendo uma prática comum na Nicarágua. No decorrer do mês de agosto de 2017, havia

---

[166] ENRÍQUEZ, Octavio. Yatama rompe con FSLN en el Caribe. **Confidencial**, Managua, 27 mar. 2014. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/archivos/articulo/16785/yatama-rompe-con-fsln-en-el-caribe>.
[167] Ibid., 2014.
[168] MELO, 2006, p. 37.
[169] Os "jovens sandinistas" constituem-se numa espécie de organização criminosa, liderada pelo governo orteguista. São jovens recrutados e instigados a atacar pessoas que se manifestam contra o governo central ou o partido FSLN de alguma maneira (Cf. CUPPLES; GLYNN, 2018, p. 54-56).
[170] Cf. ACOSTA, María Luisa. Os povos indígenas e afrodescendentes e a crise sociopolítica da Nicarágua**. Amazonas**, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistaamazonas.com/2019/04/22/los-pueblos-indigenas-y-afrodescendientes-y-la-crisis-socio-politica-de-nicaragua/#another-identifier>.

manifestações públicas dos funcionários da prefeitura, em sua maioria afiliados ao YATAMA, em virtude do fato que o Estado não tivesse entregado os fundos financeiros direcionados à sua operação[171]. Como consequência, observei que havia uma falta de água corrente e eletricidade frequentemente, devido a essa insuficiência de recursos monetários para o funcionamento normal da cidade.

Tomei a oportunidade de conversar com a Sra. Sofía Morales a respeito dessa situação. Ela era uma das poucas pessoas da etnia *Creole* que era representante de relevo, dentro do partido YATAMA, cumprindo seu cargo de Diretora de Cooperação Internacional na esfera da prefeitura. Este fato é relevante, visto que o partido regional tem maior destaque como organização indígena, da etnia *Miskitu*, desde os tempos da guerra. Porém, é possível notar que ao passar do tempo, a possibilidade de participação e de diálogo com *costeños* de outras etnias, tem-se ampliado com as novas demandas interétnicas, fundamentadas no critério multiétnico da Região Autônoma.

A Sra. Sofía Morales explicou-me que o governo central não liberou o financiamento semestral, como uma tática objetivando desestabilizar a *alcaldía* (prefeitura), antes das eleições municipais. Isto porque era evidente que os candidatos do partido indígena iriam vencer novamente, pois até esse momento de tensão, a administração municipal tinha sido exitosa na sua função. O *alcalde* (prefeito), Reynaldo Francis, era favorecido pela grande maioria da população em Bilwi-Puerto Cabezas, incluindo indígenas, *Creoles* e *mestizos*, fato que eu igualmente, tinha notado na minha convivência na cidade. Além dos simpatizantes do YATAMA, o prefeito era bastante respeitado por representantes de outros partidos políticos regionais e nacionais, até mesmo por membros locais da FSLN[172]. No entanto, Bilwi-Puerto Cabezas é uma das cidades cabeceiras da região, assim sendo um lugar estratégico, em termos de ser controlado politicamente pelo governo central. Ter membros do partido do governo em poder, a FSLN, como os principais administradores na região, facilitaria o acesso às terras na Costa Caribe, para fins econômicos dos representantes estatais[173].

Como os *costeños* bem sabem e eu mesma percebi durante o trabalho de campo, a Sra. Sofía Morales me esclareceu que o Sr. Brooklyn Rivera é chamado de "*Tâ upla"* pelos *Miskitu*, que na mesma língua indígena significa "chefe", ou seja, ele é considerado o chefe

[171] ROMER, Elízabeth. Trabajadores municipales ocupan aeropuerto y suspenden vuelos en Puerto Cabezas. **La Prensa**, Managua, 18 ago. 2017. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2017/08/18/nacionales/2282121-trabajadores-de-alcaldia-de-puerto-cabezas-en-protesta-ocupan-aeropuerto-y-suspenden-vuelos>.
[172] Informação verbal: Sofía Morales, Bilwi-Puerto Cabezas, 12/12/2017.
[173] Informação verbal: Sofía Morales, Bilwi-RACCN, 12/12/2017.

ou líder máximo do povo. Por isso, segundo a dirigente *Creole*, a FSLN cometeu um "grande erro" quando seus dirigentes destituíram o Sr. Brooklyn do seu cargo como deputado no Congresso Nacional, dado que os indígenas sentiram que o Estado tivesse desrespeitado seu maior líder, portanto, o povo *Miskitu* como um todo. Destarte, provocando a resistência dos mesmos contra essa manobra política. Esse equívoco fez parte do quadro de tensões que levou ao rompimento definitivo da aliança política entre YATAMA e FSLN[174]. Considerando esta situação, a representante *Creole* relatou que para ela: "*Yatama es mi identidad política, pero para los otros que son Miskitu, Yatama es su identidad étnica, es parte de su vida, de su historia, y eso no se va a cambiar, eso no se cambia fácilmente*" (Informação verbal: Sofía Morales, Bilwi, 12/12/2017). Em outros termos, a Sra. Sofía Morales compreendeu que esta circunstância de tensões sociais tem ligação com sentimentos profundos, gerados ao longo do processo histórico, que incitam a memória de luta dos indígenas durante a guerra e relações políticas entre FSLN e MISURASATA– agora YATAMA.

Na sequência, as eleições municipais ocorreram, no dia 5 de novembro de 2017, e como antecipado, houve uma série de táticas para manipular o resultado das eleições, buscando impedir a votação de simpatizantes do partido YATAMA. Por outro lado, representantes da FSLN realizaram esquemas para que simpatizantes do seu partido pudessem exercer múltiplos votos em diferentes centros de votação, de maneira ilícita. Do mesmo modo, pagaram pessoas de diferentes bairros para votar a favor da Frente Sandinista. Ademais, os agentes policiais e do Exército que vieram do Pacífico, com a incumbência de manter o controle durante as eleições, votaram também, colaborando para a votação em prol do partido sandinista, entre outras várias estratégias fraudulentas que foram efetivadas, contribuindo para a vitória do partido FSLN[175]. Não obstante, esta consequência manipulada não foi aceita por uma grande parte da população indígena oriunda de Bilwi, uma vez que tivesse testemunhado as artimanhas de falsificação dos votos.

Por isso, no próximo dia, houve protestos contra o governo nacional, sobretudo, a respeito das atividades fraudulentas efetivadas por meio dos representantes do *Consejo Supremo Electoral* (CSE). No entanto, os manifestantes, majoritariamente indígenas, foram atacados por grupos compostos por paramilitares afiliados à FSLN, e estes foram apoiados nas suas ações agressivas pela Polícia Nacional, bem como pelos agentes militares, levando à

[174] Informação verbal: Sofía Morales, Bilwi-RACCN, 12/12/2017.
[175] Cf. *INFORME: Elecciones Municipales 2017 – Costa Caribe de Nicaragua*, **YATAMA**, Bilwi-RACCN, nov. 2017.

extrema violência contra os integrantes associados ao YATAMA. Nesta conjuntura, esses sujeitos impetuosos queimaram a conhecida "Casa Verde", que era a sede do partido YATAMA, assim como o rádio da emissora comunitária *Yapti Tasba*, que se encontrava numa das instalações do prédio; atacaram os dirigentes indígenas, incluindo Brooklyn Rivera, tal como jovens, crianças, idosos, mulheres e homens que ficaram encurralados no quintal em frente a esse prédio, utilizando armas de guerra e bombas lacrimogêneas. Foi destruída, igualmente, a Estátua do Índio, localizada no centro da cidade, monumento histórico que representava o primeiro rei *Miskitu*, da Costa *Mosquitia*[176]. Ademais, encarceraram inúmeros civis vinculados ao YATAMA. Mas as piores das consequências foram os homicídios de alguns jovens indígenas que participaram do protesto pacífico. Contudo, à mídia nacional, conhecidamente controlada pelo regime Ortega, lançou notícias inverídicas culpando os indígenas pela violência, que indicavam que as vítimas foram sandinistas, ao invés de pessoas afiliadas ao partido regional, YATAMA[177].

Vale ressaltar que esta situação repressora aconteceu em diversos municípios entre a RACCS e a RACCN, e contra pessoas de diversas etnias. Da mesma maneira, houve violências e aprisionamentos de *costeños* que iriam votar a favor do partido YATAMA, por toda a Região Autônoma da Costa Caribe, incluindo repressões por militares em comunidades rurais[178].

Eu estava realizando atividades de pesquisa na comunidade *Santa Clara*, no Território *Wangki Twi-Tasba Raya* durante as referidas eleições, quando ouvi abundantes notícias no rádio, sobre as hostilidades em Bilwi. Por esta razão, no dia 8 de novembro de 2017, logo após estas ocorrências, decidi voltar à cidade, objetivando verificar a situação. Quando cheguei, percebi a destruição e os escombros na cidade consequentes dos tumultos sociais, mas, sobretudo, o clima de tensão era acentuado. As pessoas andando nas ruas estavam quietas e sérias, a sensação de tristeza e um peso emocional silencioso eram bastante notáveis. Não havia a mesma movimentação enérgica que normalmente se via, quando passeava na cidade. Ademais, notei agentes militares agrupados em caminhões, constantemente passando pelas ruas, vigiando o município, um cenário não existente antes das eleições.

[176] Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES.
[177] As informações apresentadas sobre esta situação constam no relatório elaborado pelo *Centro Nicaragüense de Derechos Humanos* (CENIDH), titulado **"**Informe de monitoreo elecciones municipales en Nicaragua, 5 de noviembre de 2017" (Managua, 14/11/2017).
[178] Ver o mesmo relatório do CENIDH, 2017.

No dia após chegar da minha viagem, entrei em contato com algumas pessoas, na intenção de compreender esse âmbito constrangedor. Então marquei um encontro com um conhecido, afiliado ao YATAMA, na "*parada de bus*". Isto é, na rodoviária do conhecido Mercado *Miskitu* de Bilwi, onde entram ou saem os caminhões e ônibus de, ou para, diversas comunidades e municípios em toda a Costa Caribe, também até a capital, Managua. Quando cheguei neste local, logo procurei onde sentar-me e esperar meu interlocutor, mas de repente recebi uma ligação telefônica do mesmo, pedindo que eu o encontrasse num outro ponto distante de onde tínhamos originalmente combinado.

Ao encontrá-lo, fiquei surpresa com seu jeito sério e um tanto apreensivo, bem diferente da sua maneira geralmente animada e comunicativa. De súbito, ele me avisou que eu deveria sair do país imediatamente. A sugestão repentina se baseava no perigo que eu estava possivelmente correndo, por estar sendo espionada pela "inteligência", ou seja, agentes secretos do governo ou policiais: "*desde que entraste están te rastreando*"[179]. Essa advertência se deu pelo fato desta pessoa ter percebido que alguns agentes de segurança estavam me seguindo quando entrei na rodoviária, indicando que provavelmente estivesse sendo observada desde que voltei à cidade. Neste sentido, fui avisada que nossos telefones estavam grampeados, portanto, não deveríamos nos comunicar por este meio daí em diante. Desta forma, meu colega me confirmou que: "*ellos saben tus pasos, donde te vas, quien te acerca, todo eso. Hay una persecución política, uno no duerme en paz"* (Informação verbal: Bilwi, 09/11/2017).

Esta pessoa recomendou que eu passasse as fronteiras para ir até Honduras e ficasse realizando minha pesquisa de lá, por meio de comunicação com os *Miskitu* hondurenhos, os quais mantinham contato com os *Miskitu* nicaraguenses. Certamente, meu interlocutor estava traumatizado pelos eventos ocorridos. Por conseguinte, se preocupou com minha segurança física e estadia no país, por ser estrangeira e estar indagando assuntos politicamente complexos. De modo semelhante, esta informação imprevista me fez sentir bastante inquieta.

Porventura, durante esta conversa, recebi uma ligação do *Centro por la Justicia y Derechos Humanos de la Costa Atlántica de Nicaragua* (CEJUDHCAN), informando-me que alguns indígenas da comunidade *Wisconsin* queriam falar comigo em pessoa e já estavam me aguardando. Então, meu interlocutor pediu que um conhecido dele me levasse em seu caminhão, rumo ao referido *Centro* para evitar que eu andasse sozinha na rua. No veículo com

[179] Informação verbal: Bilwi-Puerto Cabezas/RACCN, 9/11/2017.

seu colega indígena, também do YATAMA, este fez um comentário sobre a confusão após as eleições: "*estábamos en una guerra en los años 80 y ahora va empeorando las cosas, pero no vamos a dejar de luchar, va a continuar, eso no se queda así*". Neste momento, e nesse período em campo, percebi que os traumas históricos sofridos durante a época da guerra, ressurgiam e foram reforçadas cada vez que os *costeños*, particularmente os *Miskitu*, se sentiram ameaçados pelos representantes do Estado ou do partido FSLN, por meio de manobras políticas e agressões tais como àquelas descritas acima.

Quando cheguei ao CEJUDHCAN, encontrei dois homens indígenas que tinham vindo da comunidade *Wisconsin* procurando ajuda, em virtude de terem recebido uma carta de ameaça na comunidade, escrita por *colonos*, que queriam me mostrar. Nesta mensagem escrita à mão declarou que os indígenas oriundos das quatro comunidades *Miskitu*: *Wisconsin, Esperanza-Río Wawa, Santa Clara* e *Francia Sirpi*, do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, teriam que encontrá-los, no dia 12 de dezembro de 2017, para um enfrentamento físico. Caso os indígenas não aparecessem para esta chamada de guerra, o recado ressaltou que entre os dias 13 a 18 de dezembro, os *colonos* iriam atacar as comunidades citadas, com o plano de sequestrar 30 mulheres indígenas de cada uma, totalizando 120. Pressuponho que como pesquisadora estrangeira, eles imaginavam que eu pudesse conseguir algum apoio internacional, procurando evitar as violências antecipadas[180].

Após esta pequena reunião, segui rumo onde eu estava hospedada, mas no caminho acabei conhecendo uma mulher *Miskitu*, que era integrante do YATAMA. Reconheci-a como uma das organizadoras do *Encuentro Binacional de Pueblos Indígenas, Nicaragua-Honduras (Sihkru Tara*), na qual participei logo quando cheguei à capital da RACCN, junto com os participantes *Miskitu* de Honduras (6-9/8/2017). Ela igualmente me identificou como visitante do evento. Portanto, fui convidada a acompanhá-la até sua casa logo em seguida, para que pudéssemos conversar sobre os últimos acontecimentos políticos em Bilwi, que desencadearam nos enfrentamentos entre os simpatizantes do YATAMA e os seguidores da Frente Sandinista que foram apoiados por agentes policiais e militares.

Ela e sua colega relataram que fizeram parte da comissão fiscal da votação. Por isso, foram testemunhas das represálias efetivadas por parte de agentes de segurança pública, enquanto representantes do governo central prosseguiram com as estratégias para falsificar o

[180] As diversas situações de conflitos e ameaças referentes às quatro comunidades mencionadas serão explicadas de maneira mais acurada em capítulos posteriores.

resultado das eleições municipais, já supracitadas. As duas explicaram-me que a Casa Verde tinha sido queimada[181], não apenas para assustar os simpatizantes do YATAMA, mas principalmente, com a intenção de destruir as evidências documentadas que os dirigentes do partido indígena tivessem guardadas, no intuito de denunciar a violação dos direitos à participação política, assim como a falta de transparência do processo eleitoral (Informação verbal: Bilwi, 9/11/2017).

Ambas as mulheres me narraram como o jovem, Gary Stiven Miguel Kitler, com 20 anos de idade morreu quando levou dois tiros na cabeça enquanto tentava fugir dos agressores sandinistas e policiais, durante a confusão na Casa Verde[182]. Ele precisou ser transportado por avião em direção à Managua, devido à gravidade das suas lesões, onde ele poderia conseguir o atendimento médico adequado. No entanto, as autoridades não permitiram que o avião decolasse do pequeno aeroporto, *Terminal Aérea Rigoberto Cabezas*, então o jovem acabou falecendo.

O Sr. Mark Rivas[183], indígena *Miskitu*, que era secretário da diretoria executiva da organização YATAMA, também representante dos jovens da Assembleia Geral da mesma, estava presente durante os episódios mencionados, pois ele participou como fiscal para a contagem de votos durante as eleições. A propriedade do YATAMA, conhecida como a Casa Verde, era protegida por um muro, mas durante o enfrentamento político os vândalos sandinistas e policiais começaram a atacar as pessoas dentro do recinto, do lado externo, consequentemente penetrando a área. Estávamos na área destruída e queimada que constituía os escombros que restavam da Casa Verde, durante a entrevista em que Sr. Mark Rivas relatou a cena desse momento[184].

---

[181] CERDA, Arlen. Violencia y caos tras municipales. **Confidencial**, Managua, 7 nov. 2017. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/violencia-caos-tras-votaciones-municipales-nicaragua/>.

[182] Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES.

[183] No dia 3 de janeiro de 2020, o jovem líder indígena, Mark Rivas, foi assassinado à tarde, em Bilwi, com um disparo de arma de fogo na cabeça. Suspeita-se que o homicídio esteja vinculado à sua filiação política, como dirigente do partido YATAMA, sobretudo, por denunciar publicamente que o partido em poder, FSLN, estava incentivando a infiltração de "*autoridades comunitarias paralelas*" nas comunidades indígenas. Ou seja, estava criando falsos líderes comunitários para se sobrepor aos líderes legitimamente eleitos, objetivando que estes colaborassem com as atividades estratégicas de invasão e usurpação territorial na Costa Caribe, perpetradas pelo governo Daniel Ortega. Seu assassinato não foi investigado pelas autoridades estatais apropriadas de maneira detida, tampouco transparente. Ele estava vivo quando escrevi esta tese e soube da sua morte após ter defendido o texto, enquanto estava revisando a versão final para publicação na biblioteca universitária. Cf. HALLARON muerto al líder indígena nicaragüense Mark Rivas. **Infobae**, América Latina, 5 jan. 2020. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2020/01/05/hallaron-muerto-al-lider-indigena-nicaraguense-mark-rivas/>.

[184] Cf. ANEXOS – ILUSTRAÇÕES.

> **Helen:** *¿Quién empezó a quebrar los muros?*
>
> **Sr. Mark Rivas:** *Las turbas sandinistas acompañados por los antimotines. (...) Son pandilleros que son contratados para hacer estos trabajos. (...) De diferentes barrios. Entonces la policía empezó a lanzar gases lacrimógenos aquí dentro. Había niños, mujeres, ancianos, discapacitados. (...)Había alrededor de 200 personas, de esas solamente 50 eran como jóvenes que resistían para que no entraran [los atacantes sandinistas y policiales]. Ese gas es terrible y empezó a tirar de allá, de ese lado, del frente, del otro lado. (...) Sí, nos tenía rodeado. La única oportunidad de escapar era por un muro que está allá atrás. (...)Atrás de la casa y empezaron a sofocar a los jóvenes y empezaron a quebrar esos agujeros y empezaron a lanzar este morteros, y armas hechizas [armas de fuego improvisados], y la policía disparaba, entonces ya no hubo más resistencia, todos empezaron a salir por el otro lado, quebraron el portón y empezaron a quemar. Yo tenía mi motocicleta aquí, quemaron la motocicleta, la oficina y todo, y cuando estaba quemando aquí todavía estaba atrás yo. (...) No, no había saltado el muro, todavía estaba… incendiaron la radio, y entraron y cuando ya habían tomado todo este espacio, tuvimos que salir.*
>
> **Helen:** *¿Mataron a una persona?*
>
> **Sr. Mark Rivas:** *Sí, mataron a una persona, a un joven, ahí en frente (...) de la entrada. (...) Sí, dos disparos. La policía lo hizo. (...) Sí, la policía le disparó al joven, tenía 19 años.*
>
> **Helen:** *¿Y alguien vio qué policía le disparó? ¿Hay pruebas de eso?*
>
> **Sr. Mark Rivas:** *Sí, fotografías no, pero sí testigos, él empezó… él [joven indígena] tiró una piedra a la policía, y empezó a correr, entonces el policía le disparó, por la espalda. (...) Y le entró por aquí y le salió por acá. (...) No hay investigación, no recepcionan las denuncias.*
>
> **Helen:** *¿Lo policía no hizo una investigación?*
>
> **Sr. Mark Rivas***: No, no, yo personalmente fui a interponer la denuncia de todo lo que había pasado, y dijeron que no, que en el caso de Yatama no iban a recepcionar denuncias. (...) Sí. Hicieron eso y dijeron que era por orden de arriba, que no iban a hacer eso. (...)Sí, no podían. Ahí hicimos todo lo posible, fuimos a la fiscalía después, y recepcionaron la denuncia pero hasta ahora nada (...).* (Entrevista: Mark Rivas, Bilwi-Puerto Cabezas, 19/12/2017).

Observa-se que as denúncias a respeito das violências sofridas não foram registradas pelos agentes da Polícia Nacional, negando o seu ofício fundamental em tais circunstâncias, sobretudo, a responsabilidade de investigar os casos. Ao mesmo tempo, vários manifestantes indígenas foram presos e ainda estavam na prisão no próximo mês de dezembro, quando realizei esta entrevista. Por outro lado, não houve encarceramentos ou fatalidades de pessoas afiliadas à Frente Sandinista. Quanto ao homicídio do jovem indígena, Gary Stiven Miguel Kitler, as duas mulheres indígenas, destacadas antes, que me contaram sobre as ocorrências, queriam que eu fosse ao funeral da vítima no intuito de registrar o evento.

Por esta razão, acompanhei o enterro do falecido no dia 10 de novembro de 2017, durante a qual havia a presença de centenas de indígenas extremamente abalados pela tragédia[185]. Testemunhei os choros e gritos de profunda comoção, enquanto seus parentes carregavam a caixão coberto pela bandeira do YATAMA, com o corpo do jovem. De modo similar, sua mãe e outras familiares desmaiavam durante o enterro, devido ao desespero emocional em ter que se despedir de Garry Stivens, de forma tão inesperada. Entretanto, grupos de jovens sandinistas e policiais não respeitaram a cerimônia enquanto os familiares e amigos lamentavam a morte do falecido, pois observei que estes ainda circulavam no cemitério intermitentemente durante o triste evento, intencionando intimidar os participantes.

A descrição sintética dos eventos que levaram a essa violência bastante trágica, decorrente das estratégias de dominação política, traz à luz somente alguns aspectos da dinâmica sociopolítica que acabei analisando no tempo em que estive realizando trabalho de campo na RACCN. Tais episódios são vinculados às relações de poder e seus diversos mecanismos de dominação, sobretudo, à maneira que vêm se desencadeando em situações regionais e locais. Infelizmente, Gary Stiven, constata ser mais uma vítima, entre muitas, de um caso de violência fatal, que nunca foi investigado pelas autoridades estatais responsáveis, como veremos em outras situações examinadas nesta tese. Concomitantemente, seu assassinato é uma consequência cada vez mais comum, da acumulação de tensões sociais instigadas pelas manobras políticas que atropelam direitos constitucionais dos agentes sociais da Costa Caribe nicaraguense, no intuito de manter o poder.

Considerando este contexto, vale ressaltar que desde a primeira vez que viajei à Nicarágua, com o propósito de efetuar um levantamento preliminar, isto é, um *survey*, no tocante às políticas de autonomia e conflitos territoriais na Região Autônoma da Costa Caribe, tive a oportunidade de testemunhar diversas situações sociais, que, semelhantemente às ocorrências salientadas acima, demonstraram a dinâmica do governo classificado "orteguista"; e não somente na Costa Caribe, mas no Pacífico do país, também. Estas incluíram a destituição de *autoridades comunales*; os atos públicos contra o sistema eleitoral, em Managua, chamados de "*miercoles de protesta*"; as contradições acerca do processo de *saneamiento*, vinculado à Lei N° 445 − *Régimen de Propiedad Comunal*; mormente a mobilização antagônica ao Canal Interoceânico, entre outras.

[185] Cf. ANEXO-ILUSTRAÇÕES.

As desavenças atinentes a este megaprojeto serão apresentadas no próximo capítulo, constituindo outra situação de conflitos sociais no país, entre muitas, que exemplifica peremptoriamente, as formas de atuação quais caracterizam o modelo orteguista, que atinge tanto a população da Costa Caribe, quanto àquela proveniente de outras regiões nicaraguenses, genericamente classificada como *mestiza*[186]. As mobilizações em oposição ao projeto do canal mostram a coação estatal, proeminente do partido em poder, a FSLN, liderado pelo Presidente Daniel Ortega.

De todo modo, as observações empíricas verificam as diversas estratégias de coerção, que vêm acontecendo com frequência, em diversas situações sociais na Nicarágua. São táticas repressoras que os indígenas e afrodescendentes vêm denunciando pelos meios de comunicação e processos jurídicos na Corte Suprema de Justiça no país e na Corte IDH, procurando os mecanismos legais apropriados, nos âmbitos nacionais e internacionais, há décadas. Nestes casos, líderes indígenas e afro-caribenhos, assim como defensores de direitos humanos, têm chamado a atenção do público sobre as violências sofridas por conta da invasão territorial, bem como através de vários mecanismos políticos e estatais que violam seus direitos humanos e territoriais. Estes são exemplificados pelos diversos eventos descritos acima e abarcam circunstâncias como o desaforamento do deputado indígena, Brooklyn Rivera, e o assassinato do jovem indígena, Gary Stivens, para citar apenas alguns episódios específicos, entre muitos. A mobilização em oposição ao projeto do Canal Interoceânico, que será exposta no Capítulo II, vislumbra essa dinâmica repressora de maneira categórica, além de realçar o fato que essas estratégias são comumente efetuadas contra qualquer forma de resistência face à imposição orteguista.

Entretanto, apenas quando *mestizos* pertencentes à maior população nacional no poder, especialmente aqueles do centro do poder, a capital Managua, sofrem ataques ou assassinatos resultantes da opressão orteguista, o povo nicaraguense se levanta coletivamente em indignação contra tais estratégias violentas. Este fato demonstra que o racismo institucional, cultural e ideológico ainda permeia toda a sociedade nicaraguense, desde os tempos coloniais. Trata-se de estruturas de pensamentos proeminentes de uma "cultura imperialista" (SAID, 1992), que fazem com que a população nacional seja indiferente às violências sofridas pelos povos indígenas e afrodescendentes com o passar do tempo, exclusivamente se identificando

[186] Em consonância com Matamoros-Chavez (2014), existem distintos grupos de *mestizos*, como aqueles da capital Managua e de outros centros urbanos; assim como aqueles chamados "*campesinos*", nas quais constituem trabalhadores rurais que realizam atividades agropecuárias, até mesmo aqueles que se auto-classificam como "*mestizo costeños*", porque com o passar do tempo, têm crescido no Caribe nicaraguense, mesmo que seus antepassados não sejam *costeños*.

com o sofrimento das pessoas pertencentes à sua própria cultura e etnia *mestiza.* Pode-se dizer que são condicionamentos sociais, estruturalmente fundamentadas e aprendidas ao longo do processo histórico, mas que têm seus efeitos no presente, assim aproximando-se à noção de *habitus*, na concepção de Bourdieu (2009, p. 88 -89).

Outro fator que contribui para essa insensibilidade tem relação com as respectivas notícias midiáticas que são frequentemente distorcidas, *se* ou *quando* elas alcançam o público nacional, considerando que os próprios membros da família Ortega-Murillo têm se tornado os proprietários dos meios de comunicação no país (CENIDH, 2018, p. 2). É possível compreender, desta forma, porque para os indígenas e afrodescendentes a colonização e os traços imperialistas que qualificam a dominação da cultura *mestiza* continuam vigentes até hoje.

A crise política

O que demonstra essa postura a respeito do que leva os *mestizos* a possivelmente se mobilizarem, de modo irrefutável, é a crise política em que o Estado da Nicarágua se encontra atualmente, em decorrência do culminante numero de violações de direitos humanos, da corrupção política e institucional, além da sua repressão autoritária que vêm ocorrendo há um tempo. Inclusive, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) incluiu a Nicarágua na lista de países que violam os direitos humanos, em 21 de março de 2019[187].

Mas o que finalmente fez a sociedade nicaraguense se revoltar contra o regime Ortega-Murillo, começou em 18 de abril de 2018, quando o *Consejo Directivo del Instituto Nicaraguense de Seguridad Social*-INSS aprovou a resolução 1-317, que foi publicado logo no mesmo dia, pelo Presidente Daniel Ortega, na *Gaceta*[188] *No. 72* (CENIDH, 2018, p. 3). Esta resolução versava sobre a realização de uma reforma do sistema de previdência social, sem nenhum consenso, que aumentava as contribuições de empresários e trabalhadores. Além da reforma desfavorável, a população rejeitou a decisão em virtude da falta de transparência na administração dos recursos do INSS. Aliás, o Fundo Monetário Internacional (FMI) já tinha avisado o governo Ortega sobre a necessidade de regulamentar o uso destes fundos,

[187] Cf. NICARÁGUA entra na lista de países da AL violadores dos direitos humanos. **Veja**, São Paulo/ Rio de Janeira, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/nicaragua-entra-na-lista-de-paises-da-al-violadores-dos-direitos-humanos/>.
[188] No Brasil, isto seria o Diário Oficial da União.

visto que não podia identificar o seu vínculo à operacionalidade do INSS no país (CENIDH, 2018, p. 4).

Portanto, no mesmo dia da publicação oficial dessa resolução, havia protestos pacíficos, em sua maioria, feito por estudantes da *Universidad Centroamericana*-UCA, na cidade de Managua, em oposição à referida reforma. As manifestações públicas se espalharam até outros campos universitários, como *a Universidad Nacional de Ingeniería*-UNI, a *Universidad Nacional Autónoma de León*, a *Univesidad Agraria*-UNA e a *Universidad Politécnica de Nicaragua*-UPOLI, entre outras, enquanto os universitários enfrentaram fortes agressões físicas de policiais e tropas de choque; ademais por agressores sandinistas[189]. Estes últimos abrangem vândalos da FSLN, também conhecidos como membros da chamada "juventude sandinista".

Com a brutalidade executada pelos agentes de segurança pública e agressores sandinistas aliados, os atos públicos se ampliaram até outras localizações do país, incluindo os municípios de León, Rivas, Estelí, Masaya, Granada, Camoapa, Matagalpa, Ocotal, Carazo, entre outras[190]. Sucessivamente, a repressão governamental junto com a inconstitucionalidade das reformas da previdência, fez com que a grande maioria da população nicaraguense se aliasse à mobilização instigada pelos universitários. Não obstante, os atos violentos por parte dos agentes de repressão estatal resultou em numerosas mortes de civis, assim como pessoas feridas, aprisionadas e desaparecidas[191].

Ainda no mesmo dia, cinco canais de televisão foram proibidos de transmitir as notícias a respeito desses tumultos sociais, além de alguns meios de comunicação virtuais. Da mesma maneira, numerosos jornalistas foram vítimas de ataques físicos e ameaças às suas vidas[192]. Durante o resto do mês a população indignada, reagiu em protesto contra as violências, enquanto ainda se confrontaram com a coibição autoritária e a manipulação das informações públicas correspondentes. Aliás, o próprio Presidente Ortega e sua esposa, a vice-presidente Rosario Murillo, fizeram discursos públicos nos quais desconheceram as estratégias de opressão concretizadas e logo culparam os respectivos manifestantes por terem criado a desordem no país[193].

---

[189] Ibid., p. 4.
[190] Ibid., p. 4-5.
[191] Ibid., p. 5.
[192] Ibid., p. 5.
[193] ENRÍQUEZ, Octavio. Rosario Murillo describe como "legítima defensa" la agresión de turbas orteguistas. **La Prensa**, Managua, 19 abr. 2018. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2018/04/19/politica/2406376-rosario-murillo-describe-como-legitima-defensa-la-actuacion-de-sus-partidarios>.

Finalmente, em 22 de abril de 2018, o Presidente Daniel Ortega anunciou que a resolução referente às reformas da previdência foi derrogada. Entretanto, já havia sido tarde demais para desfazer as violências e a indignação do povo. Concomitantemente, a repressão física por parte do governo orteguista não cessou, mesmo com sua pretensa disposição em apaziguar a tensão social no país[194]. Desta forma, desde abril de 2018 a Nicarágua tem vivido uma situação de extrema insegurança, com defensores de direitos humanos, jornalistas e cidadãos oposicionistas ao regime Ortega-Murillo, precisando fugir do país no intuito de preservar sua integridade física.

Para agravar a tensão social, o Estado da Nicarágua declarou ilegal qualquer ato de protesto em oposição ao governo. Neste contexto, as tentativas de diálogo por meio da *Alianza Cívica por la Justícia y la Democracia* (ACDJ), acompanhada pela intermediação da *Conferencia Episcopal de Nicaragua*-CEN, com o Presidente Ortega e vice-presidente Rosario Murillo têm sido improdutivas, pois o casal presidencial se opunha à demanda pública de renunciar o poder. A CIDH tampouco tem tido êxito em resolver o grave problema social no país. Em suma, esta circunstância de crise sociopolítica, que vem abrangendo protestos contrários às políticas orteguistas, tem resultado em 325 mortos, milhares de feridos e exilados, bem como centenas de detidos[195], isto é, presos políticos.

Para encerrar esta discussão, cabe mencionar o comunicado da CIDH, que foi publicado em 11 de julho de 2019[196]. Este sublinha a:

> (…) falta de voluntad del Estado de Nicaragua para el restablecimiento de las libertades y derechos de toda la población, así como para superar la situación de **impunidad** respecto las graves violaciones de derechos humanos cometidas desde el 18 de abril de 2018. (…)A pesar del inicio de la Mesa de Negociación entre el Gobierno y la Alianza Cívica por la Justicia y la Democracia (Alianza Cívica), el 27 de febrero de 2018, la CIDH observa la persistencia del **estado policial** en Nicaragua caracterizado por la prohibición de las protestas sociales y afectaciones a otros derechos por actos de estigmatización, ataques y agresiones, asedio y la continuación de detenciones arbitrarias en todo el país. (CIDH, 2019).

O pronunciamento da CIDH segue destacando a continuidade de vários casos de violências e coerção ocorrendo presentemente, incitando uma cifra de 70.000 nicaraguenses solicitando refúgio em países como Costa Rica, Panamá, México e os Estados Unidos. Do

---

[194] CENIDH, 2018, p. 7-8.

[195] Cf. WELLE, Deutsche. Crise na Nicarágua completa um ano; veja linha do tempo, **G1 – Globo Notícias**, São Paulo, 18 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/18/crise-na-nicaragua-completa-um-ano-veja-linha-do-tempo.ghtml>.

[196] CIDH manifiesta su preocupación por la continuación de la represión en Nicaragua, **CIDH** – Comunicado de Prensa, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://mailchi.mp/dist/cidh-manifiesta-su-preocupacin-por-la-continuacin-de-la-represin-en-nicaragua?e=4b3a1bc8d2>.

mesmo modo, realce as recomendações feitas pela mesma Comissão há um ano, em que o Estado da Nicarágua ainda se recusa em cumprir. Entre estas reitera: "(…) *la recomendación 8, para que el Estado 'desmantele los grupos* ***parapoliciales*** *y adoptar medidas para impedir que sigan operando* ***grupos de terceros armados*** *que atacan y hostiguen a la población civil*" (CIDH, 2019). Finalmente, esta Comissão se coloca à disposição em colaborar para a efetivação das medidas necessárias no intuito de reestabelecer a "*plena vigencia de los derechos humanos en el pais*", devido ao fato de que o Estado ainda não havia permitido a entrada dos membros da CIDH na Nicarágua, com a proposta de levar a cabo os mecanismos internacionais com essa finalidade. Desta maneira, é possível confirmar, que o modelo orteguista continua dirigindo o país sob as características da mais recente ditadura nicaraguense.

CONCLUSÃO

O propósito deste capítulo constituiu-se em contextualizar a dinâmica política na Nicarágua, mas com a intenção de entender como se desencadeia na Região Autônoma da Costa Caribe em situações sociais específicas e locais. Para tal compreensão os dados históricos são inseparáveis das atuais circunstâncias sociopolíticas no país, particularmente no que se refere à "memoria social de luta", relativa às experiências de guerras ainda atreladas às relações de desconfiança que caracterizam o âmbito político entre os *costeños* e o os representantes do Estado da Nicarágua presentemente, em sua maioria *mestizos*. Essa desconfiança também abrange outros segmentos da população nicaraguense, com sua própria dinâmica sociocultural, vislumbrado de maneira mais acentuada na descrição sobre o Canal Interoceânico que segue este capítulo.

A história abarca, do mesmo modo, processos de territorialização enquanto a construção do Estado-nação, consequente de dois momentos específicos de colonização culturalmente diferenciados: a princípio, por parte dos britânicos, em seguida pelos espanhóis. Foram destacadas as fases de distintos governos autoritários (pelo menos na vivência dos *costeños*), com seus diversos modos de dominar para conquistar o Caribe, objetivando controlar os territórios coletivos, historicamente fundados e etnicamente configurados. Neste contexto, ficou evidente a relevância da mobilização étnica, liderada pelos indígenas *Miskitu* quanto à autodeterminação de todos os povos do Caribe, balizado pela instauração da Lei N° 28 – Estatuto de Autonomia. Até hoje esta lei tem grande mérito no tocante de estimular

outros mecanismos jurídicos, nacionais e internacionais, que asseguram os direitos etnicamente diferenciados dos povos indígenas e afrodescendentes da Costa Caribe nicaraguense. No contexto contemporâneo, entretanto, essas possibilidades vêm se enfraquecendo com os mecanismos estatais propositadamente ambíguos.

A administração do aparato do Estado, presentemente se destaca pelo regime autoritário, encabeçado pelo Presidente Daniel Ortega, classificado pela população nicaraguense como "regime orteguista". Neste sentido, foram expostos alguns exemplos da forma como esse modelo de governo executa estratégias, especialmente no âmbito político, no intuito de dominar o Caribe, sobretudo, para fins econômicos que beneficiam a família Ortega-Murillo, além dos seus aliados, concebidos pelo partido da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Não obstante, essa forma autoritária objetivando manter o poder no país, atinge toda a população nicaraguense, como evidenciado pelo atual estado policial, ou melhor, a crise política sobre qual o Estado da Nicarágua se qualifica atualmente.

Neste capítulo, as estratégias de dominação política do referido governo nacional, foram demonstradas pela destituição do deputado indígena e líder máximo do partido regional, YATAMA, o Sr. Brooklyn Rivera. Do mesmo modo, pela apresentação das circunstâncias de coerção vinculadas às eleições municipais na RACCN, em 2017, que resultaram em violências, aprisionamentos arbitrários, e, tragicamente, a morte de jovens indígenas, como Gary Stivens.

Um dos principais objetivos deste capítulo consistiu em demonstrar que essa repressão vem sendo uma prática comum no Caribe, e que os povos indígenas vêm denunciando essas ações coercivas há muito tempo, com bastante fundamento, apesar do fato de que a sociedade nicaraguense, de modo geral, os têm ignorado. Agora, as estratégias repressoras disseminadas em suas diversas modalidades no Caribe, têm sido evidenciadas no cenário nacional pela atual crise política no país, embora requeira a morte de *mestizos* (especialmente aqueles do centro do poder no Pacífico), ao invés de indígenas ou afrodescendentes, para chamar a atenção de todos, sobre a gravidade das violências praticadas pelo regime orteguista.

Prosseguindo com essa contextualização política, no próximo capítulo, serão analisadas as contradições das políticas territoriais vinculadas ao projeto neoliberal do Canal Interoceânico, sobretudo, a forma que afetarão as populações da Costa Caribe Sul, além dos *mestizos-campesinos* de outras regiões nicaraguenses. Ademais, a forma que subsequentemente atinge os *costeños* no Caribe Norte. A perspectiva dos agentes sociais da RACCS a respeito desse megaempreendimento destaca sua ligação com o avanço da fronteira agrícola e a crescente ocupação irregular de *tierras comunales* pertencentes aos mesmos,

igualmente atrelado ao não cumprimento da quinta etapa demarcatória – o *saneamiento*, constituindo um modo de colonização contemporânea, assim salientando outros aspectos das políticas orteguistas.

CAPÍTULO II − O CANAL INTEROCEÂNICO: UM EXEMPLO DAS FORMAS DE DOMINAÇÃO POLÍTICA E ESTATAL, INSTALADAS A PARTIR DO MODELO ORTEGUISTA

As ambiguidades políticas e constitucionais em referência ao *Gran Canal Interoceánico* evidenciam diversas estratégias decorrentes do orteguismo, particularmente aquelas relativas aos projetos econômicos de seu interesse, em detrimento dos direitos fundamentais dos nicaraguenses *costeños*. Do mesmo modo, da população *mestiza* oriunda de outras regiões e segmentos sociais. Por estas razões, destacar algumas questões correspondentes a esse megaempreendimento tem relevância, no sentido de mostrar alguns aspectos desse modelo de governo. Ao analisar esta dimensão, os dados empíricos demonstram que o projeto do canal exemplifica as diversas estratégias de usurpação territorial que vêm afetando os *costeños* com o passar do processo histórico até a atualidade. De maneira similar, realça a interligação entre o avanço da fronteira agrícola e o processo demarcatório de *saneamiento*, com os interesses empresariais apoiados pelo Estado, no caso, o Canal Interoceânico.

Como explicado anteriormente[197], o referido projeto de infraestrutura tem como proposta a abertura de via para transporte marítimo, atravessando pelo meio do país, a exemplo do Canal do Panamá, para o escoamento de diversos bens atinentes aos mercados internacionais[198]. Para tanto, sua dimensão constituirá uma longitude de 259 quilômetros, abarcando a região sul do país, desde a desembocadura do Rio Brito, passando pelo Lago *Cocibolca*, até o Rio Punta Gorda no Mar Caribe[199]. A obra consistirá em dragar os corpos de água no caminho, no intuito de alcançar uma profundidade de 29 metros, além de uma zona de 5 a 10 quilômetros estendidos de cada lado do canal. Esta zona abrange aproximadamente 282 povoados, com 24.100 moradias, e uma população em torno de 119.200 habitantes que serão afetados, segundo o levantamento elaborado pela *Red Local*[200], em 2014.

Na Região Autônoma, o referido canal irá se sobrepor especificamente à comunidade indígena, *Bangkukuk Taik*, da etnia *Rama*; e à comunidade *Monkey Point*, dos negros

[197] Ver Introdução.
[198] Verifique a rota do canal no ANEXO – MAPAS.
[199] Ver mapa em anexos.
[200] Cf. EFECTOS Socioeconómicos del Canal Interoceánico a Nível Municipal, **Red Local**, Managua, p.1-32, 2014.

"Kriol"[201], ambas localizadas dentro do *Territorio Rama y Kriol*, causando o deslocamento forçado dos membros destas pequenas comunidades. O adjacente *Territorio de la Comunidad Negra Creole Indígena de Bluefields*, que envolve a capital da RACCS, e outras comunidades ao se redor, também sofrerá os efeitos dessa obra.

Saindo da região caribenha, o citado empreendimento passará por centenas de comunidades *campesinas* até a Costa Pacífica, igualmente desapropriando-lhes as terras compulsoriamente. Ademais, todas as populações que vivem nas ilhas ou ao redor do *Gran Lago de Nicaragua*, comumente conhecido como *Cocibolca*, serão diretamente impactadas. Isto porque a obra passará sobre este curso de água, causando diversos danos socioambientais (ACOSTA, 2015, p. 2). Tais danos, aliás, afetarão a população nicaraguense inteira de alguma maneira, considerando que o Lago *Cocibolca* constitui a maior fonte de água potável na América Central[202].

Talvez a maior contradição deste megaempreendimento seja a própria Lei N° 840 - *Ley Especial para el Desarrollo de Infraestructura y Transporte Nicaraguense Atingente a El Canal, Zonas de Libre Comercio e Infraestructuras Asociadas*, aprovada em 2013. Esta foi criada especificamente para assegurar a construção do mesmo, por meio de um acordo com a empresa chinesa, *Hong Kong Nicaragua Development Group* (HKND), que permite uma concessão de 50 a 100 anos[203]. Os maiores benefícios econômicos deste megaprojeto, contudo, fundamenta-se nos diversos subprojetos vinculados, tal como a construção de resorts, aeroportos e portos, entre outros. Porém, essa lei se sobrepõe aos direitos constitucionais e infraconstitucionais já estabelecidos, a exemplo daqueles etnicamente diferenciados, incluindo a Lei N° 28 – Estatuto de Autonomia (1987), a Lei N° 445 – *Régimen de Propiedad Comunal* (2003), e a Convenção N° 169 da OIT (2010). Ou seja, trata-se de uma estratégia de mudanças de códigos legais em favor de interesses econômicos, os

[201] O termo *"Kriol"* parece ser usado apenas na escrita para diferenciar-se das pessoas da etnia *Creole* (mesma pronúncia), que pertencem a outros locais, fora do Território *Rama* e *Kriol*. Ambas as classificações tratam da mesma etnia, com sua etnicidade historicamente ligada aos escravos africanos que foram trazidos na época da colonização inglesa e em seguida as relações interétnicas que resultaram na variação de traços fenotípicos.

[202] O Lago *Cocibolca* abarca uma extensão de 8.264 km² e tem em seu interior mais de 400 ilhotas, 3 ilhas e 2 vulcões.

[203] Conforme a *Ley No. 840, Art. 3 Concesión*: "A través de la presente Ley y de acuerdo al artículo 105 de la Constitución Política de la República de Nicaragua se otorga una concesión exclusiva a favor de El Inversionista y sus cesionarios para el Desarrollo y Operación de cada Sub-Proyecto de acuerdo a lo dispuesto en el MCA por un término de cincuenta (50) años a partir del inicio de operaciones comerciales de El Gran Canal Interoceánico de Nicaragua, sujeto a las ampliaciones contempladas en El MCA y prorrogable en cada caso por un período de cincuenta (50) años adicionales a elección de El Inversionista, período adicional que comenzaría inmediatamente después del vencimiento del plazo inicial".

quais violam direitos territoriais, assim como a soberania de diversos segmentos da sociedade nicaraguense.

Este fato foi esclarecido quando conversei com o Sr. Victor Campos, subdiretor do *Centro Alexander von Humboldt*, no tempo que estive em Managua. Esta organização não governamental (ONG) tem como objetivo elaborar investigações sobre questões ambientais, inclusive aquelas consequentes do Canal Interoceânico, com ênfase no desenvolvimento e em gestão territorial. De acordo com o Sr. Victor, a partir da Lei N° 840:

> *El gobierno se compromete a proporcionar al inversionista el derecho de servidumbre de acceso de navegación en rio, lago, bosque y otros cuerpos de agua dentro de Nicaragua y derecho de extender, expandir, dragar, decepar o reducir los cuerpos de agua. Esos son explicaciones textuales, todo en la Ley 840 el Acuerdo de Marco de Concesión, que forma parte de la Ley. De esta manera, el Estado Nicaragüense renuncia la* ***soberanía*** *ciudanía. La garantía de las reservas del país solo está garantizada hasta el concesionario. E Nicaragua renuncia su jurisdicción. El inversionista decide más de la autoridad nacional*. (Entrevista: Victor Campos, Managua-Nicarágua, 11/8/2015).

O entrevistado refere-se à questão da citada concessão permitir que uma empresa estrangeira privada, possua direitos ilimitados sobre todos os recursos naturais: hídricos e terrestres do país, por até mais de cem anos[204]. Aliás, o próprio Estado da Nicarágua terá que pagar uma multa a HKND, se por acaso o projeto do canal não fosse realizado ou atrasasse por qualquer motivo. Certamente este critério será um motivo para os representantes do Estado acelerar a construção do Canal Interoceânico, simultaneamente impedindo qualquer obstáculo, incluindo manifestações públicas contra sua conclusão.

Outra contradição se apresenta pelo fato de que a Lei N° 840 foi aprovada em oito dias, sem consulta ou consentimento da população nicaraguense. Do mesmo modo, esta decisão viola os critérios normativos de uma consulta prévia, livre e informada, consoante às condições de boa fé; assim como o consentimento dos povos indígenas e afrodescendentes que serão afetados na Costa Caribe, conforme os direitos infraconstitucionais garantidos na Convenção N° 169 da OIT. Estes quais são respaldas pela legislação nacional, tal como a Lei N° 28 e a Lei N° 445.

Por isso, a Dra. Lottie Cunningham do *Centro por la Justicia y los Derechos Humanos de la Costa Atlántica de Nicaragua* (CEJUDHCAN), como advogada e representante da Região Autônoma da Costa Caribe, denunciou as tentativas de um consentimento forçado

[204] Considera-se que as concessões de cinquenta a cem anos para o *HKND Group* e seus concessionários afiliados, apenas começarão após a construção da obra, o que significaria que poderia passar mais de cem anos de uso e ocupação pela empresa na Nicarágua.

pelos representantes do Estado da Nicarágua, intencionando justificar a execução do Canal Interoceânico, durante o 5° Fórum da Organização das Nações Unidas-ONU, no dia 10 de maio de 2016. No caso em questão, em dezembro de 2015 líderes do Governo Territorial *Rama* e *Kriol* (GTR-K) denunciaram publicamente, que na comunidade *Bangkukuk Taik*, representantes do Estado efetuaram uma eleição ilegal, no intuito de compor um *"gobierno paralelo"*[205] na comunidade. Isto é, um governo inautêntico ou enganador, constituído por representantes coniventes com os anseios do governo central, pertinentes ao canal[206]. Desta forma, foi ignorada a autoridade legal e tradicional do legítimo *gobierno comunal* já existente, composto por representantes eleitos democraticamente[207].

Na sequência, em janeiro de 2016, as notícias mediáticas disseminaram informações que representantes do GTR-K foram pressionados por agentes governamentais, acompanhados por policiais, a assinarem um contrato consentindo a edificação do respectivo megaempreendimento nas suas *tierras comunales.* Quando eles se negaram a firmar tal acordo, foram coagidos a concordarem com um documento alternativo que detalhava os termos para futuras negociações relativas ao canal. Conquanto, as *autoridades comunales* foram impedidas de revisá-lo, tampouco foi permitida assessoria jurídica durante o ato[208]. Com a presença de agentes policiais, esta situação constituiu-se numa tática coercitiva.

A partir do dia 3 de maio de 2016, outras notícias públicas pronunciaram um acordo feito entre a *Comisión del Gran Canal Interoceánico de Nicaragua* e o GTR-K, concedendo 263 quilômetros quadrados de *tierras comunales* para os fins do referido projeto de infraestrutura[209]. Tal divulgação fez parte dos estratagemas de comunicação[210] por parte do Estado, procurando atenuar a imagem pública sobre a situação, ao mesmo tempo promovendo o megaempreendimento como algo economicamente benéfico para toda a sociedade

[205] Os chamados "*gobiernos paralelos*" constituem-se rapidamente para compor *gobiernos comunales* que não foram eleitos legalmente, como uma das maiores estratégias estatais, objetivando dominar as comunidades e territórios indígenas e étnicos. Estas estruturas políticas tratam de manter o controle político para fins econômicos sobre quaisquer decisões que dizem respeito ao uso dos recursos naturais na Região Autônoma. Em outros termos, constitui-se a forma que os representantes do Estado têm encontrado para coibir o processo autonômico, por meio de infiltrar e manipular as organizações comunitárias.

[206] Cf. UBINGER, H. C., A construção do Canal Interoceânico da Nicarágua começará em 2016, mas continua sendo questionado por cientistas e pelas populações que serão atingidas, **Informativo PNCSA N° 20**, Manaus, 22 dez. 2015. Disponível em: < http://www.novacartografiasocial.com/>.

[207] QUIEREN dividir junta directiva indígena por el canal en la RACCS. **GTR-K**, Comunicado de Prensa**,** Bluefields, 2015. Verifique este documento no ANEXO – ILUSTRAÇÕES.

[208] INDIGENOUS and Afro-Caribbean claim they were forced to negotiate over Nicaragua Canal. **The Tico Times**, Costa Rica, 20 jan. 2016. Disponível em: <https://ticotimes.net/2016/01/14/indigenous-afro-caribbeans-claim-forced-negotiate-nicaragua-canal>.

[209] FIRMAN acuerdo de consentimiento para uso de tierras del Gobierno Territorial Rama y Kriol. **El 19 TV**, Managua, 20 mai. 2016. Disponível em: < http://www.el19digital.com/>.

[210] Cf. ALMEIDA, 2010, p. 110.

nicaraguense. No entanto, o contrato foi firmado por representantes acoplados ao regime orteguista, especificamente o Sr. Hector Thomas, presidente do GTR-K, possivelmente um dos líderes do *gobierno paralelo*.

Neste contexto, vale mencionar que quando visitei a comunidade *Rama Cay*[211], no Território *Rama* e *Kriol,* vários indígenas, incluindo a advogada *Rama,* Becky McCray e alguns dos seus familiares, me narraram que o referido presidente, era um dos representantes mais corruptos do respectivo território. Isto porque sempre negociava a favor dos interesses econômicos do Estado, como aliado dos representantes da FSLN. Ou seja, antes da publicação dessa propaganda, os próprios membros do território em questão, confirmaram que esse líder não representava seus interesses coletivos.

Portanto, logo em seguida outros líderes do Território *Rama* e *Kriol,* incluindo o Sr. Allen Claire Duncan da comunidade *Monkey Point*, publicamente refutaram o suposto consentimento, reafirmando que aqueles que conduziram o pretenso acordo, sem os critérios de boa fé, não representavam os demais membros do território. Assim sendo, as *autoridades comunales* das comunidades *Monkey Point*, *Wiring Cay* e *Bangkukuk Taik*, declararam que não reconheceram tal decisão[212].

Nessa época, me comuniquei via internet com a Sra. Dolene Miller, que já foi representante *Creole* da *Comisión Nacional de Demarcación y Titulación* ─ CONADETI, em Bluefields; e a Dra. María Luisa Acosta, assessora legal do GTR-K, a respeita dessa circunstância. Ambas interagiam diretamente com os representantes do GTR-K e confirmaram a veracidade da execução dessa manobra política, enfatizando que os policiais pressionarem os atinentes líderes durante a presumida concordância.

No início do mesmo ano que começou as manobras políticas para um "falso consentimento", citadas acima, ocorreu o *154 Período de Sesiones de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos* entre 13 a 27 de março de 2015. Procedendo com os meios jurídicos viáveis, as incoerências no tocante ao Canal Interoceânico com referência aos seus impactos sobre os direitos humanos na Nicarágua[213], foram apresentados em uma das

[211] Entre 11 a 14 de setembro de 2015.
[212] RAMAS y Kriol denuncian acuerdo ilegal con el Gobierno. **La Prensa**, Managua, 3 mai. 2016. Disponível em: <http://www.laprensa.com.ni/2016/05/03/nacionales/202754ramaskrioldenunciana cuerdoilegalgobierno>.
[213] Cf. **154 Período de Sesiones CIDH**. *"Construcción del canal transoceánico y su impacto sobre los derechos humanos en Nicaragua": Audiencia Pública del 154 Período de Sesiones de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH).* 16 mar. 2015. Vídeo disponível em: <https://youtu.be/oOxVVwrKnBc>.

respectivas audiências públicas, novamente. Os peticionários presentes incluíram representantes das seguintes entidades: *Consejo Nacional por la Defensa de Nuestras Tierras, Lago y Soberanía Nacional*; *Centro Alexander von Humboldt*; ***Red*** *Nicaragüense por la Democracia y el Desarrollo* ***Local*** *("Red Local")*; *Fundación para la Conservación y el Desarrollo del Sureste de Nicaragua (Fundación del Rio)*; *Fundación Popol Na para la Promoción y el Desarrollo Municipal*; *Fundación Nicaragüense para el Desarrollo Sostenible*; *Fundación Hermanamientos de Nueva Guinea "Luz en la Selva"*; *Centro de Asistencia Legal a Pueblos Indígenas* (CALPI); *Centro Nicaragüense de Derechos Humanos* (CENIDH*); Centro por la Justicia y el Derecho Internacional* (CEJIL); e a *Unión Ciudadana por la Democracia*.

Entre os representantes que se pronunciaram, destacaram-se a Sra. Mónica López Baltodano, diretora executiva da *Fundación Popol Na* e, naquele momento, assessora jurídica do *Consejo Nacional en Defensa de Nuestra Tierra, Lago y Soberania*. Do mesmo modo, o Sr. Henry Ruiz, membro deste mesmo movimento *campesino;* e a advogada do GTR-K, Sra. Becky McCray. Ao representar os *Rama* e *Kriol*, esta indígena apresentou os artigos n° 5, 12 e 24 da Lei N° 840, com a intenção de vislumbrar o tamanho das suas discrepâncias, apreciando os critérios legais de consentimento (como aqueles já supracitados).

Por exemplo, conforme a Lei N° 840, artigo n° 5:

> Previo a la emisión de cualquier Consentimiento que otorgue derechos de uso sobre recursos naturales en las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica, La Comisión[214] mandará a oír al Consejo Regional o Municipalidad correspondiente, quienes dentro de los siguientes siete (7) días de la entrega de la notificación por parte de La Comisión tendrán el derecho de expresar su opinión al respecto a (los) Consentimiento(s) correspondientes propuestos. Tras el vencimiento de ese término, habiendo, o sin haber recibido opinión de dicho Consejo Regional o Municipalidad, sin requerir el consentimiento o aprobación de dicho Consejo Regional o Municipalidad, **La Comisión podrá emitir cualquier consentimiento requerido para la ejecución del Proyecto o Sub-proyecto correspondiente. Cualquier otro Consentimiento, acción u omisión que sería requerido o que es establecido según una Ley previa, no será requerido para El Proyecto o cualquier Sub-proyecto.** Las decisiones de La Comisión en el ejercicio de sus funciones tendrán carácter *erga omnes*, y serán de obligatorio cumplimiento. (NICARAGUA, 2013, p. 4975).

É possível perceber que este artigo contradiz os parâmetros de boa fé, fundamentais em qualquer processo de consulta ou consentimento. Para tanto, o artigo n° 6 da Convenção N° 169 aponta a necessidade de assegurar que:

[214] Isto é, a *Comisión del Proyecto de Desarrollo del Canal de Nicaragua*.

> Las consultas llevadas a cabo en aplicación de este Convenio deberán efectuarse de buena fe y de una manera apropiada a las circunstancias, con la finalidad de llegar a un acuerdo o lograr el consentimiento acerca de las medidas propuestas (BRYAN et al., 2012, p. 59).

Não obstante, o dispositivo legal referente ao megaprojeto citado acima, afirma que quaisquer medidas precisas para garantir a construção do Canal Interoceânico serão tomadas, até mesmo estabelece-se um procedimento rápido com esta finalidade. Desta forma, não se trata de acordo nenhum, mas uma imposição. Dito de outra maneira, a consulta será uma mera burocracia, pois não permite a consideração de uma opinião contrária à edificação dessa grande obra de infraestrutura. Contudo, o que mais chama a atenção nesse artigo, é sua imprudência em declarar que os requerimentos de qualquer lei previa a Lei N° 840, não serão determinantes para sua realização. Ou seja, sem diálogo ou transparência, simplesmente atropela as leis constitucionais existentes, fato que exemplifica a forma que o poder institucional é disseminado na dinâmica do regime orteguista[215]. Do mesmo modo, o uso estratégico da linguagem jurídica[216] como instrumento que facilita a concretização dos projetos estritamente capitalistas.

Pode-se dizer que estamos diante do senso prático das estratégias empresariais correlacionadas às políticas governamentais, que ambicionam: "flexibilizar as normas que asseguram os direitos territoriais para expandir as atividades econômicas sobre territórios coletivos, etnicamente configurados" (ALMEIDA, 2010, p. 138). Como a história bem mostra, a mera existência dos povos indígenas e de outros grupos étnicos (no caso brasileiro, povos indígenas e "comunidades tradicionais") constitui um obstáculo para o Estado ter livre acesso aos recursos naturais pertencentes aos respectivos territórios coletivos. Portanto, as ações de inconstitucionalidade conservam o intento de invalidar o reconhecimento institucional dos territórios indígenas e de afro-caribenhos, no contexto nicaraguense[217].

Complementando as diversas incongruências jurídicas, o artigo n° 12 – *"Procedimientos de Expropiación"* da lei do canal acrescenta que:

---

[215] A disseminação do poder por intermédio de diversos "dispositivos" é abordado por Foucault (2008, p. 244-247) e destacado na Introdução desta tese, relembrando que o poder não é localizado, tampouco centralizado apenas na figura do Estado, mas manifestado pelos agentes estatais, representantes políticos, instituições, discursos, entre diversas outras formas e ações.

[216] De acordo com FOUCAULT (2008, p. 250), "todo o poder, seja ele de cima para baixo ou de baixo para cima, e qualquer que seja o nível em que é analisado, ele é efetivamente representado, de maneira mais ou menos constante nas sociedades ocidentais, sob uma forma negativa, isto é, sob uma forma jurídica. É característico de nossas sociedades ocidentais que a linguagem do poder seja o direito (...)".

[217] Cf. ALMEIDA, 2010, p. 138.

> Es de interés público del pueblo de la República de Nicaragua la expropiación de cualquier bien inmueble o derecho sobre un bien *que sea* ***razonablemente*** *necesario* para efectuar todo o una parte de El Proyecto, en adelante *"*Propiedad Requerida*",* ya sea *propiedad privada,* propiedad *comunal de las Regiones Autónomas o de las comunidades indígenas o propiedad que tenga cualquier Entidad Gubernamental.* Dicha expropiación se llevara a cabo por La Comisión de acuerdo al proceso y demás términos establecidos en esta ley. (NICARAGUA, 2013, p. 4978 - 4979).

Este aspecto legal tem impulsionado o movimento *campesino* antagônico à construção do Canal Interoceânico, pois facilita a expulsão das suas terras de modo explícito. A linguagem propositadamente imprecisa possibilita qualquer interpretação favorável ao objetivo de levar a cabo a construção do canal, conforme os representantes do Estado, no caso, os membros que compõem a dita *Comisión del Proyecto de Desarrollo del Canal de Nicaragua*. Por exemplo, não se sabe quais seriam os critérios específicos do conceito de "*razonablemente necesario*" para a expropriação de uma "*Propiedad Requerida*", no intuito de concluir o megaempreendimento. Além do mais, essa linguagem normativa menospreza o elemento jurídico irrefutável, de que na Costa Caribe: "*Las tierras comunales son inajenables; no pueden ser donadas, vendidas, embargadas ni gravadas, y son imprescriptibles*", consoante o artigo n° 36, da Lei N° 28[218]. Neste sentido, a Dra. María Luisa Acosta reitera o fato que em termos de:

> (…) definir los aspectos de adquisición o arrendamiento de tierras, desplazamientos o relocalizaciones en su territorio; lo que a este respecto establece la Ley No. 840 que el mismo proceso de expropiación antes señalado para los campesinos, también lo es para los indígenas. Sin embargo, la pretendida expropiación de la tierra a los pueblos indígenas y afrodescendientes viola no sólo la normativa nacional, sino también la normativa internacional aplicable. (ACOSTA, 2016, p. 42 - 43).

Para finalizar a exposição de apenas algumas estratégias do uso de linguagem jurídica ambígua, ou melhor, da mudança de códigos legais inconstitucionalmente fundamentados, destaca-se o artigo n° 24, denominado "*Modificaciones y Derogaciones*":

> La presente Ley modifica y deroga cualquier ley o disposición y cualquier otra legislación, reglamento o requerimiento de cualquier Entidad Gubernamental, que expresa o tácitamente se oponga a ella o que sea incompatible con los términos del MCA [Acuerdo Marco de Concesión e Implementación]. (NICARAGUA, 2013, p. 4983).

Nesta lógica normativa, é possível observar que entre diversos elementos contidos na Lei N° 840, este último item demonstra que o governo central está lançando mão, com desfaçatez, de todos os critérios constitucionais anteriormente instituídos, que não só dizem

[218] Cf. BRYAN et al., 2012, p. 108.

respeito aos *costeños* da Região Autônoma, mas aos *campesinos*, bem como a toda a nação nicaraguense, pertinentes aos direitos humanos e territoriais. Ou seja, esta lei possui imunidade, no tocante a atribuir maior poder jurídico de qualquer outra lei constitucional. Deste modo, impossibilita um diálogo sobre a construção de um megaprojeto, que inclui vários subprojetos que vão atingir direta ou indiretamente a qualidade de vida da sociedade nicaraguense como um todo. Aliás, acaba anulando um processo histórico extremamente relevante para manter a paz, isto é, a negociação que resultou na criação da Lei N° 28 – Estatuto de Autonomia, em condições de uma guerra civil. São justamente estas mudanças estratégicas − sob o modelo orteguista que atualmente fundamenta a administração burocrática do Estado da Nicarágua −, que reforçam as relações de extrema desconfiança entre os *costeños* e os representantes estatais, englobados pelo partido da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Pode-se dizer que, o Estado, por meio da Lei N° 840, revela-se como autoritário ao infringir a soberania do povo nicaraguense, como os *campesinos* destacam na sua mobilização contra o *Gran Canal Interoceánico*.

A mobilização contra a construção do Canal Interoceânico

Os *campesinos* e os *costeños* possuem direitos etnicamente e culturalmente diferenciados. Por conseguinte, os indígenas e afrodescendentes da Costa Caribe têm maior respaldo jurídico para impedir a realização do projeto do canal, com as leis nacionais e internacionais já destacadas, as quais protegem seus direitos humanos e territoriais coletivos, historicamente constituídos. Da mesma maneira, teoricamente estes dispositivos possibilitam um maior poder de negociação e ações normativas a seu favor. Inclusive, os *costeños* emitiram o primeiro recurso legal contra a Lei N° 840, logo após a sua aprovação em junho de 2013. No caso, o *Gobierno Territorial Rama y Creole* (GTR-K), a *Comunidad Negra Creole Indígena de Bluefields* (GCCB) e o *Consejo de Ancianos de la Comunidad Mískitu de Tasbapounie*[219], da RACCS, remeteram conjuntamente, um recurso por inconstitucionalidade contra a Lei N° 840 a Corte Suprema de Justiça (CSJ), da Nicarágua, no dia 1 de julho de 2013[220]. Posteriormente, o então presidente do GTR-K, Sr. Santiago Thomas, participou de

[219] Juridicamente esta organização comunitária faz parte do *Territorio de las doce Comunidades Indígenas y Afrodescendientes de la Cuenca de Laguna de Perlas*, na RACCS. Os *Consejos de Ancianos* no Caribe, de modo geral, são organizações indígenas tradicionais, que até recentemente tinham grande influência na tomada de decisões nas comunidades indígenas. Tem a ver com os anciãos ou os membros mais experientes das comunidades indígenas, aconselharem outras *autoridades comunales* em diversos assuntos.
[220] Cf. ACOSTA, 2015, p. 6-7.

uma audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em 25 de março de 2014, durante a qual ele denunciou a ausência de uma consulta prévia, livre e informada, tal como qualquer consentimento, relativo ao projeto do *Gran Canal Interoceánico*, entre outras transgressões dos direitos pertinentes aos grupos étnicos da RACCS.

Por outro lado, os *campesinos* têm se organizado de forma enérgica, particularmente por meio da fundação do *Consejo Nacional en Defensa de nuestra Tierra, Lago y Soberania*, chamando a atenção pública a partir de numerosos atos públicos, demandando a derrogação da Lei N° 840. O principal motivo da sua mobilização fundamenta-se em impedir que sejam expulsos das suas terras privadas. De todo modo, criar alianças mobilizatórias com os *costeños*, os quais possuem maior força jurídica, é uma estratégia cautelosa, diante do poder e repressão estatal. Neste sentido, apreciando a dinâmica interétnica e antagônica ao referido megaempreendimento, tive a oportunidade de acompanhar algumas atividades para a organização de manifestações públicas contra as políticas correspondentes ao canal, destarte, em oposição ao desempenho ambíguo do regime orteguista.

Para demonstrar, no município de Rivas, cerca do Lago *Cocibolca*, participei de uma Assembleia Pública, conduzida pelo citado *Consejo Nacional*[221]. O evento consistiu em uma reunião com *mestizos* oriundos do município, que ocorreu na casa de uma família *campesina*, com a finalidade dos principais representantes do movimento anti-canal, apresentar as implicações da Lei N° 840[222]. Do mesmo modo, tratou de convocar os participantes a expressarem suas opiniões, sugestões, dúvidas e angústias atinentes à situação. Além de conscientizar o povo, um dos principais propósitos da reunião era convidar os integrantes a tomarem parte da Marcha Nacional do *Consejo en Defensa de nuestra Tierra, Lago y Soberania*, que aconteceria em outubro de 2015, na capital Managua.

Embora a maioria concordasse com os motivos desta mobilização, diversas pessoas expressaram seu medo em se manifestarem contra o projeto do canal, devido à repressão por parte de agentes do governo central. Por exemplo, alguns depoimentos salientaram casos de pessoas que foram presas por terem falado publicamente sobre suas inquietudes quanto às possíveis consequências da referida obra de infraestrutura. Diversos integrantes, também, apontaram que havia a presença de agentes policiais e do Exército circulando no município, cumprindo o papel oficial para evitar qualquer tipo de protesto contrário a esta política econômica do governo central. Por estas razões, muitas pessoas na reunião enfatizaram seu receio, declarando que não estavam dispostas a encarar outra guerra civil na Nicarágua.

[221] No dia 23 de agosto de 2015.
[222] CF. ANEXO – ILUSTRAÇÕES.

Avaliando a coação estatal, todos acordaram que não queriam nenhum vínculo partidário nesta resistência, pois mantinham uma grande desconfiança das relações políticas e de poder, decorrentes das políticas orteguistas.

Procurando aprofundar as informações sobre esta iniciativa econômica, dialoguei com o Dr. Jorge Huete-Pérez, Diretor do *Centro de Biologia Molecular de la Universidad Centroamericana* (CBM-UCA). Ele me explicou que segundo a visão oficial, a construção do canal é promovida como se fosse uma medida bastante "positiva", pois supostamente irá gerar mais oportunidades empregatícias, assim melhorando a economia nacional. Entretanto, o professor salientou suas dúvidas sobre esta propaganda governamental, em razão de que:

> *No hay ni una información factible sobre eso, no hay informaciones que muestra como eso va a ser posible. Cuáles van ser los beneficios, cual trabajo, donde la gente desplazados van, cual alternativas, impactos ambientales, etc. Dicen que va ser bueno, pero no dicen cómo, ni porque*. (Informação verbal: Jorge Huete-Peréz, Managua, 13/8/2015).

Por este ângulo, o Dr. Manuel Ortega, da ACN-UCA, questionou às ambiguidades da Avaliação do Impacto Ambiental e Social (ESIA)[223], aprovada em novembro de 2015, pela *Comisión del Gran Canal*, mesmo que fosse fortemente criticado por diversos cientistas[224].

> *(...) Esos estudios se hacen públicos cuando ya se ha dado luz verde al diseño y construcción del proyecto, es decir, nuevamente se recurre a tomar las decisiones primero para luego simplemente informar lo ya decidido, sin permitir ningún tipo de reacción previa a la toma de la decisión, lo que sigue contradiciendo las leyes y las buenas prácticas internacionales al respecto (...),* (Informação verbal: Manuel Ortega Hegg, Managua, 11/2015)[225].

Ou seja, a falta de transparência neste processo anula a participação dos cidadãos nicaraguenses, até mesmo ignora as lacunas que correspondem a uma investigação científica acurada sobre os possíveis impactos socioambientais[226], deixando certa insegurança sobre o futuro do país. Avaliando estas questões, o Dr. Huete-Peréz esclareceu que o problema não é simplesmente o fato das pessoas serem desinformadas sobre as consequências do canal, mas

---

[223] Isto é, o *Environmental and Social Impact Assessment-ESIA*, na língua inglesa.

[224] Cf. OTORGAN permiso ambiental para el Gran Canal Interoceánico de Nicaragua, El desarrollo del Canal avanza firmemente, **Inventariando China,** San José, 7 nov. 2015. Disponível em: https://inventariandochina.wordpress.com/2015/11/07/otorgan-permiso-ambiental-para-el-gran-canal-interoceanico-de-nicaragua-el-desarrollo-del-canal-avanza-firmemente/.

[225] **ACN**. *Palabras de bienvenida al Taller Internacional sobre el Canal interoceánico. Presidente de la ACN, Dr. Manuel Ortega Hegg*. 19 nov. 2015, Managua-Nicarágua.

[226] ADKINS, JoAnn. Scientists discuss Nicaragua canal project. **FIU News**, Miami, 16 mar. 2015. Disponível em:<https://news.fiu.edu/2015/03/scientists-discuss-nicaragua-canal-project/86214>.

que não sabem como lutar contra um "grande poder", referindo-se ao governo da FSLN: "ninguém tem como enfrentar este partido. É fácil reprimir o outro quando só existe um poder. Como é que o outro vai conseguir lutar contra isso? Porque o povo não quer guerra de novo, o povo já tem sofrido com guerra demais*"* (Informação verbal: Jorge Huete-Peréz, Managua, 13/8/2015 − Tradução livre).

Nesta perspectiva, o biólogo destaca os traços das experiências vividas durante a ditadura Somoza e a Revolução Sandinista no país, os quais continuam presentes na memória coletiva da sociedade nicaraguense. Estas recordações traumáticas fazem com que as pessoas temam reagir contra as ambições estatais[227]. É possível notar, não somente pelo ponto de vista dos intelectuais, mas pelas ações dos agentes sociais mobilizados coletivamente em oposição à construção do canal, que uma das maiores questões na pauta é o enfraquecimento da soberania do povo nicaraguense, ao impedir o diálogo, a transparência e a participação dos cidadãos na decisão deste megaprojeto no país.

As Marchas em oposição ao Canal Interoceânico: Bluefields e Managua

Contemplando as características da imposição do Estado para fins capitalistas, apresento algumas observações empíricas, a partir da minha participação de duas marchas oposicionistas, face às políticas acerca do canal. Ambas as marchas, regional e nacional, eram bastante significativas quanto à demonstração pública da força mobilizatória diante da repressão autoritária do regime orteguista. Concomitantemente, as experiências no transcorrer destes eventos também revelaram as táticas violentas utilizadas por este regime, no intuito de suprimir quaisquer atos antagônicos a seus interesses econômicos e privados.

Observei o primeiro protesto organizado na Costa Caribe Sul, por meio de uma colaboração interétnica entre *costeños* e *mestizos-campesinos* de outras regiões do país, na cidade de Bluefields, no dia 1 de outubro de 2015. A segunda manifestação nacional da qual participei, aconteceu em Managua, no final do mesmo mês. Este último certamente era um ato público de maior escala, pois teve a participação de milhares de cidadãos nicaraguenses de

[227] Sua forma de lidar com a injustiça social nesta dinâmica tem a ver com a noção de *habitus* do Bourdieu (2009). Isto é, um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, fundadas na percepção e apreciação de toda experiência ulterior (BOURDIEU, 2009, p. 88-89). No caso, as experiências de violências vividas durante a mencionada ditadura e Revolução no passado, impulsionam o modo que os nicaraguenses reagem no presente diante o poder estatal e suas iniciativas impostas.

diversos municípios por todo o país, assim como a presença de distintos movimentos sociais de vários segmentos da sociedade nicaraguense.

Os principais colaboradores *costeños* da Marcha contra o Canal Interoceânico com quais dialoguei continuamente quando estive na RACCS, incluíram a Sra. Dolene Miller, representante dos *Creole* em Bluefields, que foi eleita em 2007, pela *Asamblea Comunal* do *Gobierno Comunal Creole de Bluefields* (GCCB), para atuar como Coordenadora da CONADETI, de acordo com os requerimentos da Lei N° 445. Conquanto, em 2014 ela foi destituída do seu cargo após ter demonstrado sua postura contrária à iniciativa do Canal Interoceânico[228]. Do mesmo modo, a Sra. Nora Newball, um líder *Creole* eleito como presidente do GCCB, mas acabou sendo deposta do seu cargo em 2014, devido às manobras políticas para instituir um *gobierno paralelo*[229]. Assim, enfraquecendo o processo demarcatório do *Territorio de la Comunidad Negra Creole Indígena de Bluefields*, que também ficou protelado quando o GCCB emitiu um recurso de inconstitucionalidade contra a Lei N° 840 do *Gran Canal Interoceánico*[230], sublinhado anteriormente. O Sr. Guy Cox, um *Creole* e ex-coordenador do Conselho Regional da RACCS, igualmente era um interlocutor-chave, que me orientou a respeito da dinâmica das relações na esfera da mobilização interétnica.

Alguns representantes com os quais dialoguei do movimento *campesino* abrangeram a Sra. Francisca Ramírez Torres, líder conhecido como Dona Chica, do distrito Fonseca, do município Nueva Guinea (RACCS); também os senhores Nemesio Mejia e Medardo Mairena, do município Punta Gorda, na RACCS, todos sendo proprietários de terras nas quais trabalhavam na criação de gado; e o Sr. Octavio Ortega, que naquele momento era o coordenador do citado *Consejo Nacional* em Rivas; entre outros representantes *mestizos no costeños*[231] e *campesinos* de diversos municípios fora do Caribe, abarcando membros do *Movimiento Renovador Sandinista* (MRS)[232].

---

[228] Informações concedidas em entrevista com Sra. Dolene Miller, em 31/8/2015, em Bluefields: transcrição na língua inglesa-*Creole*.

[229] Informações concedidas em entrevista com Sra. Nora Newball, em 31/8/2015, em Bluefields: transcrição na língua inglesa-Creole.

[230] Ver ACOSTA, María Luisa. El Impacto de la Ley del Gran Canal Interoceánico en los Derechos Humanos de los Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de la Costa Caribe de Nicaragua. **WANI**, Nicarágua, p. 1-14, 2015.

[231] Edwin Matamoros-Chavez (2014) salienta a divisão entre os chamados "*mestizos no costeños*" e os "*mestizos costenos*". De acordo com o autor: "Mestizos no costeños, son aquellos inmigrantes que han llegado desde fines del mismo siglo [XX]; entre ellos están los que se han establecido dentro los territorios indígenas y/o la reserva de biosfera Bosawas, y los que se encuentran fuera de ellas. Estos últimos no proclaman su identidad regional de origen, simplemente se autodenominan campesinos pobres; muchos de sus hijos han nacido en municipios de las regiones autónomas, muchos de los cuales no se consideran a sí mismos costeños." (MATAMOROS-CHAVEZ,

No dia da marcha realizada em Bluefields, o Sr. Guy Cox me esclareceu que não havia suficiente tempo para avisar ao público, tampouco para organizar a manifestação, devido ao fato de que os *campesinos* não podiam anunciar previamente sua chegada, no intuito de preservar sua segurança física. Isto porque sofreram ameaças às suas vidas e perseguição por parte de agentes estatais, por sua mobilização contrária. Mesmo assim, aproximadamente 300 pessoas participaram do protesto, fora das pessoas que organizaram o evento. Entre essas, observei que diversos indígenas da etnia *Rama* se deslocaram das suas comunidades no Território *Rama* e *Kriol*, na intenção de tomar parte do ato público; assim como líderes do GTR-K; além de *campesinos* que vieram principalmente dos municípios Punta Gorda e Nueva Guinea.

Na manhã do protesto, andando por Bluefields, encontrei uma multidão constituída por representantes da prefeitura e policiais, no parque central. Do mesmo modo, havia fanfarras compostas por estudantes dos colégios da cidade, em uniforme e formação, com a proposta de realizar uma grande marcha em celebração do Dia da Autonomia. Curiosamente, o Dia da Autonomia é celebrado no dia 30 de outubro de cada ano, mas neste caso, era o primeiro dia do mesmo mês. Sendo assim, ainda faltavam trinta dias para os preparativos de tal comemoração. No entanto, de repente os representantes municipais e regionais fecharam as escolas, anunciando que este evento seria celebrado antecipadamente neste dia. Em outros termos, foi articulada uma contramarcha, cautelosamente disfarçada pelas fanfarras escolares. Contudo, os estudantes e seus pais, que não sabiam da Marcha anti-canal, foram enganados pelas mesmas autoridades, as quais tinham como objetivo criar confusão e constrangimento quando a Marcha antagônica ao Canal Interoceânico chocasse com esta contramarcha escolar nas vias públicas.

Nesse mesmo dia, aparentemente o Estado também tinha mandado policiais e militares aos munícipios próximos, Rama e Kukra Hill, objetivando barrar qualquer manifestação anti-canal, segundo os relatos das senhoras Dolene Miller, Nora Newball, e o Sr. Guy Cox. Isto

---

2014, p. 22-23). Por outro lado, os "*mestizos costeños"* são definidos como aqueles *mestizos* que: "son descendientes de aquellos inmigrantes que llegaron a la región [autónoma] durante la primera mitad del siglo XX" (Ibid., p. 22).

[232] Este consiste num movimento que foi negado legalmente de constituir um partido político, pois teria sido um concorrente que mantem os próprios princípios ditos originários da Revolução Sandinista, inspirada pelo guerrilheiro Augusto César Sandino. Trata-se, portanto, de uma organização política que tem se posicionado contra o regime orteguista, representado hoje em dia pelo partido FSLN. Com esta postura o MRS vem chamando a atenção ao público, que a atual FSLN, já não representa os "verdadeiros sandinistas" que lutaram contra o imperialismo, mas apenas os interesses da família Ortega-Murillo.

aconteceu porque as autoridades responsáveis tinham deduzido que a mobilização iria ocorrer por toda a RACCS. Como se pode imaginar, a situação se tornou constrangedora para os moradores desses municípios, pois não compreendiam a forte presença dos agentes de segurança enviados de imediato pelo Estado.

Antes de começar a marcha, o Sr. Cox previu que representantes sandinistas iam vigiar a manifestação, tirando fotografias e filmando os participantes, a fim de rastrear o perfil daqueles considerados oposicionistas ao governo central. Por esta razão, ele pediu que eu ficasse afastada das senhoras Nora e Dolene durante a marcha, porque elas eram intensamente perseguidas. Se eu fosse associada a estes líderes, poderia sofrer alguns transtornos como consequência desta proximidade. Do mesmo modo, o Sr. Cox me orientou a andar de forma afastada do protesto (no mínimo 9,14 metros – *"30 feet"* – à frente), evitando qualquer afiliação direta à mobilização, mas, sobretudo, para garantir minha integridade física ou que eu escapasse da possibilidade de ser expulsa do país, como havia ocorrido com outros estrangeiros que queriam indagar esta conjuntura[233]. Porém, no final do ato público, ainda pude perceber alguns agentes sandinistas tirando meu retrato, me deixando um pouco constrangida.

Durante a manifestação pública, caminhando pelas ruas do centro da capital da RACCS, os respectivos líderes discursavam sobre as contradições no que tange a construção do megaempreendimento e a Lei N° 840, utilizando um microfone, com uma caixa de som alugada, e carregada por um táxi pago para acompanhar os manifestantes[234]. Não obstante, houve um momento em que os policiais impediram a passagem dos integrantes pela rua, assim como o taxi com o equipamento. Escutei a Sra. Nora Newball gritando sobre o direito de protestar, enquanto segurava no ar o documento que ela tinha recebido da prefeitura, que permitia a passagem da marcha, para que todos pudessem vê-lo. O ambiente ficou tenso, mas finalmente a multidão seguiu em frente, passando pela barreira dos policiais, prosseguindo com a marcha, porém, o taxi e som foram apreendidos.

Na sequência, percebemos a contramarcha das fanfarras escolares vindo em nossa direção. Antecipando a confusão, um dos manifestantes pegou um microfone e logo lançou o

[233] Em dezembro de 2014, uma fotografa belga, Michéle Sennesael, que estava filmando os protestos contra o canal foi deportada da Nicarágua após policiais invadir seu quarto de hotel e saquear suas fotografias e equipamentos (CUPPLES; GLYNN, 2018, p. 26). De modo similar, impediram Sr. Carlos Ponce, diretor do escritório da organização latino-americano, conhecido como "Freedom House" de entrar no país, quando queria reunir com organizações da sociedade civil na Nicarágua (Ibid. p. 26). De acordo com Cupples e Glynn (2018, p. 26), o governo nicaraguense, de modo geral, tem produzido um estado de medo na população nacional, com práticas de censura e autocensura, portanto, restringindo espaços de diálogo, debate e deliberação democráticos.

[234] Registros fotográficos das manifestações anti-canal na RACCS e em Managua, em ANEXO – ILUSTRAÇÕES.

convite que todos eram bem vindos ao juntarem-se ao protesto pacífico contra o megaprojeto. Desta forma, os possíveis constrangimentos dos estudantes e seus pais, em virtude dos protestadores vindo à contramão, foram apaziguados e a marcha continuou sem maiores obstáculos. Assim, o ato público seguiu de maneira razoavelmente tranquila, apesar de alguns empecilhos. Ademais, serviu como um primeiro momento de colaboração interétnica, com a finalidade de conscientizar o povo sobre os riscos correspondentes ao projeto do canal, na RACCS.

Em seguida, a Marcha Nacional em oposição ao projeto do Canal Interoceânico, que ocorreu posteriormente em Managua, no dia 27 de outubro de 2015, ilustra de modo mais intenso, as estratégias de dominação política do partido FSLN, instaladas pelo regime orteguista. Quiçá porque esta mobilização envolveu uma quantidade significativamente maior da população nicaraguense, portanto chamando a atenção da mídia nacional e internacional, o que provocou maior repressão pelas autoridades governamentais.

Nesta ocasião, cheguei a capital na noite anterior do evento, após ter saída da comunidade *Pearl Lagoon* por "*panga*" (lancha), rumo a Bluefields; de onde tomei outra *panga* até o município de Rama; e, por fim, peguei o ônibus expresso até a capital nacional, com o propósito de participar da marcha. O protesto iria começar no dia seguinte em dois pontos estratégicos distantes: em frente do prédio do jornal *La Prensa* às 7 horas; e fora do edifício da *Asamblea Nacional* (Congresso Nacional), a partir das 9 horas. A ideia era que os manifestantes iriam sair protestando de ambos os lugares e se encontrariam no meio do caminho. Combinei que iria encontrar com Sr. Guy Cox, na próxima manhã, fora do prédio de *La Prensa*. Esta constitui uma das principais imprensas antagônica aos interesses do regime autoritário historicamente, e até o presente[235].

No dia posterior, rumo ao protesto, o taxista apontou as filas de numerosos ônibus de transporte público e escolares, alinhados em diversos locais ao longo da estrada. Explicou-me que faziam parte da organização de uma grande contramarcha encabeçada pela FSLN, objetivando impedir os manifestantes que iriam protestar contra a obra do canal. Diante disso, ele me informou que seria um evento excepcionalmente perigoso. Neste momento, aproveitei a oportunidade para perguntar se o taxista era um sandinista e ele exclamou: "Não! Eu era, lutei na guerra. Mas agora não. Não acredito no que eles dizem ou fazem".

[235] *La Prensa* publicava notícias que chamava a atenção às contradições da ditadura Somoza e posteriormente acabou tomando uma postura antagônica em face do regime sandinista, quando a opressão e censura estatal aumentou de maneira inaceitável por uma grande parte da população nicaraguense. Muitos dos seus jornalistas vêm sofrendo perseguição e até assassinatos ligados ao poder estatal.

Quando saltei do taxi em frente de *La Prensa* às 9 horas, a estrada que passa pelo prédio do jornal já estava repleta de milhares de manifestantes. Ao longo da manhã encontrei com diversas pessoas que conheci em diferentes momentos na Nicarágua, como a Sra. Judelly, da *Red Nicaraguense por la Democracia y el Desarrollo Local (Red Local)*; o Dr. Jorge Huete, da UCA; e claro, vários membros do *Consejo Nacional en Defensa de nuestra Tierra, Lago y Soberania (Consejo Nacional)*, acompanhados pela Sra. Mónica López; assim como o Sr. Guy Cox da RACCS, entre outros. Eles me informaram que uma das ideias desta marcha constituía-se em acampar em frente do prédio do Congresso Nacional por dois dias consecutivos em protesto.

Porém, ainda estávamos esperando os caminhões que traziam os *campesinos* de Punta Gorda e de outros municípios ou áreas rurais. O atraso se dava devido aos ataques que estavam sofrendo no meio do caminho, por parte de policiais, aliás, estavam sendo apedrejados por manifestantes sandinistas no percurso à Managua. Por este motivo, a marcha ficou paralisada, visto que todos queriam esperar a presença desses *campesinos*, que tivessem que enfrentar tais agressões enquanto tentavam chegar ao local principal da marcha.

Além das calçadas, os manifestantes preenchiam a faixa entre os dois lados da estrada, onde o trânsito corria em direções opostas. Não impediram a circulação dos veículos, mas chamaram a atenção da sua causa com suas faixas, camisas, chapéus e bonés com slogans, ao exemplo de: *"No Al Canal!"* ou *"Ortega Vende Patria!"*[236]. Vários automóveis passaram pela estrada buzinando em favor do protesto. Concomitantemente, passaram os ônibus (que vi estacionados na estrada antes) com bandeiras sandinistas e pessoas exclamando obscenidades. Em seguida, testemunhei quando um grupo de pessoas vestidas de vermelho e preto, utilizando bandeiras do partido FSLN, passou em um caminhão atacando as pessoas na rua com pedras. Alguns dos manifestantes anti-canal devolveram as pedras com força, indignados pelo fato dos agressores terem atingido o rosto de um senhor e percebi o sangue correndo pelo seu rosto.

No decorrer da manhã, reparei a acumulação de integrantes sandinistas da contramarcha, acompanhados por um batalhão de policiais, começando a obstruir a rua à distância, até mesmo colocando blocos de cimento para fechar o trânsito. Pude ver os escudos dos policiais formando uma linha horizontal e cada vez mais, se aproximando cautelosamente da área onde o protesto antagônico ao canal acontecia, do lado de fora de *La Prensa*. Por consequência, o ambiente foi ficando sucessivamente mais tenso.

[236] Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES, seção "Marcha Nacional Contra o Canal Interoceânico em Managua".

O Dr. Jorge Huete-Pérez e a Sra. Judelly da *Red Local*[237] comentaram que grande parte dos integrantes da contramarcha trabalhava para o governo central. Destarte, sendo oficialmente obrigadas a tomar parte de tal atuação, senão corriam risco de perder seus empregos. Paralelamente, os demais eram sandinistas de diversos bairros, remunerados para incitar agressões contra aqueles que se demonstravam opositores aos interesses do regime orteguista. O Dr. Jorge ressaltou que estava impressionado com a presença de tantos manifestantes, pois sabia que a grande maioria da população temia as ações violentas dos policiais e dos sandinistas.

Esperamos até 12h30min para as pessoas de Punta Gorda, de Nueva Guinea e de outras localidades, comparecerem. Finalmente conseguimos ver à distância, os grandes caminhões usados para carregar gado, mas cheio de *campesinos*[238]. Eles chegavam sujos, cansados, e ao mesmo tempo animados e emocionados por ter conseguido alcançar a marcha, face ao tantos empecilhos, sobretudo, a coibição por parte de agentes de segurança ordenados pelo governo central, tal como agressores sandinistas afiliados.

Após a chegada dos *campesinos*, foi montado um palco, com microfones e caixas de som onde diferentes representantes do *Consejo Nacional* se apresentaram ao público. No entanto, curiosamente os discursos começaram a se prolongar de modo exagerado, dando a impressão de que os mesmos representantes estavam propositalmente protelando a marcha em direção ao Congresso Nacional. Era possível observar que o clima estava tenso e a situação tinha mudado. De repente a advogada, Mónica López, pegou o microfone para pronunciar que eles "não estavam aqui para incitar a violência" e de modo inesperado orientou os manifestadores a caminhar na direção oposta da polícia e da contramarcha, assim desviando a ida até o prédio do Congresso Nacional.

De fato, a contramarcha parecia bastante hostil, dado que a multidão era composta por sujeitos tentando jogar objetos diversos na nossa direção e gritando comentários perversos. O Sr. Guy Cox me orientou a correr para dentro do prédio de *La Prensa*, caso alguma briga física começasse, pois tinha convicção que os integrantes da contramarcha iriam apedrejar os participantes da mobilização anti-canal.

De todo modo, a massa constituída por pessoas que formaram a Marcha Nacional, seguiu na direção contrária como foram orientadas. Prosseguimos, virando à direita numa rua e acabamos num local chamado Belo Horizonte, onde paramos num posto de gasolina. Neste instante, a maioria das pessoas entrou na loja do posto no intuito de comprar bebidas não

[237] *Red Nicaragüense por la Democracia y el Desarrollo Local.*
[238] Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES, seção "Marcha Nacional Contra o Canal Interoceânico em Managua".

alcoólicas para satisfazer a sede por andar no calor ou lanches e sair do sol por um tempo. A sensação era de que a mobilização contra o projeto do canal já havia cessado e os participadores pareciam desanimados.

Quando saí desse mesmo mercadinho, encontrei o Sr. Guy Cox, mas ficamos sem saber o que fazer. Encontrava-se outra barreira feita por policiais ao lado do posto de gasolina, impedindo nossa saída pela rua principal. Olhando ao nosso redor, percebemos uma faixa circular no meio do trânsito, pois os veículos transitavam em quatro direções, no circuito da faixa. Neste centro, havia uma escada de asfalto, um pequeno muro onde podíamos sentar, árvores e grama. Notamos, também, que nessa área havia manifestantes segurando uma grande faixa preta com as letras vermelhas: *"Ortega vende patria"*. Portanto, decidimos atravessar a rua e acompanhá-los. Ao relaxar por alguns minutos sentados no muro, as pessoas discutiram suas percepções sobre o que ocorreu durante a marcha. Neste momento, tive a oportunidade de olhar para dentro da minha bolsa, procurando a máquina digital, gravador de voz e filmadora, cabisbaixa.

De súbito, levantei minha cabeça e vi por trás do batalhão policial, um grupo de motoqueiros vestidos de preto e vermelho vindo em nossa direção com muita velocidade. Eram sandinistas que vinham nos atacar de surpresa, então todos nós nos espalhamos, totalmente espantados. Eu saí correndo entre o trânsito para o outro lado da rua, ainda oposto ao posto de gasolina, segurando meus pertences na minha mão. Somente parei de correr quando senti que não havia ninguém atrás de mim. Virei às costas olhando para trás e logo testemunhei no outro lado da via, algumas pessoas sofrendo fortes golpes pelos motoqueiros. À minha esquerda, na distância, igualmente observei uma pessoa no chão, tomando fortes pancadas por três agressores sandinistas.

Nesse momento percebi que minha filmadora tinha caído no meio da rua quando saí correndo. Tentei apanhá-la, porém, quando me aproximei, um homem vestido com uma camisa azul da polícia, passou pela minha frente numa motocicleta e rapidamente a tirou do chão. A princípio, pensei que ele era um policial e, portanto exclamei que a máquina era minha, mas o sujeito me ignorou e passou a filmadora para outro motoqueiro à minha esquerda, que estava usando uma camisa preta e vermelha. Por isso, o reconheci como um dos assaltantes sandinistas, então logo eu parei e me calei, em virtude da percepção que ambos os suspeitos estavam me roubando e podiam me agredir. A minha sorte foi que eles se ausentaram ligeiramente.

Na sequência, o Sr. Guy Cox se aproximou para verificar o que tinha acontecido. Neste instante, ele olhou para o outro lado da rua e me assinalou a cena de outra pessoa sendo

agredida. De repente, ouvimos tiros de uma arma de fogo e o Sr. Guy disse que assistiu o sandinista que a atirou apontar a arma na direção de outro manifestante anti-canal. O líder *Creole* exclamou com convicção que o sujeito tinha intenção de matar alguém, então imediatamente foi buscar um amigo que tinha uma caminhonete e lhe pediu uma carona para nós, em direção a um lugar afastado dessa confusão.

Quando estávamos partindo do local onde ocorreu o pandemônio, o Sr. Cox pronunciou que ao passar pela área onde ouvimos os tiros, tinha visto dois garotos que foram atingidos pelas balas da arma de fogo. Logo um carro de policiais os apanharam e deixaram o local apressadamente. O líder tinha certeza que uma das vítimas ia morrer. Ele acrescentou que observou alguém andando com sua cabeça sangrando. Quando passamos essa mesma esquina, eu notei uma grande comoção de pessoas, aonde o Sr. Cox disse que essa violência sucedeu. Assim que seu colega nos deixou num restaurante e descemos do veículo, o Sr. Guy exclamou: "Você queria saber como os sandinistas trabalham, agora você sabe!"

Desta forma, a participação das marchas antagônicas à construção do Canal Interoceânico e as mudanças de códigos legais atreladas, me ilustrou a repressão autoritária que as pessoas vinham me descrevendo, quando se tratava de narrar os modos de violências de quais temiam, face ao regime orteguista. Estas observações empíricas evidenciam as estratégias coercitivas que vêm ocorrendo em múltiplas situações sociais no país, como aquelas citadas no capítulo anterior e que os povos oriundos da Costa Caribe nicaraguense vêm denunciando com veemência desde os tempos da guerra entre "contras" e sandinistas. A mobilização interétnica contrária ao projeto do Canal Interoceânico vislumbra, do mesmo modo, que os agentes do regime orteguista são capazes de atropelar qualquer seguimento da sociedade nicaraguense que se oponha a tais projetos capitalistas e privados. De maneira similar, destaca que os nicaraguenses de distintos grupos sociais e culturais têm competência para unir-se face à coibição estatal, que vêm enfraquecendo sua soberania, independentemente do fator étnico. Este elemento pode ser chave para sair da crise política que vêm culminando no país desde a Revolução Sandinista e que finalmente se concretizou de modo definitivo a partir de abril de 2018.

A perspectiva dos *Creole/Kriol* e indígenas da RACCS a respeito dos problemas sociais vinculados ao Canal Interoceânico e o processo de *saneamiento*

Como apontado anteriormente, as políticas decorrentes do projeto do Canal Interoceânico desprezam qualquer legislação previamente estabelecida, incluindo a Lei N° 28

– Estatuto de Autonomia, a Lei N° 445 – *Régimen de Propiedad Comunal*, e a Convenção 169 da OIT, fundamentais para assegurar os direitos etnicamente diferenciados dos povos indígenas e afrodescendentes do Caribe, particularmente seus direitos territoriais historicamente constituídos. Neste contexto, não há dúvida que as mudanças de códigos legais instituídas pelo aparato do Estado, têm como objetivo interesses econômicos nos territórios etnicamente configurados, no caso, efetivar a construção do Canal Interoceânico e seus diversos subprojetos. Entretanto, quando indagando sobre os efeitos desse megaprojeto pertinentes aos *costeños*, observei que em sua maioria, os agentes sociais entrevistados ou consultados continuamente apontaram para o processo de *saneamiento* como a base de todos os conflitos territoriais na Região Autônoma da Costa Caribe na sua integralidade, até mesmo em relação ao Canal Interoceânico. Isto porque eles tinham convicção que os interesses econômicos nos recursos naturais nos territórios indígenas e afro-caribenhos consistiram nos principais motivos dos esquemas políticos que ignoravam as demandas de *autoridades comunales* e territoriais referentes à conclusão da quinta etapa demarcatória – o *saneamiento.* Nesta perspectiva, o fato que esta última fase demarcatória para a regularização formal completa dos respectivos territórios ainda não tem sido finalizado, tem facilitado a usurpação das terras concernentes para os fins de megaempreendimentos como o citado canal, ademais a apropriação irregular e copiosa de *propiedades comunales*[239] por parte de *colonos*, especialmente notável após a aprovação da Lei N° 445, que será destacado no capítulo subsequente.

Ao refletir sobre o processo de territorialização salientado anteriormente no Capítulo I, sabe-se que desde a fundação do Estado-nação nicaraguense e no decorrer de diversos governos *mestizo-céntricos*, os direitos territoriais dos *costeños* vêm sendo reiteradamente atropelados por motivos colonialistas, mormente capitalistas. Então, o desconhecimento da ocupação territorial tradicional dos indígenas e afrodescendentes, notadamente os dispositivos jurídicos referentes vem se desencadeando por meio de diversos mecanismos políticos e estatais durante todos os governos nicaraguenses até o presente, como base em motivos econômicos e desenvolvimentistas. Desta forma, percebi que para os *costeños* o projeto do Canal Interoceânico e a criação da Lei N° 840, que garante a construção do mesmo, constituem somente mais uma estratégia de dominação, entre muitas, por parte da figura do

[239] Segundo a Lei N° 445, capítulo I, artigo n° 3: "**Propiedad Comunal:** Es la propiedad colectiva, constituida por las tierras, agua, bosques y otros recursos naturales contenidos en ella, que han pertenecidos tradicionalmente a la comunidad, conocimientos tradicionales, propiedad intelectual y cultural, recursos de biodiversidad y otros bienes, derechos y acciones que pertenezcan a una o más comunidades indígenas o étnicas".

Estado, tencionando controlar seus territórios e concernentes recursos naturais. Neste sentido, compreendi que talvez a citada obra de infraestrutura, apenas visibilizasse problemas sociopolíticos no tocante aos direitos territoriais etnicamente distintos já existentes há muito tempo, mesmo antes da criação da Lei N° 840 do Canal Interoceânico.

Considerando o ponto de vista dos *costeños* do Caribe Sul, é possível verificar que esse megaprojeto tem uma estreita ligação com a invasão territorial massiva mais recente na Região Autônoma, efetivado pelos *mestizos-campesinos-colonos* que vêm de outras regiões nicaraguenses. De acordo com os agentes sociais com quais dialoguei no tempo em que estive na RACCS, esses *campesinos-colonos* vêm sendo instigados a apropriar-se das *tierras comunales* no Caribe, de modo ilícito, por causa das políticas de expropriação relativas ao Canal Interoceânico, entre outros motivos. Desta forma, com a criação da Lei N° 840[240] (lei especial para o canal), o Estado tem contribuído propositalmente para os deslocamentos dos *campesinos* em direção à Costa Caribe, em busca de terra. Assim, até certo ponto se livrando (temporariamente) do problema social com os mesmos, simultaneamente impelindo uma maneira de colonização interna, que faz com que o Caribe seja dominado e integrado pela cultura dominante *mestiza*. Do mesmo modo, proporciona o controle sobre os respectivos recursos naturais pelo Estado da Nicarágua. Esta dinâmica é analisada no seguinte depoimento, da Sra. Dolene Miller, líder *Creole* da Bluefields, mencionada anteriormente.

> **Sra. Dolene:** *Today I was hearing that they [the State] want to remove 5000 people from down the **canal** area. Up to a permanent location in the **north** side [RACCN]. They want to move them,(...) but they are "mestizos". They want to take them out of the general area of the **Canal Road** and push them into communal land that is already titled. You see they want to provoke a conflict. I see that, more than anything the government is desperate to provoke a conflict, because they can work better with the conflict then the people. Because, you see, you have to respect my rights. But in conflict, there is no respect for making peace.*
>
> **Helen***: They want to provoke a conflict between "mestizos" and indigenous people?*
>
> **Sra. Dolene***: Yeah.*
>
> **Helen***: Are they Miskitu's?*
>
> **Sra. Dolene***: Yeah.*
>
> **Helen**: *So this is underneath the conflict in the North [RACCN]*?
>
> **Sra. Dolene**: *Yeah. But you see the central government doesn't want to begin the process of healing. That is the process of **saneamiento**, in the demarcation process*

[240] *Ley Especial para el Desarrollo de Infraestructura y Transporte Nicaragüense Atingente a El Canal, Zonas de Libre Comercio e Infraestructuras Asociadas*.

> *it is the 5th stage. They do not want it to happen, because <u>they created the conflict already with the land tenures</u>. So by creating a conflict with the land tenure they do not want to solve it, because by solving it, they will have to tell them "mestizos": you have to come out. Because the "mestizos", they came in and* ***they used the "mestizos" for the electoral process***. (Entrevista: Dolene Millera, Bluefields-RACCS, 31/8/2015).

Aqui a entrevistada salienta sua percepção de que o Estado está provocando o conflito entre *campesinos* e indígenas de maneira estratégica, pois tal dinâmica cria uma desordem que faz com que as normas que deveriam solucionar estas circunstâncias sejam inoperantes. No caso, a Sra. Dolene aponta que os *campesino*s que vivem ao longo da rota do canal, estão sendo deslocados de maneira intencional até o Caribe Norte (RACCN), com a intenção de ocupar *tierras comunales* legalmente pertencentes aos povos indígenas. Do mesmo modo, ela vislumbra um elemento fundamental neste quadro de tensões sociais, que *os mestizos-campesinos* foram permitidos a apropriar-se de *tierras comunales* pelos representantes estatais, para que o partido da Frente Sandinista pudesse alcançar mais votos durante as eleições municipais, regionais e nacionais. Esta dinâmica abarca os motivos de deixar o processo de *saneamiento* paralisado, destarte evitando a reação ou a perda de votos pelos *mestizos-campesinos*, dado que eles fazem parte da população majoritária no país. Consiste em um mecanismo de fraude eleitoral que facilita a votação e, portanto, outros privilégios, tal como oportunidades empregatícias para quem seja afiliado ao partido em poder. Neste contexto, para os *mestizos-campesinos* que constituem a franja da fronteira agrícola, a ocupação de terras supostamente vazias, é brindada, mesmo sendo de modo inconstitucional.

As táticas de fraude eleitoral, incluindo a manipulação do resultado das votações na Nicarágua são várias, e vêm constituindo um esquema bem conhecido pelo público (tal como ficou evidente durante as eleições municipais de 2017, em Bilwi, detalhadas anteriormente). Aliás, diversos agentes sociais da RACCS e da RACCN, além de Managua, no decurso da pesquisa em campo, me assinalaram esta dinâmica de corrupção por meio do sistema eleitoral. Estes abarcaram os membros do *Consejo Nacional en Defensa de nuestra Tierra, Lago y Soberania*; os *Creole* e indígenas do Território *Rama* e *Kriol*, da Bluefields e comunidades adjacentes; assim como aqueles em Bilwi-Puerto Cabezas e comunidades indígenas na RACCS; além de intelectuais e representantes de ONG's em Managua, entre diversas outras localidades. Neste contexto, além de fornecer alguns benefícios aos que votam a favor do partido em poder, por outro lado, existe o impedimento da retirada do título eleitoral (*cédula*), principalmente dos cidadãos que possivelmente votariam contra o partido FSLN. Esta tática é

especialmente notável na Costa Caribe (ACOSTA, 2019), mas também tem ocorrido com os *campesinos* em áreas rurais que têm se mobilizado em oposição às políticas orteguistas, notadamente aquelas que dizem respeito ao Canal Interoceânico; também *mestizos* da Managua ou outras regiões, que seguem outros partidos ou organizações políticas nacionais, como o *Partido Liberal Independiente* (PLI) e o *Movimiento Renovador Sandinista* (MRS)[241].

Um exemplo deste modo de corrupção e repressão se evidencia pela oportunidade que tive de presenciar os "*Miercoles de Protesta*"[242], uma manifestação que acontecia na frente do *Consejo Supremo Electoral*, perto do Metro Centro em Managua, todas as quartas-feiras[243]. Antes do período das eleições presidenciais em 2016, este ato público semanal consistia em exigir eleições *"libres y transparentes"*, sobretudo, denunciar os mecanismos de fraude eleitoral, a exemplo de negar que cidadãos possuíssem suas cédulas eleitorais e de trabalho, com a finalidade de evitar um resultado desfavorável para o partido FSLN. Testemunhei durante esta manifestação, grupos de *jovens sandinistas*[244] aparecerem no local, a fim de ameaçar os protestadores física e verbalmente. O *campesino* do movimento anti-canal que me acompanhou durante esta manifestação, me explicou que estes agressores pertenciam a diferentes bairros na cidade e recebiam propinas para agredir quaisquer pessoas que se protestaram publicamente contra as manobras políticas do regime orteguista[245].

Voltando para a explicação da Sra. Dolene, ela também interpreta a invasão territorial na Costa Caribe, promovido pelo governo central, mas efetivado por *campesinos* que habitam a rota do canal, como um modo de colonização estratégica, no relato a seguir:

> *For them [central government] to take out these people [mestizos] from these communities, it is because they do not have no kind of document. It´s because they wanted it that way, it´s because they want that land, the government want that land for a* ***private enterprise****, so they going to dump them on* ***communal land****, which is going to create a conflict for indigenous people. Because what they want to show*

[241] Cf. CENIDH et al., **Derechos Humanos en Nicaragua**: Informe 2015. Managua, Centro Nicaragüense de Derechos Humanos, 2016.
[242] Para verificar outras informações sobre os "*Miercoles de Protesta*", que iniciaram em abril de 2015, verifique o relatório intitulado "Derechos Humanos en Nicaragua: Informe 2015" (CENIDH, 2016, p. 29), que ressalta a repressão policial durante tais atos públicos, assim como o capítulo titulado "Mediated Activism in the Pacific", no livro **Shifting Nicaraguan Mediascapes, Authoritarianism and the struggle for Social Justice** (CUPPLES; GLYNN, 2018, p.53-56), que aponta o recrutamento de jovens sandinistas pela família Ortega, classificados como membros dos "*grupos de choque del Orteguismo*".
[243] Acompanhei este ato público com um membro da mobilização *campesina*, em 12/8/2015. Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES: seção *"Miércoles de Protesta"*.
[244] Os "jovens sandinistas" são recrutados para atacar pessoas que se manifestam contra o governo central ou o partido FSLN de alguma maneira, tal como acontecia comumente nos "*Miercoles de Protesta*"; durante as eleições municipais em Bilwi-Puerto Cabezas, RACCN em 2017, ou as marchas contra o Canal Interoceânico, para citar alguns exemplos entre muitos (Cf. CUPPLES; GLYNN, 2018, p. 54-56).
[245] Informação verbal, Managua, 12/8/2015.

> *us is that we have too much land. It's dense there where they live. The amount of people on the land here, on the Caribbean coast is not [dense]. I mean it's like 11 people per square kilometer. So it's like a lot of land for the amount of population.* ***So they are bringing in people to populate the area. It is another part of colonization. It is another form of colonization****. So, they are doing this and they are provoking a conflict now. Because, regardless of the amount of population, but your territorial right is your territorial right. The central government doesn't have to interfere with that, but they are doing it. They are creating the conflict, and then the conflict in some kind of way might trigger people, it might… people are already trying to get themselves organized, to protect themselves. And it's more than normal, because who would like to anybody to be invaded?* (Entrevista: Dolene Miller, Bluefields-RACCS, 31/8/2015).

A colonização interna a qual a entrevistada se refere, possibilita o acesso aos recursos naturais para os interesses econômicos estatais, por meio de uma nova fase de fronteira agrícola. É uma tática que vem se repetindo em diferentes momentos de colonização no país, tendo em vista o fato que os recursos naturais e as terras no Pacífico, Centro e Região Interior, já estão bastante devastados, especialmente por causa das atividades agropecuárias de desmatamento e queima para a criação de gado. Por isso, o contínuo avanço da fronteira agrícola na Costa Caribe, onde as terras são vastas, menos povoadas e menos devastadas, como o líder *Creole* coloca. Da mesma maneira, este mecanismo colonizador estrategicamente estimula uma disputa étnica entre os grupos étnicos do Caribe e *mestizo-campesino-colonos*, concomitantemente, uma luta entre classes sociais menos privilegiadas economicamente, considerando que ambos os *costeños* e *campesinos*, de modo geral, constituem os segmentos sociais mais pobres da Nicarágua. Os *campesinos* que se deslocam em busca de terras, em sua maioria, não possuem títulos de terras, o que também justifica a expulsão dos mesmos pelo próprio Estado, no intuito de executar o projeto do canal, isto é, a "*private enterprise"*.

Este fato é esclarecido pelo Sr. Allen Claire Duncan, líder *Kriol*, que era presidente do *Gobierno Comunal de Monkey Point* e representante do Governo Territorial *Rama* e *Kriol* (GTR-K) quando realizei a próxima entrevista. Aqui ele ressalta a estreita ligação entre a ocupação irregular das *tierras comunales* e o avanço da fronteira agrícola, um fenômeno social que atinge ambos o sul e o norte caribenho.

> *Lo que ellos hacen es, los colonos, ellos vienen a las comunidades, los mestizos invadiendo, le llamaba de "frontera agrícola". Esto es cuando la gente toma todo para sembrar, para desarrollar. Pero en este caso, no están cortando para sembrar, están cortando para crear vacas (ganadería). Entonces una vaca usa una*

> *manzana*[246]*. Esos son cien vacas, cien manzanas. Si son 500 vacas, son 500 manzanas. Si son mil vacas, son mil manzanas, e así se sucedan como van. Entonces cortan una gran extensión de tierra para crear sus animales. Cuando llegan a la Costa, las tierras son* ***tierras comunales****,* ***no son tierras nacionales.*** *Entonces como no pueden tener un pico de tierra para ellos, solo entran, cortan, y hacen su casa, y están ahí. Y cuando ellos ya están ahí dicen que nadie los pueden robar, porque eso es su tierra y son nicaragüenses, y tienen derechos a su tierra, y que ellos son pobres, y necesitan para sobrevivir. Entonces, ahí es donde entre el gobierno. El gobierno lo que hace manda la gente, el gobierno los dicen: "va en frente, quita la que quiere, ahí hay "good tierra". Ahí pueden sembrar, pueden cultivar, pueden hacer lo que quieren". Entonces hay ministros, hay deputados, hay representantes del gobierno, ellos mandan a unos que son pobrecitos: "Vayan allá e metense allá. Agárrense seis (6) manzanas o cien manzanas, una manzanita (...). Son inmigrantes mestizos. 30 hasta 35 mil están dentro del territorio. Desde los años 90, eso está pasando. Lo que pasa es que cuando terminamos la guerra en Nicaragua en los años 80, Violeta Chamorro (...) les regaló tierra a los excombatientes.*
>
> **Helen**: *¿E como ellos entran tan fácilmente? ¿No hay barreras?*
>
> **Sr. Allen***: No. Como es un bosque abierto, entonces ellos pueden…*
> (Entrevista: Allen Claire Duncan, Bluefields-RACCS, 28/8/2015).

O Sr. Allen revela o modo de ocupação ilegal intensa pelos *colonos*, objetivando a criação de gado, atividade que requeira o desmatamento de grandes extensões de terra. Este aspecto tem vínculo aos fatos históricos e às políticas de governos neoliberais, como o da Violeta Chamorro (1990-1997), quando a então presidente prometeu terra aos *ex-combatientes* após a guerra entre "contras" e sandinistas, da mesma forma que devolveu propriedades aos *ex-somocistas,* como supracitada anteriormente[247]. O líder *comunal*, igualmente indica que existem representantes do Estado, incluindo ministros e deputados que promovem a ocupação ilícita de terras no Caribe pelos *colonos*, chamando a atenção para um esquema de corrupção política e administrativa relacionado aos conflitos territoriais em questão.

Outro elemento da situação contraditória enfatizado é que, mesmo sabendo que as *tierras comunales* pertencem aos indígenas e afrodescendentes, os *colonos* justificam seus atos ilegais de invasão pelo fato que eles são "nicaraguenses" e precisam de terra para sua sobrevivência, como qualquer outro cidadão. Este argumento evidencia que os *mestizos-colonos* não respeitam os direitos etnicamente diferenciados correspondentes à *propiedad comunal* dos atinentes povos originalmente da Costa Caribe. Este direito que conforme a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) tem poder equivalente ao direito a

[246] Isto é, aproximadamente 1.72 acres = 6,961 m^2.
[247] Ver Capítulo I.

propriedade privada, e que é, aliás, reconhecido na Constituição Política da Nicarágua (WIGGINS, 2006, p. 89-90).

Do mesmo modo, a citada alegação dos *colonos* tem a ver com a falta de reconhecimento à diversidade, insinuando uma ideia homogeneizante de todos como "nicaraguenses", conveniente apenas na hora de tratar de um suposto direito de usurpar terras coletivas que competem aos respectivos *costeños*. Tem seu fundamento num racismo enraizado culturalmente, a partir de ideologias de *mestizaje* (mestiçagem) construídas na Nicarágua, ao decorrer da fundação do Estado-nação e que vêm se modificando, mas não desaparecendo até hoje. Os diversos mitos de *mestizaje* são baseados na homogeneidade racial e cultural, que definem os pressupostos compartilhados da identidade nacional *mestiza* ("*mestizo-ness*")[248]. As concepções de *mestizaje*, ao longo do tempo vêm legitimando os esforços de colonizar as regiões periféricas, no caso, a Costa Caribe, enquanto questionando ou negando o direito à plena cidadania dos negros e indígenas caribenhos (HOOKER, 2005, p. 15). Em consonância com Juliet Hooker (2005), a resistência que os *costeños* têm enfrentado por parte do governo central, a respeito da implementação plena dos direitos multiculturais consagrados juridicamente, reflete a persistência do nacionalismo *mestizo* oficial ("*official mestizo nationalism*") no país[249].

No intuito de aprofundar tal compreensão, destaca-se o estudo doutoral elaborado por Edwin Matamoros-Chavez (2014, p. 4), pesquisador que se auto-identifica como nicaraguense "*mestizo no costeño*"[250], afiliado ao partido FSLN desde os tempos da guerra revolucionária. Sua análise científica trata dos *mestizos-campesinos* ou *colonos* da fronteira agrícola que se encontram colonizando territórios indígenas no nordeste nicaraguense[251]. De modo mais específico, ele elaborou sua pesquisa nos territórios indígenas *Mayangna Sauni Bas* (MS-Bas) e *Mayangna Sauni Bu* (MS-Bu), na Região Autônoma da Costa Caribe Norte (RACCN)[252], os

[248] Cf. HOOKER, Juliet. "Beloved Enemies": Race and Official Mestizo Nationalism in Nicaragua. **Latin American Research Review**, The Latin American Studies Association. Austin, vol. 40, n. 3, p. 14-39, out. 2005.
[249] A autora explica que: "The resistance costeños have faced from central governments to the full implementation of the multicultural rights enshrined in law reflects the persistence of official mestizo nationalism in Nicaragua today in different forms" (HOOKER, 2005, p. 39).
[250] Para compreender esta classificação, o autor faz uma descrição etnográfica sobre esta identidade étnica, a respeito dele mesmo e um dos seus interlocutores, da seguinte maneira: "(…) tenemos en común que somos **mestizos no costeños**, fuimos formados dentro de los discursos etnocentristas del Interior, ligados al Estado por opción política personal y llegados a la costa Caribe sin conocimientos sobre las realidades del lugar y sus pueblos. Admito que de alguna forma ambos hemos contribuido a avanzar la frontera agrícola mestiza sobre la región. Sin embargo, en algún momento de nuestras vidas llegamos a un punto de inflexión en relación con el poder" (MATAMOROS-CHAVEZ, 2014 p.73-74).
[251] Ibid., p. 1.
[252] Ibid., p. 13.

quais enfrentam os mesmos problemas de invasão territorial e o não cumprimento do processo de *saneamiento* que os indígenas e afrodescendentes em toda a Costa Caribe vêm encarando. Matamoros-Chavez (2014, p. 136 -137) explica que durante o século XX o Estado e a elite nicaraguense não alcançaram controle sobre a Costa Caribe. Portanto, inculcaram valores sobre cidadania, espiritualidade e moralidade na sociedade *mestiza*, que denegriram as populações indígenas e afrodescendentes do Caribe.

Para compreender a lógica que justifica o ato de ocupação ilegal por parte dos *colonos*, o autor siga explanando que:

> En el plano de ciudadanía, una parte de la población del Pacífico no cree que los costeños sean nicaragüenses. Su historia y afinidad cultural con Inglaterra, sus idiomas - incomprensibles para los monolingües mestizos- y los paisajes urbanos - predominantemente caribeños- les hacen suponer que la costa no está en Nicaragua, ni siquiera en Centro América. Para muchos **colonos**, la falta de ciudadanía nicaragüense de los indígenas costeños les quita el derecho sobre sus territorios; por el contrario, ellos – los colonos- son verdaderos patriotas. (MATAMOROS-CHAVEZ, 2014, p. 136 -137).

Ou seja, se os indígenas e afrodescendentes não são considerados cidadãos, então no entendimento dos *colonos* os *costeños* não possuem nenhum direito constitucional, muito menos à terra. Matamoros-Chavez continúa descrevendo:

> Los campesinos de frontera agrícola se han apropiado del término "tierras incultas"[253] acuñado por el Estado, para justificar su avance sobre territorios indígenas. Desde su perspectiva es injusto que en tanto los campesinos migrantes carecen de tierra propia, los indígenas las tienen de sobra y sin trabajar. Si pertenecen al Estado o a las comunidades indígenas, para ellos es irrelevante porque las tierras están "en balde" y deben ser trabajadas. Por otro lado, tierras incultas deviene del término "no cultivadas", pero para los campesinos mestizos tiene una acepción cultural. "Los mískitos y los mayangnas no saben trabajar la tierra", he oído decir innumerables veces a campesinos, y en ocasiones a indígenas mismos. En realidad, campesinos e indígenas tienen dos formas diferentes de entender "la tierra". (MATAMOROS-CHAVEZ, 2014, p. 139-140).

A concepção de "*tierras incultas*" ou não cultivadas, assim com a ideia que as terras que compõem os territórios indígenas e de afrodescendentes, estão "*en balde*", isto é, 'em

[253] Segundo o autor, "Asentarse en tierras incultas o baldías ha sido una práctica tradicional en la frontera agrícola, el sistema oficial de registro de la propiedad lo permitía y en gran medida lo alentaba. Sin embargo, nuevas disposiciones del Estado coartan esta práctica. La Asamblea Nacional reglamentó la Ley de Autonomía, aprobó la Ley del Régimen de la Propiedad Comunal o Ley 445 y la Ley que Declara y Define la Reserva de Bosawas o Ley 407; además, firmó el Convenio169 de la OIT sobre derechos de pueblos indígenas y tribales. Pese a ello, algunos funcionarios gubernamentales, abogados e indígenas se han seguido prestando para facilitar la venta tierras incultas a campesinos migrantes. Estas son acciones ilegales y fraudulentas, las que frecuentemente, líderes indígenas, medios de comunicación y ONG han denunciado. Pero hasta recientemente el Poder Judicial ha hecho eco a estas denuncias." (MATAMOROS-CHAVEZ, 2014, p. 113).

vão' ou 'à toa', tem que ver com a noção de grandes extensões de "terras nacionais", apresentada no Capítulo I. Terras estas que na compreensão colonialista deveriam ser "trabalhadas", em outras palavras, ocupadas ou colonizadas. Frequentemente o Estado permitiu que os *campesinos* ocupassem tais terras justamente com o objetivo de colonizá-las para contribuir à produção econômica do país, por meio das atividades agropecuárias ou da retirada de madeiras preciosas, em diversos momentos ao longo da história até o presente. Por outro lado, em virtude das várias situações sociais precárias no país, por causa de guerra e mudanças econômicas que vêm afetando a população nicaraguense, alguns *colonos* acreditam que o Estado tem dívida com os mesmos e deveria possibilitar a apropriação de terras, por isso, não se importam se seja de forma irregular diante os interesses ou direitos dos indígenas ou afrodescendentes *costeños*.

Desta forma, o autor nos ajuda a entender a lógica por trás das invasões territoriais massivas realizadas por *colonos*, trazendo à luz o preconceito referente à capacidade dos indígenas "trabalharem" a terra, porque os *costeños* não utilizam ou produzem em todo o terreno que integra seus territórios − fato que na visão dos *mestizos-campesinos-colonos*, os deslegitimam do mérito de possuir terras que poderiam ser melhor aproveitadas pelos *campesinos*. De todo modo, o racismo e a estigmatização dos fatores culturais e formas diferenciadas de viver, abarcando o modo de ocupação e uso territorial dos *costeños*, ficam marcados no discurso colonialista, apresentado pelo autor. Especialmente com destaque ao fato que no ponto de vista dos *colonos*, os povos do Caribe não são considerados cidadãos dignos de serem sujeitos de direitos reconhecidos ou minimamente respeitados. Estas estruturas de pensamentos de uma "cultura imperialistas" na concepção de Said (1992) fundamentam suas desculpas em poder usurpar as *tierras comunales* sem sofrer nenhuma consequência ou penalidade por infringir a lei. Certamente eles tampouco contemplam como seria se a situação fosse ao contrário, ou seja, se os indígenas e negros oriundos do Caribe estivessem ocupando as terras privadas de *mestizos* que se autoidentificam como *"campesinos"*, impondo sua cultura sobre o outro.

Prosseguindo com a reflexão sobre a dinâmica sociopolítica ao redor da construção do Canal Interoceânico, o Sr. Allen Claire Duncan aponta o plano estratégico do Estado, enquanto o avanço da fronteira agrícola, no depoimento abaixo.

> **Sr. Allen**: *Entonces, lo que hay hecho la gente [mestiza], se metió en ese proyecto [del Gran Canal]. Lo que resulta es que para hacer este proyecto, la parte hidrológica pasa por el medio de las comunidades de Bangkukuk y Monkey Point.*

> *Eso es una comunidad Kriol, el Monkey Point, afrodescendiente, y la otra que es Rama, indígena, es Bangkukuk. Entonces han despertado una misión de construir ese canal por ahí. Y desde 1997 les estaban pronunciando que van hacer el Canal Seco. Sí, desde 96/97. Entonces que hay estado la gente, la gente hay buscado donde es, donde es, adonde? En 2000/2002, es cuando se dicen que va ser en Monkey Point. Entonces lo que han hecho la gente [mestizos], es buscar como entrar en las tierras donde va tener el Gran Canal, porque es donde van a tener oportunidad. Esto es donde estaba el* ***plan****. Entonces lo que el gobierno hace es que abre las puertas para que la gente entre, porque saben que la gente que entran no tienen ni un documento. (...) Dicen, estas tierras no pueden ser ocupadas, entonces los roban y dicen que quitan-se, ¿no? Entonces, por eso están mandando la gente. Como esa tierra es algo protegido, en la Reserva, entonces hay mandado la gente para que les corten. Bangkukuk, Monkey Point, la Punta Gorda… estas zonas, ¿no? Se han visto en la Reserva del Indio Maíz*[254]*, donde entre la gente los van a sacar. Ellos tienen que organizarse.* (Entrevista: Allen Claire Duncan, Bluefields-RACCS, 28/8/2015).

A sua interpretação da invasão territorial, destaca-se pela possibilidade da acumulação de capital por parte dos *colonos*, se conseguirem apropriar-se de terras na rota do canal. Em outros termos, trata-se de "*donde van tener oportunidad*", porque o valor cadastral destas terras aumentaria em razão das possibilidades econômicas que vêm com o projeto do canal e seus diversos subprojetos. No entanto, estas pessoas não conseguirão títulos de terras, porque são *tierras comunales*, as quais "(...) *no se pueden gravar y son inembargables, inalienables e imprescriptibles*", segundo o artigo n° 3, da Lei N° 445[255]. Em concordância com o ponto de vista do Sr. Allen, como o governo central é consciente desta normativa, a manobra consiste em primeiro incentivar a saída dos *campesinos* das suas terras em diversas regiões ao longo da rota do canal até a Costa Caribe. Assim, eles entram em conflito com indígenas e afrodescendentes, provocando o deslocamento desses *costeños* para fora das suas próprias *propiedades comunales*, devido à repressão e/ou violências consequentes de tal tensão social. Desta forma, os invasores *mestizos-colonos* perpetram o "trabalho sujo" do Estado, que consiste em fazer com que essas terras estejam nas mãos de não indígenas. Circunstância que facilitaria o controle estatal sobre estas terras, sem ter que lidar com os *costenos* que possuem direitos fundamentais pertinentes. Mas quando chegar o momento propício, o Estado possui o poder de expulsar os mesmos *campesinos* legalmente, no intuito de realizar a obra do Canal Interoceânico, visto que eles não possuem títulos de propriedade, compondo uma ocupação

[254] A *Reserva biológica Indio Maíz*, é uma das maiores áreas de floresta tropical úmida na América Central, situada no extremo sudeste da Nicarágua, às margens do Rio San Juan, fronteira natural com a Costa Rica e pertence aos agentes sociais oriundos do Território *Rama* e *Kriol*.
[255] BRYAN et. al, 2012, p. 114.

territorial irregular. Neste contexto, os *campesinos-colonos* são agentes de colonização, que são ao mesmo tempo, subordinados ao aparato do Estado.

Para concluir sua explicação sobre a dinâmica da invasão massiva dos *colonos*, Sr. Allen salienta a forma de solucionar o problema, concomitantemente porque esta não seja realizada.

> **Sr. Allen:** *Pero, en 2003 se aprobó la Ley 445. Es la ley de regimiento de propiedad que dice cómo es que tiene que ser la tenencia de tierra y cual es derecho de los pueblos indígenas e los afrodescendientes y referente a la tenencia de la tierra.* ***Entonces lo que hay hecho el gobierno es apoyar a los mestizos más de que a los pueblos indígenas****. Y se hice la ley, pero le hacen sin poner los recursos para poner la demarcación. (…) No tenemos ni un tipo de apoyo. Porque aquí eso no es una prioridad antes del gobierno. Y si no la tenga como prioridad el gobierno, nada se puede hacer.* (Entrevista: Allen Claire Duncan, Bluefields-RACCS, 28/8/2015).

Quando estive entrevistando o Sr. Allen na sede da GTR-K em Bluefields, seu colega, Jonathan, indígena *Rama* da comunidade *Bangkukuk Taik* estava presente e esclareceu algumas informações pertinentes, complementando a fala do líder *Kriol*.

> **Sr. Jonathan:** *El problema es que no es finalizado. El proceso… son 5 etapas, ¿verdad? Entonces la etapa de consulta, de solución de conflictos en la demarcación en si, la titulación, que ya tenemos un título, y la última etapa es el* ***saneamiento****, que es la etapa más importante. Porque si usted dice, "bueno ustedes ya, esto es su terreno, pues aquí está su título". Pero que pasa, hay mucha gente [mestiza] que están aquí y se meten en un terreno, y se sigan metiendo, y se sigan metiendo, y se sigan metiendo… Entonces tenemos un título, pero mucha gente [mestiza] ahorita, de que estamos hablando. Mucha gente intentando meterse. Porque de repente yo mi metí en este espacio, mira agarré 50 manzanas, "eh primo! hermano! Aquí hay tierra vengan". Y el otro llaman el primo, el papá, el hermano, el vecino, el marido, el cuñado, y así se van metiendo, y se van metiendo, y se van metiendo… Y la verdad, es difícil. Si aquí había en este espacio 10 familias y usted las pueden sacar por el* ***saneamiento****, cuando quieren ir que, eso van a ver mil familias, y es difícil el gobierno pelear con mil familias, porque ellos [mestizos] van decir que ellos no tienen tierra. ¿Cómo les van sacar? Entonces eso es el problema, el problema es que, esa última parte [el saneamiento], el gobierno la puede hacer, pero no lo hace. Denuncia sobre la invasión de bosque…. denuncia… Y ellos [el gobierno] "Sí, sí, sí, ya, ya, ya…"* (Entrevista: Jonathan Rama, Bluefields-RACCS, 28/8/2015).

Ambos os testemunhos do Território *Rama* e *Kriol* realçam o descumprimento do processo de *saneamiento* por falta de interesse por parte do governo central. Destarte, o governo central apoia os *mestizos-campesinos*, ao deixar que estes continuem apropriando-se das *tierras comunales* de maneira ilegal. De qualquer ângulo que seja analisado este

problema, a responsabilidade sempre recai sobre o Estado da Nicarágua, como a maior estrutura de poder no país. Neste sentido, é preciso perguntar: porque o Estado não implementa as leis − os dispositivos constitucionais, que os próprios representantes estatais, incluindo o Presidente da República, ratificaram no país e publicaram na Constituição Política? Se o Estado não cumpre com suas próprias normas e viola os direitos humanos dos seus próprios cidadãos, não podemos classificá-lo como um estado democrático ou de direito.

Outra questão vislumbrada no depoimento acima concerne a forma que os *colonos* conseguem ocupar grandes extensões de *tierras comunales*. De acordo com a explicação do Sr. Jonathan, cada invasor *mestizo* traz consigo seus familiares quando ocupa uma área. Ou seja, um *colono* que se apropria de uma terra, convoca outros parentes e colegas para fazer o mesmo. Desta forma, onde tinha poucos *colonos* assentados dentro de um território indígena ou de afrodescendentes, rapidamente esta quantidade de *mestizos* se multiplica, ao exemplo dado de dez famílias *campesinas* se transformando em mil famílias, como coloca o entrevistado. Esta observação igualmente tem sido apontada por diversos outros agentes sociais da RACCS e RACCN com quais conversei.

Para ilustrar, a Sra. Nora Newball, que era presidente do *Gobierno Comunal Creole de Bluefields* (GCCB), e representante do bairro *Old Bank*, em Bluefields explica que:

> *(...) The soldiers (...) that fought against the* ***Samosa War****, and these people couldn't go back to their communities on the Pacific side. So they [central government] found a way to bring them down into these areas, because here the extension of the territory is vast. And they started to "ubicate" them by giving them different communities and start* ***colonizing*** *and start invading and started to make babies and creating communities afterwards and starting helping providing them schools and health centers, churches for them, and little by little they just… Let's say for example, maybe 2 or 3 families reach to there in that area and they start expanding, they start bringing more and more of these people, you know? They reproduce fast; they have a lot of kids, like this…. Sometimes when you look on a young lady, 16, 18 years and when you look at them they already have 5, 6 children. So to them now each child of this girl deserves gets a free order, each child deserves a portion of land. And once "they" [mestizos] reach to certain age they go and clean out their area, and always they see it providing for them. They [the central government agents] provide and the projects are always in their favor.* (Entrevista: Nora Newball, Bluefields-RACCN, 31/8/2015).

A partir desta perspectiva os *campesinos-colonos* não apenas trazem outros parentes e conhecidos para ocupar mais terras, mas também procriam intensa e rapidamente, assim estendendo suas famílias. Na cultura *campesina* cada filho deveria ganhar uma porção de terra, e quando estes crescem, limpam seu pedaço de terra e o ciclo de procriar e

sucessivamente ocupar grandes extensões de *tierras comunales* continua, sem a intervenção do Estado. Em outros termos, a procriação familiar serve como mecanismo de expansão da ocupação territorial *campesina*, mesmo que fundamentalmente irregular. Nesta dinâmica, os *mestizos-campesinos* não apenas usurpam os territórios etnicamente configurados, mas ainda recebem apoio do governo central para escolas, centros de saúde e igrejas, quando se estabelecem nessas áreas. Além do mais, conforme o líder *Creole*, os projetos governamentais sempre são dirigidos para beneficiar os *mestizos* e estes modos de "assentamentos" irregulares, enquanto os indígenas e afrodescendentes do Caribe enfrentam obstáculos para receberem tal apoio do governo central. Quiçá é por isso que a Região Autônoma é a mais pobre e menos desenvolvida no país.

Outro líder *Creole* conceituado que contribui para esta discussão é o Sr. Kenneth Fox, da comunidade *Pearl Lagoon*, na RACCS, que já atuou como representante do partido YATAMA no Conselho Regional em Bluefields, bem como foi presidente da CONADETI e presidente do *Gobierno Comunal de Pearl Lagoon*. No que diz respeito ao modo de ocupação *campesina* salientada acima, ele esclareceu que além das comunidades indígenas e étnicas que constituem o Território *Pearl Lagoon*, existem os "assentamentos *mestizos*" ("*mestizo* settlements"), que não são consideradas comunidades legítimas dentro do território. Isto por que:

> *These communities were organized as a result of the* ***agricultural frontier****. I mean people just come in and they go and take a piece of land and settle down. (...)These people come in and I mean the municipal government had been doing their job also because we have to understand that the* ***municipal government is just an extension of the central government*** *outside here. I mean after these people [mestizos] come and make a little settlement quick time they demand school and they demand this and they demand the other and the municipal government must go ahead and pass it onto them. But if we talk about the demarcation process then we talk about 12 indigenous and afro-descendant communities [of Pearl Lagoon Territory] because these are the people for who this law [No. 445] was published, or was created.* (Entrevista: Kenneth Fox, comunidade *Pearl Lagoon*-RACCS, 21/9/2015).

Este líder reitera o que os outros agentes sociais supracitados disseram, confirmando que a ocupação massiva dos *colonos* é um mecanismo da fronteira agrícola. Após criar seus assentamentos de forma invasiva, os respectivos *mestizos* demandam o apoio do Estado, como assinalado pela Sra. Nora anteriormente. Esta demanda é cumprida via os governos municipais, os quais servem como ramo do governo central, assim garantindo seu controle

sobre o Caribe. Este fato é contraditório em termos de uma suposta autonomia governamental, descentralizado na chamada Região Autônoma da Costa Caribe.

Por conseguinte, é pertinente esclarecer que o modelo multi-governo adotado na Nicarágua, vinculado à Região Autônoma, é hierarquizado: começando com o governo central constituindo a maior autoridade institucional no país; na sequência os Governos e Conselhos Regionais da RACCS e RACCN; por fim, as autoridades municipais e *comunales*[256]. Com a fundação da Lei N° 445, os chamados *gobiernos territoriales* (ou governos territoriais) passaram a ter um papel fundamental na dinâmica política-territorial no Caribe, mesmo que os *gobiernos comunales* formam a máxima autoridade das comunidades indígenas e étnicas[257].

As autoridades municipais que correspondem a cada comunidade e território indígena ou afro-caribenho têm um papel ambíguo, considerando que os *gobiernos comunales* e territoriais foram instituídos justamente para administrar as respectivas comunidades e seus territórios, de acordo com seus costumes e tradições, segundo o artigo nº 05 da Lei Nº 445. Contudo, esses governos municipais, diretamente ligados ao governo central, frequentemente atropelam a administração *comunal*, portanto se sobrepondo a sua autonomia. Quando estive no Caribe Sul, as prefeituras eram compostas em sua maioria por representantes do partido FSLN, considerados pelos agentes sociais como coniventes às ordens que vinham do governo central. Na RACCN, percebi que o governo central instalou medidas para tomar o poder, ao manipular as eleições municipais em 2017, procurando substituir os administradores do partido YATAMA, com membros do partido FSLN[258].

Os *gobiernos comunales* na subsequência têm como referência o poder legislativo do Governo Regional para tratar das suas políticas e administração caso requeiram alguma interferência do poder governamental superior. Este fato novamente anula a necessidade da intermediação das prefeituras em assuntos referentes aos *gobiernos comunales* e territórios indígenas ou étnicos na Costa Caribe. No entanto, ressalta mais uma contradição entre muitas que existem na legislação autonômica e em referência à *propiedad comunal*, como veremos no próximo capítulo.

[256] Cf. Lei N° 28, artigo n° 15.
[257] Cf. Lei N° 445, artigo n° 4.
[258] Ver Capítulo 1.

CONCLUSÃO

Este capítulo procurou apresentar as incoerências que dizem respeito ao projeto neoliberal do Canal Interoceânico, especialmente quando se trata da recente criação da Lei N° 840, que claramente atropela direitos humanos, territoriais e socioambientais, para assegurar a construção do mesmo. Este afetará toda a sociedade nicaraguense de algum modo, mas de maneira direta os indígenas e afrodescendentes da RACCS, além dos *campesinos* de outras regiões e localidades rurais. De forma igual, foram apresentadas as observações empíricas coletadas durante a participação de duas marchas em oposição ao Canal Interoceânico, com ênfase na dinâmica interétnica desta mobilização. Neste contexto, também foram apresentados os modos de coibição estatal, que representam as estratégias decorrentes do regime orteguista, por meio de agentes de segurança pública e da Frente Sandinista. São dados que respaldam as afirmações sobre o modelo de governo no país, sublinhadas no último capítulo, mormente as denúncias que os *costeños* vêm pronunciando ao longo do tempo, mas recebendo pouca atenção pela sociedade nacional.

As interpretações dos agentes sociais da Costa Caribe Sul foram fundamentais para compreender o vínculo entre as políticas estatais referentes ao megaempreendimento e o processo de demarcação inacabada, ao não executar o *saneamiento*. Eles explicaram que o "pano de fundo" deste problema está interligado ao fenômeno da fronteira agrícola, que vêm acontecendo desde antes da proposta econômica do canal, em toda a Região Autônoma, mas que parece ter sido impulsionado de outro modo, a partir desse mais recente projeto neoliberal. Os diversos interlocutores da RACCS, de todo modo, forneceram as informações que me levaram a concentrar minha pesquisa de forma determinante nos conflitos territoriais no tocante ao descumprimento do *saneamiento*, que na RACCN têm contribuído para provocar graves enfrentamentos entre *mestizos-campesinos-colonos* e indígenas. Ademais, todas minhas experiências no Caribe Sul me prepararam de forma extremamente relevante para seguir com o trabalho de campo no Caribe Norte, com a proposta de aprofundar meu conhecimento sobre estas situações sociais e sua conexão às relações políticas, mas particularmente com o Estado. Com esta ideia, na sequência serão analisadas as políticas territoriais da Região Autônoma da Costa Caribe, acopladas a Lei N° 445, que dizem respeito à noção de *propiedad comunal*, notadamente o *saneamiento*.

CAPÍTULO III – A REGULARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E ÉTNICOS: A LEI NO° 445 E O *SANEAMIENTO*

Neste capítulo o objetivo consiste em apresentar a construção e os desafios quanto à implementação da Lei N° 445 – *Ley del Régimen de Propiedad Comunal de Los Pueblos Indígenas y Comunidades Étnicas de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica de Nicaragua y de los Ríos Bocay, Coco, Indio y Maíz*, sobretudo, o que levou a sua criação e qual é sua importância para o processo autonômico na Região Autônoma da Costa Caribe nicaraguense, particularmente no tocante aos territórios etnicamente configurados. Esta explicação se faz necessário no intuito de compreender o *saneamiento* que constitui a última etapa demarcatória segundo essa legislação, e que tem uma estreita ligação com os atuais conflitos territoriais no Caribe. Esta situação verifica ser mais intensa na RACCN, aonde existem confrontos críticos entre indígenas e os chamados "*colonos*" – *mestizos* ou *campesinos* apreciados como usurpadores dos concernentes territórios tradicionalmente ocupados.

Esta etapa, de modo geral, compreende um complexo processo objetivando lidar com a presença de pessoas que não pertencem às comunidades indígenas ou étnicas, as quais alegam possuir direitos de propriedade dentro desses territórios. As dificuldades da regularização plena dos mesmos, especialmente vinculado a não conclusão dessa última fase demarcatória, traz à luz a relação que os *costeños* mantêm com o Estado, ademais como as relações políticas interferem de forma contraditória nos processos relativos à autodeterminação, soberania e cidadania dos povos oriundos da Costa Caribe nicaraguense.

A Lei N° 445 e o procedimento que concebe o *saneamiento* concernem ao reconhecimento histórico e formal dos direitos territoriais etnicamente diferenciados dos povos que vêm habitando a Costa *Mosquitia*, antes mesmo da colonização espanhola e até hoje. Do mesmo modo, faz parte das reparações obrigatórias por parte do Estado, em virtude das violências físicas e simbólicas que os respectivos indígenas e afrodescendentes vêm sofrendo ao longo do processo histórico, por meio de mecanismos opressores dos distintos governos *mestizos*, que sucessivamente vêm dirigindo o país desde a formação do Estado-nação nicaraguense.

Como apontado anteriormente, a Lei N° 28 − *Estatuto de la Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua,* foi fundado durante as negociações de paz, no final da guerra entre sandinistas e "contras" na década de 80. Entretanto, demorou dezesseis

anos para alcançar um decreto legislativo visando regulamentar os termos da Lei N° 28, particularmente explicitando o procedimento específico para a regularização dos territórios caribenhos correspondentes. Tal decreto foi uma das consequências do *Caso de la Comunidad Mayangna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua, Sentencia de 31 de agosto de 2001*, da Corte IDH. Este caso foi fundamental, em termos de construir os princípios básicos da Lei N° 445.

O caso *Awas Tingni* vs. Estado da Nicarágua, como precursor da Lei N° 445

Awas Tingni é uma comunidade da etnia indígena *Mayangna*, na RACCN, localizada cerca da confluência entre Rio *Wawa* e Rio *Awas Tingni*, que pertence ao município Waspam, (WIGGINS, 2006 p. 82)[259]. Sua população abrange em torno de 315 famílias indígenas residentes[260]. Em 1993 o Estado da Nicarágua outorgou uma concessão de exploração de uma área de 63 mil hectares, para uma empresa de madeira chamada *Sol del Caribe, S.A.* (SOLCARSA), em zonas de floresta tropical latifoliada pertencentes à referida comunidade indígena, sem consultá-la[261]. Por isso, a comunidade recorreu à justiça para impedir tal circunstância, mas suas reclamações foram ignoradas pelo aparato burocrático-estatal. Na sequência, os líderes da *Awas Tingni* convocaram um apoio de assessores legais do exterior do país, por meio da Faculdade de Direito da Universidade de Iowa (EUA), e do *Indian Law Resource Center* (Centro de Recursos Jurídicos para Indígenas), da Universidade do Arizona (EUA)[262]. Com este auxílio jurídico, a referida comunidade compôs três recursos de amparo em momentos sucessivos, constituintes do principal mecanismo jurídico para defender seus respectivos direitos, conforme a Constituição Política da Nicarágua.

O primeiro foi apresentado em setembro de 1995, contra o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARENA) diante do Tribunal de Apelações, pedindo a proibição da mencionada concessão, mas foi recusado. Um segundo recurso de amparo foi ostentado à Corte Suprema de Justiça, que em 1996 decretou a inconstitucionalidade da concessão[263]. Não obstante, o governo central desconheceu este decreto e se negou a suspender a concessão outorgada. Em seguida, um terceiro recurso foi emitido em 1997, novamente solicitando a

[259] Cf. ANEXO-MAPAS: "Comunidade *Awas Tingni*, povo *Mayangna".*
[260] Informação verbal concedida em entrevista com o Sr. Larry Salomón, advogado *Mayangna*, da comunidade *Awas Tingni*, em 10/2/2018.
[261] Cf. WIGGINS, 2006, p. 83.
[262] Ibid., p. 83.
[263] Ibid., p. 83.

suspensão da concessão a SOLCARSA, tal como o reconhecimento e a certificação oficial dos direitos à propriedade da comunidade sobre suas *tierras ancestrales*, o que foi rejeitado de novo pelos tribunais no país (WIGGINS, 2006, p. 84).

Após ter esgotado todos os meios jurídicos nacionais, a comunidade *Awas Tingni* apresentou uma petição referente à situação supracitada diante da CIDH, amparada pela solicitação de medidas cautelares correspondentes, constituindo uma ação sem precedência na esfera internacional[264]. Seguidamente, a mesma Comissão Interamericana procurou intermediar um diálogo entre o Estado da Nicarágua e a comunidade indígena em várias ocasiões, além de elaborar uma série de recomendações pertinentes à circunstância, mas todas estas iniciativas foram ignoradas pelo mesmo aparato estatal. Por consequência, a CIDH decidiu apresentar o caso antes da Corte IDH, em maio de 1998. Foi a primeira vez que uma comunidade indígena tinha chegado a tal nível de execução processual nesse âmbito de mecanismos internacionais, em defesa dos seus direitos[265].

O argumento antes da Corte Interamericana se baseou no fato que:

> Nicaragua no ha demarcado las tierras comunales de la Comunidad Awas Tingni, ni ha tomado medidas efectivas que aseguren los derechos de propiedad de la Comunidad en sus tierras ancestrales y recursos naturales, así como por haber otorgado una concesión en las tierras de la Comunidad sin su consentimiento y no haber garantizado un recurso efectivo para responder a las reclamaciones de la Comunidad sobre sus derechos de propiedad. (CIDH, 2001, Clausula I, p. 1).

Desta maneira, a Comissão Interamericana declarou que o Estado da Nicaragua violou os seguintes artigos: "1) *obligación de respetar los derechos*; 2) *deber de adoptar disposiciones de derecho interno*; 21) *derecho a la propiedad privada* e; 25) *protección judicial*", da Convenção Americana sobre Direitos Humanos[266]. A tramitação do caso, no entanto, se prolongou por três anos, quando finalmente a Corte IDH prosseguiu com uma análise acurada, numa audiência na sua sede, em San José-Costa Rica, em novembro de 2000. Na ocasião, diversos testemunhos considerados altamente qualificados para examinar a situação concernente se apresentaram. De modo igual, os representantes da comunidade *Awas Tingni* trataram de esclarecer sua relação profunda com o território em questão, ao mesmo tempo apontaram a:

---

[264] Ibid., p. 84.
[265] Ibid., p. 85.
[266] Consulta art. n° 2, do *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicaragua*, da Corte IDH, 2001. Também ver WIGGINS (2006, p. 85-86), que faz uma análise detida sobre o caso.

> (…) incapacidad del ordenamiento jurídico y aparato institucional nicaragüense para dotar de contenido al reconocimiento constitucional de los derechos territoriales de los pueblos indígenas, así como los efectos altamente discriminatorios de la administración de justicia en el país (WIGGINS, 2006, p. 86).

Por fim, a sentença da Corte IDH se fez público em 31 de agosto de 2001, seis anos após as primeiras atividades de exploração de madeira, da empresa SOLCARSA[267]. Entre vários elementos do julgamento, a Corte IDH declarou a violação de direitos da comunidade *Awas Tingni* pelo Estado da Nicarágua e impôs uma série de obrigações que o mesmo terá que realizar, com a intenção de reparar tais transgressões. Além de tratar da falta de consulta e consentimento prévio, a decisão discorre da necessidade de demarcar e titular o referente território[268].

O mais importante aspecto desta jurisprudência, que tem sido amplamente discutido por profissionais e cientistas de diversos campos de conhecimento desde a sua publicação, se destaca pela interpretação do artigo n° 21, da Convenção Americana de Direitos Humanos. Este versa sobre o direito à propriedade privada, o que inicialmente não incluía outros modos de propriedade. Contudo, neste caso sem precedentes, da comunidade *Awas Tingni* vs. Nicarágua, o citado artigo passou a incluir a perspectiva dos indígenas sobre suas terras tradicionalmente ocupadas, amparada pelo critério consuetudinário dos direitos internacionais e, sobretudo, pelos direitos coletivos. Esse entendimento indígena abarca uma pluralidade de uso comum das terras, conforme os parâmetros estabelecidos pelos próprios indígenas. Com esta compreensão, a classificação *propiedad comunal* passou a ter relevância jurídica no âmbito dos mecanismos da Corte IDH[269]. Esta concepção já era reconhecida na Constituição Política da Nicarágua e na Lei N° 28 desde 1987, embora sem ter sido detalhada ou implementada de maneira contundente[270].

O direito à *propiedad comunal* baseia-se em direito consuetudinário, valores, usos e costumes indígenas, incluindo o direito de viver livremente nos seus próprios territórios,

[267] Ibid., p. 87.
[268] Ibid., p. 87.
[269] Ibid., p. 90.
[270] Conforme Título I, Capítulo Único, artigo n° 5, da Constituição Política da Nicarágua: "(…) El Estado reconoce la existencia de los pueblos indígenas, que gozan de los derechos, deberes y garantías consignados en la Constitución, y en especial los de mantener y desarrollar su identidad y cultura, tener sus propias formas de organización social y administrar sus asuntos locales, así como mantener las **formas comunales de propiedad de sus tierras** y el goce, uso y disfrute de las mismas, todo de conformidad con la ley. Para las comunidades de la Costa Atlántica se establece el régimen de autonomía en la presente Constitución." (SENICSA, 2013, p. 7).

independentemente de qualquer outro critério ou atribuição de direitos reais impostos por parte do Estado, ou se possuem ou não um título formal de propriedade[271]. Portanto,

> (…) el proceso de acto de titulación de las tierras comunales indígenas se presenta como un acto meramente declarativo, no constitutivo, de derechos; derechos que encuentran su fundamento en la forma en que los pueblos indígenas tradicionalmente usan y ocupan su territorio y reinventan su propia tradición. Es entonces el uso actual el que define el espacio territorial sobre el que recaen los derechos de los pueblos indígenas. (WIGGINS, 2006, p. 92).

Destarte, os direitos à *propiedad comunal* não se amparam numa concepção estática de tradicionalidade ou da história, qual seja relevante, mas não determinante, portanto concentra-se na atual situação. Dita de outra forma, a Corte IDH reiterou que: "(…) *los indígenas por el hecho de su propia existencia tienen derecho a vivir libremente en sus propios territorios…*" (Corte IDH, 2001, §149).

Outro critério essencial do *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua*, se encontra na seção *Puntos Resolutivos*, na qual salienta que a Corte:

> (…) decide que el Estado debe adoptar en su derecho interno, de conformidad con el artículo 2 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos, las medidas legislativas, administrativas y de cualquier otro carácter que sean necesarias para crear un mecanismo efectivo de delimitación, demarcación y titulación de las propiedades de las comunidades indígenas, acorde con el derecho consuetudinario, los valores, usos y costumbres de éstas, de conformidad con lo expuesto en los párrafos 138 y 164 de la presente Sentencia. (Corte IDH, §173, art. n° 3).

Com este aspecto, o referido julgamento que é bastante progressivo, fundamentou uma precedência jurídica que serviu não apenas para os *Mayangna* da comunidade *Awas Tingni*, mas para todos os povos indígenas e afrodescendentes da Costa Caribe nicaraguense, assim como para a interpretação e aplicação de outras normas internacionais de direitos humanos posteriormente (WIGGINS, 2006, p. 89). Por conseguinte, a criação da Lei N° 445, *Ley del Régimen de Propiedad Comunal de Los Pueblos Indígenas y Comunidades Étnicas de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica de Nicaragua y de los Ríos Bocay, Coco, Indio y Maíz*, aprovada em 2003, tem um estreito vínculo ao caso de *Awas Tingni*, pois baseia-se na mesma concepção de direito à *propiedad comunal* e segue especificando os respectivos critérios para a demarcação e titulação dos territórios caribenhos correspondentes.

[271] WIGGINS, 2006, p. 91-92.

A criação da Lei N° 445 – Ley del Régimen de Propiedad Comunal: sua relevância e os desafios à sua efetivação

Em virtude da pressão por parte da CIDH, após a sentença de *Awas Tingni*, e, do mesmo modo, pela interferência do Banco Mundial[272], o governo central da Nicarágua acabou tendo que solucionar o problema da inexistência de um arcabouço legislativo específico para tratar da regularização formal dos territórios indígenas e afrodescendentes. A tensa cena política, com o encarceramento do ex-presidente Arnoldo Alemán, em 2002, devido a fortes acusações de corrupção[273], também facilitou a aprovação da Lei N° 445. Em parte porque, com este novo contexto político frágil, o grupo parlamentar sandinista, em oposição ao governo Liberal do Presidente Enrique Bolaños, apoiou essa proposta legislativa (GÓMEZ ISA, 2017, p. 73).

O mérito da Lei N° 445 é a institucionalização categórica do processo de regularização formal, incluindo a demarcação e titulação dos territórios indígenas e étnicos, que abrange a chamada *propiedad comunal*, portanto, as *tierras comunales*, pertencentes aos povos e comunidades originalmente do Caribe. Para ilustrar, com o objetivo de levar a cabo os procedimentos estipulados para tal finalidade, esta normativa estabelece duas entidades institucionais responsáveis: a *Comisión Nacional de Demarcación y Titulación* (CONADETI), que trata do aspecto político de coordenação; e a *Comisión Intersectorial de Demarcación y Titulación* (CIDT), dedicado aos aspectos técnicos da demarcação[274].

De acordo com o artigo n° 43, da Lei N° 445:

> La Comisión Nacional de Demarcación y Titulación (CONADETI), tendrá las funciones siguientes: dictaminar y resolver sobre las solicitudes de demarcación y titulación; dirigir el proceso de demarcación; crear comisiones técnicas, regionales y territoriales; dotarse de su Reglamento Interno; administrar su presupuesto; coordinar con la Oficina de Titulación Rural (OTR), la emisión de títulos sobre las tierras y territorios de los pueblos indígenas y comunidades étnicas. (BRYAN et al. 2012, p. 125)

[272] De acordo com a Sra. Juana Bilbano, diretora do CEJUDHCAN: *"(...) hubo presión internacional de parte del Banco Mundial después de Huracán Félix (2007), que Nicaragua había pedido fondos para la reconstrucción [de la infraestructura del país, después] de Huracán Félix y lo puso como requisito que tiene que cumplir con la Sentencia de Awas Tingni"* (Informação verbal, Bilwi-RACCN, 14/08/2017). O fato de o Banco Mundial ter tido um papel relevante para que o Estado da Nicarágua criasse um mecanismo legal para demarcar e titular os territórios indígenas e étnicos, na Costa Caribe, é bem conhecido no país, e analisado por diversos intelectuais que conheci durante o trabalho de campo.

[273] Consultar o capítulo anterior.

[274] Ibid., p. 75.

Conforme a mesma lei, a CIDT será dividida em três instâncias operativas objetivando:

> (…) a) recibir las solicitudes de titulación de tierras comunales que formulen las comunidades; así como darles su aceptación si están ajustadas a derecho o formular sobre ellas las observaciones convenientes si no llenan los requisitos de ley, para que sean corregidas. b) Dar cursos a las solicitudes de demarcación y titulación de tierras comunales indígenas, para cuyo efecto deberá: 1. Establecer las coordinaciones necesarias con las instancias interesadas; 2. Facilitar la participación de las comunidades y sus autoridades en todo el proceso; 3. Proponer la creación de equipos técnicos con el personal profesional de apoyo necesario y hacer el seguimiento de las actividades que se les encomienden; 4. Emitir resoluciones de trámites que tiendan a dar impulso al proceso y resolver las situaciones que se susciten dentro del mismo; 5. Hacer la evaluación técnica y jurídica de las actuaciones e informes que se produzcan, durante el proceso, para asegurar que no omitan las actuaciones necesarias. c) Crear un mecanismo efectivo de delimitación, demarcación y titulación de las propiedades de las comunidades indígenas, acorde con el Derecho Consuetudinario, los valores, usos y costumbres de éstas. (Artigo n° 44, Lei N° 445, 2003).

Como mencionado anteriormente, o processo demarcatório e de titulação fundamenta-se em cinco passos principais, segundo o artigo n° 45, abarcando: 1) a solicitação, incluindo o diagnóstico[275]; 2) a solução de conflitos; 3) a medição e demarcação (*medición y amojonamiento*); 4) a titulação; 5) e o *saneamiento*. Vale reiterar que a titulação *não* constitui a conclusão da regularização oficial dos territórios etnicamente configurados, esta apenas se finaliza com a etapa essencial do *saneamiento*, imprescindível para manter controle sobre os mesmos. É necessário enfatizar este ponto, porque é justamente nesta quinta etapa conclusiva que o processo regulatório dos territórios caribenhos ficou impedido até o presente.

Após obter seu título de *propiedad comunal*, as respectivas comunidades indígenas ou étnicas possam solicitar o *saneamiento* com o apoio da Oficina de Titulação Rural (OTR), órgão do governo central, integrado à CONADETI e CIDT, com a proposta de lidar com *terceros* assentados dentro dos territórios concernentes[276]. Entretanto, os critérios específicos para seguir com esta etapa não são explicitados na Lei N° 445, evidenciando uma linguagem normativa consideravelmente ambígua[277].

---

[275] De acordo com o artigo n° 46, da mesma lei, a solicitação escrita inclui: "1.) La denominación de la comunidad o comunidades solicitantes y de sus autoridades que les representarán durante el proceso; 2.) designar lugar para oír notificaciones en la localidad donde se presente la solicitud; 3.) un diagnóstico sobre la comunidad o comunidades el cual deberá contener: a) los antecedentes históricos de la comunidad o comunidades solicitantes; b) las características demográficas, sociales, económicas y culturales de la comunidad o comunidades solicitantes; c) las formas tradicionales de manejo, usos y tenencia del área solicitada; d) el nombre de las comunidades indígenas o étnicas y de otras entidades o personas que ocupan tierras colindantes con las áreas solicitadas; e) los eventuales conflictos que tenga la comunidad o comunidades solicitantes con las comunidades vecinas o terceros." (BRYAN et al., 2012, p. 127).

[276] Cf. Artigo n° 59; Lei N° 445, 2003.

[277] Cf. *Capítulo XII, Etapa de Saneamiento, Ley No. 445, Gaceta No. 16, 23/01/2003*.

De qualquer modo, segundo esta legislação os *terceros* constituem: *"Personas naturales o jurídicas, distintas de las comunidades, que aleguen derechos de propiedad dentro de una tierra comunal o un territorio indígena*" (Capítulo I, Art. n° 3; Lei N° 445). Na prática estes usualmente são *mestizos-campesinos* que os indígenas e afrodescendentes classificam como "*viejos vivientes"* ou *colonos*. Os *viejos vivientes* em geral, são apreciados como as poucas famílias *campesinas* nos citados territórios, que em sua maioria, tem convivido por mais de vinte anos com os membros das comunidades étnicas e indígenas, de forma razoavelmente respeitosa, sem provocar sérios problemas. Abrangem também certos *campesinos* que possuem títulos da reforma agrária, concedidos antes de 1987. De maneira muito distinta, os *colonos* são aqueles *mestizos-campesinos* que vêm realizando invasões territoriais massivas e frequentemente de modo violento nos tempos mais recentes (notadamente após a criação da Lei N° 445).

O *saneamiento* consiste num complexo processo de verificar e caracterizar os *terceros* que se têm assentados dentro dos territórios indígenas ou de afrodescendentes. De modo resumido, a *Ley del Régimen de Propiedad Comunal* explica que *terceros* com títulos agrários fornecidos antes de 1987, os quais têm ocupado e possuem as áreas referentes durante algum tempo, mantêm o direito de continuar assentados nelas, mas se desejam desocupá-las por qualquer motivo, deveriam vender as *mejoras*[278], isto é, as benfeitorias, à comunidade indígena ou étnica e a mesma terra voltará ao pertencimento destas[279]. Entretanto, se tal título agrário foi concedido de forma fraudulenta, o *tercero* será indenizado para que devolva as terras à comunidade correspondente[280]. Este critério é bastante contraditório, visto que tal sujeito pode ser indenizado mesmo que tenha conseguido uma *tierra comunal* sob os princípios de má-fé. Por fim, a lei ressalta que: "*Los terceros en tierras indígenas sin título alguno deberán* ***abandonar*** *las tierras indígenas sin indemnización; pero en caso de que pretendan permanecer en ellas, pagarán un canon de arrendamiento a la comunidad*" (Art. n° 38, Lei N° 445). Este último preceito também é extremamente ambíguo, porque ao mesmo tempo em que declara que tais *terceros* terão que sair da terra, destaca que se eles querem ficar, apenas precisam alugar a área da comunidade que já ocupam. Ou seja, não fica claro se os membros da comunidade indígena ou étnica terão um mecanismo legal que os respaldam

[278] *Mejoras* referem-se às construções como casas, ou qualquer investimento que tem sido feito para melhorar a propriedade, já que as *tierras comunales* são inalienáveis e não podem ser vendidas. Em outros termos, o *tercero* possui a área desde que ele esteja morando nela, mas a terra não pertence a ele/ela integralmente, por isso apenas pode vender o que construiu sobre o solo aos membros das comunidades indígenas ou étnicas, porque a terra pertence essencialmente a estas.
[279] Art. n° 36; Lei N° 445.
[280] Art. n° 37, Lei N° 445.

se tomam a decisão de expulsar os que têm se apropriado das suas *tierras comunales* de maneira ilegal. Esta linguagem propositadamente imprecisa faz com que o procedimento de *saneamiento*, que tem como objetivo proteger os direitos territoriais dos indígenas e afrodescendentes, para que possam gozar do acesso e uso livre das suas *propiedades comunales*, perca sua força normativa ou coercitiva. Em outras palavras, o critério de punição para os que ocupam seus territórios ilicitamente é basicamente nulo.

Desta forma, é possível perceber que apesar do progresso proporcionado pelo novo instrumento jurídico, em termos do fortalecimento formal do sistema agrário indígena e do avanço da autonomia na Região Autônoma, a institucionalidade da Lei N° 445 constata ter graves deficiências sistêmicas e obstáculos internos[281]. Conforme James Anaya, um dos principais advogados que tratou do caso *Awas Tingni* e dos critérios da implementação da referida jurisprudência posteriormente, os desafios em concretizar a efetivação da Lei N° 445 baseiam-se na falta de recursos monetários e de profissionais tecnicamente preparados, mas, sobretudo, na politização da sua institucionalidade. Ou seja, o "jogo político" que permeia acerca da sua operação em diversos níveis e esferas, contribui para seu solapamento[282]. Complementando esta perspectiva, Felipe Gómez Isa (2017, p. 75) escreve que:

> (…) both the political context and the legal and institutional culture still present today in Nicaragua and the Atlantic Coast continue to pose a very **strong structural barrier** for the defense of the territorial rights of the indigenous communities.

A barreira estrutural do sistema burocrático-administrativo da Nicarágua, enquanto uma insistente cultura política *mestiza*, dominada pelo partido em poder formalmente desde 2006, com antigas ideologias racistas e de desenvolvimento econômico, vem impossibilitando o êxito da operação da mencionada lei de *propiedad comunal*, mesmo após o tempo e esforço dos profissionais e agentes sociais caribenhos envolvidos no caso de *Awas Tingni*, bem como na criação da Lei N° 445 em seguida. Esta circunstância instiga a necessidade de refletir sobre o fato de não existirem mecanismos no âmbito legal internacional para acompanhar tais decisões formais, no intuito de garantir sua efetivação pelos Estados nacionais[283]. Neste sentido, seria preciso criar mecanismos específicos e recursos que fortalecem as políticas de conformidade dos Estados, assim como o papel dos segmentos que compõem o Sistema Interamericano de Direitos Humanos[284].

---

[281] GÓMEZ ISA, 2017, p. 75.
[282] Cf. Entrevista com James Anaya (BERISTAIN, Martín, 2009, p.156 apud GÓMES ISA, 2017, p. 75).
[283] Ibid., p. 87.
[284] Ibid., p. 70.

A aliança entre FSLN e YATAMA

Com a visão de se candidatar para a presidência em novembro de 2006, Daniel Ortega como líder do partido FSLN, fez um acordo com YATAMA, a fim de ganhar mais apoio para as eleições com sua promessa de um novo "*Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional*"[285]. Por parte do YATAMA, o acordo assinado em 2006, tinha como principal objetivo garantir a instalação da Lei N° 445, que até então não havia sido tramitado pelos governos Liberais antecedentes. Um dos principais elementos do acordo tratava de impedir o avanço da fronteira agrícola, tal como o desflorestamento e a devastação dos recursos naturais na Região Autônoma da Costa Caribe[286]. O pacto entre FSLN e YATAMA se baseou nos parâmetros das decisões da Corte IDH relativos ao caso *Awas Tingni* (2001) e o caso de YATAMA vs. Nicarágua (2005), que diz respeito à participação política dos povos indígenas e afrodescendentes do Caribe[287].

Embora os dirigentes da YATAMA vêm sendo fortemente criticados pelos *costeños* por terem feito a referida aliança política até hoje, de fato, com o retorno ao poder da FSLN, havia um impulso na operacionalidade da Lei N° 445 que levou a titulação dos 23 territórios indígenas e étnicos, mesmo com suas contradições e morosidade, especialmente se comparamos com os empecilhos colocados a este fim pelos governos anteriores. Ademais, a presença de *costeños* com cargos em diversas instituições no país aumentou de maneira significativa entre 2006 e 2011[288]. Do mesmo modo, o Estado da Nicarágua votou em favor da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em 2007, e ratificou a Convenção 169 da OIT, em 2010[289]. No entanto, esta aliança política foi se rompendo, como já indicado anteriormente[290], pois com a retomada do poder, a FSLN foi desmascarando sucessivamente suas intenções de interromper o processo autonômico do Caribe, ao invés de apoiá-lo como acordado[291].

Esta dinâmica contrastante fica evidente quando analisamos que até o atual momento, nenhum dos 23 territórios indígenas e afrodescendentes que compõem a Costa Caribe nicaraguense, tem concluído o processo de *saneamiento*. Desta forma, constatando dezessete

[285] Cf. GÓMEZ ISA, 2017, p. 79; 82 e CUPPLE; GLYNN, 2018, p. 21-22.
[286] GÓMEZ ISA, 2017, p. 79.
[287] Cf. Ibid., p. 80. Este caso também foi mencionado no Capítulo I.
[288] WIGGINS, 2006, p. 80.
[289] CUPPLE; GLYNN, 2018, p. 21.
[290] Cf. Capítulo I.
[291] Cf. CUPPLE; GLYNN, 2018, p. 21.

anos, sem finalizar a plena regularização dos respectivos territórios etnicamente conformados, desde a publicação oficial da mesma lei. Isto quer dizer que mesmo com os títulos de *propiedad comunal*, os *costeños* não possuem total controle sobre seus territórios, o que têm facilitado a invasão massiva por parte de *terceros*. Ou seja, os títulos não garantem a proteção dos habitantes oriundos dos territórios etnicamente configurados, tampouco da devastação dos seus recursos naturais, situação que salienta, igualmente, a violação dos direitos à autodeterminação quanto a seus modos de viver.

A primeira comunidade da Região Autônoma a receber o título do seu território foi *Awas Tingni*, em 2008, principalmente devido à sentença da Corte IDH. O próximo passo teria sido o processo de *saneamiento*[292], objetivando identificar e caracterizar a presença de *terceros* ou não indígenas no respectivo território, na intenção de procurar uma solução apropriada, consoante os critérios legais que asseguram os direitos territoriais dos povos indígenas[293]. Não obstante, desde 2009 a comunidade *Awas Tingni* apresentou sete solicitações formais para a implantação do procedimento de *saneamiento*[294], seguindo as normas da Lei N° 445, porém até o presente ainda não tem recebido nenhuma resposta por parte das instituições ou representantes estatais responsáveis. Nesse ínterim, os *Mayangna* procuraram um apoio de organizações internacionais para elaborar relatórios que caracterizam os *terceros*, no intuito de impulsionar o processo de *saneamiento*, o que deveria ter sido o bastante para levar a cabo sua conclusão.

Um desses relatórios elaborado em maio de 2012[295] demonstrou um drástico aumento de *terceros* no Território *Amasau*, pertencente aos *Mayangna* de *Awas Tingni*. Este destacou que 91% do mesmo território tinha sido ocupado por *terceros*, constituindo 67.375 hectares da *propiedad comunal* ilegalmente apropriada[296]. Para efeitos de comparação, o *Diagnóstico de Tenencia y Uso de la Tierra de la Comunidad Mayangna de Awas Tingni*, publicado em 2003, como um dos requerimentos para o processo demarcatório, evidenciou que havia: "(...) ***41*** *familias de colonos provenientes del área de Rosita, Bonanza, Siuna, y hasta Río Blanco y Matiguas. Ellos son mestizos más o menos nuevos en el área, sin documentos ninguno (...)"* (CIDCA-UCA, 2003, p. 184;186). Porém, no relatório de 2012 esta quantidade já havia

[292] Cf. GÓMEZ ISA, 2017, p. 81.
[293] Ibid., p. 83.
[294] Informações concedidas em entrevista por Larry Salomón, em 12/1/2018; indígena *Mayangna*, que era o presidente do governo territorial do Território *Amasau*, da comunidade *Awas Tingni* em 2009, e atua como assessor legal da comunidade atualmente.
[295] Cf. *CARACTERIZACIÓN Jurídica de Terceros en el Territorio Ancestral de la Comunidad Mayangna de Awas Tingni-AwasTingni Mayangnina Sauni Ûmani (AMASAU).* **ALMACIGA**; **AECID**, mai. 2012.
[296] Cf. GÓMEZ ISA, 2017, p. 85.

aumentado para **424** famílias de *terceros*, ou 1.916 habitantes *mestizos*, ilicitamente assentados no Território *Amasau*. Ou seja, de acordo com os dados concretos, dentro de nove anos, a grande maioria do território pertencente aos indígenas *Mayangna*, estava irregularmente ocupado por não indígenas, mesmo após a sentença da Corte IDH e a suposta instalação da Lei N° 445. Esta situação vem piorando desde 2012. As informações apresentados aqui confirmam a velocidade do incremento de *mestizos-colonos* invadindo o território, enquanto o Estado não cumpre com a etapa de *saneamiento*[297], tampouco impede a ocupação ilegal. Isto é, uma dinâmica que vem se repetindo por toda a Região Autônoma da Costa Caribe nicaraguense, e com o passar do tempo vem incitando violências entre indígenas e *colonos* de maneira contundente até o atual momento.

A perspectiva dos defensores de direitos humanos e outros intelectuais da RACCN, referente aos conflitos sociais vinculados ao processo demarcatório

Entrevistei diversos agentes sociais na RACCN, a partir de agosto de 2017, que estavam diretamente envolvidos no caso de *Awas Tingni*, no processo da construção e implementação da Lei N° 445, assim como nas diversas tentativas de dialogar com o Estado, no intuito de solucionar a execução do processo de *saneamiento*. Minha intenção era compreender a situação de conflitos vinculada a esse procedimento, ao mesmo tempo, verificar a possibilidade de conhecer algumas comunidades indígenas em áreas do conflito, objetivando coletar dados etnográficos correspondentes ao assunto. Neste sentido, fez parte da pesquisa empírica em si, concomitantemente constituiu uma preparação para ir ao campo nas próprias comunidades rurais indígenas, no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, e posteriormente nas idas pontuais à comunidade *Mayangna*, *Awas Tingni*, bem como alguns assentamentos de *mestizos-campesinos*, comumente classificados como *colonos*, em territórios indígenas. Desta forma, cabe ressaltar que a maioria das pessoas com as quais conversei pertenciam à etnia *Miskitu*, mas ainda dialoguei com pessoas da etnia *Mayangna*, *Creole* e *mestizo* na RACCN. Mesmo que algumas fossem profissionais com uma formação acadêmica em nível superior, em sua maioria, a língua espanhola era sua segunda ou terceira língua, da mesma forma que tampouco é a minha primeira língua. Este fator linguístico se reflete nas entrevistas apresentadas.

[297] Ibid., p. 85.

Como foi destacado[298], enquanto preparava para esta fase da pesquisa empírica, tive bastante interesse em dialogar com os representantes do *Centro por la Justicia y los Derechos Humanos de la Costa Atlántica de Nicaragua*-CEJUDHCAN. A princípio isto era porque muitas das notícias jornalísticas a respeito dos conflitos entre indígenas e os *colonos* no norte caribenho, mencionaram os advogados do CEJUDHCAN, que atuavam em defesa dos direitos humanos e territoriais indígenas e de afrodescendentes. Ao aprofundar o assunto, percebi que a equipe do CEJUDHCAN estava envolvida em diversas apelações jurídicas que tratavam da situação de conflitos territoriais referidos e que solicitavam a interferência da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, nomeadamente "medidas cautelares", para garantir a proteção da integridade física dos respectivos indígenas[299].

Tive a oportunidade de entrevistar formalmente três representantes do CEJUDHCAN, além de manter um diálogo com outros técnicos da mesma ONG local, no decorrer do meu trabalho de campo na RACCN. Estas pessoas foram interlocutoras-chave, no sentido de me ajudar compreender as tensões sociais realçadas, fornecer contatos e dados relevantes, além de facilitar as condições para conhecer as quatro comunidades do povo *Miskitu*, do Terriório *Wangki Twi-Tasba Raya*, denominadas: *Wisconsin, Esperanza-Río Wawa, Santa Clara* e *Francia Sirpi*. Estas comunidades chamaram muito a atenção nas notícias públicas sobre os conflitos sociais com *colonos*, levando a extrema violência, especialmente quando a tensão social culminou em 2015, incitando deslocamentos de famílias indígenas para Honduras e até a cidade de Bilwi-Puerto Cabezas (RACCN). Ademais, foram as primeiras comunidades indígenas na RACCN a serem beneficiárias das medidas de proteção supracitadas, obrigando o Estado da Nicarágua a se responsabilizar pela integridade física dos respectivos indígenas, conforme a decisão da CIDH[300].

Neste contexto, entrevistei o Sr. Delvin Rosálio Colomel, indígena *Miskitu*, que começou a trabalhar no CEJUDHCAN a partir de 2007, como técnico, comunicador e advogado, acompanhando inicialmente a implementação da Lei N° 445 e até hoje tratando de diversas situações sociais nos territórios indígenas, tal como afrodescendentes. Do mesmo modo, registrei a fala da Sra. Juana Bilbano Webster, indígena *Miskitu*, diretora executiva do CEJUDHCAN, responsável pela administração institucional, além de auxiliar com os casos

[298] Cf. Introdução.
[299] Cf. *COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos Resolución 37/15, Medida Cautelar No. 505-15, Pueblo Indígena Miskitu de Wangki Twi-Tasba Raya respecto de Nicaragua, 14 de octubre de 2015*; entre outras resoluções e decisões da Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos, também disponíveis na página virtual do CEJUDHCAN, na seção intitulada "*jurisprudencia*", disponível em: <https://cejudhcan.wixsite.com/cejudhcan/jurisprudencia>.
[300] Ibid., *Resolución 37/15, Medida Cautelar No. 505-15, 14 de octubre de 2015*.

legais, pois ela também atua como advogada desde a fundação do mesmo. A Dra. Lottie Cunningham, indígena *Miskitu*, é a fundadora e presidente do CEJUDHCAN, portanto, sua experiência é proeminente, pois vem se dedicando aos processos jurídicos em referencia à Região Autônoma, há muito tempo. Ela e a Sra. Juana Bilbano participaram como integrantes da equipe de advogados do caso de *Awas Tingni* vs. Nicarágua, como membros do *Grupo Jurídico Internacional de Derechos Humanos* sediado em Washington (EUA), que criou um gabinete na Costa Caribe nicaraguense, em 1997. Após a sentença de 2001 da Corte IDH, em relação à comunidade *Awas Tingni*, a Dra. Cunningham ficou responsável por representar esta comunidade indígena e proceder com a negociação dos critérios da criação da Lei N° 445 posteriormente.

Quando o mencionado Grupo Jurídico Internacional cumpriu e concluiu sua proposta no país (1997-2003), a mesma advogada decidiu fundar o CEJUDHCAN, em 2003. Ela me explicou que sentiu a necessidade de dar seguimento aos compromissos estabelecidos com a comunidade *Awas Tingni* e o processo legal no seu sentido mais amplo. Ou seja, acompanhar a instalação da Lei N° 445, em concordância com os critérios determinados no julgamento da Corte IDH, que dizem respeito às comunidades indígenas e étnicas em todo o Caribe nicaraguense. Por isso, ela e seus colegas pediram um apoio do Grupo Jurídico Internacional, visando se tornar uma ONG local, concentrado em direitos humanos e coletivos, no tocante de incidir em políticas públicas a favor dos povos indígenas e afrodescendentes.

Segundo a Dra. Lottie Cunningham, para negociar como seria a Lei N° 445:

> *(...) tenía que articular a la sociedad civil tanto las dos universidades para que ellos [los comunitarios] se apropiaran de los espacios, de diálogos, seminarios, de acceder a la información y que la gente, porque CEJUDHCAN siempre ha sido una organización pequeña así que lo que tratamos es de articular, establecer consorcios, alianzas.* (Entrevista: Dra. Lottie Cunningham, Bilwi-Puerto Cabezas/RACCN, 4/1/2018).

Ambas a Dra. Lottie Cunningham e a Sra. Juana Bilbano explicaram-me que inicialmente a comunicação e articulação relevante à implementação da citada norma constitucional, com as autoridades responsáveis e a sociedade civil, incluindo os Conselhos Regionais e a CONADETI, foram razoavelmente exitosas: "*Por lo menos se coordinaba*"[301]. Entre 2002 a 2005: "*nosotros trabajabamos ahí, habia diferença*"[302]. Havia tensões e

[301] Informação verbal: Juana Bilbano, Bilwi, 14/8/2017.
[302] Informação verbal: Juana Bilbano, Bilwi, 14/8/2017.

discriminação, mas em geral mantinham: "*una relación de complementariedade*"[303]. Até os meandros de 2010, eles conseguiram trabalhar conjuntamente, objetivando a exitosa operacionalidade da Lei N° 445, com a participação constante dos membros das comunidades indígenas e étnicas. Mas a partir desse ano (entre 2009-2010), a Dra. Lottie disse que: "*se empezó a sentir el cierre de los espacios en torno a eso e incluso las articulaciones*"[304]. Conforme estas interlocutoras o processo começou a "se politizar" e se tornar cada vez mais complicado.

Em consonância com a Sra. Juana Bilbano:

> *(...) no es como ahora que tanta obediencia a los partidos políticos, sino qué por lo menos se veía un poquito de interés de las comunidades, trabajaba de acuerdo con los intereses de las comunidades, sino ahora que hay mucho interés de cumplir a un partido para hacer una campaña, o sea, todo lo que hace pensando en una campaña o pensando en los votos, o pensando lo que quiere el partido, verdad. En eso entonces no había tanto…* (Entrevista: Sra. Juan Bilbano, Bilwi-RACCN, 14/8/2017).

Ao discutir os critérios da *Ley del Régimen de Propiedad Comunal*, os advogados internacionais e diversos profissionais que participaram do processo apontaram o fato que geralmente a etapa chamada de *saneamiento*, em outros casos comparáveis, era definido como o segundo ou terceiro passo nos procedimentos demarcatórios e logicamente a titulação concluía o processo[305]. Entretanto, na negociação com o Estado, acabou sendo colocada como a última etapa na aprovação da referida legislação, mesmo não sendo o desejo da maioria dos indígenas ou afrodescendentes. Desta forma, a Sra. Juana se lembra da interação com membros das comunidades indígenas, especialmente os mais idosos que formam parte dos Conselhos de Anciãos[306], quando foi apresentado o resultado da nova Lei N° 445, referente à demarcação e delimitação dos territórios.

> *(...)Los Consejos de Ancianos no querían que hiciera demarcación por territorio, porque ellos siempre ha pedido la demarcación de La Mosquitia, (...) todo el territorio y decían eso que: "ustedes pidieron como que queque, así, así", los líderes dice, todos los que participaron: "eso va provocar conflicto" dice, "va haber más invasión"... Yo me acuerdo, el anciano todavía está vivo, el día en que nosotros reunimos a decir a las organizaciones no-gubernamentales, a los movimientos indígenas sobre la aprobación de la ley y que dice la ley, y el anciano*

[303] Informação verbal: Lottie Cunningham, Bilwi, 4/1/2018.
[304] Informação verbal: Lottie Cuninngham, Bilwi, 4/1/2018.
[305] Informação verbal: Juana Bilbano, Bilwi, 14/8/2017.
[306] Os *Consejos de Ancianos* (Conselhos de Anciãos) fazem parte da liderança das comunidades indígenas, ajudando a aconselhar os principais líderes na tomada de decisões, que dizem respeito à coletividade. No entanto, na última década, conforme os agentes sociais, este sistema tradicional vem perdendo sua relevância com as mudanças incitadas pela interferência de partidos políticos na dinâmica *comunal* e territorial.

> *Otis Lam*[307] *se levantó y dijo que: "¿porque que lo quieren hacer como queque… y no lo piden la demarcación del territorio como La Mosquitia?"*
>
> *(…) Eso era que dice es la demanda inicial, porque dice en los años 80 eso es lo que pedían, eso era y ahora dice: va haber conflicto entre indígenas, porque entre las comunidades indígenas no hay frontera, para ustedes como esta ley va establecer frontera y también dice en nuestros territorios nunca el gobierno ha intervenido a ver TODO, todo, por el abandono que nos tiene y no lo conocen perfectamente lo que tenemos, pero ahora con esa participación de INETER*[308]*, MAGFOR*[309]*, todas las instituciones que va estar involucrados en CONADETI, en el proceso de demarcación va caminar y los van a ver de todo y ahora van descubrir nuestra riqueza y todo eso, porque los van a tener en un mapa cuales son las áreas donde están los recursos, donde están a las comunidades, y eso puede provocar en el futuro un conflicto mayor.*
>
> *Y yo me acuerdo que la Doctora Lottie le dijo: "¿Bueno que prefieren? Comer todo el queque va a ser más difícil de que ir comendo en pedazo y pedazo". Así la respondió porque* ***tampoco nosotros pensábamos que iba incrementar la invasión, pensábamos que la Ley 445, que la Ley de Régimen de Propiedad Comunal lo va disminuir la invasión del colono,*** *porque como hay un mecanismo que le va dar la seguridad jurídica a la propiedad comunal, pues va a ver una regulación. Eso es porque para las comunidades aunque tenga papel o no tenga papel ellos son los dueños de la propiedad. Porque en el caso Awas Tingni lo probó eso, que Awas Tingni era dueño de su propiedad comunal de la área que reclamaba y solo demostró en juicio porque el Estado de Nicaragua decía que son tierras nacionales porque Awas Tingni no tiene título y por lo tanto no es de él, y con el derecho ancestral lo demostró que no es necesariamente tener título, ellos son los dueños de la propiedad y por eso que los ancianos decían: "¿y porque quieren pedir título al Estado? porque eso era de nosotros y al momento que pide título al Estado es como que era del Estado, mientras aquí no hay propiedad estatales, no hay propiedad nacionales, no hay propiedades municipales, todas esas figuras de que habla en los otros departamentos".*(Entrevista: Juana Bilbano, Bilwi-RACCN, 14/8/2017).

A visão dos anciãos era bastante relevante e tem base na sua experiência histórica, especialmente durante a guerra entre "contras" e sandinistas dos anos 80. Sabe-se que os indígenas e afrodescendentes que lutaram naquela época estavam reivindicando a Costa *Mosquitia* na sua integridade. Essa luta se baseava na necessidade do regime sandinista daquele tempo, reconhecer a autonomia desses povos, incluindo sua maneira de viver, sobretudo, sua ocupação territorial tradicional. Mas na contemporaneidade, os indígenas mais experientes perceberam que com este processo, o mais recente regime governamental iria conseguir conhecer e controlar os territórios dos *costeños* por outra via, demarcando, ou

[307] Em 12/8/2017, tentei entrevistar o referido ancião, Otis Lam, mas ele já tem 96 anos e tem a doença de Alzheimer, então sua memória e condição de saúde impediu a possibilidade de confirmar tais informações. Entretanto, diversos agentes sociais o mencionaram como exemplo de um dos anciãos que estavam contra esta forma de demarcação ocidental, que rompia com as formas tradicionais de sua territorialidade.
[308] *Instituto Nicaragüense de Estudios Territoriales* (INETER).
[309] *Ministerio Agropecuario y Forestal* (MAGFOR).

melhor, separando as comunidades indígenas e étnicas, conforme concepções ocidentais de delimitação. Iria alcançar este objetivo por meio das instituições vinculadas diretamente ao Estado, como a Oficina de Titulação Rural (OTR), o Ministério Agropecuário de Estudos Territoriais (MAG-FOR) e o Instituto Nicaraguense de Estudos Territoriais (INETER), entre outras integradas na estrutura da Comissão Nacional de Demarcação e Titulação (CONADETI), criada a partir da Lei N° 445. Desta forma, mapeando e facilitando o acesso aos recursos naturais pertinentes, se intrometendo nas comunidades caribenhas e seus respectivos territórios coletivos de modo que futuramente poderia "provocar conflitos".

Os indígenas e comunidades étnicas, de modo geral, não usam cercas ou barreiras para separar suas áreas de uso voltadas para sua sustentação diária. Anteriormente nunca existia uma necessidade de demarcar ou delimitar estas áreas entre tais comunidades, porque todos conhecem suas terras de forma tradicional e andam livremente sem necessidade de disputas territoriais entre si, tampouco de devastar as áreas de mata onde caçam ou onde há rios em que pescam. Em outros termos, as terras tradicionalmente ocupadas constituem espaços coletivos, onde os membros das citadas comunidades possam utilizar o que precisam para sua sobrevivência de modo culturalmente distinto, sem causar danos às outras comunidades ou destruir por completo a natureza. Os indígenas em geral, também não sentem a necessidade de produzir a terra ou território na sua integridade, mas apenas usar pequenas áreas de cultivos para suas necessidades familiares ou produção para o mercado, o que igualmente contribui para a preservação de grandes áreas de florestas.

Sua concepção territorial se diferencia significativamente dos *colonos*, os quais procuram ocupar e delimitar uma área para torná-la privada. Tais áreas são distinguidas frequentemente pelas cercas, assim mantendo pleno controle sobre a mesma, em virtude dos seus interesses inteiramente individuais e na produção econômica. Com esta lógica, os *mestizos* conceituam terra como um objeto que pode ser vendido, comprado, negociado, produzido, destruído, até mesmo sendo descartável – quando, por exemplo, perde sua utilidade por ter sido devastada demais por causa da criação de gado. Em contraste, um território indígena ou afrodescendente abrange *tierras comunales* e um modo de viver que vai além do econômico ou de um mero objeto. Um território etnicamente configurado, isto é, uma territorialidade específica[310], constitui a memória social do povo, geração após geração, sua

[310] Cf. ALMEIDA, 2008.

relação com a natureza, suas formas culturais e espirituais de viver e enxergar o mundo. Por isso, a lei destaca que:

> Los indígenas por el hecho de su propia existencia tienen derecho a vivir libremente en sus propios territorios; la estrecha relación que los indígenas mantienen con la tierra debe de ser reconocida y comprendida como la base fundamental de sus culturas, su vida espiritual, su integridad y su supervivencia económica. Para las comunidades indígenas la relación con la tierra no es meramente una cuestión de posesión y producción sino un elemento material y espiritual del que deben gozar plenamente, inclusive para preservar su legado cultural y transmitirlo a las generaciones futuras. (Sentença da CIDH, 2001, art. n° 149).

Retornando à reflexão sobre a fala dos anciãos indígenas, eles também temiam a delimitação que vinha com a implementação da Lei N° 445, porque poderia incitar tensões sociais entre as próprias comunidades indígenas e étnicas, já que nunca houve uma necessidade de definir fronteiras físicas entre elas. Ou seja, no fundo, o perigo se tratava de uma forma de dividir para conquistar, típico dos modos de dominação do Estado-nação no passado e no presente[311], o que também tem a ver com o processo de territorialização[312]. Ademais, o próprio título de *propiedad comunal* constitui um instrumento legal necessário na concepção de culturas dominantes, ocidentais. Não obstante, para os indígenas, essa classe de instrumento jurídico nunca fez parte da sua cultura e não mudava o fato de que eles sempre foram e são os legítimos donos dos territórios que tradicionalmente ocupam, independentemente de possuir qualquer documento que comprove isso. Fato que é igualmente amparado na sentença da CIDH, de 2001, precedência sob qual a Lei N° 445 fundamentalmente se baseia, como mencionado anteriormente[313].

A crítica dos anciãos quanto ao título de *propiedad comunal* que seria dado pelo Estado consiste nesta mesma contradição − que o aparato estatal não possui legitimidade para dar algo aos indígenas, que já pertenciam a eles desde o princípio. Considerando esta percepção, a Sra. Juana Bilbano conta a razão dos advogados com referência ao citado instrumento jurídico.

> *Bueno, había muchos analices y eso, pero nosotros como de ese entonces como abogados, como que trabajábamos en la parte legal pensamos que esa parte, claro es el dueño, sin embargo necesita ese documento que pueda regular, que pueda hacer su denuncia, que puedan desalojarlo a las empresas que entre sin*

[311] Neste sentido, os anciãos previram o futuro, porque de fato houve conflitos a respeito das delimitações territoriais, como veremos adiante, correspondente ao conflito entre o Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, do povo *Miskitu* e o Território *Amasau*, pertencente ao povo *Mayangna.*
[312] Cf. OLIVEIRA, 1999.
[313] WIGGINS, 2006, p. 92-93.

> *consentimiento en las comunidades y que mejorara sus negociaciones en la hora de hacer convenios o concesiones sobre sus recursos. Todo eso pues pensábamos que iba a mejorar, pues eso lo que pasó con la Ley 445 ¿verdad? que hoy en día pues ya cuentan con 23 territorios con sus títulos de propiedad, pero le hace falta el saneamiento territorial, que eso es lo que está provocando ahorita por falta de no hacer eso, pues es lo que está provocando el conflicto entre terceros - colonos y terceros (...).* (Entrevista: Sra. Juan Bilbano, Bilwi-Puerto Cabezas, 14/8/2017).

Analisando a perspectiva dos indígenas mais experientes, em comparação com os advogados, no tocante dos princípios da Lei N° 445, é possível perceber que se trata de uma situação sem solução satisfatória, porque as comunidades indígenas e étnicas sofrem consequências se não possuem um respaldo legal, devido à dominação estatal e *mestiza*. Mas por outro lado, a própria lei lhes causa sérios problemas, pois ainda que ampare os critérios consuetudinários, acaba modificando as formas tradicionais de ocupar e conviver nos seus territórios, o que as deixam vulneráveis do mesmo modo. Isto porque a base de leis ou sistemas jurídicos no seu sentido mais amplo fundamente-se, de qualquer maneira, em preceitos ocidentais desde seu princípio.

Tratando da mudança do sistema territorial tradicional dos indígenas e afro-caribenhos, a Dra. Lottie Cunningham esclareceu que as respectivas alterações dessa dinâmica, também foram impostas pelo Estado, de forma imprevista.

> *Con el proceso de implementación de la ley 445 el gobierno forzó a las comunidades mancomunarse (...), mancomunada es territorio, es una propiedad territorial pero comunal es UNA comunidad. Sin embargo, ellos impusieron, porque uno de los argumentos del Estado fue que ellos no tenían suficiente dinero para los 304 comunidades indígenas y yo me acuerdo que yo me pelee incluso con Brooklyn [Rivera], porque él era el presidente de la Comisión de Asuntos Indígenas y Étnicos en la Asamblea Nacional, y yo le dije a él: pero el Estado si puede dar millones de reforma agraria y millones de propiedad privada, le tiene que dar el mismo trato a la propiedad comunal, porque para mí lo que estaba haciendo el Estado, es imponer eso para poder tener un control geopolítico y económico.* (Entrevista: Lottie Cunningham, Bilwi, 4/1/2018).

De acordo com a perspectiva da advogada, ao invés de proceder com a demarcação e titulação, conforme a tradição e costumes das comunidades indígenas e étnicas, como estabelecido na Lei N° 445, os representantes estatais decidiram juntar diversas comunidades sob um único título territorial, mesmo que isto contrariasse a dinâmica territorial tradicional dessas. Deste modo, ao invés de titular 304 comunidades, iriam dar título a apenas 23 territórios em toda a Região Autônoma. A ideia por trás disso, era que em vez de ter que lidar

com os líderes indígenas dos *gobiernos comunales*, apreciados como as principais autoridades tradicionais[314], o governo central iria interagir diretamente com as autoridades dos governos territoriais[315] (estes que não são necessariamente estruturas tradicionalmente existentes). Assim, desde o início deste processo as estratégias do poder estatal começaram a desestabilizar o sistema *comunal*, de maneira proposital. Isso eventualmente iria facilitar a monopolização dos recursos naturais nos territórios etnicamente constituídos, por parte do Estado e *mestizos* com poder econômico, mormente representantes de partidos políticos, como veremos mais adiante. Desta forma, a compreensão dos anciãos, já sublinhada, tinha fundamento, pois com o processo demarcatório a intervenção do Estado na dinâmica territorial se intensificou de modo determinante.

A advogada indígena continua explicando que:

> *Eso fue impuesto, las comunidades no estaban de acuerdo en el proceso de demarcación, es que los presionaron: o aceptar el título con ellos [representantes del Estado] o te quedas solo ahí. (...) El Estado empezó a crear por incluso los partidos políticos se sirvieron a eso, donde el Estado empezó a crear procesos así, asambleas [con las comunidades] que decía: bueno tienes que mancomunarte (...).* (Entrevista: Lottie Cunningham, Bilwi, 4/1/2019).

A Dra. Lottie apontou-me que existiam conjuntos de comunidades que constituíram territórios tradicionalmente ocupados. De fato, nestes casos os indígenas ocuparam uma grande extensão territorial conjuntamente, constituindo sua maneira de ocupação tradicional existente antes da criação da Lei N° 445. Da mesma maneira, outras comunidades viviam autônomas, isto é, separadas de outras comunidades indígenas ou étnicas, com suas próprias áreas de uso comum pertencentes, igualmente concebendo seu modo de ocupação tradicional. Por isso, os governos territoriais foram contemplados na *Ley del Régimen de Propiedad Comunal*, porque segundo os critérios consuetudinários, os grupos étnicos da Costa Caribe podiam demarcar e titular suas terras de acordo com suas próprias formas de territorialidade ou modos de viver existentes anteriormente a qualquer decreto legal, sem a interferência nessa dinâmica do Estado.

---

[314] Cf. Lei N° 445, Capítulo I, artigo n° 3, referente à *Autoridade Comunal Tradicional.* Estas autoridades são consideradas aquelas que têm maior poder decisivo tradicionalmente, a respeito dos interesses coletivos de cada comunidade étnica ou indígena, mesmo diante dos líderes dos governos territoriais, pois os interesses em referência aos territórios coletivos dependem do consenso dos membros das comunidades que os compõem.

[315] De acordo com a Lei N° 445, Capítulo I, artigo n° 3, a: "Autoridad Territorial es la autoridad intercomunal, electa en la asamblea de autoridades comunales tradicionales, que representa a un conjunto de comunidades indígenas o étnicas que forman una unidad territorial, elección que se realizará conforme a los procedimientos que adopten".

> **Dra. Lottie**: *El gobierno territorial está dentro de la ley, pero se puso porque ya existían gobiernos territoriales, de acuerdo a la tradición (...).*
>
> **Helen**: *¿Entonces se cambió la dinámica cuando se pusieron todas las comunidades dentro de un territorio cuando no era así antes?*
>
> **Dra. Lottie**: *Por supuesto que ya cambia todo, porque ya el que negocia para las concesiones de los proyectos ya no son los comunales, son los territoriales. (...)Nosotros lo pusimos en la ley que la demarcación puede ser de acuerdo a las costumbres, pero* ***no sabíamos que el Estado iba a imponer que todo el mundo fuera mancomunado****, no sé si me explico, no es que el Estado puso todo, nosotros sabíamos que hay varios mancomunados gobiernos territoriales, pero había muchos más comunales que territoriales, tal vez había como 180 comunidades solo, serían 180 títulos. Y tal vez el resto hubiera sido mancomunado, pero no, el Estado dijo no hay dinero para ir comunidad por comunidad, así que eso fue. El Estado dijo que no había suficiente financiamiento, para hacer esos 5 pasos en cada comunidad, (...) porque tenía que hacer el diagnostico de cada comunidad y no. Sin embargo, el de Awas Tingni sí que le exigimos porque estaba la sentencia de la Corte [IDH], había una fuerza mayor ahí, yo les decía a ellos [los representantes del Estado], pero es que esto usted no lo puede hacer así, porque esto no es que una voluntad tuya que es una sentencia (...).* (Entrevista: Lottie Cunningham, Bilwi, 4/1/2018).

Como indica a entrevistada, o Estado criou este método de territorialização, supostamente porque iria possibilitar a conclusão das cinco etapas de regularização dos territórios caribenhos. Mas, como já sabemos, isso nunca aconteceu, porque nenhum território conseguiu finalizar o processo com a quinta etapa do *saneamiento*. Este novo preceito territorial iria facilitar possíveis concessões para o uso dos recursos naturais, entre diversos interesses econômicos vinculados ao Estado, correspondentes às territorialidades específicas[316] que compõem a Costa Caribe nicaraguense, via a sabotagem dos *gobiernos comunales* e a manipulação dos governos territoriais. Considera-se nesta dinâmica, que o processo de territorialização, na concepção de Oliveira (1999), compreende a forma que o Estado vem instituindo um controle político-administrativo sobre tais territórios, através da divisão de unidades geográficas, de modo hierárquico. Neste contexto, a hierarquia consiste no fato que o aparato estatal prioriza as classificações *mestizas* de propriedade, especialmente propriedade privada e nacional, ao invés de reconhecer as *propiedades comunales*, com o mesmo critério prioritário. E conforme esta lógica segue dividindo os territórios da maneira mais conveniente para seus objetivos.

Na época da colonização (no contexto brasileiro), tal processo demonstrava a forma que o Estado-nação favorecia os interesses econômicos dos colonos, ao mesmo tempo em que

[316] Cf. ALMEIDA, 2008.

estabeleceu a assimilação da população etnicamente diferenciada[317]. O processo de territorialização continua em curso até a atualidade, pois se trata das formas que os territórios são constantemente modificados ao longo do tempo, mediante os interesses do poder estatal. Desta maneira, pode-se dizer que na Nicarágua, as mesmas ideologias colonialistas, incluindo o racismo cultural e institucional, que levam a mecanismos de integração e assimilação, notadamente por motivos econômicos, persistem no seu modo de administrar os territórios indígenas e de afrodescendentes presentemente. Portanto, o processo de territorialização confirma a percepção da Dra. Lottie, que vislumbra a estratégia de juntar as comunidades indígenas e étnicas, sob um único título, consiste numa forma de: "*tener un control geopolítico y económico sobre los pueblos indígenas* (...)"[318].

Seguindo com a experiência no transcorrer do processo de instauração da Lei N° 445, a Sra. Juana Bilbano contou-me que depois de 2010:

> *(...) la mayoría de los territorios reciben sus títulos y al momento de recibir su título los comunitarios feliz, contento porque le dijo que con eso puede demandar, con eso puede desalojar, con eso puedes acompañar la policía, el Procurador o en los juzgados. (...) Awas Tingni ya tenía un diagnostico que había hecho con el apoyo financiero de una organización, que fue una colombiana que vino hacer un diagnóstico de caracterización jurídica de los terceros, que ahí decían quiénes son/están ahí, cuantas tierras están ocupando, que actividad están realizando y con eso Awas Tingni presentó y invitó al Procurador General de la República (PGR), hizo gran reunión en la Casa del Gobierno y le presentó ahí y el Procurador dijo: "bueno, nosotros vamos iniciar el saneamiento territorial y que se va resolver". Bueno, hasta la fecha [nada], así que hay comunidades que me dicen: "me engañaron con el documento" y nos dicen con estas palabras mismo– "guatusa", guatusa significa, "me mintieron' con el documento, que tenemos un documento que para nosotros como que no tiene efecto jurídico porque no podemos hacer nada". Así que el derramamiento de sangre empezó de 2007, de 2011, empezó a morir los comunitarios. Entonces, la Ley 445 se empieza a revisar, no tiene procedimiento que nos diga que como tienes que hacer el saneamiento territorial.* (Entrevista: Juana Bilbano, Bilwi, 14/8/2017).

Esta narração demonstra como os mencionados *costeños* ficaram iludidos com a ideia de que, com o título formal de *propiedad comunal*, eles iriam ter um amparo legal para proteger e controlar seus territórios e respectivos recursos naturais. Do mesmo modo, a postura dos representantes do Estado, a exemplo do Procurador Geral da República, Hernán Estrada, em enganá-los, com uma falsa pretensão de seguir com o *saneamiento*, deixou os indígenas e afrodescendentes cada vez mais desconfiados das intenções dos mesmos agentes estatais. O não cumprimento deste passo fundamental provocou as situações de violências

[317] Cf. OLIVEIRA, 1999, p. 18.
[318] Informação verbal: Lottie Cunningham, Bilwi, 4/1/2018.

entre indígenas e os *mestizos-colonos*, ou seja, o "*derramamiento de sangre*", em virtude dos conflitos territoriais. Tal conjuntura fez com que os agentes sociais comprometidos com a garantia do processo demarcatório, refletissem sobre o fato que a *Ley del Régimen de Propiedad Comunal* não explica os passos específicos para realizar o *saneamiento*, aspecto jurídico que dificulta a sua efetivação, em face da falta de interesse e transparência das autoridades estatais responsáveis quanto a este dilema.

Neste sentido, entrevistei o Sr. Larry Salomón, indígena *Mayangna*, da comunidade *Awas Tingni*, que era o jovem presidente do governo territorial, do Território *Amasau*, a partir de 2009. Atualmente ele exerce a função de assessor jurídico da comunidade e tem auxiliado em construir novas propostas para efetuar o processo de *saneamiento*. No depoimento que segue, indaguei-o sobre a postura do referido Procurador Geral da República e a resposta do Estado quanto a este procedimento.

> **Helen***: Usted me dijo que el Estado, que ustedes le entregaron varias veces la propuesta, pero ¿ellos no quieren seguir la propuesta o cuál es el problema?*
>
> **Sr. Larry***: Obviamente el Estado como te lo dije, no se siente muy comprometido hasta el momento.*
>
> **Helen***: Pero, ¿por qué? ¿Cuáles son las excusas que ellos tienen por ejemplo? Los representantes del Estado.*
>
> **Sr. Larry***: Sí, es lo que hablan: "Sí, lo vamos hacer, los vamos a acompañar, pero que veamos en otro momento". Se programa la fecha. No llegan, así pues* ***táctica dilatoria****, pero el Estado expresamente no ha dicho: "No puedo, no queremos hablar de ese tema". No ha dicho hasta el momento el Estado o las instituciones del Estado, se han mostrado de tener voluntad de que: sí, que sí, que sí, pero ahí sigue. Por eso te digo excusa, excusa.*
>
> **Helen***: Y ¿cuántas veces ustedes intentaron reunirse con gente del Estado para tratar de ese tema?*
>
> **Sr. Larry***: (...) esfuerzos, acciones desde el 2009 cuando yo fui presidente, presentamos siete solicitudes al Estado para implementar el tema de saneamiento.* (Entrevista: Larry Salomón, Bilwi, 12/1/2018).

A "tática dilatória" salientada pelo indígena é justamente uma estratégia do poder estatal que consiste em enganar os interessados, ao protelar os processos burocráticos ou jurídicos que, neste caso, concernem concluir o *saneamiento*, ao máximo possível. Tal estratégia funciona para enfraquecer os esforços dos agentes sociais em acionar a lei, o seus direitos constitucionais, diante do sistema estatal, mas, sobretudo, levando-os a esgotar todos os recursos legais possíveis.

Considerando os empecilhos ao processo de *saneamiento* já apontados, perguntei a diversos entrevistados sobre suas opiniões a respeito desta etapa sendo definido como o último passo demarcatório conclusivo. Será que se equivocaram neste aspecto? Poderia ter sido diferente? Todos concordaram que em retrospectiva, não havia um problema tão intenso com a invasão ilegal dos concernentes territórios até depois da instalação da Lei N° 445. Por isso, não foi apreciado como o dispositivo legal mais importante entre os outros naquele momento.

Tratando desse aspecto, destaca-se a experiência do Sr. Brooklyn Rivera, que participou como testemunho qualificado durante as audiências do caso *Awas Tingni* vs. Nicarágua, além de ter acompanhado a construção e instauração da *Ley de Régimen de Propiedad Comunal*. Ele tem uma posição que transita entre indígena *Miskitu*; líder máximo do partido e organização indígena, YATAMA; assim como deputado do Congresso Nacional, ou seja, a partir da sua função dentro do Estado. O Sr. Brooklyn é uma das pessoas que perguntei sobre a lógica da ordem das etapas demarcatórias decididas.

> **Helen**: *¿Usted cree que fue un error poner la titulación como etapa antes de hacer el saneamiento, de entregar los títulos antes de hacer o tener hecho el saneamiento?*
>
> **Sr. Brooklyn***: Podría haber sido, tal vez en esa primera etapa, primero el saneamiento, después titulación, pero claro, nunca se concibió que íbamos a tener semejante situación con las invasiones de colonos porque* ***pensamos que el Estado estaba actuando de buena fe****, y que iba a hacer cumplir el saneamiento como su última etapa, entonces nos equivocamos, si hubiéramos sabido en la ley se hubiera diseñado como última etapa del título, y antes de eso, pues el saneamiento, tal vez hubiera sido, no sé, si hubiera sido posible porque tal vez hasta no le hubiera entregado los títulos, porque el saneamiento quizás ahora estamos viendo que es la etapa más, más compleja, porque se trata de asumir políticas ¿verdad? a favor de los pueblos, con* ***mucho*** *más compromiso, basado en instrumentos internacionales, y en la misma legislación nacional, pero ahí falta la voluntad del gobierno ¿no? la misma falta de voluntad política, y la política pública del gobierno hacia los pueblos indígenas ¿cuál es la política pública? Yo veo ahorita el* ***colonialismo interno****, o sea, un proceso de* ***homogenización*** *de las culturas, desaparición de las comunidades, y toda la mestización de La Mosquitia; no lo veo de otra forma, así lo veo, por eso yo lo llamo colonialismo interno ¿Por qué colonialismo? Bueno ¿qué vino a hacer los europeos? ¿Con Colón y todos esos conquistadores, invasores? ¡Despojo de territorio! y hoy estamos despojados, vinieron a esclavizar a la gente, ¿verdad?Y asesinar. Hoy estamos muriendo, en mano de los colonos, y también, bueno, las culturas desapareciéndose ¿Qué más hicieron? Bueno, trajeron todas las enfermedades que había en Europa, hoy también los colones, trajeron su iglesia, y los colonos traen su propia iglesia ¿verdad? y pone-la, entonces es el* ***colonialismo****, pero interno, porque es dentro del país, antes era externo, desde Europa, pero la verdad de la cosa es que estamos en eso.* (Entrevista: Brooklyn Rivera, RACCN, 25/12/2017).

Abordando o mesmo assunto, outros entrevistados me disseram que antes de 2003, o mesmo ano que a citada lei foi aprovada, existiam algumas famílias de *viejos vivientes* assentados nos territórios em questão, mas não constatavam uma quantidade tão significativa em comparação com os mais recentes *colonos*, como o exemplo das 41 famílias *mestizas* no Território *Amasau*, da comunidade *Awas Tingni* em 2003, supracitada antes. Porém, com a invasão massiva dos *colonos*, até muitos dos *viejo vivientes* foram forçados a deslocarem-se para fora dos respectivos territórios[319]. Parece que após 2008, quando as comunidades indígenas e étnicas começaram a receber seus títulos de *propiedad comunal* e solicitar a efetivação da etapa de *saneamiento*, de repente a invasão territorial começou a se intensificar de forma contundente[320]. Com a falta de apoio e recursos por parte do Estado para concluir esta mesma etapa demarcatória, distintas comunidades começaram a buscar seus próprios recursos, visando finalizar a regularização territorial. Neste sentido, *Awas Tingni* novamente, se destaca como uma das primeiras comunidades que avançou com uma caracterização jurídica de *terceros*[321] pormenorizada, sobre tais não indígenas assentados no Território *Amasau*, dos *Mayangna*, em 2012. Entretanto, de acordo com a Dra. Lottie Cunningham:

> *(...) cuando los colonos y el propio Estado vio que era una amenaza porque la gente [indígenas] estaba avanzando con sus propios recursos ahí empezó, los conflictos empezaron cuando Awas Tingni avanzo con la caracterización jurídica que la gente [colonos y representantes del Estado] vio que era una* ***evidencia*** *para presentar (...).* (Entrevista: Lottie Cunningham, Bilwi-RACCN, 4/1/2018).

É possível constatar que a invasão ilícita por parte dos não indígenas aumentou ao extremo e continua avançando desde o início da implementação da *Ley del Régimen de Propiedad Comunal*, em 2003, e não tem sido impedido até o presente momento. Da mesma maneira, a usurpação das *tierras comunales* pelos *colonos* tem incitado e culminado em extremas violências, consistindo em mortes, lesões graves, sequestros, estupros, e a destruição de propriedades indígenas, tal como a queima de cultivos e desmatamentos que têm modificado ecossistemas, a exemplo de poluir os rios que são fontes de água potável e pesca para os indígenas[322]. Os indígenas vivem este processo como o "roubo" das suas terras tradicionalmente ocupadas.

---

[319] Informação verbal: Juana Bilbano, Bilwi-Puerto Cabezas, em 14/8/2017.
[320] Informação Verbal: Brooklyn Rivera, RACCN, em 25/12/2017.
[321] Cf. *CARACTERIZACIÓN Jurídica de Terceros en el Territorio Ancestral de la Comunidad Mayangna de Awas Tingni-AwasTingni Mayangnina Sauni Ûmani (AMASAU).* **ALMACIGA**; **AECID**, mai. 2012
[322] Cf. **Derechos Humanos en Nicaragua**: Informe 2015 (**CENIDH**, 2016); *COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos Resolución 37/15, Medida Cautelar No. 505-15; Resolución 2/2016; Resolución 44/2016; Resolución 16/2017.*

Segundo os agentes sociais, os *colonos* constituem madeireiros, mineiros; até mesmo fugitivos da lei e narcotráficos; bem como ex-militares do Exército que possuem bastante poder econômico, mas a grande maioria são pecuaristas. Estas atividades devastam as florestas e exploram os recursos naturais, de maneira significativa nos respectivos territórios.

Conforme detalhado no capítulo anterior, sabemos que o avanço da fronteira agrícola vem acontecendo desde os anos 1950's. No entanto, mais recentemente e com o progresso de reconhecimento de direitos territoriais dos povos caribenhos, subitamente houve um novo fluxo migratório intenso de *mestizos-campesinos* em direção à Costa Caribe, indicado pelos dados empíricos apresentados acima. Para ilustrar esta dinâmica, Estrada (2013, p. 184) aponta que ainda na época de Somoza, houve um "*êxodo hacia el Caribe, basicamente al Rio San Juan, departamento fronterizo con Costa Rica*", na Costa Caribe Sul nicaraguense, em que iniciou-se um novo processo de desmatamento, enquanto impulsionava a fronteira agrícola, efetuando a criação de gado extensiva. Atualmente, também existem plantações de palma africana nessas áreas, objetivando a produção de biodiesel para comercialização. Em consonância com a autora, este processo resultou no aumento de desmatamento para 130.141 mil hectares por ano entre 1990 e 2000[323]. No Caribe Norte ocorreu algo semelhante no chamado *Triángulo Minero*[324], que abrange os municípios Rosita, Siuna e Bonanza, onde igualmente receberam grandes contingentes de *mestizos* em busca de terras. Conquanto, as terras não eram aptas para a produção agrícola. Então, eles começaram a se aproveitar do corte e da venda de madeiras preciosas, esgotando as florestas, assim avançando para outras áreas. É desta forma que a *Reserva de la Biosfera Bosawás*, que era a maior extensão ecológica da América Central e onde vive uma grande parte da população *Mayangna*, sofreu grande devastação e invasão por *mestizos-colonos*[325].

Estrada (2013) explica que as migrações *mestizas* até o Caribe vêm expulsando as populações indígenas, exemplificado pelo incremento da população *mestiza* em 98%, no munícipio de Siuna em 2001[326]. Sendo assim, ela cita que apenas 1% dos habitantes neste município na RACCN corresponde à população indígena *Miskitu* e *Mayangna*. A autora se refere a este processo como uma "colonização interna" concretizada por *mestizos* oriundos do Pacífico e da Região Interior adentrando o Caribe[327]. Ela salienta que:

[323] ESTRADA, 2013, p. 22.
[324] Em português seria o "Triângulo Mineiro".
[325] Ibid., p. 184.
[326] Ibid., p. 185.
[327] Ibid., p. 185.

> Como parte de esta **colonización interna** existe una evidente indefinición de las propiedades y sus límites, hay: reservas ecológicas, áreas en concesión a empresas mineras y madereras nacionales e internacionales, zonas de indígenas por derecho ancestral o terrenos comunales, áreas nacionales, asentamientos formales de excombatientes con base en los polos de desarrollo[328], asentamientos irregulares de desmovilizados[329] reivindicando su derecho por medio de los acuerdos de desmovilización y retiro, zonas bajo el control del narcotráfico, además zonas habitadas por precaristas y colonos sin títulos de propiedad. (ESTRADA, 2013, p. 186-187).

Em concordância com Estrada (2013, p. 189), houve um novo ciclo interno de migração de *mestizos*, isto é, da fronteira agrícola, em direção à Costa Caribe Norte e Sul entre 2005 e 2011. A autora acrescenta que nesse período:

> La RAAN [RACCN] recibió en cinco años a 4 mil 217 jinoteganos, mil 911 esteleños y 18 mil 663 matagalpinos, para un total de estos municipios de 24 mil 791 personas. La RAAS [RACCS] recibió a 7 mil 762 matagalpinos, 16 mil 424 boaquenses y 24 mil 441 chontaleños para un total de 48 mil 627 personas. (ESTRADA, 2013, p. 190).

Os municípios ou "departamentos" de Jinotega, Estele, Matagalpa, Boaco e Chontales de onde vêm os *colonos,* pelos quais a autora se refere, pertencem à população *mestiza* das regiões Centro, Norte e Interior do país. Os dados explicitados por Estrada (2013) tratam basicamente da mesma época que os povos indígenas e afrodescendentes estavam iniciando a instauração da Lei N° 445, reivindicando o processo de *saneamiento* e reclamando, justamente, sobre o impulso da invasão massiva de *colonos*.

Voltando às observações empíricas, os entrevistados também apontaram que há indícios de que os *colonos* recebem algum apoio pelo governo central, por via de empréstimos bancários[330]. Um informante, inclusive, me disse que ele foi ao banco um dia quando estava cheio de *mestizos-campesinos* em fila, retirando seus empréstimos em forma de cheque e espécie, direcionados para atividades agropecuárias. Como os funcionários do banco são *Miskitu* em Bilwi, um deles explicou o motivo de tantos *mestizos* no banco naquele dia[331], esclarecendo que tal apoio financeiro foi fornecido pelo *Ministerio de Economia Familiar,*

[328] Após Violeta Chamorro tomar a presidência do país, na década de 1990, durante o período pós-guerra, o seu governo prometeu aos *ex-contras*, a criação dos chamados *Polos de Desarrollo*, terras a serem produzidas como parte de um programa de colonização (ESTRADA, 2013, p. 183)

[329] Os *desmovilizados* eram os *ex-combatientes* "contras" e sandinistas que concordaram em deixar as suas armas, durante a negociação de paz (ESTRADA, 2013, p. 181). Existem grupos de *desmovilizados mestizos*, que decidiram tomar terras de maneira irregular, como reação em oposição ao Estado por não os terem fornecido terra como prometidos. Alguns continuam mobilizados hoje em dia e tem recebido apoio a partir do regime orteguista para progredir com a ocupação ilícita de terras, no intuito que as produzem economicamente.

[330] Informação verbal: Juana Bilbano, Bilwi, em 14/8/2017.

[331] Informação verbal, concedida em 18/12/2017.

Comunitária, Cooperativa y Associativa (MEFCCA). Em referência a esta condição, a Sra. Juana Bilbano destacou que:

> *(...)esos ganaderos tienen dinero, préstamos de los bancos y por lo tanto tienen lazos de enlace con los* ***políticos grandes*** *y el permiso…un ejemplo, si yo quiero llevar seiscientos (600) ganados en un lugar debía haber permiso para pasar ese ganado, ¿verdad? Entonces están involucrados las alcaldías también con los tierra tenientes, que no sé qué y el permiso para pasar luego ahí. Así que hasta el momento hemos observado que los colonos se han hecho su comunidad propia dentro de la comunidad, propiedad comunal y que son comunidades en dos, tres años ya tiene luz, ya tiene iglesia, ya tiene escuela, ya tiene enfermera, ya tiene profesor, mientras las comunidades indígenas tienen que pasar años para hacer una comunidad, y tiene que hacerse solo, tiene que dar clase debajo de los arboles mientras los colonos no, tienen apoyo de todas las instituciones, hacen sus carreteras.* (Entrevista: Juana Bilbano, Bilwi, 14/8/2017).

Para melhor compreender este contexto, entrevistei o Coordenador do Governo Regional Autônoma da Costa Caribe Norte (GRACCN), Carlos Alemán José Cunningham, das etnias *Miskitu* e *mestizo*, que preenche a função compatível com o cargo do representante da Presidência da República[332] no Caribe Norte, enquanto ele igualmente é representante do partido FSLN. O Sr. Carlos Alemán, além de possuir o maior poder decisivo na administração da RACCN, é amplamente conhecido por ser uma das pessoas com grande poder político, envolvida no tráfico de terras indígenas, ou melhor, a venda e compra ilegal de *tierras comunales* que compõem as *propiedades comunales* na RACCN[333]. No próximo depoimento ele revela sua percepção sobre os *mestizos* na Costa Caribe Norte e sua produção econômica.

> **Sr. Carlos Alemán**: *(...) Pero es porque nosotros hemos ido cambiando también, nosotros también nos tenemos que educar, porque como región, ahora nosotros somos de las principales en producción de leche, carne, queso, en la Costa Caribe. Y* ***eso no lo están haciendo los indígenas, lo están haciendo los mestizos****, y luego nosotros como región, no teníamos una política de esas, tenemos que ajustarnos a esa realidad también. Porque eso implica también mayores ingresos, cómo vamos a… lo que generan esos ingresos, lo que retribuyen para la Costa, estamos contribuyendo al PIB Nacional, eso debería también identificarse en los ingresos que tenemos nosotros como Gobierno Autónomo. Todavía nos hace falta trabajar esos temas y nos vamos a ganar los básicos, hubimos incrementado, eso es bueno porque estamos produciendo la comida y ya no estamos con los productos tradicionales que eran principalmente los mariscos, si no que estamos con el tema de la agricultura, porque representamos como el 42% de la producción nacional, entonces también eso es… raíces, tubérculos, vegetales, todas esas cosas las hemos venido incrementando en términos de nuestra participación a nivel nacional, en el año 2021, vamos a ser el 72%, no el 82% de la producción nacional de cacao, y lo vamos a tener nosotros. Entonces, eso es otro rubro que tampoco lo hemos*

[332] Cf. Lei N° 28 – Estatuto de Autonomia, artigo n° 31.

[333] Ver ABURTO, Wilfred Miranda. Corrupción y muerte en território miskito – funcionarios del FSLN y YATAMA implicados en tráfico de tierras indígenas. **Confidencial**, Managua, 6 jun. 2016. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/corrupcion-muerte-territorio-miskito/>.

> *identificado. (...)Entonces* ***no es que el mestizo está ahí, que es el invasor, no, está produciendo también, está generando ingresos, está generando riqueza en las tierras****. Entonces eso es lo que tenemos ir midiendo, porque eso implica que necesitamos negociar estos nuevos términos con el gobierno central. Y hay bastante receptividad para estos temas.* (Entrevista: Carlos Alemán, *Casa del Gobierno Regional del Caribe Norte*, Bilwi-Puerto Cabezas/RACCN, 11/1/2018)

Nesta explicação o Coordenador do GRACCN, demonstra que ele esta bastante a favor da produção econômica, sobretudo, a geração de renda que os *mestizos-colonos* possam gerar para a Região Autônoma, mas especialmente enfatizando sua relevância para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ressaltando o interesse ou "receptividade" por parte do governo central em negociar a respeito de tais assuntos. Diferentemente dos outros agentes sociais que eu entrevistei, tanto na Costa Caribe Norte quanto no Sul, principalmente aqueles que se mobilizam em prol dos direitos territoriais e de autodeterminação, o Sr. Carlos Alemán considera os *mestizos-campesinos-colonos* que estão infiltrando a Região Autônoma, como agentes de "*riqueza"*, isto é, agentes de grande potencial pecuniária. Do mesmo modo, ele deixa claro que são os *mestizos* que estão contribuindo para essas possibilidades e não os próprios indígenas da Costa Caribe, por isso sua presença nas terras caribenhas é valorizada. Não há duvida quanto à posição e interesse em capital monetário do Sr. Carlos Alemán na sua declaração, enquanto ele não parece valorizar ou contemplar as possibilidades de produção ou participação no mercado dos seus próprios conterrâneos *costeños*.

Em contrapartida, perguntei a Dra. Lottie Cunningham se o "pano do fundo" dos conflitos territoriais entre indígenas e *colonos*, nomeadamente o não cumprimento do *saneamiento* pelo Estado da Nicarágua, tratava-se de um problema socioeconômico.

> *Pues yo diría que el Estado tiene una mentalidad del desarrollo totalmente diferente que los pueblos indígenas y que el Estado va hacer su inversión y su desarrollo de forma exclusivo, no un desarrollo inclusivo y que el Estado de Nicaragua siempre ha venido estando este tipo de desarrollo exclusivo donde ha creado mayor pobreza y extrema pobreza, porque la perdida continuada a los territorios indígenas eso viene aumentando la extrema pobreza de los pueblos indígenas, porque no pueden cazar, cosechar, sembrar, no pueden pescar, ni siquiera para su subsistencia, no hablemos de la comercialización porque los territorios específicamente de Wangki Li Aubra, de* ***Tasba Raya*** *[Wangki Twi-Tasba Raya] han sido territorios históricamente que trabajan, que no andan ahí pidiendo en la calle y en ningún lado. Son comunidades que han mantenido el mercado de Waspan, el mercado de Puerto Cabezas y me atrevo a decir que* ***Tasba Raya*** *en el tiempo de los 70 incluso su mercadería iba hasta Managua, porque eran tan productivos que sacaban la cantidad de frijoles y la cantidad de arroz que se llevaba hasta Managua. Así que ahora que ellos [los colonos] que se les ha venido a quitarles sus parcelas y donde la gente [indígena] no puede ir a sembrar y cosechar eso, eso ha deteriorado las condiciones de vida de las comunidades.* (Entrevista: Lottie Cunningham, Bilwi-Puerto Cabezas, 4/1/2018).

De modo semelhante ao ponto de vista da Dra. Lottie Cunningham, na sequência, o Sr. Brooklyn Rivera, também me apresentou sua opinião sobre a questão econômica, vinculada aos conflitos sociais relevantes.

> **Helen**: *Entonces ¿la idea del desarrollo en la Costa es un desafío cultural cree usted? Porque en el Pacífico, por ejemplo, está muy desarrollado ¿verdad? y de repente aquí no hay carreteras….*
>
> **Sr. Brooklyn**: *Sí, claro. Por eso en mi situación de confrontamiento con la visión de ese desarrollo, que por un lado, la visión es extractivista, sacar todas las riquezas, y entonces construir el país a base de infraestructuras viales, eléctricas, agua potable, puertos, muelles y aeropuertos, para ellos es el desarrollo. Nosotros no concebimos eso, ese desarrollo, yo le digo bueno, tiene una carretera de Managua a Bilwi, para ellos es el desarrollo, pero ¿qué hay del desarrollo para la gente? ¡La gente propiamente!, no hay nada de inversión en desarrollo propio, o sea, permitir a la gente [indígena, afrocaribeña] mejorar sus condiciones sociales económicas, de acuerdo a su cosmovisión, de acuerdo a su realidad, aspiraciones, su cultura y formas de vida, esos espacios no hay, verdad ¿qué hacemos con carretera? Las carreteras permiten al Estado, a la sociedad nacional, movilizar y apropiar todo lo que haya aquí, y nos va a desaparecer ¿nosotros con qué podemos competir? Ni siquiera competir podemos, porque no hay fuerzas, ni son parte de esos procesos, **el proceso económico nos excluye**, verdad, no hay un plan que permita a los pueblos originarios, tener su propio rol, y participación, en ese proceso económico, verdad, no dan espacios.* (Entrevista: Brooklyn Rivera, RACCN, 25/12/2017).

Cogitando as diversas perspectivas referentes ao fator econômico em jogo, concernente às tensões sociais apresentadas, os indígenas e afrodescendentes aparentam ser excluídos da participação em processos econômicos, tampouco existem condições que possibilitam obter uma autonomia econômica, mesmo que este aspecto seja pretensamente proporcionado pela Lei N° 28 – Estatuto da Autonomia, Lei N° 445 e Convenção 169 da OIT. Por outro lado, existem alguns indicadores que confirmam a possibilidade de apoio institucional por parte de mecanismos instalados pelo regime orteguista, especificamente facilitado para *mestizos-campesinos*. Neste contexto, Estrada (2013, p. 191) descreve que:

> Con la llegada de Daniel Ortega a la presidencia de Nicaragua en 2007 se ha dado un nuevo impulso a la producción agrícola, a través de una compleja red de políticas públicas que buscan fortalecer la forma de vida campesina del nicaragüense del Interior-Norte y del Pacifico, **dejando prácticamente desprotegidas las formas indígenas y negras del Caribe.** El énfasis del proyecto orteguista está en el campo para hacerlo el sector más productivo, tal como lo fue en la época del *boom* agro exportador, pero con mejor acceso al crédito a pequeños y medianos productores. (…) El proyecto agrario, llamado Plan Nacional Productivo, descansa en dos ejes fundamentales: la capitalización del campo por medio de la Cooperación Internacional; y políticas económicas sustentadas en una base legal, lo que garantiza los apoyos estatales.

A autora esclarece que parte dos fundos direcionados à produção agropecuária de *campesinos*, vincula-se ao projeto de integração regional promovida pela *Alianza Bolivariana para los Pueblos de América* (ALBA), além de instituições financeiras internacionais e regionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)[334]. Através destas políticas orteguistas existe financiamento para educação, saúde; água e energia; a construção de moradias; ruas e estradas[335]. Outro aspecto deste modo de promover a produção dos *campesinos* destaque-se pela caixa de crédito rural, ALBA-CARUNA (*Caja Rural Nacional R.L*) y a *Coordinadora de Alimentos de Nicaragua* (ALBANISA)[336].

Diversos agentes sociais do Caribe enquanto estive investigando os conflitos sociais mencionados, reiteradamente me narraram que os *campesinos-colonos* que invadem seus territórios recebem empréstimos bancários por parte de programas estatais, não apenas para comprar *tierras comunales* dos "traficantes da terra", mas também para adquirir equipamentos que facilitam suas atividades agropecuárias, ademais materiais para a construção de moradias, entre outras necessidades, no intuito de expandir sua produção econômica, que consiste na ocupação ilícita de grandes áreas de terras[337]. Aliás, como já apontado pela Sra. Juana Bilbano, entre outros agentes sociais do Caribe, os citados *mestizos* tenham recursos para compor seus assentamentos, com amenidades sociais e infraestrutura básica. Apreciando as evidências apresentadas por Estrada (2013), além da perspectiva do Coordenador do GRACCN, Sr. Carlos Alemán, podemos constatar que as informações relatadas pelos agentes sociais caribenhos têm fundamento.

CONCLUSÃO

Desta forma, é possível perceber que apesar dos longos processos legais no âmbito dos mecanismos internacionais, particularmente referentes ao caso da comunidade *Awas Tingni versus* Nicarágua (2001) e à Lei N° 445 (2003), objetivando assegurar os direitos territoriais etnicamente diferenciados, ainda existem forças maiores na esfera política e estatal, que parecem enfraquecer tais iniciativas, por motivos econômicos. Consequentemente, o processo

[334] Ibid., p. 192.
[335] Ibid., p. 192.
[336] A partir da crise política que está sucedendo na Nicarágua presentemente, parece que as relações com as diferentes organizações econômicas mencionadas têm se modificado ou já se romperam.
[337] Para mais informações verifique o vídeo intitulado *Situación del Territorio Indígena Wangki Twi-Tasba Raya* (CEJUDHCAN, 2015). Disponível em: <https://youtu.be/lG4D9HF1KXo>.

demarcatório tem sido impedido na sua última etapa do *saneamiento*, o que aparenta abarcar uma estratégia tácita do Estado, que possibilita a apropriação irregular de *tierras comunales* por parte dos *colonos* e por interesses empresariais privados. Por outro lado, impossibilita condições para os indígenas e afrodescendentes gozar do usufruto pleno das suas *propiedades comunales*, ou de viver em paz, conforme seus modos culturalmente distintos, nos seus próprios territórios tradicionalmente ocupados. Curiosamente, com a criação da Lei N° 445 para fins da regularização e proteção dos territórios indígenas e étnicos, abrangendo os recursos naturais pertencentes, a invasão territorial aumentou significativamente na Costa Caribe, eventualmente levando a intensas situações de conflitos territoriais, sobretudo, a morte de indígenas e *mestizos* classificados como *campesinos* e/ou *colonos*.

Outro aspecto, que merece uma reflexão mais profunda refere-se aos processos jurídicos no âmbito dos mecanismos internacionais, que acabaram modificando o sistema agrário próprio dos indígenas e afrodescendentes, existente antes da Lei N° 445. As leis têm seu fundamento em concepções ocidentais, portanto, mesmo com o incentivo de proteger os modos de ocupação territorial e de vida dos indígenas e afrodescendentes, de certa maneira, terminam interferindo nas suas formas organizativas e culturais já estabelecidas no transcorrer do processo histórico. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que as transformações que vêm com o avanço das possibilidades jurídicas, a partir das instâncias internacionais, proporcionam maior reconhecimento e amparo legal para os diversos grupos étnicos, teoricamente protegendo seus direitos humanos e territoriais; essas mudanças formais concomitantemente provocam o enfraquecimento da sua força mobilizatória, no caso nicaraguense. De modo semelhante, têm incitado à fragilização dos modos tradicionais de convivência e uso comum que compõem os territórios indígenas e de afrodescendentes, mesmo se esta consequência não seja intencional. Este fator também nos relembra a complexidade da construção de mecanismos legais direcionados para direitos humanos, sobretudo, aqueles que tratam da autodeterminação dos povos indígenas e para os que se enquadram na classificação “afrodescendentes”. Levando em consideração estas condições, no próximo capítulo veremos a profundidade das dificuldades dos *costeños* em dialogar com os representantes do Estado, no que tange a reivindicação e conclusão do processo de *saneamiento*.

CAPÍTULO IV – O *MANUAL DE PROCEDIMIENTO PARA LA IMPLEMENTACIÓN DE LA ETAPA DE SANEAMIENTO*: A MOBILIZAÇÃO ÉTNICA EM PROL DO *SANEAMIENTO* E A NEGAÇÃO DO ESTADO

A partir dos obstáculos à conclusão do processo demarcatório apresentado no último capítulo, pretendo examinar a forma como os representantes indígenas e afrodescendentes da Região Autônoma da Costa Caribe procuraram solucionar a paralização dessa dinâmica via diálogo com os representantes do Estado da Nicarágua. Esta análise se baseia nos depoimentos de diversos agentes sociais que de alguma maneira estavam envolvidos neste processo. A descrição destas experiências revela uma série de contradições com referência ao discurso dos agentes estatais *versus* suas ações práticas no que concerne o *saneamiento*. Ademais, nesta história destacam-se novas políticas estrategicamente elaboradas como a chamada propaganda de "*cohabitación*" e o *Decreto No. 15-2013 − Decreto Creador de la Comisión Interinstitucional para la Defensa de la Madre Tierra en Territorios Indígenas, Afrodescendientes del Caribe y Alto Wangki-Bocay*, intencionando enfraquecer o protagonismo das autoridades indígenas e afro-caribenhas, bem como daqueles agentes sociais que os apoiam na sua luta em prol do pleno controle e usufruto das suas terras tradicionalmente ocupadas, sobretudo, sua autodeterminação como povos cultural e etnicamente distintos.

A exposição desta dinâmica, igualmente, demonstra o choque cultural em termos do uso e concepção de terra e território entre indígenas, afrodescendentes e *mestizos*, mormente o Estado, da mesma forma que vislumbra as dificuldades constatadas na interação entre todos estes. Além do mais, a impossibilidade de um diálogo transparente entre os *costeños* e os agentes estatais é fundamentalmente intrincada com o auge de conflitos territoriais contemporâneos na Costa Caribe, com destaque para a RACCN.

Considerando esta reflexão, na sequência da culminação de problemas sociais no tocante ao aumento das ocupações territoriais irregulares, já supracitadas, e o aparente desinteresse por parte do Estado em prosseguir com o *saneamiento*, a Sra. Juana Bilbano expressou-me o estado de desespero enquanto tentava buscar os meios apropriados de lidar com tal circunstância.

> *Así que ¿qué es lo que está pasando? Llegó un momento que después de la entrega de título pues, nosotros como ya sabíamos que la invasión está aumentando y los comunitarios [indígenas] decían que: "nosotros no aguantamos, ya no podemos aguantar porque los colonos están pasando dentro de nuestras*

> *comunidades, (...) y vienen a la comunidad y empiezan a tomar cerveza, tiran en su pistola y nos ponen nervioso porque nosotros no nos gusta oír el sonido de arma, porque nos está recordando de la* ***Navidad Roja,*** *de aquel entonces de la guerra y no podemos controlar. Ahora toda la parte de la siembra, la área que sembramos arroz, frijoles, ahora [los colonos] hicieron un potrero dice y los árboles de cacao, de aguacate, de pejibaye. Y todo eso lo están cortando para hacer el potrero y ahora ¿dónde vamos ir a sembrar? Y ahora el único que nos queda que tenemos que morirnos", decía a nosotros y yo me acuerdo que yo decía: "no esperen, nosotros vamos a reunir, presentar al Estado de Nicaragua un* ***manual de procedimiento de la demarcación****, pero vamos a ver que dicen". Así que con nosotros con el apoyo financiero de Ford Foundation, IBIS Dinamarca, Unión Europea, Diakonia - Suécia, hicimos un manual de procedimiento, así que un manual de procedimiento que tenía que estar consensuado en los 23 territorios indígenas tanto como el territorio indígena Miskitu, como el territorio indígena Mayangna, y los afrodescendientes, ¿verdad?* (Entrevista: Juana Bilbano, Bilwi, 14/8/2017).

É notável a sensação de urgência na fala da Sra. Juana, pois o problema com os *colonos* estava extrapolando o limite da tolerabilidade dos membros das comunidades indígenas, enquanto esperavam a conclusão do processo demarcatório e uma resposta concreta do Estado. Isto porque os "invasores" *mestizos* estavam se apropriando das suas áreas de plantios, destruindo-as no intuito de fazer pastos para a criação de gado. Portanto, os indígenas não podiam executar suas atividades diárias de trabalho agrícola, fundamental para o sustento familiar, ou melhor, para sua própria sobrevivência. Outra questão, conforme a entrevistada, é que havia um choque cultural entre os dois grupos étnicos, porque os *colonos* gostavam de se embriagar e nesses momentos exibiam suas armas de fogo dando tiros para o ar, espontaneamente, quando estavam passando pelas respectivas comunidades. Os indígenas ainda carregam uma forte *memória social de luta* traumatizante dos tempos da guerra, incluindo o episódio da sangrenta *Navidad Roja*, destacado no Capítulo I. Consequentemente, esse comportamento agressivo dos *colonos,* na concepção dos indígenas, os lembrava das violências e métodos de dominação efetivados por parte de *mestizos* (notadamente os sandinistas) na década de 80. Deste modo, atrapalhando a tranquilidade e o bem-estar das comunidades indígenas.

Procurando uma forma de resolver a situação, a partir do ano 2012 e 2013 os representantes do CEJUDHCAN decidiram compor o chamado "consórcio", no caso, uma comissão constituída por várias organizações não governamentais (ONG) e instituições dispostas a colaborar para reanalisar a Lei N° 445, com a intenção de refletir sobre suas lacunas, assim tratando de cogitar conjuntamente sobre uma metodologia adequada, a fim de prosseguir com e concluir a etapa de *saneamiento* de maneira definitiva. Com este objetivo, foram convocadas as universidades e ONG's regionais: *Universidad de las Regiones*

Autónomos de la Costa Caribe Nicaraguense (URACCN) e *Bluefields Indian and Caribbean University* (BICU); a *Fundación para la Autonomía y el Desarrollo de la Costa Atlántica de Nicarágua* – FADCANIC; Masagni – Semilla Verde[338], entre outras organizações da sociedade civil para levar a cabo esta iniciativa.

Esta colaboração foi motivada, também, pelo fato que em meados de dezembro de 2012 o Procurador Geral da República, Hernán Estrada, veio até a *Casa del Gobierno Regional* da Costa Caribe Norte, em Bilwi-Puerto Cabezas, objetivando reunir com todos os líderes dos territórios indígenas da RACCN, com a finalidade de informá-los que o processo de *saneamiento* seria concluído dentro de dois meses[339]. Após passar este período, as autoridades territoriais começaram a questionar acerca do fato de que ainda não existia nenhuma iniciativa concretizada em referência à promessa do Procurador. Portanto, começaram a exigir o processo de *saneamiento* novamente. A partir desta situação, surgiu a ideia da cooperação de diversas entidades da sociedade civil para acompanhar as demandas dos membros das comunidades indígenas e étnicas, com a intenção de construir um diálogo melhor fundamentado com os agentes do Estado responsáveis, especialmente a Procuradoria Geral da República (PGR), maior autoridade do processo demarcatório na sua integralidade.

Com esta proposta, alguns membros do "consórcio" e das comunidades indígenas e afrodescendentes reuniram-se com o mesmo Procurador, o Sr. Hernán Estrada, em Managua, no intuito de discutir os dispositivos da Lei N° 445, particularmente no tocante à quinta etapa de *saneamiento*. Neste momento todos concordaram que nesta lei existiam muitas lacunas, sobretudo perceberam que as instâncias demarcatórias que compuseram a CONADETI e a CIDT, em sua maioria, eram entidades do governo central, assim excluindo de certa forma, a participação direta dos próprios "donos da terra", isto é, os indígenas e afro-caribenhos. Portanto, decidiram que era preciso analisar e aprimorar os critérios da Lei N° 445. Então, o resultado deste encontro se deu em combinar para reunirem-se futuramente, após ter realizado um estudo mais pormenorizado a respeito dessa legislação, com a ideia de discutir uma proposta mais específica e melhor detalhada com o Procurador. Na sequência, os membros do "consórcio" pensaram na possibilidade de construir um manual de *saneamiento* que pudessem lhe entregar na subsequente reunião.

Nesta época, o Sr. Milton Zamora, indígena *Miskitu*, era professor da BICU, da Faculdade de Ciências Econômicas, e foi chamado para participar deste plano. Ele explicou-

[338] Uma cooperativa de técnicos florestais nicaraguenses, dedicados ao apoio técnico florestal das associações indígenas comunitárias da RACCN.
[339] Informação verbal concedida por professor Milton Zamora, intelectual *Miskitu* que acompanhou este processo: Bilwi-Puerto Cabezas, 2017.

me que a partir desse momento, entre 2012-2015, as universidades colaboravam com o incentivo de administrar vários cursos de capacitação para os membros das comunidades indígenas e étnicas, os quais tratavam de temas no tocante à territorialidade e à "governança". Desta maneira, complementando o empenho referente à Lei N° 445, das outras entidades articuladas na dinâmica do "consórcio". Ele detalhou-me como esta atividade se desenvolveu, no depoimento em seguida.

> *(...) Nos unimos y formamos un consorcio y dentro de eso también estaba la Comisión Pastoral. Entonces, todas estas instancias formamos un consorcio: yo representaba a la universidad de BICU, otros representaban, por ejemplo, (...) por URACCAN varias personas llegaban en diferentes momentos, pero en caso de BICU, solamente yo estaba. En el caso de este Masagni estaba siempre Jader Mendoza. En el caso de CEJUDHCAN, siempre estaba doña Lottie y Juana Bilbano. En el caso de FADCANIC estaba después Albert [Sinclaire] (...) y los otros dirigentes de cada uno. Entonces, este grupo formamos un consorcio cuando vimos que el problema era tanto que [los colonos] ya había usurpado, ya había violentado, ya había quitado el poder a los dueños− que son los gobiernos comunales y territoriales, cuando veíamos que ya no había una gobernanza en esto y veíamos que, por ejemplo, el modelo comunal estaba amenazado o ya está amenazado o ya fueron quitado (...), el Estado a través de su partido estaba entrando, entonces, nosotros preocupados − centros de derecho, academia, dijimos, "pues vamos a acompañar" ¿Por qué? Nosotros acompañamos para que promulgara o apareciera la Ley 445 y no podemos dejar eso porque es una base (...).*
>
> *(...) Cuando vimos eso entonces, entramos a trabajar pero, como nosotros no somos políticos, ¿verdad? Entonces, decidimos que cada quien haría desde su competencia, desde su marco jurídico acciones para fortalecer a los gobiernos territoriales, para que ellos asuman su responsabilidad, ellos demanden, ellos busquen como resolver su situación porque los dueños tienen que levantar, ¿ya? Entonces, ahí es que cada uno comenzó: que CEJUDHCAN ya comenzó capacitar a los gobiernos territoriales, comunales o a los comunitarios sobre temas de derechos humanos, sobre suelo, a partir de la ley, y todo, empaparlo con los marcos jurídicos nacionales e internacionales, en locales, y todo. URACCAN, en temas ambientales y todo. FADCANIC en tema de lo que concierne. Nosotros desde la universidad y desde la facultad mía entonces, comencé a buscar financiamiento para capacitar en temas de administración de su territorio, uso de sus suelos, administración de empresas comunitarias, a ver cómo hacer su proceso de arrendamiento, todas esas cosas, ¿no? Pero cuando vimos que el tema continuaba y continuaba entonces, y la violación o la usurpación al poder y a la parte legal continuaba, entonces dijimos, "bueno, esta cosa tenemos que hacer de otra manera". Entonces, **convocamos a los 23 gobiernos territoriales**, a todas las dependencias del Estado aquí en la región o aquí en las cabeceras municipales tanto de regional, Bilwi e Bluefields− nos reunimos y planteamos mira: ¿"Por qué no aportamos algunos elementos, alguna metodología, alguna herramienta, alguna técnica al gobierno para finalizar con la quinta etapa?" Entonces, comenzamos a discernir o comenzamos a desmenuzar la Ley 445 para analizar cuál era el trasfondo, qué dificultad tiene, qué podemos mejorar, qué podemos anexar, qué podemos proponer. Entonces, ahí es que el **manual de saneamiento** apareció con algunos elementos ya, ¿ya? Y algunas estrategias y todo eso, y **fue casi dos años de largo trabajo** de sentar, hablar, que convocamos a un grupo de personas que*

> *analicemos, que vemos, "mira esto cómo lo ves", entonces un documento bien consensuado o bien discutido con todos, hasta con los gobiernos y regionales y alcaldías, con todo, en seno de la universidad y todo.* (Entrevista: Milton Zamora, Bilwi, 26/8/2017).

Como é possível notar, havia um grande esforço por parte de diversos agentes sociais que representavam uma gama de instituições, até mesmo incluindo entidades do Estado, a Polícia Nacional, e um diálogo constante com a Comissão Nacional de Demarcação e Titulação (CONADETI) − segundo apontado pelos interlocutores −, pois esta constitui uma das principais instituições responsáveis pelo procedimento de regularização dos territórios concernentes, conforme artigo n° 43, da Lei N° 445. Os participantes se mobilizaram, buscando uma solução cautelosa, que poderia servir para todas as partes, sobretudo, os indígenas e afrodescendentes, sem interferir com políticas públicas ou outras leis nacionais já existentes. Do mesmo modo, procuraram manter um diálogo com os representantes do Estado, para que pudessem entrar em um acordo, objetivando resolver o problema de *saneamiento* de modo diplomático e transparente.

Neste sentido, após terminar o documento resultante deste processo, o *Manual de Procedimiento para la implementación de la Etapa de Saneamiento de los Territorios Indígenas y Afrodescendientes de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica de Nicaragua y de los Ríos Bocay, Coco, Indio y Maíz*[340], os agentes sociais com quais conversei, narraram que o entregaram ao Subprocurador Geral da República, com a intenção de verificar a avaliação dos agentes estatais sobre esse documento e as possibilidades de proceder com a conclusão da regularização dos territórios correspondentes. O professor Milton Zamora chamou a atenção para o fato de que o governo central tinha colocado o Procurador Geral da República como o principal encargado do tema de *saneamiento*, mas foi difícil conseguir concretizar uma reunião para entregar o manual. Após insistir em diversos momentos para que o Procurador aceitasse conversar com os membros do "consórcio" e recebesse o manual de *saneamiento*, finalmente:

> *Ellos [representantes del gobierno central] se lo recibieron y nos dice que en una semana tenemos una respuesta para sentar a dialogar y discutir sobre el manual. Esperamos seis meses, no pasó. Nosotros continuábamos trabajando con los*

[340] Este foi elaborado a partir de grupos de trabalho com a participação dos governos territoriais, autoridades tradicionais, autoridades religiosas, instituições estatais e a sociedade civil, entre 2013 e 2014. Posteriormente publicaram uma "versão popular" do manual de *saneamiento*, utilizando uma linguagem menos técnica para facilitar a compreensão e a utilização das respectivas informações por parte dos indígenas e afrodescendentes das comunidades caribenhas interessadas.

> *gobiernos territoriales, luego llamando, llamando para que nos [atiendan], intentamos como 12 veces. (...). Esa propuesta del manual se llevó al Estado para que el Estado analizará y eso. (...) [El Subprocurador] dijo, "vamos a sentar" creo que todavía estamos esperando...* (Entrevista: Milton Zamora, Bilwi, 26/8/2017).

Por continuamente estar cobrando do Estado um diálogo em busca dos meios para realizar o *saneamiento*, nessa época, de repente o Presidente da República, Daniel Ortega, publicou o Decreto N° 15-2013 − *Decreto Creador de la Comisión Interinstitucional para la Defensa de la Madre Tierra en Territorios Indígenas, Afrodescendientes del Caribe y Alto Wangki-Bocay*, aprovado em 5 de março de 2013. Segundo o Presidente Daniel Ortega, supostamente esta nova comissão iria resolver o problema do *saneamiento*, sem maiores obstáculos. No entanto, parece que foi uma farsa, porque a pretensa *Comisión de la Defensa de la Madre Tierra*, nunca se concretizou. Em seguida, o Sr. Delvin Colomel, representante do CEJUDHCAN, aborda esse novo contexto.

> *Para proceder el saneamiento territorial estaba en manos de la presidenta de la CONADETI que es la demarcación y titulación, que es la presidenta del Consejo Regional que es intermediario en un año está en el Consejo de Puerto Cabezas, otro año se traslada al Consejo de Bluefields, así sucesivamente. (...) Lo que te quiero decir es que el Estado de Nicaragua, de tanta insistencia de las organizaciones como CEJUDHCAN, como los líderes indígenas, como los gobiernos territoriales; crea otro instrumento, saca otro decreto. Se le llama decreto 15/2013. Ese decreto se le denominaba* ***La Defensa de la Madre Tierra.*** *(...) Y saca ese decreto, le dice en una reunión en el Consejo Regional (porque en ese entonces yo estaba presente) y le dice: "Bueno aquí tenemos lo que es el decreto que el Presidente sacó para proteger la madre tierra y que el saneamiento territorial va a estar en manos de la Comisión de la Protección de la Madre Tierra". Ahí inventó otras instituciones, como Mi Familia, como Policía, como Procuraduría General de la República. Quedó en manos de la Procuraduría General de la República proceder el saneamiento. Le quitó al CONADETI. Le quitó al CIDT. Le quitó todo y le puso un montón de instituciones. Mi Familia que es de los niños que nada tiene que ver con territorio. El PGR que era la Procuraduría General, MARENA[341], MINSA[342], como un montón de instituciones lo creó. (...) Ahí es que inventaron un montón de instituciones que iban a operar lo que es el* ***saneamiento territorial*** *de la Costa Caribe, que nunca desde 2013, a esta altura, que nunca tuvo voluntad de hacer ese tal saneamiento que demandan después de la Ley 445 las comunidades indígenas. Cuando sacó este decreto, ya los territorios, casi los 23 territorios están invadidos. Todos los 23 gobiernos territoriales son sujetos al saneamiento.*
> *Cuando sacó esto [Decreto No. 15-2013], es que nosotros hicimos este manual de procedimiento de acuerdo con el consentimiento de los gobiernos territoriales. (...) Pero no era que CEJUDHCAN lo iba a hacer. No era que el Estado ni los consorcios, ni las otras instituciones tenían que hacer. Porque cuando sacó este decreto, si usted ve, el Decreto 15/2013, le quitó (...) solo los protagonistas y los dueños de los territorios, que son los gobiernos comunales y territoriales. Lo quitaron. Y ahí es que la gente se opuso. Y bien, usted puede ir a ver el territorio,*

[341] *Ministério del Ambiente y Recursos Naturales* (MARENA).
[342] *Ministerio de Salud* (MINSA).

> *pero no sabe por dónde son los linderos, por donde, los ÚNICOS que conocen sus territorios son los dueños que son las autoridades comunales y territoriales, y eso fue el problema.*
>
> **Helen:** *¿Ellos quitaron los gobiernos territoriales también?*
>
> **Sr. Delvin**: *Quitaron. Porque CEJUDHCAN con los 23 gobiernos territoriales hizo este manual de procedimiento. (...) Una respuesta y un trabajo más para que el Estado aprobara y cumpliera con este procedimiento, porque nuestra meta como una organización de derechos humanos no era que se mueran los indígenas ni tampoco los colonos. Nuestra meta era para* ***proteger el bien jurídico*** *como de forma pacífica, era resolver esta situación de la invasión de colonos. (...) Pues este procedimiento [construcción del manual], se aprobó a nivel institucional aquí del Estado, del Consejo Regional, fue aprobado, (...) aquí en el norte y en el sur. Estaba 23 gobiernos territoriales que aprobaron y validaron este Manual de Saneamiento. Cuando se aprobó esto como que el Estado no quiso implementar el saneamiento bajo este procedimiento.* (Entrevista: Delvin Rosálio Colomel, Bilwi-Puerto Cabezas, 22/8/2017).

O Sr. Delvin estava se referindo ao fato de que quando os membros dos governos territoriais junto com os representantes das diferentes instituições estavam realizando todas as atividades concentradas em fortalecer seus conhecimentos e com a finalidade de procurar os meios que possibilitassem a conclusão do *saneamiento*, o Estado criou o citado decreto. De certo modo, o objetivo implícito de tal ação estatal era enfraquecer o protagonismo dos representantes dos governos territoriais, isto é, das comunidades indígenas e étnicas, tal como o desempenho solidário do "consórcio". Repentinamente os meios estabelecidos para proceder com todas as etapas demarcatórias foram modificados, o que significaria que os agentes sociais das comunidades caribenhas teriam que iniciar um novo processo de diálogo e atuação em prol do *saneamiento*, por meio de outros mecanismos impostos pelo Estado. Pode-se dizer que esta decisão constituiu uma nova "tática dilatória" por parte dos agentes estatais.

Para ilustrar, como apontado anteriormente, a partir da Lei N° 445 criam-se as duas instituições fundamentais para tratar de completar o processo de demarcação e titulação: a Comissão Nacional de Demarcação e Titulação (CONADETI) e a Comissão Intersetorial de Demarcação e Titulação (CIDT). Referindo-se a função destas instituições, o artigo n° 45, da mesma lei, esclarece que o processo de demarcação y titulação contará com as seguintes etapas: **"***1. Etapa de Presentación de Solicitud; 2. Etapa de Solución de Conflicto; 3. Etapa de Medición y Amojonamiento; 4. Etapa de Titulación; y 5.* ***Etapa de Saneamiento****".* Porém, com o mencionado decreto, a Comissão Interinstitucional para a Defensa da Mãe Terra excluiu a CONADETI e a CIDT, os substituindo por outras instituições estatais, distantes da

realidade da Costa Caribe. Por exemplo, em concordância com o Decreto N° 15-2013, a alusiva comissão, será integrada pela:

> a) Procuraduría General de la República; quien la preside; b) La Corte Suprema de Justicia; c) La Secretaría de la Costa Caribe; d) La Comisión de Asuntos Étnicos de la Asamblea Nacional; e) El Ministerio del Ambiente y los Recursos Naturales; f) El Ministerio de la Familia, Adolescencia y Niñez; g) El Consejo y Coordinación de los Gobiernos Autónomos; h) La Policía Nacional; i) El Ejército de Nicaragua." (Art. n° 3; Decreto N° 15-2013).

Em outros termos, as autoridades das respectivas comunidades e territórios não são convidadas para participar do processo que diretamente os afetam, tampouco as instituições sediadas na Costa Caribe e que melhor representam os interesses *costeños*, mormente as que foram especificamente criadas no intuito de levar a cabo o procedimento demarcatório, de acordo com a Lei N° 445. Neste sentido, o Decreto N° 15-2013 apenas destaca os Conselhos e Governos Regionais, assim como a *Secretaría de la Costa Caribe*, como estruturas representativas da Costa Caribe. Entretanto, os Conselhos e Governos Regionais estão estreitamente vinculados à Presidência da República e frequentemente têm sido dominados por políticas partidárias (como veremos adiante). De modo semelhante, a *Secretaría de la Costa Caribe* constitui um setor fundado pela FSLN, dirigido por um militante do partido em poder desde os tempos da guerra, o Sr. Lumberto Campbell[343], que vêm preenchendo o cargo de *Secretario de Asuntos de la Costa Atlántica* , além de ser o vice-presidente do Conselho Supremo Eleitoral (CSE). Em outros termos, sua função constitui mais uma estratégia para controlar a Costa Caribe, instituída pelo regime orteguista de maneira ambígua[344].

Por isso, a ideia do manual de procedimento era uma resposta à postura do Estado de negar-se a um diálogo transparente com os agentes sociais do Caribe, os quais protagonizaram um método consentido pelos indígenas e afrodescendentes, ademais as instituições da Costa

[343] Lumberto Campbell se tornou vice-presidente do Conselho Supremo Eleitoral, na Nicarágua, em 2018. Desde já vêm sendo conhecido por participar das ordens orteguistas, que consistem em violentamente reprimir os atos públicos que começaram em abril de 2018, destacado no capítulo anterior. Para mais informações verifique EXIGEN destitución "imediata" del presidente de Poder Electoral de Nicaragua. **Agencia EFE**, Managua, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/america/politica/exigen-destitucion-inmediata-del-presidente-de-poder-electoral-nicaragua/20000035-3818945>. Cabe mencionar que o Sr. Lumberto Campbell é conhecido por ser uma das pessoas envolvidas de modo categórico na venda de terras pertencentes às comunidades indígenas e étnicas, contribuindo com a destruição das extensas áreas de florestas devido à retirada das madeiras preciosas, entre outras atividades empresariais, fundamentadas em motivos estritamente capitalistas, conforme me informaram diversos agentes sociais da RACCS e RACCN, entre 2014 e 2018.

[344] Informações concedidas em entrevista com a Sra. Dolene Miller, em 31/8/2015; líder *Creole* da Bluefields-RACCN. Para mais informações ver, GONZÁLEZ, Miguel. La costa de comandante Campbell, **Confidencial**, Managua, 16 ago. 2015. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/la-costa-del-comandante-lumberto-campbell/>.

Caribe vinculadas de alguma maneira à operacionalidade da Lei N° 445, especialmente sua quinta etapa demarcatória. Do mesmo modo, estas pessoas e entidades atuaram conforme os critérios legais da autonomia, que amparam suas possibilidades de impulsionar procedimentos jurídicos que são de seu interesse e direito, com base em preceitos regionais, nacionais e internacionais. Os entrevistados, de todo modo, me contaram com veemência a urgência em resolver o problema, porque a morosidade por parte do Estado em iniciar este processo perdurava enquanto os membros das comunidades indígenas e étnicas se sentiam cada vez mais ameaçados pelos *colonos*.

Como sublinhado pelo Sr. Milton Zamora antes, no momento que os mencionados protagonistas conseguiram conversar com o Subprocurador e lhe entregar o manual de *saneamiento*, este lhes disse que os representantes do Estado iam dar um retorno em breve, a fim de discutir o documento e as condições possíveis para a conclusão de tal etapa legal, o que nunca aconteceu. Ao invés de analisar o citado manual, alguns interlocutores *costeños* apontaram-me que o Procurador Geral da República sugeriu como resolução de conflitos, a ideia de uma "convivência pacífica", também frequentemente referida como a concepção de "*cohabitación*". De acordo com a Sra. Juana Bilbano, existe um *Guía de Convivencia* que foi criada pelos indígenas *Rama* e os *Kriol*, do Território *Rama* e *Kriol*, da RACCS. Entretanto, este documento consiste em um modelo que os membros do território decidiram utilizar para lidar com os "*viejo vivientes*". Trata-se de selecionar as famílias *mestizas* com quais aceitam conviver no território, desde que elas paguem um "*canon*"[345], isto é, uma taxa de arrendamento, e concordem com as normas estipuladas pelas comunidades *Rama* e *Kriol*. Porém, este é um método próprio dos membros desse território, que mantêm uma cultura diferente dos *Miskitu* e outros povos do Caribe Norte, aonde as tensões sociais, principalmente entre os *Miskitu* e os *colonos*, não conduzem uma possibilidade de "conviver" em paz sob as circunstâncias de invasão territorial extrema[346].

[345] Conforme a o artigo n° 38, da Lei N° 445: "Los terceros en tierras indígenas sin título alguno deberán abandonar las tierras indígenas sin indemnización; pero en caso de que pretendan permanecer en ellas, pagarán un **canon de arrendamiento** a la comunidad" (BRYAN et al., 2012, p. 123).

[346] Entrevistei o Sr. Lorenzo, representante do povo indígena *Rama*, do Território *Rama* e *Kriol*, na RACCS, a respeito desta metodologia para lidar com os "*viejo vivientes"* ou *mestizos* que respeitam as normas e cultura dos *Rama* e *Kriol*, em 11/9/2015. Ele explicou-me que em lugar de ir ao enfrentamento físico com os *mestizos*, os *Rama* têm adotado uma "convivência pacífica", inversamente aos *Miskitu* no norte do Caribe. Isto porque os *Miskitu* no norte estão dispostos a enfrentar os *mestizos-colonos* de maneira bélica, em virtude da sua demanda da realização do *saneamiento* perante o Estado. No entanto, os *Rama* preferem evitar qualquer confronto agressivo, pois se consideram um povo "pacífico".

Para esclarecer, eu conversei com o Sr. Lorenzo, que era representante indígena da etnia *Rama*, dentro da CONADETI e da Comissão de Reflorestamento do GTR-K, quando visitei a comunidade *Rama Cay*, no Território *Rama* e *Kriol*, na RACCS, em 2015. Na ocasião ele não apenas me falou sobre a política de "convivência pacífica" que os *Rama* elaboraram, mencionada acima, mas destacou a distinta política de "*cohabitación*" imposta pelo Estado, me esclarecendo que este último tem *outro* objetivo. O líder *Rama* afirmou-me que:

> *Al gobierno no le conviene el saneamiento. No quiere saneamiento. Está creando un término que se llama "**cohabitación**". Significa de es que tenemos que convivir con los mestizos, que están adentro del territorio (...).*
>
> **Helen**: *Ah... es el contrario del saneamiento...*
>
> **Sr. Lorenzo**: *Exactamente, es el contrario. No es una ley, sino es como una estrategia. Dice que ellos tienen que convivir con nosotros, no hay que pagar a nadie....*
>
> **Helen***: Y ¿cuándo empezó ese discusión?*
>
> **Sr. Lorenzo***: Este año [2015]. Te dan una Ley y la contradice con otra.* (Informação verbal: comunidade *Rama Cay*, RACCS, 11/9/2015).

Retomando a discussão sobre a proposta do Procurador Geral da República, a Sra. Juana expressa sua interpretação da "*cohabitación*", na sequência.

> *(...) el gobierno habló de la **cohabitación**, habló de la **convivencia pacífica**. Pero el pueblo Rama tiene esa política de darse a título a la gente de los "viejos vivientes" que tiene buena relación, pero no con TODOS los colonos, sino que a los "viejos vivientes", pero eso es el pueblo Rama, el pueblo Miskitu no quiere eso y el pueblo Mayangna tampoco. Así que el Procurador como que quiere cohabitación ¿Que significa cohabitación? Es como que vivir junto y que tener casi el mismo derecho, ¿verdad? Entonces los comunitarios dijeron: "hasta el momento estamos viviendo aquí juntos y vemos el choque de cultura que enfrentamos y los otros [colonos], ellos se crecen diario entran familia, familia, familia y no va desaparecer y eso es lo que va provocar **etnocidio**, y después de veinte, treinta años ya no vamos a existir porque ahorita ya nos quitaron todas las parcelas que tenemos, ahora quieren la comunidad y no podemos permitir eso, nosotros no queremos nada de cohabitación, ni arrendamiento, porque no vamos a tener control de eso porque ellos **quieren miles de hectáreas**. Entonces, están despalando todo, todo hasta el oro están sacando, o sea, hasta todas las maderas, todo el bosque, más el rio contaminado, más abajo le sacan, entonces ¿qué va a tener nuestros hijos? Esta es la herencia de nuestros hijos."* (Entrevista: Juana Bilbano, Bilwi, em 14/8/2017).

Neste contexto, o *Consejo Pastoral de la Región Autónoma de la Costa Caribe Norte*, igualmente foi convocado para tomar parte da articulação do "consórcio". Um dos seus membros me narrou sobre a participação do Conselho Pastoral, incluindo a reunião com o mesmo Procurador.

> *Aquí hay una organización que se llama organización de derechos humanos, CEJUDHCAN. CEJUDHCAN está bastante involucrado en este tema. Y como dos veces nos habían invitado a Managua para hablar con el Procurador General. Primero porque varios territorios no les habían entregado sus títulos. Una de las demandas era que se complete la entrega de los títulos. Segundo, para ese entonces no se habían dado los pleitos en los territorios, no hubo muertos por eso. Entonces, segundo era alertar, decirle al gobierno, al Procurador del gobierno que se va a ver* ***una situación que no necesariamente va a ser un problema étnico.*** *Sino que los móviles, las comunidades indígenas contra invasores en sus tierras. Independientemente si sean mestizos****, no por ser mestizo, sino por invadir su tierra, va a haber problemas.*** *Entonces nosotros queríamos evitar esa situación. Y ellos [representantes del gobierno central, el Procurador]* ***ya tenían la posición de cohabitación****. En esa reunión empezó a hablar de la cohabitación. (...) Bueno en esa primera reunión, él llegó [el Procurador]. Llegó a la oficina, fue en su oficina, nos atendió. Ahí se planteó una segunda reunión de seguimiento, y ya en la segunda ya no atendió.* (Informação verbal: Conselho Pastoral, RACCN, 18/12/2017).

Durante meu tempo na RACCS e na RACCN, frequentemente ouvi notícias sobre a pretensa política de "*cohabitación*" também chamada de "*convivencia*" como sinônimo, sendo promovida pelo governo central e o partido FSLN, como se fosse uma norma oficial. Quando visitei as comunidades *Miskitu* no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, diversos indígenas me contaram que eles ouviram a propaganda sobre a "*cohabitación*" na emissora de rádio, divulgada pelo partido FSLN. Por isso, indaguei esta questão durante a maioria das minhas entrevistas, procurando compreender exatamente que significava em termos das políticas territoriais que afetam as respectivas comunidades indígenas e étnicas.

Na próxima narrativa, o Sr. Brooklyn Rivera, do mesmo modo, explica seu entendimento deste conceito.

> **Helen**: *¿De dónde viene este concepto de cohabitación o convivencia?*
>
> **Sr. Brooklyn**: *Bueno, es para engañar, confundir y poner su política pública, o sea, cree que son inteligentes y entonces le dicen, bueno, claro, es peligroso esa política, porque lo que pretenden* ***es reconocer a los colonos que tienen un derecho****, no sea base de qué los reconocen, los colonos no tienen ningún derecho. Que tienen documentos, títulos, o avales, o escrituras, eso no cuenta, es que ¡LA LEY LO PROHIBE!, la ley lo prohíbe, entonces no tiene sustento legal, son ilegales todos esos documentos son nulos, entonces ¿qué derecho puede reclamar? Entonces, pero el* ***gobierno con cohabitación implícitamente le dan un derecho a***

> ***los colonos**, que no tienen, y en segundo lugar, saber que los colonos se multiplican rápido, entonces le dejan ahí y prácticamente toda Nicaragua van a venir a vivir aquí, verdad ¿quién controla? Deja cien (100) colonos cohabitados, en bajo una cohabitación, en tres años va a ver mil por decir así.*
>
> **Helen**: *¿Pero la cohabitación es una política pública? ¿Hay algo escrito?*
>
> **Sr. Brooklyn**: *Nada escrito, nada, simplemente les da unos **reconocimientos legal**, implica reconocimiento, un derecho, y permitir que viva, y que se quede, y que coexista, entre los dos, pero la cultura de los indígenas es distinta, es **cuidar el bosque**, es **mantener la armonía ecológica**, verdad, y el **cuido de la fauna, la flora**; los mestizos, los colonos no, para ellos es **destruir, vender y hacer negocios.** Entonces ¿cómo se puede cohabitar las dos culturas? No hay forma, el otro va a hacer que **desaparezca, la otra lo absorbe** y lo acaba, imponiendo su organización, su idioma, su religión, su forma de vida, y su digamos control, verdad, entonces no hay forma, de que pueda hablar de cohabitación y convivencia.* (Entrevista: Brooklyn Rivera, RACCN, 25/12/2017).

De modo igual, perguntei ao professor Milton Zamora sobre sua compreensão desta política. Ele esclareceu-me que: "*la idea de cohabitación viene del gobierno*". Não obstante, Sr. Milton questionou a contradição desta noção, porque implica que os indígenas não são capazes de viver em paz com pessoas que pertencem a outras culturas ou etnias. Porém, os diversos povos indígenas e afrodescendentes da Costa *Mosquitia*, de fato, vêm convivendo com outras etnias e culturas desde antes da colonização britânica. Sobre este assunto, ele destacou:

> *(...) Más bien, **el mundo occidental vino a cambiar toda esta mentalidad y ahora viene a hablar de la cohabitación.** Pero como ellos decían que cómo yo voy a hacer una convivencia o una cohabitación con alguien que yo cuido mi animal, yo cuido mi bosque, yo cuido mi árbol y el otro [colono] que **viene despala**. No se puede, no puede vivir un **depredador** con una, para poner una palabra más fuerte, porque el depredador su instinto es **acabar** y el otro es **preservar** entonces, no, se choca. La otra mentalidad del mestizo es riqueza a través de dinero; la mentalidad del pueblo indígena, por lo menos la nuestra, es la riqueza conservando el medio ambiente, una vivencia en armonía con el medio ambiente, y este es totalmente pensamiento opuesto a estos dos pueblos entonces, ahí está el problema.* (Entrevista: Milton Zamora, Bilwi, 26/8/2017).

Observa-se que ambas as testemunhas, Sr. Brooklyn e Sr. Milton, ressaltam diferenças culturais profundas, levando a um choque cultural entre os indígenas e os *mestizos-colonos*, de modo que impossibilita uma convivência pacífica entre os dois. Isto é devido, notadamente, às suas concepções diferenciadas em referência à terra e sua relação com a natureza, abrangendo o uso dos recursos naturais. Este aspecto é vislumbrado nos exemplos de contrastes referentes aos *colonos* como, por exemplo, a classificação "depredador", que

procura “destruir” ou “acabar” com a natureza, enquanto os indígenas “cuidam” ou “preservam” os elementos da natureza, mantendo a “harmonia” com a mesma. Do mesmo modo, seus ideais culturais que dizem respeito à “riqueza” no tocante da natureza são opostas, considerando que enquanto para o indígena a própria natureza em si é valiosa, para o *mestizo-colono,* ela é apenas uma commodity, ou seja, algo para ganhar capital monetário, a partir de “vender” ou “*hacer negócios*” com a mesma, incluindo desmatá-la para comercializar madeira ou com a finalidade de produção agrícola e/ou agropecuária para o mercado.

Conforme a explicação do Sr. Brooklyn, a conhecida política estatal de “*cohabitación*”, implica ideologias integracionistas e assimilacionistas, típicas de uma cultura dominante ou ocidental (SAID, 1992), remetendo às intenções de colonos durante o período da colonização. Em outras palavras, à medida que os *mestizos-colonos* tratam de fazer os indígenas “desaparecer” (“*desaparezca”*), os indígenas acabam “absorvendo” a cultura do outro – vivendo conjuntamente e construindo relações interétnicas, assim sucessivamente se assimilando à cultura dominante para garantir sua própria sobrevivência, o que ao longo do tempo vai diluindo sua cultura, até que não existe mais. Pode-se dizer que se trata de um mecanismo de colonização interna na atualidade, promovido pelo Estado, ao invés de reconhecer a autodeterminação e os direitos territoriais dos povos indígenas e afrodescendentes do Caribe.

Neste contexto, a Sra. Juana traz à luz a compreensão dos membros das comunidades indígenas e étnicas, no que tange a ideia de “*cohabitación*” proposta pelo Procurador:

> *Así lo comprendió las comunidades* ***como que quieren legalizar la invasión****, como que quieren dejarlos juntos. Entonces cierra así porque lo entregaron el título de la propiedad, no tenía que dárselo ahí y los colonos, entonces cuando lo escucharon ese lenguaje, los colonos empezaron más invasión porque dijeron que el gobierno lo tiene protección de gobierno, que el gobierno los quieren dejar junto con los indígenas. Entonces cuando oyeron más y también querían demonstrar que ellos son la mayoría de la población, verdad, y ahí es que empezaron a entrar más… y bueno la primera reunión hasta ahí quedó, nunca hubo segunda reunión [con el Procurador].* (Entrevista: Juana Bilbano, Bilwi, 14/8/2017).

Desta forma, enquanto os *mestizos* cometem delitos ao apropriar-se ilegalmente de *tierras comunales* histórica e juridicamente pertencentes às comunidades indígenas e étnicas, eles são brindados por um reconhecimento para que seus atos de usurpação territorial se tornem legítimos na compreensão do aparato estatal e a sociedade nacional. Por outro lado, para os indígenas e afrodescendentes que possuem direitos constitucionais sobre os territórios

que tradicionalmente ocupam, na prática o Estado não reconhece esses direitos fundamentais, até mesmo os ignorando e reprimindo quando tentam reivindicar seus direitos legalmente fundados. Destarte, ao invés de levar a cabo o procedimento jurídico de *saneamiento* territorial, o Estado está tentando forçar os referidos *costeños* a conviver em paz com aqueles que invadem seus territórios ilicitamente, sem diálogo, sem consequências, e em muitos casos de forma violenta. Será que os indígenas ou negros do Caribe seriam brindados com a mesma legitimidade para invadir terras privadas pertencentes ao *mestizos* em outras regiões? Considerando esta dinâmica, é preciso perguntar: qual é a diferença do reconhecimento dos *mestizos-campesinos-colonos versus* o reconhecimento jurídico dos indígenas e afrodescendentes caribenhos? Tudo indica que a base deste problema, constitui discriminação racial, além do fator econômico em jogo.

Na sequência dos acontecimentos em referência à mobilização dos representantes dos governos territoriais da Costa Caribe e a colaboração do "consórcio", os entrevistados relataram que após a primeira reunião com o Procurador Geral da República, esperaram a resposta em um período de seis meses a um ano, a respeito da proposta do manual de *saneamiento* entregue. Em consonância com Sr. Milton Zamora:

> *Nosotros continuábamos trabajando con los gobiernos territoriales, luego llamando, llamando para que nos [atendieran], intentamos como doce (12) veces. La última vez, después de esos doce (12), fuimos de aquí una comisión grande. Todos los territorios, la representación de todos los territorios estaba y, nosotros también como parte de las instituciones que apoyamos, nos fuimos. Hicimos un evento en un hotel de Managua, invitamos a todos los diputados de la Costa Caribe que está en nivel de la Asamblea [Nacional], invitamos a todos los líderes políticos o autoridades políticos de los partidos, ¿verdad? Invitamos a la comisión CONADETI, invitamos a la Secretaría de Asuntos de la Costa Caribe que está en la región, invitamos a los representantes de la región y nuestra idea era entregar copias [del manual] a ellos y decir que ellos abocaran por los territorios, (...) ya que no hacen caso a los territorios entonces, nuestros representantes lo lleven.*
>
> *(...) Y esa invitación antes de hacer el evento, realizamos la invitación en un mes antes a todos, todos firmó la aceptación o el recibido, en la reunión (...), invitamos lógicamente a los medios de comunicación, eso fue una cosa grande. En el evento, solamente llegó el diputado Brooklyn Rivera, el diputado Lloyd Bushy que también es del partido YATAMA, que estaba ante Parlacen [Parlamento Centroamericano], (...) y los medios de comunicación y los territorios. Entonces esto fue como una* ***burla*** *para los territorios, entonces las personas que iba a hacer el trabajo de entregar este documento o sentar a presentar los representantes porque había ellos, había seleccionado su representante [de las comunidades] como cinco o seis personas [de cada comunidad], creo que se molestaron mucho. Algunos dio su discurso muy fuerte o habló muy fuerte ante los medios y dijo que* ***ellos comenzaba por su propia mano, pues saneamiento****, y arrancar el saneamiento por su propia mano es buscar conflicto y ahí nosotros dijimos que no estábamos nosotros buscando eso, nosotros estábamos buscando cómo hacer*

> *enlace o ser testigo como institución, o hacer que el gobierno se siente con el gobierno central o las dependencias del gobierno central, se siente y hable con los representantes de los gobiernos territoriales y comunales, al eso no suceder nosotros dijimos: "pues ya ahí terminado", porque ya estaba el manual, lo entregábamos a sus manos, a los representantes de los gobiernos territoriales para que ellos hagan todas las cosas, a pesar de que, entonces nosotros fuimos como técnicos de ellos para ayudar a elaborar con la experiencia, con el conocimiento que todos ellos tenían, y nosotros ahí dijimos, "pues ahí terminó, nosotros vamos a trabajar en otro nivel", y que ellos como representantes de su territorio lleve el trabajo a cabo: la negociación, el diálogo con el Estado de Nicaragua. Y como ellos decidieron que iba a ser por su propia mano, lo que era el saneamiento y todo eso, y ahí es que comenzó las confrontaciones en los diferentes territorios a partir de ese momento.* (Entrevista: Milton Zamora, Bilwi, 26/8/2017).

Como narrado pelo Sr. Milton, quando perceberam que os representantes do Estado não iriam dar um retorno sobre a proposta do manual de *sanieamiento* entregue, os representantes dos 23 governos territoriais, acompanhados por uma grande comissão composta pelas organizações propulsoras das atividades correspondentes, decidiram ir até a capital nacional para resolver este problema diante das autoridades responsáveis, no centro do poder do país, pessoalmente. Por conseguinte, em novembro de 2014, objetivando realizar uma atinente reunião de diálogo, no hotel Crown Plaza, em Managua, esses protagonistas convidaram oficialmente todos os representantes que compõem a *Comisión Interinstitucional para la Defensa de la Madre Tierra*, incluindo o Procurador Geral da República, a Polícia Nacional e o Exército; assim como os deputados que compõem o Congresso Nacional, abarcando a *Comisión de Asuntos Étnicos* e os respectivos representantes de partidos políticos; além da CONADETI, a imprensa, entre outros. Estes receberam os convites formais, até mesmo os assinando e aceitando a convocação da reunião que tinha como objetivo retomar o diálogo com os agentes do Estado para estabelecer uma data oficial e iniciar o processo de *saneamiento* definitivamente. Entretanto, exceto o deputado, Brooklyn Rivera e o representante do YATAMA no âmbito do Parlamento Centroamericano, Lloyd Bushy, nenhum dos representantes das diversas entidades estatais compareceram, o que marcou de maneira contundente a postura do Estado quanto aos direitos territoriais e a proteção dos povos indígenas e afrodescendentes. Este evento demonstrou que os agentes do Estado nunca pretendiam levar a cabo o referido procedimento demarcatório e não tinham o menor interesse em dialogar de maneira transparente com os *costeños* sobre o assunto[347].

Lembrando-se desse momento crítico, o Conselho Pastoral frisou o fato que:

[347] Cf. CUPPLES; GLYNN, 2018, p. 38-39.

> *De esa vez ya quedó claro pues que había un problema serio. (...) Ahí entendimos pues que el gobierno no estaba interesado en los planteamientos que uno hace. Ellos [representantes estatales] van a continuar en su propio plan. Eso es lo que está sucediendo. Desde entonces, se hizo la incidencia más fuerte del gobierno [central] de cómo eran los gobiernos comunales, territoriales, cambio de autoridades [comunales y territoriales], y negociar con los colonos.* (Informação verbal: Conselho Pastoral, RACCN, 18/12/2017).

Consequentemente, os representantes das comunidades indígenas e étnicas acompanhados pela citada comissão de diversas organizações, os quais fizeram uma longa jornada, via barco e ônibus, para chegar até Managua, se sentiram profundamente indignados e desrespeitados, pela "burla" dos convidados estatais que não se apresentaram. Neste contexto, as autoridades das comunidades caribenhas mencionadas se pronunciaram sobre o ocorrido diante da imprensa, confirmando a quebra de confiança e a impossibilidade de negociar de modo transparente com o Estado. Por exemplo, o presidente *Miskitu* do Governo Territorial Indígena (GTI), Sr. Constantino Romel, do Território *Wangki Twi-Tasba Raya* se manifestou publicamente, durante o episódio, da seguinte maneira:

> *(...) incumplir la quinta etapa, que es los mismos hijos de la patria, que son 95 deputados de la Asamblea Nacional aprobaron esa ley de demarcación y titulación de las tierras indígenas, y da la seguridad respaldado por el Estado de Nicaragua. Sin embargo, como hay falta de voluntad, los pueblos se va hacer la demarcación, o saneamiento o* ***auto-saneamiento*** *a su propia manera. Esta nos implica, esta nos empuja, a hacer de nuestra propia manera, como hacer nuestro auto-saneamiento. Auto-saneamiento significa caernos en nuestra justicia propia.* (Pronunciamento público: Constantino Romel, Crown Plaza, Managua, 14/11/2014[348]).

Após o evento que acabou sendo uma reunião de imprensa ao invés de uma discussão aberta com as autoridades estatais responsáveis, os protagonistas *costeños* foram para as ruas em protesto, denunciando a irresponsabilidade do Estado, ao passo que seus territórios estão sendo invadidos por *terceros*, momento descrito pelo Sr. Delvin abaixo:

> *Y en ese entonces nosotros marchamos, manifestamos en la calle de Managua, y llegamos hasta la Procuraduría General. Y dijo que, la respuesta fue que no estaba el Procurador. Nos atendió una persona teniendo un, dos niños Mayangna que tenían ahí, y nos puso en la mesa, diciendo que: ya están protegiendo la madre tierra, que no sé qué, un montón de cosas. Pues el manual se quedó ahí, sin aplicar porque el saneamiento tampoco, ningún bajo la Ley 445 ni bajo el manual segundo realizado. A como decían previamente los comunitarios desde ahí es que ya como que esta cosa se ha venido complicando. Pues estamos en lo que estamos [los conflictos].* (Entrevista: Delvin Colomel, Bilwi, 22/8/2017).

[348] Ver vídeo do evento e os respectivos pronunciamentos intitulado, *Saneamiento Territorial para los Pueblos Indígenas y Afrodescendientes es Responsabilidad del Estado de Nicaragua*, **CEJUDHCAN**, 2015. Disponível em: <https://youtu.be/uSiByOazZ9Y>.

Quanto a esta tentativa de marchar até a Procuradoria Geral da República, com a intenção de conversar com o Procurador novamente, a Sra. Juana também se expressou com muita emoção sobre esta situação consternadora.

> *"Es una burla" decían los comunitarios [indígenas y afrodescendientes] y después ahí marchándose, pues nada, y que los comunitarios regresaron [a sus comunidades] y todas las comunidades atentos, esperando que ese viaje que fueron algunos líderes − "¿qué dice el Procurador?" Y yo me acuerdo que me puse a llorar muy triste y yo le dije: y ahora que voy a seguir, no sé qué más hacer y ahora sí que le digo porque ahora no me lo va escuchar, yo ya no puedo estar diciendo a esperar, a ver, que el gobierno lo va hacer, porque ya ellos se dan cuenta de que no van hacer [nada]. Eso fue en noviembre y en diciembre* ***empieza el derramamiento de sangre*** *en el territorio Twi Waupasa.* (Entrevista: Juana Bilbano, Bilwi, 14/8/2017).

Os relatos supracitados indicam que o Procurador Geral da República, que os fizeram seguir os novos critérios do Decreto N° 15/2013, se negou a retomar o diálogo com os citados agentes sociais do Caribe que ele mesmo tinha prometido e condicionado a este dispositivo e procedimento legal. Como forma de iludir os respectivos protestantes, o Procurador mandou dois indígenas *Mayangna* coniventes ao governo sandinista, responder em seu lugar, numa tentativa enganosa de acalmar os manifestantes que apareceram para demandar respostas verdadeiras. Portanto, estes representantes das comunidades indígenas e afrodescendentes se sentiram profundamente ofendidos. Neste contexto, os membros da comissão (ou "consórcio") constituída pelas instituições articuladoras das atividades de capacitação dos representantes dos 23 governos territoriais; da elaboração do manual; e da comunicação com o Estado, já não tinha uma proposta satisfatória que poderia resolver o problema de comunicação entre todas as partes, no tocante de realizar as medidas específicas para finalizar o *saneamiento* territorial. Esta sequência de eventos é relevante porque marcou o rompimento definitivo entre os respectivos *costeños* e o Estado, quanto à resolução de conflitos com *terceros* nos seus territórios. Do mesmo modo, o fim da colaboração e articulação do chamado "consórcio" a respeito da implementação da Lei N° 445, sobretudo, sua quinta etapa conclusiva.

Segundo os entrevistados, os membros desta comissão também deixaram de acompanhar os representantes das atinentes comunidades caribenhas nesta dinâmica, porque tinha esgotado o financiamento que custeava as atividades correspondentes, mas, sobretudo, em razão de que já estavam recebendo ameaças de morte por estar envolvidos na mobilização a favor da instauração plena da Lei N° 445. De modo igual, aqueles que trabalhavam em

instituições vinculadas ao Estado temiam perder seus empregos. A única organização que continuou acompanhando os indígenas e afrodescendentes, no tocante ao *saneamiento* e seus direitos fundamentais até o presente momento, é o CEJUDHCAN.

Em suma, os episódios que se culminaram e terminaram com a reunião desfeita em Managua, descrita acima, evidenciam o que levou a este momento crítico, em que houve um rompimento das condições de diálogo ou negociação entre as comunidades indígenas e étnicas, com as diversas instâncias e agentes estatais responsáveis pelo cumprimento do processo de regularização formal dos seus territórios tradicionalmente ocupados, mormente sua segurança física em face das invasões agressivas e ilícitas por parte de *colonos.* Contudo, a postura dos representantes do Estado de não comparecerem na reunião de diálogo transparente, proposta pelos agentes sociais do Caribe, instigou de maneira categórica enfrentamentos bélicos entre indígenas e os *colonos*, especialmente na RACCN, visto que ficou bastante claro para os *costeños* interessados, que eles não podiam contar com o suposto respaldo jurídico, tampouco a devida proteção por parte do aparato do Estado. Isto significaria que os mesmos teriam que buscar as formas de autoproteção e resistência contra a usurpação dos seus territórios, como veremos adiante.

CAPÍTULO V – A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NO CARIBE: AS DENÚNCIAS E AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO LEGAIS FACE À PERSPECTIVA DOS AGENTES ESTATAIS

Como explicado no capítulo anterior, após a reunião em Managua, em que foram convidados os representantes do Estado para dialogar com os representantes dos territórios indígenas e étnicos sobre as medidas a serem tomadas a fim de concluir o *saneamiento*, houve um aumento súbito e extremo de conflitos territoriais, balizado pela violência, especialmente em territórios *Miskitu*, na RACCN. Tratando das ocorrências que seguiram esse momento crítico, este capítulo tem como proposta analisar a dinâmica dos conflitos sociais a partir da perda de confiança dos agentes sociais das comunidades indígenas e étnicas com relação às intenções dos agentes estatais e no sistema jurídico. É possível perceber na etnografia que segue, que esta relação de desconfiança com o aparato do Estado, assim como as tensões entre indígenas e *colonos* relativos aos direitos à terra, incitam a *memória social de luta* dos tempos da guerra, fato que deixa as comunidades indígenas cada vez mais inseguras.

Nesta conjuntura, os defensores de direitos humanos acompanharam as denúncias que os membros dessas comunidades realizaram diante dos agentes estatais de segurança pública, sobre as respectivas violências que sucederam. Entretanto, os policiais e militares se recusaram a registrar os casos ou fornecer proteção às vítimas. Este fato revela as ambiguidades do sistema burocrático-administrativo e jurídico na Nicarágua. Desta forma, indicando um conjunto de violências e racismo institucionais. Por isso, neste capítulo serão apresentados numerosas denúncias e processos legais efetivados perante os mecanismos jurídicos internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos, como estratégia para combater esse sistema contraditório e racista, que permite tais agressões à vida dos indígenas.

Em contrapartida, serão examinadas as interpretações dos conflitos territoriais vinculados ao processo de *saneamiento*, além das ocorrências que chamam a atenção para as violências entre indígenas e *colonos*, a partir da visão dos agentes estatais. Por um lado, há evidências que o sistema hierárquico do governo central subordina funcionários, assim facilitando indiretamente a corrupção, como o tráfico de *tierras comunales*, da mesma maneira que funcionários estatais com maior poder e *status* estão envolvidos diretamente em esquemas de compra e venda ilegal de tais terras aos *colonos*. Por outro lado, as perspectivas

dos agentes estatais entrevistados demonstram interesses econômicos que priorizam os objetivos do Estado em relação aos territórios indígenas, concomitantemente menosprezando os direitos ou interesses dos próprios indígenas que tradicionalmente habitam essas áreas. Desta maneira, partindo dos dados etnográficos levantados sobre esta situação social tensa, na sequência tratarei de analisar os relatos referentes à intensificação das violências decorrentes de enfrentamentos entre indígenas e *colonos*, em territórios indígenas.

De acordo com a Sra. Juana Bilbano um dos primeiros territórios que teve graves problemas, posteriormente à quebra de comunicação com o Estado em novembro de 2014, foi o território *Miskitu*, *Twi Waupasa*[349]. A defensora de direitos humanos explicou-me que em dezembro do mesmo ano, os respectivos indígenas pediram o auxílio dos advogados de CEJUDHCAN, porque um grupo de *colonos* havia matado um dos seus líderes. Os indígenas disseram que receberam um convite aparentemente amigável dos mesmos, pedindo que os *Miskitu* visitassem seu assentamento, onde os *mestizos-colonos* iriam dar-lhes de presente um porco (*chancho*) em troca de "*bastimentos*", isto é, alimentos tal como mandioca, banana da terra ou pupunha, entre outros. Os indígenas aceitaram o convite, segundo eles, porque enquanto o problema de *saneamiento* não tivesse sido resolvido, pensaram que seria melhor manter boas relações com os *terceros*. Entretanto, após buscar o suíno, quando já estavam regressando à sua comunidade, o grupo de indígenas que tinha visitado os *colonos* foi emboscado por eles. Em outros termos, a interação proposta pelos *mestizos-colonos* foi uma cilada, objetivando matar os líderes indígenas enquanto estavam afastados da sua comunidade[350]. A Sra. Bilbano prosseguiu relatando sobre este contexto impetuoso:

> *(...)Ahí murió un líder y otro quedó herido, ¿verdad? Después ese caso yo creo que la Policía empezó a investigar y después la Policía nos dijo que: "no, porque ellos se fueron a robar y por eso lo mataron", pero que la pura verdad no fue así. Entonces yo les pregunté [a los indígenas]: pero como que van a ir, que sabían que son colonos, que no quieren a ustedes le digo; [ellos – los indígenas] "sí pero nos mandaron un mensaje muy positivo y nosotros mientras dure el proceso de saneamiento nosotros íbamos a tener esa relación, y fuimos y nos entregaron", mi dice, "a mí me lo dieron [un chancho] y cuando nosotros dimos la vuelta cuando veníamos en un rio ya lo teníamos la emboscada". Y así lo mataron porque había gente que salvaron de ese incidente, pues no todos se murieron, ¿verdad? (...) Entonces, eso fue y después en mes de enero, febrero, marzo ya empezaron a atacarse, emboscarse a los líderes comunales de otros territorios, en Wangki Twi-Tasba Raya que hoy esta con medidas cautelares, ¿verdad? Pero antes de eso también nosotros nos habían informado la parte del territorio Tuahka que es*

[349] Ver Anexo III, do relatório intitulado "Informe sobre la Situación de los Derechos Territoriales de los Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de Nicaragua." **Alianza de Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de Nicaragua (APIAN)**, Nicarágua, dez. 2017.
[350] Informação verbal: Juana Bilbano, Biwli-Puerto Cabezas, 14/8/2017.

> *territorio del pueblo Mayangna que ellos me llamaron con urgencia, me dicen: "nosotros estamos refugiados en una comunidad, seis comunidades estamos desplazadas", me dicen, "los colonos atacaron nuestra comunidad, estamos en una escuela y queremos que venga vernos", y nosotros los mandamos…. Eso fue en mayo, en 2015, y cuando llegaron, dos abogados (...) ahí cuando llegamos los niños de la escuela, porque seis comunidades refugiadas ahí prácticamente esta inaccesible su comunidad porque los colonos atacaron.*
>
> *Y cada vez que voy [a las comunidades indígenas] me dicen los comunitarios [indígenas]: "bueno" dicen, "ya que fueron a Managua no te escucharon, no hay una esperanza o un pronunciamiento o un comunicado que diga el gobierno que el saneamiento y por lo tanto nosotros no vamos a permitir que colonos pasen más - que pasen por aquí y que entren en la montaña. Lo más, sacamos un comunicado prohibiendo, que ningún colono vamos a permitir que pase por nuestra comunidad, que si quieren entrar entren por otro lado, pero no por nuestras comunidades y que no vengan en nuestras comunidades, porque ya no queremos trato, porque es demasiada invasión". (...) Entonces empezó las emboscadas cuando ya no los dejaron en paz, cuando ellos van a su parcela…. Eso fue en la comunidad de Francia Sirpi, Santa Clara, esas son donde inició primero, ¿verdad?, mientras Wisconsin, Esperanza-Río Wawa son comunidades de menos población que estaban así con los colonos, dando vueltas y las otras comunidades vecinas decían: "bueno Esperanza y Wisconsin quieren ser amigos de los colonos, pues está bien, pero después que no lloren", dicen. "Nosotros no vamos apoyar si ellos quieren". Entonces dice otro [comunidades Wisconsin e Esperanza]: "es que no, nosotros somos muy pocos y ellos [los colonos] son muchos, nosotros no podemos decir que no venga, porque después nos van a matar y no tenemos con que defendernos", me acuerdo que así decían y cuando empezaron ya los [colonos] secuestraron, violaron las mujeres… A la comunidad Francia Sirpi y Santa Clara, llegaban y se robaban los paneles [solares], robaban televisores, baleaban y se llevaban las vacas de las comunidades [indígenas] y el otro [los indígenas] llegaban enojados y lo volvía a traerlas [las vacas]: ese conflicto ya había iniciado, ¿verdad? En 2015, marzo, mayo, junio, cuando ya estaba dando también en los otros territorios y nosotros acompañábamos a los heridos, a la Policía no nos recibían… No lo hicieron [las investigaciones] y después yo me fui, yo me acuerdo cuando me fui en mes de julio para hacer un taller con los jóvenes, verdad, elaborar una propuesta de saneamiento para ver que piensan los jóvenes, cuál sería la solución…. pues cuando yo me voy, yo los vi diferente - la comunidad -, cuando yo lo vi, los comunitarios dijeron: "nosotros* ***ya no vamos más estar trayendo aquí propuestas más de papeles****", dijeron, "ahorita la única solución es morir, si muramos enfrentándonos o moramos de hambre, uno de los dos", dice.* (Entrevista: Juana Bilbano, Bilwi, 14/8/2017).

Como é possível observar na descrição da advogada indígena, de fato as situações de violências se intensificaram entre 2014 e 2015, especialmente após aquela reunião que ficou desencaminhada em Managua, situação vislumbrada pelos casos que ela aponta acima, entre muitos outros. Nestas circunstâncias as autoridades policiais não fizeram investigações relevantes, inclusive tentaram culpar os indígenas como se eles fossem os criminosos, indicado pela resposta deles sobre a emboscada e o assassinato do líder indígena, no Território *Twi Waupasa*. O relato também sinaliza o fato em que os referidos agentes sociais perderam

confiança nas propostas dos advogados e técnicos do CEJUDHCAN, no tocante de tais conflitos sociais ou o *saneamiento*, pois já havia esgotado sua esperança na proteção pretensamente garantida na lei, tampouco na boa fé do Estado.

A partir de setembro de 2015, no Território *Wangki Twi-Tasba Raya* as tensões sociais culminaram em enfrentamentos que levaram à morte de indígenas e *colonos*. Em julho do mesmo ano, a Sra. Juana Bilbano, com uma equipe do CEJUDHCAN, visitou as comunidades em *Wangki Twi-Tasba Raya*, no intuito de realizar uma reunião com todos, mas conforme descrito no seu depoimento, ela percebeu novamente, que os membros das comunidades tinham mudado seu comportamento e modo de receber a equipe.

> *(...) Los ancianos, toda la comunidad en alerta roja y decían: "es que nosotros estamos recibiendo ataques diarios y tenemos que estar en alerta y los jóvenes ya". Yo me acordé de los años 80, porque los jóvenes decididos a morir, las mujeres decido a morir y los ancianos decidido a morir. Y me digo y yo, ¿qué voy hablar de la ley? Y me dijeron a mí que – "no hable más de la ley,* ***no hable más de ley****", dijeron, "si esta cosa", me dice: "si hubiéramos tomado la decisión nosotros desde el inicio, no hubiéramos llegado en esa magnitud. Ustedes, los abogados siempre decían que la ley lo va resolver, que la ley lo va a resolver, que* ***hoy empezamos el derramamiento de sangre como en los años 80*** *y ahora no lo vamos a escuchar más", me dice, y yo no podía decir nada y yo con mi equipo decimos: bueno la historia se va a volver a repetir, y nosotros no podemos dormir aquí, tenemos que quedar ocho horas hablando con ellos viendo la situación, para la seguridad, en un ataque como tienen que salvar, donde se van a refugiar, ya las otras comunidades donde se van a ir, todo ver eso, pero es muy complejo y yo no me vine preparada psicológicamente en eso (...).* (Entrevista: Juana Bilbano, Bilwi, 14/8/2017).

Nesta narração nota-se a tensão na comunidade que já não se sentia segura, não apenas porque seus membros estavam diante da ameaça de vida por parte dos *mestizos-colonos*, mas porque os indígenas se sentiam desamparados pelo Estado, pois não podiam contar com a proteção devida pelos agentes de segurança responsáveis, nem com as garantias fundamentais das leis etnicamente diferenciadas. Por isso, rejeitaram as intenções da equipe do CEJUDHCAN em falar sobre a lei, por que a confiança nos mecanismos legais os tinha deixados numa situação ainda pior do que antes da criação da Lei N° 445 e a relativa tentativa de diálogo com o Estado. A entrevistada também destaca a forma como esta situação os relembram dos tempos da guerra nos anos 80, visto que os indígenas foram forçados a lutar contra "invasores" *mestizos* e diante de um Estado que os reprime, sobretudo, seu modo de viver enquanto povo, novamente. Como vislumbrado acima, a história parece estar se

repetindo ao passo que os indígenas estão sendo encurralados por agentes da cultura dominante, isto é, os *mestizos* ou *colonos*.

Complementando o aspecto ressaltado pelos indígenas, de que esperavam tempo demais para expulsar os *colonos* dos seus territórios, o Sr. Brooklyn Rivera, salientou que:

> *(...) Con el tiempo ha ido aumentando más el problema, la gente [indígena] tal vez se quedó pensando que su derecho iba a prevalecer, que la ley iba a ser aplicada, que el gobierno le iba a ayudar, y fue un error eso, ¿verdad? Yo les decía a ellos, nosotros en el liderazgo decíamos: no hay que sacarlo a la fuerza, decíamos, y en aquel [tiempo, 2008 en adelante*[351]*] entonces era más fácil, porque no había tantos [colonos], ¿verdad?, pero, dejaron pasar mucho tiempo y entonces creció el número de colonos y se multiplicó por todos lados, entonces sacarlos toca las vidas, mucho sacrificio, y requiere armas; porque la ley está y los derechos en un papel mojado, o sea, no, no, no prevalece. En la Constitución Política está garantizado el reconocimiento de la propiedad comunal, al mismo nivel que los otros tipos de propiedades. En Nicaragua hay como ocho tipos de propiedades: privadas, estatal, propiedad cooperativa, asociativa, propiedad mixta, comunitaria también, y finalmente propiedad comunal que es para los pueblos indígenas, de acuerdo a la Ley 445. Entonces el Estado debe tutelar, o sea, dar protección y seguridad jurídica sobre esos territorios, pero no lo hace. Entonces ahí está el problema, y después el gobierno dice que lo venden, que las comunidades [indígenas] permiten que los colones entren, pero la verdad de las cosas y la misma declaración de la OEA, o el Convenio [169], dice, si hay intrusos de los territorios, aprovechando las debilidades de las comunidades [indígenas], entran y usurpan propiedades, el Estado tiene que usar sus medios para sacar esas personas, ¿verdad? Por eso es que la mayoría de los colonos acá, no se aplican, no se debe aplicar el saneamiento, sino esa expulsión, porque no tiene ningún derecho estar ahí. Los que entraron después de que en las comunidades hayan recibido su título son ilegales, son ilegales, no tienen ningún derecho, y el Estado sabe eso, aunque tenga papelitos, o permisos, o aval, cualquier escrito, eso no procede ¿por qué? La ley misma dice que las tierras indígenas son imprescriptibles, son inembargables, no se puede vender, no se puede tranzar, no se puede negociar, no se puede donar, no se puede regalar, nada. La ley está clara, pero ignora la existencia de la ley, o desconoce, entonces el Estado, con los brazos cruzados dejando que los ilegales, los colonos, y todos estos invasores destruyan el patrimonio indígena, porque no sólo las tierras, el agua, los recursos, la flora, la fauna, y todos los elementos que la componen ahí en el territorio.* (Entrevista: Brooklyn Rivera, RACCN, 25/12/2017).

Além de explicar como a situação foi piorando ao passo que os agentes sociais aguardavam que o Estado tratasse do problema, conforme a lei, o ponto de vista do líder indígena ressalta que as possíveis alternativas no que tange o procedimento do *saneamiento* não se aplicam aos *colonos* que estão ilicitamente se apropriando das *tierras comunales*, especialmente durante a última década, mesmo quando eles supostamente possuem algum

[351] Sr. Brooklyn Rivera refere-se ao período logo após as comunidades indígenas e étnicas ter recebido seus títulos de *propiedad comunal*.

tipo de título, concessão ou permissão. Isto porque a Lei N° 445, a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DADPI), da Organização dos Estados Americanos (OEA), e a Convenção 169 da OIT, deixam claro que a usurpação dos territórios indígenas por *terceros* é ilegal, independentemente da dinâmica contrastante que leva a esse modo de intrusão.

Neste contexto, o Sr. Brooklyn não está se referindo àqueles *campesinos* ou *viejos vivientes* que têm títulos de reforma agrária ou possivelmente possuem algum direito de continuar assentados nos territórios indígenas ou étnicos, sem incitar a violência. Ele especificamente aponta aos chamados *colonos* que buscam ocupar *tierras comunales* de forma irregular, que além de atacar os indígenas, frequentemente conseguem documentos falsos ou alguma concessão via negociação com variáveis autoridades corruptas, sem o consentimento das *Asambleas Comunales*. Esta situação ficará mais evidente nos capítulos subsequentes, que apresentam os dados coletados durante a pesquisa em campo nas comunidades indígenas.

Após uma série de violências e assassinatos decorrentes de enfrentamentos entre indígenas e *colonos*, que ocorreram no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, particularmente nas comunidades *Wisconsin, Esperanza-Río Wawa, Santa Clara* e *Francia Sirpi*, e as autoridades de segurança pública se negarem a investigar os casos ou proteger os indígenas, o CEJUDHCAN e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) apresentaram uma solicitação de medidas cautelares à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no dia 3 de outubro de 2015[352]. Estes pediram que a Comissão Interamericana obrigasse o Estado da Nicarágua a tomar as medidas necessárias para proteger a vida e integridade física dos membros das comunidades citadas. A partir do dia 23 de dezembro de 2015, o CEJUDHCAN e CEJIL pediram a ampliação das medidas cautelares para incluir as comunidades indígenas do povo *Miskitu*: *Santa Fe, Esperanza-Río Coco, San Jerónimo, Polo Paiwas*, e *Klisnak* do Território *Wangki Li Aubra*, assim como a comunidade *Wiwinak* do Território *Li Lamni Tasbaika Kum*[353]. Na sequência, uma nova ampliação foi pedida no dia 21 de julho de 2016, desta vez abarcando as comunidades *Naranjal* e *Cocal* do Território *Wangki*

[352] Cf. *COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos Resolución 37/15, Medidas Cautelar No. 505-15, Pueblo Indígena Miskitu de Wangki Twi-Tasba Raya respecto de Nicaragua, 14 de octubre de 2015.*
[353] Cf. *COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos Resolución 02/2016, Medidas Cautelar No.505-15, Ampliación de beneficiarios Pueblo Indígena Miskitu de Wangki Twi-Tasba Raya respecto de Nicaragua, 16 de enero de 2016.*

Li Aubra[354]. Todas as solicitações de medidas cautelares foram concedidas pela CIDH, em virtude de que as comunidades indígenas referidas sofreram graves violências, incluindo fatalidades, sequestros e lesões, devido aos ataques por parte de grupos de *colonos* armados.

Como foi mencionado[355], quando estive na RACCS entre 2014 e 2015, houve diversas notícias publicadas a respeito dos conflitos territoriais entre indígenas da etnia *Miskitu* e os *mestizos* classificados como "*colonos*", vinculados ao processo de *saneamiento*. Naquela época, certos interlocutores explicaram-me que alguns *Miskitu* da RACCN estiveram mantendo um diálogo com líderes afrodescendentes e indígenas da RACCS, com o objetivo de formar uma aliança visando assegurar a efetivação do processo do *saneamiento*, diante a negação do Estado da Nicarágua em cumprir com esta etapa demarcatória. Inclusive, apontaram-me que o líder *Creole* da comunidade e Território *Pearl Lagoon*, o Sr. Jack Sambula, manteve contato com alguns *Miskitu* do Caribe Norte, no intuito de intercambiar estratégias para impedir a ocupação ilegal das *tierras comunales* por *terceros*, sobretudo, objetivando assegurar a realização do processo de *saneamiento* territorial definitivamente. De acordo com os testemunhos, este fato poderia ter provocado manobras políticas intencionando destituí-lo do seu cargo como presidente do Governo Territorial do *Pearl Lagoon* (RACCS), entre outras situações contraditórias que indicam um complexo jogo de relações de poder.

Informações mais categóricas a respeito de tais conflitos territoriais, principalmente a violação de direitos humanos dos indígenas e afrodescendentes da Região Autônoma da Costa Caribe como um todo, foram declaradas durante o 5° Fórum da ONU, em 10/5/2016. Nesta ocasião, a Dra. Lottie Cunningham detalhou que desde 2015 mais de 3.800 indígenas foram deslocados forçosamente dos seus territórios e em sua maioria estas pessoas se refugiaram até o outro lado do Rio Coco, adentrando comunidades indígenas na *Mosquitia* hondurenha. A advogada esclareceu que os deslocamentos foram provocados pelos ataques, sequestros, queima de cultivos, ameaças entre outras violências, que os indígenas vêm sofrendo por parte dos não indígenas. Os dados levantados até esse momento mostraram que desde 2013, 28 indígenas foram assassinados, 38 feridos, 17 sequestrados e 3 desaparecidos, evidenciando a gravidade desta situação de conflito. Ademais, ela chamou a atenção ao fato de que os agentes de segurança pública no país não têm protegido os indígenas contra os diversos atos de violência, relacionados às invasões territoriais ilegalmente concretizados pelos *colonos*.

[354] Cf. *COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos Resolución 44/2016, Medidas Cautelar No.505-15, Ampliación de beneficiarios Pueblo Indígena Miskitu de Wangki Twi-Tasba Raya respecto de Nicaragua, 08 de agosto de 2016.*
[355] Cf. Introdução.

Tampouco o Estado da Nicarágua tenha providenciado formas de resolver o problema, mesmo após a relatora da ONU denunciar as violações de direitos humanos correspondentes a esta situação de conflito na Nicarágua[356]. Além dessas informações concretas, a Dra. Cunningham destacou as contradições jurídicas no tocante ao projeto do *Gran Canal Interoceánico*, compreendendo os mecanismos de coerção praticados por representantes do Estado, com o objetivo de obter um consentimento forçado pelos líderes do GTR-K, para justificar a realização da obra[357], segundo apresentado no Capítulo II.

É possível confirmar que os conflitos referidos acima continuaram se intensificando até o presente, considerando as mais recentes informações pronunciadas durante o 172º Período de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que ocorreu entre 2 a 10 de maio de 2019, na sede regional da Universidade de *West Indies*, em Kingston-Jamaica[358]. No decurso da respectiva audiência executada no dia 8 de maio de 2019, a Dra. Lottie Cunningham reiterou que as ações violentas por parte dos chamados "*colonos*" que vêm aumentando desde 2015 e sem perspectiva para cessarem, especificando as violências sofridas nas 12 comunidades indígenas que são beneficiárias pelas medidas cautelares de proteção, solicitadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2015[359]. Conforme a advogada, este quadro de violências incluiu 12 assassinatos, 11 sequestros, 19 agressões com lesões graves, 2 violações sexuais, 8 ameaças, assim como inumeráveis ataques armados efetivados por *colonos*. Ademais, em fevereiro de 2019, duas indígenas da comunidade *Santa Clara*, no Territorio *Wangki-Twi Tasba Raya* foram sequestrados por um grupo composto por 25 *colonos* armados.

Entretanto, a Dra. Cunningham ressaltou que as violências acontecem nas diversas comunidades indígenas por toda a RACCN, mesmo que não sejam beneficiárias das medidas de proteção supracitadas. O CEJUDHCAN registrou que entre 2011 e 2018 havia um total de 34 indígenas assassinados, 44 feridos, 25 sequestrados e 4 desaparecidos no contexto de

---

[356]ROMERO, Elizabeth. NAVAS, Lúcia. ONU conoce denuncia de miskitos nicas sobre Ortega. **La Prensa**, Managua, 6 nov. 2015. Disponível em: http://www.laprensa.com.ni/2015/11/06/nacionales/1931940-onu-conoce-denuncia-de-miskitos-nicas-sobre-ortega>; Cf. "Informe sobre la Situación de los Derechos Territoriales de los Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de Nicaragua" (APIAN, 2017).

[357] **El Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de la ONU**, Del 9 al 20 de mayo, Organización de las Naciones Unidas (ONU), en Nueva York: "*Intervención Lottie Cunningham sobre Canal de Nicaragua" - Foro Permanente 2016*, 10 mai. 2016. Vídeo disponível em: < https://vimeo.com/166130924>.

[358] Cf. CIDH anuncia calendário de audiências do 172 Período de Sessões que será realizado na Jamaica. **OEA** – Comunicado de Imprensa, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2019/093.asp>.

[359] Cf. **CIDH**. *"Nicaragua: Indígenas y Afrodescendientes en Costa Caribe." Situación de los pueblos indígenas y afrodescendientes de la Costa Caribe de Nicaragua*, 8 mai. 2019. Vídeo disponível em: <https://youtu.be/dFSTjbiwhfY>.

conflitos territoriais[360]. Estas circunstâncias têm provocado uma crise para a produção de alimentos nas comunidades indígenas, visto que os membros destas não têm acesso às suas *tierras comunales* onde produzem seu sustento familiar, além do fato que não podem caçar ou pescar nos concernentes territórios devido ao perigo de sofrer ataques por *colonos*. Consequentemente, em 2016, 4 crianças indígenas morreram devido à desnutrição. A advogada também apontou que o CEJUDHCAN tem apresentado 65 denúncias a respeito das violências destacadas às autoridades estatais responsáveis. No entanto, estas se recusaram de receber 49 desses casos legalmente amparados, contribuindo para a impunidade das violações de direitos humanos e territoriais constitucionalmente estabelecidos no país, e reforçados pelos mecanismos internacionais[361]. Este fato é indicativo do racismo institucional que permeia o sistema burocrático-administrativo e jurídico no país.

Durante a citada audiência a comissionada da CIDH, Sra. Margarette May Macaulay, pediu esclarecimentos sobre a rejeição da Polícia Nacional em registrar os casos referenciados. Com base na sua experiência como assessora jurídica e em documentos legais fornecidos pelo próprio Estado da Nicarágua, a Dra. Lottie Cunningham elucidou tal conjuntura, da seguinte maneira:

> *(...) Tenemos un video en donde la policía estaba justificando [el rechazo] de los 49 casos, en su mayoría las denuncias fueron recopilados por nosotros en 12 comunidades indígenas y podíamos llevar algunas víctimas con nosotros. La justificación fue que no había una autorización de sus mandos superiores para recepcionar las denuncias en torno a los conflictos de las tierras indígenas. Sin embargo, en el mecanismo interno, para agotar los recursos internos nosotros también hemos acudido, cuando la policía no actúa hay otro recurso que es la fiscalía, que es el* ***Ministerio Público****. Solo quiero darle un ejemplo, leerle un ejemplo de un caso donde tenemos cuatro indígenas desaparecidos, los cuatro indígenas fueron secuestrados, y este caso lo habíamos denunciado en 2015. Sin embargo, como la policía no actuó acudimos en 2016 antes la fiscalía, y la fiscalía acaba de mencionar, de notificarnos ahora en febrero 2019 donde la resolución dice, el archivo de fiscal dice "por falta de mérito". Y quisiera decirles, leerles rápidamente, la resolución que dice que: "por los hechos y consideraciones antes expuesta con conformidad con el artículo 90 del CPP 10, inciso III de la ley orgánica del Ministerio Público en su reglamento, es suscrita fiscal auxiliar ordena archivar por falta de mérito, por no existir suficiente elementos probatorios debido haber sido oficiado en dos ocasiones al jefe de auxilio judicial de Bilwi-Puerto Cabezas para que se asignara un investigador al caso y procediera con la elaboración de informe policial. No habiéndolo hecho la Policía Nacional y por esta circunstancia, que no existe los medios para acreditar la participación de los investigados* ***Casimiro Leiva, Libio Suazo Leiva, Ángel Gurdian****", que fueron los tres perpetradores [mestizos] que identificó los comunitarios [indígenas] que fueron sueltos en el momento de varios secuestros. Hubo más de que seis personas*

[360] Ibid., CIDH, 8 mai. 2019.
[361] Ibid., CIDH, 8 mai. 2019.

> *que fueron secuestradas y dos se dieron en libertad e identificaron quienes eran los perpetradores. Sin embargo, la policía no actuó y la fiscalía procedió a archivar por falta de mérito. Así que estos son los tipos de situaciones de impunidad y falta de acceso de justicia que nosotros nos encontramos como pueblos indígenas ante la Policía Nacional y en el Ministerio Público.* (Declaração da Dra. Lottie Cunningham, 172º Período de Sessões da CIDH, Kingston-Jamaica, 8/05/2019)[362].

A partir desta circunstância exposta acima, decidi visitar a *Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos* (PDDH) em Bilwi-Puerto Cabezas, que atua como instância estatal na Região Autônoma da Costa Caribe Norte e Sul, com a ideia de compreender os mecanismos estatais na região quanto às denúncias sobre delitos, tal como aqueles descritos pela Dra. Lottie Cunningham. Em concordância com a legislação desta instituição algumas das suas atribuições incluem:

> Conocer los informes que el Estado envía al Comité de Derechos Humanos de la Organización de Naciones Unidas y a la Organización de Estados Americanos (…); Proponer y tramitar denuncias de parte de la población de violaciones a sus derechos humanos. (Cap. V, art. 18; § 9°e 18: *Ley 212 de la PDDH*, de 1996).

Do mesmo modo os artigos n° 19 e 27, da Lei N° 212, da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos (PDDH), ressaltam que:

> El Procurador está facultado para promover que los miembros del Ejército de Nicaragua y la Policía Nacional coadyuven al respeto de los derechos humanos (…). Toda persona puede interponer, ante la sede central, sedes permanentes o provisionales, denuncias sobre presuntas violaciones a los derechos humanos sin exclusiones de ninguna naturaleza, ya sea de nacionalidad, residencia, sexo, minoría de edad, raza, creencia religiosa, credo político, incapacidad legal, internamiento en régimen penitenciario o policial y cualquier otra sujeción o dependencia de una administración o poder público. (Cap. V, art. 19; Título IV, Cap. I, art. 27: *Ley 212 de la PDDH*).

Considerando essa competência, na ocasião entrevistei a Procuradora de Direitos Humanos, Sra. Violeta Irías Nelson, da etnia *Miskitu* e militante do partido FSLN, que já tinha dez anos autuando como tal Procuradora na Região Autônoma. Ela me explicou que a referida instituição cuida de três aspectos na sua função: a promoção de educação; a tramitação de denúncias, incluindo a efetuação dos processos de investigação; e processos de fiscalização. A Procuradora também confirmou que a PDDH tratava das ocorrências

[362] Ver vídeo da audiência durante o 172º Período de Sessões da CIDH, *"Nicaragua: Indígenas y Afrodescendientes en Costa Caribe." Situación de los pueblos indígenas y afrodescendientes de la Costa Caribe de Nicaragua*. **CIDH**, 8 mai. 2019. Vídeo disponível em: <https://youtu.be/dFSTjbiwhfY>.

referentes aos problemas em territórios indígenas, ressaltando: "*Todo. Tenemos tema de mujer, de niñez, pueblo originario, discapacidad, diversidad sexual, todo vemos nosotros*"[363].

Não obstante, quando a perguntei sobre as denúncias vinculadas aos enfrentamentos entre indígenas e *terceros* em territórios indígenas, a Procuradora dissuadiu do assunto de várias maneiras, sobretudo, responsabilizando outras instâncias ao invés da PDDH e simultaneamente insinuando que os culpados desta situação de conflito seriam os indígenas *Miskitu* por serem racistas contra os *mestizos* e por terem vendidos suas próprias terras a eles. Porém, estas duas insinuações não foram baseadas em dados concretos, assim evidenciando um discurso discriminatório construído a favor do aparato do Estado. Desta forma, com referência aos casos de violências citadas, a Sra. Violeta Irías Nelson me assegurou:

> *No hemos recepcionado denuncias. No. ¿Qué es lo que está pasando? El problema de las tierras es una cosa. Si hay un conflicto entre usted y yo por una propiedad, pero dentro de ese conflicto, llegamos a cometer un delito, lo vamos a ver como un delito. No lo vamos a ver como problema de una propiedad. Si usted viene y me lesiona, es un delito porque está tipificado en el código penal. Entonces eso es lo que muchas veces hemos tenido ese cruce, si ha habido un asesinato, problemas de las tierras, ¿Cómo nosotros lo vamos a demostrar? Las pruebas. ¿Me entiende? Pero sí se puede ver como un delito porque le privaste o le quitaste el* ***bien jurídico*** *protegido de una persona que es la* ***vida****. Entonces te van a procesar o te van a abrir una causa por un supuesto delito, que ya tiene nombre y apellido. Pero muchas veces, hablando de las tierras, de colonos, es algo bastante complicado. Porque si nosotros leemos la Ley de Autonomía, la Ley 28 te dice – la Ley 445 también – que para demostrar la condición jurídica de cada colono o tercero que tenemos dentro de las tierras indígenas, tenemos que tomar en cuenta una cosa: la* ***encuesta jurídica****. ¿Qué es la encuesta jurídica? Es que vamos a ir donde están los colonos y ver su situación legal. Segundo, tiene que ver si entraron por su propia voluntad, y que nadie se lo impidió. Vamos a encontrar a otro que, tal vez siendo colono, pero tiene un título que lo respalda que él es dueño en dominio y posesión de ese terreno o de esa tierra. Entonces, ¿qué es lo que te dice la ley? Cuando nosotros hacemos la encuesta jurídica, vamos a ir determinando las condiciones de cada uno.*
>
> **Helen:** *Pero si los terceros entraron solos, es decir que ningún comunitario [indígena] vendió la tierra, ¿verdad? Entonces, ¿en ese caso no sería un delito, que tendrían que sacarlos de allá?*
>
> **Sra. Violeta Irías**: *Pero, lastimosamente nosotros decimos* ***saneamiento*** *y lo hemos visto desde un* ***punto de vista político****, lo hemos visto desde un* ***punto de vista racial****. Cuando hablamos de saneamiento, creemos que es agarrar a la gente [mestiza] y la botamos a la calle. No se trata de eso.* ***Es un procedimiento que se tiene que seguir.***
>
> **Helen:** *Si, eso ya lo entiendo, pero usted me dijo que lo trata por los delitos, ¿verdad? si ellos (los terceros, colonos) entran sin permiso, es un delito, ¿verdad? Eso sería un delito por parte del tercero…*

[363] Informação concedida em entrevista por Procuradora Violeta Irías Nelson, Bilwi-Puerto Cabezas, 25/1/2018.

Sra. Violeta Irías: *Dependiendo como vaya a ver el dueño de las tierras. Pero eso, nosotros – y vuelvo y repito – todas esas condiciones las vamos a ver a través de la* ***encuesta jurídica****.*

Helen: *¿Y ustedes ya han hecho una encuesta jurídica sobre este tipo de problemática?*

Sra. Violeta Irías: *La* ***encuesta jurídica*** *no la hacemos nosotros. La encuesta jurídica se hace a través del Consejo Regional y la CONADETI que es la demarcación y la titulación de las tierras. Ellos son los que tienen que hacer. Para eso, el Estado destina presupuesto a través de la* ***Procuraduría General de la República*** *para hacer este proceso de* ***encuesta jurídica****. Hay 23 territorios titulados, 23 territorios que ya tienen su título,* ***pero hace falta el saneamiento****. Y ese* ***saneamiento es que ha sido como un caos*** *para poder realizar. Cuando dice este saneamiento, entran y les quitan los papeles a los colonos. Y cuando van ellos [los colonos] dicen: "es que yo le compré a tal", enséñame donde esa persona te recibió, y si no lo hay,* ***entonces no hacemos nada****. Es complicado hablar sobre las tierras relacionando con los colonos.*

Helen*: Y ¿ellos han hecho la encuesta jurídica sobre terceros en los territorios?*

Sra. Violeta Irías: *Están en proceso. Ese es un procedimiento que se tiene que hacer. Y ahí no solamente entran la* ***CONADETI*** *y el* ***Consejo Regional****. Tiene que ver también la participación de la* ***Policía****, del* ***Ejército****. Ellos conforman su* ***Comisión Interinstitucional*** *[para la Defensa da la Madre Tierra] y tienen que entrar a las comunidades, a los territorios, comunidad con comunidad y* ***encuesta jurídica*** *para cada colono, o para cada tercero para poder conocer su situación legal.*

Helen*: ¿No han hecho eso todavía entonces?*

Sra. Violeta Irías: *Están en proceso, como le digo.* ***Tienen que crear un manual de cómo va a ser ese proceso de saneamiento.***

Helen: ¿*Eso es lo que falta ahorita, entonces? Por parte de la Procuraduría, ¿ustedes tratan de cuál parte, si hay muertos, si hay delitos de violencia?*

Sra. Violeta Irías: *Todo nosotros lo vemos. Todo.*

Helen: *Entonces, ¿Qué pasa? Porque había muertos, había unas violencias como se escucha mucho sobre [Wangki Twi-]* ***Tasba Raya****, ¿verdad? Que había indígenas que se murieron y otros mestizos también. En esos casos, ¿ustedes están…?*

Sra. Violeta Irías: *No, nosotros no, porque recuerde que es un delito y el delito ¿a quién le toca perseguir? No somos nosotros****. Es la Policía que tiene que hacerlo.***

Helen: *¿Esas denuncias no vienen de la Policía a ustedes?*

Sra. Violeta Irías: *No. La denuncia se recepciona* ***la Policía*** *−* ***hace todo el proceso de investigación****,* ***en caso de tener todos los elementos de convicción****, ellos laboran el expediente y mandan al* ***Ministerio Público****. Viene el Ministerio Público y ellos acusan a quien tienen que acusar. Esa es la ruta crítica.* ***Cuando hay una denuncia; víctima; Policía; Ministerio Público. Ministerio Público, juzgado.*** *Al final los jueces deciden si hay algún culpable o no. Pero esa es la ruta que sigue cuando estamos frente a un delito.*

Helen: *Entonces, ¿esa es la ruta que parece que no está siendo cumplida?*

> **Sra. Violeta Irías**: ***Es que no hay denuncias***. *Pero esto le tiene que dar acompañamiento. ¿A quién le corresponde esto? Al* ***Consejo Regional*** *y al* ***CONADETI***.
>
> **Helen:** *Entiendo. Entonces esos problemas, en [Wangki Twi-] Tasba Raya, por ejemplo, entre muchos otros lugares ¿nunca llegan a la Procuraduría?*
>
> **Sra. Violeta Irías**: *No, porque como son delitos, pues lo venden, tienen que ver las autoridades. Le hemos dado acompañamiento, claro. Y no solamente a* ***Tasba Raya***. *Le hemos dado acompañamiento a los territorios en donde ha habido problemas. Pero no solamente nosotros,* ***sino que el acompañamiento es a través desde el Gobierno Regional, Consejo Regional, y nosotros.*** *Nos unimos para darle el acompañamiento. Y imagínese, los indígenas dicen que si matan a un mestizo eso no es un delito. Pero si un mestizo mata a un Miskitu eso sí es un delito. Entonces, de fondo es más un* ***problema racial***.
> (Entrevista: Violeta Irías Nelson, Bilwi-Puerto Cabezas/RACCN, 15/1/2018).

É possível perceber na fala de ambas, Dra. Lottie Cunningham e a Procuradora de Direitos Humanos, Violeta Irías Nelson, que o primeiro passo para acionar os direitos e proteção dos indígenas quanto às agressões realizadas por *terceros-colonos* no contexto dos conflitos territoriais, trata-se de denunciar os casos diante a Polícia Nacional, que deve registrar, investigar e elaborar relatórios correspondentes, no intuito de enviá-los ao Ministério Público, onde os casos serão resolvidos juridicamente. Entretanto, consoante a Dra. Lottie Cunningham, a Polícia Nacional se recusa de registrar as ocorrências porque alega que não tem autorização para receber os casos referentes aos crimes cometidos em terras indígenas. Por outro lado, a Sra. Violeta Irías Nelson declarou que a PDDH e outras instâncias não cuidam desses delitos, simplesmente porque não existem denúncias. E sem denúncias não há porque ou como proceder com tramitações formais relevantes. Mas sabemos que havia numerosas queixas, pois uma grande parte dos casos foi reportada nas solicitações de medidas cautelares pelo CEJUDHCAN e CEJIL, justamente devido ao fato de que os policiais se negaram a fazer as ocorrências, como destacado anteriormente. Se a Procuradora de Direitos Humanos e as demais autoridades responsáveis tivessem dialogado com esses indígenas, teria sido possível verificar as inúmeras vezes que os membros das comunidades indígenas acionaram a assistência e proteção dos agentes de segurança pública, da mesma forma que foi possível registrar estes fatos durante o trabalho de campo que será apresentado no próximo capítulo. Aliás, um dos dados concretos que não se pode negar, são os vários indígenas e alguns *mestizos* que foram mortos em casos extremos de violências por conflitos territoriais que envolviam a invasão por parte de *colonos.*

De forma contraditória, a Procuradora destaca que não existem tais denúncias, mas ao mesmo tempo, quando indagada sobre a situação de extrema violência no Território *Wangki*

Twi-Tasba Raya, ela exclamou que: *"Le hemos dado acompañamiento, claro. Y no solamente a Tasba Raya. Le hemos dado acompañamiento a los territorios en donde ha habido* ***problemas****".* De maneira semelhante, quando inquiri a respeito do papel da PDDH nestes casos – "*¿ustedes tratan de cuál parte, si hay muertos, si hay delitos de violencia?",* a Sra. Violeta Irías afirmou: *"Todo nosotros lo vemos. Todo".* Destarte, confirmando que tanto a PDDH, quanto as outras instâncias estatais que ela mencionou na entrevista, são cientes das ocorrências e responsáveis de alguma maneira pelos trâmites das mesmas. Portanto, percebe-se que durante a entrevista ela concomitantemente confirmava e negava a responsabilidade da PDDH em acompanhar os casos referentes às violências e delitos consequentes dos conflitos territoriais entre indígenas e *colonos.*

O pretexto de que "não há denúncias" desse tipo não é verídico. Se a Procuradora tivesse acompanhado os acontecimentos perigosos nas comunidades nesse território, particularmente a partir de 2014 e em diante, teria sido difícil negar a existência dos vários problemas sociais no tocante à violação ao "*bien jurídico*" da vida, que ela mesma coloca como um dos critérios que levaria a PDDH a abordar ou investigar as concernentes transgressões. A ambiguidade nessa alegação, do mesmo modo, se vislumbra pela referência à *Wangki Twi-Tasba Raya*, de modo que dá para entender que não existem graves problemas sociais neste território *Miskitu*.

A Procuradora de Direitos Humanos também esclareceu que a única forma de resolver as citadas situações de conflitos consiste na elaboração de um inquérito jurídico ("*encuesta jurídica*"), visando indagar as condições legais de cada *tercero* assentado em territórios indígenas. Segundo relatado, este levantamento formal deveria ser realizado pela CONADETI e o Conselho Regional, mas antes de tudo, o Estado tem que fornecer o orçamento via a Procuradoria Geral da República (PGR), com a finalidade de concretizar a conclusão de tal caracterização jurídica dos *terceros.* Aliás, este procedimento é efetuado por meio da *Comisión Interinstitucional para la Defensa da la Madre Tierra*, precedida pelo PGR e abarcando a participação da Polícia Nacional e o Exército. Conquanto, conforme Sra. Violeta Irías Nelson, este procedimento ainda está em curso, em virtude de que previamente a esses aspectos, é preciso criar um manual de *saneamiento* territorial, objetivando finalizar a última etapa demarcatória.

Como apresentado antes, os participantes do "consórcio", constituído por várias entidades que acompanharam os representantes dos 23 territórios caribenhos, já elaboraram uma proposta de manual de *saneamiento* em 2014, precisamente para esse fim destacado pela Procuradora de Direitos Humanos, mas o Estado tem ignorado esta iniciativa até o presente

momento[364]. Sabe-se que o Procurador Geral da República tem dispensado o diálogo com os referidos participantes, da mesma maneira que a *Comisión Interinstitucional para la Defensa de la Madre Tierra* (Decreto N° 15-2013), não tem se concretizado ou manifestado desde sua pretensa fundação. Neste contexto, vale ressaltar novamente que a comunidade *Awas Tingi*, com seus próprios recursos e articulação, executou a elaboração de uma caracterização jurídica acurada sobre os *terceros* no seu território e a entregou ao Estado da Nicarágua. Do mesmo modo, tem efetuado outras propostas e solicitações desde 2009, com a intenção de concluir o *saneamiento* e até hoje não tem recebido nenhuma resposta concreta. Destarte, a justificativa da Procuradora Violeta Irías Nelson, em defesa da morosidade, ou melhor, a negação de cumprir o processo de *saneamiento* por parte do Estado, não tem consistência.

Neste sentido, cabe dizer que suas arguições de que os *Miskitu* são racistas quando se trata de *colonos* e são eles – os indígenas – os principais perpetradores de delitos por vender *tierras comunales*, não se fundamenta em nenhuma investigação qualificada, visto que o Estado não tem feito um inquérito jurídico pormenorizado a respeito, como ela mesma destaca, tampouco a Polícia Nacional tem executado os devidos registros e indagações, como bem aponta a Dra. Lottie Cunningham.

A entrevistada, de modo igual, salientou que a PDDH e as autoridades estatais responsáveis não conseguem realizar as investigações relevantes ao *saneamiento*, pelo motivo de que não há condições para identificar quem são as pessoas que supostamente venderam as terras indígenas para os *colonos*, em casos que estes alegam que compraram *tierras comunales* − *"Y cuando van ellos [los colonos] dicen: "es que yo le compré a tal", enséñame donde esa persona te recibió, y si no lo hay,* ***entonces no hacemos nada****"*. Este argumento também não tem coerência, dado que, como vem sendo enfatizado reiteradamente, as *tierras comunales* não possam ser arrendadas e são: "*inembargables, inalienables e imprescriptibles",* de acordo com o artigo n° 3, da Lei N° 445. Em outros termos, o Estado pretensamente democrático, de qualquer modo, tem como obrigação investigar estas situações, além de qualquer suposta documentação relevante e acionar a lei.

Em contrapartida, conversei com um dos membros do Conselho Pastoral da RACCN, que acompanhou o mencionado "consórcio", bem como diversas situações de conflitos ocorrendo nas comunidades indígenas e na cidade. Isto porque os representantes religiosos têm um papel de intermediação neste contexto, procurando manter a paz na sociedade *costeña* por meio do diálogo. Em referência às pertinentes denúncias, este esclareceu-me que:

[364] Ver Capítulo IV.

> *Antes de los conflictos de muerte y de armados y muertes tampoco ellos no… toda las oficinas decían que ellos no tenían ninguna orientación, no pueden atender esos casos. Si la gente venía a poner su demanda, parecía que la Policía no recibía la demanda – las denuncias pues, que no estaban orientados a recibir denuncias, que ellos no pueden ir porque no están autorizados. Va al Ejército y no, no estaba autorizado: "entonces no vamos a ir". Porque ahí no es tanto la Policía es el Ejército que debía entrar, y junto al Ejercito la Policía, pero el Ejército dice: "no, no estamos autorizados". Procuraduría, igual: "no estamos autorizados a atender ese tema de tierra". Entonces nadie atiende pues.*
>
> **Helen:** *¿Ustedes intentaron ir a la Policía como personas de la iglesia?*
>
> **Religioso:** *En reuniones hemos hablado sobre ese tema, y ellos nos han presentado algunas informaciones que ellos [dicen que] tienen algunos videos, ellos están informados, pero son informaciones parciales, incompletas porque la información que ellos manejan es cómo los Miskitus matan a los mestizos, esa parte, no como los mestizos entran a sus tierras y matan Miskitus – no tienen esa información. (…) Sí, muy parcializado.* (Informação verbal: representante religioso, RACCN, 18/12/2017).

Além de salientar a circunstância das instâncias estatais e agentes de segurança pública responsáveis pela negação ao atendimento das denúncias das vítimas de violências oriundas das comunidades *Miskitu*, o entrevistado aponta que as autoridades estatais parecem estar tentando incriminar os indígenas ao invés dos *terceros-mestizos* que vêm invadindo seus territórios. Este fato constitui uma manipulação das informações, na medida em que os agentes de segurança escapam da incumbência fundamental de completar uma investigação objetiva, imparcial e qualificada, que esclarece todos os lados relevantes às situações sociais de conflitos correspondentes. Por conseguinte, esta posição das autoridades policiais e militares, é indicativa, novamente, de uma discriminação racial ou quiçá um esquema que prioriza os interesses de *mestizos* ou agentes estatais nos territórios etnicamente configurados, por motivos capitalistas.

Para aprofundar este assunto, igualmente tive a oportunidade de conversar em sigilo com um policial *Miskitu* da RACCN, quando estava à paisana durante o período entre Natal e o Ano Novo (2017/2018). Este me explicou que durante o auge de conflitos nas comunidades indígenas em 2015 e em outros momentos, a Polícia Nacional (PN) foi às comunidades para registrar os casos, mas quando os policiais entregaram os inquéritos aos delegados da PN, os registros desapareceram. Em concordância com o policial:

> *Los jefes que están ahí en los puestos, los jefes que están ahí en las oficinas principalmente, no son de aquí, no son de la Costa Caribe, son del Pacífico. Porque ellos [del gobierno central] les dan autorización para hacer las cosas que deben de hacer. (…) Yo soy simplemente un* ***subordinado*** *para ellos. Si pensamos por este pueblo, la mayoría de la policía son Miskitu, pensamos, pero los jefes vos sabes cómo es, nos tienen así [subordinados]. Yo soy Miskitu, pero por la*

necesidad… Los jefes policiales han metido el dedo con esos colonos, los jefes de Policía en Managua. (…) Los jefes que están en Managua están metidos con los colonos. Por Greytown, por Sahsa, por esos lados los jefes de la Policía tienen gran finca, unos generales que están ahí en Managua, hay varios. (…) ***No les dan autorización por el saneamiento****. El gobierno quiere que le reparta los terrenos con los colonos y con los Miskitu. (…) Yo soy trabajador del gobierno, pero te voy a decir la verdad, cuando hay un muerto [en las comunidades indígenas], sí manda la Policía, pero solo para hacer su trabajo policial. (…) Desde cuando tenéis este problema, desde el año de 2014. Porque estas comunidades son humildes (…). Antes estas comunidades no eran así, como son hoy. Eran ¡lindas, lindas!*
Cuando tenían problemas este año pasado principalmente el mes de septiembre, octubre por ahí, cuando había unos problemitas, pasó una balacera [en las comunidades indígenas]. Hay una entrada que iba para [Río] Wawa-Esperanza [en el Territorio Wangki Twi-Tasba Raya]. El jefe actual es del municipio de Waspam, no es de nuestra raza, es mestizo, entonces vimos cuantas denuncias formales hay en la Policía. Por eso te digo, le pasamos el informe nosotros [policiales]. Lo formalizamos, una denuncia formal, pero cuando llega al jefe ahí se pierde, se pierde. (…) No contamos [la cantidad de denuncias], ahí se queda en la Policía, hay varios [de muertos]. ¿Por qué? Como yo te he dicho antes, estamos trabajando por el gobierno, porque los jefes que están ahí, vos sabes si vos vas para Puerto Cabezas, Gobierno Regional, ¿quién es, partido quién es? Sandinista. Donde vaya, donde la MINSA[365], de la Policía, todos son del [partido] sandinista. Todos son sandinista, (…) Jefe de juzgado, ¿quién es? Jimmy Chang[366], el jefe de juzgado, su partido es sandinista. (…) Porque de la Policía casi como 10% no es de nuestra raza en nuestra región, no es de aquí, son del Pacífico, que son los jefes.

Helen: *¿Un indígena no puede ser jefe, o máximo autoridad?*

Policial*: ¿Porque? Se te la corta. Hay varios, solo un jefe vino de Boaco en Puerto Cabezas, como era el base, el puesto de la región, de la Costa, vino como segundo jefe un Miskitu del Pacífico, mandó General Díaz, para que esté como segundo jefe en Puerto Cabezas. [General Díaz] es del Pacífico, no es de raza de nosotros. Entonces, el como jefe pensó bien, mandó como segundo jefe, pero el hombre era Miskitu, [que] vino en Puerto [Cabezas], mandó en Puerto, el peleaba por nosotros [Miskitus de las comunidades indígenas], incluso por sus trabajadores Miskitu, porque la mayoría en Puerto Cabezas son Miskitu, más de 80% es Miskitu, te puedo decir que 20% no es de raza de nosotros. (Cuando estamos hablando de raza, es diferente, estamos hablando allá por los animales, la etnia es de Miskitu, no es raza). Entonces, ¿qué pasó? El jefe que vino trabajó solo ocho meses, mandó de vuelta en el Pacífico. Porque el jefe [mestizo] que estaba ahí, aquí en Puerto Cabezas no quiso tenerlo en su lado. El [segundo jefe Miskitu] peleaba por nosotros y por este terreno, eso fue el año pasado. Ahí estaba un comisionado después, el comisionado de grado superior, el mismo año, el peleaba por nosotros, por sus trabajadores Miskitu, como ellos son Miskitu trabajaba, pensaba, hablaba fuertemente, el mero jefe era también el comisionado mayor, y él [Miskitu] tenía como grado mayor− el comisionado Mayor, el peleaba, pero el otro jefe [mestizo] que estaba aquí, era el mero jefe, pero no [lo] quisiera. Entonces habló con los jefes generales en Managua y se hizo el problema, el Mayor [Miskitu] les mandó hasta Río San Juan, porque no quisieron que estén peleando por nosotros [los Miskitus], que no estén hablando… como te digo pues,*

[365] Ministério de Saúde.
[366] Dr. Jimmy Chang Castillo, *magistrado presidente del Tribunal de Apelaciones Circunscripción Caribe Norte.*

> *él no quiere que estas planteando por los problemas de nosotros [de las comunidades indígenas]. Ese comisionado [Miskitu] peleaba por nosotros, hablaba por nosotros, por el problema que estamos.*
> (Entrevista: Agente da Polícia Nacional, RACCN, 24/12/2017).

A declaração do policial confirma que os delegados da Polícia Nacional e suas atinentes autoridades superiores são, em sua maioria, do Pacífico, concentradas na capital Managua e acionadas a operar no Caribe. Estes atuam e tomam decisões que afetam a população *costeña*, mas não necessariamente em favor ou defesa desta, assim como os policiais que são do Caribe acabam sendo subordinados pelo sistema da Polícia Nacional, ou seja, o Estado. Esta hierarquia de poder tem no seu fundo um fator discriminatório contra os indígenas, especialmente os *Miskitu*[367], mas também se vincula à vulnerabilidade econômica dos *costeños*, porque a extrema pobreza na Costa Caribe (além de outras regiões do país) faz com que as pessoas frequentemente valorizem seus empregos mais do que suas verdadeiras posições políticas ou morais. Inclusive, muitas fingem estar afiliados ao partido em poder, ou de estar coniventes às suas políticas, no intuito de assegurar seus trabalhos. Este último fator constitui uma situação que vários *costeños*, bem como agentes sociais de Managua e outras regiões nicaraguenses, de diversas etnias, têm me afirmado ao longo do meu tempo no país.

Por exemplo, o pai da família com a qual eu me hospedei durante um tempo em Bilwi-Puerto Cabezas, era *mestizo* e trabalhava pelo MEFCCA[368], instituição estatal. Ele se considerava "sandinista originário", isto é, daqueles que lutaram durante a guerra revolucionária em 1979, a partir dos princípios anti-imperialistas com a proposta de derrubar o regime ditatorial dos Somoza. Porém, ele mantinha uma posição contrária ao regime orteguista, com seus princípios neoliberais e a suas formas de coibir diversos setores ou segmentos da sociedade nicaraguense. Mas este pai de família me dizia que corria o risco de perder seu emprego se manifestasse sua real posição, enquanto precisava sustentar sua família. Então este acabava sendo subordinado às políticas orteguistas repressoras no âmbito do trabalho, até mesmo sendo obrigado a participar de atos públicos a favor da FSLN quando se iniciou a mais recente crise política em Nicarágua, desde abril de 2018.

---

[367] Desde a guerra entre "contras" e sandinistas, assim como a criação da Lei N° 28 – Estatuto de Autonomia, os comandantes sandinistas desconfiaram dos *costeños*, especialmente os *Miskitu*, já que eles foram os maiores protagonistas em favor da autonomia da Costa Caribe (ver Capítulo I). Portanto, os privaram de oportunidades empregatícias com maiores benefícios administrativos ou políticos, mesmo dentro da Região Autônoma da Costa Caribe. Por isso, as autoridades estatais na época designaram *mestizos* do Pacífico para tomar tais cargos na Costa Caribe, ao invés de contratar *costeños* da região. Esta lógica parece ainda permear a forma que os dirigentes *mestizos* e sandinistas do país lidam com os *costeños*, objetivando manter sua dominação sobre a Região Autônoma.

[368] *Ministerio de Economía Familiar, Comunitaria, Cooperativa y Asociativa* (MEFCCA).

Desta forma, é possível cogitar como o sistema burocrático-administrativo no país, especialmente numa esfera estatal rígida de agentes de segurança pública, poderia ser ainda mais coerciva sobre funcionários indígenas, no caso, policiais *Miskitu*, que possivelmente têm posições políticas diferenciadas (mesmo se ocultamente), assim sendo difícil para estes contrariar tal sistema hierárquico e dominante, sobretudo racista. Do mesmo modo, esta circunstância indica a inexistência de um sistema efetivamente autonômico, que promove a autodeterminação dos povos originalmente da Região Autônoma da Costa Caribe nicaraguense, dado que estes raramente podem ocupar cargos que permitem que tomem decisões administrativas referentes aos interesses ou às situações dos seus próprios cidadãos *costeños*.

Neste sentido, o informante relata que aqueles *Miskitu* que alcançam cargos superiores na Polícia Nacional, tal como o "*segundo jefe*" (delegado adjunto ou substituto) e o "*comisionado mayor*" (chefe do departamento) da Polícia Nacional, designados a trabalharem nos principais municípios na RACCN, são rapidamente transferidos ou correm o risco de serem destituídos se efetivamente prosseguirem com o apropriado desempenho de registrar e investigar denúncias, ou apelar legalmente em defesa das vítimas de ataques por *colonos* em comunidades e territórios indígenas. Por outro lado, a testemunha informa que os chefes ("*jefes*") ou delegados, abarcando generais da Polícia Nacional sediados em Managua – o centro de poder no país –, mantêm relações politicamente entrelaçadas e ambíguas com os *colonos*, inclusive essas autoridades estatais *mestizas*, possuem grandes propriedades de terras em territórios indígenas, ao exemplo de *Greytown* e *Sahsa*, comunidades indígenas pertencentes ao Território *Tasba Pri*, na RACCN. Portanto, os interesses ou envolvimento das autoridades da segurança pública em terras pertencentes aos povos indígenas na Costa Caribe, sugere a possibilidade de tais agentes do Estado estar envolvidos com o tráfico de *tierras comunales*. Consequentemente, o processo de *saneamiento* não é permitido − uma situação que também esclarece o 'porquê' da insistência que os indígenas "repartem" suas terras tradicionalmente ocupadas com *mestizos-colonos.* Em outros termos, este esquema, ou talvez, organização criminosa, está relacionado com a política de "*cohabitación*", que na prática constitui uma estratégia coercitiva, porque os indígenas acabam sofrendo consequências graves se não optam por esta suposta "convivência pacífica".

Um dos dados que chama bastante a atenção no depoimento do policial, quanto à dinâmica das relações de poder neste contexto, trata-se das táticas adotadas pela Polícia Nacional para que não seja concluída a devida tramitação de receber, investigar e elaborar relatórios sobre as respectivas ocorrências, assim impedindo que sejam corretamente e

objetivamente abordadas em todas as instâncias estatais legalmente estabelecidas, ou seja, evitando que prossigam pelos mecanismos formais, conforme a Constituição Política da Nicarágua, que asseguram os direitos democráticos, especificamente aqueles que garantem a proteção da vida e integridade física de cidadãos indígenas sob ameaças. Da mesma forma, o informante aponta que as instituições estatais com maior poder na Costa Caribe, ilustrado pelo Governo Regional, Polícia Nacional, Ministério de Saúde-MINSA e o *Tribunal de Apelaciones Circunscripción Caribe Norte* – chefiado pelo Dr. Jimmy Chang Castillo –, entre outras, são dominadas pelo partido FSLN, o que igualmente faz parte dos motivos pelos quais as denúncias das violências que têm ocorrido nas comunidades indígenas, não têm sido registradas ou indagadas em sua maioria, indicando que não reconhecer esta circunstância tem a ver com manobras políticas.

Portanto, os dados evidenciados no pronunciamento do policial, afirma o que a Dra. Lottie Cunningham explicou diante a CIDH (realçado anteriormente), sobre as formas de impunidade estrategicamente efetivadas, via o sistema burocrático-administrativo e jurídico do país, especificamente quanto ao acesso à justiça em defesa de povos indígenas e seus territórios. A subordinação dos policiais, de todo modo, facilita a corrupção impulsionada mediante suas autoridades superiores, estreitamente vinculadas ao poder estatal centralizado em Managua. Em vista disso, apresentam-se indícios que existe uma espécie de organização criminosa no país, que envolve o tráfico de *tierras comunales* que compõem os territórios etnicamente configurados, abarcando diversos agentes de grande poder político, estatal e econômico no país.

Neste contexto, a Dra. Lottie Cunningham destaca que:

> *(...) el Estado ha sido cómplice de esto, porque el Estado al omitir, a no actuar, él se vuelve cómplice, porque la ley dice que la tierra no se vende, así que tanto el que vende como el que compra comete un delito, el código criminal establece [como tratar de] la usurpación de la propiedad comunal, sin embargo el Ministerio Público, la Fiscalía, desestiman cuando las comunidades interponen esto contra sus autoridades, así que aquí prevalece demasiado la impunidad, prevalece el [no] acceso a la justicia, todo eso.*
>
> **Helen:** *Instituciones de la Policía, los militares esos mecanismos del Estado que deberían hacer investigaciones, entonces me parece que hay algún tipo de racismo en los mecanismos institucionales…*
>
> **Dra. Lottie***: ¡Claro! Además es un delito público, el Estado no tiene que esperar, no tiene que esperar para que esto sea así. El Estado debe de asumir por oficios sus autoridades, no tiene que esperar que un ciudadano o un indígena vaya a meter la denuncia, no, y aunque lo hayamos metido, aunque lo interpongamos, no investigan porque así lo han hecho con la criminalización. Nosotros tenemos a estas alturas tenemos más de 34 asesinatos, solo sobre la tierra, tenemos más de*

> *50 lesionados, hemos tenido lesionados con colostomía, sin ojos, sin pies, heridas en sus manos. (...) La violación sexual a las mujeres, las desapariciones, nunca los han buscado. (...) Sin embargo, cuando desaparece las vacas de los productores [mestizos-campesinos], hasta altos funcionarios del Ejército se mueven, sin embargo, aquí se desaparece los indígenas y no se mueve nadie. No realizan ninguna investigación, el Ejército no recorre ningún perímetro, para decir: "bueno pues me metí". (...) El Estado de Nicaragua no quiere hacer las investigaciones y darles la solución a las comunidades [indígenas], o darles alguna respuesta del avance de sus investigaciones ¿Por qué? Porque el Estado tiene un interés político y económico en apropiarse de las tierras indígenas.* (Entrevista: Lottie Cunningham, Bilwi-Puerto Cabezas, 4/1/2018).

Considerando esta situação, é possível compreender a posição dos advogados do CEJUDHCAN e CEJIL, entre outros agentes sociais comprometidos em resolver as sérias divergências nos territórios indígenas, ao decidirem apelar pelo auxílio por meio dos mecanismos internacionais, sobretudo, via a Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos. Enquanto o Estado da Nicarágua não toma as medidas apropriadas para intermediar e solucionar este grave problema social, demandar as medidas cautelares que foram concedidas pela CIDH, parece ser a única saída que possivelmente impedirá a ocorrência de mais violências ou fatalidades.

Entretanto, o Coordenador do Governo Regional Autônomo da Costa Caribe Norte (GRACCN), Sr. Carlos Alemán, alega que o próprio CEJUDHCAN é responsável pelos concernentes enfrentamentos entre indígenas e *mestizos-colonos*, uma dinâmica que ele chama de "*auto-saneamiento*". Conforme relatado pelo mesmo, este é supostamente promovido pela própria e única ONG local de direitos humanos na RACCN, conhecida por acompanhar esta situação de conflito desde seu princípio até o presente. Esta arguição se apresenta no depoimento concedido a seguir.

> **Helen:** *No es ninguna sorpresa que hay "buyas" (rumores) sobre un pleito entre colonos e indígenas. ¿De qué se trata ese problema?*
>
> **Sr. Carlos Alemán:** *Lo que pasa es que los medios tergiversan, pues, pero nosotros hicimos a rededor de 540 procesos de resolución de conflictos, y tenemos conflictos en siete. (...) Siete comunidades… Francia Sirpi, Santa Clara, allá en el sector de Rio Waspuk, [Wangki Twi-] Tasba Raya pero eso no…*
>
> **Helen:** *¿Y cuáles son los problemas que ellos tienen entonces?*
>
> **Sr. Carlos Alemán:** *Bueno, a una ONG le pagan por promover eso. (...) Sí, genera conflictos entre mestizos e indígenas. (...) Con recursos extranjeros. Y sé que hacen sesiones para promover lo que ellos llaman del "auto-saneamiento".*
>
> **Helen:** *¿Qué es auto-saneamiento?*
>
> **Sr. Carlos Alemán:** *Pues que las comunidades [indígenas] se organicen para ir a expulsar los mestizos que ellos mismos habían autorizado que estuvieran ahí.*

> *Entonces vos sos electa autoridad comunal, llega un mestizo y hace un arreglo con vos y en ese momento no hay problema, pero al año siguiente vienen y te cambian a vos, entonces ponen a otra autoridad comunal y entonces las reglas que vos hiciste con el mestizo lo desconocen y ya hay que ir a expulsarlo porque está invadiendo tu tierra. Eso es lo que hace la ONG.*
>
> **Helen:** *¿Cómo se implementa el saneamiento?*
>
> **Sr. Carlos Alemán**: *Con la **Procuraduría General de la República.** (...) En la quinta etapa. (...)Y el resto de instituciones, el Poder Judicial, nosotros, el Consejo Regional, alcaldías, el Ejército, la Policía. (...) Todos, pero en el análisis de la situación. (...) Pero hay una ONG que se dedica a estar en [Wangki Twi-] Tasba Raya, o sea, hacen reuniones periódicas ahí. (...) Ellos son, lo que promueven eso [el auto-saneamiento]. (...) Un ejemplo, en Tasba Raya, lo que establecimos fue **un plan de acción,** en Tasba Raya, o sea, principalmente reforzar la presencia del Estado para garantizar los servicios básicos, establecer la… para que la gente vuelva a la tranquilidad, porque con la promoción digamos de la presencia de esta gente allí [la ONG, CEJUDHDCAN], se incentivaron conflictos, porque ahí tradicionalmente había acuerdos entre mestizos e indígenas en la comunidad de Wisconsin y en la comunidad de La Esperanza de Rio Wawa. Y hay, de cierta manera, en Francia Sirpi donde **no aceptaban que hubiera mestizos en las tierras de Santa Clara**, pero entonces con la promoción de esta ONG más YATAMA, que se vinculó con un partido político, entonces expulsaron a los mestizos que estaban con acuerdos con Francia Sirpi, Wisconsin, y La Esperanza de Río Wawa, y lo expulsaron de ahí, entonces aquellos que ya había hecho arreglos, había pagado pues me imagino que no estaban muy felices con esa situación. (...) Pero en Bilwi los ciudadanos están en las tierras de Karata. Están en tierras comunales, conviven con [los mestizos]. **Cohabitación**, allí hay mestizos, hay indígenas, hay negros, hay de todo, y nadie se está matando, y todo reconocen que son tierras de Karata. (...) Porque no está las ONG's. (...) "Esa" ONG. (...) Todos [los conflictos] por la ONG que te digo. Es que si no está ahí no hay conflicto, donde está ella está el conflicto.*
>
> **Helen**: *Cree que ellos de la ONG crean el conflicto entonces.*
>
> **Sr. Carlos Alemán**: *Claro.*
> (Entrevista: Carlos Alemán, *Casa del Gobierno Regional del Caribe Norte*, Bilwi-Puerto Cabezas, 11/1/2018).

O Coordenador do Governo Regional, claramente atribui a culpabilidade dos conflitos territoriais ao papel do CEJUDHCAN, mas também destaca que os meios de comunicação que divulgam notícias sobre os enfrentamentos entre indígenas e *mestizos-colonos* distorcem as atinentes informações. Ademais, ele alega que os próprios indígenas causaram a tensão entre eles e os *colonos*, por ter deixado os mesmos usar suas terras e posteriormente querer expulsá-los, devido à intervenção negativa da ONG, isto é, o CEJUDHCAN. Neste sentido, o Coordenador retoricamente realça que apenas sete comunidades estão com problemas de conflitos territoriais, em comparação como um número extremamente exagerado de 540 comunidades, onde o Governo Regional e o Estado supostamente resolveram todas as possíveis contendas. Essas sete comunidades às quais ele se refere, são na verdade as

primeiras que foram beneficiadas pelas medidas cautelares solicitadas pela CIDH. Entretanto, sabe-se que existe uma grande quantidade de comunidades indígenas que estão sob ameaça por causa da invasão *mestiza*, que não são beneficiárias dessas medidas de proteção, como apontado pela própria advogada, Dra. Lottie Cunningham, durante o 172º Período de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em maio de 2019. Do mesmo modo, o Sr. Carlos Alemán insinua que essas 'poucas' comunidades indígenas são em certa medida 'problemáticas', porque apenas elas, ou seja, aquelas que foram pretensamente influenciadas pela ONG, abarcam uma dinâmica conflituosa com *terceros*.

É difícil imaginar que os defensores de direitos humanos iriam propositadamente incitar uma guerra entre indígenas e *mestizos*, que tem resultado em assassinatos, lesões, sequestros, estupros, assim como a destruição ou dominação ilícita de áreas de cultivos, fundamentais para a sobrevivência dos indígenas. E ao mesmo tempo, promover o diálogo com o Estado, ilustrado pela colaboração do "consórcio" com os líderes dos governos territoriais para elaborar uma proposta de manual de *saneamiento*, além de solicitar medidas cautelares via a CIDH, objetivando proteger os indígenas das ameaças às suas vidas, as quais a mesma ONG supostamente colocou em risco. Cabe ressaltar que os respectivos advogados têm acompanhado o caso de *Awas Tingni*, a construção e implementação da Lei N° 445, ademais auxiliado as vítimas das comunidades indígenas em tentar registrar os relativos casos de violências diante a Polícia Nacional, bem como têm mandado informações pertinentes ao fiscal do Ministério Público.

Cogitando estas ações dos agentes da citada ONG, podemos inferir que talvez seja difícil conceber as acusações completamente opostas insinuadas pelo Sr. Carlos Alemán, sobre a atuação do CEJUDHCAN, porque são incongruentes, ou melhor, enganosas. Mesmo sendo um dos principais agentes responsáveis pela demarcação dos territórios de acordo com a Lei N° 445, e representante oficial da RACCN, em nenhum momento no seu discurso, ele procurou refletir sobre o fato de que existem violências nos territórios indígenas que precisam ser verificados pelas autoridades estatais apropriadas. Apreciando a lógica do Coordenador do GRACCN, é possível compreender porque os mecanismos legais internos do país não funcionam para tratar das referidas circunstâncias, pois os agentes estatais não têm interesse em examinar ou solucionar os referidos conflitos sociais.

O discurso do Sr. Carlos Alemán, de forma semelhante à Procuradora Violeta Irías Nelson, como representantes do Estado e da FSLN, tem como objetivo incriminar os indígenas pelas referidas tensões sociais com *mestizos*, ao invés de analisar todas as partes ou

reconhecer a ausência do Estado nesta situação. Com o propósito de desviar a atenção à responsabilidade do Estado, o Sr. Carlos Alemán cria uma retórica enganosa, alegando que o Estado elaborou um "*plan de acción*" intencionando reestabilizar as condições básicas de vida nas comunidades do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, ação precisa devido à suposta promoção da violência por parte do CEJUDHCAN e o partido YATAMA. Com este destaque, ele sugere que o CEJUDHCAN se juntou a um partido político, na intenção de levar a cabo seu pretenso plano de incitar conflitos entre indígenas e *colonos*. Por acaso, o partido a qual o Coordenador da GRACCN se refere é da organização indígena, que coincidentemente tem sido tratado como inimigo do partido do governo central, a FSLN, pois constitui sua maior concorrência na Região Autônoma. Aparentemente, o Sr. Carlos Alemán, igualmente, se opõe ao CEJUDHCAN, então acusa ambos seus adversários conjuntamente, mas esta conexão entre a ONG e YATAMA não tem fundamento, conforme os dados levantados na pesquisa de campo. Não obstante, ao contrário do "*plan de acción*" estatal mencionado pelo entrevistado, os indígenas do território supracitado, além de diversos agentes sociais que participaram do "consórcio", têm me declarado que o Estado foi quase "ausente" no auge dos conflitos em 2015, quando milhares de indígenas *Miskitu* fugiram das suas próprias comunidades em direção à Puerto Cabezas e à República de Honduras, escapando dos ataques sofridos por parte dos *colonos*, procurando refúgio e proteção. Esta situação complexa será detalhada no próximo capítulo.

Contrariamente às comunidades do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, o Coordenador Carlos Alemán argumenta que a "*cohabitación*" sem violências é possível somente onde essa ONG não atua, questão exemplificada pela Bilwi-Puerto Cabezas, onde todas as etnias convivem em paz, em terras que pertencem à comunidade *Creole* e *Miskitu* chamada *Karata*, sem maiores obstáculos. Entretanto, a cidade capital da RACCN, construída sobre terras pertencentes ao território da *Karata*, constitui uma dinâmica territorial bem particular, sobretudo, porque constitui uma situação urbana, onde pessoas de toda a Costa Caribe e do país transitam, e a sede do Governo Regional se encontra aqui. Além do mais, o Presidente do Governo Territorial de *Karata*, Sr. Ronald Wittingham, é um advogado afiliado ao partido FSLN, e integrado como fiscal da CONADETI, no âmbito do Conselho Regional. Deste modo, quando tive a oportunidade de conversar com este líder, ele demonstrou ser bastante disposto a negociar com o aparato do Estado, num contexto em que grandes extensões de *tierras comunales* não estão sendo disputadas[369], inclusive são quase inexistentes hoje em dia,

[369] Informações concedidas em entrevista por Ronald Wittingham, Bilwi-Puerto Cabezas, 15/8/2017.

após os acordos feitos para arrendá-las e vendê-las. Aliás, a comunidade e território de *Karata* têm sido o modelo exemplar que todos os representantes do Estado, simultaneamente do partido FSLN, com os quais conversei, me apontaram como modo ideal para o *saneamiento*. Ou seja, um lugar onde todas as etnias convivem e negociam diversas concessões de terras com diferentes empresas e o Estado, mantendo uma boa relação política e econômica entre os mesmos. Em outras palavras, desde que os indígenas e afrodescendentes estiveram dispostos a negociar o uso de suas *tierras comunales* com empresas ou os *colonos*, o Estado se dispõe a intermediar o processo de *saneamiento* e apoiar as respectivas comunidades.

Esta lógica estatal, de modo semelhante, ficou evidente na fala do Sr. Rufino Lucas, *Miskitu* do partido FSLN, que trabalha na sede do Conselho Regional, como diretor executivo da Comissão Nacional de Demarcação e Titulação-CONADETI. Ele participou, igualmente, do "consórcio" composto por diversas entidades da sociedade civil articulada pelo CEJUDHCAN, objetivando discutir e impulsionar o *saneamiento*, já destacado. O seu discurso bastante otimista sobre a interação do Governo Regional e o Estado nesta conjuntura se expõe da seguinte maneira:

> *(...)Entonces gracias a este proceso autonómico, gracias a la profundización de este proceso, es que las comunidades [indígenas y étnicas] ahora tienen* ***autonomía administrativa de sus recursos*** *y con esta autonomía administrativa de sus recursos el sueño es que las comunidades, las autoridades comunales comiencen a hacer sus* ***programas de desarrollo*** *y que aprovechen estos recursos, que ellos mismos con su comunidad misma, la produce para promover la mejoría de la comunidad. Ahora, hablemos de la comunidad de Karata, las tierras acá en Bilwi, le pertenecen a Karata. Por el aeropuerto anualmente paga, entiendo que son alrededor de 12 mil dólares. (...) Pero todos esos recursos son recursos que pueden bien pagar becas para estudiantes, bien pueden, imagínate promover proyectos productivos para los hijos de las comunidades, pueden construir escuelas, de manera que acá, la promoción del desarrollo en el marco del proceso autonómico, nuestras comunidades y nuestros territorios tienen la capacidad ahora para hacer imagínate,* ***codirectores con el Estado Nacional,*** *con el Gobierno Regional, y esta práctica se ha ido profundizando en muchos territorios, y estos otros territorios y comunidades también comparten estas experiencias.*
>
> *(...) Sin embargo, la última etapa de este proceso de demarcación y titulación, que es la* ***etapa de saneamiento****, la hemos venido haciéndola en partes (...). Entonces ¿qué es lo que hemos hecho? Cuando nosotros llegamos a una comunidad que reclama: "tengo tales y tales problemas", cuando llegamos ¿qué es lo que miramos? El mestizo sacó un documento que en algunos casos lo ha firmado la autoridad comunal, completa, entonces* ***ellos mismos buscaron a este mestizo del Pacífico para tratar de ubicarlos acá****, y entonces el tercero, en tierra indígena solamente hay dos tipos: uno ilegal y otro legal.*
>
> **Helen**: *¿Están en ese proceso?*

Sr. Rufino Lucas: *Sí, hemos trabajado bastante en ese proceso. Muchos mestizos que no quieren pagar arrendamiento, el canon de arriendo a la comunidad, se han retirado.*

Helen: *¿A dónde? ¿Se salieron de cuáles territorios?*

Sr. Rufino Lucas: *Bueno, mira, nosotros hemos trabajado tanto en Amasau, el territorio de Awas Tingni, hemos trabajado también en el territorio Tiwapa Satakiniki, que tiene que ver con Yulo, Lapan, Klisnak, Sukatpin, con el territorio de Tasba Pri, hemos trabajado, con el Territorio Tuahka, con el Territorio Prinsu Awala. Pero también hemos desalojado familias mestizas, aquellas que no quieren tener entendimiento con la comunidad, y entonces no hay otra salida más que desalojarlos, entonces… ah con el territorio Li aubra [Wangki Li Aubra Tasbaya] también hemos avanzado y entonces por un lado…*

Helen: *¿Nosotros quiénes?*

Sr. Rufino Lucas: *La CONADETI, la CIDT, cuando digo nosotros es lo siguiente, vea: en el año 2015, el gobierno central sacó un decreto que se llama el Decreto 15 de 2013 [Comisión Interinstitucional de la Madre Tierra], entonces este decreto da la oportunidad para poder negociar y también para demandar. Entonces, hay casos que son negociables, pero hay otros casos que no son negociables, por ejemplo hay mestizos que se han comportado mal con la comunidad, más bien han afectado a la comunidad, le he hecho daño en reiteradas ocasiones a la comunidad y ha irrespetado a las autoridades comunales, e irrespeta incluso la Ley 445, quiere desconocerlo; con ellos no hay entendimiento y por tanto es la Asamblea Comunal la que decide si lo acepta o no la acepta. Si no lo acepta lo que… la comisión ruta de la propiedad que funciona en la región, que está integrado por la CONADETI, el Consejo Regional, el Gobierno Regional, Mi Familia, está MAIRENA, está la Policía, el Ejército, e incluso la Corte Suprema de Justicia acá, lo que hacemos es adoptar la decisión de la comunidad y desalojarlos.*

Helen: *¿Entonces los militares y policías están ayudando con este proceso?*

Sr. Rufino Lucas: *Sí, sí, sí nosotros hemos entrado en muchas, muchas comunidades, incluso* ***varios puntos de la montaña****. (…) Sí. Luego hay otra cosa, por ejemplo, cuando la comunidad dice: "nosotros queremos negociar con ellos". Está bien, nosotros negociamos con ellos, hasta empresas. (…) Ok, segundo paso: ahora si ellos quieren permanecer ahí tienen que negociar arrendamiento. (…) De esa manera hemos ido saneando, no es que el saneamiento no haya iniciado, muchos dicen que acá no ha habido saneamiento, pero nosotros hemos ido. A mí me alegra por ejemplo, hace dos meses, estuve en la comunidad de Alamikamba del territorio Prinsu Awala, y entonces miraba como mestizos que antes se negaban a reconocer, luego de varias reuniones con nosotros, están llegando a* ***pagar su canon de arriendo*** *a la oficina del Gobierno Comunal de Alamikamba. Entonces,* ***eso es saneamiento****.*

Helen: *¿Eso es del grupo de CONADETI?*

Sr. Rufino Lucas: *Es correcto. CONADETI en muchos casos con la Policía, Consejo Regional. La CONADETI es un consejo, es una comisión integrada por varias instituciones. (…)* ***Entonces esas son actividades de saneamiento*** *que hemos estado haciendo y de ordenamiento de las tierras de las comunidades.*

Helen: *¿El gobierno central apoya este proceso?*

Sr. Rufino Lucas: *Es correcto, el gobierno apoya este proceso.*
(Entrevista: Rufino Lucas, *Consejo Regional, en la Casa del Gobierno Regional del Caribe Norte,* Bilwi-Puerto Cabezas/RACCN, 31/8/2017).

O que é notável nesta entrevista é a promoção de desenvolvimento e iniciativas econômicas quando se trata das comunidades indígenas e o processo de *saneamiento*. Os bons exemplos de atividades em direção ao um processo satisfatório de *saneamiento* territorial, na visão dos agentes do Estado ou o Governo Regional, simultaneamente da FSLN, se vinculam à ideia de negociar projetos econômicos, abrangendo alugar as *propiedades comunales* a empresas ou *terceros*. Assim, o exemplo da comunidade e território *Karata* é apontado novamente, bem como a comunidade de *Alamikamba* do território *Prinsu Awala* pela sua negociação com *terceros*. Estas boas relações podem até levar à possibilidade dos membros das comunidades indígenas se tornarem codiretores do Estado Nacional e do Governo Regional, segundo Sr. Rufino Lucas, enquanto proporcionam o desenvolvimento. Ou seja, trata-se de uma propaganda desenvolvimentista.

Entretanto, quando concerne ao *saneamiento* ele sugere que as próprias autoridades das comunidades indígenas: "*buscaron a este mestizo del Pacífico para tratar de ubicarlos acá*". Neste discurso, os indígenas não apenas venderam a terra, mas se esforçaram para trazer os *mestizos* do Pacífico até os territórios indígenas no Caribe, constituindo outra informação exagerada na tentativa de me persuadir para compreender que os indígenas são os maiores culpados nesta dinâmica. Observa-se que os representantes da FSLN, do Estado ou do Governo Regional, nunca discutem se os *mestizos* que se apropriam de *tierras comunales* de modo irregular, têm cometido algum delito, tampouco analisam as desastrosas violências que afetam crianças, idosos, mulheres e homens, nas referentes situações de conflitos territoriais. Nenhum desses agentes estatais questiona o maior bem jurídico que está em risco nesta conjuntura, isto é, a *vida*, enquanto seus discursos e jogos políticos continuam permeando o debate sobre a destacável etapa do *saneamiento*. Seja *mestizos* ou indígenas, o fato que houve mortos decorrentes destas contendas, é o sinal mais óbvio que o Estado precisa interferir na situação e, ao mínimo, investigar o que está acontecendo, sobretudo, impedir os enfrentamentos entre ambos os grupos étnicos. Este é o papel dos militares e policiais, mas não é isso que está acontecendo.

Contudo, o Sr. Rufino Lucas assegura que ele, como diretor executivo da CONADETI, e a *Comisión Intersectorial de Demarcación y Titulación* – CIDT, junto com as entidades que compõem a Comissão Interinstitucional da Mãe Terra (Decreto N° 15-2013); as quais integram a Polícia Nacional, assim como o Exército, têm ido aos territórios indígenas, com a intenção de resolver as divergências entre indígenas e *mestizos-colonos*, inclusive supostamente têm expulsado os *terceros* consoante as exigências das comunidades indígenas. Neste sentido, o entrevistado ressalta que ele conjuntamente com os policiais e militares têm

adentrado nas montanhas mais distantes e de difícil acesso nos atinentes territórios, nesta empreitada. Para sustentar esta arguição, o diretor executivo da CONADETI destaca alguns territórios e comunidades onde eles têm atuado desta forma, tal como o Território *Amasau* pertencente à comunidade *Awas Tingni*, assim como o Território *Tuahka* do povo *Mayangna*, e o Território *Wangki Li Aubra* do povo *Miskitu*, mas estas certamente são áreas onde ainda permeia graves tensões com invasores *mestizos*. Tive a oportunidade de visitar a comunidade *Awas Tingni* e a comunidade *Sukatpin* (que ele também cita), além de conversar com líderes do Governo Territorial Indígena *Tuahka*, na sua sede no município de Rosita, e pude confirmar que, semelhantemente ao Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, entre diversos outros territórios indígenas, eles sofrem com grandes ameaças por parte de *colonos* que continuamente invadem seus territórios em massa. Porventura, o Território *Wangki Li Aubra* e a comunidade *Klisnak* mencionados pelo Sr. Rufino Lucas, estão incluídos nas solicitações de medidas cautelares da CIDH[370].

Cabe balizar, neste contexto, que os membros das quatro comunidades sob as medidas cautelares no Território *Wangki Twi-Tasba Raya* e da comunidade *Awas Tingni*, me contaram que ambos os senhores Rufino Lucas e Carlos Alemán os tinham prometidos que iriam tomar as medidas necessárias para resolver os citados conflitos sociais, da mesma forma que o Procurador Geral da República os afirmou, mas isso nunca ocorreu e até hoje estes senhores não têm dado nenhuma resposta aos membros das comunidades indígenas, na medida em que as violências sublinhadas vêm aumentando. Ademais, quando entrevistei o mesmo Coordenador do GRACCN, este disse que a CONADETI: "*ya no tiene esa función. No, porque esa entidade termina con la titulación*". Ou seja, da mesma forma mencionada anteriormente, com a criação da *Comisión Interinstitucional para la Defensa de la Madre Tierra*, a CONADETI e CIDT, foram substituídas por essa nova comissão, supostamente com o objetivo que esta iria tratar do *saneamiento* de maneira definitiva. Em suma, as alegações de Sr. Rufino Lucas são incoerentes, e não aparentam refletir a dinâmica real que vêm se desencadeando nos concernentes territórios e comunidades indígenas, o que, neste sentido, não difere muito da retórica manipuladora do Coordenador Sr. Carlos Alemán ou da Procuradora de Direitos Humanos, Sra. Violeta Irías Nelson.

[370] Cf. *COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos Resolución 02/2016, Medidas Cautelar No.505-15, Ampliación de beneficiarios Pueblo Indígena Miskitu de Wangki Twi-Tasba Raya respecto de Nicaragua, 16 de enero de 2016.* Disponível em: <https://cejudhcan.wixsite.com/cejudhcan/jurisprudencia>.

CONCLUSÃO

A discussão aprofundada neste capítulo tinha como finalidade demonstrar a relação entre os agentes sociais das comunidades indígenas e os agentes estatais diversos, particularmente ao tocante da violação de direitos humanos e territoriais decorrentes dos conflitos com *colonos.* Ficou evidente que existem relações de poder hierarquizadas, disseminadas via as instituições estatais e seus funcionários, notadamente, delegados, chefes e generais da Polícia Nacional e do Exército. Relações de poder destas que levam a subordinação de funcionários com um nível de *status* menor*,* tal como os policiais indígenas que estão sob a pressão do sistema estatal. Nesta conjuntura os entrevistados indicam que entre estes agentes estatais de segurança pública, existem aqueles de maior poder político e econômico que estão envolvidos no tráfico ilegal de *tierras comunales*, os quais instituem mecanismos para impedir o *saneamiento.* Do mesmo modo, há aqueles de autoridade superior que engavetam as denúncias e os relatórios policiais a respeito de violências perpetradas por *colonos* nas comunidades indígenas, incluindo os consequentes homicídios, sendo assim os casos não são devidamente investigados.

Nesta dinâmica, os defensores de direitos humanos e seus aliados destacaram que os agentes de segurança pública enfatizaram que não são autorizados pelos poderes estatais maiores a receberem as ocorrências referentes aos delitos por violências sofridas pelos membros das comunidades indígenas, portanto, se recusaram a registrar as numerosas respectivas denúncias. Fato que indica as contradições referentes ao papel das autoridades estatais em levar a cabo as devidas tramitações burocráticas no que tange registrar e investigar possíveis transgressões legais, sobretudo, proteger a vida daquelas pessoas que se sentem ameaçadas nos territórios indígenas. Por estes motivos, os indígenas das comunidades *Miskitu* em áreas de conflito perderam a confiança no sistema jurídico nacional, especialmente no Estado, e consequentemente na possibilidade de negociar uma solução por parte dos advogados do CEJUDHCAN.

Considerando que os mecanismos jurídicos nacionais viáveis foram esgotados e aparentemente, pouco respeitados pelas autoridades estatais responsáveis, os mencionados advogados em conjunto com aqueles do CEJIL, recorreram para os mecanismos legais internacionais. Quando os Estados nacionais falham nas suas responsabilidades fundamentais para garantir os direitos humanos de cidadãos, solicitar medidas provisórias ou cautelares de proteção via Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), entre outras ações jurídicas no âmbito internacional, serve como recurso viável no intuito de pressionar o Estado

a cumprir suas incumbências constitucionais e infraconstitucionais. Estas ações têm sido essencial para assegurar a integridade física dos indígenas em áreas de extremos conflitos no Caribe com os *colonos*, na Nicarágua. No entanto, o Estado da Nicarágua não tem cumprido com as medidas de proteção solicitadas pela CIDH. Inclusive, este, em consonância com os advogados do CEJUDHCAN e outros agentes sociais, além das evidências coletadas durante o trabalho de campo, tem se mostrado cúmplice da usurpação de *tierras comunales* e violências cometidas por parte de *mestizos-colonos* em territórios indígenas.

Infelizmente, a situação de violência sublinhada, em territórios indígenas na RACCN, vem se intensificando continuamente até o presente momento, enquanto representantes estatais e do partido FSLN, tal como o Coordenador do GRACCN, Sr. Carlos Alemán; a Procuradora de Direitos Humanos da RACCN e RACCS, Violeta Irías Nelson; o diretor executivo da CONADETI e representante do Conselho Regional, Sr. Rufino Lucas, se negam a reconhecer a gravidade da invasão territorial efetivada por *colonos*, tampouco a responsabilidade do Estado da Nicarágua e suas instâncias apropriadas em concluir o *saneamiento*. E cada um dos agentes estatais entrevistados negou esta realidade de algum modo, sobretudo, do seu próprio papel oficial nesta circunstância de extremos conflitos e violências por disputas territoriais. Deste modo, deixando bastante claro qual é a posição do Estado e seus representantes em face da violação dos direitos humanos e territoriais fundamentais, mormente etnicamente configurados e respaldados pelos mecanismos infraconstitucionais.

Apreciando as relações de poder e políticas contraditórias na Região Autônoma, no próximo capítulo veremos como esta dinâmica se desenvolve nas situações específicas locais, durante o trabalho de campo no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, vinculada a outras localidades na RACCN.

CAPÍTULO VI – DELINEANDO O CAMPO DE PESQUISA E AS RELAÇÕES POLÍTICAS NO TERRITÓRIO *WANGKI TWI-TASBA RAYA*

A proposta deste capítulo consiste em apresentar o mapeamento dos dados referentes às situações de conflitos territoriais nas quatro comunidades indígenas denominadas: *Wisconsin, Francia Sirpi, Santa Clara* e *Esperanza-Río Wawa*, pertencentes ao Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, a partir das interações iniciais com os agentes sociais deste campo empírico[371]. Deste modo, salienta-se a entrada de campo nestas comunidades específicas, assim levantando informações preliminares que contextualizam o panorama de problemas sociais que tem fundamento em relações políticas. Estas estão por trás da dinâmica das situações sociais que têm contribuído para os extremos conflitos territoriais com os *mestizos* classificados pelos indígenas como "invasores" ou "*colono*s".

Para situar estas comunidades *Miskitu*, vale mencionar que estas são localizadas numa área classificada como "*zona roja*" (zona vermelha), considerada extremamente perigosa, em razão dos enfrentamentos letais entre indígenas e *mestizos-colonos.* As citadas unidades sociais são vizinhas, encontradas razoavelmente próxima uma da outra. Conquanto, o Território *Wangki Twi-Tasba Raya* pertence ao município de Waspam[372] e é composto por 21 comunidades indígenas da etnia *Miskitu* na sua totalidade, incluindo: 1.) *Waspam*; 2.) *Ulwas*; 3.) *Saupuka*; 4.) *Kisalaya*; 5.) *Kururia*; 6.) *Tronquera*; 7.) *Santa Rita*; 8.) *Tee Kiamp*; 9.) *Buenos Aires*; 10.) *La Piñera*; 11.) *Moos Pam*; 12.) *Santa Rosa*; 13.) *Francia Sirpi*; 14.) *Wisconsin*; 15.) *Tasba Pain*; 16.) *Santa Clara*; 17.) *Miguel Bikan*; 18.) *La Esperanza*; 19.) *Polo Lakia Sirpi*; 20.) *Ipri Tingni* e; 21.) *Polo Lakia Tara*[373]. Segundo os últimos levantamentos demográficos o referido território tem aproximadamente 18.117 habitantes[374] e abrange uma superfície de 182.349.05 hectares[375]. Não obstante, com os fluxos migratórios devido aos mais recentes deslocamentos compulsórios por conflitos territoriais, até a cidade

[371] Cf. "Mapa da trajetória percorrida durante o trabalho de campo na RACCN", ANEXO – MAPAS.
[372] "Waspam obtiene la categoría de cabecera Municipal del río Coco, al obtener su título de propiedad por el gobierno de Somoza en 1965", (PRODEP, 2008, p. 18). Na década de 70, o munícipio desfrutava de uma economia estável e certa tranquilidade, mas com a Revolução Sandinista em 1979, sofreu uma grande decadência econômica e populacional até o ano de 1985. Cf. "Mapa dos territórios indígenas do município Waspam-Rio Coco, na RACCN", entre outros mapas que situam o campo, em ANEXO – MAPAS.
[373] Cf. *DIAGNÓSTICO del Territorio Indígena Wangki Twi-Tasba Raya.* **Programa de Ordenamiento de la Propiedad-PRODEP**, Waspam, Rio Coco, nov. 2008.
[374] Cf. PLATAFORMA de la Iniciativa Territorio Indígena y Gobernanza. *Experiencias de titulación y gestión territorial de pueblos indígenas y afrodescendientes en la Costa Caribe: logros, lecciones y retos.* **PNUD**, mai. 2011. Disponível em: <http://www.territorioindigenaygobernanza.com/nic_06.html>.
[375] Cf. PRODEP, 2008.

de Bilwi-Puerto Cabezas e à República de Honduras, envolvendo em torno de 3 mil indígenas, os números populacionais certamente têm se modificado[376].

De modo geral, as quatro comunidades que visitei no citado território *Miskitu* foram fundadas entre os anos 60 e 70, por causa dos deslocamentos de famílias indígenas do Rio Coco, até estas áreas interioranas à margem do Rio *Wawa*, após os furacões Edith e Fifi em 1969 e 1972, devastar suas comunidades originárias. Por isso, a denominação *Tasba Raya* do território que significa "terra nova". Nesta situação, estas famílias receberam apoio para reassentarem-se e pertencer ao Bloco Territorial de *Tasba Raya* pelo antigo Instituto Agrário Nicaraguense (IAN), do governo Somoza[377]. Por este motivo, os entrevistados mais velhos geralmente apontam que nasceram em outras comunidades do Rio Coco "*abajo*" ou "*arriba*" (rio abaixo ou acima), mas acabaram crescendo e estabelecendo suas vidas neste território. A partir do diagnóstico territorial realizado em 2008, a comunidade *Francia Sirpi* continha 238 famílias, *Santa Clara* 87 famílias, *La Esperanza* 58 famílias e *Wisconsin* incluía 52 famílias indígenas[378]. Não foi encontrado um levantamento conceituado mais recente.

Em termos do chamado *Bloque Territorial de Wangki Twi-Tasba Raya* constituído por 21 comunidades *Miskitu*, algumas se formaram em virtude das companhias e empresas transnacionais, a exemplo da companhia *Achencho*, dedicada à extração de resinas dos troncos de pinheiros e a *Standard Fruit Company*, conhecida pela produção de banana[379]. Outras comunidades se fundaram em busca de melhores condições de vida, especialmente solo apropriado para cultivar e exercer atividades agrícolas[380]. Este é o caso das quatro comunidades mencionadas acima. Neste cenário o município de Waspam acabou sendo um dos centros de comercialização na região, já que os produtos agrícolas dos territórios indígenas mais pertos geralmente são vendidos neste local.

No entanto, as observações em campo, em referência a estas comunidades específicas, demonstraram que os conflitos territoriais que vêm aumentando durante as últimas duas décadas, têm causado diversas transformações sociais em termos dos modos de viver e conviver dos concernentes membros das comunidades indígenas. Estas mudanças têm vínculo

[376] "(...) Las comunidades de los territorios indígenas Wangki Twi-Tasba Raya y Li Aubra y Lilamni Tasbaika Kum, tienen una población aproximada de 10,800 personas, de las cuales se calcula que al menos 3,000 han sido forzadas a dejar sus hogares por la violencia causada por los colonos" (APIAN, 2017, p. 125).
[377] Cf. PRODEP, 2008, p. 36-37.
[378] Ver *Cuadro No. 5 Numero de familias*, do *Diagnóstico del Territorio Indígena Wangki Twi-Tasba Raya* (PRODEP, 2008, p. 47). Obviamente estes dados precisam ser atualizados, mas até o presente momento constituem o último levantamento conceituado.
[379] Ibid., p. 37.
[380] Ibid., p. 37-38.

com a infiltração de partidos políticos nos *gobiernos comunales* e territoriais na RACCN, que vêm interferindo nas formas tradicionais de administração das comunidades. Tal intervenção tem-se mostrado desastrosa ao instigar divisões políticas de natureza comunitária e partidária nas comunidades indígenas, levando a conflitos internos, portanto, a desconfiança entre os próprios membros das comunidades indígenas. De modo igual, frequentemente a dominação política do partido em poder vem se sobrepondo às autoridades indígenas legitimamente eleitas pelos membros das comunidades ou territórios indígenas. Conforme os dados empíricos, este influxo político tem como objetivo desmobilizar os indígenas quanto à suas ações em prol da integralidade do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. Esta mobilização étnica tem como objetivo preservar o mesmo território *Miskitu*, incluindo os recursos naturais, para futuras gerações indígenas. Da mesma maneira, seus modos de vidas culturais estreitamente atrelados às suas relações com a natureza e a terra. Ademais, na intenção de evitar a dominação do Estado, disseminado por intermédio do seu apoio aos interesses *mestizos*, por motivos políticos e econômicos. Neste contexto, os indígenas das quatro comunidades supracitadas encontram-se obrigados a se defenderem diante a usurpação territorial agressiva por parte de *colonos*, visto que não podem contar com a intervenção devida do Estado da Nicarágua. Apreciando este cenário, na sequência destaco o procedimento levando à entrada em campo no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*.

Como explicado anteriormente[381], quando cheguei à capital da RACCN, Bilwi-Puerto Cabezas, em agosto de 2017, após o grande encontro *Sihkru Tara* que abarcou a participação de indígenas da *Mosquitia* hondurenha e nicaraguense, procurei instalar-me de maneira permanente neste munícipio com uma família interétnica – *Miskitu* e *mestiza* − da região e logo iniciar uma nova fase de atividades de pesquisa. Nesta etapa de atividades relevantes ao trabalho de campo, o contato com os defensores de direitos humanos do CEJUDHCAN facilitou a possibilidade de conhecer as quatro comunidades indígenas, nas áreas rurais distantes da cidade. Isto porque os atinentes advogados e técnicos mantêm uma relação constante com os membros destas comunidades *Miskitu*, especialmente após as confrontações violentas com *colonos*, que instigaram a solicitação das medidas cautelares, em 2015, junto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

A partir desta relação, o primeiro contato com os membros do Território *Wangki Twi-Tasba Raya* se deu na sede do CEJUDHCAN, em Bilwi-Puerto Cabezas, quando a Sra. Juana

[381] Cf. Introdução.

Bilbano me convidou para entrevistar um grupo de indígenas das comunidades *Francia Sirpi, Santa Clara, Wisconsin* e *Esperanza*, que haviam chegado à cidade e poderiam esclarecer algumas informações em referência à sua vivência com os mencionados conflitos sociais[382]. Nesta ocasião, o Sr. Delvin Rosalío Colomel, da mesma ONG, fez a tradução da língua *Miskitu* para espanhola e vice-versa, durante os depoimentos que registrei. O segundo momento de interação com os indígenas dessas comunidades ocorreu quando visitei o Mercado *Miskitu*, na rodoviária principal em Puerto Cabezas, popularmente conhecido como a "*parada de bus*"[383], visando dialogar com aqueles indígenas que estivessem acampados no local, ao fugir dos confrontos intensos com *colonos* no citado território indígena. Nesta empreitada, fui acompanhada por um amigo *Miskitu* que me auxiliou em traduzir as conversas que efetuei com alguns agentes sociais das mesmas comunidades, procurando compreender os tumultos sociais pelos quais estavam passando. Destarte, sistematizei um quadro preliminar ao tocante dos conflitos territoriais em questão, mormente seus efeitos sociais, antes de ir ao campo.

Continuei levantado dados prévios na cidade de Bilwi-Puerto Cabezas até o momento que recebi um convite dos defensores dos direitos humanos novamente, desta vez para acompanhar o Sr. Delvin enquanto ele executava algumas reuniões em cada uma das quatro comunidades destacadas. Seria uma viagem rápida, dado que ele apenas pretendia visitar estas localidades durante um dia e voltar no final da mesma tarde. Contudo, a ideia era que eu pudesse aproveitar do transporte e conhecer as comunidades indígenas pela primeira vez durante a realização destas atividades de trabalho. Neste sentido, o Sr. Delvin e seus colegas do CEJUDHCAN sugeriram que eu me preparasse para a possibilidade de hospedar-me nas comunidades indígenas por alguns dias, caso eles aceitassem minha proposta de pesquisa. Então, aproveitei desta oportunidade para iniciar uma nova *relação de pesquisa* com os atinentes agentes sociais e conhecer a área de conflito que habitam.

É relevante salientar que em diversos momentos dialogando com os representantes do CEJUDHCAN, assim como outros intelectuais e interlocutores em Bilwi- Puerto Cabezas, fui orientada que não seria seguro ficar mais do que alguns dias no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, em virtude da possibilidade de acontecer enfrentamentos entre indígenas e *colonos* a qualquer momento, assim sendo bastante perigoso passar muito tempo na *zona roja*. De modo

[382] Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES, na seção "Trabalho de campo na Região Autônoma Da Costa Caribe Norte-RACCN".
[383] Ibid., subseção *Rodoviária de Puerto Cabezas e o Mercado Miskitu.*

similar, algumas pessoas sugeriram que eu apenas permanecesse uma noite na comunidade *Francia Sirpi*, pois esta era a primeira e maior comunidade, logo na entrada do território, onde haveria mais segurança. Outra informação pertinente era de que entre os grupos de jovens que vigiavam e defendiam as comunidades indígenas contra os agressores *mestizos*, existiam usuários de drogas e delinquentes. Portanto, não era aconselhável andar nas comunidades sem ser acompanhada, visando evitar a possibilidade de ser assaltada ou de ter qualquer outro problema com estes. Foi me apontado, também, que havia "infiltrados" ou "*orejas*" (orelhas) nas comunidades indígenas, isto é, informantes do governo central ou da FSLN que vivem nestas comunidades e poderiam me vigiar com a intenção de avisar as respectivas autoridades governamentais ou políticas sobre minhas atividades de pesquisa. Inclusive, fui informada que em qualquer lugar que eu andasse, seja na cidade ou nas comunidades rurais indígenas, as autoridades estatais poderiam estar me vigiando. Por isso, deveria ter muita cautela quanto à minhas atividades de investigação, em decidir com quem dialogar, sobre quais assuntos, assim como aonde eu iria e de qual forma pretendia levar a cabo tais objetivos. Além do mais, era recomendável guardar meus equipamentos e informações coletadas de maneira segura.

Por estas razões, os integrantes do CEJUDHCAN tinham como ideia que eu iria fazer um levantamento rápido nas comunidades indígenas correspondentes, passando apenas alguns dias nestas localizações, com o objetivo de concretizar entrevistas, coletar registros fotográficos e logo me ausentar da área de conflito. A sessão de entrevistas organizada na sede de CEJUDHCAN sublinhada antes, com o grupo de indígenas, igualmente fez parte dessa lógica profissional. Em outras palavras, tratava-se de uma forma de apropriar-me de informações ligeiramente, sem precisar estar no campo. Por isso, eles pensavam que eu iria realizar entrevistas rápidas durante essa sessão e me parece que se surpreenderam quando passei mais do que uma hora tentando compreender a situação com cada entrevistado *Miskitu*. Nesta dinâmica, me sentia pressionada a ser breve nas minhas indagações, quando desejava aprofundar os tópicos de maneira mais pormenorizada. Desta forma, percebi que como antropóloga, em contraste com os advogados ou a equipe de defensores de direitos humanos, havia uma compreensão distinta dos procedimentos de pesquisa em campo.

De qualquer modo, acompanhei o Sr. Delvin em direção às concernentes comunidades, percorrendo a estrada de barro vermelho rodeado pela paisagem de bosques de pinheiros[384]. Esta passa pelo município de Waspam, assim como a entrada de diversos outros

[384] No dia 1 de setembro de 2017.

territórios e comunidades indígenas, incluindo a estrada que vai à comunidade *Mayangna*, *Awas Tingni*, no Território *Amasau*, até chegar ao Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. Seguimos o caminho via uma caminhonete, desde as 3h30min da madrugada até chegar à comunidade *Francia Sirpi* em torno das 8 horas da manhã. Paramos nesta primeira localidade apenas para embarcar o líder conhecido com Sr. Juan, para ir conosco, rumo à comunidade mais distante, *Wisconsin*, no final da estrada. Ele falava espanhol fluente e logo após ser apresentada, o Sr. Juan afirmou que eu podia hospedar-me na sua casa quando voltasse com a finalidade de realizar a pesquisa. Prosseguimos na estrada de terra e desta vez paramos rapidamente, sem sair do veículo, na entrada da comunidade *Santa Clara*, onde Sr. Delvin comunicou a alguns líderes indígenas que iriamos retornar em breve, também destacando as intenções da minha presença, explicando que talvez fosse passar alguns dias na comunidade, no intuito de coletar dados sobre as situações de conflitos. Eles concordaram e disseram que iriam me proteger, conforme traduzido por meu guia do CEJUDHCAN.

Na sequência, seguimos em direção à comunidade *Wisconsin*. No caminho, notei que passamos por um pequeno caminho que ia à comunidade *Esperanza* à nossa esquerda, aonde iríamos após a primeira reunião. Quando finalmente chegamos à entrada de *Wisconsin*, tivemos que passar por um portão feito de arame farpado e varas de madeira. Continuamos na estrada estreita, com grandes campos abertos nos dois lados, ocupados por várias palafitas à distância, até que paramos onde o caminho terminou e em seu lugar havia uma calçada de asfalto no meio do campo verde. Estacionamos a caminhonete neste ponto e saímos andando no asfalto até o centro da comunidade, onde havia uma pequena estrutura retangular feita de madeira com uma escada de tábuas, subindo alguns degraus para uma varanda feita de tábuas com bancos para se sentar. Percebi que se tratava de uma pequena venda comunitária, onde podíamos comprar balas, chiclete, lanches, açúcar, entre diversos itens, ou simplesmente nos assentar. Notei, igualmente, um garoto na janela da taberna, pelo lado de dentro, onde os clientes podiam pedir os itens que quisessem comprar. Aparentemente, a reunião seria realizada em frente desta venda. Na distância, para o outro lado da calçada, vi um prédio feito de concreto constituindo a escola comunitária. Na sua frente, observei alguns rapazes carregando armas de caça, entre outros homens e mulheres sem armas de fogo, nos assistindo com curiosidade. Logo, um grupo de sete homens se aproximou para participar da reunião.

O Sr. Delvin pediu para que eu tirasse fotos e registrasse as falas com gravador de voz enquanto ele conduzia o encontro. Naquele primeiro momento a minha impressão de todos, e certamente eles de mim, era de estranheza, porque eu não entendia o que eles diziam, visto

que a reunião e toda a comunicação foram realizadas na língua *Miskitu* e não houve tradução. Não obstante, sabia que o Sr. Delvin queria indagar sobre a situação atual da comunidade em relação às tensões com os *colonos.* Considerando este fato, percebi que os homens da comunidade respondiam às perguntas como se estivessem bastante chateados, levantando suas vozes com muita irritação, mesmo que eu não compreendia todas as palavras.

Após discutir por um tempo, o Sr. Delvin solicitou que me apresentasse diante os líderes *Miskitu*, com a finalidade de explicar quais eram minhas intenções na comunidade. Portanto, na língua espanhola falei dos meus interesses em averiguar a dinâmica dos conflitos territoriais em relação aos problemas sociais com os *colonos*, como objeto da minha pesquisa doutoral. Mesmo que eles não responderam em espanhol, tive a sensação que entenderam minha declaração. O Sr. Delvin e os participantes procederam em conversar entre si por um instante e em seguida ele disse: "*se usted quiere hacer una investigación, ellos quieren que vayas a la montaña para ver los carriles de los colonos y que te miras todo con tus propios ojos. Porque dicen que los investigadores siempre llegan y solo escriben, no miran nada y salen rápido*"[385]. Concordei com a proposta das *autoridades comunales* e logo me comunicaram que um grupo de homens da comunidade ia me levar à montanha, ou seja, às áreas de florestas distantes do centro da comunidade no território indígena, para que eu pudesse registrar as evidências de ocupação territorial irregular, quando retornasse para iniciar as atividades de investigação empírica. Do mesmo modo, foi me explicado que teria a opção de hospedar-me na Casa Pastoral ou no Posto de Saúde da comunidade *Miskitu*.

Em seguida, despedimo-nos e prosseguimos rumo à próxima comunidade, *La Esperanza*, na margem do Rio *Wawa*. Esta comunidade era visivelmente menor em termos de população e tamanho. Quando aproximamos vi um campo com algumas palafitas à distância e poucas pessoas andando pela comunidade indígena. Esta vez a reunião foi realizada na escola comunitária, com a participação da maioria dos membros da comunidade, abarcando homens, mulheres, jovens e idosos. Nesta oportunidade, o Sr. Delvin iniciou a reunião me apresentando imediatamente à comunidade e esclareceu o motivo do meu comparecimento na língua *Miskitu*. Não consegui perceber qual era a resposta porque os participantes continuavam discutindo na sua língua materna, logo entrando nos assuntos propondo pelo representante do CEJUDHCAN. No entanto, posteriormente foi me confirmado que o plano do estudo foi aceito pela comunidade *Miskitu*.

[385] Informação verbal: Delvin Rosálio Colomel, comunidade *Wisconsin*, 31/8/2017.

Durante a reunião, notei que um dos participantes que levantava para dar sua opinião repetidamente era a Dona Amália, uma senhora que reconheci por tê-la entrevistado na *parada de bus* em Bilwi-Puerto Cabezas, sobre o sequestro do seu marido, Francisco Joseph, efetivado por um grupo de *colonos* armados, no dia 17 de dezembro de 2015, e que nunca mais foi visto[386]. Após o evento perguntei ao Sr. Delvin sobre o conteúdo da fala desta senhora. Portanto, foi me comentado que ela tinha reclamado sobre os projetos do governo central, tal como por meio do MEFCCA[387] que havia entregado algumas espécies de sementes, como parte da propaganda para contribuir com a produção agrícola nas comunidades indígenas. Entretanto, Dona Amália e os demais membros da comunidade presentes acordaram que não iam mais aceitar nenhum tipo de assistência governamental que não fosse a conclusão da etapa demarcatória do *saneamiento*. A justificativa desta postura baseava-se no fato de que tal auxílio não tinha lógica se eles não tivessem terra para plantar as sementes. Dito de outra maneira, sem a terra os indígenas não têm condições para a sustentação familiar ou qualquer produção agrícola. Por isso, é fundamental que essa última etapa demarcatória seja finalizada, para que os *colonos* saiam das suas *tierras comunales* e os deixem em paz. Somente assim eles poderiam retomar suas atividades de produção agrícola nas suas áreas familiares de cultivos.

Assim que o diálogo entre os indígenas terminou, ausentamo-nos da *Esperanza* e continuamos com o plano de trabalho do Sr. Delvin, na comunidade *Santa Clara*. Quando chegamos e saímos do veículo já existia um grande grupo de homens nos esperando fora de um recinto de concreto, onde sentamos em cadeiras pelo lado de fora. Alguns deles carregavam armas de caça, uma vez que eram os "guerreiros" escolhidos para vigiar a comunidade, na defesa contra os possíveis ataques por *colonos*. Um líder de estatura alta aproximou-se a fim de apresentar-se na língua espanhola, logo me agradecendo por visitar sua comunidade e pelo interesse em conhecer a situação de conflito que eles estavam sofrendo, ressaltando que eu seria bem vinda. Foi me explicado que eu seria abrigada na escola e que os guardas que vigiavam a comunidade iam me brindar segurança. Posteriormente descobri que este senhor, Pablo Rodriguez, era um dos líderes mais conceituados de *Santa Clara*, pois mesmo sendo o *ex-síndico*[388] do *gobierno comunal*, ele mantinha-se bastante respeitado e

[386] Cf. ABURTI, Wilfredo Miranda. El Infierno de los Miskitos, **Confidencial**, Managua, 7 jun. 2016. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/infierno-los-miskitos/>.
[387] *Ministerio de la Economía Familiar, Comunitaria, Cooperativa y Asociativa* – MEFCCA.
[388] O cargo do *síndico*, como um dos principais representantes do *gobierno comunal*, consiste em ser responsável pela todas as questões concernentes aos recursos naturais, com uma equipe que o assiste nesta tarefa, se acoplando à administração *comunal*.

exercia autoridade perante os membros da comunidade, devido à sua experiência na luta em prol do território.

A reunião demorou por muito tempo enquanto as discussões se prolongavam. Então o Sr. Delvin elucidou-me que o debate estava extenso porque os indígenas de *Santa Clara* mantinham uma postura política excepcionalmente forte e clara contra a usurpação territorial dos *colonos*, bem como em oposição aos representantes de partidos políticos que vinham às comunidades indígenas com suas propagandas, objetivando mais votos, ao invés de os apoiarem com os problemas sociais resultantes do não cumprimento do *saneamiento*. Mais tarde eu iria compreender que estes indígenas não permitiam a entrada de tais políticos na comunidade, sobretudo, são especialmente antagônicos ao partido FSLN. Os participantes do encontro pareciam ser receptíveis à minha presença, mesmo que neste primeiro momento havíamos nos comunicado pouco, pois a reunião procedeu na língua *Miskitu*.

Diferentemente das outras comunidades visitadas, no próximo encontro realizado na *Francia Sirpi* foi muito breve, somente em torno de meia hora. Em comparação, passamos entre uma hora até três horas em discussão nas demais localidades. Notei, desta maneira, que o Sr. Delvin aparentava estar chateado com esta circunstância. Conquanto, ainda tive a oportunidade de conversar rapidamente com o *wihta* [389] ou *juez* da comunidade, considerado um dos principais líderes do *gobierno comunal*. O Sr. Berto García, tinha 28 anos e igual a outros homens jovens presentes, andava com uma espingarda para sua segurança. Ele narrou que tinha pedido o auxílio da Polícia Nacional por causa das ameaças e os ataques por parte dos *colonos*, mas os policiais se recusavam visitar a comunidade no intento de verificar os concernentes problemas sociais, com o pretexto de que não havia suficiente combustível para fazer a viagem. O jovem líder também apontou que ele e seus colegas estavam exaustos porque dormiam pouco, em virtude da preocupação e necessidade de vigiar a comunidade constantemente, na intenção de evitar a possibilidade de serem surpreendidos pelos *colonos*. Para encerrar nossa conversa, foi confirmado que eu podia ficar na comunidade a fim de concretizar a investigação científica. Neste sentido, perguntei ao *wihta* se eu deveria trazer um tradutor quando voltasse à *Francia Sirpi*, que pudesse me acompanhar enquanto fosse realizar as entrevistas e a coleta de dados. O Sr. Berto replicou perguntando se eu conseguia entendê-

[389] *Wihta* na língua *Miskitu*, traduzido para *juez*, na língua espanhola, é o principal líder do *gobierno comunal*, responsável pelo trabalho legislativo na comunidade. Desta forma, ele trata de intermediar quaisquer transtornos dentro da comunidade, até mesmo acionando sanções referentes às leis *comunales*, da mesma forma, acionando as autoridades municipais, regionais, ou estatais responsáveis, caso exista uma situação fora da competência *comunal*. O *wihta* ou *juez* também conduzem as *Asambleas Comunales*, que constituem a máxima autoridade nas comunidades indígenas.

lo. Como minha resposta foi positiva, ele disse: "*entonces no necessitas um tradutor. Podemos comunicar em español*".

Ao concluir a reunião e andar de volta à caminhonete, Sr. Delvin esclareceu-me que esta última reunião foi efêmera pelo fato que existirem muitas divergências políticas na comunidade, consequentemente os participantes da reunião não queriam conversar sobre os conflitos sociais em questão, o que deixou o advogado bem incomodado. Deste modo, encerramos as consultas do CEJUDHCAN e regressamos, pegando a estrada de volta à Bilwi-Puerto Cabezas, no final da tarde.

Antes desta visita às comunidades indígenas, fiquei apreensiva porque não sabia se os indígenas iam aceitar ou rejeitar minha visita imprevista, tampouco a proposta de averiguar a dinâmica dos conflitos sociais referentes à luta pela terra. Além do mais, imaginei que se tudo ocorresse bem, iria realizar um trabalho de campo prolongado em apenas uma comunidade específica. No entanto, devido à dinâmica da interação inicial com os respectivos agentes sociais, intermediada e sugerida pelo Sr. Delvin, acabei me comprometendo a levantar dados em cada comunidade que visitamos. Por um lado, isto constituía uma oportunidade única em termos de conhecer as áreas de conflitos e os indígenas que as habitam. Por outro lado, realizar um trabalho de campo em quatro comunidades distintas significava que os objetivos da investigação científica se tornariam mais amplo, por conseguinte, mais complicados. Em função disso, ao invés de ficar nas comunidades *Miskitu* logo naquele dia, decidi que seria melhor verificar primeiramente se os indígenas estariam interessados na concretização de tal pesquisa; e na sequência, preparar-me para tal experiência de observação em campo de modo mais precavido.

Setembro de 2015: marco da culminação de violências relativas à reivindicação do *saneamiento*, tensões sociais vinculados aos *colonos* e aos representantes do poder

A próxima ida às comunidades para definitivamente iniciar esta nova fase do trabalho de campo, foi no dia 3 de setembro de 2017, pois nesta data, os indígenas comemorariam o *II Aniversario de los Héroes e Mártires*, em homenagem aos líderes *Miskitu* que morreram no combate com os *colonos* na mesma data, mas no ano de 2015[390]. Neste dia, aproveitei o

[390] Cf. Fotos do evento no ANEXO – ILUSTRAÇÕES, seção "Trabalho de campo na Região Autônoma da Costa Caribe Norte-RACCN"; subseção *II Aniversario de los Héroes y Mártires.*

transporte facilitado pelos advogados do CEJUDHCAN novamente, já que estes iriam acompanhar o evento. Porém, desta vez não voltaria com a equipe, em razão da pretensão de residir no território indígena durante algum tempo, na intenção de cumprir com a incumbência de coletar evidências empíricas sobre a situação social de conflitos que os agentes sociais viviam, de acordo com nosso primeiro diálogo.

Considerando esse evento que marcou a primeira entrada de campo de modo estendido no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, é relevante contextualizar alguns episódios referentes às tensões sociais que se exacerbaram durante o mês de setembro de 2015, concernentes às quatro comunidades e aos homicídios dos mesmos líderes indígenas. Este mês, de certa forma, assinalou o auge dos conflitos sociais, dado que as agressões que vinham ocorrendo instigaram o deslocamento de milhares de indígenas do Território *Wangki Twi-Tasba Raya* até a cidade de Bilwi-Puerto Cabezas, igualmente para a República de Honduras. Portanto, trata-se de um momento bastante significativo para os indígenas deste território e abaliza as violências simbólicas e físicas de maneira contundente.

No intuito de compreender esta situação, conversei com o professor Milton Zamora, visto que ele também é o coordenador da Fundação MARIJN, uma ONG que visa apoiar crianças e jovens que vivem em circunstâncias precárias com suas famílias, fornecendo programas gratuitos para o fortalecimento educativo. Na época daquele evento dramático, ele tomou a decisão de facilitar os recintos da sede desta fundação para abrigar as crianças indígenas que haviam sido deslocadas das suas comunidades em áreas rurais forçadamente, durante um período de dois meses. Em seguida, Sr. Milton explica a dinâmica desta situação.

> *(...) En el 2015, lo que decía, el 3 de septiembre cuando el enfrentamiento en las comunidades, en los cuatro comunidades que primero mencioné era fuerte; los jóvenes varones y mujeres se quedaron en su comunidad para enfrentar, pero los niños y ancianos de tercera edad o personas de tercera edad, ellos se corrieron, salieron de su comunidad, se huyeron de su comunidad. Y muchos vinieron en Bilwi buscando refugio en las casas de vecinos de su comunidad, o en las casas de familiares de su comunidad. (...) Algunos que no tenían familia aquí en Bilwi entonces, comenzaron, nosotros vimos que estaban durmiendo en el parque, estaban durmiendo en las bancas de... o en las mesas de ventas de productos del mercado, muchos niños ya comenzaron a deambular por los barrios donde están las paradas de buses. Entonces, estábamos viendo que varios niños estaban en los vertederos de basura sacando comida de ahí, y eso fue para nosotros un "boom", porque no es nuestra forma y no es que anden así y así mismo muchas personas cruzaron la frontera de Rio Coco y fueron para suelos hondureños ya casi como 1.800 personas de diferentes comunidades. (...)Entonces, un grupo de parte del consorcio se sentó de nuevo, recuerdo que a nosotros nos llamó la Comisión Pastoral, ¿ya? Nos llamó y nos dijo que: "¿qué podíamos hacer, por qué no nos sentamos a analizar?" Entonces nos sentamos a analizar, ¿ya? Y buscamos a ver*

> *qué hacer, más que todo por las personas que estaban en la calle. Y ahí Fundación MARIJN, esta fundación que yo presido, le dije que yo ofrecía las instalaciones de la fundación para ver qué hacemos por los muchachos, por los niños y niñas y la decisión que tomamos es convertirlo en un albergue temporal. (...) Y analizamos a ver cuánto presupuesto teníamos entre todos y cuánto tiempo podíamos dar de comer y eran dos meses exactos que podíamos dar de comer y aceptamos a los niños, hablamos con los líderes de las cuatro comunidades, entonces recibimos 130 niños entre 3 meses de edad hasta 14, con 8 mujeres adultas, ¿ya? Y fundación MARIJN dejó de funcionar para sus servicios normales y dedicamos esos dos meses para atender a los [niños]. Allí nosotros buscamos apoyo a todas las instituciones del gobierno, nadie quiso apoyar a la población por temor a represalias políticas. Un temor a los partidos políticos o lo que diga, por ejemplo, recuerdo que fuimos a MINED [Ministerio de Educación] para pedir que nos apoyara para que esos niños, niñas no perdiera el año escolar de ese año, porque si vienen en septiembre falta cerrar el año escolar. Entonces fuimos a hablar; no quisieron porque dijo que esperaría las decisiones de sus superiores. (...) Y sigo esperando. También fuimos a MIFAMILIA*[391] *para que diera protección legal, tutela porque ellos debería de tener el albergue temporal y no nosotros, porque nosotros no somos para eso. Pues, tampoco, no quisieron [ayudar]*. (Entrevista: Milton Zamora, Bilwi, 26/8/2017).

O Sr. Milton aponta que diferentes instituições que faziam parte do mesmo "consórcio" que acompanhou o diálogo com o Estado sobre o manual de *saneamiento*[392], incluindo a Comissão Pastoral e o CEJUDHCAN, decidiram colaborar novamente, desta vez com a finalidade de procurar uma solução adequada em referência aos indígenas das comunidades rurais que de repente se encontravam sem abrigo na cidade, pelo temor que tinham de ficar no território indígena devido aos tumultos violentos. Ele também descreve que ao solicitar a ajuda das instituições estatais responsáveis, todas negaram assistência às referentes crianças indígenas nessa condição tão insegura e inesperada, devido à coibição política que poderiam sofrer, caso auxiliassem os membros das comunidades indígenas que vinham de áreas de conflito. Aparentemente, havia uma política que consistia em ocultar a existência da gravidade da situação social diante a sociedade caribenha, nacional e internacional.

Na mesma época, um dos dirigentes do partido YATAMA, o Sr. Mario Leman Muller, foi assassinado pelas forças de choque da FSLN, em 14 de setembro de 2015, quando policiais e militares rodearam a "Casa Verde" (sede do YATAMA), disparando armas de fogo em direção às pessoas filiadas ao partido indígena[393]. Este líder *Miskitu* era bastante

[391] *El Ministerio de la Familia, Adolescencia y Niñez* – MIFAMILIA.
[392] Ver Capítulo IV.
[393] ABURTO, Wilfredo Miranda. Rabia y dolor en Waspam. **Confidencial**, Managua, 17 set. 2015. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/rivera-los-indigenas-ponemos-los-muertos/>.

respeitado, especialmente por falar publicamente em defesa dos indígenas das comunidades que estavam sofrendo ataques, em virtude da usurpação territorial por parte de *colonos*. Os membros das quatro comunidades pertencentes ao Território *Wangki Twi-Tasba Raya* me ressaltaram que o falecido tinha os apoiado ao buscar assistência para levar alimentos a eles, visto que não podiam entrar nas suas *tierras comunales* no intuito de recolher comidas das suas roças familiares, por causa das ameaças dos *colonos*. Sua morte tem sido vinculada a esta luta territorial e manobras políticas correspondentes.

Logo no dia seguinte desse trágico homicídio, 15 de setembro de 2015, o presidente do Governo Territorial do *Wangki Twi-Tasba Raya*, o Sr. Constantino Romel, da comunidade *Francia Sirpi*, acompanhado pelos jovens líderes Obencio Dawns Peralta e Rosman Flores González da comunidade *Santa Clara*, foram emboscados pelo Exército, enquanto estavam saindo do território indígena em direção à cidade, após terem distribuído alimentos para as quatro comunidades concernentes[394]. Cada vítima sofreu o impacto dos tiros de armas de fogo militares: Sr. Constantino no tórax, Sr. Obencio na perna e Sr. Rosman no braço. As autoridades e os membros das comunidades indígenas têm convicção que o ataque executado, tinha como objetivo matar os três líderes por serem considerados uma ameaça às autoridades estatais. Isto por estar reivindicando o *saneamiento* publicamente com argumentos baseados no levantamento de evidências concretas sobre a dinâmica da ocupação territorial ilícita efetivada por *colonos*, mas apoiado por diversos agentes políticos e estatais. No entanto, nunca houve uma investigação detida conduzida a respeito das citadas incidências graves pelas autoridades estatais responsáveis. Por isso, são considerados episódios violentos e traumáticos instalados pelo poder estatal a fim de coibir ou impedir autoridades *comunales* ou territoriais que demonstram um compromisso em lutar em prol dos direitos autonômicos e territoriais do seu povo.

A dinâmica das relações políticas que contribuem para os conflitos territoriais

Tendo em vista esta conjuntura, em seguida tratarei de elucidar alguns problemas fundamentais que contribuíram para as tensões sociais no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*,

[394] Cf. *COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos Resolución 37/15, Medida Cautelar No. 505-15, Pueblo Indígena Miskitu de Wangki Twi-Tasba Raya respecto de Nicaragua, 14 de octubre de 2015*. Cf. CUPPLES; GLYNN. **Shifting Nicaraguan Mediascapes Authoritarianism and the Struggle for Social Justice**. Cham, Springer, 2018. E-Book. ISBN 978-3-319-64319-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-64319-9>.

a partir das explicações dos líderes integrados ao respectivo Governo Territorial Indígena (GTI), entre outros agentes sociais. Para contextualizar, cabe esclarecer que antes da Lei N° 445, originalmente o setor territorial *Tasba Raya* constituía nove comunidades *Miskitu* e tinha seu próprio Conselho Territorial que elaborava trabalhos pertinentes ao controle e à proteção do território. Não obstante, com as atinentes mudanças normativas, os indígenas foram pressionados pela CONADETI, CIDT, pelo *Programa de Ordenamiento de la Propriedad* (PRODEP), e Conselho Regional, entre outras instituições interligadas ao Estado, a juntarem-se ao outro setor territorial, denominado *Wangki Twi*, composto por 13 comunidades, objetivando estabelecer um único título territorial[395]. Portanto, acabaram formando o GTI que abrange as comunidades indígenas de ambos os setores territoriais, que hoje constituem o Território *Wangki Twi-Tasba Raya.*

Em 2010 o Sr. Constantino Romel, da comunidade *Francia Sirpi*, foi eleito como presidente do Governo Territorial do *Wangki Twi-Tasba Raya*, na sua integralidade. Conversando com este líder, foi me esclarecido que antes de 2000 as nove comunidades de *Tasba Raya* já vinham organizando atividades relevantes à sua territorialidade, incluindo a realização de um diagnóstico territorial. No entanto, quando foram obrigados a ser inseridos às outras comunidades do *Wangki Twi*, o processo demarcatório se estendeu por muito mais tempo, pois foi necessário ampliar o diagnóstico, no intuito de incluir todas. Apesar dos desafios, o título territorial foi entregue oficialmente em 2010. Conforme o líder indígena, o aspecto mais complicado dos procedimentos demarcatórios objetivando alcançar a etapa de titulação, consistia na negociação com as comunidades e territórios adjacentes, para decidirem quais eram os limites de cada um. Esta fase se prolongou devido à dificuldade de chegar a um consenso.

Quando perguntei ao Sr. Constantino se ele achava que a situação das comunidades indígenas melhorou após a implementação da Lei N° 445, ele respondeu da seguinte maneira:

> *Bueno, en este momento como decir que la ley, por ley, la gente percibe como que solamente pasó a ser un instrumento donde quieren oficializar a los mismos contextos políticos, pero efectivamente las comunidades no lo perciben nuestro objetivo y eso se da por lo que los mismos autoridades regionales lo modifican, o sea, ¿Quién es el autor principal para garantizar el conocimiento, el trasfondo de ese estudio, este texto a los líderes comunales? Y no son los líderes, no soy yo, ahí están las autoridades [gubernamentales] que tienen que intervenir a educar a los líderes de la importancia. Ahorita si vos llegas a preguntar a los líderes de las comunidades artículo, otro artículo, dos, tres artículos [no saben]. No. Hay un vacío. (...) Fácilmente podéis engañar, fácilmente podéis interpretar de otra*

[395] Informação verbal: Constantino Romel, Bilwi-Puerto Cabezas, 8/10/2017.

> *manera. Pero ah sí, ya uno que ya conoce el trasfondo y te puede intervenir y te puede debatir, pero no intervienen y están callados y uno puede maniobrar (...).* (Entrevista: Constantino Romel, Bilwi, 8/10/2017).

O líder *Miskitu* se refere à falta de preparação dos indígenas quando se trata de compreender e acionar as leis que amparam seus direitos territoriais, neste caso, a Lei N° 445. Por isso, o professor Milton Zamora e os integrantes do "consórcio" se preocupavam em realizar as oficinas de capacitação para facilitar tal conhecimento, visando a possibilidade de que os participantes das comunidades indígenas e afrodescendentes pudessem levar o aprendizado sobre os respectivos dispositivos legais às suas comunidades. Neste contexto, é pertinente considerar que uma grande parte da população *costeña* que habita estas áreas rurais possui um baixo nível de escolaridade, com um alto índice de analfabetismo, da mesma forma que vivem numa dinâmica bastante distinta das áreas urbanas, visto que o acesso à educação formal, informações públicas, ou infraestrutura básica, é muito limitado. Este fato, igualmente, facilita a manipulação interpretativa e no tocante a efetivação das leis etnicamente diferenciadas por parte das autoridades regionais, as quais deveriam ter o compromisso de garanti-las, também propiciar informações e conhecimento sobre tal legislação.

Antes de 2000 e da articulação da Lei N° 445, o Sr. Constantino Romel confirmou que não havia uma presença perceptível de *mestizos*, mas existiam interesses empresariais nos territórios. Conforme narrado, a partir de alguns diagnósticos realizados antes de 2006 e do levantamento inicial feito pela CONADETI em 2007, foram encontrados em torno de 54 *terceros* indígenas, que pertenciam à etnia *Miskitu*, mas não eram oriundos do território. Quando ele começou a atuar como presidente do GTI, o Sr. Constantino conseguiu um apoio financeiro considerável por intermédio de uma agência de cooperação holandesa. Por conseguinte, obteve as condições que possibilitassem organizar um grupo de 20 jovens indígenas com equipamentos, tais como GPS e máquina fotográfica digital, além de todas as provisões necessárias para concretizar viagens de quinze dias na floresta em diferentes momentos, nas áreas mais distantes no território *Wangki Twi-Tasba Raya*. A finalidade destas atividades consistia em demarcar os limites do território via picadas e simultaneamente verificar se, de fato, havia *terceros* da etnia *mestiza* assentados nele. Nesta tarefa os indígenas alcançaram investigar uma área em torno de 30 mil hectares[396]. Esta inciativa começou em março de 2013, quando o presidente territorial solicitou que o Exército e a Polícia Nacional acompanhassem estas atividades. Entretanto, estes se recusaram a participar desta

[396] Informação verbal: Constantino Romel, Bilwi-Puerto Cabezas, 8/10/2017.

incumbência, mesmo fazendo parte da comissão de instituições responsáveis pelas atividades demarcatórias em áreas indígenas, de acordo com a lei.

Durante estes afazeres de monitoramento territorial os indígenas encontraram cerca de 140 *terceros-mestizos* no território indígena, segundo o entrevistado. A princípio a equipe de jovens conseguiu dialogar tranquilamente com estes *terceros*, registrando informações a respeito dos tipos de trabalhos que estes realizavam; quantos hectares de terra ocupavam; de onde vinham; quantas familiares, entre diversos outros detalhes. Porém, em consonância com a explicação do Sr. Constantino, na terceira jornada até as áreas montanhosas objetivando coletar tais dados, em meados de junho e agosto de 2014, os *colonos* reagiram de modo agressivo, atacando os indígenas e sequestrando uma das equipes constituída por 20 jovens indígenas, por três dias consecutivos. Nesta época, o presidente do GTI pediu a presença do Exército, a Polícia Nacional e os representantes da CONADETI, entre outras instituições governamentais, apreciando a relevância de um acompanhamento institucional da situação precária, mas novamente foi ignorado.

Neste contexto, perguntei o Sr. Constantino Romel se o diretor executivo da CONADETI, Rufino Lucas[397], tinha se apresentado no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, com o propósito de mediar o conflito entre *colonos* e indígenas, pois queria verificar a veracidade do conteúdo que o mesmo tinha declarado anteriormente[398]. No entanto, o líder replicou: "¡*Nunca! ¡Se corre! Yo llevé cuatro veces derecho, yo llevé cuatro veces a ese hombre. No sé en qué parte porque en caso del territorio nuestro nunca he visto. Nada de mediación*"[399], assim, refutando a alegação enganosa do Sr. Rufino Lucas. Este me afirmou que tinha ido, acompanhado por policiais e militares, com o respaldo das instituições governamentais responsáveis, às áreas montanhosas nos territórios indígenas para intermediar o citado problema social. Até mesmo, disse que tinham obrigado os *mestizos* "*que se han comportado mal*" a se ausentaram das áreas disputadas, supostamente em concordância com as demandas dos membros das comunidades indígenas[400].

Outro assunto do qual me inteirei tratava de saber quando o Sr. Constantino começou a sentir que sua vida estava em perigo, já que foi perseguido pelas autoridades estatais, assim sendo baleado pelos militares em 2015, como supracitado anteriormente. Em consequência,

[397] Na época desse processo demarcatório, o Sr. Rufino Lucas era o Presidente da CONADETI.
[398] Ver Capítulo V.
[399] Informação verbal: Constantino Romel, Bilwi-Puerto Cabezas, 8/10/2017.
[400] Informação concedida em entrevista por Rufino Lucas, em Bilwi-Puerto Cabezas, 31/8/2017.

ele precisou passar por uma cirurgia médica imediatamente, devido à gravidade das lesões e hoje ainda falta retirar uma das balas alojadas no seu corpo. Ao refletir sobre esta circunstância, o líder afirmou que foi:

> *Cuando hice todo esto el auto-diagnostico. (...) O sea, yo intervine, mi intención era conocer la verdad y con la verdad, ya teniendo la verdad,* ***la encuesta elaborada****, con la evidencia en mi mano, yo podía intervenir a cualquier instancia y con una justificación de evidencia, entonces, esa fue mi base, ¿no? Yo quería retomar mi base, entonces, cuando retomé esa iniciativa me convertí en enemigo [del Estado] y también encontré la guía de muchas autoridades anteriores, ya existentes. (...) Porque uno cuando tenéis evidencias, tenéis que como líder hablas a cualquier instancia hablas, como queras, hablas la verdad, nadie te puede parar, nadie te puede controlar porque tenéis evidencia, tenéis y cuando con su firma, con su sello, cuando comunicas o públicas en un canal local, un canal nacional, entonces dicen: "éste me está atacando, este me está sacando los pañales a la luz", ya uno cae mal.* (Entrevista: Constantino Romel, Bilwi, 8/10/2017).

É possível observar que Sr. Constantino, com a equipe do GTI, procederam nas atividades precisas para elaborar a "*encuesta jurídica*" ou o inquérito jurídico no que tange ao levantamento sobre os *terceros-mestizos* assentados no território indígena, que possibilitasse prosseguir com a etapa de *saneamiento*. Trata-se do mesmo critério que a Sra. Violeta Irías Nelson, Procuradora de Direitos Humanos na RACCS e RACCN, enfatizou como essencial para completar esta última etapa demarcatória, destacando que ainda não havia sido realizada pelas autoridades responsáveis, por causa da falta do inquérito jurídico[401]. Entretanto, quando os indígenas executaram tal investigação, acabaram sendo impedidos por estratégias ambíguas, ao exemplo da tentativa de assassinar o Sr. Constantino e os outros jovens líderes que o acompanhava.

As autoridades apontadas no depoimento do líder *Miskitu*, que se encontram nas evidências levantadas pela equipe integrada ao GTI, constituem representantes do Governo Regional e de diversos municípios, vinculados aos partidos políticos como FSLN e YATAMA, que ele alega tinham algum envolvimento nos esquemas conectados à ocupação territorial irregular, especialmente a venda ilegal de *tierras comunales*. Cogitando estas informações, vale frisar que quando estive dialogando com a Sra. Sofía Morales, dirigente *Creole* do YATAMA[402], ela me esclareceu que quando trabalhava como integrante da CONADETI, com a incumbência de entregar os títulos de *propiedad comunal* a cada

[401] Cf. Capítulo V.
[402] Mencionada no Capítulo I.

território, ela sofreu constantes ameaças à sua vida, em função da corrupção política[403]. Conforme seu relato havia indivíduos ligados tanto à FSLN, quanto ao YATAMA, entre outros partidos, que possuíam propriedades privadas nos territórios indígenas. Isto posto, estes queriam impedir a entrega dos títulos territoriais, porque nesta dinâmica seus interesses seriam afetados de forma negativa. Aparentemente, existia um grupo de pessoas que tinham negociado o uso de *tierras comunales* com narcotraficantes, então se os títulos fossem entregues, tais negócios seriam prejudicados, em virtude do controle territorial. Entretanto, a Sra. Morales me enfatizou que este problema tratava de atividades ilícitas executadas a partir de interesses particulares, o que não necessariamente refletiam as instituições políticas em si, mas sim a corrupção de certos indivíduos que não representavam os interesses coletivos dos indígenas que habitam os respectivos territórios caribenhos.

Esta conjuntura ambígua será detalhada de modo mais acurado posteriormente, por meio de outros dados empíricos. O que é relevante salientar neste momento, a partir destas informações compartilhadas, é que as relações de poder e manobras políticas que levaram a tentativa de assassinar o Sr. Constantino, talvez tivessem como objetivo suprimir a transparência pública de tais dados. Nesta dinâmica, eventualmente ele foi destituído do seu cargo como presidente territorial, devido aos interesses em "jogo" dessas relações de poder.

Ponderando esta experiência, o mesmo líder *Miskitu* vislumbrou que:

> *Es triste decirte esta parte. El éxito de la gobernanza a partir de tener título a cada territorio, con el pueblo organizado, de manera colectiva, una área desde esa base jurídica, proyectarse hacia una visión de gobernabilidad desde las perspectivas del pueblo indígena, realmente yo pensé en eso, pero cuando retomo la ruta desde mi posición de líder, una vez electo yo encontré que si vos, si te posicionas tan autónoma así es esa gobernabilidad, pues de una u otra forma te va a revocar, porque su libre determinación no te permite, su autodeterminación no te permite por diferentes partidos políticos, se inmiscuye o interviene mucho en sus decisiones - las buenas políticas - y como que te permite que parcialice a uno y sino pues terminó, te pone en todo condiciones de [problemas]. Por eso había a muchos líderes cortaron su presupuesto, un pequeño recurso que le daba el Ministerio de Hacienda [y Crédito Público] los cortaron. Otro presión, eso es una base porque sin recurso uno no se mueve, eso es un bloqueo, y el segundo, el famoso* ***nombramiento****, cada nombramiento que se daba del Consejo [Regional] te bloquean y que eso no te facilita. (...) Y el tercero, te bloquean a nivel de su comunidad, vos esta como líder alto de su territorio y bajan los partidos a las comunidades y ahí te parcializan. Entonces, las tácticas como trabajan la* ***ideología partidaria****, yo he visto así como con todo esto, no te permite prosperar como hacia un enfoque de desarrollo como pueblo indígena, si no estás bien posicionado no avanzas, no avanzamos, ni dará resultados (...).* (Entrevista: Constantino Romel, Bilwi, 8/10/2017).

[403] Informação verbal: Sofía Morales, Bilwi-Puerto Cabezas, 12/12/2017.

O "*nombramiento*" a qual o entrevistado se refere, tem a ver com o certificado legal que os líderes eleitos recebem para formalmente integrarem-se aos *gobiernos comunales* ou governos territoriais, segundo a Lei N° 445[404]. Neste sentido, durante a votação dos membros das comunidades é preciso que uma testemunha do Conselho Regional[405] esteja presente, com a responsabilidade de verificar a legitimidade das eleições realizadas. Posteriormente, o certificado é entregue pela mesma ao líder eleito para que seja juridicamente autorizado[406]. Este critério oficial tem gerado muitas controvérsias, principalmente porque enfraquece a autodeterminação das comunidades indígenas e étnicas, quanto a seu direito de escolher suas próprias *autoridades comunales*, sem nenhuma intervenção partidária ou estatal. Ou seja, na visão dos respectivos agentes sociais, os líderes tradicionais não dependem da autoridade estatal, mas sim da legitimidade mediante os membros das comunidades que pertencem. Outra questão fundamental, é que se a autoridade *comunal* eleita não pertence ao partido político em poder, frequentemente a entrega do certificado a esta é negada. Isto significa que tal líder é impossibilitado de solicitar os recursos governamentais destinados à administração dos *gobiernos comunales* ou territoriais por intermédio do *Ministerio de Hacienda y Crédito Público*. Em outras palavras, não terá acesso ao apoio monetário que deve ser utilizado para levar a cabo os interesses das comunidades concernentes, devido à falta de reconhecimento oficial do seu cargo.

Procurando aprofundar este assunto, tive a oportunidade de entrevistar o Sr. Ramiro Moreno, da comunidade *Wisconsin*, que foi eleito como integrante da Junta Diretiva do GTI, atuando durante seis anos conjuntamente com o Sr. Constantino Romel, após a instalação da Lei N° 445. Antes de visitar *Wisconsin*, já tinha ouvido diversas discussões sobre a infiltração política na estrutura administrativa das comunidades indígenas, especialmente por parte dos *Consejos de Liderazgo Sandinista* (CLS). Por esta razão lhe perguntei se:

> *¿Hay un problema de políticos se metiendo dentro de la comunidad para manipular la situación, por ejemplo en el gobierno comunal o en el gobierno territorial?*
>
> **Sr. Ramiro**: *Correcto, perfectamente, mira naturalmente desde de nuestros ancestros la institución del gobierno comunal todo mundo sabe que el juez, el Consejo de Ancianos son los líderes naturales. Ellos velan por el bien estar y desarrollo y justicia comunitaria ¿verdad? Ahora ¿que pasó? Hasta 2015, estuvimos trabajando naturalmente. Pero cuando gane el Gobierno Regional el*

[404] Cf. Capítulo II, artigo n° 7.
[405] O Conselho Regional é uma entidade política, que integram os representantes de partidos políticos. Neste caso, a testemunha trata-se de um representante do partido FSLN.
[406] Exemplo de um *nombramiento* oficial, no ANEXO – DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.

> *partido sandinista ¿que hicieron? Ellos [los sandinistas] a su manera eligieron a otra comisión, el CLS, es el Consejo de Liderazgo Sandinista, ¿que hacen? Ahora no toman en cuenta a los gobiernos comunales. Todo su plan, todo su influencia, todo su estrategia cuenta con el CLS y CLS para el pueblo es una fuerza que desconoce todavía, hay un desorden. ¿Que hace con el CLS? si entra un proyecto por ejemplo, en el NICARIBE*[407] *o el MEFCCA, (...) viene a consultar con los CLS y los CLS se preocupan a dar el beneficio a la gente que vota en el partido Frente Sandinista y si aquí existe (...) 90 a 100 familias, solo le dan a 15 personas de su partido, y el CLS le elige, no es el gobierno comunal y hasta se repite varias veces y con eso como podemos sentir [que] el gobierno se preocupa solo por su gente (...), eso ya no es comunidad. Eso es para el beneficio en cositas de apoyo, así trabaja y si ellos vienen como institución, es con el fin de hablar y concientizar para que no andemos peleando por tierra,* ***es una política sucia****... nos habla para que entremos en "****convivencia****", diciendo: "la misma gente, mismo nicaragüense dale tierra para que trabaje hombre con ustedes", ese ritmo de la política y una vez cuando se apoderan todos los bosques... sabe bien que en tiempo de las* ***elecciones*** *todos van en su favor. Por eso a ellos les interesa de estar apoyando de barrera en termos de los reclamos que hablan, como que no le hacen caso, como que no le escucha todas las demandas que escribimos, leen como una prensa pero no se resuelve. Entonces para mi ellos no le interesan por la preocupación [del pueblo], mas su política es de como atrae a todo mundo a su manera.*
>
> **Helen**: *¿Está causando problemas con el saneamiento y el problema con los colonos entonces?*
>
> **Sr. Ramiro**: *(...) Sí, sí. Ahora te cuento como perdimos la oficina [del GTI], la ejecución. El Estado cuando vio que nosotros estuvimos implantando con nuestro derecho [y] no hicimos caso en la política de ellos. ¿Ahora que hacen? con el financiamiento que nos estaba bajando nos cortó, a nosotros nos considera como algo huelguista, como algo YATAMA, algo gente renuente, que no hacemos caso al Estado, entonces si no estemos dándole fielmente, lo que es la Hacienda*[408]*: "esa gente es capaz de hacer muchas huelgas entonces cortamos nos". A [Constantino] Romel lo tiraron el Ejército de Nicaragua con el orden de sus superiores, caminan balas de AKA's-47 [tiros e armas militares]. Lo balearon en el empalme de la salida de Tasba Raya, para allá, para la central ahí. (...) Dejó la camioneta, hasta la llanta se explotó. (...)Mira el Ejército de Nicaragua... Porque usted sabe bien cuando hay alguien así fuertemente levantando en contra del Estado, es un gran peligro para él. Entonces tenían que dar ese orden para eliminarlo, mira que problema.* (Entrevista: Ramiro Moreno, comunidade *Wisconsin*, RACCS, 08/9/2017).

Os destacados CLS consistem numa nova política criada pelo regime orteguista, que trata de formar grupos de pessoas afiliadas ao partido FSLN, que vivem nas comunidades indígenas. Por intermédio destes conselhos partidários, o regime sandinista vem se sobrepondo às autoridades legitimamente eleitas, porque acaba dominando as eleições *comunales*, especialmente via instrumento legal do *nombramiento*, que é estrategicamente negado a estes líderes, da mesma maneira apontada antes, pelo Sr. Constantino Romel. Ao

[407] *Programa de Desarrollo de los Sistemas Productivos, Agrícolas, Pesqueros y Forestal en Territorios Indígenas de la RAAN y RAAS* – NICARIBE.
[408] *Ministerio de Hacienda y Crédito Público.*

invés disso, acaba sendo entregue a algum sujeito escolhido que seja integrado ao CLS, para que falsamente represente a comunidade, mas na verdade tem como papel assegurar os interesses do partido em poder, ou seja, de manter o controle estatal sobre os territórios caribenhos. Inclusive, de acordo com o entrevistado, tais sujeitos divulgam a política de "convivência" ou "*cohabitación*", ao mesmo tempo em que ocultam as demandas referentes ao *saneamiento*. E isto faz parte do plano de angariar mais votos dos *mestizos-colonos* que vêm ao Caribe, favoráveis ao partido e ao governo que os apoiam em ocupar e povoar os territórios indígenas que compõem a Região Autônoma, circunstância que, concomitantemente, facilita o domínio sobre os recursos naturais para projetos econômicos de interesse privado e estatal. Por outro lado, segundo relatado, os líderes *Miskitu* são geralmente considerados como "*renuentes*", "*huelgistas*" ou afiliados ao YATAMA, o que significa que são relutantes ou rebeldes, ou de certo modo, inimigos do Estado. Portanto, "cortados" do reconhecimento oficial e apoio financeiro fomentado para exercer suas atividades de liderança *comunal* e *territorial*.

De forma geral, a política dos CLS vem causando diversas desavenças políticas e de administração na estrutura *comunal* por toda a Costa Caribe nicaraguense e resulta no que os *Creole* da RACCS classificam como os *gobiernos paralelos*[409]. Não obstante, há indícios de que algumas comunidades estão resistindo à instalação dos CLS, ignorando o critério do *nombramiento* e apoiando os líderes democraticamente eleitos, mesmo se não possuam tal reconhecimento formal.

Em consonância com a explicação do Sr. Ramiro, como os *Consejos de Liderazgo Sandinista* (CLS) são estreitamente apoiados pela FSLN, os projetos governamentais acabam beneficiando apenas os membros das comunidades indígenas associados a esta estrutura política. Ademais, as autoridades do Governo Regional ou representantes estatais, somente procuram dialogar com os membros dos CLS nas comunidades indígenas. Mesmo que seja uma política contraditória, a implementação dos *Consejos de Liderazgo Sandinista* (CLS) frequentemente funciona com êxito como estratégia para influir sobre os indígenas, aproveitando da situação de extrema pobreza na Costa Caribe, nestas áreas rurais com infraestrutura inadequada e pouco acesso aos serviços básicos.

Para demonstrar esta dinâmica, entrevistei a coordenadora do CLS e conselheira do partido FSLN, do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, integrada ao Governo Regional, a Sra.

[409] Ver Capítulo II.

Pola Dublon, da comunidade *Francia Sirpi*, tratando de compreender o papel destas estruturas políticas nas respectivas comunidades, no depoimento que segue.

> **Sra. Dublon:** *(...) Nosotros siempre trabajábamos, yo como con el gobierno, somos el CLS, soy la coordinadora aquí en Francia Sirpi.*
>
> **Helen:** *Y, ¿cómo funciona CLS en la comunidad?*
>
> **Sra. Dublon:** *En la comunidad, nosotros funcionamos, es decir, tenemos grupos de CLS. Ahí en tiempo de las elecciones, nosotros trabajamos con esas, con las jóvenes mujeres, y organizan, visitan casa por casa, para las elecciones, para conseguir votos, enseñando las casillas, donde tienen que marcar, todo eso pues hace el trabajo.*
>
> **Helen:** *Y, ¿cuál es la función en general? Sólo eso, o ¿tienen otras funciones en las comunidades?*
>
> **Sra. Dublon:** *Sí, tenemos la Juventud. Tenemos de la familia, es decir, una organización que tenemos personas ya más adultas que también, visitan mujeres de las mayores edades, se puede decir, mujeres de 40 para ese lado, tenemos también mujeres de la organización, especialmente tenemos esas mujeres también que visitan en las comunidades a las más ancianas.*
>
> **Helen:** *¿Ustedes tienen un trabajo dentro del gobierno comunal?*
>
> **Sra. Pola Dublon:** *Sí, sí. Ahorita soy Concejal del Gobierno Regional (...). Nosotros tenemos especialmente los líderes comunales. Cuando el líder comunal va a hacer la Asamblea para elegir el juez, el síndico, digo el coordinador de la comunidad, los ancianos, todos esos hacen una asamblea en la comunidad, y con ellos como Concejal tengo que estar presente, si en verdad la asamblea se hizo bien o se hizo mal, yo tengo que probar eso y dar los* ***nombramientos*** *a la comunidad. Ese es el trabajo que nosotros estamos haciendo ahorita. Y no solamente ese. También nosotros estamos en Puerto [Cabezas] (...), a veces hay una necesidad por la gente, a veces hay un muerto por ahí, murió en Puerto Cabezas que es de Francia [Sirpi], pues en todos lados, nosotros tenemos que estar ahí al frente de ese para como trasladar a esas personas aquí. Tenemos que entrar al Gobierno [Regional], al Coordinador, y nosotros coordinamos y ahí damos el ataúd, la camioneta para la familia y el apoyo que damos nosotros, traemos y entregamos a la familia. Y esos son los trabajos que nosotros hacemos. Las necesidades, a veces hay un viaje para Managua, hay alguien que esté enfermo, tal vez tiene cita para Managua y a veces no tienen dinero para eso y nosotros tenemos que acudir al gobierno, y nosotros así trabajamos dando el pasaje si es emergencia por avión. Si no hay mucha emergencia por tierra mandamos. Así es como nosotros hemos apoyado a nuestra gente en las comunidades. Sí, así trabajamos. También, en la iglesia, necesita un apoyo tal vez para dar una conferencia. Tal vez la iglesia no tiene mucho dinero, la economía, y así nosotros tenemos que entrar, pedir apoyo, al Congreso para lo básico (...), y así todo eso es el trabajo de los concejales, que nosotros estamos ahí siempre manteniendo nuestras comunidades.* (Entrevista: Pola Dublon, comunidade *Francia Sirpi*, 18/10/2017).

A Sra. Dublon confirmou a dinâmica do CLS em buscar votos para o partido político na comunidade, se dividindo entre diferentes grupos, como jovens e mulheres, entre outros

que colaboram com este objetivo. Da mesma forma, destaca o fato que seus integrantes administrem as *Asambleas Comunales* durante as eleições, sobretudo, que ela mesma facilita o *nombramiento* com o papel de testemunha oficial como conselheira da FSLN, agregada ao Conselho Regional. Observa-se que com o vínculo partidário amparado pelas relações de poder – Governo Regional e governo central – os CLS conseguem condições pecuniárias para auxiliar os membros das comunidades em custear transporte, assistência médica, funerárias, até mesmo apoiar as igrejas, somente para ilustrar algumas das possibilidades apontadas pela autoridade política. Deste modo, é possível compreender como os membros das comunidades indígenas se tornam dependentes desta política de governo, especialmente quando se encontram em situações de vulnerabilidade econômica, ou seja, aceitam a força de tais manobras políticas, porque facilita lidar com algumas necessidades pontuais.

Outro aspecto desta conjuntura política trata-se da modificação da autoridade das estruturas tradicionais, notadamente o *Consejo de Ancianos* e o papel dos líderes que compõem o *gobierno comunal*. Segundo os interlocutores, os CLS vêm procurando recrutar os jovens indígenas, que por falta de experiência, são mais fáceis de manipular[410]. Assim, com o passar do tempo os *Consejos de Ancianos* vêm perdendo sua autoridade tradicional nas comunidades indígenas e a possiblidade de jovens líderes corruptos integrados aos *gobiernos comunales* tem aumentado. Por conseguinte, a presença dos CLS sucessivamente vem desestruturando as instituições tradicionais, sobretudo, a legitimidade das autoridades tradicionais, portanto, o sistema cultural e tradicional das comunidades *Miskitu*.

Cabe mencionar que durante o trabalho de campo, *Francia Sirpi* constituiu a comunidade indígena onde notei esta dinâmica política contraditória de forma mais intensa, observando bastante a divisão política e a desconfiança entre os membros da comunidade. A minha primeira entrada em campo com Sr. Delvin, apontada anteriormente, já indicava esta conjuntura de conflitos internos. Em contraste, os membros das comunidades *Esperanza* e *Wisconsin* me explicaram que anteriormente aos conflitos territoriais, eles também tinham muitas divisões políticas internas, mas após as violências levando a mortes decorrentes de confrontos com *colonos*, as disputas de poder baseadas em interesses partidárias cessaram significativamente. Isto porque perceberam que os representantes de partidos políticos visitavam as comunidades indígenas apenas para fazer discursos a favor do *saneamiento*, no intuito de alcançar mais votos, todavia após as eleições os mesmos desapareciam e não

[410] Da mesma forma que nos centros urbanos da Nicarágua existem os "jovens sandinistas" que são conhecidos por receber propinas para agredir pessoas que se manifestam publicamente contra o regime sandinista (Cf. Capítulo I), os jovens nas comunidades indígenas são alvos de estratégias de manipulação por agentes estatais e políticos que oferecem certos benefícios.

cumpriam suas promessas, deixando os indígenas isolados novamente. Da mesma maneira, os membros dessas duas comunidades compreenderam que precisam ficar unidos para defenderem-se diante das ameaças às suas vidas por parte de *colonos*, já que não podem contar com os agentes estatais ou representantes de partidos políticos para os fornecerem alguma proteção neste contexto. Por outro ângulo, os membros da comunidade *Santa Clara*, em sua maioria, se demonstravam antagônicos ao partido FSLN, enquanto destacavam um forte apoio ao partido YATAMA. Inclusive, alguns agentes sociais salientaram que havia um grupo de indígenas nesta comunidade que ameaçava pessoas que simpatizavam com o partido em poder. Desta forma, estrategicamente evitando a interferência do CLS e resistindo as tentativas de representantes da FSLN ou do Estado, em tentar influenciar a comunidade de algum modo. No entanto, esta posição também trouxe vários problemas para *Santa Clara*, em termos de sua relação com os agentes estatais em poder e o acesso às políticas públicas.

Para compreender a atuação do partido indígena nesta conjuntura, dialoguei com o líder máximo, Sr. Brooklyn Rivera, e o secretário da diretoria executiva do YATAMA, Mark Rivas, entre outros agentes sociais. Foi me explicado que após a guerra entre "contras" e sandinistas, quando havia as eleições nacionais em 1990, YATAMA ainda era estritamente um movimento indígena. Porém, em virtude das reformas políticas e de governo, podia participar das eleições como organização indígena, a partir das "*Suscripciones Populares*", apenas precisando certa quantidade de assinaturas. Com a aprovação da Lei N° 28, a ideia era que os indígenas poderiam eleger seus próprios líderes, conforme seus costumes e tradições, independentemente dos partidos políticos nacionais. Nessa época, a organização indígena fez um acordo com a Frente Sandinista e YATAMA terminou vencendo na maioria dos conselhos municipais da Costa Caribe[411]. Desta maneira, procedeu com bastante apoio da população *costeña* durante dez anos, mas em 2000, devido ao pacto entre Daniel Ortega e Arnoldo Alemán[412], as *Suscripciones Populares* foram retiradas, assim anulando a possibilidade da organização indígena participar das eleições regionais. Consequentemente, os dirigentes do movimento indígena decidiram cumprir os requisitos para se tornarem um partido indígena regional, evitando que perdessem a oportunidade de representar os *costeños*, principalmente os *Miskitu*, nas instituições caribenhas, mas com a condição de que eles pudessem participar de acordo com os critérios e cultura indígena, como foi reforçada na Sentença de YATAMA vs. Nicarágua de 2005, posteriormente[413].

[411] Informação concedida em entrevista por Brooklyn Rivera, RACCN, 25/12/2017.
[412] Ver Capítulo I.
[413] Ver Capítulo I.

Lembrando que MISURASATA se transformou em YATAMA, este sempre atuava como uma organização *Miskitu* dentro das comunidades indígenas, antes de se tornar um partido político e desde os tempos da guerra. Em outros termos, havia uma forte presença e participação da organização indígena nas comunidades *Miskitu* durante muitos anos, como mobilização étnica. Concomitantemente, não havia a presença de partidos políticos nacionais transitando pelas comunidades indígenas na Costa Caribe. Conquanto, com a transformação da organização YATAMA em partido político em 2000, os outros partidos políticos nacionais começaram a entrar nas comunidades indígenas também, pois agora podiam justificar sua presença porque YATAMA passou a atuar como partido político, ao invés de organização fundamentalmente étnica. Então, com esta lógica, todos os partidos, sejam regionais ou nacionais, deveriam ter a mesma oportunidade de intervir nas comunidades caribenhas. O Sr. Mark Rivas, que igualmente era[414] o representante dos jovens da Assembleia Geral do mesmo partido indígena, esclareceu essa dinâmica, na sequência.

> *(...)Al convertirse YATAMA en partido político, le dio más espacio, y ventaja a los partidos nacionales. Por ejemplo, cuando YATAMA se convierte en partido, primeramente en las comunidades, los líderes comunales normalmente se identificaban como YATAMA, entonces venían y se elegían a sus líderes comunales, y este venía a la Casa Verde, a entenderse con el líder y todo eso, entonces eso le dio como la entrada a los demás partidos − "ah no, las comunidades también eligen a sus líderes y el líder va y se entiende con Brooklyn que es el dirigente del partido YATAMA, ah, YATAMA es partido, y si entra ahí pues nosotros también entramos". No era así antes, no entraban [en las comunidades indígenas]. (...) Al entrar YATAMA en esto, les dio espacio a los demás [partidos] para entrar. (...) Entonces esto… tú tienes mucha desventaja cuando no tienes recurso, también es por es una asunto de que el gobierno se aprovecha de la pobreza de las comunidades [indígenas] para llevar. (...) Entonces hizo que se pusieran más débiles las comunidades. (...) Igual pasó con los territorios indígenas. Antes los territorios… eso del proyecto de los territorios indígenas también fue iniciativa de Brooklyn, empezó eso hasta darle forma y todo ese asunto, de la Ley 445, él fue el que inició. (...) Entonces la idea de él era desaparecer los gobiernos municipales en las Regiones Autónomas, y que los que gobiernos territoriales pudieran controlar sus zonas y los recursos del Estado que entraran directamente de los territorios, luego a las comunidades, y pues entonces empezó con este proyecto, pero lo que pasa es que también, cuando los primeros gobiernos territoriales fueron elegidos todos eran YATAMA, entonces igual se entendían con Brooklyn y el mismo… la misma situación que en las comunidades, entonces eso también dio espacio al partido sandinista de: "Ahh, no, YATAMA, nos vamos nosotros también", entonces ahí empezó todo esto. (...) Entonces esto ha permitido tres cosas: 1. Que la ideología sandinista entre a las comunidades. Que no tenía fuerza. El sandinismo era enemigo del pueblo Miskitu, de todos. (...) Lo otro es la invasión de los colonos a los territorios indígenas. Y tercero, la manipulación de las comunidades, de los líderes comunales con esto de las láminas de zinc, de los cerdos que son muy zonales – MEFCCA. (...) Diferentes*

[414] Ele cumpriu este papel até ser assassinado, em 3 de janeiro de 2020.

> *organizaciones que el gobierno viene y donaciones de otros lados también, lo agarran, lo politizan, lo pintan de rojo y negro, y lo mandan a las comunidades. Ahí está la función de los CLS, vienen los CLS y levantan un censo en la comunidad identificando qué familias son de la línea sandinista, es decir, tú no eres del partido, entonces no hay beneficio para tu familia, cuando eres pobre y necesitas, tienes que ir a hablar con los CLS y decirle que te incluya en los proyectos del gobierno, y te dan un código donde cuando tú votas tienes que poner tu código en la boleta, después de las elecciones por comunidad ellos revisan la boleta, y como cada ciudadano, o cada comunitario, tiene un código ya revisan e identifican quienes han votado por el Frente [Sandinista].* (Entrevista: Mark Rivas, Bilwi-Puerto Cabezas, 19/12/2017).

Conforme a perspectiva do jovem dirigente indígena, a transformação da organização YATAMA em partido político ao invés de manter-se exclusivamente como movimento indígena de base comunitária, facilitou a intervenção política por parte do partido FSLN, que não existia anteriormente nas comunidades indígenas, inclusive era visto como "inimigo", de modo geral, do povo *Miskitu*. Fato que também contribuiu para a usurpação territorial em massa das *tierras comunales* pelos *colonos*, assim como a cooptação dos líderes *comunales* e os demais membros das comunidades indígenas, por meio de pequenos projetos governamentais de curto prazo, ilustrado por meio do MEFCCA, com a entrega de materiais de construção, a exemplo das laminas de zinco aos indígenas, até mesmo suínos (*cerdos*) para criação e alimentação. Ao contrário, o partido indígena não tem recursos monetários suficientes para concorrer no mesmo nível de interferência, via certos benefícios oferecidos pelo partido do regime orteguista.

De modo similar, o entrevistado apresenta a contradição dos governos territoriais, que também foram dominados pelo partido do Estado, mediante estratégias políticas. Tal como outros agentes sociais na cidade e nas comunidades indígenas têm me ressaltado, as *alcaldías* ou prefeituras perderam sua legitimidade administrativa na Região Autônoma, com a aprovação da Lei N° 445 e a fundação dos governos territoriais. Em outros termos, a ideia original da criação dos governos territoriais, em conjunto com os *gobiernos comunales*, era que teriam sido as principais instituições administrativas na Costa Caribe, conforme os critérios de autodeterminação. Assim, possibilitando que cada território etnicamente configurado fosse administrado pelas respectivas autoridades indígenas eleitas pelas *Asambleias Comunales* e *Territoriales*, igualmente tendo controle sobre os recursos pecuniários oficialmente disponibilizados para exercer este papel, segundo os interesses coletivos. Porém, as prefeituras, como instituições diretamente vinculadas ao governo central, em junção com o cooptação, a manipulação e a coerção política, incluindo o intermédio de

estruturas políticas como os CLS, mas, sobretudo, o partido FSLN que representa o Estado, mantêm seu controle sobre os territórios indígenas de modo estratégico.

Por estas razões, a nova geração de dirigentes do partido YATAMA está analisando a possibilidade de deixar de ser um partido político e voltar a ser estritamente um movimento indígena, constituindo uma visão que diverge daquela mantida pelos antigos líderes, como o Sr. Brooklyn Rivera. Com esta lógica, o Sr. Mark Rivas realçou que:

> *(...)Eso es lo que estamos pensando ahora, por ejemplo ahora, después de estas elecciones [municipales de noviembre 2017], más las elecciones pasadas, consideramos de que… si seguimos participando en las elecciones YATAMA va a ir perdiendo más credibilidad, también más respaldo y aceptación de las comunidades indígenas, que es el fuerte de YATAMA, y también apoyo de organismos internacionales que todavía, hasta ahora, tenemos, un poco acompañamiento y todo eso, y porque el sistema político de Nicaragua no te permite como oposición ganar espacios (...).* (Entrevista: Mark Rivas, Bilwi-Puerto Cabezas, 19/12/2017).

Voltando à percepção do ex-líder do Governo Territorial Indígena (GTI), o Sr. Ramiro, foi me explicado que por meio das manobras políticas supracitadas, os autênticos líderes territoriais foram destituídos dos seus cargos e substituídos por representantes dos CLS, autorizados com o certificado legal – *nombramiento* – pelas autoridades do Governo Regional, concomitantemente do partido FSLN, como destacado no próximo relato.

> *(...) Formalmente la Ley 445 nos indica que para elegir, (...) la Asamblea Comunal es la máxima autoridad para elegir a sus líderes para interés comunitario, ¿verdad? Esos gobiernos comunales, cuatro se unen para sacar su Consejo Territorial, para trabajar entre el territorio y la comunidad y en este caso, en Wangki Twi tenemos 21 consejos ¿verdad? El gobierno comunal… La Asamblea saca su gobierno comunal y su gobierno comunal elige a su Consejo Territorial y las 21 comunidades eligen a su Junta Directiva para la dirección, administración, ¿verdad? Entonces, así sucesivamente como democráticamente nosotros elegimos. Pero ahora cuando agarró el poder en la Casa del Gobierno los sandinistas, ¿que hicieron? Llamaron a uno, dos CLS de las comunidades y así como lo estuve repitiendo con todo esos cinco [representantes] de cada comunidad por 21: 105 personas tienen que ir a una Asamblea [Comunal] para elegir a su Consejo para la Junta Directiva a la vez. Pero esta gente, ¿que hicieron? con unas 20, 30 personas de CLS los llaman y les ponen a otro [líder]. Actualmente esta un señor que se llama Lejan Moura. A Lejan Moura lo elogió sin consentimiento previo, libre de los hijos del territorio, sino por el CLS y las direcciones de los sandinistas, le ponen y abre el Ministerio [de Hacienda y Crédito Público]. (...) La oficina que nosotros manejábamos ellos están ahí, pero no es elegido por la Asamblea [Comunal]. Fue autorizado por el Gobierno Regional y la ventaja de ellos ¿que es? El Ministerio de la Hacienda al fondo le están extendiendo la puerta y con eso está disfrutando, pero como no visita las comunidades, ellos son asalariados, pero sin ningún movimiento.* (Entrevista: Ramiro Moreno, comunidade *Wisconsin*, 7/9/2017).

A partir desta dinâmica estratégica explanada pelo entrevistado, para o presidente territorial democraticamente eleito por seu povo, as consequências foram bastante graves. O Sr. Constantino Romel acabou sofrendo dois tiros de armas de fogo de porte militar, no tórax, precisando passar por uma operação médica e quase morreu. Paralelamente, foi substituído como presidente do GTI, pelo Sr. Lejan Moura da FSLN, mencionado acima, uma figura quase inexistente para os membros das concernentes comunidades indígenas. Ele agora possui o *nombramiento*, portanto, o financiamento fornecido pelo *Ministerio de Hacienda y Crédito Público*[415], para dirigir o Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, conforme os interesses dos seus habitantes. No entanto, em concordância com as narrativas dos agentes sociais, até hoje o nomeado representante da FSLN não tem se manifestado para cumprir este papel, muito menos tem agido em favor de finalizar a última etapa demarcatória do *saneamiento*, tampouco apelado em prol da proteção do território coletivo de alguma maneira, mesmo sendo renumerado pelo Estado para supostamente efetivar tais incumbências.

Para ilustrar como os indígenas interpretam esta situação contraditória, vale apontar uma demonstração da sua insatisfação que testemunhei quando estive hospedada na comunidade *Francia Sirpi*. Na ocasião, estava sentada na varanda da palafita onde residia com uma família *Miskitu*, por volta de 8 horas da manhã, quando vi uma caminhonete carregando os membros da FSLN que constituem o GTI, passar pela comunidade, na mesma estrada que passa por meio de todas as comunidades *Miskitu* nesta parte do território. Era o período próximo das eleições de novembro de 2017 e aparentemente o Sr. Lejan Moura, acompanhado pelos outros pretensos integrantes do GTI afiliados à FSLN, chegaram ao território, a fim de divulgar sua propaganda política. O grupo ia seguir até o final da estrada, com a ideia de começar seu trabalho político em *Wisconsin* e voltar, sucessivamente parando em cada comunidade indígena até chegar à *Francia Sirpi*, antes de se ausentar do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. Entretanto, em torno de meio dia e trinta (12h30), assisti a mesma caminhonete retornando na direção contrária depressa, sem parar em *Francia Sirpi* como prevista e continuou velozmente saindo do território indígena. Neste instante, observei meus anfitriões rindo bastante porque o veículo estava pintado com grandes letras vermelhas, formando a frase: "*!QUEREMOS SANEAMIENTO!*"

Posteriormente, descobri que quando aquele grupo político passou pela comunidade vizinha, *Santa Clara*, um grupo de jovens indígenas que vigiam a comunidade, fez o seu

[415] Exemplo de autorização oficial, para retirar estes recursos destinados aos interesses coletivos dos territórios indígenas, que acompanha o *nombramiento*, em ANEXO – DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.

veículo parar e o cercou, com a finalidade de questionar as intenções dos representantes políticos no território. Em seguida, os jovens decidiram usar tinta spray para sublinhar publicamente e com muita clareza na caminhonete usada para a companha política, o recado que os indígenas têm para os agentes políticos e estatais, de forma visível para todos, antes de expulsá-los de *Santa Clara*. Assim, marcando de modo irrefutável, como os indígenas se sentem com relação às posturas de tais agentes estatais, especialmente no que tange sua demanda referente ao *saneamiento*. Este ato, igualmente, demonstrou a resistência dos indígenas diante a coibição e manipulação dessa política partidária.

CONCLUSÃO

Neste capítulo procurei apresentar a forma como consegui meus primeiros contatos com os agentes sociais oriundos das comunidades *Francia Sirpi, Santa Clara, Wisconsin* e *Esperanza*, tratando da entrada em campo no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, com o objetivo de levantar dados empíricos sobre os conflitos territoriais. Partindo desse início de construção de *relações de pesquisa* no campo etnográfico, tratei de contextualizar os dados coletados que mostram a dinâmica das relações de poder e políticas nestas comunidades específicas, que contribuem para o agravamento de tensões sociais locais. Tais relações dominantes são disseminadas pelo aparato do Estado nos territórios e comunidades indígenas por intermédio de estruturas como o partido FSLN e os CLS, que se infiltram nos *gobiernos comunales* e territoriais de maneira estratégica, visando controlar os atinentes recursos naturais nos territórios caribenhos, por motivos econômicos. Esta conjuntura incita divisões internas que criam desordem nas comunidades indígenas, assim estrategicamente enfraquecendo a mobilização étnica em prol do território, abarcando a reivindicação do processo de *saneamiento*. Do mesmo modo, a vulnerabilidade econômica e a falta de acesso ao conhecimento formal ou informações transparentes sobre a legislação etnicamente diferenciada, é utilizada contra os membros das comunidades indígenas e a favor dos interesses daqueles que representam o poder. Circunstância esta que não apenas instiga a corrupção política interna e externa antagônica aos interesses coletivos em defesa do território indígena, mas faz parte dos conflitos territoriais que resultam em violências severas entre indígenas e *colonos*.

Por outro lado, é possível constatar que os agentes sociais das quatro comunidades *Miskitu* discutidas aqui, demonstram sua resistência em oposição às diversas estratégias de coerção política e estatal, ao exemplo de pintar a caminhonete que transportava as supostas autoridades territoriais, que representam o partido FSLN, com a mensagem que eles "querem *saneamiento* territorial agora". Ademais, quando rejeitam a entrada ou interferência de grupos e propagandas políticas ou governamentais. Mas, sobretudo, a partir da solidariedade que existe entre as comunidades indígenas, independentemente das suas afiliações políticas, em enfrentar as ameaças às suas maneiras culturais de viver, notadamente ao seu território e sua integralidade física, diante a ocupação irregular das suas *tierras comunales* por *colonos* e a negação dos agentes que representam o poder, em apoiá-los de alguma forma, nesta conjuntura.

A seguir, serão abordados os dados empíricos coletados durante minha experiência vivida por um tempo no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, enquanto estive efetivando o trabalho de campo. Neste sentido, serão destacadas diversas narrativas dos próprios membros das respectivas comunidades *Miskitu*, no que concerne as suas vivências de uma situação de extrema violência, com base em conflitos territoriais com os chamados "*colonos*".

CAPÍTULO VII – OBSERVAÇÕES ETNOGRÁFICAS DOS ACIRRAMENTOS QUE LEVARAM AOS CONFLITOS TERRITORIAIS: SUA DINÂMICA A PARTIR DAS COMUNIDADES *WISCONSIN, LA ESPERANZA-RÍO WAWA, SANTA CLARA E FRANCIA SIRPI*

Neste capítulo serão desvendados os aspectos estreitamente atrelados à ocupação irregular de *tierras comunales* por parte de *terceros* que são *mestizos*, especialmente no que diz respeito ao esquema de "tráfico de terras" no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. A análise etnográfica demonstra que existem diferentes grupos de *mestizos*, tal como os *campesinos*, os "*viejo vivientes*"; ou os *colonos* que abrangem os temidos "grupos armados"; que se comportam de modos bastante distintos no que tange sua interação com os indígenas que pertencem ao território *Miskitu* em disputa. Entre estes alguns são mais agressivos do que outros e nem todos utilizam da violência física para apropriar-se de *tierras comunales*, mesmo que as ocupações sejam essencialmente ilegais.

Cogitando estas características, na sequência apresentam-se os dados etnográficos referentes, a partir das experiências e observações dos próprios agentes sociais deste território. Os membros de cada comunidade indígena visitada me contaram diferentes particularidades dos conflitos territoriais, que fazem parte do mesmo problema social que tem afetado a todos. Deste modo, as observações diretas em campo revelaram que os impactos sociais decorrentes dos conflitos territoriais, sobretudo, com *colonos*, têm sido desastrosos, deixando as quatro comunidades *Miskitu* cada vez mais vulneráveis e inseguras perante um sistema burocrático-administrativo-estatal que não ampara seus direitos fundamentais, tampouco a integridade física dos seus membros. E isto é indicativo de um racismo sistêmico. Esta situação também provoca uma sensação de isolamento social porque os indígenas que vivem nestas áreas de conflito, distantes dos centros urbanos, estão sem qualquer defesa oficial ou institucional em face dos perigos reais às suas vidas e modos de viver.

Vale ressaltar que quando elaborei a pesquisa neste território, muitos dos indígenas entrevistados não tinham conhecimento suficiente da língua espanhola para se comunicarem de maneira clara comigo neste idioma. Por isso, frequentemente solicitei a ajuda de um tradutor voluntário da comunidade, na intenção de obter maior clareza sobre as experiências relatadas por estas pessoas. Considerando esta dinâmica, as informações levantadas durante estas conversas que serão destacadas no texto, frequentemente acabaram sendo resumidas por mim, ao invés de citar estes depoimentos diretamente. Entretanto, após passar um tempo com

os indígenas, comecei a compreender cada vez mais suas formas de expressão, mesmo se estivessem gramaticalmente incorretas. Portanto, nem sempre precisava da tradução das suas falas, além do fato que alguns indígenas se comunicarem na língua nacional de modo bastante adequado. Então, decidi fazer citações diretas apenas daquelas falas nas quais não precisava de tradução de um intermediador. Conquanto, realizei numerosas entrevistas com pessoas oriundas das quatro comunidades *Miskitu*, mesmo que nem todas fossem utilizadas de forma direta para compor a tese, com a finalidade de comparar e verificar a veracidade dos dados empíricos.

Isto posto, em seguida serão abordados os principais elementos que instigaram as tensões entre indígenas e os *mestizos* que se auto-identificam como "*campesinos*", mas são conhecidos como "*colonos*" pelos demais indígenas das comunidades *Wisconsin, Esperanza, Santa Clara* e *Francia Sirpi*, entre outras por toda a Região Autônoma.

Disputas étnicas

Para compor o quadro desses fatores, o Sr. Ramiro, líder da comunidade *Wisconsin*, supracitado no capítulo anterior, foi uma testemunha fundamental que me auxiliou na busca de informações para compreender esta situação social complexa. A princípio, ele chamou a minha atenção para um conflito étnico entre os próprios *Miskitu* com os indígenas *Mayangna* da comunidade *Awas Tingni*, pertencente ao Território *Amasau*, que acabou se acoplando à dinâmica dos conflitos territoriais vinculados aos interesses dos *colonos*. Dado isso, é preciso explicar que historicamente os *Mayangna* foram subordinados aos *Miskitu*, por constituir um povo menos guerreiro, com uma população significativamente menor, da mesma forma que não alcançaram ter as mesmas relações de poder que os *Miskitu* mantinham com os colonizadores britânicos e posteriormente com outros povos. Na sua memória social, durante a guerra civil dos anos 80, muitos *Mayangna* lembram que foram tratados como inferiores aos *Miskitu*, mesmo quando estavam lutando juntos como contrarrevolucionários. Por conseguinte, tampouco se identificam tanto com o partido YATAMA, quanto os *Miskitu*. Inclusive, muitos que conheci são simpatizantes e representantes do partido FSLN[416].

[416] Entre os dias 15 a 18 de janeiro de 2018 estive na comunidade *Awas Tingni*, onde entrevistei diversas autoridades *comunales* e territoriais sobre o contexto do tráfico de *tierras comunales* em ambos os territórios *Wangki Twi-Tasba Raya* e *Amasau*, a fim de entender suas perspectivas sobre a ocupação irregular por *colonos.* Neste ínterim, tive a oportunidade de registrar os depoimentos de alguns *mestizos* assentados no território

Considerando esses fatos históricos e voltando para analisar o processo demarcatório consoante a Lei N° 445, durante a segunda etapa denominada *solución de conflictos*[417], houve uma disputa entre os indígenas de ambas as etnias sobre o limite dos seus territórios sobrepostos: o Território *Wangki Twi-Tasba Raya* e o Território *Amasau*. A discórdia tratava de uma área considerada "sagrada" pelos *Mayangna*, designada *Tuburus*, próxima ao Rio *Wawa*, assim como as áreas cerca do Rio *Arawas*, onde uma grande parte dos *Miskitu* mantêm suas *fincas*[418] ou *parcelas*[419], isto é, suas plantações ou lotes de terras familiares. Estes abarcam áreas específicas situadas nas florestas e montanhas, que antes do processo demarcatório foram utilizadas por ambos os povos indígenas, sem impedimentos. No entanto, com esse procedimento, os *Mayangna* reivindicaram seu direito ancestral, pois historicamente tinham um significado simbólico e material muito mais relevante para eles como povo. Por isso, na sua percepção pertenciam, sobretudo, aos demais membros da comunidade *Awas Tingni*. Por outro lado, os *Miskitu* valorizam efetivar sua produção agrícola e caçar nestas terras extensas, então todos apreciam ter acesso aos respectivos terrenos para suas atividades de sustento. Mas, apesar desta divergência, por intermédio da CONADETI e da decisão decretada pelo Estado da Nicarágua, a área disputada de aproximadamente 21 hectares, foi dividida entre as comunidades *Miskitu, Francia Sirpi, Santa Clara* e *Esperanza-Río Wawa*, somando 7 hectares para cada uma, enquanto os *Mayangna* perderam este seguimento do seu território, em 2009.

Na época que a equipe do GTI do *Wangki Twi-Tasba Raya* estava delimitando e investigando a presença de *terceros* no referido território[420], simultaneamente colaborando com o diagnóstico elaborado pela CONADETI, os *Miskitu* descobriram que alguns *Mayangna* estavam envolvidos em esquemas que facilitavam a apropriação ilegal de *tierras comunales* para *colonos*. Para esclarecer este fato, o Sr. Ramiro conta como os *Miskitu* do GTI, se apropriaram desta informação na narração abaixo.

Amasau sobre como eles se apropriaram de tais terras indígenas. Para realizar estas atividades de investigação, um grupo de *autoridades comunales* me acompanhou via um pequeno barco de alumínio com motor rabeta, subindo o Rio *Awas Tingni* e Rio *Wawa* para entrevistar esses *colonos* e alguns indígenas *Mayangna* que haviam perdido suas terras nesta conjuntura.

[417] Art. n° 45, da Lei N° 445.

[418] *Finca*, na língua espanhola, de modo geral, significa propriedade ou fazenda. Neste caso específico, refere-se aos terrenos com ou sem lares nas montanhas e/ou pequenos plantios onde os indígenas efetuam suas atividades de produção agrícola e por vezes a criação de animais, distante do cerne das suas comunidades. Isto é porque as terras nas áreas de floresta são mais férteis.

[419] As *parcelas* são os lotes ou pedaços de terra pessoais que os indígenas possuem, para sustentar seu núcleo familiar. Comumente os indígenas usam o termo "*parcela*" como sinônimo de "*finca"*.

[420] Explicado pelo líder da *Francia Sirpi*, Constantino Romel, no último capítulo.

(…) Entramos tres días [en las áreas boscosas del territorio] estuvimos, entrando, haciendo esta investigación (...), cuando fuimos a ver que problemas tubo, hasta tenemos problemas con los mismos indígenas de lo que hablan la lengua Mayangna. Y que lastima. Ahora nosotros estuvimos escuchando mucho que los hermanos Mayanga de Awas Tingni ubicaron a muchos invasores de tierras con las autorizaciones de ellos. Y ¿que pasa? Cuando entramos al bosque para darles advertencia cada mestizo que estaba en diferentes fincas cuando investigamos,- trabajamos día y noche de esa vez y bajó un mal tiempo, todos los días, noche y día lluvia y se llenaba todos los ríos, cuenca de agua, mal tiempo era ese día. Entonces, cuando investigamos como existió, como llegó a ese lugar, [fue] dirigido por los Mayangnas de Awas Tingni, tienen algunos documentos que respalden, dirigidos por ellos para una seguridad, [los mestizos] nos sacan papeles firmados, sellados por los gobiernos territoriales de Amasau− sellos firmados, números de cedulas por los gobiernos comunales de Amasau con diferentes poderes del gobierno territorial y gobierno comunal. Digamos con los gobiernos− presidente territorial, síndico territorial, juez comunal, síndico comunal, extendieron avales…. Y ¿qué pasa? Ellos [los] mandaron al tramo, lo que pertenece a Wawa Esperanza, Santa Clara y Francia Sirpi. Ahora nosotros reclamamos: "ustedes [mestizos] están mal ubicados, trate de buena forma, con tiempo como de reclamar, por dos razones, que [los Mayangna] devuelvan el dinero que has invertido y también que te ubiquen a donde ellos tienen tierra". Ellos mismo perdieron su derecho, los Mayangna de Awas Tingni, Amasau, no están actuando como nosotros, es diferente, ***están en convivencia. Nosotros no queremos cohabitación.*** *Pueden entrar mestizos, puede entrar ingleses, puede entrar etc. y lo que hablan diferentes lenguas, pero siempre con la dirección del pueblo. Así como has visto alguien ahí es por la vía legal, no importa de eso… tenemos libre toma de decisión, pero en esa forma* ***invadiendo*** *la tierra es otra cosa. No, los indígenas Mayangna de Awas Tingni, ellos llevaron a ubicar en el territorio en el tramo de Santa Clara, Wawa-Esperanza y Francia Sirpi, (...) a colonos y cada vez que nos vamos a las fincas [donde hay los colonos] nos sacan papeles extendidos por ellos [los Mayangnas]. Ahora ¿que pasó? Se resisten, no quieren dejar, no quieren salir, quejándose hasta nos disparaba, (…) invadiendo a la fuerza quieren tomar, porque en su tema nos dicen: "a mi me costó esta tierra, yo compré de aquí no voy a salir de aquí, así no más mi cadáver, ese no, me va a mover muerto", ahora ¿que podían hacer? Y cada vez va invadiendo, el despale, la sequia, porque ellos tienen una visión de que ellos les gustan más es el sector de la ganadería y usted sabe bien que el bosque que se destruye más es por el pasto porque deja así y vos sabes que con el bosque que vida tenemos en todo. Entonces siempre hay problemas en la cultura de ellos [los colonos] de muchas maneras. (…) Ahora con nosotros tuvo problemas hasta accidentes, heridos y muertos. Por una parte por la culpa de ellos [los Mayangna], porque ellos los dirigieron a esa tierra ajena, eso es una de las cosas que nosotros* ***tenemos problemas internos****. (…) Ahora ellos directamente, como Awas Tingi entró en* ***cohabitación****, ¿cómo? Vendió su tierra, vendió estos, ahora los comunitarios también vendió tierra, así cuando miro a los líderes, ellos también cada uno llevaron a vender de aquí para allá tanto miles de córdoba en cambio de animales, en cambio de este fusiles, rifles etc. (…)* ***La tierra comunal para nosotros que manejamos es un derecho colectivo****, no se vende, como dicen no se vende, ¿el derecho como podemos vender? Si yo te vendo este pedacito de tierra ¿a dónde puedo ir a vivir? Mientras esa gente no entiende, yo digo no entiende porque si él tuviera ese entendimiento ¿****cómo va a vender su derecho****? y los futuros de sus hijos, de sus abuelos, nietos no hay. (…) Entonces, ese es una de las partes que sucedió ahí en Awas Tingni ese problema entre comunidades indígenas vecinas (…),* ***nos traicionó*** *en otro sentido, ahora la parte principal el Estado, yo estuve observando, el Estado no se preocupa con todos estos problema* (…). (Entrevista: Ramiro Moreno, comunidade *Wisconsin*, 7/9/2017).

A partir do diálogo com o entrevistado, bem como com diversos líderes das quatro comunidades e os advogados do CEJUDHCAN, compreendi que por causa da disputa territorial destacada, entre ambos os povos indígenas, em que os *Miskitu* acabaram sendo beneficiados, os *Mayangna* ficaram bastante indignados. Neste contexto, evidentemente certos líderes *Mayangna* se "vingaram" dos *Miskitu* ao fornecer concessões do uso da terra ao *mestizos*, mas no território *Miskitu*, ao invés do próprio território *Mayangna*, particularmente na área que foi discutida durante a *solución de conflictos*. Esta circunstância, no entanto, incitou um esquema de venda e compra ilegal de *tierras comunales*, que extrapolou o controle de todos os indígenas em ambos os territórios, dado que os próprios *colonos* começaram a vender lotes para outros *mestizos*, desta forma caracterizando um mercado de "tráfico de terras" e expandindo sua ocupação territorial ilícita. Assim, escapando o domínio ou conhecimento daqueles poucos indígenas que agirem individualmente e de forma contraditória, ou seja, aquelas autoridades corruptas.

Sr. Ramiro, inclusive enfatiza o fato que os *Mayangna* estão vivendo em condições de "convivência" com os *colonos*, os quais têm ocupado a maior parte do seu território, como detalhado no Capítulo III. Mas ele deixa muito claro que os *Miskitu* não desejam conviver com os *colonos* de maneira alguma, especialmente porque têm invadido o território indígena, ao invés de dialogar diretamente com as autoridades *comunales* ou *territoriales* legítimos que o pertencem, para pedir permissão ou fazer algum acordo consentido por todos. Também quando os *Miskitu* tentam conversar com tais *terceros* sobre a irregularidade das suas ocupações, estes resistem a saírem do território e por vezes reagem de forma agressiva, levando aos conflitos violentos em certos casos.

Para os *colonos* as terras no Caribe podem ser compradas ou arrendadas por um valor muito baixo, em torno da metade do valor do mercado no Pacífico. Além do mais, as terras em outras regiões nicaraguenses já são devastadas ou esgotadas, como já tem sido sublinhado pelos líderes *Creole* no Capítulo II. Por esta razão, para os que se chamam de "*campesinos*", é considerado um bom negócio se deslocar à Costa Caribe em busca de terra mais fértil, com a possibilidade de comprar grandes extensões de terra por um valor muito menor. Entretanto, os documentos que eles conseguem para legitimar a ocupação de *tierras comunales* geralmente são falsos, até mesmo constituindo papéis com acordos escritos à mão, sendo assim documentos informais e improvisados, conforme os entrevistados[421]. De qualquer modo, são

[421] Verifique algumas evidências destes documentos irregulares no ANEXO – ILUSTRAÇÕES, seção "Trabalho de campo na Região Autônoma da Costa Caribe Norte-RACCN": subseções *Comunidade Awas Tingni* –

contratos ilegais, porque as *propiedades comunales* ou *tierras comunales* não são legalmente vendíveis e apenas podem ser arrendadas de acordo com uma consulta e um consentimento prévio e transparente diante de todos os membros da *Asamblea Comunal* correspondente, consoante a legislação etnicamente diferenciada. De todo modo, o Sr. Ramiro ressalta que o Estado não interfere nestes problemas, negando-se a procurar os meios constitucionais de líder com estas ações ilícitas.

O tráfico de *tierras comunales* entre os *colonos* com o apoio dos poderes locais e estatais

Outro aspecto dos problemas que provocaram o avanço contemporâneo da fronteira agrícola na RACCN é interligado aos *excombatientes*, igualmente conhecidos como *desmovilizados*, da guerra entre "contras" e sandinistas. Nesta continuação, o Sr. Ramiro vislumbra:

> *Por ejemplo en tiempo del gobierno de doña Violeta Chamorro, le entregó a los excombatientes tierras de 50 manzanas para vivir y para que trabaje, a los excombatientes, a los guerrilleros. Entonces esa gente tiene un derecho en este bosque, hay un grupo de 250 hombres, eso es una parte de los que tienen tierra. (...) Yo te hablé una parte del problema de Awas Tingni, como invadió la tierra de los tres vecinos comunidades aquí, pero no solo ellos (...). As veces entraron de otro territorio* ***Kukalaya*** *que es otro lada para ya desde el Territorio Tasba Pri para allá, y fiase que cuando nos presentan firmas de algunos excombatientes pero que tienen tierra en esos lados (...). Algunos vendieron tierras, pero lo que yo te digo es una vez cuando venden esa tierra, un ejemplo, si esta en aquel lado de Rosita, cerca de Rosita si hay un pedazo de tierra, ahí tenía que estar ellos [los colonos]. Si los vendieron los excombatientes de Kukalaya ellos tenían que vivir ahí, porque ahí es la tierra de los excombatientes y con derecho sí ellos lo vendieron ahí tenían que vivir ¿verdad?* ***Pero el problema [es que] venden allá y pasan aquí, vienen a ubicar a otro territorio*** *y ahora que podemos hacer nosotros, ya que sentimos como los dueños ¿verdad? Tenemos que reclamar.* (Entrevista: Ramiro Moreno, comunidade *Wisconsin*, 7/9/2017).

Como foi explicado no Capítulo I, na época pós-guerra o governo da Presidente Violeta Chamorro concedeu títulos agrários de terras aos *excombatientes* em troca do desarmamento, ademais para facilitar sua transição à vida civil, após tantos anos lutando. Cada um daqueles que foram beneficiados, receberam 50 *manzanas*, em zonas classificadas como os *Polos de Desarrollo*. Neste caso, o líder indígena refere-se à zona dos *excombatientes* cerca do Rio *Kukalaya*, situado fora do município de Rosita, no *Triángulo*

Território Amasau do povo Mayangna; e *Visita aos campesinos-colonos em Rosita e nos assentamentos "Mojon" e "San José de Arawas"*.

Minero[422]. Na atualidade os ex-contras e ex-sandinistas estão envelhecendo, portanto, querem aposentar-se. Por este motivo, muitos venderam as respectivas terras privadas, que formam os *Polos de Desarrollo*, ao *mestizos*. Porém, igual a aqueles que traficam terras, mencionados anteriormente, estes não ficam apenas nas terras que compraram, mas se deslocam para outras áreas distantes, entrando pelas montanhas até terras indígenas ao outro lado do Rio *Wawa*, no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, objetivando ampliar sua ocupação territorial, ou até mesmo vendendo e comprando outras *tierras comunales*, efetivando transações entre eles mesmos. Desta forma, como são terras situadas longe do cerne das comunidades indígenas, na floresta e na montanha, geralmente em áreas protegidas, frequentemente os indígenas não percebem que estes têm se assentado dentro do território indígena de maneira irregular, até que já estejam bem instalados e não estejam dispostos a saírem. Como é prática comum para tais *mestizos*, eles trazem ou convocam outros familiares e conhecidos para apropriarem-se de grandes extensões de terras indígenas também, aliás, vendem porções destas para outros *campesinos-colonos*, mesmo não sendo os proprietários legítimos. Destarte, juntando-se ao esquema de tráfico de *tierras comunales*.

Na RACCN, o munícipio de Rosita é conhecido como um dos pontos de entrada para os territórios indígenas circundantes, com um constante fluxo de *mestizos* que vêm do Pacífico e outras regiões nicaraguenses, assim abrangendo uma população *mestiza* bastante significativa. Da mesma forma que o território indígena *Tasba Pri*, que se encontra na estrada em direção à Rosita, possui uma grande população *mestiza* que contribui para o deslocamento de *campesinos* até outros territórios indígenas de modo ilícito, conforme apontado pelo Sr. Ramiro[423]. Além do mais, os *campesinos-colonos* geralmente conseguem dialogar com advogados e agentes políticos no município de Rosita, os quais facilitam títulos e escrituras falsas referentes às terras indígenas irregularmente apropriadas. Existem numerosas evidências destas escrituras, com os nomes de vendedores e compradores, constituindo acordos que não incluem o consentimento dos próprios donos da terra, isto é, dos *Miskitu*[424]. De maneira similar, há numerosas concessões de uso "permanente" de terras firmadas por representantes da Frente Sandinista ou do Governo Regional, tal como o Coordenador da

[422] O Triângulo Mineiro abrange três municípios: Siuna, Rosita y Bonanza na RACCN. Estes são conhecidos pela grande migração de *mestizos* do Pacifico até estas localidades, em busca de ouro e posteriormente para trabalhar em empresas transnacionais de mineração. Cf. ANEXO – MAPAS.

[423] Entrada dos *campesinos-colonos* ao Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, destacado no "Mapa da trajetória percorrida durante o trabalho de campo na RACCN", ANEXO – MAPAS.

[424] Alguns dados que indica este esquema ilegal no ANEXO – ILUSTRAÇÕES, subseções: *Comunidade Awas Tingni – Território Amasau do povo Mayangna*; e *Visita aos campesinos-colonos em Rosita e nos assentamentos "Mojon" e "San José de Arawas".*

GRACCN, Carlos Alemán, entre outros[425]. Isto posto, fica evidente que os *mestizos* envolvidos nestes esquemas de venda e compra ilegal de tais terras são conscientes da irregularidade, mas procuram um modo de torná-las propriedades legitimamente privadas, principalmente com a conveniência do poder local.

Prosseguindo com a explicação do mesmo líder indígena, ele ressalta a omissão do Estado no tocante às contradições que abarcam o quadro de elementos constitutivos dos conflitos territoriais, principalmente, o tráfico de *tierras comunales*.

> *Ahora el Estado no se preocupa para andar buscando justicia porque mira, esto hablo así: "para tener derecho aún posición tiene que tener un título real". Estos* ***invasores*** *de tierra no tienen esos títulos, porque la intendencia de la propiedad en los registros no está en nombre de esa gente, sino que así no más los mismos mestizos [pongan sus propios] detalles… Hay uno que se llama* ***Erasmo, jefe de los grupos armados****, jefe de los colectivos, otro señor anciano mestizo que se llamaba Tomás Flores no sé de donde era, vienen del Pacífico desolados, vienen aquí y toman la tierra de los pueblos indígenas y comienzan a vender a los mestizos a su propia gente y los traían y los ubicaban. Pero ¿cómo lo ubicaban? No venían por aquí, sino que por el lado del municipio de Rosita, por el Territorio Tasba Pri, entraba y este [Río] Wawa arriba tenía un camino central que todo por ahí entraba. ¿Cómo nos dimos cuenta? Después de cinco, seis años cuando ya tienen finca levantada, cuando ya tienen convertido en pasto los bosques, cuando ya quieren estar recibiendo sus necesidades, ¿verdad? Por aquí [en las comunidades indígenas] querían estar circulando hasta entonces nosotros nos levantamos, hasta entonces hicimos esta investigación, hasta entonces ya comenzamos a discutir por nuestra tierra, hasta entonces organizamos de cómo defender la tierra y nosotros buscamos a todas las instancias, al Ejército de Nicaragua, a los batallones ecológicos, a la Policía Nacional, a la institución MARENA[426], a toda instancia, a la Alcaldía, al Gobierno Regional, buscando nuestro derecho pero en ese asunto, todo mundo, nos daban la espalda. (…) Cuando vamos al Ejército nos decían, (…) los jefes de aquí hablando del Ejercito de Nicaragua y de la Policía – "estamos dispuestos para servir, nosotros estamos para servir a ustedes pero nosotros dependemos de mi jefe en Puerto Cabezas, si el Coronel tal nos dan esa orden, estamos dispuestos para brindar acompañamiento". Ahora nosotros para ir hablar con esa gente [mestiza] en el bosque es un gran temor entre la vida y la muerte. CONADETI funcionó pero no terminó, por eso le digo la quinta escala y última tenía que ser el CONADETI, tenía el fondo en mano, pero ¿qué pasó? Todos son estrategias, dejó la quinta escala [saneamiento] para que entre los* ***invasores****; es como un hueco cuando dejan la puerta abierta aquellos se dan cuenta y por ahí se llene como cuando se inunda un barco a través de un hoyo. Así lo mismo, el Estado no se preocupó, ahora no habla en derecho de las comunidades (…). En otro sentido, así nos abandonó. Ahora por eso vino el* ***auto saneamiento****, el saneamiento en la realidad tendría que hacer la comisión de CONADETI, pero como ellos dejaron ahora con mucha presencia de invasores…* (Entrevista: Ramiro Moreno, comunidade *Wisconsin*, 7/9/2017).

[425] Ver ABURTO, Wilfred Miranda. Corrupción y muerte en território miskito – funcionarios del FSLN y YATAMA implicados en tráfico de tierras indígenas. **Confidencial**, Managua, 6 jun. 2016. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/corrupcion-muerte-territorio-miskito/>.

[426] Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARENA).

Nesta dinâmica, o Sr. Ramiro assinala o famoso líder dos "grupos armados" composto por *colonos*, conhecido como Erasmo[427] na região, para ilustrar um dos principais "traficantes de terras", uma vez que tem vendido *tierras comunales* reiteradamente a outros *colonos*[428]. Porém, neste caso, a mesma terra é vendida a vários compradores, que não sabiam um do outro. Então, quando um destes chegava para assentar-se na área que comprou, já estava ocupada por outro *mestizo*, uma situação enganosa que instiga disputas entre os próprios *mestizos-campesinos-colonos*. Informações mais acuradas sobre os "grupos armados" nas montanhas serão apresentadas posteriormente, baseadas no conhecimento de outros agentes sociais. Neste momento, é pertinente destacar que esta categoria de *colonos* faz parte do quadro de fatores específicos que incitaram os conflitos territoriais nas quatro comunidades *Miskitu*, do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. Neste delineamento, o entrevistado acrescenta o fato de que estes *colonos*, igualmente entraram no território indígena via o munícipio Rosita e o território indígena *Tasba Pri* nas suas proximidades, assim adentrando nas montanhas do território *Miskitu* em questão. Por causa disso, os indígenas não perceberam que estas áreas foram apropriadas por muito tempo, somente quando a situação já estava fora do controle.

O que chama bastante a atenção neste depoimento é a indignação do líder *Miskitu*, em virtude do fato de que ele e os demais líderes indígenas procuraram todas as instituições responsáveis para resolver as respectivas contendas sociais, mas todas se recusaram a tomar as medidas apropriadas e garantidas na lei. Na sua compreensão, esta negação institucional é estratégica, no sentido de proporcionar a "invasão" do território indígena. A partir desta lógica, a falta de atuação da CONADETI abarca as manobras de morosidade institucional proposital, pois mesmo tendo os recursos financeiros disponíveis, deixou de concluir a última etapa demarcatória do *saneamiento*, o que facilitou a usurpação territorial em massa por parte dos *colonos*. Por conseguinte, os indígenas sentiram a necessidade de mobilizar-se em defesa do seu território, visto que o Estado tem se mostrado indisponível quando se trata de interesses dos povos indígenas, diante dos interesses de *mestizos-colonos*. Em função disso, os líderes indígenas decidiram realizar o *saneamiento*, independentemente das instituições estatais responsáveis, como a CONADETI ou aquelas que compõem a *Comisión*

[427] Seu nome por extensão é Norlan Erasmo Aragón Fernández, frequentemente chamado de Erasmo ou Erasmo Flores. Ele é conhecido por ambos os indígenas e *mestizos-campesinos* na região por ser *excombatiente* da *Fuerza Democrática Nicaragüense* (FDN), integrada à contrarrevolução; chefe dos grupos armados; e um dos sujeitos mais violentos e poderosos entre os *colonos* que assaltam indígenas e também cometem fraudes contra outros *mestizos-campesinos-colonos*.

[428] Verique um dos documentos que confirma uma compra e venda ilegal entre o *colono*, Sr. Norlan Erasmo Aragón Fernández, e o *mestizo-campesino*, Pedro Tellez Polanco, no ANEXO – ILUSTRAÇÕES: *Visita aos campesinos-colonos em Rosita e nos assentamentos "Mojon" e "San José de Arawas".*

Interinstitucional para la Defensa de la Madre Tierra en Territorios Indígenas, Afrodescendientes Del Caribe y Alto Wangki-Bocay, assim iniciando o processo de "*auto-saneamiento*". Isto quer dizer que os *Miskitu* estão dispostos a defender seu território etnicamente e historicamente constituído a todo custo. Consequentemente, o Sr. Ramiro salienta:

> *Entonces ¿que podían hacer nosotros? Levantar, porque el Ejército de Nicaragua no nos hace caso. La Policía Nacional no hace caso, hay diferentes instituciones, tienen como 11, 12 instituciones, creo que tienen para* ***La Protección de la Madre Tierra***[429]*, pero ninguno de ellos, nada. (...) Nunca, nadie, nadie y si vienen algunas veces es con el fin de hablar para que entremos en* ***convivencia****: "ustedes son los mismos nicaragüenses, la tierra es para trabajar. Déjalo en paz que trabaje y que saque el producto, con ustedes pueden vivir", eso era la estrategia que nos traían por parte del Estado. (...) Porque [los mestizos] son su gente, cada vez en las elecciones dan voto a favor de ellos, por eso no pueden sacar. (...)El Estado está a favor, ¿qué hacen? El fortalecimiento, ellos ya como tienen ese principio de trabajar en lo que es la ganadería, el Estado no le garantiza, no les dan armas en mano así, pero ¿****en que forma ellos van fortaleciendo? Cuando entran en el préstamo, en banco el préstamo que le dan, le garantizan ese préstamos de 40 mil, 50 mil no sé cuánto, depende de la solicitud. ¿Que hacen eso, con esa plata?*** *Te dicen que van hacer pasto, en gran manera un potrero, pero compran nada más, dos tres, cuatro armas [de fuego] con el fondo que han agarrado para comprar ganadería y hacer pasto, compran armamentos, cada familia - la mayoría de los mestizos que entraron aquí tienen su arma [de fuego].* (Entrevista: Ramiro Moreno, comunidade *Wisconsin*, 7/9/2017).

Como foi indicado em capítulos anteriores, este líder *Miskitu* traz à luz a falta de apoio institucional ou estatal justificado pela sua política de "*cohabitación"* ao invés de finalizar o *saneamiento.* Do mesmo modo, o Estado tem interesse em apoiar os *colonos* em apropriarem-se de *tierras comunales* para suas atividades de produção agropecuária, então os facilitam financiamento pecuniário para tal fim. Isto porque ao promover os interesses dos *colonos*, assegura a votação em favor do partido do Estado, a FSLN, ao mesmo tempo a dominação dos territórios dos *costeños* pela população nacional *mestiza*, o que proporciona a possibilidade de maior controle territorial por parte do Estado. Deste modo, os *colonos* possuem todos os recursos precisos para, não somente usurpar as *tierras comunales*, mas também para comprar armas de fogo e munição que podem ser utilizados contra os indígenas, se estes agirem de maneira antagônica à "invasão" territorial, conforme relatado.

---

[429] *Decreto Creador de la Comisión Interinstitucional para la Defensa de la Madre Tierra en Territorios Indígenas, Afrodescendientes del Caribe y Alto Wangki-Bocay, Decreto No. 15-2013, Aprobado el 5 de Marzo del 2013.*

Partindo desta sinopse dos principais aspectos que incitam o tráfico de terras, estreitamente vinculados aos conflitos territoriais entre *colonos* e os indígenas das comunidades *Wisconsin, Esperanza, Santa Clara* e *Francia Sirpi,* em seguida apresentam-se as observações de campo que esclarecem tais fatores, com base na minha convivência e na vivência dos próprios agentes sociais. Com este objetivo, cada comunidade indígena destacada traz distintos aspectos da narração referente à situação social complexa que todos estão vivendo simultaneamente.

Iniciando o campo a partir da homenagem aos heróis e mártires indígenas: experiência na comunidade *Wisconsin*

Como foi realçado anteriormente[430], voltei às comunidades em *Wangki Twi-Tasba Raya* com CEJUDHCAN, a fim de presenciar a comemoração em homenagem aos dois líderes que morreram em decorrência dos enfrentamentos com *colonos*, no dia 3 de setembro de 2015, os senhores Benito Francisco Ramos e Rosmeldo Solórzano. Quando chegamos à *Santa Clara* com esta proposta, nesta data em 2017, percebi que existia uma multidão reunida num recinto de concreto aberto. A estrutura tinha um teto feito de laminas de zinco, um chão de asfalto, mas apenas paredes nos dois lados opostos, como suporte. Ou seja, constituiu um espaço comum e aberto, sem paredes ou portas em dois lados, para a realização de reuniões *comunales*. Em frente desta área notei dois grandes túmulos de concreto, por cima do solo, onde os dois falecidos foram sepultados e diversas pessoas estavam sentadas sobre e ao redor das sepulturas[431]. Observei, também, vários homens jovens circulando o recinto com armas de caça, sendo que vigiavam a comunidade para sua segurança. Ademais, notei que alguns homens usavam camisas ou bonés com a sigla do partido YATAMA. Haviam cadeiras alinhadas nesse espaço para que as *autoridades comunales*, assim como idosos, mulheres e homens de diversas idades pudessem sentar. A Sra. Juana Bilbano e o Sr. Delvin foram convidados a sentar-se com os demais líderes, mas eles decidiram buscar um lugar para assistir o evento, afastado, no sol. Disseram-me que, como advogados, não podiam demonstrar nenhuma posição partidária, portanto, se distanciaram no intuito de evitar serem associados ao partido indígena.

[430] Cf. Capítulo VI.
[431] Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES, subseção *II Aniversario de los Héroes y Mártires.*

No transcorrer das homenagens públicas, distintas pessoas fizeram declarações e alguns indígenas se emocionaram bastante, lamentando a morte dos dois líderes falecidos considerados mártires e heróis. Na ocasião, coletei registros fotográficos, incluindo das duas viúvas dessas vítimas, assim como gravações de áudio do evento. Enquanto estava assistindo a veneração, repentinamente percebi que um grupo de homens indígenas armados tinha caminhado da comunidade *Wisconsin* até o evento, objetivando me escoltar até chegar à sua comunidade, aonde iria me instalar por um tempo indefinido. Por conseguinte, após as homenagens, este grupo entrou na parte traseira da caminhonete do CEJUDHCAN e prosseguimos em direção à *Wisconsin*.

Em *Wisconsin*, os indígenas decidiram me fornecer o espaço do Posto de Saúde como hospedagem. Era uma das estruturas mais contemporâneas da comunidade, mas não tinha água corrente, eletricidade, tampouco condições para cozinhar e eu iria dormir ali sozinha. Este prédio quadrado de concreto tinha grades nas janelas e uma grande porta de madeira pesada, que eu fui aconselhada a trancar com uma corrente e cadeado bem grossos. Desta forma, caso ocorresse alguma confrontação com *colonos* estaria bem protegida e também mais segura em termos da possibilidade de ser assaltada por aqueles jovens guerreiros classificados como “delinquentes” ou “rebeldes”. Os membros da comunidade residiam nas suas palafitas de madeira à distância. Como sou estrangeira, as *autoridades comunales* achavam que iria preferir uma estrutura mais moderna, da mesma maneira que presumiam que não comeria os alimentos que os indígenas consumiam, tal como arroz, feijão, mandioca, pupunha, banana da terra, entre outras comidas que igualmente temos no Brasil. Por isso, nos primeiros dias nenhuma pessoa me ofereceu alimentação, então eu dependia dos enlatados que trouxe até que finalmente começaram a perceber que eu gostava dos alimentos básicos que eles produziam. Como é comum num trabalho de campo novo, num lugar culturalmente distinto, houve alguns ajustes para compreendermo-nos uns aos outros.

Essa primeira noite acabei buscando água na Casa Pastoral e após tomar banho, colocar luz de vela e comer, fiquei sentada nos bancos pelo lado de fora do Posto de Saúde. O edifício era rodeado por uma cerca de encadeia de elo, e o *ex-juez* da comunidade, Sr. Miguel Sánchez, havia me avisado que tinha que mantê-la trancada no intuito de impedir a entrada de qualquer pessoa. Por acaso, na semana anterior as eleições do *gobierno comunal* haviam sido realizadas, então a comunidade ainda estava em fase de transição dos novos líderes. Por isso, ele continuava atuando como o responsável pela minha presença na comunidade. Durante a noite, observei grupos de homens carregando o que me parecia armas de caça e facões,

vigiando o Posto de Saúde onde eu residia e passavam na sua frente enquanto andavam pela comunidade, efetivando esta tarefa de guarda *comunal*. Por vezes, certos homens curiosos se aproximaram da cerca de encadeia de elo para conversar comigo. Por isso, me senti estranha por manter-me separada dos outros, por conta do portão da cerca trancado com cadeado, conforme exigência do Sr. Sánchez. Entretanto, os indígenas compreendiam a requisição e nesse momento inicial foram muito receptíveis, mesmo nessa condição.

Posteriormente, aprendi que as armas com as quais os homens andavam, em sua maioria, eram armas improvisadas, chamadas "*hechizas*", que eles mesmos construíram com pedaços de tubo de ferro e outros materiais[432]. Portanto, estas nem sempre funcionavam corretamente e apenas tinham a capacidade de disparar um tiro por vez. Além do mais, os indígenas não possuíam dinheiro para comprar balas, então poucos homens tinham munição. Em vista disso, em comparação com as condições dos *colonos*, os quais utilizavam de armas de fogo profissionais, os indígenas se encontravam numa posição desfavorável quanto aos possíveis enfrentamentos.

No dia seguinte, os principais líderes indígenas solicitaram minha presença numa *Asamblea Comunal*, onde tive que me apresentar diante de todos os membros da comunidade, com a finalidade de esclarecer os objetivos da minha investigação. Na sequência, foram escolhidos 16 homens armados para me guiar e escoltar até as montanhas, visando mostrar-me onde os *colonos* estavam assentados. Ou seja, como combinado na primeira vez que o Sr. Delvin me apresentou a estes homens, os indígenas queriam me levar às áreas distantes no território, com o objetivo de registrar as evidências da ocupação irregular dos *mestizos-colonos* imediatamente. Não obstante, seria uma missão arriscada porque poderíamos encontrar com os *colonos* espontaneamente. Por isso, a necessidade dos 16 homens carregando suas diversas armas de fogo improvisadas. Desta maneira, logo após a reunião nos preparamos para realizar este trabalho e partimos para as montanhas. Assim, foram iniciadas as primeiras atividades de pesquisa, conjuntamente com os homens considerados os guardas da comunidade *Wisconsin*[433].

É relevante destacar que este período de campo no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, aconteceu durante as primeiras semanas de setembro de 2017, quando as quatro comunidades

[432] Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES, seção *Comunidade Wisconsin*; subseção, *Armas Artesanais - "hechizas".*
[433] Ver fotografias e trajeto deste trabalho coletivo: ANEXOS – ILUSTRAÇÕES, seção *Comunidade Wisconsin*; ANEXO – MAPAS, "Mapa da trilha percorrida até a área de conflito – *zona roja* – nos perímetros territoriais da comunidade *Wisconsin".*

estavam sob os avisos de ameaça por parte dos *colonos*. Esta dinâmica se deu devido ao fato de que o mês de setembro simboliza os primeiros confrontos letais, em que ambos indígenas e *colonos* morreram na comunidade *Santa Clara*. Por esta razão, os *colonos* deixavam cartas de ameaças em distintas localidades no território nesta época, bem como mandaram avisos por meio de certos informantes. Do mesmo modo, havia informações referentes divulgadas pelo rádio e sempre se escutava rumores a respeito, que se espalhavam pela região, instigados pelo temor que poderia acontecer. Consequentemente, em cada noite tive a oportunidade de observar os vigilantes, em sua maioria, jovens, à espreita, caso a comunidade fosse atacada. Quando um grupo percorria pelos perímetros de *Wisconsin*, cumprindo esta incumbência, o outro dormia e vice-versa, embora, de modo geral, estes indígenas me explicaram que andavam quase sem dormir todos os dias, em virtude da preocupação em proteger a comunidade.

Neste contexto, depois da primeira noite acabei deixando de trancar o portão da cerca que rodeava o Posto de Saúde, rompendo com a barreira física e simbólica entre eu e os indígenas. Com o passar do tempo, terminei conhecendo estas pessoas de maneira mais profunda: suas histórias, opiniões, diversas informações que me contaram sobre a comunidade e não me sentia ameaçada por eles, da forma que fui advertida antes que cheguei ao território. Aliás, os vigilantes intermitentemente dormiam no chão ao lado de fora da clínica ou descansavam e conversavam no pátio, na área cercada da mesma, ainda se eu estivesse dentro dormindo. Assim, tomando seus intervalos do trabalho de vigilância ao longo da noite. Nunca tive um problema com relação a minha segurança na comunidade, tampouco qualquer constrangimento relevante ao comportamento destes guardas comigo. Cogitando esta dinâmica durante minha estadia na comunidade *Wisconsin*, na sequência destacam-se os depoimentos de diversos agentes sociais que habitam este lugar, com a finalidade de contextualizar suas experiências em referência aos conflitos territoriais.

Os "afectados", ameaças e alguns aspectos dos traficantes de terras

Para começar, reconheci o Sr. Cesar Ramírez como um dos senhores que tomou parte daquela reunião, anteriormente realizada com Sr. Delvin do CEJUDHCAN, quando os participantes me fizeram a proposta de conhecer a "montanha", se tivesse interesse em levantar uma pesquisa no respectivo território. Posteriormente, quando cheguei para hospedar-

me na *Wisconsin*, percebi que ele falava bem o espanhol, portanto, entrevistá-lo possibilitaria um diálogo claro, sem necessidade de um intermediador e com uma pessoa respeitada pelos membros da comunidade devido à sua experiência de vida, pois tinha 60 anos de idade. Durante nossa interação, aprendi que ele não se considerava simpatizante de nenhum partido político, por causa dos anos observando a forma como estes atuavam. Quando era jovem, cumpriu seu serviço obrigatório no Exército Popular Sandinista por dois anos, o que significava que lutou em oposição dos "contrarrevolucionários", ou seja, havia indígenas lutando contra indígenas naquela época. Neste sentido, o interlocutor relatou que nessa época, pertencia à Frente Sandinista, mas sua experiência lhe mostrou que se morresse na guerra, sua vida não teria importância para os dirigentes da FSLN. Com o passar do tempo, o Sr. Cesar percebeu que deveria votar em um partido que protegesse os indígenas. Com esta lógica, apenas YATAMA cumpre este critério, na sua concepção.

Quando o visitei em sua casa para iniciar a conversa ele me avisou que algumas pessoas na comunidade estavam questionando se eu era sandinista. No entanto, o Sr. Cesar disse que tinha argumentado que o CEJUDHCAN apela a favor dos direitos humanos e seus representantes não são políticos, assim sendo, logicamente eu tampouco teria afiliação como o partido FSLN ou o Estado, já que os representantes dessa ONG me trouxeram à comunidade. O seu discurso estrategicamente balizou certa desconfiança em termos da *relação de pesquisa* e entendi que ele estava me provocando para ver qual seria minha reação ou resposta. Após esta introdução, o Sr. Cesar procedeu em narrar a circunstância precária dos membros da comunidade indígena que têm medo de ir à suas áreas de cultivos na floresta, dado que possivelmente sofrerão alguma violência por parte dos *colonos*.

> *La gente [Miskitu] tiene miedo de regresar a sus fincas porque ya había pruebas que llevan y secuestran gente. Entonces la gente tiene miedo de ir ahí… Como se queda solita una familia, los colonos los pueden arrodear armados y los matar o llevar. Entonces mejor que no se van a sus fincas. Entonces, el temor de eso, la gente ya no pueden ir allá y trabajar. El problema es que la gente tiene miedo. Ellos [colonos] mandan razón [mensajes]. Por ejemplo, ahorita dicen que entraron 120 elementos, 120 hombres armados. De la comedora y después pasa por Río Wawa hasta aquí. Fue en esta semana que entró. Entonces mandan razones, que ellos pueden entrar por este lado y pueden atacar en algún lugar. O entonces pueden entrar por el monte y tratar de secuestrar a la gente [Miskitu]. (…) Por ejemplo, yo puedo ir al monte para buscar bastimento, pero si encuentro con un* ***grupo armado****, me pueden llevar, porque es una montaña, nadie va se dar cuenta. Entonces el temor de la gente [indígena] es eso. Ya no vivemos en paz. No estamos en armonía. Entonces ahí estamos en ese conflicto, que vivimos mal. Si el gobierno fuese legal, iba buscar una solución. Talvez esa gente [mestiza] necesita un pedacito de tierra para trabajar. El gobierno podría desalojarlos para un área y darles un pedacito en otro lugar. Igual como vivemos aquí.*

> *Aunque que usted vive en un lugar años y años, es de su herencia, de sus antecedentes. Y usted talvez años y años nunca han visto eso. Entonces vienen y otra persona viene migrar hasta que* ***invaden*** *su tierra. (...) Nadie sabe quién le manda. Y van obligadamente 'carrilleando' [haciendo carriles] hasta llegar a su huerta. Entonces eso es el gran problema que tenemos aquí. Hubo muertos, enfrentamientos con ellos. Ellos quieren atacar en cada comunidad [indígena], o sea, en el área donde vivimos. Un pobre no puede hacer grandes cosas, pero ellos agarran 100 manzanas, 600 manzanas, 1000 manzanas de tierra, para una familia [mestiza], una persona. Entonces significa que alguien está financiando ahí. Algunos [colonos] antes venían aquí con mula, con bestia. Entraban aquí, salieron, entraban. Cuando dimos cuenta, era* ***invasión*** *de la tierra.* (Entrevista: Sr. Cesar Ramírez, comunidade *Wisconsin*-RACCN, 5/9/2017).

Este relato demonstra a insegurança dos indígenas em transitar livremente no território, além de indicar a tensão no campo no momento que realizei esta entrevista, uma vez que os indígenas haviam sido avisados que 120 *colonos* armados foram vistos se organizando para atacar às comunidades indígenas. O "comedor" a qual ele refere, constitui um ponto onde os caminhões de transporte público param, no caminho – "*la ruta"* – às comunidades indígenas em áreas rurais, com a finalidade de ter um intervalo e lanchar. Aparentemente, havia rumores que os *colonos* entrariam no território próximo a esta parada, então os indígenas estavam se preparando, caso acontecesse algum confronto. O entrevistado, igualmente, destaca que os indígenas receberam mensagens ("*razones"*) com advertências escritas por *colonos*, nas quais são ameaçados pela possibilidade destes entrarem nas áreas indígenas, no intuito de concretizar um combate violento[434].

Testemunhei este fato no dia que adentramos as áreas de florestas, para que eu pudesse registrar as evidências de "invasão" e devastação por *colonos*. No caminho, os indígenas encontraram uma destas cartas de ameaça, no pé de uma árvore, assinada por um *colono*, os avisando que não deveriam entrar ali, porque a área pertencia a eles – "os *campesinos*" –, então poderiam sofrer alguma consequência caso não obedecessem à exigência.

Prosseguindo como a análise do Sr. Cesar, ele salientou a omissão do Estado para procurar solucionar os conflitos territoriais na região, assim como todos os entrevistados apontam reiteradamente. De modo semelhante às informações apresentadas anteriormente pelos *Creole* da RACCS, entre outras testemunhas, o depoimento evidencia as grandes extensões de terra apropriadas pelos *colonos*, a exemplo de 100 a 1000 *manzanas*, com o objetivo de executar suas atividades agropecuárias, uma circunstância indicativa da

[434] Existem várias evidências de cartas recebidas, escritas por *colonos*, como aquelas registradas no ANEXO – DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.

probabilidade de apoio financeiro destinado para essas atividades. Além do mais, durante a entrevista Sr. Cesar ressaltou outro aspecto em referência a entrada de *colonos* no território indígena, que faz uma estreita ligação com a conjuntura examinada pelos agentes sociais do Caribe Sul, no Capítulo II, ilustrado na sua narração aqui:

> *Este problema viene de los tiempos recientes, desde ahora. La gente Miskitu es humilde. Si usted llega y dice: "mire necesito un pedacito de tierra para trabajar, – No hay problema, te ayudo con un pedacito". Pero esta gente no,* ***invadieron*** *y agarraron mil manzanas, 3 mil manzanas, 6 mil manzanas y entre ellos [mestizos] mismo vendían. Ellos dicen que tienen autoridad para vender las tierras. Ahí en esa montaña ellos vendían. Con esa misma plata armaron a la gente [mestiza], con la misma plata que ellos vendieron tierras, compraran armas ilegales. Nosotros nunca esperamos que nos iban invadir y asesinar a nosotros. Este gobierno firmó la Ley 28 y 445, porque sabe que esta tierra es nuestra. ¿Porque no hacen nada? Porque ellos quieren hacer este canal.* ***Están expulsando los campesinos de la ruta del Canal Interoceánico.*** *Entonces algunos de esos campesinos están penetrando por aquí. Entonces de esos lados también viene esa gente (...).* (Entrevista: Sr. Cesar Ramírez, comunidade *Wisconsin*-RACCN, 5/9/2017).

Desta forma, o Sr. Cesar destaca que os *campesinos* que vivem na zona do Canal Interoceânico, ao ser desapropriados das suas terras privadas pelo Estado, em função da construção desse megaprojeto, têm se deslocados até os territórios indígenas na RACCN, neste caso, no *Wangki Twi-Tasba Raya*, em busca de novas terras. Esta situação foi salientada anteriormente[435] pela Sra. Nora Dolene, líder *Creole* da capital Bluefields, e confirmado pelos indígenas *Rama* na RACCN; além dos *campesinos* com quais conversei na comunidade *Sahsa*, no Território *Tasba Pri* e no município de Rosita[436], também nos seus assentamentos cerca do Rio *Kukalaya*, na região conhecida como o *Triángulo Minero*, na RACCN[437]. Estes agentes sociais afirmaram a existência de um plano estratégico por parte do Estado para empurrar os *campesinos* da rota do canal até a Costa Caribe, os incitando a se apropriarem de

[435] Cf. Capítulo II.

[436] No dia 7 de janeiro de 2018, visitei a comunidade *Sahsa* para participar de uma reunião com um grupo de diversos líderes *comunales Miskitu* do Território *Tasba Pri* e um grupo de *campesinos* que viviam no território indígena, a fim de dialogar sobre as incoerências em termos do tráfico de terras que incluíam manobras por representantes de partidos políticos, notadamente a FSLN. Entre os dias 21 a 23 de janeiro de 2018 voltei à *Sahsa* para entrevistar mais *campesinos*, procurando conseguir contatos e informações referentes aos *colonos* assentados nas montanhas no Território *Wangki Twi-Tasba Raya* e aqueles que faziam parte dos "grupos armados", destacados como os mais violentos por ambos os indígenas e *mestizos*, também os que vivem no assentamento conhecido como "San José de Arawas", pois os *Miskitu* frequentemente mencionaram esta área como um lugar usurpado pelos *colonos*.

[437] No período de 28 de janeiro a 6 de fevereiro de 2018, viajei até o município de Rosita com a intenção de dialogar com líderes *Mayangna* do Governo Territorial *Tuahka* e alguns *campesinos* que conheci por meio dos contatos em *Sahsa*. De Rosita me desloquei até alguns assentamentos de *colonos*, sobretudo, o lugar chamado "San José de Arawas", onde entrevistei o *campesino-colono*, conhecido como Sr. Casimiro Leiva, uma figura notável nas narrativas contadas pelos *Miskitu* do *Wangki Twi-Tasba Raya* sobre a usurpação territorial por *terceros*.

tierras comunales, da mesma forma já apontada antes pelo Sr. Allen Claire Duncan, líder *Creole* da comunidade *Monkey Point* e do Governo Territorial *Rama* e *Kriol* (GTR-K), na RACCS[438].

Com o objetivo de compreender esta circunstância de maneira mais acurada, tive a oportunidade de entrevistar um indígena que viveu nas montanhas com os *campesinos* ou *colonos*, assentados dentro do citado território *Miskitu*, enquanto trabalhava como funcionário nas suas roças por algum tempo, antes do auge de conflitos territoriais. Conforme a testemunha, Sr. Ángel Santos:

> *Bueno, la mayoría de esta gente fue una **invasión** desde el tiempo en que se decidieron hacer un **Canal Interoceánico** entonces por la parte por dónde se iba a hacer el canal, había este, indígenas, mestizos, entonces el gobierno viene agarra un billete de China para poder movilizar a la gente que está obstruyendo el paso del canal, entonces le compró a muchos las propiedades porque por ahí iba a pasar el canal. (...) Muchos aceptaron, pero no todos, entonces los que aceptaron, el billete, dejó sus tierras, agarró el billete y el gobierno le dijo: "vaya a la costa, allá hay buenas tierras, y barata".*
>
> **Helen***: ¿Ellos te dijeron eso? ¿Usted preguntó?*
>
> **Sr. Ángel***: Sí, que el gobierno les dio el billete, hasta préstamos, hasta animales también, entonces… y los envió a esta zona, este… "pone te en contacto con fulano, él te va a acomodar", y entonces viene a buscar al fulano, y ya se encuentran aquí.*
>
> **Helen:** *¿Estos son los exmilitares?*
>
> **Sr. Ángel:** *Sí, de allá lo mandan, "te tenéis que encontrar con tal persona, él te va a ubicar a dónde, con él podéis hacer el negocio" (...). Entonces ya lo mandaba a un contacto así y venía la gente que desocuparon por donde va a pasar el canal y ya fue invasión.(...) Lo que yo le estoy diciendo es que a la gente que ellos removieron de sus tierras, por donde iba a pasar el canal, les dijeron: "tomen, aquí está el billete por dejar sus tierras, y con ese billete vaya a la Región Norte, en tal parte de **Rosita, de Greytown**[439] para dentro, y hacés el contacto con tal persona, y esa persona te va a reubicar y con él vas a hacer el negocio de tierras". (...) El plan de ellos [el gobierno central] era remover la gente por dónde iba a pasar el canal. (...) Y muchos no aceptaron dejar sus tierras, hicieron huelgas con pancartas, hubo violencia, y todo en el Pacífico. (...) Y todavía hay movimiento en esa zona, entonces… y los que aceptaron moverse de ahí, son los que están jodiendo aquí [con los indígenas].*
>
> **Helen***: ¿Así explicó la gente (mestiza) a usted? ¿Ellos se dieron cuenta que estaban invadiendo tierras indígenas?*
>
> **Sr. Ángel***: Por último se dieron cuenta, porque ellos no sabían que eran tierras que ya tienen dueño. (...) Cuando ellos se dejaron venir, y ya hicieron el contacto, y ya le fueron a enseñar la tierra, de repente al ir a revisar la tierra donde van a*

[438] Cf. Capítulo II.

[439] *Greytown* é uma das comunidades que compõe o Território *Tasba Pri*, do povo *Miskitu*, na RACCN. Conversei com agentes sociais deste território, tanto *mestizos-campesinos* quanto indígenas que informaram a existência de muitos *campesinos* que vieram da rota do canal e residem nos perímetros desta localidade.

> *vivir, encuentran unos palos de pejibayes, palos de cocos, y dicen: "oye, tú, mira, si esto hay árboles, y ¿cómo es que me estás vendiendo?" Y el que es más vivo le dice: "sí, ese palo de coco lo sembró mi abuelo, aquí nosotros tenemos años de vivir". Pero son miles de* ***engaños****. Entonces: "ya, bueno pues ¿En verdad era de su abuelo? – Sí, esos palos de pijibay los sembró mi mama". Ya,* ***engaño****, entonces sin saber que no es cierto compren y se quedan y de repente llega un indígena a ver su pijibay o su palo de coco, y ya el conflicto: "No, esto yo lo compré, y no te me vengas a aparecer mucho por aquí, porque esto es* ***propiedad privada*** *porque yo lo compré". Y ya comienzan las problemáticas, las amenazas: "por aquí no quiero ver a ningún Miskitu". Ya entonces ahí es donde los comunitarios [indígenas] se dieron cuenta del relajo que hay en [el] monte.* (Entrevista: Sr. Ángel Santos, comunidade *Santa Clara*, 28/12/2017).

Como é possível observar pela narração do Sr. Ángel, outro elemento do trafico de terras na Costa Caribe, vincula-se ao projeto do Canal Interoceânico, sobretudo, os *campesinos* que aceitaram a indenização do Estado para sair da rota desta grande obra, ao invés de participar da mobilização anti-canal. O entrevistado realça que estes, inclusive, receberam um apoio e bens, como política do Estado, no intuito de facilitar o deslocamento e o assentamento em territórios indígenas ou afrodescendentes. Nestas condições, não apenas foram incitados a usurpar *tierras comunales* na Região Autônoma, mas já havia um esquema bem organizado de contatos com os vendedores, incluindo ex-militares, que poderiam proporcionar o tráfico de *tierras comunales* aos *campesinos* que vinham da rota do canal em busca de terras. Entretanto, nem todos que se apropriaram de tais terras, sabiam das irregularidades, segundo apontado pelo Sr. Ángel. Ademais, ele destaca que os vendedores os enganaram, fazendo com que achassem que os plantios já existentes nestas terras foram cultivados pelos seus antepassados *mestizos*, por exemplo, ao invés dos indígenas, aos quais estas terras de fato pertencem. Por conseguinte, quando os indígenas foram até seus plantios e perceberam que estavam ocupados por estranhos, as tensões sociais se iniciaram, levando às ameaças e disputas por terras entre indígenas e os *campesinos-colonos*, pois estes já não iriam sair das áreas nas quais investiram, mesmo sabendo das contradições. Consequentemente, os respectivos efeitos sociais sobre os modos de viver dos próprios indígenas têm sido traumáticos, desde o início do acirramento dos conflitos territoriais decorrentes do tráfico de terras e as concernentes políticas ambíguas do Estado.

Para ilustrar um caso específico, sobre o obstáculo dos indígenas em ir aos seus plantios nas áreas montanhosas e de floresta no território, conversei com o Sr. Esteban

Castillo e sua família, pois era uma das primeiras pessoas classificadas como "*afectadas*"[440], que sofreu as mencionadas formas de agressão, quando as citadas tensões sociais começaram a se agravar. Ele tem 56 anos de idade, nasceu na comunidade *Klisnak*, do Rio Coco *arriba* e se trasladou à comunidade *Wisconsin* nos anos 80, com sua esposa, a Sra. Rosa. Participou, igualmente, da guerra como "contra", integrado à MISURASATA.

Em consonância com sua narrativa[441], alguns dias antes do confronto entre os *colonos* e os indígenas na comunidade *Santa Clara*, que ocorreu no dia 3 de setembro de 2015, ele estava andando na montanha, voltando à comunidade *Wisconsin*, após ter trabalhado na sua *finca*, quando de repente encontrou com um grupo de *colonos* armados. Estes retiraram sua arma de caça e amarraram o indígena com uma corda, mantendo-o como refém, porque era uma testemunha da presença deles, o que significava que ele iria avisar aos outros indígenas. Por esta razão, os *mestizos* armados o levaram até uma área distante, ao outro lado das montanhas, conhecida como *Walpatanta* (pedra plana). Estes *colonos* já conheciam Sr. Esteban, porque antes dos conflitos, eles tinham uma relação amistosa. Isto pelo motivo que, quando os *colonos* passavam pela comunidade *Wisconsin*, por vezes visitavam a casa da família de Sr. Esteban, aonde ele oferecia comida e um lugar para dormir. Talvez por este motivo decidiram não matá-lo. O entrevistado observou que eles se comunicaram via "*walky-talkys*" ou rádios de comunicação portátil, avisando os outros *colonos* em áreas distantes que o tinham capturado.

Quando chegaram à *Walpatanta*, o refém se deu conta de que este era o lugar onde haviam organizado um grande encontro com aproximadamente 300 *colonos*, os quais vinham de diferentes áreas do território indígena. A proposta desta reunião consistia em planejar os próximos ataques que pretendiam realizar contra os indígenas, principalmente aqueles da comunidade *Santa Clara*, porque esta, na sua visão, provocava mais problemas. O Sr. Esteban, igualmente, percebeu que os *mestizos* estavam bem armados, dado que carregavam armas de fogo do tipo AK (fuzil militar), Uzi (pistolas-metralhadoras), escopetas, pistolas, e utilizavam os rádios de comunicação portátil. Na sua percepção, alguns desses homens são ex-militares, então andam como se fossem uma tropa bem organizada. Ademais, em sua opinião, é possível que estes recebessem algum apoio do governo central, considerando as

[440] Os "*afectados*" são aqueles indígenas que perderam suas *fincas* ou *parcelas* devido à usurpação territorial e ameaças por parte dos *colonos*.

[441] Entrevista concedida por Esteban Castillo, na comunidade *Wisconsin*, no dia 6 de setembro de 2017. Havia um tradutor *Miskitu* para me ajudar registrar este depoimento. Por este motivo, a narração está resumida e traduzida para português, no intuito que as informações sejam mais claras.

armas de porte militar e os equipamentos, tal como os rádios de comunicação portátil que possuem. Foi me apontado, do mesmo modo, pelos outros familiares indígenas que estavam presentes durante esta entrevista, que há "coronéis" ou "capitães", ou seja, "*personas del alto rango del Ejército*" envolvidos na venda e ocupação ilegal de *tierras comunales,* mas estes mandam seus *mozos,* isto é, trabalhadores rurais remunerados para cuidar das suas terras, supostamente privadas.

Sr. Esteban contou-me que inicialmente os *colonos* pensaram em matá-lo, mas aqueles mais velhos que o reconheciam, disseram que era uma "boa pessoa" e não tinham vontade de executá-lo. Entretanto, os "*colonos nuevos*", constituindo *mestizos* jovens que foram contratados para matar indígenas, queriam eliminá-lo logo. Neste sentido, foi me esclarecido, que nesta conjuntura de disputas por terras, os *campesinos-colonos* que têm ocupado as terras indígenas de forma irregular, contratam a outros *colonos* oriundos dos municípios de Bonanza e Rosita, no Triângulo Mineiro, ou Rio Grande[442], com o propósito de assassinar indígenas, assim caracterizando o papel de "pistoleiros contratados".

O entrevistado continuou relatando que, naquele dia os *colonos* acabaram amarrando-o ao tronco de uma arvore e disparam dois tiros no chão, perto dos seus pés, na intenção de assustá-lo, aonde ele foi deixado por cerca de seis horas. Após passar esse tempo, o *colono* conhecido na região como "Erasmo", mandou os homens alimentá-lo e soltá-lo, com a condição que ele prometesse que não iria contar aos indígenas sobre tudo que tinha visto.

Após esta experiência, o Sr. Esteban decidiu retirar sua família do seu terreno nas montanhas de maneira definitiva. Posteriormente, ele voltou a sua *finca,* acompanhado por um grupo de indígenas, pois queria buscar seus animais e pertences, mas quando chegou se deparou com o fato que todos os bichos estavam mortos. Depois de passar mais alguns meses, Sr. Esteban visitou esta área novamente e desta vez percebeu que os *colonos* haviam queimado sua casa e seus cultivos. Eles não pareciam ter ocupado seu terreno, porém vivem nas cercanias, então continuava sendo um perigo para sua família morar neste local.

O entrevistado salientou que fez denúncia com o auxílio do CEJUDHCAN sobre o ocorrido. Contudo, como na maioria dos casos, não houve nenhum retorno ou indagação a respeito, por parte dos policiais. Conforme o Sr. Esteban, sua maior preocupação tem a ver com o fato que seus dois filhos mais velhos estão participando da vigilância da comunidade,

[442] Localizado no departamento do Brito, no Pacífico, onde passará o projeto do Canal Interoceânico.

no intuito de colaborar com sua proteção neste contexto de conflitos. Em outros termos, este pai de família teme o risco às suas vidas, enquanto estão cumprindo esta tarefa.

Na sequência, conversei com sua esposa, Rosa Méndez, nascida em *Living Creek* - Rio Coco *abajo*. Ela se deslocou até a comunidade *Wisconsin* quando era criança, após o furacão que passou em 1971. Quando tinha 12 anos sua família se deslocou para Honduras, como refugiados durante a época da guerra. Com 17 anos de idade ela voltou à *Wisconsin* com seu marido, Sr. Esteban, mas eles decidiram adentrar na montanha com a finalidade de estabelecer sua *finca*, onde ela preferiu viver e trabalhar. De acordo com a Sra. Rosa, eles viviam tranquilamente nesta área de 50 *manzanas*, durante vinte anos, até o momento que começaram os problemas mais graves com os *colonos* em 2015. Inclusive, quando houve o combate com os *colonos* em *Santa Clara*, no dia 3 de setembro do mesmo ano, ela estava no seu terreno, fora da comunidade e testemunhou os *colonos* passando pelas montanhas.

Para contextualizar esta situação, a Sra. Rosa explicou que até 2010, a sua família viveu em paz no seu terreno, mas entre 2010 e 2012, de repente a interlocutora começou a perceber famílias *mestizas* passando pelo seu plantio. Por esta razão, ela ficou incomodada então me disse que os avisou: "*ustedes tienen que trabajar más para allá, no precisan entrar por aquí'. Pero de repente viniera más y más gente. Hicieron carriles en mi parcela en diferentes lados. Empezaron a darme problemas"*[443]. A testemunha me esclareceu que os *Miskitu* trabalham a terra de maneira diferente do que os *colonos*, dividindo cada cultivo distinto em filas, mas não usam cercas de arame para delimitar estas áreas. Portanto, pediu que os *colonos* respeitassem seus cultivos, mas ignoraram-na e prosseguiram em colocar cercas de arrame por meio das suas áreas de cultivos, com a intenção de demarcar suas próprias terras pretensamente "privadas". Então, a Sra. Rosa tentou negociar com os *mestizos*, explicando-lhes para que pudessem trabalhar nas terras fora dos limites da área onde ela plantava e cultivava. Mesmo assim, os estranhos não acataram sua proposta, tampouco qualquer diálogo a respeito. Daí em diante, sucessivamente havia mais inquietações, ao exemplo deles fixarem cercas na sua *parcela*; trazer seus animais para se alimentarem dos seus cultivos; e, finalmente começaram a ameaçá-la, passando pela sua *finca* em grupos com armas de fogo. Com a incidência do sequestro do seu marido, Sr. Esteban, o casal e sua família finalmente tiveram que sair do seu terreno na montanha de modo permanente.

[443] Informação verbal: Rosa Méndez, comunidade *Wisconsin*, 6/9/2017.

Quando a entrevistei informalmente, eles já tinham um ano e meio vivendo no centro da comunidade *Wisconsin*, sem conseguir regressar à sua amada *finca*. A família mora numa casa que foi construída para sua filha, mas agora todos precisam ocupá-la conjuntamente. A Sra. Rosa expressou sua profunda insatisfação, porque não há terra fértil para trabalhar dentro dos perímetros da comunidade, tampouco que pertence especificamente à sua família. Com esta circunstância, eles precisam trabalhar em pequenas áreas de uso comum e utilizar os lotes de outros indígenas. Por conseguinte, apenas alcançam produzir o mínimo possível, a fim de sustentar a família, porque não podem utilizar as áreas de cultivos dos outros na sua integralidade. Para ilustrar a diferença da produção na montanha em contraste com a situação que eles vivem no cerne da comunidade, a interlocutora detalhou que lá podia manter 2 hectares de arroz, de qual produzia 500 quintais[444], possibilitando sustentar bem a família e vender uma parte do produto no mercado em Bilwi-Puerto Cabezas. Com o lucro ela podia comprar café, açúcar, sal entre diversos produtos na cidade, que não são disponíveis na comunidade indígena. Contudo, no centro da comunidade é impossível trabalhar dessa maneira, o que tem deixado os membros do seu núcleo familiar muito desanimados.

Dialogando livremente com Sra. Rosa e seus filhos, todos salientaram que desejam regressar à sua *finca* na montanha, mas temem encontrar com os *colonos*, pois estes: "*tienen buenas armas, mas los indígenas no tienen armas buenas*". Neste contexto, seu filho que colabora com a vigilância da comunidade, mencionou que os militares e policiais receberam uma ordem de confiscar quaisquer armas em posse dos indígenas, mesmo sendo apenas armas de caça de baixo calibre ou aquelas improvisadas, classificadas como "*hechizas*". Curiosamente, as armas dos *mestizos-colonos* não têm sido apreendidas. Este fato faz os *Miskitu* suspeitar que esta ordem estatal faça parte de uma tática intencionando enfraquecer a resistência dos indígenas face à usurpação territorial agressiva e em prol de seu território coletivo, assim contribuindo para a vulnerabilidade dos mesmos.

Os "viejo vivientes"

Na continuação da gama de experiências de diferentes agentes sociais, em relação à situação de conflitos sociais, procurei conhecer alguns dos *mestizos* que vivem com os indígenas na comunidade *Wisconsin*, visando entender a dinâmica das relações interétnicas.

[444] Um quintal é uma medida de peso que no Brasil, equivale a aproximadamente uma arroba ou 15 quilogramas.

Em parte, para verificar as distinções entre aqueles que convivem com os indígenas sem tensão e aqueles denominados "*colonos*", os quais os indígenas rejeitam. Ademais, porque os agentes estatais e políticos como o Coordenador do GRACCN, Sr. Carlos Alemán, e a Procuradora de Direitos Humanos da Costa Caribe, Sra. Violeta Irías Nelson, enfatizaram que os conflitos territoriais se baseavam no racismo dos *Miskitu* contra os *mestizos*. Em vista disso, me parecia relevante verificar a veracidade dessa alegação, conversando diretamente com os próprios *mestizos* que convivem com os *Miskitu* no dia a dia.

Com essa intenção entrevistei o Sr. Maximo Javier, com 52 anos de idade, que nasceu em La Segovia, Ocotal, na região noroeste do país. Ele se auto-identifica como um "laico pregador", isto é, um pastor voluntário da Igreja Adventista que pratica na comunidade indígena. O pastor participou da guerra como "contra" e integrante do MISURASATA – a organização indígena, mesmo sendo *mestizo*, quando tinha 17 anos de idade. Não obstante, naquela época ele foi capturado pelo Exército Popular Sandinista e acabou passando sete anos na cadeia, como um prisioneiro político. Atualmente, no entanto, o pastor simpatiza com a FSLN, devido ao fato que, quando a guerra terminou, os sandinistas lhe deram mais apoio do que os comandantes do YATAMA. Aliás, foi me explicado que presentemente esse partido nacional possui mais condições econômicas para ajudar as pessoas.

O Sr. Máximo prosseguiu me relatando que se deslocou para o setor territorial de *Tasba Raya* em 1977, com sua família quando era criança, porque sua irmã se casou com um homem *Miskitu*. Em consequência, seu pai decidiu vender sua terra e levar o resto da família até o território indígena onde lhe disseram que "*habia bastante tierras*" para trabalhar em agricultura. Desta forma, o pastor Adventista tem transitado pelas comunidades indígenas no *Wangki Twi-Tasba Raya* desde que tinha 11 anos de idade. A partir desta informação indaguei sobre a convivência dos *mestizos* na comunidade indígena.

> **Helen***: ¿Hay muchos mestizos aquí dentro de la comunidad?*
>
> **Sr. Máximo***: ¿Aquí en la comunidad? Sí, hay, está Don Miguel Jiménez, está el hermano Pedrito Gómez Torres, está… Don Marco Sánchez, está Don Simeón Hernández, y está otro muchacho que se llama Pedro Flórez, y estoy yo.*
>
> **Helen***: Entonces un grupo pequeño que no tiene problemas con los indígenas.*
>
> **Sr. Máximo:** *No, es que… es que nosotros aquí hemos venido… por lo menos yo estoy aquí en Wisconsin porque yo aquí… de aquí es mi esposa, entonces yo me casé con ella. (…) Sí, es miskita. Entonces yo estoy aquí, los otros también y así sucesivamente, ellos no han venido aquí no por terreno, sino que hemos venido porque tenemos esposa y estamos trabajando pues aquí la tierra, a favor de nuestras esposas, ese es nuestro derecho. Pero como nos portamos bien no*

> *tenemos problema con nadie. Es que esta gente que vino de allá le llaman los* ***colonos****, entre ellos hay gente que vinieron que son gente buena y hay gente mala también, y en todas la razas, algunos vinieron por intereses personales, otros vinieron porque ellos compraron, y entonces hay gente buena, y gente mala, pero de los que vimos nosotros ahorita, esos cinco [mestizos] que vemos aquí, no tenemos ningún problema porque* ***no somos colonos****, sino que estamos adaptados, en primer lugar nosotros tenemos una estructura comunal, y tenemos nuestras propias leyes comunales y entonces todo lo que se adapta a las leyes comunales no tiene problema en ningún problema.*
>
> **Helen:** *Ustedes como mestizos se adaptaron a las leyes de la comunidad.*
>
> **Sr. Máximo***: Sí, exactamente.*
>
> **Helen***: Y saben que son tierras comunales, no son para vender…*
>
> **Sr. Máximo:** *Comunales, sí, ni para negociar. Sino que si a nosotros nos dan pues una parcela de 50 manzanas, ahí estamos, de 50 manzanas…. Con 50 manzanas todo el mundo se mantiene, sí, porque si fuéramos ganaderos sería algo diferente, pero con todo yo tengo que resumirme, si yo fuera un ganadero porque yo sé que 50 manzanas me han dado y en esas 50 manzanas yo puedo tener mi ganadito, y puedo tener mi agricultura de comer, y todo eso uno lo tiene que pensar, pero ya siendo hijo de la comunidad. (…) Yo trabajo en una parte donde es un* ***área comunal*** *y trabajo también en la tierra que es de mi esposa donde mi suegrito, que tenía una* ***parcela,*** *pero como él ya murió, entonces ahí trabajamos.*
>
> **Helen:** *¿Nunca te preguntaron cómo tiene su tierra dentro de un territorio indígena? ¿Nunca hubo problemas con los indígenas?*
>
> **Sr. Máximo:** *Fíjese que no porque casi… gracias a Dios… casi que tenemos iguales derechos ya, porque aquí se entiende que ya los que vinieron que estamos desde los años 87 hacia atrás, tenemos igual derecho que los mismo que son nativos de aquí. (…)Para atrás, ya tenemos igual derecho. Y yo estoy desde el 77, chiquito vine aquí como… de verdad… de 11 años, y ya tengo 52 años.* (Entrevista: Máximo Javier, comunidade *Wisconsin*, 5/9/2017).

É possível notar neste depoimento que a relação que este *mestizo* tem com os indígenas é razoavelmente tranquila, até mesmo eles têm permitido que o pastor trabalhe na terra e possua sua própria *parcela* familiar para a produção agrícola, conforme suas relações de parentesco na comunidade *Miskitu*. Ele ressalta que os *mestizos* que vivem aqui respeitam as normas *comunales*, igualmente aos demais membros da comunidade indígena. Ao mesmo tempo, o Sr. Máximo destaca seu direito de viver no território indígena, devido ao marco legal, que permite que apenas os *mestizos* com título agrário desde 1987, e que tem permanecido na respectiva terra antes desse ano, conservem o direito de continuar vivendo nos territórios indígenas correspondentes. No entanto, em concordância com os artigos n° 35 e 36 da Lei N° 445, eles não são proprietários, somente mantêm o direito de viver e utilizar a terra para suas necessidades pessoais. Se tal *tercero* decide desocupar uma área dentro de um

território indígena, não possui o direito de vendê-la, pois automaticamente esta voltará para compor parte do território etnicamente configurado e do uso comum. Neste sentido, o Sr. Maximo constitui o que alguns agentes sociais classificam como os "*viejo vivientes*"[445], isto é, os *mestizos* que têm mais do que vinte anos convivendo em paz com os indígenas, sem maiores obstáculos, diferentemente daqueles considerados "*colonos*" que vêm usurpando as *tierras comunales* em massa mais recentemente, sem ter dialogado como os indígenas a respeito, até mesmo os agredindo de diversas formas. No caso do entrevistado, ele tem mais de quarenta anos vivendo com os *Miskitu*, constatando uma relação e dinâmica totalmente diferente da pretensa política de "*cohabitación*" que os representantes do Estado estão tentando impor.

Ao perguntar o Sr. Maximo sobre sua opinião ao tocante dos conflitos sociais e a postura dos indígenas face à presença de *colonos* desconhecidos entrando no território indígena, ele me explicou que:

> *(...) Digo yo que es como un derecho de que los hermanos Miskitu se hayan levantado ¿por qué? Porque si nosotros… ¡claro!, no digo yo que tal vez todas esas personas eran malas, pero hay gente también que son bien bandidos de los que han venido, que son "**vende tierras**".*
>
> **Helen***: ¿Los colonos?*
>
> **Sr. Máximo***: Sí, lo colonos. Ellos traen gente.*
>
> **Helen***: ¿Hay una diferencia de ser mestizo y colono?*
>
> **Sr. Máximo:** *Ah sí, la diferencia es que **colono** quiere decir "**invasores de tierra**". Los que vinieron invadiendo las tierras, esa es la palabra colono. Y entonces eso es malo, algunos, como le digo, pobrecitos vinieron porque compraron, otros vinieron como **bandidos**.*
>
> **Helen***: Compraron a través de los comandantes…*
>
> **Sr. Máximo:** *Sí, así de **excombatientes** que les vendieron tierras. Pero ellos tienen papeles, y ahí está la gente, ahí está en la lista, quiénes vendieron, quiénes no vendieron. (...) Entonces, por medio de ellos, **vinieron y trajeron gente e invadieron**, ellos, de allá, invadieron las tierras, y entonces los que invadieron las tierras, son gentes que son bien malignos, (...) pero al mismo tiempo, aquel que vino intrusamente y se metió, entre medio de allí, ese hombre es el que tiene gran dificultad, ve, porque ese **no lo avala** nadie, a ese no lo avala nadie, y entonces en esa equidad estamos, yo digo ¿por qué? Siempre la pregunta me la hago yo ¿por qué no los desalojaron antes?* (Entrevista: Máximo Javier, comunidade *Wisconsin*, 5/9/2017).

[445] Ver Capítulo III.

A partir deste relato algumas classificações são realçadas, incluindo os "*vende tierras*", um termo frequentemente utilizado para referir àqueles indivíduos que venderam as *tierras comunales* de maneira ilícita. O Sr. Máximo se apropria do termo em referência ao todos envolvidos na dinâmica do tráfico de terras, notadamente os *colonos* que atraem e vendem terras indígenas a outros *colonos*. Não obstante, vale mencionar que no tempo em que realizei atividades de pesquisa em campo, tanto no território *Miskitu, Wangki Twi-Tasba Raya*, quanto no território *Mayangna, Amasau*, particularmente na comunidade *Awas Tingni*, percebi que para os indígenas de ambas as etnias, esta categoria pejorativa concerne especificamente aos indígenas que traíram seu povo, sobretudo, as comunidades indígenas, por arrendar ou concessionar *tierras comunales* sem consultar a *Asamblea Comunal* correspondente, tampouco obter o consentimento de todos os membros das comunidades indígenas concernentes[446]. Ou seja, os "*vende tierras*" na concepção indígena compete aos maiores "traiçoeiros" do povo, sendo muito pior do que sua noção dos "traficantes de terras" *mestizos*. Isto porque, conforme os agentes sociais, eles "venderam seu direito", o que significa que esta espécie de "traidores" indígenas, violou os direitos etnicamente constituídos no que tange os direitos territoriais fundamentais para os povos indígenas, principalmente considerando sua relação com a natureza e a terra, mormente que os territórios indígenas abrangem seus modos de viver e relações sociais culturalmente distintos, também histórica e tradicionalmente significantes.

Em sua maioria, os "*vende tierras*" de destaque são os indivíduos *Mayangna* que participaram dos esquemas de negociação irregular das *tierras comunales,* mas abarcam indígenas de qualquer etnia que se beneficiaram de tais atividades ilegais, em detrimento dos povos indígenas. Cabe ressaltar, que visitei a comunidade *Awas Tingni*, objetivando averiguar sua percepção sobre esta situação e o fato que os *Miskitu* os culpam por ter promovido a "invasão" territorial por *colonos*. De modo geral, as autoridades *Mayangna* que entrevistei, esclareceram que esta dinâmica se trata de interesses particulares, por certos indivíduos, que não apenas traíram os *Miskitu,* mas os próprios *Mayangna* também. Esses indivíduos, de qualquer modo, se ausentaram do território *Amasau* antes que os conflitos territoriais se exacerbassem e que os demais membros da comunidade *Awas Tingi* concebessem os atos ilegais que cometeram. Em consequência das ações individualistas, o território *Mayangna* está quase que totalmente usurpado por *colonos* presentemente, como têm sido destacado

[446] Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES, subseção *Comunidade Awas Tingni – Território Amasau do povo Mayangna.*

reiteradamente. Inclusive, encontrei algumas famílias *Mayangna* residindo nas comunidades *Misktiu* enquanto estive realizando o trabalho de campo, que me explicaram a gravidade da usurpação territorial por *colonos* no Território *Amasau*, realçando que eles fugiram da confusão que viviam lá, devido a tal choque cultural. Esta circunstância também mostra que os *Miskitu* e *Mayangna* não são necessariamente rivais, dado que conservam laços de solidariedade e vizinhança, até mesmo parentesco e amizade. Relações estas que eram mais firmes antes do desdobramento da dinâmica dos conflitos territoriais mais recentes e que vêm sendo discutida nesta tese.

O Sr. Maximo igualmente explica a diferença entre a classificação "*mestizo*" *versus* "*colono*". Na sua concepção os *mestizos* como ele, têm permissão de estar no território indígena e não chegaram à comunidade simplesmente em busca de terras, mas devido às suas relações sociais, no caso, porque casaram com indígenas oriundas da comunidade *Wisconsin*, e continuam aprofundando suas relações de afinidade com os indígenas. Em contrapartida, os "*colonos*" são definidos como os "*invasores de tierras*", que participaram de atividades de tráfico de terra e/ ou agrediram os indígenas por disputas territoriais relacionadas de algum modo, sendo assim "*bandidos*", "*malos*", ou "*malignos*". Por outro lado, ele insinua que não são todos estes que agiram de forma violenta ou enganosa, visto que alguns vieram para comprar terras, sem saber de todos os problemas em que estavam se envolvendo.

A respeito dos enfrentamentos entre os *Miskitu* e os *colonos*, que extrapolaram a partir de 2015, perguntei ao Sr. Máximo:

> **Helen:** *¿Y qué pasó en ese momento que de repente empezaron a tener un conflicto más pesado?*
>
> **Sr. Maximo***: (...) Había conflicto de reclamo porque aquí habían venido ya de allá delegaciones y los habían encarado por las tierras porque no eran para ellos [los colonos], que ellos debían desalojarse, pero como usted sabe que ellos ya invadieron las tierras, había un montón de gente [mestiza] ahí y ya entraban y salían, entraban y salían, por las comunidades [indígenas], sin miedos, sin problemas, pero ya llegó el momento en que [los indígenas] se les dijo que ya no, y fue así, y fue así como se empezó, se empezó el problema entre… a agudizarse más el problema y fue allí, donde… donde cada día se fue agravando más y más, hasta tal que una vez esa gente [mestiza] de allá de la montaña armaron una tropa y se vinieron a masacrar a la gente de Santa Clara. (…) Eso fue el 03 de septiembre del año 2015, sí, sí, allí y esa fue una terrible acción.* (Entrevista: Máximo Javier, comunidade *Wisconsin*, 5/9/2017).

Desta maneira, o pastor *mestizo* sinaliza como o clima de tensão entre os *colonos* e os *Miskitu* nas comunidades foi aumentando, ao passo que os *colonos* começaram a passar com

mais frequência pelas comunidades indígenas, sem preocupação, ao mesmo tempo em que os indígenas queriam que eles saíssem das suas áreas de cultivo distantes dos cernes das comunidades. Neste período os líderes indígenas também começaram a agir, ao impedir que os *colonos* continuassem passando pelas comunidades *Miskitu* via "*la ruta*", ou seja, utilizando dos caminhões de carga que entravam e saiam do território indígena semanalmente. Frequentemente estes forasteiros não apenas aproveitavam do transporte terrestre para entrar nas florestas e montanhas, mas os homens *mestizos* gostavam de usar espaços comunitários para se embriagarem, além de aproveitar da possibilidade de comprar certas provisões. Finalmente, a tensão se exacerbou e os *colonos* reagiram de uma forma dramática, marcada pelos ataques antagônicos à comunidade *Santa Clara* e às outras, no dia 3 de setembro de 2015 e daí em diante, resultando em mortes e lesões graves; posteriormente sequestros e até a violação de mulheres indígenas, entre diversos modos de violências físicas e psicológicas, tal como as cartas de ameaças.

Outro *mestizo* que vive na comunidade *Wisconsin* com qual interagi brevemente, foi o Sr. Simeón Hernandez, de 71 anos de idade. Ele nasceu no munícipio de Condega, no Pacífico, mas cresceu no município de Siuna, no Triângulo Mineiro, na RACCN, onde existe uma grande população *mestiza*, devido às migrações em busca de trabalho nas grandes empresas de mineração durante a época do regime Somoza. O Sr. Simeón se casou com uma mulher *Miskitu* desta comunidade, e, portanto, reside neste lugar há mais de vinte anos. Ele me explicou que não se considera simpatizante de nenhum partido político, mesmo tendo lutado como sandinista durante a guerra revolucionária. Isto porque acabou discordando das políticas da Frente Sandinista em referência à forma que seus integrantes pensavam sobre e tratavam os *Miskitu*, uma vez que sua esposa é indígena. Neste sentido, Sr. Simeón relembrou que naquele tempo ouvia os sandinistas que eram *mestizos* comentarem: "*vamos eliminar todos los miskitus, vamos a traer outra raza aqui",* e acrescentou: *"y esa raza son ellos [los colonos] que vienen ahora*"[447].

O interlocutor me contou que a partir de 2015, um grupo de *colonos* roubou 37 gados da sua *finca.* Desde esse momento, ele deixou de criar gado e acabou perdendo essa terra onde trabalhava, pelo motivo que é circundada pelas áreas onde transitam os mesmos *colonos*, que são daqueles mais conhecidos na região, por ser integrantes dos "grupos armados". Estes consistem em quadrilhas de ladrões, com fama por serem considerados os mais violentos e

[447] Informação verbal: Simeón Hernandez, comunidade *Wisconsin*, 7/9/2017.

que andam com armas de fogo de alto calibre, até mesmo de porte militar. Quando sofreu esta incidência, o referido "*viejo viviente*" denunciou esse furto na Polícia Nacional, mas os policias não tomaram nenhuma posição a respeito do caso.

Ainda indagando sobre as relações interétnicas na comunidade indígena, igualmente lhe perguntei se para ele existia uma diferença entre ser um *mestizo* ou de ser um *colono*. O Sr. Simeón replicou com a seguinte declaração:

> *Yo tengo tempo de estar en este lugar. Yo entré por la puerta, pero los colonos entraron por la ventana. El ladrón entra por la ventana. Ellos entraran aquí sin permiso, sin nada. Entraron por la montaña aquí, abusando tierra.* (Informação verbal: Sr. Simeón Hernandez, comunidade *Wisconsin*, 7/9/2017).

Assim, ele claramente delimitou a diferença, na sua concepção e experiência, entre os *mestizos* que vivem com os indígenas nas citadas comunidades de maneira pacífica e aqueles classificados como "*colonos*", que "entraram pela janela" como "ladrões", usurpando terras pertencentes aos indígenas. Aliás, sua fala demonstra que esta conjuntura não se trata meramente de racismo ou um conflito étnico em si por parte dos *Miskitu* (como foi sugerido pelos agentes estatais ou do Governo Regional), mas se baseia na violação dos direitos territoriais e de autodeterminação dos *costeños* em face de uma cultura dominante que menospreza seus modos de viver, até mesmo os ameaçando ou matando dentro do seu próprio território histórico e etnicamente constituído. Esta atitude vislumbra uma falta de respeito por parte de tais *mestizos*, indicativo de estruturas psicológicas e ideológicas racistas que fazem parte da sua cultura ocidental favorecida pelo Estado, mormente contribuem para sua maneira de colonização contemporânea.

Na próxima seção, os agentes sociais da comunidade *Esperanza* trazem a luz suas experiências e outros elementos no tocante da dinâmica das tensões sociais entre os indígenas e *colonos* no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, que complementam o que seus vizinhos na *Wisconsin* e nas outras comunidades indígenas dizem.

Comunidade *La Esperanza-Río Wawa*: a relação com os diferentes grupos de *terceros-mestizos* ilegalmente assentados no território indígena

Quando voltei à cidade, do trabalho de campo no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, logo após as eleições em novembro de 2017 e de ter acompanhado o enterro do falecido jovem indígena, Gary Stivens[448], acabei passando o resto do mês recuperando-me da malária, simultaneamente dengue e febre reumática. Neste período, na comunidade *Esperanza-Río Wawa*, o jovem indígena, Felipe Pérez Gamboa, com 24 anos, foi assassinado por um grupo de *colonos* armados, quando ele e seu irmão mais jovem estavam trabalhando na sua *parcela* cerca da comunidade, no dia 29 de novembro de 2017[449]. Devido a esta tragédia e os rumores sobre possíveis ataques por *colonos*, durante os meses de novembro e dezembro de 2017, o clima nas quatro comunidades *Miskitu* ficou ainda mais tensa. Em Bilwi-Puerto Cabezas, além do ambiente turbulento depois das violências que aconteceram em decorrência das contendas relacionadas às eleições municipais, se escutava boatos sobre grupos de *colonos* armados que estavam se organizando a fim de enfrentar as comunidades indígenas no Território *Wangki Twi-Tasba Raya* durante a época de Natal. Posto isto, este feriado foi classificado neste ano pelos agentes sociais como a "*Navidad Negra*", comparável com o desastroso evento histórico conhecido como a *Navidad Roja*[450]. Este evento histórico, bastante marcado na memória social dos *Miskitu*, ocorreu durante a guerra nos anos 80, quando houve numerosas emboscadas que resultaram na morte de indígenas e em seguida o deslocamento compulsório de milhares de *Miskitu* até os campos militares do regime sandinista, como foi ressaltado no Capítulo I.

Em vista dessa situação social conflituosa, alguns indígenas da *Wisconsin* me procuraram na cidade, porque desejavam mostrar-me uma das cartas de ameaças escrita por *colonos*, que haviam recebido nesse período[451]. Eles estavam desesperados, então ambicionaram qualquer apoio ou divulgação da circunstância que tivessem que encarar e

[448] Ver Capítulo I.
[449] Cf. INFORME internacional reconoce la muerte de tres líderes indígenas en el Caribe Norte de Nicaragua en 2017. **LAND PORTAL**, Holanda, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://landportal.org/node/71114>. Para mais informações, também verifique: FULLER, Cindy. Invasión de colonos y desinterés del Estado de Nicaragua ponen en riesgo a 12 comunidades miskitas, según informe de CEJIL. **La Prensa**, Managua, 13 ago. 2019. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2019/08/13/nacionales/2578667-comunidades-miskitu-podrian-desaparecer-por-la-invasion-de-los-colonos-y-el-desinteres-del-estado-de-nicaragua-segun-informe-de-cejil?fbclid=IwAR3OdrfKWHzwdlCsxaGSa1R2YmJDEC95PPKIYsiYgCPrE_gCObtS01NNosU>.
[450] Cf. KINZER, 2007, p. 261.
[451] Cf. Capítulo I.

salientaram que não possuíam armas de fogo ou munição adequadas para se defenderem contra as ameaças às suas vidas, por parte dos *colonos*.

Neste contexto tenso, voltei às comunidades indígenas do território supracitado, a convite da Sra. Jimena Reyes, minha anfitriã, da comunidade *Santa Clara*, para passar o Natal com sua família. Ela tinha vindo à cidade objetivando visitar seu marido[452], durante alguns dias, pois este tinha que ficar em Bilwi, em virtude do tratamento de câncer dos pulmões. Enquanto estava na região urbana, devido a esta circunstância familiar, a Sra. Jimena entrou em contato comigo e me fez a proposta de regressar com ela ao Território *Wangki Twi-Tasba Raya* via "*la ruta*" – isto é, por meio do transporte nos caminhões de carga que passam pelas comunidades indígenas em áreas rurais, somente certos dias da semana. Mesmo sendo um momento de conflito, igual os outros indígenas que vivem nos territórios distantes da cidade, ela tinha que seguir com sua vida rotineira, apesar das condições precárias, porque procurar refúgio na cidade era fútil se não tivesse condições pecuniárias. Decidi aceitar o convite, consciente da situação instável, em parte porque é justamente por causa desses rumores constantes que jornalistas, cientistas, entre outros profissionais e autoridades dizem que não podem visitar essas comunidades indígenas, o que acaba ampliando a sensação de isolamento, ao mesmo tempo em que a dinâmica nas áreas de conflito não seja registrada nos momentos de tensão.

Ao chegar à *Santa Clara*, percebi que muitas famílias da *Esperanza* estavam temporariamente alojadas aqui, ao invés de estar na sua própria comunidade, em consequência da possibilidade de sofrer algum confronto com os *colonos* armados. Seu medo se fundamentava no fato que a comunidade *Esperanza* tem poucas famílias e fica à beira do Rio *Wawa*, justamente por onde os *colonos* frequentemente têm entrado quando vêm efetivar suas emboscadas ou assaltos nas comunidades indígenas. Destarte, *Esperanza* constitui a comunidade mais vulnerável às possíveis violências nesta conjuntura. Isto posto, os líderes da comunidade *Santa Clara* haviam feito a sugestão de que essas famílias viessem a hospedar-se aqui temporariamente, onde seriam mais protegidas, considerando que tem uma população maior, com mais vigilantes para fornecer segurança.

Então, observando esta dinâmica, aproveitei o momento para entrevistar algumas destas pessoas abrigadas em *Santa Clara* a respeito desta circunstância. Da mesma forma, durante esta visita, tive a oportunidade de deslocar-me em várias ocasiões, durante os dias até

[452] Ele faleceu no Hospital *Nuevo Amanecer*, em Bilwi-Puerto Cabezas, no dia 10 de janeiro de 2018.

Esperanza, no intuito de conversar com o pequeno grupo de homens que tinha ficado à espreita na comunidade, caso precisasse defendê-la, ainda que não tivesse armas de fogo, munição, tampouco alimentação suficiente, enfrentando a situação de extrema vulnerabilidade em que se encontrava. Existiam apenas 13 homens, incluindo 7 adultos e 6 adolescentes que decidiram vigiar a comunidade indígena, ao invés de fugir até um lugar mais seguro, pelo motivo que não iriam simplesmente "entregar sua comunidade aos *colonos*, mesmo se tivessem que encarar a morte", conforme a explicação deles.

Seguindo com a coleta de dados empíricos, a partir deste panorama, conversei com o Sr. Carlos Perez González, pai do jovem indígena assassinado, mencionado antes, chamado Felipe Pérez Gamboa. Esse senhor é um *mestizo*, de 48 anos de idade e nasceu no município de Siuna, no Triângulo Mineiro, mas após lutar na guerra como "contra" veio à comunidade *Esperanza*, onde casou com sua esposa indígena, e eles tiveram filhos[453]. Igualmente, falei com o irmão que estava com a vítima quando foi assassinada, Imel Gamboa, com 20 anos de idade, além de dialogar com outros membros da comunidade sobre o ocorrido.

Imel relatou que naquele fatídico dia, por volta das 8 horas da manhã, os dois irmãos se deslocaram da comunidade *Esperanza* pelo Rio *Wawa arriba* via canoa[454]. Ao chegar a certo ponto, subiram da beira da água para a montanha, até alcançar à área da sua *parcela* familiar, objetivando capinar o terreno, plantar banana e cortar madeira. Quando chegaram ao terreno, Felipe começou a cortar madeira com um machado, enquanto seu irmão, Imel, prosseguiu capinando, limpando as bananeiras em outra área distante. Os dois passaram a manhã concentrados nas suas tarefas, quando de repente Imel ouviu tiros vindos de uma escopeta de calibre 12 – "Boom! Boom!", onde seu irmão mais velho estava trabalhando. Neste instante, ele cautelosamente tentou se aproximar dessa área e conseguiu ver Felipe deitado no chão à distância, mas logo três *colonos* começaram a atirar na sua direção. Então Imel virou às costas e correu o mais rápido possível, descendo o morro até alcançar a beira do rio e pular dentro da água. O jovem contou-me que sentiu as balas passarem pelas suas pernas e sabia que escapou por pouco dos tiros das armas de fogo dos *colonos*, ao passo que foi perseguido, mesmo atravessando para o outro lado do Rio *Wawa* e aproximando-se da comunidade.

[453] Informaçõ verbal: Carlos Perez Gamboa, comunidade *Esperanza-Río Wawa*, 23/12/2017.
[454] Informação verbal: Imel Gamboa, comunidade *Esperanza-Río Wawa*, 23/12/2017.

Quando ele chegou à comunidade *Esperanza*, completamente assustado, já estava escurecendo. Como era noite e os indígenas não tinham armas de fogo apropriadas, decidiram esperar até o dia seguinte e ir pela manhã para buscar Felipe. Conforme as testemunhas, os policiais e os militares estiveram transitando pelo território durante estes dias, por razões desconhecidas, mas quando souberam desta incidência, não se mobilizaram para verificar o sucedido ou ajudar os indígenas. Por isso, alguns interlocutores alegam que os agentes de segurança estavam envolvidos no assassinato ou apoiaram os *colonos* nesta empreitada de algum modo. Assim sendo, um grupo de indígenas da *Santa Clara* e da *Wisconsin* compareceram, com a finalidade de acompanhar os líderes da comunidade *Esperanza* para seguir à busca por Felipe na *parcela* onde foi visto pela última vez. Nesta missão, eles encontraram o corpo baleado do falecido jovem e o carregaram de volta à comunidade, com muita tristeza[455].

Como é comum, nenhuma investigação detida foi efetivada pelos agentes de segurança pública, e a morte do Felipe Perez Gamboa se juntou à lista de assassinatos impunes em territórios indígenas, decorrentes de conflitos territoriais com os *colonos*. No entanto, enquanto tais homicídios se tornam estatísticas desconsideradas pelos representantes do Estado, as famílias das vítimas sofrem com a perda dos seus entes queridos e o trauma de uma violência tão inesperada, tendo que lidar com os efeitos psicológicos ao longo das suas vidas.

Lamentavelmente, a comunidade *Esperanza* tem sofrido diversas violências por parte dos *colonos* nesta conjuntura, como o sequestro de três indígenas, os senhores Francisco Joseph, Valerio Meregildo e Benanzo Flores, quando estavam trabalhando nas suas *parcelas*, no dia 17 de dezembro de 2015; no mesmo dia que a comunidade *Wisconsin* também sofreu uma emboscada, decorrendo nas lesões graves de vários indígenas[456]. Além do mais, durante o mesmo dia a comunidade *Esperanza* sofreu ataques e um assalto, resultando no assassinato dos senhores Rey Muller e Kent Disman Ernesto[457]. Os três indígenas sequestrados nunca mais foram vistos e as autoridades não tomaram medidas para buscá-los ou investigar o ocorrido, tampouco os dois homicídios, constituindo uma circunstância bastante dolorosa e desesperadora para seus parentes. Infelizmente, estes casos, são apenas alguns exemplos das diversas situações de violência traumatizantes que a comunidade *Miskitu* vem sofrendo ao passar da intensificação dos conflitos no território e a negligência do Estado.

---

[455] Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES: *Comunidade La Esperanza*.
[456] Cf. APIAN, 2017.
[457] Ibid., p. 117-118.

Os campesinos, os colonos dos grupos armados e os "vende tierras" no território Miskitu

Com a intenção de compreender esta dinâmica violenta, entrevistei alguns líderes indígenas da comunidade *Esperanza*, incluindo o Sr. Santo Dominguez, com 50 anos de idade, conhecido como Rayo, originalmente da comunidade *Wisconsin* onde atuou como *juez comunal* por oito anos. Quando realizei a entrevista, ele tinha cumprido dois anos com este mesmo cargo, mas na comunidade *Esperanza*, onde vive com sua esposa e familiares. Contudo, destacou que tem muitos parentes na comunidade vizinha, *Wisconsin*. Quando era criança esta *autoridad comunal* viveu em *Awas Tingni* com os *Mayangna* e sua mãe por um tempo, mesmo sendo *Miskitu*, por isso, fala ambas as línguas destas etnias. Entretanto, com 14 anos de idade se juntou aos contrarrevolucionários durante a guerra, sendo assim considerado um *ex-combatiente*, mas não foi beneficiado com terra ou outras possibilidades, como alguns conseguiram no período pós-guerra. Com a cessão da guerra, os *Miskitu* se reorganizaram formando a organização indígena YATAMA, e mesmo após se transformar em partido político, muitos ainda consideram esta organização simbólica da luta indígena[458]. Por este motivo, Sr. Rayo explicou que continua sendo simpatizante do partido indígena presentemente.

Apreciando sua experiência, indaguei sobre sua opinião referente ao Estatuto de Autonomia – Lei N° 28, decorrente dos acordos de paz. Segundo seu ponto de vista, a autonomia "apenas existe no papel", porque na prática, mesmo pertencendo ao território etnicamente configurado, os indígenas não possuem pleno controle sobre seus recursos naturais. Concomitantemente, instituições governamentais como o Instituto Nacional Florestal – INAFOR ou o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais – MARENA, regularizam as condições de usos destes, por meio de avais ou concessões. Isto significa que os membros dos territórios indígenas ou afrodescendentes frequentemente são impedidos de cortar madeira, por exemplo, para construir suas casas ou qualquer necessidade pessoal, enquanto diversas empresas conseguem concessões de uso de tais recursos e terras em grande escala, assim como os *campesinos* ou *colonos* são permitidos a devastar grandes áreas protegidas de florestas para pastos, objetivando a criação de gado, mesmo se ocupadas ilegalmente. Esta questão igualmente tem sido afirmada por diversos outros agentes sociais tanto na RACCN, quanto na RACCS, no transcorrer do trabalho de campo. Consoante o líder indígena, da

[458] Cf. Capítulo I e VI.

mesma forma que o Estado não respeita a Lei N° 28, tampouco reconhece a Lei N° 445 na sua integralidade. Neste sentido, o Sr. Rayo declarou que:

> *(...) Hasta este minuto yo digo que no tenemos autonomía ahorita, porque está garantizando – "ustedes son autónomos", pero no están dando oportunidad, y él [Estado] me está dominando, pero por el escrito sí tiene derecho, autonomía, dice, pero solo habla.* (Entrevista: Santo Dominguez, comunidade *Esperanza*, 23/12/2017).

Durante a conversa com o *juez*, este esclareceu a relação dos *Miskitu* com os *campesinos* e/ou *colonos* que vêm se assentando no território indígena ao passar da última década, a fim de demonstrar o que, de fato, provocou os conflitos territoriais, considerando que nem sempre foram inimigos. Desta forma, o Sr. Rayo me narrou diversos acontecimentos, os quais revelaram que os *mestizos* classificados como "*campesinos*" ou "*colonos*", constituem diferentes grupos sociais, que se comportam de maneiras distintas. A partir deste aspecto, de acordo com a *autoridad comunal*, os primeiros indícios de que havia *mestizos* entrando no território sem a permissão dos indígenas, se apresentavam entre 2007 e 2008, mas foi em 2010 que começaram os primeiros problemas entre ambos os grupos étnicos. A princípio, um dos motivos comumente apontado por indígenas de cada uma das quatro comunidades *Miskitu* estudadas, refere-se ao fato que os *colonos* tinham costume de se embriagar e nestes momentos, gostavam de usar suas armas de fogo e disparar tiros para cima, o que assustava os membros das comunidades indígenas, especialmente os idosos.

Para ilustrar esta circunstância, destaca-se o relato sobre o *campesino* conhecido como Sr. Vicente Granado[459]. Este aparentemente tinha comprado terras ao outro lado do Rio *Wawa*, nos perímetros da comunidade *Esperanza*, através dos chamados "*vende tierras*" indígenas de *Awas Tingi*. Em um dia de domingo, seus filhos passaram pela comunidade *Esperanza*, com um grupo de aproximadamente 15 homens jovens (*mestizos*), além dos seus animais de carga. Do mesmo modo, certos integrantes desse grupo foram até *Wisconsin* e *Santa Clara* naquele dia. Evidentemente, os rapazes decidiram passar um tempo se embriagando na comunidade indígena e durante esse ínterim, dispararam suas armas de fogo no ar. Por isso, o Sr. Rayo os aproximaram com o objetivo de avisar o filho de Sr. Vicente:

[459] Em 22 de janeiro de 2018, conheci e entrevistei o Sr. Vicente Granado em Rosita. Posteriormente, o vi transitando com sua família *mestiza* por mulas, pelo assentamento "San José de Arawas", em fevereiro de 2018. Ele confirmou que vivia no Território *Wangk Twi-Tasba Raya*, mas quando os conflitos com os indígenas se tornaram violentos, acabou saindo das terras que havia ocupado. Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES: subseção *Visita aos campesinos-colonos em Rosita e nos assentamentos "Mojon" e "San José de Arawas".*

> *Si va a tomar más, tiene que dejar la escopeta", le dije. "!No!", [el muchacho – colono] dice: "quién lo va tocar mi escopeta?, yo no lo molesta a nadie, si me molesta, le voy a rapar la vida". De ahí comenzó el problema, entonces cuando lo toman, los sentidos están revoloteando (...). [Era el] hijo del Vicente. Nosotros quitamos [la arma], los jóvenes los mandé y le quitaron [la escopeta]. (...) De ahí ya estaban pensando mal, como que ellos [los colonos] piensan que lo que dejen en paz, que anden, que hacen [que quieren] , pero estén en comunidad, yo le dije: "no hay que hacer eso", entonces ellos no querían que yo le digo eso, (...) son unos malditos, los veo, toman y disparan y si dicen uno algo [a ellos- los colonos], ya: "te voy a matar", y pueden llegarlo, ya está, de ahí, nosotros ya complicamos más, un poco grave con esa familia, con el hijo de Vicente. (...) Después ya vino [nuevamente] como [en] una semana cuando pasaron, vino otro hijo, y trajeron una pistola de [calibre] 38, ahí estaba para dispararlo pero el tiro no funcionaba, entonces los jóvenes [indígenas] llegaron y lo quitaron las pistolas- ¡pam!, ¡pam! - y ya lo quitaron. (...) Sí, así eran los problemas en esto, de ahí ya comenzaron, entonces como [el] pueblo también, no lo miraron bien, lo que hacen ellos [los colonos], pero nosotros estamos diciendo a ellos por la buena, [pero] no comprenden ellos. Así, comenzó el problema, hasta hoy me están persiguiendo, [dicen que] ¡me va a llevar la cabeza! [RISAS]* (Entrevista: Santo Dominguez, comunidade *Esperanza*, 23/12/2017).

Esta narrativa vislumbra que os *colonos* se alteravam quando bebiam álcool, portanto se tornavam revoltados naqueles momentos, sendo vistos como desrespeitosos diante dos líderes *comunales*, enquanto estavam criando certa desordem na comunidade indígena. Pode-se dizer que havia um choque cultural nestas ocasiões, porque os indígenas não têm costume de carregar armas de fogo, tampouco dispará-las no meio da comunidade. Por conseguinte, nos episódios explanados pelo líder, ele tentou controlar a situação enviando os jovens indígenas da comunidade para auxiliá-lo, retirando as armas de fogo dos *colonos* embriagados para que estes deixassem de interromper a tranquilidade da comunidade, simultaneamente tentando evitar que os disparos acidentalmente atingissem alguém. Mas mesmo com a intenção de acalmar a todos, o *wihta comunal* sofreu ameaças por esses *colonos*.

Em vista disso, dois dias após a última incidência descrita por Sr. Rayo, o Sr. Vicente Granado, apareceu na comunidade *Esperanza* com a intenção de pedir desculpas pelo comportamento dos seus filhos, ressaltando que não desejava ter problemas com os indígenas. Do mesmo modo, veio para buscar a arma de fogo que os indígenas tinham confiscado. No entanto, o líder indígena lhe disse que não podia devolvê-la, por conta da conduta agressiva dos jovens *mestizos*, que se repetiu em diversos momentos, apesar dos avisos das autoridades indígenas. Porém, o Sr. Vicente tinha trazido seus filhos para escutar os conselhos do Sr. Rayo, então, finalmente lhes entregou a arma de fogo, com a condição que não voltassem mais com seus amigos barulhentos e rebeldes. Daí em diante, apenas os homens mais velhos

em relação à família do Sr. Vicente Granado passaram pela *Esperanza*, ao invés dos jovens *colonos*[460] que faziam as confusões.

Em outro momento, o Sr. Vicente compareceu na comunidade *Esperanza*, desta vez a fim de conversar com o líder indígena para explicar-lhe que havia comprado suas terras das mãos da família Müller, incluindo os senhores Morfy, Charles e Nolan Muller, constituindo ex-líderes da comunidade indígena, que já se haviam ausentado do território[461]. Sua preocupação em prestar esclarecimentos se baseava no fato que os atuais líderes indígenas o tinham avisado que estava instalado no território indígena de maneira irregular. A partir deste diálogo, o Sr. Rayo percebeu a sinceridade do *campesino* e lhe disse que ambos teriam que avisar as autoridades estatais responsáveis, com a finalidade de verificar qual seria a melhor solução para este problema.

Considerando este contexto, é necessário esclarecer que os Müller, incluindo os ex-líderes Charles Müller, *vice-sindico territorial*; Morfy Müller, *sindico comunal*; Eduardo Müller, *guardabosque comunal* (guarda florestal); e Gutenberg Müller, diretor da escola comunitária, eram líderes da *Esperanza* durante o mesmo período, quando arrendaram *tierras comunales* ao *mestizos*, sem consultar ou obter o consentimento dos demais membros da comunidade indígena, desta forma, conformando uma quadrilha familiar de "*vende tierras*" *Miskitu*[462]. Uma das principais contradições relativas aos documentos entregues aos compradores *mestizos* nestes esquemas, consiste no fato que, mesmo sendo apenas concessões improvisadas que permitem o uso das terras por um tempo, os *campesinos* ou *colonos* interpretam tais documentos como um poder permanente, ou seja, como se fosse uma compra de terra privada definitiva. Talvez porque culturalmente isso seria a norma no Pacífico, para tal tipo de transição monetária entre *mestizos*, os quais não possuem uma legislação etnicamente diferenciada. Entretanto, na Região Autônoma, as *tierras comunales* não podem ser vendidas legalmente, conforme a legislação específica referente. Ao analisar tais documentos coletados durante o trabalho de campo, incluindo *Constancias de Derecho de Posesión, Avales Constancias*, escrituras confeccionados no cartório e documentos manuscritos tratando de arrendamento de terras, percebi que a linguagem e descrição jurídicas

[460] Sr. Vicente era considerado um *campesino* por ser uma pessoa não violenta que trabalhava a terra, mas seus filhos ainda se comportavam como os demais *colonos*, por serem agressivos e causarem confusões nas comunidades indígenas.
[461] Informação verbal concedida por Diego Fernandez, ex-líder e "*afectado"* da comunidade *Esperanza*, em 23/12/2017. Este estava vigiando a comunidade durante a época do Natal quando o entrevistei.
[462] Informação verbal: Diego Fernandez, comunidade *Esperanza-Río Wawa*, em 23/12/2017.

são contraditórias[463]. Além do mais, alguns desses documentos são assinados por *"vende tierras" Mayangna* conhecidos como os mais corruptos, ou foram confeccionados ilegalmente sem uma negociação concreta realizada com os indígenas, mesmo que consta esta informação, segundo relatado pelos agentes sociais. Assim sendo, é pertinente mencionar, a despeito de tudo, que os indígenas das comunidades *Esperanza*, *Wisconsin, Santa Clara* e *Francia Sirpi*, culpam os Müller como os únicos "*viende tierras*" da etnia *Miskitu,* oriundos do território indígena, que neste sentido enganaram seu próprio povo e se ausentaram, ou melhor, fugiram antes de ter que encarar as consequências.

De todo modo, observa-se que a relação entre o Sr. Vicente e o Sr. Rayo era razoavelmente respeitosa, apesar dos problemas causados por seus familiares *mestizos*. Portanto, o líder indígena me elucidou que esse senhor era um "humilde *campesino* trabalhador". Por outro lado, existe outro tipo de *colono* que faz parte dos "grupos armados", os quais cometem assaltos e violências, causando terror, não somente nas comunidades indígenas, mas contra outros *mestizos-campesinos* assentados em áreas montanhosas, os quais têm vindo em busca de trabalhar a terra, sem a intenção de provocar graves problemas como os indígenas.

Neste sentido, o Sr. Rayo destacou um dos famosos "chefes dos grupos armados", conhecido com o Sr. Erasmo[464] (o mesmo mencionado anteriormente), que chegou ao território indígena entre 2007 e 2008. Igualmente, havia um "grupo de armados", encabeçado pelo cunhado desse, o reconhecido bandido, Enrique Duarte, entre outros. Esta classe de *colonos* apareceu no território indígena algum tempo depois da chegada do Sr. Vicente, e constituíram por volta de 18 homens bem armados. Assim, entre 2009 e 2010 já havia outros problemas provocados por estes, começando com o costume de se embebedarem e, então, davam tiros com suas armas de fogo para o ar, nas cercanias da comunidade indígena. Quando o líder *comunal* reclamou e pediu que deixassem de efetivar tais comportamentos enquanto estavam na comunidade, ele foi ameaçado e daí em diante perseguido pelos mesmos. Naquela época, estes *colonos* tinha algum vínculo com outro *mestizo* bem conhecido, o Sr. Casimiro Leiva[465].

---

[463] Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES: *Comunidade Awas tingni – território Amasau do povo Mayangna; Visita aos campesinos-colonos em Rosita e nos assentamentos "Mojon" e "San José de Arawas"*.

[464] Seu nome completo é Norlan Erasmo Aragón Fernández, conhecido como um dos *colonos* mais violentos que lidera os grupos armados, os quais cometem diversos crimes na região.

[465] Este é um dos três sujeitos apontados na declaração da Dra. Lottie Cunningham, diante da CIDH em 2019, e seu nome aparece em diversas cartas de ameaças enviadas aos *Miskitu*, mencionado no Capítulo V.

Conforme Sr. Rayo, em 2010, o Sr. Casimiro se apresentou à comunidade *Wisconsin*, com a proposta de pedir uma extensão maior de terra aos líderes *comunales* e anciãos indígenas. Não obstante, sua solicitação foi negada e logo os indígenas começaram a inquirir sobre quem lhe tinha permitido a assentar-se nas *tierras comunales* onde sua família *mestiza* já estava residindo e o advertiram que tinha se apropriado dessas de modo ilegal. Então, o mesmo os assegurou que foi o Sr. Erasmo que lhes vendeu. Logo após este diálogo na comunidade, o Sr. Casimiro procedeu em demarcar sua pretensa terra privada através de picadas feitas ao redor e por dentro da área que tinha se apropriado. Com esta tarefa, o ex-líder indígena, Sr. Diego Fernandez[466], entre outros trabalhadores indígenas acabaram sendo expulsos das suas próprias *parcelas*. Na sequência, um grupo de líderes indígenas visitou a área onde a respectiva família *mestiza* residia, procurando iniciar uma conversa como os Leiva – o senhor e seus filhos adultos –, para possivelmente chegar a uma solução sobre a disputa de terras. Durante esta interação, estes declararam que a terra pertencia a eles, pois os compraram do Sr. Morfy Müller e apresentaram um documento de venda e compra que possuíam. Isto posto, o Sr. Casimiro Leiva lhes avisou que pretendia demarcar estas áreas de maneira definitiva e exigiu que os indígenas respeitassem suas picadas fronteiriças e ficassem fora das suas terras privadas, assim marcando uma tensão entre ele e os membros da comunidade indígena.

Na sequência, o indígena que originalmente utilizava as terras apropriadas pelos Casimiro, o Sr. Diego Fernandez, viajou para Waspam, objetivando realizar uma denúncia a respeito dessa situação, perante das autoridades responsáveis. Entretanto, a juíza titular da comarca do município o aconselhou que "deveria deixar os *colonos* em paz", para evitar mais conflitos. Consequentemente, desde 2010 o Sr. Diego perdeu sua *parcela* e não possui outra área onde possa trabalhar para sustentar sua família de forma adequada, assim sendo um dos numerosos "*afectados*" indígenas do *Território Wangki Twi-Tasba Raya,* que têm perdido suas áreas de produção agrícola, por causa das disputas territoriais decorrentes do tráfico de *tierras comunales*.

Após essa circunstância, o Sr. Casimiro deixou de transitar pela comunidade indígena e vice-versa. Mas seguidamente, iniciaram-se outros problemas com o cunhado do Sr. Erasmo, integrado aos "grupos armados", Enrique Duarte. Este *colono* com sua quadrilha de

[466] Este líder indígena tem 46 anos de idade e já atuou como *juez/whita* durante dois termos, além de ter sido *síndico* do *gobierno comunal* por três mandatos seguidos, na comunidade *Esperanza*. Após sua família passar um tempo em Honduras, como refugiados durante a guerra, ele chegou à *Esperanza* com 16 anos de idade (Informação verbal: Diego Fernandez, comunidade *Esperanza*, 23/12/2017).

ladrões roubaram as vacas pertencentes ao Sr. Diego. De acordo como este senhor *Miskitu*, essa investida faz parte do quadro dos principais fatores que balizou a provocação de tensões sociais que eventualmente levaram às violências mais graves entre indígenas e *colonos* no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, opinião compartilhada com diversos outros agentes sociais das quatro comunidades concernentes. O Sr. Diego me esclareceu que:

> *En Esperanza fue en el 2015. Inició con un robo. Allá mi casa original está un poco más arriba de aquí. Ahí tenía mi potrero, de ahí se llevaron 15 ganado de mi potrero. Después de eso, fue en marzo [2015]. (...) Después, pues yo dejé hasta ahí. Yo me fui adonde la policía− sólo vino ahí a investigar, después dejó, fue hasta ahí que me quedé. Después en el 2015 en julio, ellos [colonos] pasaron allá en Santa Clara, se robaron un panel solar con batería y un equipo. (...) Eso fue en julio. Después en septiembre, se vino ahí en Santa Clara a combatir con la gente. Después aquí lo que pasó, el 17 de diciembre de 2015. (...) Después la gente se despatrió, desataron al Puerto [Cabezas], al Waspam, algunos a su lugar. Después en el 2016, 2017, algunos [indígenas] vinieron [de regreso]. (...)El 2016 no pasó nada. Pero el 2017- el 27 de febrero fue tirado a un señor de esta comunidad, ahí no más en el trabajadero, Felipe Lanson Castillo, fue tirado, a él. Allá donde él trabajaba. Entonces [los colonos] lo llamaron que subiera en la orilla. Él se bajó al río entonces le dispararon a él. Y le hallaron en la nalga. Después se vino y lo trasladamos para allá en el hospital, pero se mejoró. De ahí, el marzo como 18 [de marzo de 2017], se vino la gente [colonos] por aquí, al otro lado del río para acá. (...) Después la gente [de Esperanza] se fue allá en Santa Clara, algunos fueron en Francia [Sirpi], estaba como 15 días [refugiados ahí]. Después nos vinimos de vuelta. De ahí, no había problemas en nada. En este año, en este mes, noviembre, que pasó el 29 fue matado un muchacho [Felipe Gamboa] de esta comunidad también. Eso fue el 29 de noviembre de 2017.* (Entrevista: Diego Fernandez, comunidade *Esperanza*, 23/12/2017).

O entrevistado apresenta um quadro somatório de diversas ocorrências, na dinâmica dos conflitos territoriais, abarcando primeiramente seus 15 gados que foram roubados pelo grupo armado de *colonos* chefiado pelo Enrique Duarte. Este acontecimento, igual aos outros, foi ignorado pelas demais autoridades estatais responsáveis. A seguir, o atual *wihta* ou *juez*, Sr. Rayo, contou-me que em razão desse assalto:

> *Nosotros llegamos atrás [de ellos – los asaltantes], esos días como a las 10 [horas] de [la] mañana se los llevaron [los ganado]. Otro día nosotros llegamos, 12 elementos llegamos a perseguir, a quitarlo, cuando llegamos hasta el punto del Casimiro, el señor Casimiro nos contaron a nosotros que no los persiguiera porque ellos son maleantes, podían matarlo, nosotros de ahí regresamos de vuelta aquí, de ahí comenzó el problema. Después de dos meses el [Henrique] vino de vuelta, [con] 12 elementos, del mismo grupo. (...) Sí, se llevaron las vacas, hasta agarró dos meses, vino de vuelta y vino como [que todo fuera normal], viniendo aquí, cuando el dueño [Diego] ya platicaron, dijeron que: "yo no lo llevé a tu vaca", así lo dijeron y ya. (...) Así lo dijeron, pero Casimiro ya había me dicho, ya me lo contaron quiénes se lo llevaron y a qué hora pasaron por el patio de él, ya me lo contó todo.* (Entrevista: Santo Dominguez, comunidade *Esperanza*, 23/12/2017).

O *wihta comunal* ressalta que os indígenas desistiram de seguir os ladrões que tinham levados os gados do Sr. Diego, devido ao aviso do Sr. Casimiro, que esses constituíram um grupo de *colonos* bastante perigosos, ou seja, estes eram capazes de matar ele ou os *Miskitu* se fossem perseguidos. No entanto, dois meses depois os mesmos bandidos tinham a audácia de voltar, passando pela comunidade *Esperanza*, dissimulando que não eram eles que haviam roubado o rebanho. Esta questão, porém, ainda iria acirrar problemas sociais que serão explicados na seção sobre a comunidade *Santa Clara*, pois alguns indígenas decidiram reagir contra o furto.

De todo modo, posteriormente aos eventos salientados acima, em agosto de 2015, o mesmo grupo de *colonos* armados, regressou novamente às comunidades indígenas, visando assaltá-las. Desta vez, o Sr. Miguel Lacayo Spellman sofreu um tiro de arma de fogo por parte dos *colonos* no abdômen quando estava andando da comunidade *Wisconsin* rumo à *Esperanza*, no final da tarde[467]. Os membros da comunidade *Esperanza* estavam jogando beisebol no campo em frente da escola, quando o Sr. Rayo ouviu os tiros vindo da direção do portão de entrada da comunidade. Logo ele se arrumou para ir verificar o que tinha acontecido. No entanto, quando estava de saída, a vítima indígena já estava se aproximando à sua casa, pedindo ajuda devido ao sangramento. O entrevistado decidiu esconder o Sr. Lacayo rapidamente na sua casa, antes de sair, evitando que os *colonos* viessem buscá-lo com a intenção de terminar a execução. A vítima lhe disse que os referidos ladrões o balearam, a fim de roubar sua mula e rifle de calibre 22, no caminho entre as duas comunidades. Por sua sorte, a bala não foi fatal.

Em seguida, o Sr. Rayo se escondeu num lugar onde podia vigiar a comunidade, quando observou três *colonos* da quadrilha de malfeitores rodearem sua casa e depois prosseguiram à margem do Rio *Wawa*. O líder *Miskitu* tinha a impressão de que estavam buscando a vítima, para averiguar se havia morrido ou não, e que talvez tivessem o levado como refém. Segundo relatado, os três *colonos* eram os irmãos de Enrique Duarte, incluindo o bandido conhecido como Uriel[468]. Na mesma noite ainda, o interlocutor assistiu os *colonos* passarem pela comunidade novamente, seguindo desta vez em direção à comunidade *Santa Clara* onde eles roubaram os painéis solares, televisões, rádios, entre diversos itens dos membros desta comunidade. Quando já estava por amanhecer, Sr. Rayo espreitou o mesmo

[467] Este caso também é mencionado na Medida Cautelar N° 505-15, da CIDH, Resolução 37/15: *Pueblo Indígena Miskitu de Wangki Twi-Tasba Raya respecto de Nicaragua, 14 de octubre de 2015*.
[468] Este jovem *colono* acabou morrendo no enfrentamento com os indígenas na comunidade *Santa Clara*, no dia 3 de setembro de 2015, posteriormente ao este episódio.

grupo completo de 12 bandidos, voltar na direção oposta até a beira do rio, carregando os pertences roubados, aonde havia barcos os esperando. O entrevistado percebeu que andavam com rádios de comunicação portátil para alertar outros *colonos* que estavam esperando em outros pontos do rio acima e nas montanhas à distância, que eles já estavam vindos com os bens furtados. Contando-me este detalhe ele exclamou:

> *¡Sí! Todos los que tienen. Doce personas los que andan, siete tienen "walkie talkie", cada responsable tiene. Aquí lo platican, allá ya están sabiendo: "aquí estoy y ya están pasando vaya a tal punto, bah, bah", ya están agarrando así pues, ellos [los colonos] andan así, todos, todos, tienen [walky-talkie]*. (Entrevista: Santo Dominguez, comunidade *Esperanza*, 23/12/2017).

Depois destas ocorrências, o grupo armado de Sr. Erasmo Aragón Fernández e Enrique Duarte, sequestraram os três indígenas e mataram mais duas pessoas no cerne da comunidade *Esperanza*, no dia 17 de dezembro de 2015, além de emboscar a comunidade *Wisconsin* no mesmo dia, como foi destacado anteriormente. Para completar este quadro de acontecimentos violentos, na sequência, serão abordadas as observações empíricas da comunidade *Santa Clara*, que complementam a narração do Sr. Rayo e Sr. Diego Fernandez, entre outros agentes sociais previamente sublinhados.

Santa Clara*: relações de poder na comunidade, a dinâmica e os enfrentamentos com *colonos

Ao preparar-me para voltar ao Território *Wangki Twi-Tasba Raya* sozinha, em outubro de 2017, levei uma carta entregue pelo CEJUDHCAN escrita na língua *Miskitu*, explicando minha proposta de investigação, para entregar às *autoridades comunales* em cada uma das quatro comunidades. Isto porque a Sra. Juana Bilbano me advertiu que os indígenas, notadamente de *Santa Clara*, poderiam desconfiar de mim, assim possivelmente provocando uma reação radical, tal como tomar a decisão de me amarrar para me interrogar. Por isso, a relação de confiança estabelecida com as quatro comunidades pelo CEJUDHCAN, foi essencial em termos da minha entrada no campo. Antes de ir à *Santa Clara*, eu tinha passado as últimas semanas na comunidade *Francia Sirpi*, na casa da família do líder, Sr. Juan, que era *ex-juez comunal* e agora o Secretário Político do Território Regional do YATAMA. Este também escreveu uma carta a respeito da minha presença a ser entregue ao *ex-síndico*, Pablo Rodriguez, quando chegasse à comunidade *Santa Clara*. Porém, o Sr. Juan recebeu notícias

de que este líder tinha viajado à Puerto Cabezas, no intuito de participar de uma reunião com os funcionários do CEJUDHCAN. Por esta razão, fui orientada a procurar o Sr. Jimmy Torres na referida comunidade vizinha, em razão de que este iria me fornecer assistência correspondente à minha estadia, alimentação e trabalho investigativo, a pedido do líder, Sr. Pablo.

A partir destes conselhos, aproveitei uma carona de *Francia Sirpi* até *Santa Clara*, com uma equipe de pessoas da ONG denominada *Instituto de Investigaciones y Gestión Social*-INGES, pois esta estava organizando um projeto de plantar sementes no território, com a ideia de apoiar a possibilidade de produção agrícola nas comunidades indígenas. A esposa de Sr. Juan, Anita, iria viajar com esta equipe, visando participar de uma reunião no município de Waspam e eles precisavam passar pela *Santa Clara*, com a intenção de buscar outra participante, a Sra. Jimena Reyes, professora e ex-diretora da escola desta comunidade. Quando chegamos à sua casa, situada ao lado da estrada que passa por meio das comunidades indígenas, fomos apresentadas rapidamente enquanto ela estava de saída, mas antes a professora me assegurou que eu era bem vinda e poderia esperar na sua residência pelas autoridades tradicionais que vinham me buscar.

Isto posto, entrei no quintal ao redor de uma palafita com uma extensa varanda e subi a escada de madeira, aonde iria colocar minha mochila e esperar nesta área em frente da moradia. Logo conheci seus filhos e netos: Eduardo com 28 anos que estava numa cadeira de rodas, devido ao fato que era paraplégico da cintura para baixo; sua irmã Isabel, com 22 anos de idade, que cuidava de dois meninos de 3 e 5 anos de idade, enquanto limpava a casa; posteriormente, seu irmão caçula, Lorenzo, com 16 anos de idade; assim como outro irmão mais velho, Diogo Velásquez, 32 anos, que era casado, então residia na palafita ao lado do lar da sua mãe, Dona Jimena.

Passei o dia na varanda conversando com Eduardo, enquanto esperava o Sr. Jimmy Torres comparecer. Ele falava espanhol razoavelmente bem e cuidava da pequena venda da casa, onde vendiam cigarros, café, balas, entre diversos itens. No final da tarde quando já estava escurecendo, Eduardo me convidou a hospedar-me na moradia da sua família durante o tempo que pretendia efetivar minha pesquisa. Como acabei passando o dia com esta família, estava começando a me sentir mais confortável, pois estas pessoas foram bem receptivas. Por este motivo, fiquei aliviada com o convite, visto que não conhecia nenhuma pessoa da comunidade de maneira mais profunda, ou seja, as *relações de pesquisa* ainda precisavam ser

construídas. Portanto, aceitei o convite e terminei me instalando de modo permanente com este núcleo familiar, no decorrer do trabalho de campo.

Mesmo que não tenha sido planejada pelas autoridades da comunidade, conviver com Dona Jimena e seus filhos, ao meu ponto de vista, possibilitou condições de observação empírica que não fosse tão influída pelas relações políticas. Isto porque o plano original, conforme a orientação do CEJUDHCAN e Sr. Juan da *Francia Sirpi*, consistia na minha estadia na casa do *ex-sindico*, Pablo Rodriguez, que era também o candidato a Conselheiro do partido YATAMA, do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, no âmbito da prefeitura do município de Waspam. Para esclarecer minha percepção, vale apontar que na comunidade *Francia Sirpi*, houve muitas divergências e desconfiança política entre seus membros, e o fato que estive hospedada na casa de uma família com forte afiliação ao YATAMA, certamente teve seus efeitos na produção de dados.

Essa noite o Sr. Jimmy, Secretário Político do YATAMA da comunidade *Santa Clara*, finalmente apareceu para me conhecer e explicar como seria a dinâmica da minha movimentação na comunidade. Segundo ele, o dia seguinte iria enviar o *guardabosque* (guarda florestal) do *gobierno comunal*, conhecido como Ángel, para acompanhar-me até uma reunião, onde teria que apresentar-me ante das *autoridades comunales*, no intuito de esclarecer meus objetivos, assim como conferir se estivessem de acordo e se pudessem auxilia-me nesta empreitada. Daí em diante, o Sr. Ángel se tornou meu guia permanente, em parte porque ele falava ambas as línguas *Miskitu* e espanhol fluentemente, portanto, possuía a capacidade de atuar como tradutor durante as entrevistas concretizadas.

Após passar alguns dias, no entanto, percebi que os principais líderes do *gobierno comunal*, especificamente o *wihta ou juez* e o *síndico*, não sabiam inicialmente da minha chegada à comunidade *Santa Clara*, tampouco foram chamados para participar da referida reunião. Achei este fato curioso, porque as normas em cada comunidade vislumbram a responsabilidade destas autoridades tradicionais em tomarem parte de tais assuntos, inclusive deveriam encabeçar a tomada de decisões, tal como em referência da permissão da minha estadia e atividades de pesquisa na comunidade. Por conseguinte, comecei a notar que havia divisões políticas e tensões sociais internas no tocante das relações de poder na comunidade, ademais que minha presença de algum modo se inseriu no jogo político na esfera dessas relações.

Analisando esta dinâmica, no âmbito do *gobierno comunal* e territorial, Pablo Rodriguez já tinha cumprido os cargos de coordenador territorial, *juez*, e *síndico comunal* intermitentemente entre os anos de 2004 a 2017. Consequentemente, sua experiência como autoridade *comunal* e territorial, lhe atribuía bastante legitimidade como líder conceituado na comunidade *Santa Clara*, mesmo que não fosse mais sua responsabilidade. O que parece ter mudado em termos da sua posição na esfera das relações de poder perante os membros da comunidade e do Território *Wangki Twi-Tasba Raya* como um todo, foi sua transferência para ser representante do partido político YATAMA. A partir dessas relações, o Sr. Jimmy Torres se aliava ao citado líder, como Secretário Político do partido YATAMA, bem como outros agentes sociais da comunidade indígena e do respectivo território, que se enquadravam na mesma configuração política.

No período que realizei a pesquisa empírica no território *Miskitu*, observei que a grande maioria dos membros das quatro comunidades indígenas se identificava com o YATAMA, não necessariamente por uma convicção partidária, mas porque simbolicamente é a única representação institucional *Miskitu*, ainda considerada como organização indígena por muitos, em contraste com o partido nacional FSLN, entre outros. Ou seja, trata-se de uma identificação étnica e histórica, não estritamente de competência ou competição política. Entretanto, quanto às *autoridades comunales* que simultaneamente representam esse partido político regional, a possibilidade de interferência partidária na sua posição e atuação que deveria ser exclusivamente em favor dos interesses comunitários, aumentava consideravelmente, um fator que vêm modificando as formas tradicionais de administração *comunal* profundamente nas últimas duas décadas, ou seja, desde que YATAMA se tornou partido político e a Lei N° 445 foi aprovada. Concomitantemente, é possível confirmar que representantes de partidos nacionais, notadamente a FSLN, geralmente priorizam os interesses partidários, em detrimento dos interesses *comunales*[469]. Pode se dizer que este partido nacional particularmente é a representação disseminada do Estado, hoje em dia conformado pelo regime orteguista, com seus métodos de controle e subordinação.

Avaliando este contexto, o *síndico*, Alejandro Santiago, e o *juez*, Ramon Dixon, apenas tinham sido eleitos como líderes do *gobierno comunal* pela *Asamblea Comunal*, por aproximadamente quatro meses antes da minha chegada à comunidade. Segundo a opinião da minha anfitriã, Dona Jimena, o Sr. Pablo era "teimoso" e se preocupava mais com sua

[469] Da forma já supracitada no capítulo anterior.

estabilidade política do que com as questões estritamente comunitárias. Portanto, ele não estava permitindo a ascensão e atuação dos novos líderes. De acordo com o próprio Sr. Pablo Rodriguez e seus seguidores, as novas *autoridades comunales* não estavam cumprindo suas responsabilidades de modo adequado, então já estavam considerando a possibilidade de realizar novas eleições *comunales* visando substituí-los. Em consonância com o *guardabosque*, Ángel, que era confidente deste ex-líder, os novos *síndico* e *juez comunal*, tinham afiliações políticas com os partidos *Ciudadanos por la Libertad* (CxL)[470] e FSLN, o que denotava que não eram de confiança. Não obstante, quando conversei com estes, além de ser bastante humildes, não apresentaram fortes posições partidárias. E ao perguntar-lhes sobre sua afiliação política, ambos responderam da mesma maneira que a grande maioria dos outros membros das comunidades indígenas: "eu sou *Miskitu*", que significava, "sou *Miskitu* então voto para o partido indígena".

Depois de passar mais tempo na comunidade *Santa Clara*, finalmente tive a oportunidade de conversar com o *síndico* e o *juez* recém-eleitos, sem a presença de Ángel, ou outros indígenas afiliados ao grupo do Sr. Pablo, na intenção de inquirir sobre a tensão que existia entre eles e os chamados "*líderes salientes*", isto é, os antigos ou ex-líderes que ainda possuem uma autoridade de destaque na comunidade. Neste sentido o *síndico comunal*, Sr. Alejandro, disse que: "*la comunidade esta subordinada a Pablo*" e ressaltou que havia muitos líderes ou membros da comunidade, além do Sr. Ángel, que possuíam a capacidade de me auxiliar no avanço do meu trabalho investigativo. Um dia fui até a casa do próprio *juez comunal*, Sr. Ramon, para dialogar como ambas estas *autoridades comunales*, onde me esclareceram que, quando cheguei à *Santa Clara*, o procedimento correto deveria ter sido interagir com eles e os demais líderes *comunales* diretamente. Porém, fui encaminhada ao Sr. Jimmy, que não se integra ao *gobierno comunal*, mas é representante do partido YATAMA. Além do mais, o *guardabosque*, Sr. Ángel, insistia em ser o responsável pela minha presença na comunidade, utilizando da sua proximidade com o *ex-sindico* Pablo, para afirmar sua própria autoridade local, mesmo não sendo uma pessoa originalmente da comunidade *Santa Clara*, uma postura vista como bastante contraditória. A partir das suas perspectivas, ficou claro que de certo modo fui utilizada de alguma maneira conforme os interesses de cada líder, talvez para demonstrar sua superioridade perante os demais membros da comunidade.

[470] Este partido entre outros, como o Partido Liberal Constitucionalista-PLC, são considerados como ocultamente afiliados à FSLN. Ou seja, são representações políticas farsantes, que mantêm os interesses do partido em poder, assim manipulando a votação daqueles que buscam outra opção partidária.

Neste cenário, o Sr. Ángel se sobressaía como o agente social mais ambíguo com qual acabei interagindo constantemente. Incialmente, entendi que este foi escolhido pelas demais *autoridades comunales* como o responsável pelo acompanhamento de todas as minhas atividades de pesquisa na comunidade. Por isso, o segui nas suas orientações e aceitei sua presença respeitosamente, como condição dos indígenas que residiam no local. Porém, com o passar do tempo tive a sensação que o *guardabosque* tentava controlar minha movimentação no trabalho de campo, enquanto efetivei a investigação empírica. Isto porque ainda insistia em estar presente durante as entrevistas nas quais não precisava de tradução, da mesma forma que dizia que eu não poderia andar sem sua escolta. Este tipo de comportamento se repetia quando eu quis ser acompanhada por outras pessoas, ao exemplo do *síndico*, o Sr. Alejandro, nesta empreitada, ao invés do Sr. Ángel. Este aparentava estar muito incomodado com minha decisão e ainda assim, persistia em tentar manifestar-se em cada atividade de pesquisa exercida, até mesmo ressaltando que era preciso saber de tudo que os outros estavam me contando. Em certos momentos, isto me deixava um pouco constrangida, porque percebi que nem todos os interlocutores se sentiam inteiramente livres para se expressar na frente do *guardabosque comunal*.

Outra questão se balizou em alguns momentos, quando desconfiei das suas traduções, tanto do que os outros estavam me comunicando, quanto do que eu tentei expressar aos indígenas. Esta situação foi preocupante durante reuniões privadas com os líderes *comunales* que tratavam de ir às montanhas e áreas distantes no território, com a proposta de registrar a ocupação e devastação irregular concretizada pelos *colono*s, semelhantemente ao que fiz com os indígenas da comunidade *Wisconsin*. Consequentemente, mesmo após organizarmo-nos para realizar esta jornada, de modo cauteloso por causa do possível perigo, acabei desistindo desta iniciativa e assim ocasionando certa estranheza, em razão de me sentir desconfiada para andar com um grupo de homens armados que não me pareciam totalmente unidos ou coerentes nas suas interações internas. Uma circunstância completamente oposta à minha experiência com os homens da comunidade *Wisconsin*, com os quais fui até as áreas distantes apropriadas pelos *colonos* no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, sem nenhuma dúvida quanto à minha segurança ou a postura destes indígenas.

Cabe mencionar que comecei a notar que diversos indígenas das comunidades desconfiavam de Ángel e me advertiam que deveria tomar cuidado quando andava com este, visto que poderia me assaltar ou fazer alguma "maldade". Inclusive, foi me apontado que o *guardabosque* era um ladrão, aliás, tinha roubado os gados de um dos *colonos*, com um grupo

de bandidos indígenas da comunidade, o que eles acreditavam provocou os conflitos territoriais entre ambos os grupos étnicos de maneira categórica. Simultaneamente, esta figura mantinha o respeito dos jovens vigilantes, além do líder, Pablo Rodriguez. Por esta razão, fiquei curiosa em saber por que os membros da comunidade permitiram a presença desta pessoa que era *Miskitu,* porém não de nenhuma das comunidades indígenas no território, tampouco era casado ou tinha filhos com alguém oriundo destas; mas, vinha da cidade Puerto Cabezas e era conhecida por ter vivido com os *colonos* assentados no território indígena, apreciados como seus antagonistas. A despeito de muitos contrassensos, com o passar do tempo, percebi que esta figura ambígua tinha um papel fundamental no tocante das situações de conflitos e a intermediação entre os indígenas e os *colonos*. Em virtude disso, sua experiência e percepção me pareciam relevantes para aprofundar a análise sobre tais tensões no que concerne o território indígena. Por isso, a partir destas observações no campo, na sequência apresento algumas informações coletadas sobre a presença do Sr. Ángel na comunidade *Santa Clara,* quanto à sua relação com os indígenas das quatro comunidades em discussão e os *colonos.*

Transitando entre os colonos e os Miskitu

Em referência à anomalia da função do citado *guardabosque*, perguntei o filho de Dona Jimena, Diogo, sobre o mesmo. Este me elucidou que muitos indígenas falavam mal a respeito do Sr. Ángel, pelo motivo que ele havia feito: "*unas cositas malas, bien... el robó, hay que decir la verdade. La gente habla así porque hizo algunas cositas [malas]*"[471]. Em outras palavras, ele havia participado de algumas malfeitorias inaceitáveis pelos indígenas, especialmente na visão dos anciãos. Contudo, na percepção do Diogo, como um dos homens jovens que participava da defesa da comunidade face aos *colonos,* Ángel tinha arriscado sua vida para proteger a comunidade neste contexto, fato que parece ter o ajudado conquistar o respeito do Sr. Pablo, entre outros líderes indígenas nas quatro comunidades, apesar das suas ações incoerentes. Outra questão pertinente era que nas últimas eleições *comunales*, após tantas emboscadas e violências sofridas no território, nenhum membro da comunidade indígena se candidatou para servir como *guardabosque*, porque este tem a função de transitar no território na sua totalidade, entrando em áreas de floresta distantes onde poderia sofrer um ataque por *colonos*. Assim, o Sr. Ángel acabou ganhando seu espaço no *gobierno comunal*, ao

[471] Informação verbal: Diogo Velásquez, comunidade *Santa Clara*, 30/10/ 2017.

aceitar se responsabilizar por tal cargo, mas sob a condição que ele obedeceria às regras da comunidade.

Para compreender o papel desta figura e sua relação com os indígenas oriundos do respectivo território, o *juez* da comunidade *Esperanza*, Sr. Rayo, fez um resumo do seu conhecimento sobre o Sr. Ángel. Com esta intenção, ele me contou que em meados de 2012/2013 Ángel visitava esta localidade por vezes, porque sua irmã vivia aqui com seu marido *Miskitu* que era do local[472]. Contudo, o referido *guardabosque* não ficava de modo permanente com sua parenta, mas transitavam nas montanhas por longos períodos, onde os *colonos* estavam se inserindo sucessivamente. Ele regressava ocasionalmente, passando pela *Esperanza* a caminho para Bilwi-Puerto Cabezas. Em seguida, voltava ao território indígena e prosseguia continuamente se deslocando aos assentamentos dos *colonos*. Quando Sr. Rayo o perguntava o que fazia, Ángel dizia que estava à trabalho.

O *juez* narrou que um dia, quando ele passou perto da área ilegalmente ocupada pelo Sr. Casimiro, percebeu que havia sido construída uma capela onde um grupo de *colonos* estava cantando músicas religiosas, enquanto um pastor pregava. Por coincidência, o pastor era o próprio Ángel. Portanto, o líder *comunal* deduziu que o mesmo se dava muito bem com os *colonos*, até mesmo se tornando o pastor deles[473]. Nesse tempo, o citado *guardabosque* tinha sumido da *Esperanza* durante um período de seis meses, mas quando voltou, desta vez começou a transitar pelas quatro comunidades indígenas com um animal de carga, vendendo os produtos dos *colonos*, tal como coalhada de queijo ou leite. Nesta incumbência, ele passava uma semana nas comunidades *Miskitu* e outra nos assentamentos dos *colonos*, assim intercalando suas estadias, até que um dia, por um motivo desconhecido, não quis voltar mais aonde viviam os *colonos.* Quando o Sr. Rayo inquiriu a respeito disso, Ángel lhe respondeu: *"Esa gente no está muy buena, voy a pasar a este lado", me dice. No sé qué es lo que hicieron, sólo él sabe pues"*[474]. A partir desse momento, os *colonos* ocasionalmente perguntavam por Ángel, mas o Sr. Rayo lhes explicava que não sabia por onde andava, pois não era da comunidade.

Em consonância com o líder indígena, apesar das atividades ambíguas do Sr. Ángel, ele o respeita, principalmente por causa da sua coragem em lutar contra os *colonos*. Além do

[472] Ela já tinha se ausentado da comunidade *Esperanza* há um tempo, quando iniciei o trabalho de campo, devido aos conflitos sociais.
[473] Informação verbal: Santo Dominguez, comunidade *Esperanza*, 27/12/2017.
[474] Informação verbal: Santo Dominguez, comunidade *Esperanza*, 27/12/2017.

mais, o mesmo possui muitas informações sobre os "invasores" *mestizos*, sobretudo, onde estão assentados e por onde transitam pelo território indígena. Neste sentido, Ángel serve como um recurso estratégico para os indígenas, ao informá-los sobre aqueles *colonos* que cometem violências contra eles. Por isso, o Sr. Rayo enfatizou que:

> *(...) Yo si [lo] respeto porque él es un luchador, claro, está animando los jóvenes, animando, esos son los buenos. Hay unas personas lo que andan pero no están animando, [pero Ángel]: "bueno, vámonos, ándale, ellos vienen matando nosotros también, podes llegar a volar tanto y hasta vamos", así está animando, pero ahí hay bastantes comandantes en Santa Clara, hay bastantes comandantes [con] experiencia, pero tienen miedo, ¿ya? Como no tenemos buenas armas así es que tienen miedo.* (Entrevista: Santo Dominguez, comunidade *Esperanza*, 27/12/2017).

O líder *Miskitu* ressalta a capacidade do Sr. Ángel em animar e treinar os jovens indígenas a lutar contra os *colonos*, porque mesmo que exista *excombatientes* na comunidade *Santa Clara*, onde o *guardabosque* agora reside, estes têm medo, dado que não possuem armas de fogo apropriadas para se defenderem. Evidentemente, este tem experiência de combate, pois passou onze anos como militar integrado ao Exército do Estado da Nicarágua[475]. Por causa disso, Sr. Rayo, como *excombatiente* dos contrarrevolucionários, reconhece a competência do Sr. Ángel em organizar os indígenas, os quais não têm costume ou experiência de batalha. Assim, os preparando para qualquer possibilidade de enfrentamento com os *colonos*, de modo estratégico, considerando que não possuem as mesmas ferramentas bélicas daqueles que os atacam.

Para contextualizar sua experiência, vale apresentar alguns aspectos da vida deste indígena, mormente sua relação com os *colonos*, consoante o diálogo constante realizado com ele. Posto isto, o Sr. Ángel tem 37 anos de idade e é originalmente do bairro Cocal, em Bilwi-Puerto Cabezas. Sua mãe é indígena *Miskitu* e seu pai era *mestizo* da cidade de Juigalpa, no departamento de Chontales, no Pacífico, mas morreu durante a guerra, como soldado do Exército Popular Sandinista. Quando Ángel tinha 14 anos se deslocou da Costa Caribe até a capital Managua, no intuito de se aderir ao Exército também. Então, como militar, passava tempo em diversos postos de combate por toda a Nicarágua, ao exemplo do Triângulo Mineiro, abrangendo os municípios de Siuna, Bonzanza e Rosita, assim como a comunidade de *Sahsa*[476], ainda na região caribenha; bem como Managua, entre várias localidades no Pacífico. Desta forma, ele convivia com muitos *mestizos* de diferentes lugares no país.

[475] Informação verbal: Ángel Santos, comunidade *Santa Clara*, 28/12/2017.
[476] Cabeceira do território *Miskitu, Tasba Pri* na mesma estrada em direção ao município Rosita.

Quando saiu do Exército ainda acabou participando por um tempo da *Reserva Patriótica Nicaraguense*, que integram os militares retirados.

Por fim, a partir de 2008 o mesmo voltou a Bilwi-Puerto Cabezas, onde trabalhou como civil em diversas incumbências, abarcando funcionário de empresas de pesca para o mercado nacional e internacional, tal como em construção como *contratista* e mestre de obras, entre diferentes outros empregos. Contudo, no transcorrer do tempo, Ángel começou a participar de esquemas de fraude e roubo de bens, o que requeria a organização de bandos de delinquentes a serviço de narcotraficantes, sobretudo, os chamados "chefes de máfia". Ele disse que não participava do mercado de drogas diretamente, mas era responsável por subtrair alguns itens, a exemplo de rádios de comunicação ou baterias. Após passar aproximadamente cinco anos nesta dinâmica, finalmente o Sr. Ángel foi descoberto pelas autoridades policiais e então foi perseguido. Por consequência, em 2012 ele decidiu se deslocar para as montanhas, no território *Wangki Twi-Tasba Raya*, onde conheceu os numerosos *campesinos* e *colonos* dos "grupos armados".

O Sr. Angel se explicou da seguinte maneira:

> *Bueno, yo tenía una hermana que tenía su casa, tenía su "ventecita" aquí en La Esperanza, Rio Wawa, entonces yo al salirme del Puerto me vine para donde mi hermana [estaba], cuando vine donde mi hermana miré que quería trabajar, entonces venía los mestizos, llamados "colonos", venían a las comunidades. (...) Cuando miré que venían los colonos, tenía una relación todavía con la comunidad, entonces conocí a un colono que me dejó trabajo en la montaña, y me llevó a trabajar y me quedé trabajando en una finca, después venía otro dueño de finca y al verme trabajar bien me llevaba a otra finca, iba a otra finca, trabajar, y así hice bastantes amigos, y todo el mundo quería tenerme en su finca trabajando, en la chapia, en el potrero, en la socola, en la siembra de frijoles, agricultura. (...) Bueno, los mestizos viven… todavía viven ahí. Ahí están una buena parte. (...) Dentro del territorio, dentro de los huertos, de los comunitarios [indígenas]. (...) Y como yo soy Miskitu ellos se dieron cuenta que yo era Miskitu y ellos querían recoger informaciones de las comunidades [indígenas], y yo les brindaba un poquito de información, los pensamientos de los comunitarios [indígenas], que opinaban de ellos, y todas esas cosas. Y a la vez ellos me brindaban informaciones.*
>
> **Helen:** *¿Y ellos brindaron qué tipo de información a usted?*
>
> **Sr. Ángel***: Bueno, las informaciones que ellos me brindaban… bueno, los grupos que caminan, quiénes eran, cómo se llaman, cómo eran la gente, los cabecillas de por ejemplo Erasmo Flores, de Enrique, de Bota Blanca. Delincuentes. Son* ***grupos armados****. Hay por ejemplo el grupo de Erasmo, el grupo de Enrique. Y el otro era Enrique Quintanilla. (...) El otro cabecilla, el de banda era "Cara Malo". Otro grupo que estaba frente de Francia [Sirpi], este "Botas Blancas".*
>
> **Helen:** *¿Usted conoció a ellos personalmente? ¿Era amigo de ellos?*

> **Sr. Ángel**: *Tuve que hacerme amigo por lo que ya me mandaban amenazas de muerte entonces… por ser Miskitu no me querían entre ellos.* (Entrevista: Ángel Santos, comunidade *Santa Clara*, 28/12/2017).

Conforme relatado, quando o entrevistado fugiu para a comunidade *Esperanza*, ele foi construindo relações de trabalho e amizade com os *mestizos* assentados no território indígena, inclusive passando tempo trabalhando nas suas *fincas* e trocando informações a respeito dos indígenas e dos "grupos armados". Isto em parte, porque naquela época, os *mestizos-campesinos* ainda mantinham uma relação mais ou menos pacífica como os *Miskitu*. Neste sentido, o Sr. Ángel me apontou que nem todos os *campesinos* mantinha uma posição antagônica aos indígenas, embora houvessem se apropriados das *tierras comunales*. Ou seja, não eram pessoas violentas que desejavam algum modo de enfrentamento físico, tampouco furtavam os indígenas. Por outro lado, como destacado no depoimento, eles o avisaram sobre os "grupos armados" compostos por *colonos* perigosos que efetivam as malfeitorias nas comunidades indígenas e até mesmo contra os *campesinos*. No entanto, os indígenas não necessariamente tinham conhecimento dos diferentes tipos de *mestizos* no território, apenas entendiam que os *colonos*, de modo geral, constituíam uma ameaça à suas vidas e modos de viver. O Sr. Ángel também sofreu ameaças pelos integrantes dos "grupos armados", devido ao fato que era *Miskitu*, sendo assim um possível informante para os indígenas. Por isso, de acordo com o interlocutor, ele optou por fazer amizades com alguns elementos dos "grupos armados", como estratégia para evitar quaisquer problemas com estes.

No intuito de alcançar um entendimento mais apurado a respeito das ações e relações dos *colonos* no seu sentido mais amplo, que adentravam e se assentavam no território indígena, realizei longas entrevistas em diferentes momentos com Sr. Ángel, em virtude do seu conhecimento diferenciado sobre os mesmos. Não obstante, na sequência somente pretendo concentrar nas informações especificamente relativas à sua relação com o *campesino-colono* conhecido como Casimiro Leiva, já mencionado, e as quadrilhas de ladrões, frequentemente referidos como os "grupos armados", encabeçados pelo Norlan Erasmo Aragón Fernández (Erasmo, o mesmo) e Enrique Duarte, entre outros. Isto porque estes chamaram a atenção repetidamente nos depoimentos de numerosos agentes sociais, tanto no *Wangki Twi-Tasba Raya*, quanto em outros territórios visitados, assim como foram apontados por outros *campesinos*. O Sr. Casimiro Leiva é um sujeito de destaque, uma vez que aparece nas denúncias executadas pelos indígenas e o CEJUDHCAN diante a CIDH,

como suspeito de assassinar indígenas[477]. Seu nome também aparece em diversas cartas de ameaças, escritas por grupos de *colonos*. Aliás, frequentemente os indígenas dizem que ele é um dos "chefes dos grupos armados", atuando em conjunto com Erasmo e outros *colonos*. Além do mais, ao mapear diversos contatos e informações no período que passei na RACCN, acabei conversando com o Sr. Casimiro Leiva pessoalmente no município de Rosita e nas montanhas onde ele e outros *campesinos-colonos* estão assentados, no lugar que eles auto-intitularam de "San Jose de Arawas"[478], passando o Rio *Kukalaya* e por territórios *Mayangna*, considerado um dos pontos de entrada dos *colonos* ao território *Wangki Twi-Tasba Raya*[479]. Ademais, a trajetória do Sr. Casimiro demonstra muitos detalhes sobre os demais *colonos*; mormente a relação que o Sr. Ángel teve com este e os "grupos armados" é relevante às extremas violências decorrentes de conflitos territoriais. Assim, traz à luz o "pano de fundo" dos episódios que finalmente provocaram as reações mais bélicas entre ambos os grupos étnicos.

Vale ressaltar que o Sr. Ángel confirmou muito das informações que os outros agentes sociais e entrevistados vinham me contando, sobre os fatores concernentes ao tráfico de terras, além do envolvimento de agentes estatais em incitar a nova fase de fronteira agrícola, levando a usurpação de terras pertencentes aos povos indígenas e afrodescendentes, em massa, com especial relevo ao Canal Interoceânico. Como já citado antes, há indícios de que as políticas estatais relacionadas a este megaempreendimento propositadamente instigaram grandes populações de *campesinos* a se deslocaram até o Caribe em busca de terras, de maneira irregular na maioria dos casos. Considerando esta gama de informações, em seguida apresento alguns relatos do Sr. Ángel referentes às suas relações com os *colonos*, que dizem respeito à dinâmica dos extremos conflitos sociais nas quatro comunidades indígenas do *Wangki Twi-Tasba Raya.*

Com esta lógica, a próxima narrativa ilustra a forma que o esquema de tráfico de terras se desencadeou entre os próprios *mestizos*, a partir do caso específico da família Leiva. Da

---

[477] Ver Capítulo V: Declaração da Dra. Lottie Cunningham durante o 172º Período de Sessões da CIDH, Kingston-Jamaica, 8/05/2019.

[478] Este na verdade é um assentamento de *colonos* ao outro lado do Rio *Arawas* nas cercanias de onde os *Miskitu* das quatro comunidades tinham suas *parcelas* ou *fincas.* Os *colonos* tem mania de dar nome aos seus assentamentos de modo que dá para entender que são comunidades que pretensamente sempre existiam.

[479] No período de 28 de janeiro a 5 de fevereiro de 2018 me desloquei até Rosita e em seguida aos assentamentos de *colonos*, passando o Rio *Kukalaya*, como "Mojon" e "San José de Arawas", onde tive a oportunidade de conversar com alguns grandes proprietários de terra com bastante produção de gado, além de outros com menos terra, como o Sr. Casimiro Leiva, em territórios *Mayangna*. Cf. ANEXO – ILUSTRAÇÕES: *Visita aos campesinos-colonos em Rosita e nos assentamentos "Mojon" e "San José de Arawas"*; ANEXO – MAPAS: "Mapa da trajetória percorrida durante o trabalho de campo na RACCN".

mesma forma, exemplifica o fato que *excombatientes mestizos*, da *Fuerza Democrática Nicaragüense* (FDN), integrados à contrarrevolução, iniciaram as possibilidades da expansão de usurpação de *tierras comunales* em grande escala, que eventualmente extrapolou o controle destas atividades ilegais e agregou dirigentes políticos do Estado.

> **Helen***: ¿Y cómo ellos [colonos] trabajaban allá? ¿Qué tipo de trabajo ellos hicieron?*
>
> **Sr. Ángel:** *Bueno lo que ellos hacen es…* ***son terratenientes, narcotraficantes de tierras****. Sí, por ejemplo hay un mestizo que es el más viejo de venir a meterse en esa montaña entonces…* ***Casimiro Leiva Carrillo, Carlos Leiva Carrillo, Esteban Leiva Carrillo…*** *Es una familia compuesta por casi nueve hombres pero ya mayores de edad, adultos. Sí, son solo hermanos, una familia pues. Ellos son de la Cruz de Río Grande. Allá, por el Pacífico. (…) Ellos vinieron para el 2005. (…) Ellos vendieron sus tierras donde vivían ellos e hizo negocio. Yo lo digo así porque (…) en ese tiempo yo no era ningún líder de ninguna comunidad, simplemente era un andador, alguien que andaba pues, chambeaba. Ellos tuvieron la confianza y me enseñaron documentos de compra y venta de tierras. Supuestamente legales, pues a mí me parecían bien legales. Del gobierno, firmas de dirigentes, el vendedor era (...) un excombatiente de la contra, del FDN, mestizo. Es que el gobierno, esa montaña se lo dio a los excombatientes, entonces los excombatientes como ya están viejos, y no quieren vivir en montañas: "vaya tú, venga, tengo tantas manzanas de tierra, estoy negociando". Entonces viene el que está interesado y le compra. Casimiro le compró tres mil (3000) manzanas, del [excombatiente del] FDN*[480].
>
> **Helen:** *¿Pero no son indígenas?*
>
> **Sr. Ángel**: *No, ellos son del Pacífico y las tierras que repartió el gobierno a los excombatientes, bueno le dio los Miskitus y a los mestizos, pero no son tierras indígenas, pero el gobierno no sé en qué forma llegó a adueñarse que lo repartió, porque era reserva indígena. Como era reserva era prohibido ir a talar madera. (…) Ellos lo hacen porque nadie llega a hacer un ordenamiento o a vigilar. (…) El primero que vendió eran excombatientes no-miskitu, del FDN. Entonces viene* ***Don Casimiro*** *compra sus tres mil manzanas y lo reparte entre sus nueve hermanos, y de ahí viene parientes lejanos, y él dice: "te vendo un tuquito, 300 manzanas, que 100 manzanas, que 50 manzanas, y ya comenzó como le gustó el billete que da la tierra al venderlo, tantos miles de… "te doy, toma", va a vivir del billete, "¡chocho!, voy a vender un tuco más, y voy a vender otro tuco más", y así se fue ampliando más, ampliando, y ya cuando los comunitarios [indígenas] se dieron cuenta que adentro de la montaña está la venta de tierra, a lo loco, ya comienza a brincar: "¡cómo! Si eso lo tenemos como reserva ¿de dónde aparecieron esos hombres?" Ya cuando se da cuenta es que altos funcionarios del gobierno lo avaló, del Frente [Sandinista] y algunos del YATAMA que por interés personal, por el billete, no es que hayan vendido, la firma que avala.* (Entrevista: Ángel, comunidade *Santa Clara*, 28/12/2017).

É possível notar neste relato, a facilidade das transições pecuniárias no que concernem grandes extensões de terra, entre os próprios *mestizos* que, neste caso, são parentes, pois

[480] *Fuerza Democrática Nicaragüense* – FDN.

convidam outros conhecidos para participar do negócio. Segundo apontado, *ex-combatientes* do Pacífico a fim de aposentarem-se, venderam as terras acumuladas nos *Polos de Desarrollo*, mas o comércio de terras entre os *mestizos* foi muito além destas áreas e transações inicialmente efetivadas, como sublinhado anteriormente. E isto é possível porque nessas áreas longe da cidade e dos centros das comunidades indígenas, não existe fiscalização ou monitoramento para impedir tais atividades ilícitas. Por um tempo o Sr. Casimiro Leiva, que se apropriou de uma ampla extensão de terra pela negociação com um *ex-combatiente* da FDN, desfrutou da compra e venda de porções de *tierras comunales* e a ocupação estendida por seus familiares, sobretudo, o lucro. Entretanto, após certo tempo passar, ele percebeu que as tensões sociais estavam aumentando com a mobilização dos indígenas em reivindicar seu território. Portanto, em consonância com o entrevistado, o citado *colono* se encontrava numa situação sem saída, porque tinha investido todos os seus recursos nas terras que comprou de outros *mestizos*, conforme narrado na sequência.

> **Sr. Ángel**: *Sí, cuando ya ellos percibieron que se habían metido en problemas, por ejemplo,* ***Casimiro Leiva Carrillo*** *me habló una vez en secreto, en una gamba, alejado de la casa, retirado, me llevó y él me confesó sus secretos, y sus problemas, (...) pues por la confianza que me tenía, entonces y éramos buenos amigos, él me habló. (...) Le trabaja a él, y entonces me confió y me habló: "mira, de dónde vengo yo ya tengo nada allá, porque vendí todo, la casa, los vehículos, las tierras, todo y me vine a meter a esta zona por engaño y ahora hice inversiones en trabajo, animales, y ahora quedé sin plata, y ahora vienen los problemas con los miskitus y ahora no sé cómo hacer, no tengo a dónde ir, y ahora sólo me queda enfrentar, voy a tener que pelear la tierra, aunque sé que es de los miskitus pero tengo que pelearla, sin pelear no puedo lograr nada, voy a perder todo y no tengo a dónde ir. Y yo creo que a mí me van a tener que enterrar". Así me dijo él, entonces como tiene hijos y todo, él estaba preocupado por sus hijos, por su familia, pero es la decisión que él tomó, pelear la tierra, adueñarse a como dé lugar, así fue una confesión que él me hizo en secreto. Me dijo que tiene buzón de armas, que tiene familiares, que tiene la capacidad de reunir 100 hombres, y que si se torna violento la situación, él va a tener que organizar y armar y abrir su buzón y levantarse a la pelea, eso me confesó él en secreto. (...) Pero me confesó que tenía armas de guerra en buzón; como las armas de guerra son prohibidas las tenía enbuzoneado. (...) Él fue excombatiente del FDN. Un frente que estaba en contra del gobierno, la contra. Él fue guerrillero de la contra, entonces cuando pasó la guerra, las armas que tenía las enbuzonó, y hasta a la fecha tiene en buzón las armas, por si se vuelve a levantar guerra volver a sacarlas y poder pelear.* (Entrevista: Ángel Santos, comunidade *Santa Clara*, 28/12/2017).

De acordo com a narração, o Sr. Casimiro tinha plena consciência que tinha se apropriado de *tierras comunales* pertencentes aos indígenas e que poderia levar a conflitos sociais mais profundos. Não obstante, disse que já tinha atribuída sua vida a esta empreitada e sendo regular ou irregular, não estaria disposto a ausentar-se do território, até mesmo tomou a

decisão que iria lutar contra indígenas se tentassem expulsá-lo. Com esta lógica, como *excombatiente* da FDN tinha guardado suas antigas armas de guerra e ressaltou que tinha a capacidade de organizar um grupo significativo de *colonos* armados se fosse necessário, no intuito de enfrentar com os indígenas para manter-se na terra que ocupava. Este caso serve como um exemplo de como outros *colonos* possivelmente se sentem no que tange as disputas territoriais com os *Miskitu,* ao decidirem tomar uma posição antagônica, devido ao seu investimento. Mas, de todo modo, sabe-se que os *colonos* estavam dispostos a matar indígenas, mesmo sabendo das irregularidades.

Na continuação, o Sr. Ángel explica como se envolveu em atividades ilícitas com os integrantes dos "grupos armados", sobretudo, a dinâmica das suas ações criminosas. Do mesmo modo, porque ele deixou de transitar entre os diversos grupos de *colono*s nas montanhas e então se instalando na comunidade *Santa Clara*. Conforme assinalado anteriormente, ele acabou encontrando com os "grupos armados" em alguns momentos nas suas andanças pelas montanhas e áreas de floresta onde os *campesinos* ou *colonos* se assentavam. Portanto, de acordo com o Sr. Ángel, ele fez parte das suas atividades ilegais em certas ocasiões, para estrategicamente evitar ter maiores problemas com essas quadrilhas de malfeitores. Ao perguntar-lhe se os "grupos armados" utilizavam dos mesmos tipos de armas de fogo militares do que o Sr. Casimiro possuía, a testemunha indígena esclareceu-me que:

> *(...) Bueno no todos los colonos usan esas armas de la guerra, la mayor parte de las armas que están usando las* ***bandas delincuenciales*** *de los colonos son armas que ellos roban ganado y lo trasladan a Honduras a cambio de armas, droga, dinero.*
>
> **Helen**: *¿Con narcotraficantes?*
>
> **Sr. Ángel***: Correctamente, y así consiguen armas de asalto, armas de guerra.*
>
> **Helen**: *¿Cómo usted sabe eso?*
>
> **Sr. Ángel**: *Porque yo tuve que participar en algunos de esos movimientos. (...) Bueno, de Leimus para arriba y unos lugarcitos dónde hay negocios de armas, de drogas, a la orilla de Río Wangki (en el lado de Honduras). (...) Yo trabajaba así y yo me refugiaba entre la gente que era decente, que manejaba... que era religiosos y ya en una parte del tiempo yo me metía con la gente religioso y después de repente me salía y tenía que ir a trabajar, a recoger información y tenía que actuar como un delincuente entrando en el grupo de delincuentes. (...) Y ya como que me iba a acostumbrando a ser maleficios, a como ellos, me iba a acostumbrando a hacer maldades, por ejemplo movilizar animales ajenos, robar [animales], de la montaña, de los mismos colonos. (...)* <u>*Entre ellos mismos se roban y se matan.*</u> *(...)* <u>*Tienen que matar al dueño de los ganados que hay en un potrero*</u>*. (...) Bueno, por ejemplo algunos colonos que son delincuentes que viven en el sector de Wisconsin, se van por los lados de Francia [Sirpi] y hacen su fechoría y movilizan el animal y cruzan a Honduras y así. Y ya viendo el ritmo de vida de ellos, ya como que me iba acostumbrando, ya al salirme de la banda de ellos yo, hay veces... ya as veces*

> *decía así: "que, puchica… yo puedo también solo, o me voy a organizar unos tres o cuatro hombres y yo voy a hacer mi propia banda, yo también dirigí una pequeña banda de cuatro a cinco hombres, hacía mis cositas.* (Entrevista: Ángel Santos, comunidade *Santa Clara*, 28/12/2017).

A experiência de Sr. Ángel demonstra que os *colonos* agregados aos bandos de delinquentes roubavam os gados de outros *mestizos* e assassinaram os respectivos proprietários, antes de guiar os animais até o outro lado do Rio Coco (*Río Wangki*), em Honduras, para negociar com narcotraficantes. Deste modo, se apropriando de armas de fogo, entre outras possessões, em troca dos rebanhos furtados. Por conseguinte, o entrevistado afirma a veracidade das informações que outros agentes sociais tinham me fornecido, sobre o fato que os *colonos* ou *campesinos* se matam entre si, constatando uma cultura mais agressiva. Aliás, que os "grupos armados" constituíram uma ameaça tanto para outros *mestizos*, quanto para os indígenas. O Sr. Ángel admitiu que com o passar do tempo, foi se acostumando a praticar tais crimes, até mesmo formou seu próprio grupo de malfeitores, de menor tamanho, visando prosseguir com essas atividades, sem a dominação dos chefes das atinentes quadrilhas. Quiçá este indivíduo "contraditório" se conciliou a esta dinâmica, porque ele já tinha experiência com a organização de bandos delinquentes na cidade, a serviço dos "chefes de máfia" ou narcotraficantes, antes de fugir para as florestas e montanhas do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*.

Conquanto, chegou um tempo que este delinquente tinha que mudar seu rumo de vida, ou teria que encarar problemas mais sérios quanto à suas perambulações ambíguas pela montanha. Desta maneira ele conta:

> *(…) Entonces ya cuando la gente de la montaña me iba captando mis movimientos y se oía malos informes de que me habían matado y así entonces yo me tuve que poner a pensar y me tuve que retirar de estas montañas y ya cuando estaba en el proceso yo me metí en negocios de ventas… compra y venta de productos lácteos, entonces quise trabajar como comerciante, ya dejar lo malo y comenzar a trabajar como decente, y ya cuando comencé a trabajar vendiendo cuajadas y leches, y trayéndolo a vender aquí a la comunidad [indígena], la comunidad también se sentía un poco desconfiado de mí, y ya que los comunitarios [Miskitu] no podían adentrar a sus huertos porque ya habían sido arrebatados por los colonos. (…) Como ya estaba con problemas, me retuvieron y el juez Leniston Espinosa me avisó: "usted tiene un proceso que pasar, entonces no se vaya ahorita, quédese porque tenemos que hacerle un proceso", entonces era en el momento en que yo iba para adentro, ya, pero como se me avisó que tenía que pasar un proceso (…) de investigación, entonces yo me quedé pues. Entonces, una tarde toda la comunidad se reunió en la Casa Comunal que está ahí al lado del tanque, todita la gente se reunió ya, y me tenían medio rodeado, y me dijeron, me procesaron en qué ando, cuál es mi trabajo, por qué los indígenas comunitarios de aquí no pueden ir ni a sus huertos porque los amenazan con bala, les hacen tiroteos y todo*

> *y porque a mí no me hacen nada los colonos. Entonces ellos pensaron que yo era un informante entonces me dijeron: "explícate, quién eres, qué haces", entonces yo les expliqué, "yo soy un malhechor, yo hago mis maldades pero no a la comunidad [indígena], aquí no hay nadie quién se queje de mí, yo no le hecho nada a nadie, yo si he hecho algo malo es en la montaña que yo hago y eso, (...) y por el momento yo ahorita ando en lo que es comercio de productos lácteos", entonces ellos pensaron que era informante, entonces me avisaron: "a nosotros son capaces de matarnos cuando vamos al monte, pero a usted entra tranquilamente, bien, se va, viene, ahí hay gato encerrado, no confiamos en usted", me dijeron, "como comunidad y como líder de la comunidad y yo como juez, te digo, te voy a dar dos opciones, que no es a consciencia mía, es a consciencia de la comunidad; usted es Miskitu, usted es libre de quedarse aquí, y también es libre de irse, pero nosotros tenemos problemas con los colonos, entonces si usted se va a quedar, bienvenido, quédese aquí, pero no vuelva a entrar en esa montaña, y si quiere irse, también es libre de irse, vaya métase a la montaña, pero no vuelva a esta comunidad". Me dejó, puchica… pensativo y yo le dije: "si ustedes están de acuerdo de que me quede, yo me quedo, pero tengo un viaje más que hacer, tengo que entrar porque hay muchos que me deben, mucho dinero", entonces me dicen: "yo no sé, yo ya le dije lo que le tenía que decir, si adentra, entre y no vuelva, pero si se quiere quedar, bienvenido quédese aquí". (...)Ahí me dejaron y me quedé jaque mate ¿qué hago? ¿Me voy o me quedo? Y me quedé, una noche me quedé, y pensé, y hasta habían unas bullas: que se robaron 15 cabezas de ganado de la Esperanza de Diego, se llevaron 15 de ganado. (...) Hubo otro robo en Wisconsin, se llevaron 28 cabezas de ganado del Simeón. Entonces ya como yo me quedé aquí, me quedé pensando - pucha, esos jodidos son malditos, ya comenzaron a joder al Miskitu.*
>
> **Helen***: ¿Esos son los primeros conflictos entonces? Esas son las primeras provocaciones.*
>
> **Sr. Ángel:** *Ese robo de ganado. Sí, ellos [colonos] comenzaron a robar ganado. Entonces yo como ya me había quedado aquí, yo pensé, "que jodidos estos, y se creen muy hombres y ¿aquí no habrá hombres?" Yo busqué hombres y yo dije, "si ellos lo hacen y ¿por qué nosotros no podemos hacerlo? Nos roban, entonces vamos a ver si nosotros no podemos hacer lo mismo", entonces me llevé tres hombres, y me traje 12 cabezas de vacas. (...)De Walpatanta (piedra plana), un lugar cerca de Wisconsin, a mediación de Wisconsin y Esperanza, dentro de estas. (...)Es un río, el Río Sukuwas, hay una parte dónde sólo hay rocas planas, como una cascada, entonces le pusieron ese nombre. (...) Entones fui una noche como a las 7 de la noche, salí de aquí, como a las 4 de la madrugada yo ya estaba de regreso, con los animales. (...) Entonces fui… un error que hice yo fue dejar vivo a los dueños de las vacas.* (Entrevista: Ángel Santos, comunidade *Santa Clara*, 28/12/2017).

Como explicado, após se envolver em diversas controvérsias, o Sr. Ángel decidiu buscar outra maneira de viver e iniciar suas incumbências como comerciante de produtos lácteos, passando pelas comunidades indígenas, intermitentemente seguindo com esta iniciativa. Mas estas desconfiavam desta figura misteriosa, por transitar livremente entre as comunidades indígenas e os assentamentos de *colonos* sem maiores obstáculos, enquanto os indígenas já não podiam ir aos seus plantios, visto que os mesmos os ameaçavam

incessantemente. Em vista disso, ele foi compelido a se apresentar numa reunião perante todos os membros da comunidade *Santa Clara*, prestando esclarecimentos sobre suas intenções com os indígenas e sua relação com os *colonos*. Na sequencia, o *juez comunal* lhe deu o ultimato para ir embora definitivamente ou instalar-se na comunidade, porque daí em diante ele teria que escolher entre os *colonos* ou os *Miskitu*. Ou seja, ele não seria permitido transitar livremente entre ambos as comunidades indígenas e os assentamentos dos *colonos*. Como ele foi surpreendido com esta exigência, o Sr. Ángel me relatou que quis voltar à montanha para completar seus negócios, mas o *juez comunal* foi claro e não lhe possibilitou outras opções. Então, ele passou alguns dias na comunidade indígena, mesmo sem ter certeza se realmente iria tomar a decisão de ficar na comunidade de modo permanente.

Neste ínterim, havia notícias sobre o furto do gado pertencente ao Sr. Diego da comunidade *Esperanza*, e em seguida do Sr. Simeon, *mestizo* da comunidade *Wisconsin*, ambos mencionados anteriormente. Como Sr. Ángel sabia que esses crimes foram cometidos pelos mesmos "grupos armados" com quais ele andava, se sentiu instigado a revidar os furtos concretizados contra os membros das comunidades indígenas. Com esta ideia, ele juntou um grupo de três jovens indígenas e roubou as vacas de um *campesino* chamado Leonel Suazo. No entanto, este não era um dos *colonos* que havia assaltado os senhores Diego e Simeón. Em consequência, o dono desses gados, veio poucos dias depois para *Santa Clara*, com um grupo de aproximadamente 20 homens armados em busca do Sr. Ángel e advertiu os líderes indígenas que haveria problemas graves se não devolvessem seus animais naquele momento. Como estes já haviam sido distribuídos entre as comunidades indígenas, até mesmo consumidos, não houve uma solução imediata e o grupo de *colonos* se ausentou da comunidade insatisfeito.

O entrevistado me contou que assim que ele passou pelas comunidades indígenas com o pequeno rebanho que tinha furtado, percebeu que havia cometido um grande erro, pois muitos indígenas ficaram extremamente incomodados e previam que o ato iria provocar os *colonos* de maneira perigosa. Inclusive, disse que alguns indígenas o ameaçaram, ressaltando que se eles sofressem alguma consequência por conta das suas atividades criminosas, iria matá-lo. No tempo que passei nas comunidades *Miskitu*, diversos agentes sociais reiteradamente destacaram que o furto do gado por parte dos indígenas, liderado pelo Ángel, proporcionou a reação violenta dos demais *colonos*. Aliás, pouco tempo depois dessa ocorrência, houve o combate em setembro de 2015, na comunidade *Santa Clara*, em que dois líderes indígenas morreram como resultado deste confronto. Por causa disso, muitos culpam o

Sr. Ángel pelos episódios violentos que aconteceram entre os *Miskitu* e *colonos*, posteriormente ao citado ato de latrocínio. Neste sentido, o mesmo me declarou que devido à responsabilidade que ele se sentiu no que concerne esta provocação, decidiu permanecer na comunidade *Santa Clara* de maneira definitiva, na intenção de auxiliar os indígenas na defesa contra os "grupos armados" e demais *colonos* que vêm repetidamente agredindo os indígenas de algum modo.

No entanto, havia muitas ocorrências antes desse episódio do roubo dos gados efetivado pelo Sr. Ángel com seus três assistentes, que contribuíram para as tensões sociais entre os *Miskitu* e *colonos*, tal como os diversos exemplos narrados anteriormente pelos agentes sociais de *Wisconsin, Esperanza* e *Francia Sirpi* (também em outros capítulos). O que é possível afirmar a respeito desta incidência em particular, é que acirrou uma situação que já vinha acontecendo, não sendo Ángel o principal condutor do conflito. Inclusive, este evento foi uma reação a um dos diversos atos incoerentes perpetrados pelos malfeitores *mestizos*. As vítimas indígenas dos crimes cometidos por *colonos* anteriormente a essa transgressão, denunciaram os delitos perante a Polícia Nacional e outras autoridades estatais responsáveis, mas foram ignorados, como vêm sendo uma prática institucional comum em todos os casos vinculados aos referentes conflitos territoriais, constituindo uma violação dos direitos humanos indígenas e dos afrodescendentes. Ao contrário do que a Procuradora de Direitos Humanos (PDDH), Dra. Violeta Irías Nelson declarou[481], os indígenas do *Wangki Twi-Tasba Raya* vêm de fato, denunciando crimes incluindo furtos, assassinatos, a ocupação irregular das *tierras comunales*, entre outros, mas as autoridades responsáveis continuam privando os indígenas da justiça ou dos seus direitos como cidadãos, tampouco os reconhecendo como sujeitos de direitos etnicamente diferenciados. Sem lei e sem proteção, tal conjuntura parece ter se transformado em um verdadeiro "faroeste", o que significa que se trata de uma forma de colonização contemporânea, com mecanismos de dominação sistemáticos. Então, neste contexto, os indígenas se encontram numa situação em que precisam procurar outras formas possíveis de se defenderem diante as ameaças às suas vidas.

As ocorrências de extrema violência em setembro de 2015 e seus efeitos sociais duradouros

Para ilustrar essa dinâmica tensa, descrevo o acontecimento que é sempre lembrado pelas pessoas desta região pela forma de violência contundente. Isto é, o combate que

[481] Cf. Capítulo V.

aconteceu no dia 3 de setembro de 2015, quando houve as mortes de indígenas e *colonos*. Conforme relatado, por volta de 3 horas da manhã, nessa data, um grupo de aproximadamente 80 *colonos* com armas militares atacaram a comunidade *Santa Clara*. Os indígenas já haviam recebidos várias ameaças feitas pelos *colonos* em forma de cartas, avisos pessoais, assaltos e tentativas de homicídios, então os membros da comunidade, incluindo crianças, idosos, homens e mulheres já estavam bastante assustados e atentos antes deste confronto. Por isso, os indígenas haviam organizado grupos de homens para patrulhar a comunidade antecipadamente. Portanto, nessa madrugada estes andavam pelos perímetros de *Santa Clara*, incluindo até o local chamado "*el empalme*" que consiste num ponto na saída da comunidade em direção a *Wisconsin*, onde existe uma bifurcação para a comunidade *Esperanza*. Ou seja, é um ponto de saída e entrada entre estas três comunidades. Isto posto, quando um desses grupos de vigilantes indígenas passou por essa área de bifurcação, percebeu que os *colonos* estavam tentando cercar a comunidade, com a intenção de emboscá-la. Imediatamente, o enfrentamento se iniciou, pois os indígenas estrategicamente impediram que esses agressores entrassem no centro da comunidade logo quando notaram sua presença na margem. O combate durou algumas horas, enquanto os idosos, crianças, mulheres e demais indígenas juntaram-se dentro da igreja católica no cerne da comunidade, desesperados porque podiam ouvir os tiros de armas de fogo e os gritos dos homens lutando até o amanhecer.

Nesta empreitada, o indígena, Sr. Rosmeldo Solórzano, seguiu o caminho em direção ao *empalme*, objetivando aproximar-se dos *colonos*, porém ainda à distância e tentar atirar neles. No entanto, as testemunhas contam que sua "*hechiza*", isto é, sua arma artesanal improvisada, falhou, e então ele não conseguiu disparar a arma para se defender. Logo os *colonos* o balearam no peito e quando Rosmeldo caiu no chão, devido ao impacto das balas, um *colono* o aproximou e disparou sua arma na cabeça do indígena, assim o matando instantaneamente. Nesta confusão os indígenas que estavam vigiando a comunidade em outras áreas, se deslocaram em direção de onde ouviam os tiros de armas de fogo no *empalme*. Nesta comoção o Sr. Ángel se aproximou do local acompanhado por 20 indígenas, e disse que de repente ele passou pelo corpo do Sr. Rosmeldo ao lado da estrada, assim tomando um choque quando se deu conta que seu amigo estava morto. Neste instante, o *guardabosque* reagiu gritando obscenidades na língua espanhola com muita raiva, para que os *colonos* o entendessem. Do mesmo modo, ele começou a gritar para os *Miskitu*, os convocando a atacar como se estivesse com uma grande tropa de indígenas armados, dando a impressão que havia muito mais homens defendendo a comunidade do que realmente existia. Como estava escuro,

não dava para ver claramente que o grupo de indígenas era reduzido e não possuía armas destinadas ao combate. Os indígenas carregavam facões, "*hechizas*" e apenas alguns homens tinham armas de caça para o confronto. Por outro lado, os numerosos *colonos* carregavam armas de alto calibre, isto é, de porte militar para guerra, incluindo metralhadoras e da espécie "franco tirador".

Nesta agitação, os *colonos* começaram a se recuar. Ao mesmo tempo, o *ex-juez* da comunidade, Sr. Benito Francisco Ramos, se adentrou na mata longe dos outros indígenas e de repente eles ouviram disparos de uma "arma de assalto"[482] à distância e logo a voz do ex-líder *Miskitu* gritando que tinha sido baleado. Portanto, um dos seus parentes próximos, acompanhado pelo Ángel e outros indígenas, prosseguiram em direção dos disparos, em busca do indígena ferido. Quando se aproximaram do local, perceberam que o Sr. Benito tinha conseguido pegar o braço do atirador, mesmo sendo baleado no estômago. Caído no chão, ele tinha o braço do *colono* preso entre suas pernas, o segurando com toda sua força, para que este não pudesse atirar com sua arma de fogo nos outros *Miskitu*. Assim, o agressor *mestizo* apenas podia disparar a metralhadora no chão. Simultaneamente, o *colono* estava por cima do Sr. Benito, tentando asfixiá-lo. Por causa disso, seu parente se aproximou dos dois homens lutando o mais rápido possível e bateu o *colono* que estava segurando o pescoço do líder indígena, com um facão nas costas, mas o assaltante continuava brigando com o Sr. Benito como se o corte não o tivesse afetado. Então, logo em seguida, o mesmo parente indígena deu uma terçadada na mão do sujeito, cortando alguns dos seus dedos e finalmente este soltou a arma de fogo. Porém, continuou estrangulando o ex-líder *comunal*. Por isso, no desespero o parente *Miskitu* lhe deu mais uma facada atrás da cabeça, o que por fim fez efeito e o sujeito gritou caindo no chão, assim soltando Sr. Benito. Sem demora, o jovem indígena enfrentou o *colono* que tinha lesionado o líder *Miskitu* ao extremo enquanto tentava assassiná-lo, e o sujeito desconhecido afinal morreu.

As testemunhas relataram que este *colono* carregava nas costas uma espécie de arma classificada como *dragunov*, isto é, um fuzil semiautomático, e na mão segurava uma Uzi, um tipo de pistola-metralhadora[483]. Igualmente, me confirmaram que cada um dos *colonos* do grupo que os atacaram, carregava duas armas de fogo de porte militar. Na sequência, os indígenas carregaram o Sr. Benito até o centro da comunidade para assistência médica e logo procuraram os meios possíveis para levá-lo ao hospital em Waspam, onde alguns dias depois

[482] Também chamado de fuzil de assalto ou espingarda de assalto em português.
[483] Cf. ANEXO-ILUSTRAÇÕES: subseção *Comunidade Santa Clara.*

ele faleceu devido à profundidade das lesões: balas no abdômen e no braço. Como resultado dos enfrentamentos naquela madrugada, sete indígenas sofreram lesões dos tiros das armas de fogos disparados pelos *colonos* e ambos os senhores Rosmeldo Solórzano e Benito Francisco Ramos faleceram.

Depois do ocorrido, os indígenas tiveram que carregar o corpo do falecido *colono* até o cerne da comunidade para que as autoridades estatais responsáveis pudessem registrar as evidências do acontecido e o fato que sofreram um ataque por parte da tropa armada composta por tais *mestizos*. No entanto, os policiais se apresentaram na comunidade somente para tomar registros fotográficos do defunto e foram embora, deixando o corpo com os *Miskitu*, sem perguntar os membros da comunidade sobre qualquer aspecto do sucedido, tampouco efetivando alguma investigação detida sobre o caso até o presente momento.

Tive a oportunidade de dialogar com a viúva do Sr. Benito Francisco Ramos, a Sra. Marina Ramos, com 40 anos de idade. Esta tem cinco filhos variando de 8 anos até 17 anos de idade, que perderam seu pai naquele combate. Durante a conversa traduzida, compreendi que o falecido era *juez* do *gobierno comunal* da comunidade *Santa Clara* em 2012, mas continuava como líder conceituado ou "*saliente*" até o dia da sua morte. A viúva me relatou que logo após aquele episódio, ela acompanhou seu marido durante cinco dias, no hospital em Waspam. Neste período, ele precisava passar por uma cirurgia médica, por causo do impacto de várias balas de arma de fogo, além de facadas, no braço, nas costas e no estômago. Entretanto, suas lesões não foram fatais, pois segundo a explicação do médico responsável pela operação, os órgãos internos da vítima estavam intactos e ele iria superar as feridas. Porém, enquanto os enfermeiros estavam cuidando das suas lesões, de repente um liquido saiu destas, indicando alguma infecção e, então decidiram operá-lo novamente. Desta vez, foi confirmado que seus órgãos internos estavam, de fato, danificados. O Sr. Benito não conseguiu superar os efeitos da segunda operação e logo após faleceu. De acordo com a entrevistada, os médicos se equivocaram durante a primeira operação, o que causou a morte do seu marido e ela acredita que a negligência foi proposital.

Posto isto, o CEJUDHCAN fez a denúncia sobre este caso às autoridades de segurança pública, mas a Polícia Nacional (PN) se recusou a registrá-lo. Portanto, a Sra. Marina decidiu ir à polícia pessoalmente, no intuito de protocolizar a ocorrência, mas a PN ainda não quis aceitar as informações relevantes. Quando a viúva destacou este fato, de repente ela começou a chorar de maneira intensa durante a entrevista, ressaltando que ainda não tinha superado a

crise emocional decorrente da morte do seu marido. Assim que ela se acalmou, me apontou que seus filhos igualmente sofreram bastante após terem perdido seu pai de modo tão trágico.

Em seguida, a Sra. Marina relatou que seu marido, Benito, costumava trabalhar na sua *finca* nas montanhas, longe do cerne da comunidade, para sustentar sua família. Por isso, me expressou suas profundas preocupações, porque agora que ele faleceu, ela não tem o mesmo apoio para cuidar dos seus filhos. Do mesmo modo, a Sra. Marina sofreu um acidente em que perdeu a sua visão em um dos seus olhos, o que faz sua capacidade de trabalhar mais complicada. Mesmo assim, esta mãe indígena tem tentado plantar numa área de uso comum dentro dos perímetros da comunidade, objetivando produzir comidas na intenção de cuidar dos seus filhos. Além do mais, seus filhos que possuem maior idade estão trabalhando nos lotes de outros indígenas, buscando os meios possíveis de conseguir alimentação adequada para seu núcleo familiar. De todo modo, eles vivem uma situação precária economicamente e falta alimentação suficiente, desde o homicídio do Sr. Benito. Nesta condição, a Sra. Marina salientou que por vezes tem recebido um apoio dos membros da comunidade, após de se tornar viúva.

Cabe ressaltar que os demais indígenas que têm sofrido lesões decorrentes dos confrontos com *colonos*, em todas as quatro comunidades, têm sido negado assistência médica apropriada nos hospitais em Waspam e Puerto Cabezas. Ademais, a maioria com os quais conversei ainda tem balas alojadas nos seus corpos, consequentemente, sofrem de profundas dores que afetam sua capacidade para trabalhar normalmente. Por estas razões, eles e os defensores de direitos humanos alegam que existe uma política de "etnocídio" empreitada pelo Estado da Nicarágua, consistindo na ordem oficial dada aos profissionais do setor de saúde, para que não seja permitido o tratamento de indígenas que vivem em áreas de conflito e que se apresentarem com lesões devido aos respectivos enfrentamentos, sobretudo, que são conhecidos por demandar o processo de *saneamiento*, tal como aqueles oriundos do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*.

Por exemplo, o Sr. Edmundo Morales Peralta, de 38 anos de idade, da comunidade *Wisconsin*, foi atingido por tiros de arma de fogo efetivado por *colonos*, na perna, incluindo a coxa, joelho e glúteo, além da região lombar, ao lado esquerdo do seu corpo, durante a emboscada que aconteceu no dia 17 de dezembro de 2015[484]. No entanto, os médicos se

[484] Entrevista concedida por Edmundo Morales Peralta, na comunidade *Wisconsin*, em 10 de setembro de 2017. Também existe informações sobre a emboscada efetivada por *colonos* e os lesionados indígenas nesse dia, entre

recusaram a retirar as várias balas alojadas no seu corpo e ele sofre com as extremas dores decorrentes disto até hoje, o que impede que ele consiga trabalhar por longas horas, também porque perdeu o movimento normal no ombro e braço esquerdos. Segundo narrado, o médico responsável disse que ele poderia morrer, ou se tirassem as balas ficaria paralisado nos locais afetados. Outro caso trata-se do Sr. Jonício José Rusbell, de 53 anos de idade, da comunidade *Santa Clara*, que levou um tiro de uma arma de fogo no lado esquerdo, dianteiro do pescoço e outro na parte traseira do seu pescoço, durante outra cilada em 2015, quando um grupo de vigilantes indígenas estava patrulhando nas margens da comunidade e foi atacado por *colonos*[485]. Desta vez, o médico se recusou a retirar as balas por falta de permissão das autoridades estatais para tal procedimento, mas quando a vítima o ameaçou dizendo que iria divulgar a negligência nos meios de comunicação internacional, finalmente o doutor aceitou tirar uma das balas. Entretanto, na parte traseira do seu pescoço ainda se encontra uma bala alojada, fato que provoca bastante dor em todo seu corpo, tontura e dor de cabeça, mormente, dificuldade de trabalhar regularmente para sustentar seus três filhos pequenos. Os profissionais de saúde lhes disseram que não podiam remover essa bala porque poderia deixá-lo paraplégico ou ele possivelmente morreria. Na *Francia Sirpi*, onde houve as primeiras emboscadas pelos *colonos*, no início do ano de 2015, o jovem Johnsner Missin, de 24 anos de idade, sofreu um tiro de arma de fogo de um *colono* no braço, que novamente não foi removido pelos profissionais de saúde em Waspam, tampouco em Puerto Cabezas, porque primeiramente não havia ordens oficiais possibilitando tratar das suas feridas, e depois lhes explicaram que teriam que amputar seu braço, ou se tentassem desalojar a bala ele poderia perder o movimento do braço por completo ou talvez falecesse[486]. Para encerrar, Rodoy Astin Ernesto, de 29 anos de idade, da mesma comunidade, estava saindo da casa do seu pai, no dia 12 de dezembro de 2015, quando de repente um *colono* que estava escondido embaixo da escada da palafita, o atirou com uma escopeta de calibre 20 atrás do seu joelho direito[487]. Como a arma foi disparada muito próxima à vítima, os pedaços das balas se espalharam e entraram por trás da sua perna, saindo pela frente do joelho. Ele perdeu muito sangue, causando desmaio e quando retomou a consciência já estava no hospital em Puerto Cabezas, com sua perna amputada. Os médicos responsáveis removeram sua perna sem pedir permissão dele ou o consentimento de seus familiares. Agora a vítima não possui condições físicas para

---

outras ocorrências no "Informe sobre la Situación de los Derechos Territoriales de los Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de Nicaragua", (APIAN, 2017).

[485] Entrevista concedida por Jonício José Rusbell, na comunidade *Santa Clara*, em 26 de outubro de 2017.

[486] Entrevista concedida por Johnsner Missin, na comunidade *Francia Sirpi*, em 17 de outubro de 2017.

[487] Entrevista concedida por Rodoy Astin Ernesto, na comunidade *Francia Sirpi*, em 17 de outubro de 2017.

trabalhar em atividades de agricultura como fazia antes, a fim de sustentar seu filho de 2 anos de idade, e depende da pequena ajuda de outras pessoas na comunidade para alimentarem-se. E claro, Rodoy vem sofrendo dores físicas e psicológicas após sofrer um trauma tão extremo[488].

Prosseguindo com as demais consequências daquele fatídico dia (3/9/2015), a grande maioria dos membros das quatro comunidades indígenas, notadamente idosos, crianças e mulheres, que constituem as pessoas mais vulneráveis, se deslocaram até os municípios de Waspam, Bilwi-Puerto Cabezas e a República de Honduras, em virtude de estarem totalmente amedrontados com a situação violenta inesperada que transcorreu. Desta forma, se ausentando por algum tempo do território, enquanto poucos homens ficaram nas comunidades durante os próximos meses, com a finalidade de defender seus lares, caso os assaltantes voltassem a qualquer momento. Esta circunstância constitui a mesma relatada no Capítulo VI, especialmente por professor Milton Zamora, sobre os refugiados *Miskitu*. Desde esta tragédia e por efeito das várias ocorrências semelhantes por todo o território indígena, os homens destas comunidades têm continuado com suas tarefas de vigilância até o presente, sempre desconfiados porque podem sofrer alguma emboscada organizada pelos *colonos* de surpresa. Neste contexto, é possível constatar que a tranquilidade que existia na vida cotidiana dos membros das comunidades indígenas, antes dos intensos conflitos territoriais mencionados, nunca voltou a ser igual, ou seja, a normalidade corriqueira se transformou numa situação social de constante tensão.

Em decorrência, os impactos sociais têm sido desastrosos, porque os indígenas sofrem traumas psicológicos, sempre atentos à possibilidade de sofrer violências, além de temer pela segurança física dos seus familiares. Todos os entrevistados e interlocutores indígenas com os quais dialoguei no decorrer do trabalho de campo, independente de ser homem, mulher, idoso ou jovem, me relataram que não dormem bem e quando tentam transitar em áreas distantes do centro das suas comunidades, sofrem com o medo pela possibilidade de serem sequestrados, assassinados, ou violentados. Do mesmo modo, os efeitos psicológicos têm mudado a conduta dos jovens, especialmente aqueles do sexo masculino, porque são principalmente estes que têm sido acionados para defender suas comunidades perante quaisquer ataques por parte dos *colonos*. As transformações comportamentais neste sentido abrangem: roubar as hortas dos

[488] Registros fotográficos dos indígenas lesionados (*los heridos*) como resultado dos conflitos sociais extremos com *colonos*, em ANEXO – ILUSTRAÇÕES: seções *Comunidade Wisconsin; Comunidade Francia Sirpi; Comunidade Santa Clara.*

outros membros das suas comunidades, devido à falta de alimentação por não ter acesso às *parcelas*; o uso exagerado de bebidas alcoólicas e drogas, que não era tão comum anteriormente às situações de conflitos territoriais mais recentes, que provocaram grande estresse para todos; e atitudes que consistem em desrespeitar os anciões, sobretudo, se comportar de modos considerados mais agressivos ou "rebeldes", consequentemente conformando um quadro de hábitos completamente fora das normas culturais e tradicionais dos indígenas.

Pode-se dizer que, de certo modo, os jovens têm sido privados de pensarem estavelmente sobre um futuro possível, o que cria uma desordem psicológica interna e, portanto, efeitos externos, percebidos pelos demais membros das quatro comunidades citadas, conforme me relataram. São estes jovens sobre quais fui advertida que poderiam me causar algum dano, caso eu não tomasse cuidado, antes que chegasse ao Território *Wangki Twi-Tasba Raya* com a proposta de realizar o trabalho de campo apresentado neste texto. Não obstante, apesar dos problemas sociais empiricamente observáveis, após conhecer estes jovens de maneira mais profunda, compreendi que, em sua maioria, se tratavam de pessoas de boa índole, mas que precisam ter paz para seguir a vida rotineira de modo tranquilo, sem se sentirem ameaçados. Em outras palavras, merecem descansar normalmente como qualquer ser humano; e como jovens, sentirem que tenham a possibilidade de trabalhar, estudar, casar e ter filhos, entre diversas outras oportunidades e metas desejadas, que lhes dão alguma esperança sobre seu futuro.

Desta forma, encerra-se a narração etnográfica sobre as diversas situações de conflitos, vinculadas às disputas territoriais entre os *Miskitu* e *colonos*, referentes às comunidades *Santa Clara, Wisconsin, Esperanza-Río Wawa* e *Francia Sirpi*, abrangendo manobras políticas, o tráfico de *tierras comunales*, diversas violências, assaltos e furtos, impactos sociais traumatizantes e a omissão do Estado da Nicarágua. Esta omissão, ou melhor, negação, consiste na violação da legislação etnicamente diferenciada, por interesses econômicos e políticos, com fundamento racista, em detrimento dos modos de viver e as relações sociais que constituem o Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, compreendendo os indígenas que o pertencem. Os representantes do Estado negam-se a proteger os indígenas de ameaças às suas vidas ou da ocupação ilegal de suas terras por *terceros*, tampouco instalam as medidas jurídicas apropriadas para lidar com tais delitos ou garantir os direitos humanos e territoriais dos indígenas. Além do mais, estratégias instauradas via diversas relações de poder, demonstram que agentes estatais e políticos participam de esquemas criminosos que facilitam

o tráfico de *tierras comunales* e contribuem para os conflitos violentos entre indígenas e *colonos*. O Estado, neste contexto, não somente constata-se ser autoritário, mas cúmplice das referidas violências e de crime organizado, sobretudo, a colonização contemporânea dos indígenas e seus territórios cultural, histórica e etnicamente configurados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta tese consistiu em discutir etnograficamente as relações de poder que dizem respeito à Região Autônoma da Costa Caribe nicaraguense, que abrangem conflitos políticos, étnicos e, sobretudo, territoriais. O interesse neste tema se baseou nas observações durante as primeiras viagens à Nicarágua, quando conheci a RACCS, posteriormente, a RACCN, e também a partir da relação que os povos da Região Autônoma têm com os indígenas e afrodescendentes da *Mosquitia* hondurenha. Estas experiências preliminares me fizeram compreender que a etapa demarcatória do *saneamiento* exemplificava um problema social mais determinante, que refletia a relação que os povos indígenas e afrodescendentes da RACCS e RACCN têm com o Estado, desde antes da fundação da Lei N° 28 e depois com a aprovação da Lei N° 445. Pôde-se confirmar que estas leis etnicamente diferenciadas nunca foram totalmente cumpridas, tampouco realizadas em termos da sua operacionalidade, devido a várias estratégias de negação por parte dos representantes do Estado. Portanto, a pesquisa em todas as suas fases, acabou sempre voltando a analisar a relação que os povos indígenas e afrodescendentes têm com a maior estrutura do poder no país, o Estado.

Para examinar esta relação e a dinâmica das políticas territoriais na Região Autônoma da Costa Caribe (RACCS e RACCN), comecei levantando dados etnográficos no tocante às contradições legais referentes ao megaprojeto conhecido como o *Gran Canal Interoceánico*, procurando entender a atinente situação dos indígenas *Rama* e dos *Creole* (entre outros povos) pertencentes ao *Territorio Rama y Kriol,* assim como de Bluefields, que serão diretamente afetados por esta iniciativa neoliberal, ademais, dos *campesinos* que vivem ao longo da rota do canal. Este campo investigativo chamou a atenção para as formas de coerção política efetivadas por representantes do Estado, na intenção de levar a cabo seus projetos econômicos a todo custo. Desta maneira, pude verificar que havia intervenções políticas-estatais, principalmente via partido em poder, a FSLN, ilustradas de modo categórico por intermédio dos *gobiernos paralelos,* os quais usurpam a autoridade e legitimidade dos líderes eleitos pelos membros das comunidades indígenas e étnicas. Neste contexto, as violências simbólicas e físicas se manifestavam pelos consentimentos simulados ou forçados, pela falta de uma consulta prévia e transparente, além das ações agressivas dos agentes de segurança pública e sandinistas durante as marchas contra a construção do Canal Interoceânico, entre outras ocorrências de repressão política-estatal.

Quando cheguei à RACCN, local em que aprofundei a indagação empírica de maneira mais acurada e prolongada, a intervenção estatal se evidenciou mediante estruturas políticas, como os *Consejos de Liderazgo Sandinista* (CLS), igualmente os *gobiernos paralelos*, e claramente via as ações dos representantes do partido FSLN, que sucessivamente vêm modificando o sistema tradicional de administração *comunal* e territorial dos *Miskitu*, causando diversos efeitos desastrosos para sua cultura e modos de viver, abrangendo sua territorialidade específica. Estes efeitos se revelaram por meio de conflitos internos e desconfiança entre os próprios membros das respectivas comunidades indígenas, até mesmo instigando a corrupção dos seus próprios líderes, em certos casos específicos. Tais modos de intervenção política nas comunidades étnicas e indígenas vislumbram estratégias do poder, objetivando desvirtuar as formas organizativas e a mobilização étnica destes povos, fato bastante marcado durante o trabalho de campo no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, ao observar os impactos contundentes dos atos do Estado no cotidiano dos *Miskitu* das comunidades *Wisconsin, Santa Clara, Esperanza-Río Wawa* e *Francia Sirpi*; e a consequente usurpação territorial sendo realizada em massa por parte dos *mestizos-campesinos-colonos*. Do mesmo modo, a fraude eleitoral no município de Bilwi-Puerto Cabezas, entre numerosos outros municípios na RACCN e RACCS, em 2017, apontou essa dinâmica violenta de interferência política-estatal peremptoriamente.

Para esclarecer esta conjuntura de conflitos sociais, foi apontado no Capítulo I, que a Nicarágua tem sido balizada pela crise política que se exacerbou em abril de 2018 e desta data em diante, mas segundo os *costeños* está crise existe desde os tempos coloniais e somente vêm se modificando por meio do processo de territorialização, embasado nas diversas ações de todos os governos *mestizo-céntricos* ao longo do tempo, com maior destaque a partir da Revolução Sandinista. Este contexto histórico nos possibilita compreender melhor a força da mobilização étnica, liderada pelos *Miskitu*, ao visibilizar a tensão que existe entre o Estado da Nicarágua e este povo. Esta relação é notadamente ressaltada pela atuação da Frente Sandinista, que hoje continua sendo encabeçada pelo Presidente da República, Daniel Ortega, juntamente com sua esposa e vice-presidente, Rosario Murillo, assim constituindo o regime Ortega-Murillo, de modo mais amplo e significativo, o "regime orteguista", fortemente caracterizado pelo nepotismo e estratégias ambíguas instituídas, a fim de manter o poder, desde os tempos da guerra. De certo modo, desde este período até a atualidade, os *Miskitu* têm sido vistos como os inimigos do Estado, pois ameaçam seus interesses econômicos, assim

como as ideologias do partido em poder. Isto também se destaca pela relação entre o partido FSLN e o partido indígena, YATAMA.

A concorrência e a negociação entre YATAMA e a FSLN demonstram as limitações do partido indígena no que concerne obter resultados exitosos quanto ao movimento indígena e as políticas multiétnicas que constituem a Região Autônoma da Costa Caribe. Desta maneira, traz à luz o enfraquecimento do movimento indígena a partir do momento que os indígenas começaram a dialogar e fazer acordos com os representantes do Estado, bem como participar da política partidária regional e nacional. Este aspecto é ilustrado pela atuação do líder máximo, Brooklyn Rivera, e tudo que ele representa historicamente e atualmente, em termos da mobilização étnica, tal como a luta pelos direitos autonômicos e territoriais para o povo *Miskitu*, entre outros povos oriundos do Caribe. Por estes motivos, considerando os desafios cruciais, o jovem dirigente indígena, Mark Rivas, tinha como proposta que o YATAMA deixasse de ser um partido político, porque não consegue superar a coerção da FSLN e do Estado. Ao invés disso, sua ideia era que YATAMA voltasse a ser meramente uma organização indígena, com a finalidade de lutar pelos interesses específicos dos membros das comunidades indígenas, sem intervenção partidária ou cooptação política.

Neste sentido, as observações em campo sinalizaram que a coibição política-estatal que atinge todo o país é sistêmica e se manifesta pela fraude eleitoral, a negação da responsabilidade das instituições governamentais, estratégias de omissão através do sistema burocrático-administrativo e jurídico, mormente os atos contraditórios dos seus subordinados. Destarte, é possível notar que na Costa Caribe, o Estado permanece por intermédio destas entidades e estratégias para aniquilar os direitos territoriais concernentes, a favor dos seus projetos econômicos e políticos. Assim, os agentes estatais tornam-se os instrumentos jurídicos como o Estatuto da Autonomia – Lei N° 28, e o *Regimen de Propiedad Comunal* – Lei N° 445, bem como os acordos internacionais, incluindo a Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, basicamente impraticáveis, negando os direitos de autodeterminação em todos os espaços políticos e de poder possíveis, que se manifesta nas situações específicas localizadas, tal como nas comunidades indígenas e étnicas. Além do mais, o Estado promove a usurpação territorial praticada pelos *colonos* e se recusa a garantir os direitos constitucionais dos povos indígenas e afrodescendentes nesta dinâmica.

Estes fatos se realçam pelo impedimento da etapa de conclusão do *saneamiento* desde a publicação da Lei N° 445, há 17 anos; e categoricamente pela negação dos agentes estatais responsáveis por investigar ou registrar denúncias de violências extremas em territórios indígenas, por disputas territoriais com *colonos*. Estes fatos vêm estimulando a perda de esperança dos indígenas, no respaldo jurídico do Estado e a possibilidade de autonomia, o que leva a intensificação da relação de desconfiança, vinculada à memoria social de luta histórica, mas especialmente ao aumento de conflitos sociais com os chamados "invasores *mestizos*", os *colonos*. Nesta conjuntura, os indígenas *Miskitu* se sentem pressionados a buscar seus próprios modos de defesa e sobrevivência, ao exemplo de instituir o "*auto-saneamiento*", ao se mobilizarem para travar a ocupação ilegal das suas *tierras comunales* por parte dos *colonos*. E ao mesmo tempo, demonstram sua resistência contra a suposta política de *coabitación* "inventada" pelos agentes estatais da FSLN, sem fundamento jurídico, estrategicamente para negar a finalização do processo do *saneamiento* ou a proteção *versus* a invasão territorial ilegal, destarte, possibilitando o esquema de tráfico de terras indígenas. Ademais, obrigando os indígenas a "conviver" com *mestizos* que eles consideram seus "inimigos", por irregularmente ocuparem suas terras familiares e áreas de cultivos necessários para sua sustentação, além de ter agredido e/ou assassinado indígenas.

Desta maneira, ressaltam-se também as violências estatais e ideológicas disseminadas por meio dos discursos dos agentes que representam o poder, como o Coordenador do Governo Regional Autônoma da Costa Caribe Norte (GRACCN), Carlos Alemán; a Procuradora de Direitos Humanos da Região Autônoma (PDDH), Violeta Irías Nelson; e o diretor executivo da CONADETI, Rufino Lucas, entre outros. Estes agentes do Estado acusam os *Miskitu* de serem racistas contra os *mestizos-colonos* e, portanto, são supostamente culpados pelos referentes conflitos territoriais. No entanto, a história e os diversos atos do Estado apresentados nesta tese, com destaque para o papel da FSLN, confirmam que os representantes estatais, concomitantemente do partido em poder, tanto na capital Managua, quanto na Região Autônoma, entre outras regiões no país, são essencialmente racistas com os *Miskitu* e com outros povos caribenhos. Por isso, menosprezam seus direitos como cidadãos ou sujeitos de direitos etnicamente diferenciados. Esse racismo institucional se revela no sistema burocrático-administrativo do país, principalmente através das instituições e autoridades oficiais, responsáveis em lidar com questões que dizem respeito aos interesses dos indígenas e afrodescendentes da Costa Caribe nicaraguense.

Se compararmos a forma que os indígenas são tratados nestes âmbitos diante de alguma violação dos seus direitos constitucionais, com o modo que os *mestizos-campesinos-colonos* são abordados pelo Estado e seus representantes, o racismo fica bastante evidente, pois os *mestizos* que caracterizam a população dominante, sempre são favorecidos. Inclusive, a etnografia evidência informações que indicam que o Estado proporciona a usurpação de *tierras comunales* pelos *colonos*, abarcando a intensificação do avanço da fronteira agrícola. Isto tem relação com o objetivo estatal e político de obter mais votos para a FSLN, igualmente para controlar os territórios etnicamente configurados, a fim de ter acesso aos recursos naturais na RACCS e RACCN, por motivos econômicos; ademais, tem ligação com o esquema do tráfico de terras.

Aliás, os dados empíricos apontam que este esquema ilegal envolve a participação de agentes estatais, representantes políticos, *mestizos-campesinos-colonos*, os "grupos armados", até mesmo indígenas corruptos ou cooptados, isto é, os chamados "*vende tierras*", entre outros agentes ambíguos. E isto também tem criado graves problemas sociais entre os indígenas *Miskitu* e *Mayangna*. De modo similar, esta configuração criminosa está interligada aos *campesinos* expulsos da rota do canal, que vêm ao Caribe em busca de terras, o que igualmente parece estar sendo apoiado pelo Estado. Nesta dinâmica complexa, é possível perceber que os indígenas são obstáculos aos interesses do Estado, e de modo geral, dos *mestizos* e empresários que ambicionam ter acesso aos recursos naturais nos territórios indígenas e étnicos. Neste sentido, o fato de que muitos *colonos* justificarem seus atos de ocupação ilegal de *tierras comunales* pela razão que eles são nicaraguenses e precisam de terra, ou porque sabem como trabalhar a terra melhor do que os indígenas, afirma sua visão em referência a estes. Ou seja, de certo modo, os *mestizos-campesinos-colonos* se consideram superiores aos povos *costeños* e que possuem direitos que se sobrepõem aos dos indígenas e afrodescendentes. Consequentemente, não precisam respeitar ou reconhecer seus direitos etnicamente diferenciados, especialmente porque o próprio Estado ampara este tipo de pensamento colonialista. E esta lógica tem fundamento racista, baseado em estruturas de pensamentos bem arraigados, desde a construção do Estado-nação e a partir das ideologias pretensamente socialistas da Frente Sandinista, que permeia todo o sistema burocrático-administrativo, jurídico e institucional da República da Nicarágua.

Nota-se, desta forma, alguns aspectos que estão por trás das extremas violências entre indígenas e *colonos*. Porém, é relevante relembrar que nem todos os *campesinos* que fazem parte desta conjuntura são agressivos, aliás, os indígenas convivem em paz com vários

mestizos, já que o problema não se trata estritamente de racismo por parte dos *Miskitu*, – como os agentes estatais gostariam que o público pensasse –, mas, sim da falta de transparência vinculada à usurpação em massa das suas *tierras comunales*. Como o Estado é estrategicamente omisso em relação a estes conflitos e violências, os indígenas, por intermédio dos defensores de direitos humanos, recorreram aos mecanismos jurídicos na esfera internacional, no intuito de solicitar a proteção da sua integridade física, como no caso das quatro comunidades *Wisconsin, Santa Clara, Esperanza-Río Wawa* e *Francia Sirpi*, entre outras. Contudo, as medidas cautelares solicitadas por intermédio da CIDH e a pressão dos mecanismos legais internacionais sobre o Estado da Nicarágua, a favor dos direitos humanos dos indígenas, têm se mostrado fútil na prática. Isto porque o Estado frequentemente não participa das audiências no âmbito da CIDH, assim como não têm permitido nenhum dos comissionados a entrar no país, para averiguar as circunstâncias relativas aos indígenas. Além do mais, o Estado eventualmente apresenta "relatórios falsos" que distorcem os fatos, ao mesmo tempo em que a CIDH e a Corte IDH não possuem mecanismos de coerção para garantir que suas demandas ou sentenças sejam cumpridas.

De todo modo, os graves conflitos por disputas territoriais com *colonos* continuam até hoje, da mesma maneira que a decorrente situação social precária dos indígenas *Miskitu* do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, assim como de outros territórios indígenas *Miskitu* e *Mayangna* permanece, estando sob as mesmas ameaças que vêm sendo destacadas ao longo desta tese. Por exemplo, no dia 16 de fevereiro de 2020, a comunidade *Santa Clara* sofreu ataques por *colonos* armados novamente, resultando desta vez em uma jovem indígena com 17 anos de idade, sofrer um tiro de arma de fogo que atingiu seu rosto, assim fraturando sua arcada dentária[489]. Este episódio aconteceu dez dias após a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) ter declarado que havia outorgado medidas provisórias de proteção à comunidade *Santa Clara*, visto que o Estado da Nicarágua ainda não tem adotado medidas concretas correspondentes, desde as primeiras solicitações de proteção via a CIDH, em 2015, até o presente[490]. A decisão da Corte IDH se fundamentou em inúmeras ocorrências de violências perpetradas por *colonos* nesta mesma comunidade indígena, no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, ao longo do ano de 2019. Estas incluiriam sequestros, emboscadas, torturas,

[489] NICARAGUA: condenamos enérgicamente nuevo ataque contra comunidad indígena miskitu de Santa Clara. **CEJIL** – Comunicado, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cejil.org/es/nicaragua-condenamos-energicamente-nuevo-ataque-contra-comunidad-indigena-miskitu-santa-clara>.

[490] Cf. *RESOLUCIÓN de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, de 06 de febrero de 2020, Ampliación de Medidas Provisionales respecto de Nicaragua, Asunto pobladores de las comunidades del pueblo indígena Miskitu de la Región Costa Caribe Norte*. **Corte IDH**, 6 fev. 2020. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/miskitu_se_06.pdf>.

constantes ameaças, a usurpação de *tierras comunales* e devastação ambiental no território indígena. Assim, a gravidade dos conflitos com *colonos* prossegue impedindo que os *Miskitu* transitem livremente ou continuem realizando atividades imprescindíveis para sustentar suas famílias no território que eles tradicionalmente ocupam e que constitucionalmente os pertencem[491].

Cabe mencionar que o Estado da Nicarágua anunciou seu plano de reiniciar as atividades para fomentar os subprojetos vinculados ao Canal Interoceânico, em 13 de junho de 2019, que até então, pareciam inconcludentes, em virtude da crise política, além da mobilização contra a construção desse megaprojeto[492]. Neste contexto, as estratégias de mudanças de códigos legais permanecem, já que a Lei N° 840 tem se tornado obsoleta juridicamente. Do mesmo modo, as denúncias em oposição aos possíveis impactos socioambientais continuam vigentes e sendo discutidas no âmbito da CIDH. Os indígenas, afrodescendentes e *campesinos* que serão diretamente impactados pela obra, igualmente, se encontram ainda vulneráveis diante das políticas contraditórias em torno do Canal Interoceânico, notadamente, a coerção e perseguição estatal referente.

Cogitando sobre as questões ressaltadas no âmbito dos mecanismos jurídicos internacionais, principalmente a postura do Estado neste contexto, verifique-se que a cumplicidade do Estado é continua, ao se negar a proteção judicial aos indígenas contra as violências executadas por *colonos*, tampouco investigar os concernentes casos graves. Apesar disso, o povo *Miskitu* nunca se esquecerá dos seus entes queridos que morreram violentamente, tal como os falecidos Felipe Perez Gamboa, Francisco Joseph, Valerio Meregildo, Benanzo Flores, Rosmeldo Solórzano, Benito Francisco Ramos, Rey Muller, Kent Disman Ernesto, Gary Stiven, Mario Leman Müller e Mark Rivas, entre muitos outros indígenas assassinados por disputas territoriais ou perseguição política. Também não podemos esquecer os numerosos lesionados *Miskitu* que sofrem efeitos físicos e psicológicos desta conjuntura até a atualidade, sem nenhuma penalidade para aqueles *colonos* que cometeram tais atrocidades, incluindo os senhores Constantino Romel, Obencio Dawns Peralta, Rosman Flores González, Edmundo Morales Peralta, Jonício José Rusbell, Johnsner Missin, Rodoy Astin Ernesto e Miguel Lacayo Spellman, entre inúmeras vítimas de

[491] Para outras informações mais recentes consulta o relatório, "Nicaragua's Failed Revolution, the Indigenous Struggle for Saneamiento". **The Oakland Institute**, Oakland-CA, 2020.
[492] ACOSTA, María Luisa. La Rescisión de la Concesión del GCIN y el proyecto del Puerto de Aguas Profundas de Bluefields. **Land Portal**, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://landportal.org/es/blog-post/2020/04/la-rescisi%C3%B3n-de-la-concesi%C3%B3n-del-gcin-y-el-proyecto-del-puerto-de-aguas-profundas>.

violências, abarcando os "*afectados*" que perderam suas áreas de cultivos, devido à invasão e ameaças dos *colonos* no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. Esta dinâmica causa uma situação de extrema insegurança e vulnerabilidade, sobretudo, a falta de esperança em um futuro possível para os indígenas que vivem nestas áreas de conflitos, isto é, na "*zona roja*".

Considerando este contexto e todos os dados etnográficos apresentados no que tange os atos do Estado em referência à Costa Caribe e os intensos conflitos políticos e territoriais, levando às extremas violências simbólicas e físicas, pode-se dizer que para o povo *Miskitu,* o Estado vem causando o etnocídio físico, simbólico, psicológico e espiritual, ao instaurar mecanismos para destruir a autonomia, a autodeterminação, a mobilização étnica e política, a sua territorialidade, sua esperança, mormente, o espírito deste povo, entre outros povos da Região Autônoma. Uma circunstância trágica que simultaneamente chama a atenção para a configuração contemporânea de colonização no país.

É pertinente destacar, nesta discussão, que as entrevistas e os relatos compartilhados pelos agentes sociais que vivem nas áreas de conflitos e durante todas as etapas da pesquisa em campo no Caribe nicaraguense, falam por si mesmos, sem necessidade da minha interferência. Não obstante, frequentemente resumi e interpretei algumas das atinentes informações no texto, pelo fato de estarem registradas e transcritas nas suas línguas originais, isto é, indígenas e estrangeiras. Posto isto, achei necessário esclarecer os dados expostos nas suas falas. Do mesmo modo, vale salientar que a contribuição desta investigação trata-se de visibilizar as estratégias coercitivas e as formas de violências que acontecem neste campo de disputas, as quais têm um estreito vínculo com as relações de poder, indicando que o Estado da Nicarágua, com seu modelo autoritário de governo, popularmente conhecido como o "regime orteguista", é cumplice destas violências e das inúmeras violações de direitos humanos dos indígenas e afrodescendentes da Região Autônoma da Costa Caribe nicaraguense. Além do mais, espero que esta pesquisa científica contribua de alguma maneira, para a reflexão do movimento indígena e de modo mais amplo, para as mobilizações étnicas, suas estratégias e obstáculos perante as relações de poder que abarcam os Estados nacionais, tal como Nicarágua e Brasil.

De todo modo, a história e atualidade nos mostram que o povo *Miskitu* e os demais povos indígenas e afrodescendentes do Caribe nicaraguense têm enfrentado diversas formas de opressão, repressão, coerção e racismo desde a época da colonização até o presente, mas, mesmo assim, eles existem e lutam para ter seu reconhecimento como povos que

historicamente, tradicionalmente e juridicamente pertencem à Costa *Mosquitia*, hoje classificada como a Região Autônoma da Costa Caribe Norte e Sul. Os objetivos políticos e econômicos do Estado, que representam as relações de poder na Nicarágua, continuam com ímpeto e não cessarão, embora existam numerosas denúncias no tocante às suas ações contraditórias, quanto à violação de direitos humanos dos indígenas e afrodescendentes; e em relação à crise política no país. Em vista disso, é possível assegurar que a luta dos *Miskitu* e outros povos caribenhos continua e continuará. No entanto, seu êxito depende e dependerá da força destes povos e seus líderes para resistir e impedir a cooptação, corrupção e coibição política e estatal que enfrentarão, mas especialmente da solidariedade e união entre estes agentes sociais, em face do poder representado pela figura do Estado e seus agentes.

REFERÊNCIAS

LIVROS E DEMAIS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

ACOSTAS, María Luisa: El Impacto de la Ley del Gran Canal Interoceánico en los Derechos Humanos de los Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de la Costa Caribe de Nicaragua. **WANI**. Nicaragua, 2015. p. 1-14.

_____. Análisis del Resumen Ejecutivo del Estudio de Impacto Ambiental y Social (EIAS) del Canal Interoceánico por Nicaragua y los derechos de los pueblos indígenas afrodescendientes de la Costa Caribe. **Cuaderno jurídico y político**, Vol.1, No. 3; abr.- jun. 2016, Universidad Politécnica de Nicaragua.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombos, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto**: Terras Tradicionalmente Ocupadas. 2 ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

_____. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In*:_____ et al. (orgs.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2010, p. 101-143.

_____; DOURADO, Sheilla Borges. Apresentação: Uma distinção prévia e necessária. *In*: _____; DOURADO, Sheilla Borges. **Consulta e Participação:** A crítica à metáfora de teia de aranha. Manaus: UEA Edições, 2013, p. 11-34.

ARENDT, Hannah. **Da Violência.** Tradutora: Maria Claudia Drummond. Ed. Universidade de Brasília, 1985.

BALANDIER, Georges. A Noção de Situação Colonial (1963, 2ª. Ed.) Tradução: Nicolás Nyimi Campanário. Revisão: Paula Montero. **Caderno de Campo**, n° 3, 1963, p. 107-131.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias de Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederick Barth.** São Paulo: UNESP, 1998. p. 187-250.

BICU-CIUM; URACCAN; MASANGNI; CEJUDHCAN; CONADETI. *Proyecto de Manual de procedimiento para la implementación de la Etapa de Saneamiento de los Territorios Indígenas y Afrodescendientes de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica de Nicaragua y de los Ríos Bocay, Coco, Indio y Maíz*, 2013-2014.

BOURDIEU, Pierre et al**. Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92) [2012]. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

_____. **Coisas Ditas.** Tradução: Cássia R. da Silveira; Denise Moreno Pegorim. Revisão Técnica: Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O senso prático**. Tradução: Maria Ferreira. Ravisão: Odaci Luiz Coradini. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BRYAN, Brooklyn Rivera; QUAGLIA, Ricardo Changala; HERRERA, René Rivera. **Pueblos Indígenas y Afrodescendientes**: Legislación Básica en Nicaragua. ARDISA, Managua, 2012.

CEJUDHCAN. *Manual del procedimiento de la etapa de saneamiento de los territorios indígenas y afrodescendientes (Versión Popular).* Bilwi, Munícipio Puerto Cabezas, RACCN, jul. 2014.

CIDCA. **Ethnic Groups and the Nation State**: the case of the Atlantic coast in Nicaragua. Stockholm: University of Stockholm, Dept. of Social Anthropology. 1987.

CLIFFORD, James. On Ethnographic Authority. **Representations** 1:2, The Regents of the University of California, 1983, p. 118-46.

ESTRADA, Verónica Rueda. El campesinado migrante. Políticas agrarias, colonizaciones internas y movimientos de frontera agrícola en Nicaragua, 1960-2012. **Revista de Estudios Históricos**, México, No. 57, jan.-jun. 2013, p. 155-198. ISSN 1870-719X.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. *In*: **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2008. p. 243-276.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *In*: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 13-44.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: Métodos. São Paulo: Editora Global Universitária, 1987.

GORDON, Edmund T. **"Disparate Diasporas: Identity and Politics in a African Nicaraguan Community"**, Univerity of Texas, 1998.

GORDON, Edmund T.; GURDIÁN, Galio C.; HALE, Charles R. Rights, Resources, and the Social Memory of Struggle: Reflections on a Study of Indigenous and Black Community Land Rights on Nicaragua's Atlantic Coast. **Human Organization**, Vol. 62. No. 4: Winter, 2003, p. 369-381.

HALE, Charles R. Inter-Ethnic Relations and Class Structure in Nicaragua´s Atlantic Coast: An Historical Overview. In: **Ethnic Groups and the Nation State**: the case of the Atlantic coast in Nicaragua. Stockholm: University of Stockholm, Dept. of Social Anthropology. 1987. p. 33-57.

_____. Institutional Struggle, Conflict and Reconciliation: Miskitu Indians and the Nicaraguan State (1979-1985). In: **Ethnic Groups and the Nation State**: the case of the Atlantic coast in Nicaragua. Stockholm: University of Stockholm, Dept. of Social Anthropology. 1987. p. 101-128.

_____. "Wan Tasbaya Dukiara": Contested Notions of Land Rights in Miskitu History. In: **Remapping Memory: The Politics of Time Space**, edited by Jonathan Boyarin; Charles Tilly, University of Minnesota Press, 1994, pp. 67–98.

_____. Entre la militancia indígena y la conciencia multiétnica: los desafíos de la autonomía en la Costa Atlántica de Nicaragua. In: VARESE, Stefano (coord.). **Pueblos indios, soberania y globalismo**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1996. p. 127-156.

_____; GORDON, Edmund T. Costeño Demography: Historical and Contemporary Demography of Nicaragua's Atlantic Coast. In: **Ethnic Groups and the Nation State**: the case of the Atlantic coast in Nicaragua. Stockholm: University of Stockholm, Dept. of Social Anthropology. 1987. p. 6-31.

HOOKER, Juliet. "Beloved Enemies": Race and Official Mestizo Nationalism in Nicaragua. **Latin American Research Review**: Latin American Studies Association, Vol. 40, No. 3, 2005, p. 14-39.

HUETE-PÉREZ, Jorge A. et al. Scientists Raise Alarms about Fast Tracking of Transoceanic Canal through Nicaragua. **Environmental Science and Technology,** ACS Publications**,** DOI: 10.1021/acs.est.5b00215, 2 mar. 2015, p. 3989-3996.

GÓMEZ ISA, Felipe. "The Decision by the Inter-American Court of Human Rights on the *Awas Tingni Vs. Nicaraguan Case* (2001): The Implementation Gap. **The Age of Human Rights**, v. 8, jun. 2017, p. 66-91.

KINZER, Stephen. **Blood of Brothers:** Life and War in Nicaragua. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental** - um relato dos empreendimentos e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guíne Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATAMOROS-CHAVEZ, Edwin. **Micropolíticas de campesinos colonos em territorios indígenas de Nicaragua**. Tese de Doutorado: University of Texas at Austin, Dec. 2014.

MELO, Mário. Últimos avanços na justiciabilidade dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**. N° 4, Ano 3. 2006, p. 30-47.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados": situação colonial, territorialização e fluxos culturais." *In*: _____. **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: contra CAPA, 1999. p. 11-39.

POPOL NA. **Manual Comunitario**: Sueño e catástrofe, lo que debemos saber sobre el proyecto del Canal Interoceánico en Nicaragua. Managua, 2015.

QUIEREN dividir junta directiva indígena por el canal en la RACCS. **GTR-K**, Comunicado de Prensa**,** Bluefields, 2015.

RED local**. Efectos Socioeconómicos del Canal Interoceánico a Nível Municipal**. Managua, 2014.

SAID, Edward. Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas. *In*: **Cultura e Imperialismo**, _____, 34-116. São Paulo: Campanha das Letras, 1992.

VILAS, Carlos M. Revolutionary Change and Multi-Ethnic Regions: The Sandinista Revolution and the Atlantic Coast. In: **Ethnic Groups and the Nation State**: the case of the Atlantic coast in Nicaragua. Stockholm: University of Stockholm, Dept. of Social Anthropology. 1987. p. 61-100.

WIGGINS, Armstrong. El caso de Awas Tingni: o el future de los derechos territoriales de los pueblos indígenas del Caribe nicaragüense (2002). In: **Demarcación territorial de la propiedad comunal en la Costa Caribe de Nicaragua**. Compiladores: Alvaro Rivas; Rikke Broegaard. CIDCA-UCA/ MultiGrafic, Managua, 2006, p. 81-111.

FONTES ELETRÔNICAS: ARTIGOS/REVISTAS, JORNAIS, E-BOOKS

ABURTO, Wilfredo Miranda. Rabia y dolor en Waspam. **Confidencial**, Managua, 17 set. 2015. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/rivera-los-indigenas-ponemos-los-muertos/>.

_____. FSLN desafora al diputado Brooklyn Rivera. **Confidencial,** Managua, 21 set. 2015. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/fsln-desafora-al-diputado-brooklyn-rivera/>.

_____. Corrupción y muerte en território miskito – funcionarios del FSLN y YATAMA implicados en tráfico de tierras indígenas. **Confidencial**, Managua, 6 jun. 2016. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/corrupcion-muerte-territorio-miskito/>.

_____. El Infierno de los Miskitos, **Confidencial**, Managua, 7 jun. 2016. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/infierno-los-miskitos/>.

_____. El éxodo de los miskitos. **Confidencial**, Managua, 10 jun. 2016. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/exodo-los-miskitos/>.

ACOSTA, María Luisa. Os povos indígenas e afrodescendentes e a crise sociopolítica da Nicarágua**.** **Amazonas**, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistaamazonas.com/2019/04/22/los-pueblos-indigenas-y-afrodescendientes-y-la-crisis-socio-politica-de-nicaragua/#another-identifier>.

_____. La Rescisión de la Concesión del GCIN y el proyecto del Puerto de Aguas Profundas de Bluefields. **Land Portal**, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://landportal.org/es/blog-post/2020/04/la-rescisi%C3%B3n-de-la-concesi%C3%B3n-del-gcin-y-el-proyecto-del-puerto-de-aguas-profundas>.

ADKINS, JoAnn. Scientists discuss Nicaragua canal project. **FIU News**, Miami, 16 mar. 2015. Disponível em:<https://news.fiu.edu/2015/03/scientists-discuss-nicaragua-canal-project/86214>.

BÁRCENAS, Fernando. ¿Qué tipo de régimen es el orteguista? **Confidencial**, Managua, 29 jun. 2016. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/tipo-regimen-orteguista/>.

CERDA, Arlen. Violencia y caos tras municipales. **Confidencial**, Managua, 7 nov. 2017. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/violencia-caos-tras-votaciones-municipales-nicaragua/>.

CHAMORRO, Emiliano; GARTH, José. Bilwi Indígenas exigen alto a violencia por sus tierras. **La Prensa/Cortesía**. Managua, 15 set. 2015. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2015/09/15/nacionales/1902008-bilwi-indigenas-exigen-alto-a-violencia-por-sus-tierras>.

CIDH anuncia calendário de audiências do 172 Período de Sessões que será realizado na Jamaica. **OEA** – Comunicado de Imprensa, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2019/093.asp>.

CIDH manifiesta su preocupación por la continuación de la represión en Nicaragua, **CIDH** – Comunicado de Prensa, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://mailchi.mp/dist/cidh-manifiesta-su-preocupacin-por-la-continuacin-de-la-represin-en-nicaragua?e=4b3a1bc8d2>.

CUPPLES; GLYNN. **Shifting Nicaraguan Mediascapes Authoritarianism and the Struggle for Social Justice**. Cham, Springer, 2018. E-Book. ISBN 978-3-319-64319-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-64319-9>.

DANIEL Ortega consegue a reeleição por tempo indeterminado. **Él País**, Brasília, 28 jan. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/29/internacional/1390955364_046642.html>.

ENRÍQUEZ, Octavio. Yatama rompe con FSLN en el Caribe. **Confidencial**, Managua, 27 mar. 2014. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/archivos/articulo/16785/yatama-rompe-con-fsln-en-el-caribe>.

_____. Rosario Murillo describe como "legítima defensa" la agresión de turbas orteguistas. **La Prensa**, Managua, 19 abr. 2018. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2018/04/19/politica/2406376-rosario-murillo-describe-como-legitima-defensa-la-actuacion-de-sus-partidarios>.

EXIGEN destitución "imediata" del presidente de Poder Electoral de Nicaragua. **Agencia EFE**, Managua, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/america/politica/exigen-destitucion-inmediata-del-presidente-de-poder-electoral-nicaragua/20000035-3818945>.

FIRMAN acuerdo de consentimiento para uso de tierras del Gobierno Territorial Rama y Kriol. **El 19 TV**, Managua, 20 mai. 2016. Disponível em: < http://www.el19digital.com/>.

FULLER, Cindy. Invasión de colonos y desinterés del Estado de Nicaragua ponen en riesgo a 12 comunidades miskitas, según informe de CEJIL. **La Prensa**, Managua, 13 ago. 2019. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2019/08/13/nacionales/2578667-comunidades-miskitu-podrian-desaparecer-por-la-invasion-de-los-colonos-y-el-desinteres-del-estado-de-nicaragua-segun-informe-de-cejil?fbclid=IwAR3OdrfKWHzwdlCsxaGSa1R2YmJDEC95PPKIYsiYgCPrE_gCObtS01NNosU>.

GONZÁLEZ, Miguel. La costa de comandante Campbell, **Confidencial**, Managua, 16 ago. 2015. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/la-costa-del-comandante-lumberto-campbell/>.

HALLARON muerto al líder indígena nicaragüense Mark Rivas. **Infobae**, América Latina, 05 jan. 2020. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2020/01/05/hallaron-muerto-al-lider-indigena-nicaraguense-mark-rivas/>.

INDIGENOUS and Afro-Caribbean claim they were forced to negotiate over Nicaragua Canal. **The Tico Times**, Costa Rica, 20 jan. 2016. Disponível em: <https://ticotimes.net/2016/01/14/indigenous-afro-caribbeans-claim-forced-negotiate-nicaragua-canal>.

INFORME internacional reconoce la muerte de tres líderes indígenas en el Caribe Norte de Nicaragua en 2017. **LAND PORTAL**, Holanda, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://landportal.org/node/71114>.

MALDONADO, Carlos Salinas. Corte sandinista decreta la reelección de Daniel Ortega. **Confidencial**, Managua, 30 set. 2010. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/archivos/articulo/1970/corte-sandinista-decreta-la-reeleccion-de-daniel-ortega>.

MENDOZA M., Tammy Zoad. Nicaragua: Indígenas miskitos buscan refugio. **La Prensa**, Managua, 7 ago. 2016. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2016/08/07/nacionales/2079713-indigenas-miskitos-buscan-refugio-en-nicaragua>.

M. Rezaye Álvarez. Ramas y Kriol denuncian acuerdo ilegal con el Gobierno. **La Prensa**, Managua, 3 mai. 2016. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2016/05/03/nacionales/2028754-ramas-kriol-denuncian-acuerdo-ilegal-gobierno>.

NICARÁGUA entra na lista de países da AL violadores dos direitos humanos. **Veja**, São Paulo/ Rio de Janeira, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/nicaragua-entra-na-lista-de-paises-da-al-violadores-dos-direitos-humanos/>.

NICARAGUA: condenamos enérgicamente nuevo ataque contra comunidad indígena miskitu de Santa Clara. **CEJIL** – Comunicado, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cejil.org/es/nicaragua-condenamos-energicamente-nuevo-ataque-contra-comunidad-indigena-miskitu-santa-clara>.

NO callarán nuestras voces: indígenas triunfan en las elecciones generales de Nicaragua – posicionamiento de Brooklyn Rivera. **Cultural Survival**, 2 jan. 2017. Disponível em: <https://www.culturalsurvival.org/news/no-callaran-nuestras-voces-indigenas-triunfan-en-las-elecciones-generales-de-nicaragua>.

OTORGAN permiso ambiental para el Gran Canal Interoceánico de Nicaragua, El desarrollo del Canal avanza firmemente, **Inventariando China,** San José, 7 nov. 2015. Disponível em: <https://inventariandochina.wordpress.com/2015/11/07/otorgan-permiso-ambiental-para-el-gran-canal-interoceanico-de-nicaragua-el-desarrollo-del-canal-avanza-firmemente/>.

ROMERA, Elizabeth; NAVAS, Lucia. ONU conoce denuncia de miskitos nicas sobre Ortega. **La Prensa**, Managua, 6 nov. 2015. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2015/11/06/nacionales/1931940-onu-conoce-denuncia-de-miskitos-nicas-sobre-ortega>.

_____. Trabajadores municipales ocupan aeropuerto y suspenden vuelos en Puerto Cabezas. **La Prensa**, Managua, 18 ago. 2017. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2017/08/18/nacionales/2282121-trabajadores-de-alcaldia-de-puerto-cabezas-en-protesta-ocupan-aeropuerto-y-suspenden-vuelos>.

SALINAS, Carlos. Ortega confirma guinada autoritária ao indicar esposa como candidata à vice-presidência. **El País,** Managua, 3 ago. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/03/internacional/1470183782_674749.html>.

UBINGER, H. C. A construção do Canal Interoceânico da Nicarágua começará em 2016, mas continua sendo questionado por cientistas e pelas populações que serão atingidas, **Informativo PNCSA N° 20**, Manaus, 22 dez. 2015. Disponível em: <http://www.novacartografiasocial.com/>.

WELLE, Deutsche. Crise na Nicarágua completa um ano; veja linha do tempo, **G1 – Globo Notícias**, São Paulo, 18 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/18/crise-na-nicaragua-completa-um-ano-veja-linha-do-tempo.ghtml>.

EVENTOS, FORUNS E VÍDEOS COM FONTES VIRTUAIS

ACN. II Taller Internacional sobre el Canal Interoceánico por Nicaragua. Managua-Nicaragua, 19-20 nov. 2015. **Libro final del taller**, 24 p. Consultar a divulgação do evento e acessar o livro no site da ACN, disponível em: <http://cienciasdenicaragua.org/index.php/blog/ii-taller-internacional-sobre-el-canal-interoceanico-por-nicaragua>.

ACN. *Palabras de bienvenida al Taller Internacional sobre el Canal interoceánico. Presidente de la ACN, Dr. Manuel Ortega Hegg.* 19 nov. 2015, Managua-Nicarágua.

CEJUDHCAN. *Saneamiento Territorial para los Pueblos Indígenas y Afrodescendientes es Responsabilidad del Estado de Nicaragua*. 2015, vídeo disponível em: <https://youtu.be/uSiByOazZ9Y>.

CEJUDHCAN. *Situación del Territorio Indígena Wangki Twi Tasba Raya*. 2015, vídeo disponível em: <https://youtu.be/lG4D9HF1KXo>.

EL Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de la ONU, Del 9 al 20 de mayo, Organización de las Naciones Unidas (ONU), en Nueva York: "*Intervención Lottie Cunningham sobre Canal de Nicaragua" - Foro Permanente 2016*, 10 mai. 2016. Vídeo disponível em: < https://vimeo.com/166130924>.

ESTA Noche. *"Comunidades del Caribe interponen recurso de inconstitucionalidad por Ley del Canal Interoceánico".* Programa de televisión *Esta Noche* presentada por el periodista

Carlos Fernando Chamorro el 2 de julio de 2013. Vídeo disponível em: <http://www.confidencial.com.ni/video/777#sthash.2TKN1Boh.gbpl>.

154 Período de Sesiones CIDH. *"Construcción del canal transoceánico y su impacto sobre los derechos humanos en Nicaragua": Audiencia Pública del 154 Período de Sesiones de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH)*. 16 mar. 2015. Vídeo disponível em: <https://youtu.be/oOxVVwrKnBc>.

172º Período de Sessões da CIDH. *"Nicaragua: Indígenas y Afrodescendientes en Costa Caribe." Situación de los pueblos indígenas y afrodescendientes de la Costa Caribe de Nicaragua*. Audiência Pública CIDH, 8 mai. 2019. Vídeo disponível em: <https://youtu.be/dFSTjbiwhfY>.

DISPOSITIVOS LEGAIS, DIAGNÓSTICOS E RELATÓRIOS CONSULTADOS

ALISTAR NICARAGUA; CIDCA-UCA. *Diagnóstico de Tenencia y Uso de la Tierra de la Comunidad Mayangna de Awas Tingni*. Managua, 13 out. 2003.

ALMÁCIGA; ACIN; AECID. *Caracterización Jurídica de Terceros en el Territorio Ancestral de la Comunidad Mayangna de Awas Tingni-AwasTingni Mayangnina Sauni Ûmani (AMASAU), Marzo-Mayo 2012. Fortalecimiento de las experiencias de ordenamiento territorial de los pueblos indígenas en Colombia y Nicaragua.* RACCN, mai. 2012.

APIAN. **Informe sobre la Situación de los Derechos Territoriales de los Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de Nicaragua**. Nicarágua, dez. 2017.

CENIDH. **CENIDH denuncia violaciones sistemáticas a los derechos humanos de los nicaragüenses por el régimen dictatorial de Daniel Ortega y Rosario Murillo**. Managua, 4 mai. 2018, p. 1-23.

CENIDH. **Informe de monitoreo elecciones municipales en Nicaragua, 5 de noviembre de 2017**. Managua, 14 nov. 2017.

CENIDH et al., **Derechos Humanos en Nicaragua**: Informe [Anual] 2015. Managua, Centro Nicaragüense de Derechos Humanos, 2016.

COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos Resolución 37/15, Medida Cautelar No. 505-15, Pueblo Indígena Miskitu de Wangki Twi-Tasba Raya respecto de Nicaragua, 14 de octubre de 2015. Disponível em: <https://cejudhcan.wixsite.com/cejudhcan/jurisprudencia>.

COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos Resolución 02/2016, Medida Cautelar No.505-15, Ampliación de beneficiarios Pueblo Indígena Miskitu de Wangki Twi-Tasba Raya respecto de Nicaragua, 16 de enero de 2016. Disponível em: <https://cejudhcan.wixsite.com/cejudhcan/jurisprudencia>.

COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos Resolución 44/2016, Medida Cautelar No.505-15, Ampliación de beneficiarios Pueblo Indígena Miskitu de Wangki Twi-Tasba Raya respecto de Nicaragua, 8 de agosto de 2016. Disponível em: <https://cejudhcan.wixsite.com/cejudhcan/jurisprudencia>.

COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos Resolución 16/2017, Medida Cautelar No.505-15, Lottie Cunningham respecto de Nicaragua (Ampliación), 11 de junio de 2017. Disponível em: <https://cejudhcan.wixsite.com/cejudhcan/jurisprudencia>.

CORTE Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). *Caso de la Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua, Sentencia de 31 de agosto de 2001*.

CORTE Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Caso Yatama versus Nicarágua, Sentença de 23 de junho de 2005.

GCCB. *Diagnóstico del Territorio de la Comunidad Negra Creole Indígena de Bluefields.* Bluefields, set. 2012.

GTR-K. **Lineamientos para realizar un proceso de consulta en el territorio Rama y Kriol en relación al Proyecto del Gran Canal Interoceánico de Nicaragua y sub-proyectos asociados.** Bluefields, RACCS, 2014.

NICARAGUA. **Constitución Política de Nicaragua**. SENICSA, ago. 2013.

NICARAGUA. *Estatuto de la Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua. Ley No. 28 de 7 de Septiembre de 1987. La Gaceta. No. 238 de 30 de Octubre de 1987.*

NICARAGUA. *Ley 212 – Ley de la Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos. Gaceta No. 7 del 10 de Enero de 1996.*

NICARAGUA. *Ley de Régimen de Propiedad Comunal de los Pueblos Indígenas y Comunidades Étnicas de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica de Nicaragua y de los Ríos Bocay, Coco, Indio y Maiz. Ley No. 445, aprobada el 13 de Deciembre del 2002. La Gaceta No. 16 del 23 de Enero del 2003.*

NICARAGUA. *Declaración de las Naciones Unidos sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas. DECLARACIÓN A.N. No. 001-2008. Aprobada el 11 de Marzo del 2008. La Gaceta N° 68 del 11 de Abril del 2008.*

NICARAGUA. *Decreto da la Aprobación del Convenio sobre Pueblos Indígenas y Tribales, 1989. Decreto A.N. No. 5934, Aprobado el 06 de Mayo del 2010. La Gaceta No. 105 del 04 de Junio del 2010. [Convenio 169, de la Organización Internacional del Trabajo]*.

NICARAGUA. *Decreto Creador de la Comisión Interinstitucional para la Defensa de la Madre Tierra en Territorios Indígenas, Afrodescendientes del Caribe y Alto Wangki-Bocay, Decreto No. 15-2013, Aprobado el 5 de Marzo del 2013. La Gaceta No. 44 del 7 de Marzo del 2013.*

NICARAGUA. *La Gaceta: Diário Oficial. Sumario Asamblea Nacional: Ley N° 840. Ley Especial para el Desarollo de Infraestructura y Transporte Nicaragüense Atingente a El Canal, Zonas de Libre Comercio e Infraestructuras Asociadas*. Managua, 14 jun. 2013.

PLATAFORMA de la Iniciativa Territorio Indígena y Gobernanza. *Experiencias de titulación y gestión territorial de pueblos indígenas y afrodescendientes en la Costa Caribe: logros, lecciones y retos.* PNUD, mai. 2011. Disponível em: <http://www.territorioindigenaygobernanza.com/nic_06.html>.

PRODEP. *Diagnóstico del Territorio Indígena Wangki Twi-Tasba Raya.* **GTI de Wangki Twi-Tasba Raya; SDC**, Waspam, Rio Coco, nov. 2008.

RESOLUCIÓN de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, de 1 de septiembre de 2016, solicitud de Medidas Provisionales respecto Nicaragua, Asunto pobladores de las comunidades del pueblo indígena Miskitu de la Region Costa Caribe Norte.

RESOLUCIÓN del Presidente de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, de 30 de junio de 2017, Ampliación de Medidas Provisionales respecto Nicaragua, Asunto pobladores de las comunidades del pueblo indígena Miskitu de la Region Costa Caribe Norte.

RESOLUCIÓN de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, de 06 de febrero de 2020, Ampliación de Medidas Provisionales respecto de Nicaragua, Asunto pobladores de las comunidades del pueblo indígena Miskitu de la Región Costa Caribe Norte. **Corte IDH**, 6 fev. 2020. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/miskitu_se_06.pdf>.

THE OAKLAND INSTITUTE. **Nicaragua's Failed Revolution, the Indigenous Struggle for Saneamiento**. Oakland-CA, 2020.

YATAMA. *Informe: Elecciones Municipales 2017 – Costa Caribe de Nicaragua*. Bilwi-RACCN, nov. 2017.

ANEXO – ILUSTRAÇÕES



Comunidade *Pearl Lagoon*, RACCS, Nicarágua. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, fev. 2014.



Comunidade *Pearl Lagoon*, RACCS, Nicarágua. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, fev. 2014.



Crianças *Creole* brincando na água, na *Laguna de Perlas*. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Pearl Lagoon*, RACCS, Nicarágua, H. C. Ubinger, fev. 2014.



Comunidade *Orinoco*, do povo *Garífuna*, no Território *Pearl Lagoon*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 2015.



Parque Nacional Jeanette Kawas, Corredor Ecológico Mesoamericano, na Costa Caribe de Honduras. Fonte: trabalho de campo, H .C. Ubinger, jul. 2015.



Parque Nacional Jeanette Kawas, comunidade *Garífuna*, *Barra Vieja*, Fonte: trabalho de campo, Honduras, H. C. Ubinger, jul. 2015.



Ilha de Guanaja – Ilhas da Baía, visita à comunidades *Creole.* Fonte: trabalho de campo, Costa Caribe hondurenha H. C. Ubinger, jul. 2015.



Reunião com líderes *Garífuna*, Joe Ryan e Rafael Sambula (à direita), no município de Brus Lagunas, na *Reserva de la biosfera de Río Plátano*. Fonte: trabalho de campo, *Mosquitia* hondurenha, H. C. Ubinger, ago. 2015.



Reserva de la biosfera de Río Plátano, na *Mosquitia* hondurenha. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, ago. 2015.



Reunião na comunidade *Mocoron*, do *Consejo Territorial de FINZMOS*, povo *Miskitu.* Fonte: trabalho de campo, *Mosquitia* hondurenha, H. C. Ubinger, 28/7/2017.



Reunião na comunidade *Mocoron*, do *Consejo Territorial de FINZMOS*, presidente da MASTA, Sr. Norvin Goff palestrando com microfone. Fonte: trabalho de campo, *Mosquitia* hondurenha, H. C. Ubinger, 28/7/2017.



Senhores Daniel Torrez (à esquerda, não indígena) e Delton Allen (à direita, *Miskitu*), do PNUD. Estrada em direção às comunidades *Suhi* e *Pranza*, na *Mosquitia* hondurenha. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, ago. 2017.



Comunidade *Suhi*, na beira do Rio Coco, *Mosquitia* hondurenha. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, ago. 2017.



Os entrevistados Sr. Calipso Thompson da comunidade *Klisnak* – Rio Coco *arriba*, na Nicarágua (à esquerda) e Eric Henriques da comunidade *Mocoron* – Honduras (à direita), na comunidade *Pranza,* à margem do Rio Coco, na *Mosquitia* hondurenha. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 4/8/2017.



Na alfândega em *Leimus*-Honduras aguardando autorização para entrar na Nicarágua. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, ago. 2017.



Travessia do Rio Coco entre *Leimus*-Honduras até *Leimus*-Nicarágua, com os *Miskitu* hondurenhos para participar do *Sihkru Tara*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 6/8/2017.



Travessia do Rio Coco até *Leimus*-Nicarágua, com os *Miskitu* hondurenhos para participar do *Sihkru Tara*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 6/8/2017.



Chegada à *Leimus*-Nicarágua, na fronteira com Honduras, com os *Miskitu* hondurenhos para participar do *Sihkru Tara*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 6/8/2017.



Da esquerda à direita: Erlanda Becan Mamy, da comunidade *Lisagnipura*; Alden Bolian M., *Dirrección Prumnitara*; Ingrid Miranda Martiniz, orginalmente da comunidade *Pranza* – todos da Junta Diretora da MASTA; chegamos ao munícipio de Waspam da fronteira Honduras-Nicarágua. Fonte: trabalho de campo, Waspam-Nicarágua, H. C. Ubinger, 6/8/2017.



Evento Cultural durante *Sihkru Tara*: à esquerda, Sr. Brooklyn Rivera, fundador do evento e líder máximo do partido indígena, YATAMA (Nicarágua); à direita, Sr. Norvin Goff, presidente da MASTA (Honduras). Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas/ RACCN, Nicarágua, H. C. Ubinger, 8/8/2017.



Brooklyn Rivera, em pronunciamento durante os *Sihkru Tara*. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 8/8/2017.



Dirigentes do YATAMA e da MASTA na mesa de honra, assistindo apresentações durante *Sihkru Tara*. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 8/8/2017.



Apresentações culturais durante o *Sihkru Tara*. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 8/8/2017



Cartaz grande do Presidente Daniel Ortega com sua esposa e vice-presidente Rosario Murillo, propaganda comum do regime Ortega-Murillo, espalhada pelo país. Autor: Oscar Navarrete/IPS, nov.2016. Disponível em: <http://www.ipsnews.net/2016/11/nicaraguas-elections-marked-by-apathy-and-mistrust/>.



Muro e portão de entrada à Casa Verde, fotografia registrada após ser queimada por agressores sandinistas apoiados pela Polícia Nacional, no dia 8/11/2017. Fonte: testemunhas *Miskitu*, dez. 2017.



Estátua do Índio *Miskitu* no centro do Bilwi-Puerto Cabezas. Disponível em: <https://intercontinentalcry.org/es/la-estatua-del-nuevo-moskitiano-la-encrucijada-de-yatama/>.



Estatua do Índio *Miskitu*, destruída por agressores sandinistas para intimidar os manifestantes, pós-fraude eleitoral em Bilwi-Puerto Cabezas, novembro 2017. Fonte: testemunhas *Miskitu*, dez. 2017.



Mark Rivas, jovem dirigente do partido YATAMA, nos escombros da Casa Verde, queimada por agressores sandinistas durante as manifestações após as eleições municipais de novembro 2017. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 19/12/2017.



Mark Rivas nos escombros da Casa Verde. Ele foi assassinado no dia 3 de janeiro de 2020, por um tiro de arma de fogo disparada na sua cabeça. Suspeita-se que o homicídio esteja vinculado à sua filiação política, como dirigente do partido YATAMA, mas não houve uma investigação detida por parte das autoridades policiais. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 19/12/2017.



Gary Stivens, com 20 anos de idade, vítima fatal *Miskitu* das violências decorrentes das eleições municipais em Bilwi-Puerto Cabezas, 8 de novembro de 2017. Fonte: testemunhas *Miskitu*, afiliadas ao partido YATAMA.



Gary Stivens, com 20 anos, morreu devido aos dois tiros de arma de fogo que atingiram seu crânio, enquanto fugia dos ataques por agressores sandinistas e policiais, na Casa Verde, Bilwi-Puerto Cabezas, no dia 8 de novembro de 2017. Fonte: testemunhas *Miskitu*.



Familiares e amigos chegando ao Cemitério de Puerto Cabezas, para assistir o enterro do jovem *Miskitu*, Gary Stivens, Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 10/11/2017.



Enterro do jovem *Miskitu*, Gary Stivens. Parentes carregando a caixão com o corpo da vítima. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 10/11/2017.



Enterro do Gary Stivens, familiares lamentando sua morte. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H.C. Ubinger, 10/11/2017.



Reunião do *Consejo Nacional en Defensa de Nuestra Tierra, Lago y Soberania*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 22/8/2015.



Participantes da Reunião do *Consejo Nacional en Defensa de nuestra Tierra, Lago y Soberania*, em frente ao Lago *Cocibolca*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 22/8/2015.



Assembleia Pública organizada pelos membros do *Consejo Nacional en Defensa de nuestra Tierra, Lago y Soberania,* com moradores do município de Rivas, os convocando a participar da mobilização anti-canal. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 23/8/2015.



Assembleia com moradores de Rivas: o Sr. Nemesio Mejia, representante *campesino* do *Consejo Nacional*, do município Punta Gorda-RACCS; de pé, usando boné vermelho. Fonte: trabalho de Campo, H. C. Ubinger, 23/8/2015.



Medardo Mairena, representante de Punta Gorda-RACCS, durante a Assembleia do *Consejo Nacional* em Rivas. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 23/8/2015.

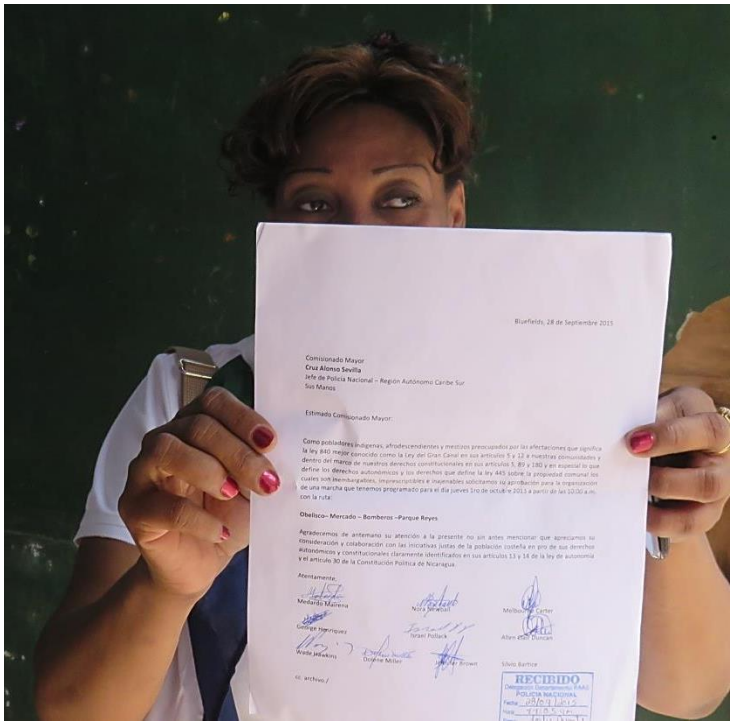
MARCHA REGIONAL EM OPOSIÇÃO AO CANAL INTEROCEÂNICO EM BLUEFIELDS



Primeira Marcha em oposição ao Canal Interoceânico e a Lei N° 840, realizada na capital da RACCS, Bluefields. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 1/10/2015.



Líder *Creole*, Sr. Guy Cox, negociando com os policiais para que permitissem a passagem da marcha pacífica. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 1/10/2015.



Líder *Creole*, Nora Newball, mostrando a carta recebida da prefeitura, autorizando o trajeto do protesto anti-canal. Fonte: trabalho de campo, Bluefields, H. C. Ubinger, 1/10/2015.



Marcha contra o Canal Interoceânico em Bluefields, manifestantes reunidas no parque central. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 1/10/2015.



Nora Newball, ex-presidente do *Gobierno Comunal Creole de Bluefields* (GCCB) com o microfone; e ao seu lado, Sr. Cleveland McCray, indígena *Rama* pastor da Igreja Morava e antigo líder da comunidade *Rama Cay*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, marcha-anticanal em Bluefields, 1/10/2015.



Dolene Miller, representante do *Territorio de la Comunidad Negra Creole Indígena de Bluefields* (à esquerda) e à sua direita, Sr. Guy Cox, *Creole* e ex-coordenador do Conselho Regional da RACCS. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 1/10/2015.



Marcha contra o Canal Interoceânico em Bluefields: Sra. Dolene Miller (*Creole*) ex- representante da CONADETI, com boné preto atrás da faixa; à sua esquerda, Sr. Octavio Ortega, *campesino* e coordenador do *Consejo Nacional en Defensa de nuestra Tierra, Lago y Soberania,* em Rivas; Sra. Soraya Acevedo (*mestiza*), coordenadora do *Consejo Nacional* em Bluefields, à direita. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 1/10/2015.



Marcha contra o Canal Interoceânico em Bluefields. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 1/10/2015.

MARCHA NACIONAL CONTRA O CANAL INTEROCEÂNICO EM MANAGUA



Marcha Nacional contra o Canal Interoceânico, na capital, Managua-Nicarágua. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 27/10/2015.



Marcha Nacional contra o Canal Interoceânico em Managua. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 27/10/2015.



Sr. Guy Cox, líder *Creole*, usando boné marrom, camisa branca, com bandeira da Nicarágua na mão direita. Fonte: trabalho de campo, Marcha Nacional anti-canal em Managua, H. C. Ubinger, 27/10/2015.



Campesinos do município de Rivas presentes na marcha anti-canal. Fonte: trabalho de campo, Managua, H. C. Ubinger, 27/10/2015.



Cartazes com protestos durante a Marcha Nacional em oposição à construção do Canal Interoceânico. Fonte: trabalho de campo, Managua, H. C. Ubinger, 27/10/2015.



Chegada dos *campesinos* de outros munícipios rurais à marcha anti-canal, nos caminhões de gado. Fonte: trabalho de campo, Managua, H. C. Ubinger, 27/10/2015.



Chegada dos c*ampesinos* à Marcha Nacional anti-canal. Fonte: trabalho de campo, Managua, H. C. Ubinger, 27/10/2015.



Chegada dos c*ampesinos* chegando à Marcha Nacional anti-canal. Fonte: trabalho de campo, Managua, H. C. Ubinger, 27/10/2015.

“*MIÉRCOLES DE PROTESTA*”



“*Miércoles de protesta*” – manifestações realizadas em Managua a cada quarta-feira, em oposição à fraude eleitoral. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 12/8/2015.



“*Miércoles de protesta*”: tropa de choque da Polícia Nacional impedindo a manifestação pacífica. Fonte: trabalho de campo, Managua-Nicarágua, H. C. Ubinger, 12/8/2015.

TRABALHO DE CAMPO NA REGIÃO AUTÔNOMA DA COSTA CARIBE NORTE-RACCN



Juana Bilbano, na sede do CEJUDHCAN. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas/RACCN, H. C. Ubinger, 14/8/2017.



Delvin Rosálio Colomel, técnico do CEJUDHCAN e mulheres *Miskitu* do Território *Wangk Twi-Tasba Raya*, na sede do CEJUDHCAN. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 17/8/2017.



Nora Newball, líder *Creole* de Bluefields (segunda pessoa da esquerda para a direita); à sua direita, Dra. Lottie Cunningham, durante o 172º Período de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no dia 8 de maio de 2019 (imagem editada). Disponível em: <https://raceandequality.org/articles/violence-indigenous-afro-descendant-nicaraguan-caribbean/>.



Sede do Conselho Regional da Região Autônomo Atlântico Norte (hoje chamada “Costa Caribe Norte”-RACCN), Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 12/1/2018.



Coordenador do Governo Regional da Costa Caribe Norte, Sr. Carlos Alemán, na *Casa del Gobierno Regional del Caribe Norte*. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 11/1/2018.



Placa no prédio da sede da *Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos* (PDDH), *Delegación Territorial-RAAN* (hoje RAAN se tornou RACCN). Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 15/1/2018.



Sede da *Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos* (PDDH) da Delegação Territorial da Costa Caribe Norte (RACCN). Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 15/1/2018.



A Procuradora de Direitos Humanos da Região Autônoma da Costa Caribe Norte e Sul, Sra. Violeta Irías Nelson, na sede da Procuradoria (PDDH-RACCN). Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 15/1/2018.

RODOVIÁRIA DE PUERTO CABEZAS E O MERCADO MISKITU



Rua em frente à "*Parada de Bus*" – rodoviária principal de Bilwi-Puerto Cabezas. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, 8/1/2018.



"*Parada de Bus*" e o Mercado *Misktiu*. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 8/1/2018.



"*Parada de Bus*" em Bilwi-Puerto Cabezas. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 8/1/2018.



"*Parada de Bus*" e o Mercado *Misktiu,* onde os indígenas vendem seus produtos agrícolas. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 8/1/2018.



Local onde os indígenas acampam e vendem seus produtos agrícolas no Mercado *Misktiu.* Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger. 8/1/2018



Caminhão de carga que transporta passageiros para as quatro comunidades *Miskitu* do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, saída e chegada da "*parada da bus"* em Bilwi. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Francia Sirpi,* H. C. Ubinger, 22/10/2017.



Caminhão de carga e passageiros que passa pela "*ruta*" até as quatro comunidades indígenas, no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, Fonte: trabalho de campo, comunidade *Francia Sirpi*, H. C. Ubinger, 22/10/2017.

II ANIVERSARIO DE LOS HÉROES Y MÁRTIRES



O *II Aniversario de los Héroes y Mártires*, em homenagem aos líderes indígenas que morreram em combate com os *colonos*, no dia 3 de setembro de 2015. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 3/9/2017.



Homenagem aos dois líderes que foram assassinados em enfrentamento com *colonos*, na comunidade *Santa Clara*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/9/2017.



Túmulos dos falecidos, senhores Benito Francisco Ramos e Rosmeldo Solórzano, em frente do recinto onde estava sendo realizada a homenagem, no centro da comunidade *Santa Clara*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/9/2017.



Membros da comunidade *Santa Clara* sentados em cima dos túmulos dos falecidos mártires, Benito Francisco Ramos e Rosmeldo Solórzano. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/9/2017.



Viúvas dos dois falecidos, Sra. Solórzano à esquerda, e Sra. Marina Ramos à direita, comunidade *Santa Clara.* Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/9/2017.



Viúvas e indígenas das quatro comunidades que foram feridos por tiros de armas de fogos disparados por *colonos*, durante os enfrentamentos por conflitos territoriais. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 3/9/2017.



Membros da comunidade *Santa Clara*, participando das homenagens. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/9/2017.



Sra. Juana Bilbano se pronunciando durante a homenagem aos heróis e mártires. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 3/9/2017.

COMUNIDADE WISCONSIN



Os 16 indígenas que acompanharam a pesquisadora na caminhada até as montanhas onde os *colonos* têm usurpado *tierras comunales* dentro do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, 4/9/2017, H. C. Ubinger.



Saindo do centro da comunidade *Wisconsin* e seguindo a trilha aberta pelos *colonos* até as áreas indígenas mais distantes usurpadas por *colonos*, na *zona roja* (“zona vermelha”), Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 4/9/2017.



Área desmatada pelos *colonos*, no Território *Wangki Twi-Tasba Raya.* Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 4/9/2017.



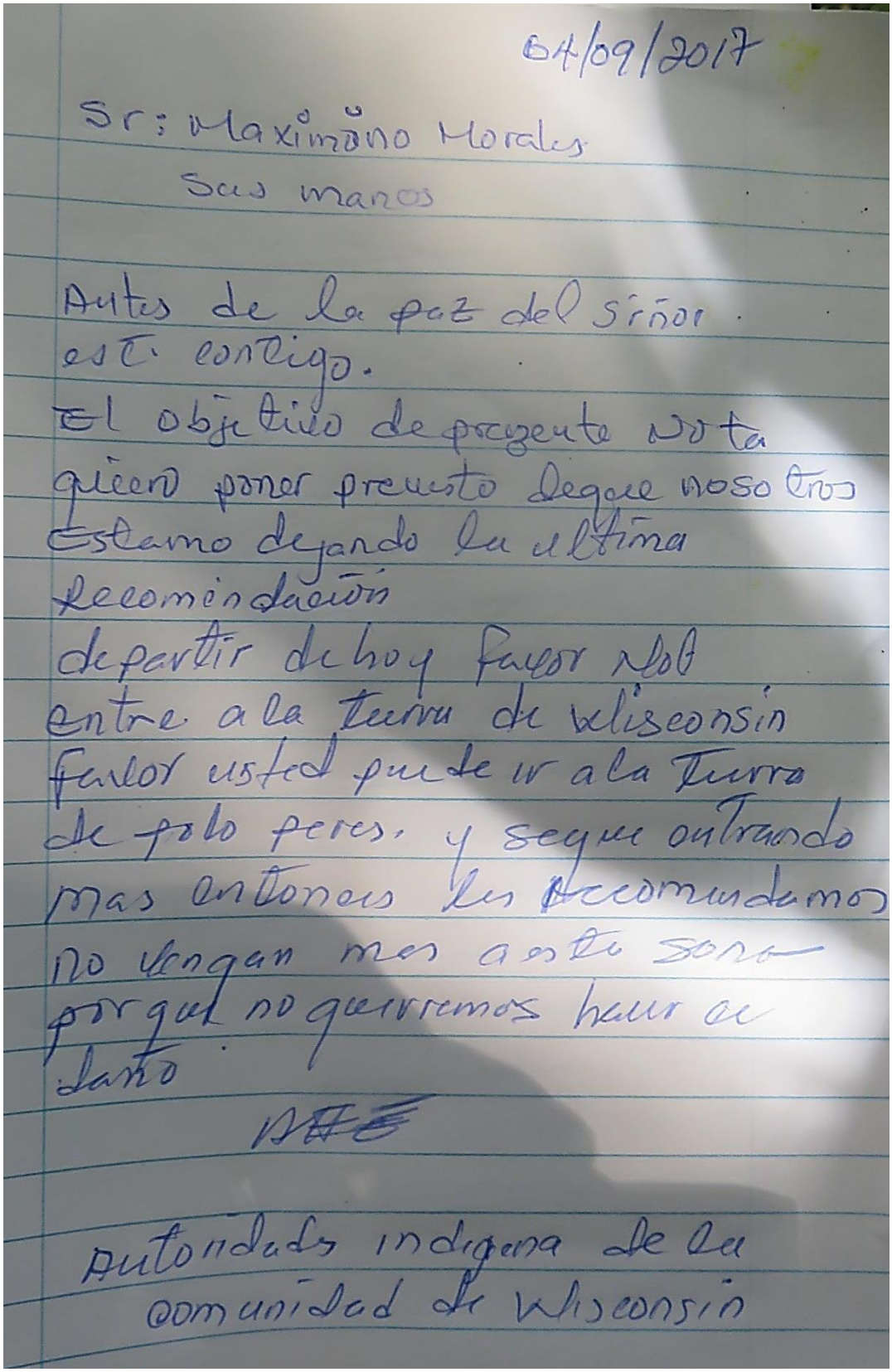
Parcela N° 30, pertencente ao ancião *Miskitu*, Sr. Álvaro, usurpada pelo *colono* conhecido como Máximino.
Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 4/9/2017.



Marcação em árvore feito pelos *colonos*, delimitando sua suposta terra privada, dentro do território indígena.
Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 4/9/2017.



Local onde os *Miskitu* encontraram uma carta de ameaça escrita por *colonos* no caule da árvore marcada e decidiram escrever uma carta avisando os *colonos* que deveriam sair do território indígena imediatamente. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, 4/9/2017.


04/09/2017

Sr: Maximino Morales
Sus manos

Antes de la paz del Señor
esté contigo.
El objetivo de presente nota
quiero poner presente de que nosotros
Estamo dejando la última
Recomendación
departir de hoy favor No
entre a la tierra de Wisconsin
favor usted puede ir a la Tierra
de todo peres. y seguir entrando
mas entonces les recomendamos
no vengan mas a este sitio
porque no queremos hacer un
daño.

BYE

Autoridad indígena de la
comunidad de Wisconsin

Carta de aviso escrito pelos indígenas para os *colonos*, no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 4/9/2017.



Carta de aviso para os *colonos* dobrada e colocada dentro de plástico, pendurada na cruz feito com varas. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 4/9/2017.



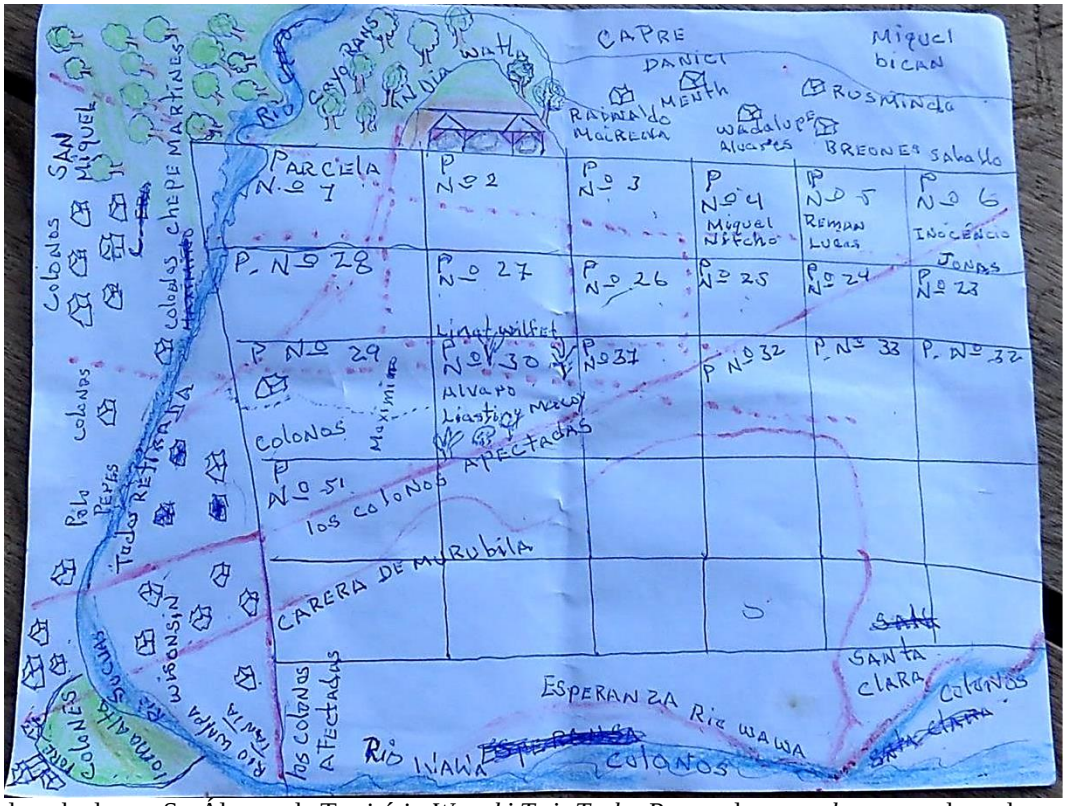
Carta de aviso para os *colonos* dobrada e colocada dentro de plástico, pendurada na cruz de varas. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 4/9/2017.



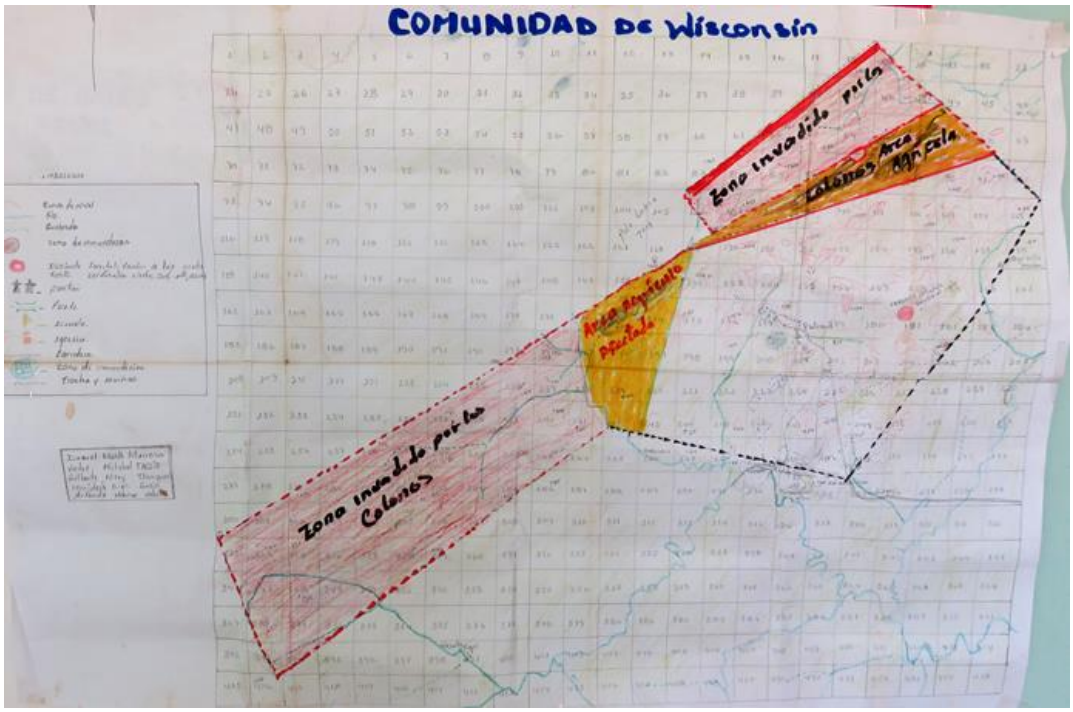
Picadas abertas pelos *colonos*, no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 4/9/2017.



Sr. Álvaro, ancião "*afectado*" que perdeu sua *parcela* na "*zona roja"*, mostrando o mapa que desenhou da sua área e outras *parcelas* indígenas ocupadas por *colonos.* Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H. C. Ubinger, 6/9/2017.



Mapa desenhado por Sr. Álvaro, do Território *Wangki Twi- Tasba Raya* e das *parcelas* usurpadas pelos *colonos*, incluindo sua *parcela* N° 30. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 6/9/2017.



Mapa desenhado pelos indígenas referente à invasão dos *colonos* nos terrenos pertencentes aos membros da comunidade *Wisconsin*. As áreas em ambos os lados preenchidos de vermelho claro/rosa são as "*zonas invadidos por los colonos*". As partes destacadas em amarelo escuro são as "*áreas agrícolas afectados*", onde os indígenas têm perdido suas *parcelas* (com cultivos familiares). Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, set. 2017.



"*Afectados*" Sr. Esteban e família: ele foi sequestrado por *colonos* em 2015 e sua família perdeu sua *parcela* na montanha devido às ameaças por *colonos*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 5/9/2017.



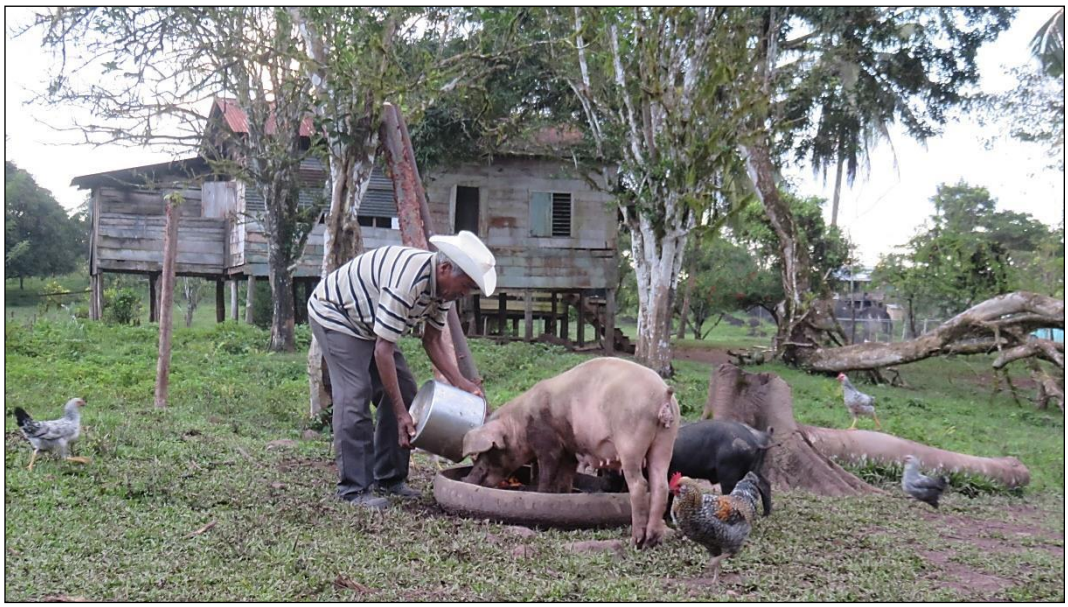
Sra. Rosa ensacando *pilipita*, na casa da sua filha, no centro da comunidade *Wisconsin*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 12/9/2017.



Arroz secando no centro da comunidade *Wisconsin*, porque já não podem trabalhar nas suas *parcelas* mais afastadas no território indígena. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 15/9/2017.



À esquerda: Sr. Simeón Hernandez, 71 anos, *mestizo* – "*viejo viviente*"; e à direita, Sr. Cesar, *Miskitu*, 60 anos de idade. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H. C. Ubinger, 7/9/2017.



Sr. Simeón cuidando dos seus suínos, na comunidade *Wisconsin*. Seu gado foi roubado por um grupo de *colonos* armados e perdeu sua *finca*, devido às ameaças pelos mesmos. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 7/9/2017.



Sr. Maximo Javier, *mestizo* – "*viejo viviente*", pastor da Igreja Adventista na comunidade *Wisconsin*: vindo do trabalho numa *tierra comunal* próxima à comunidade, carregando "*bastimentos*" (alimentos – mandioca) e madeira para fogo de lenha. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 15/9/2017.



Crianças indígenas carregando produção agrícola – mandioca, banana da terra –, passando pela frente do Posto de Saúde. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H. C. Ubinger, 15/9/2017.



Jovem indígena, Melvin e crianças *Miskitu* da comunidade *Wisconsin*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 8/9/2017.



Jovem guarda indígena, com arma de fogo vigiando a escola comunitária, devido às ameaças recebidas que seriam atacados por *colonos* em qualquer momento. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H. C. Ubinger, 14/9/2017.



Momento em que os indígenas, em frente do Posto de Saúde, receberam um aviso que os *colonos* foram vistos nos perímetros da *Wisconsin*, que supostamente viriam atacar a comunidade e preparam-se para entrar na floresta e verificar a veracidade das informações. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 15/9/2017.



Sr. Edmundo Morales Peralta mostrando as balas de arma de fogo disparado por um *colono* na sua coxa, que ainda são alojadas no seu corpo. Isto ocorreu durante a emboscada por *colonos* na comunidade *Wisconsin*, em dezembro 2015. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, set. 2017.



Sr. Edmundo Morales Peralta mostrando as balas de uma arma do fogo disparado por um *colono,* no seu joelho e lombar que não foram retiradas. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H. C. Ubinger, set. 2017.



Vítima indígena que perdeu o dedo da mão esquerda, devido ao tiro de arma de fogo disparado por um *colono* durante os ataques contra a comunidade *Wisconsin*, em 2015. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H.C. Ubinger, set. 2017.

Armas artesanais - "hechizas"



Arma de fogo artesanal: feito de tubo de ferro, madeira talhada entre outros materiais. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H. C. Ubinger, 15/9/2017.



Gatilho feito de um parafuso enferrujado. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H. C. Ubinger, 15/9/2017.



Detalhe de *hechiza.* Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H. C. Ubinger, 15/9/2017.



Hechiza confeccionada na comunidade *Wisconsin*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 4/9/2017.



Hechiza confeccionada na comunidade *Wisconsin.* Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, 8/9/2017.



Arma artesanal – *hechiza.* Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, comunidade *Wisconsin*, 11/9/2017.



Jovens vigilantes indígenas descansando no chão pelo lado de fora do Posto de Saúde, em intervalo durante a patrulha noturna. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin,* H. C. Ubinger, 11/9/2107.



Nevoa ao anoitecer, na comunidade *Wisconsin*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 14/9/2017.

COMUNIDADE FRANCIA SIRPI



Placa da sede do GTI do *Wangki Twi-Tasba Raya*, inoperante devido à coibição política, na comunidade *Francia Sirpi*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, out. 2017.



Constantino Romel, da comunidade *Francia Sirpi;* ex- presidente do Governo Territorial do *Wangki Twi-Tasba Raya*. Ele foi atingido por dois tiros de arma de fogo de porte militar no tórax, após sofrer uma emboscada ambígua perpetrada pelo Exército, quando estava saindo do território indígena, em 15 de setembro de 2015. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 27/1/2018.



Pola Dublon, Coordenadora do *Consejo de Liderazgo Sandinista* (CLS) e Conselheira da FSLN do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, integrada ao Governo Regional. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Francia Sirpi*, H. C. Ubinger, 18/10/2017.



Mulheres e crianças tomando banho e lavando roupa em igarapé em *Francia Sirpi*. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, out. 2017.



Crianças da comunidade *Francia Sirpi*, no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/9/2017.



Cozinha da casa onde a pesquisadora foi hospedada, na comunidade *Francia Sirpi*. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, out. 2017.



Saraina Lencher, mãe de Ronald Maclovio Eliseo, indígena que foi emboscado por aproximadamente 40 *colonos*, em julho de 2015. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, out. 2017.



Ronaldo Mclovio Eliseo foi baleado várias vezes no peito por um grupo de *colonos* armados que o emboscaram quando estava voltando à comunidade *Francia Sirpi*, após um dia de trabalho, em julho de 2015. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 15/10/2017.



Johnsner Missin tomou um tiro de arma de fogo no braço, durante as primeiras emboscadas realizadas por *colonos* contra a comunidade *Francia Sirpi*, em 2015. A bala ainda se encontra alojada no braço. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 17/10/2017.



Johnsner Missin mostrando o local onde a bala esta alojada no seu antebraço. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Francia Sirpi*, H.C. Ubinger, 17/10/2017.



Rody Astin Ernesto teve sua perna amputada depois que um *colono* que estava escondido em baixo da varanda da casa do seu pai, o atirou atrás do seu joelho com uma escopeta de calibre 20, em 2015. Fonte: CEJUDHCAN, 2017.



Rody Astin Enesto mostrando onde sua perna foi amputada. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 10/2017.

COMUNIDADE LA ESPERANZA



Rio *Wawa*, na comunidade *La Esperanza*. Trecho onde os *colonos* atravessam do outro lado do rio para esta comunidade indígena, assim entrando nas outras localidades *Miskitu* no território indígena. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 27/12/2017



Indígenas da comunidade *La Esperanza*, lavando roupa na beira do Rio *Wawa*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 27/12/2017.



Indígenas das comunidades *La Esperanza-Río Wawa*, *Santa Clara* e *Wisconsin* carregando o corpo do jovem indígena, Felipe Pérez Gamboa, que foi assassinado por um grupo de *colonos* armados, quando trabalhava na *parcela* familiar próxima à comunidade *La Esperanza*, no dia 29 de novembro de 2018. Disponível em: <https://landportal.org/node/71114>.



Irmão do falecido Felipe Gamboa, Imel Gamboa (esquerda) e o pai da vítima, o Sr. Carlos Perez González, na comunidade *Esperanza,* Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 23/12/2017.



Em companhia do Sr. Rayo para entrevistar as poucas pessoas que permaneceram na comunidade *La Esperanza* durante a época de Natal. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 27/12/20177.



Perfecto González e família, *mestizo –"viejo viviente"* casado com uma indígena da comunidade *Esperanza*. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H. C. Ubinger, dez. 2017.



Família *Mayangna*, que reside na comunidade *Esperanza*, dezembro 2017. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, dez. 2017.



O *wihta comunal*, Sr. Rayo e outro vigilante indígena, na comunidade *Esperanza*. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, dez. 2017.



Diego Fernandez e os jovens vigilantes indígenas, na comunidade *La Esperanza-Río Wawa*. Os "grupos armados" furtaram seus 15 gados, em 2015. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 23/12/2017.



Campo em frente da escola comunitária, onde os indígenas estavam jogando futebol, ao mesmo tempo em que o Sr. Miguel Lacayo Spellman foi baleado no abdômen por *colonos* que roubaram sua mula e arma de caça, quando ele estava chegando da comunidade *Wisconsin* em 2015. Fonte: trabalho de campo, comunidade *La Esperanza*, H. C. Ubinger, 23/12/2017.



Entrada da comunidade *La Esperanza-Río Wawa* à distância. Fonte: trabalho de campo, Helen C. Ubinger, 23/12/2017.

COMUNIDADE SANTA CLARA



Estrada de terra que passa pelo meio das comunidades indígenas no Território *Wangki Twi-Tasba Raya.* Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 25/12/2017.



Meus anfitriões durante o trabalho de campo, na comunidade *Santa Clara*, Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, 25/12/2017.



Filhos de Dona Jimena na varanda, ensacando banana da terra – *pilipita* –, e limpando arroz. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H.C. Ubinger, 29/12/2017.



Dona Jimena secando a colheita de arroz, no seu quintal. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 30/10/2017.



Sacos de arroz com um quintal (ou arroba), coletados e armazenados na casa de Dona Jimena. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H.C. Ubinger, out. 2017.



Dona Jimena coletando mandioca, numa pequena *parcela* familiar, próximo a comunidade *Santa Clara*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, dez. 2017.



Dona Jimena levando maniva de mandioca para plantar no quintal da sua casa, com a intenção que não seja necessário voltar à sua *parcela* com frequência, onde corre o risco de ser atacada por *colonos.* Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, dez. 2017.



Igarapé ao lado da casa da Dona Jimena onde os indígenas tomam banho e lavam roupa. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 28/10/2017



"*Afectados*": o Secretário Político do YATAMA da comunidade *Santa Clara* e sua filha. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, 27/10/2017.



Tejerino Francis e filhos: ele foi sequestrado por *colonos*, no início dos referentes conflitos em 2015. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 25/10/2017.



Paramédico da comunidade *Santa Clara* e sua esposa, Dona Ninia Wilson e filho. Ele ajudou cuidando dos indígenas lesionados e o falecido Sr. Benito Francisco Ramos, antes que eles foram levados ao hospital em Waspam, durante os confrontos com *colonos* em setembro de 2015. O falecido Sr. Rosmeldo Solórzano já estava morto quando chegou à clínica comunitária. Fonte: trabalho de campo, *Santa Clara*, 26/10/2017.



Brooklyn Rivera se pronunciando durante uma visita e reunião *comunal*, na comunidade *Santa Clara*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 25/12/2017.



Família *Miskitu* de *La Esperanza-Río Wawa*, hospedada na comunidade *Santa Clara.* Deslocaram-se até esta comunidade por causa das ameaças da *Navidad Negra*. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H.C. Ubinger, dez. 2017.



"*El Empalme*" – bifurcação entre *Santa Clara*, *La Esperanza* e *Wisconsin*, onde aconteceu o enfrentamento com os *colonos* armados no dia 3 de setembro de 2015. Fonte: trabalho de campo, saída da comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 28/10/2017.



Cruz que marca onde foi encontrado o corpo do Sr. Rosmeldo Solórzano, ao lado da estrada em direção ao *empalme*, baleado no peito e na cabeça pelos *colonos*, no dia 3 de setembro de 2015. Fonte: trabalho de campo, saída da comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 28/10/2017.



Pedaço da bala de uma arma de fogo deflagrada por *colonos* durante uma emboscada em 2015, retirada do pescoço do Sr. Jonício José Rusbell. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 26/10/2017.



Jonício José Rusbell mostrando a parte traseira do seu pescoço onde ainda tem uma bala de arma do fogo disparada por *colonos*, alojada, o causando bastante dor até hoje. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H.C. Ubinger, 26/10/2017.



Arma de fogo classificada como Uzi – um tipo de pistola-metralhadora, encontrada com o *colono* que matou o Benito Francisco Ramos, no dia 3/9/2015. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 29/10/2017.



Detalhe da Uzi, encontrada com o *colono* que matou o Sr. Benito. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 29/10/2017.



Recarga e munição para a metralhadora encontrada com o *colono* que matou Sr. Benito, em setembro de 2015. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara,* H. C. Ubinger, 29/10/2017.



Ángel Santos, demonstrando como funciona a Uzi encontrada com o *colono* que assassinou o Sr. Benito Francisco Ramos. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara,* H. C. Ubinger, 29/10/2017.



Franco-atirador, uma arma de fogo especial, encontrada com o *colono* que assassinou o Sr. Benito Francisco Ramos. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara,* H. C. Ubinger, 29/10/2017.



Detalhe do franco-atirador, encontrada com o *colono* que matou o Sr. Benito. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara,* H. C. Ubinger, 29/10/2017.



Marina Ramos - viúva do falecido, Sr. Benito Francisco Ramos (baleado pelos *colonos* em 3/9/2015), e seus filhos, na comunidade *Santa Clara.* Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 25/10/2017.



Esposa de Sr. Benito, Sra. Marina Ramos, com a foto do falecido marido. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 29/10/2017.



Fotografia do falecido Sr. Benito Francisco Ramos, que pertence a Sra. Marina Ramos. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Santa Clara*, H. C. Ubinger, 29/10/2017.



Tanque no centro da comunidade *Santa Clara* pintada com letras vermelhas – "*SANEAMIENTO TERRITORIAL*", a maior demanda dos indígenas *Miskitu* das quatro comunidades do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 29/10/2017.

COMUNIDADE AWAS TINGNI – TERRITÓRIO AMASAU DO POVO MAYANGNA



Centro da comunidade *Awas Tingni*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 16/1/2018.



Crianças *Mayangna* tocando e cantando música, na palafita dos meus anfitriões. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Awas Tingni*, H. C. Ubinger, 16/1/2018.



Um *colono* passeando no cerne da comunidade *Awas Tingni*, carregando um revolver. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 18/1/2018.



Rio *Awas Tingni*: visitas às áreas usurpadas e devastadas por *campesinos-colonos* ao longo deste curso d'água, com um grupo de autoridades *comunales* e territoriais. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Awas Tingni*, H.C. Ubinger, 17/1/2018.



Área desmatada por *colonos* registrada enquanto percorria o Rio *Awas Tingi*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 17/1/2018.



Entrada do Rio *Sutakwas*, via Rio *Awas Tingni*, percurso para as áreas indígenas irregularmente ocupadas por *campesinos-colonos.* Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 17/1/2018.



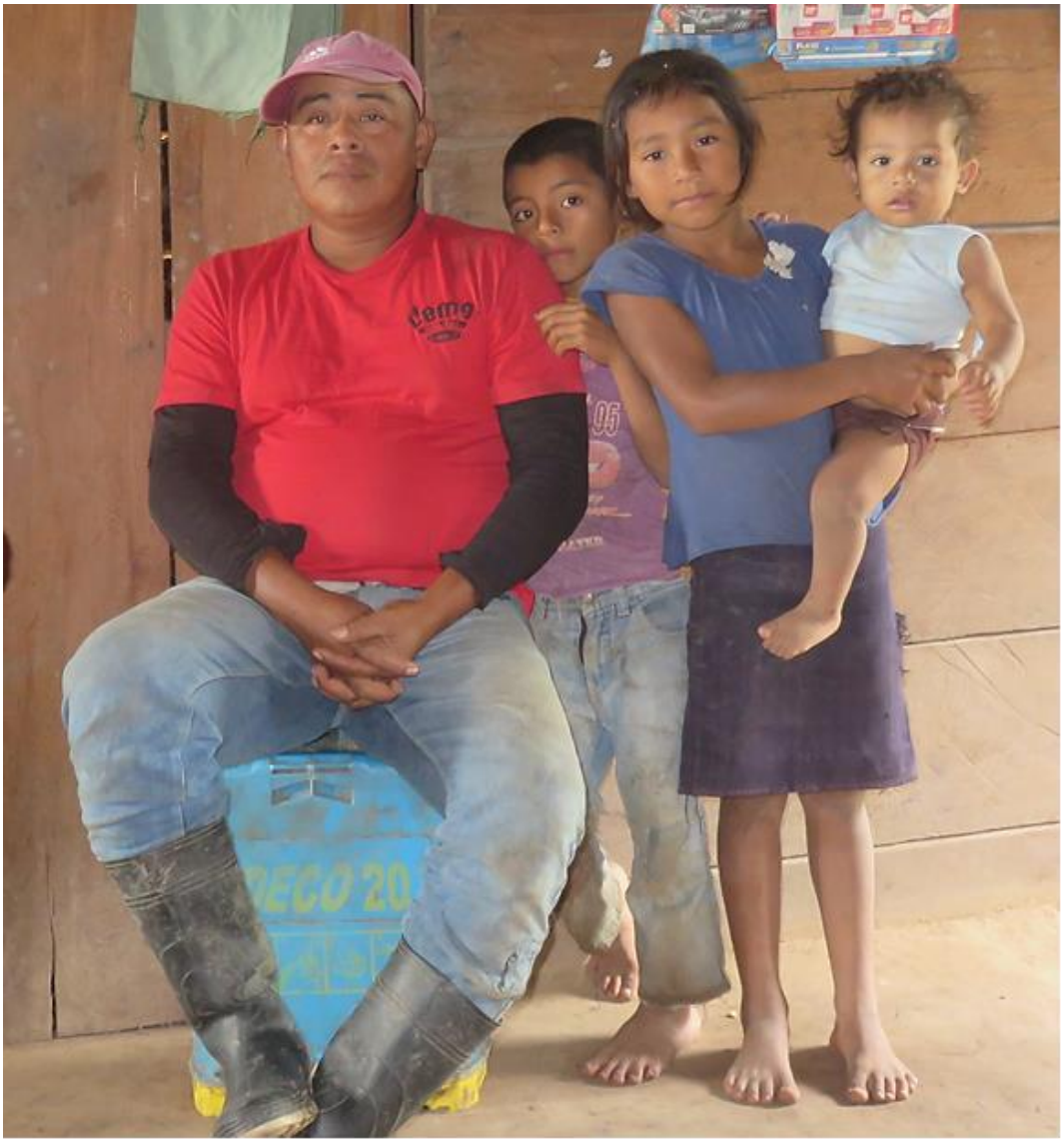
José Felipe Cornélio, indígena *"afectado"* que perdeu sua parcela familiar devido à invasão por *colonos*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 17/1/2018.



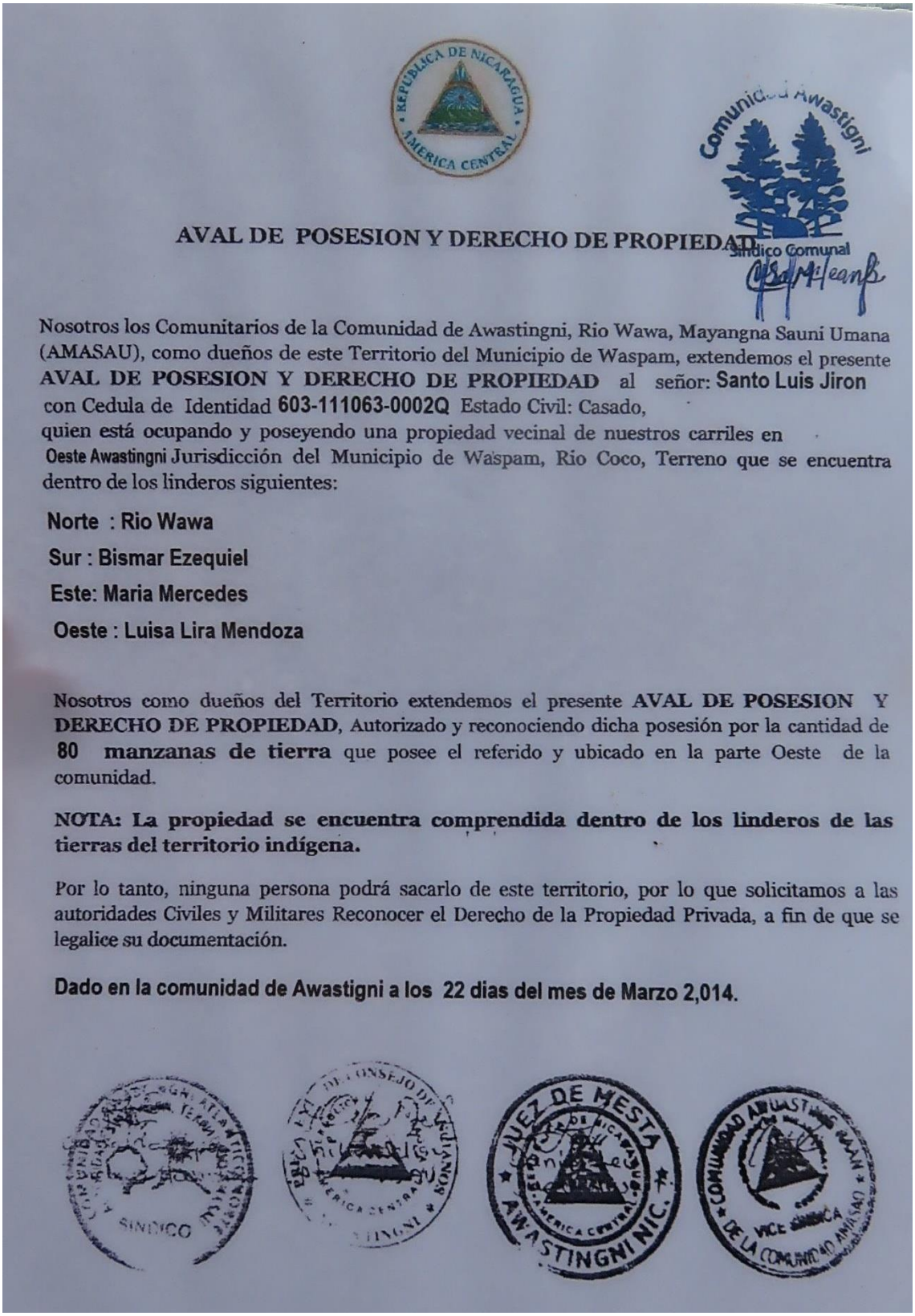
Colonos assentados no território *Mayangna*, ao lado do Rio *Awas Tingni*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 17/1/2018.



Fazenda do *campesino-colono*, Sr. Santo Luis Jiron, no Território *Amasau*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 17/1/2018.



Santo Luis Jiron e filhos, na sua fazenda no território indígena. Fonte: trabaho de campo, H. C. Ubinger, 17/1/2018.



AVAL DE POSESION Y DERECHO DE PROPIEDAD

Síndico Comunal

Nosotros los Comunitarios de la Comunidad de Awastingni, Rio Wawa, Mayangna Sauni Umana (AMASAU), como dueños de este Territorio del Municipio de Waspam, extendemos el presente **AVAL DE POSESION Y DERECHO DE PROPIEDAD** al señor: **Santo Luis Jiron** con Cedula de Identidad **603-111063-0002Q** Estado Civil: Casado, quien está ocupando y poseyendo una propiedad vecinal de nuestros carriles en **Oeste Awastingni** Jurisdicción del Municipio de Waspam, Rio Coco, Terreno que se encuentra dentro de los linderos siguientes:

Norte : Rio Wawa

Sur : Bismar Ezequiel

Este: Maria Mercedes

Oeste : Luisa Lira Mendoza

Nosotros como dueños del Territorio extendemos el presente **AVAL DE POSESION Y DERECHO DE PROPIEDAD**, Autorizado y reconociendo dicha posesión por la cantidad de **80 manzanas de tierra** que posee el referido y ubicado en la parte Oeste de la comunidad.

NOTA: La propiedad se encuentra comprendida dentro de los linderos de las tierras del territorio indígena.

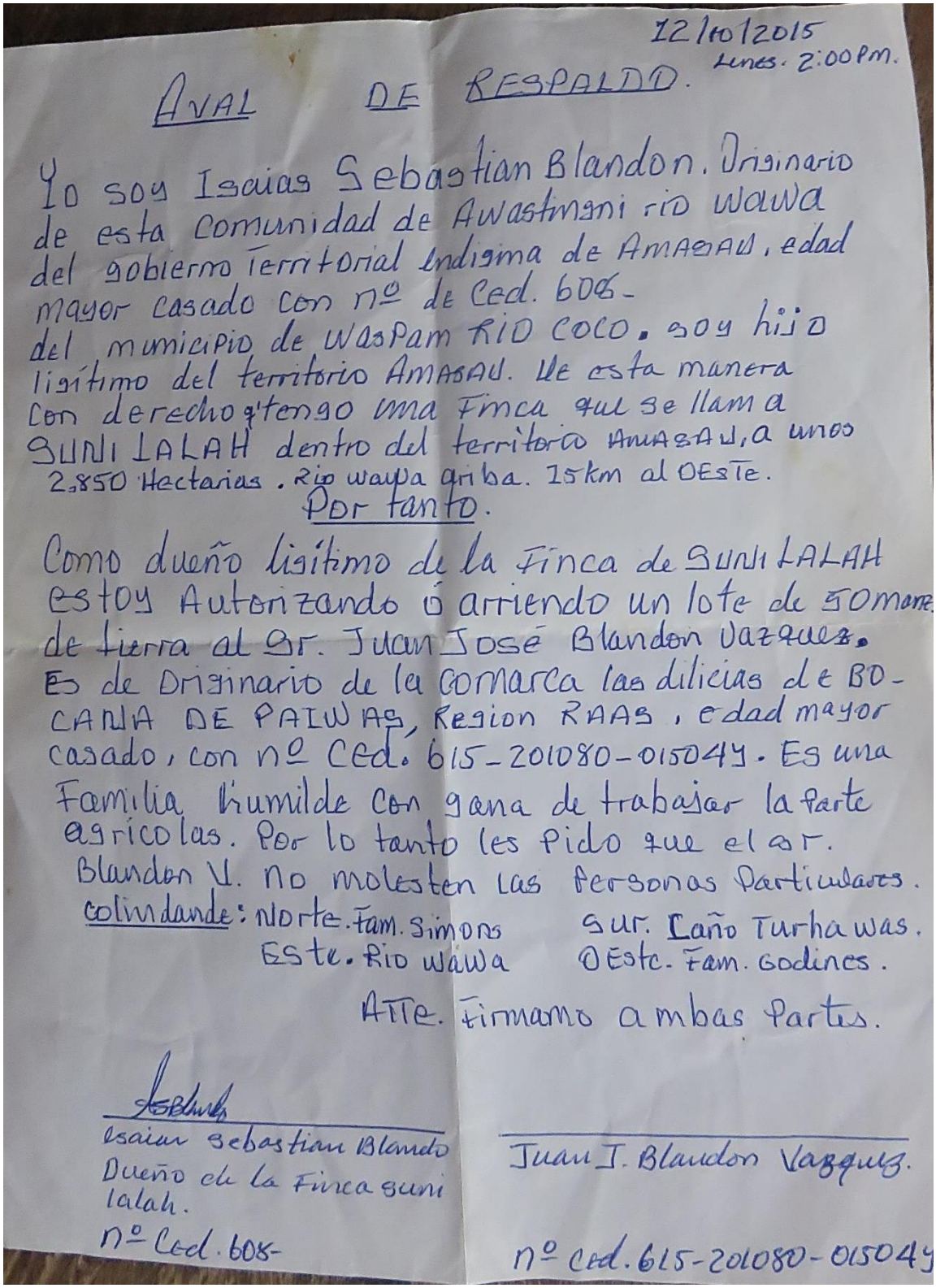
Por lo tanto, ninguna persona podrá sacarlo de este territorio, por lo que solicitamos a las autoridades Civiles y Militares Reconocer el Derecho de la Propiedad Privada, a fin de que se legalice su documentación.

Dado en la comunidad de Awastigni a los 22 dias del mes de Marzo 2,014.

Aval do *campesino-colono*, Sr. Santo Luis Jiron, referente à área que ocupa no território indígena. Ele explicou que soube da possibilidade de comprar estas terras por meio de outros *mestizos-campesinos* assentados no Território *Amasau.* Mas, os indígenas que acompanharam a pesquisadora disseram que às vezes as assinaturas dos seus líderes são fotocopiadas, no intuito de elaborar documentos falsificados. Fonte: H. C. Ubinger, 17/1/2018.



Mestizo-campesino, Sr. Juan José Blandon Vasquez, sua esposa Sra. Isabel e filhas, assentados no Território *Amasau*. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, 17/1/2018.



12/10/2015
Lunes. 2:00 Pm.

AVAL DE RESPALDO.

Yo soy Isaias Sebastian Blandon. Originario de esta Comunidad de Awastmani rio Wawa del gobierno Territorial Indigina de AMASAU, edad mayor Casado con nº de Ced. 606-
del municipio de WasPam RIO COCO. soy hijo ligítimo del territorio AMASAU. De esta manera Con derecho q'tengo una Finca qué se llama SUNI LALAH dentro del territorio AMASAU, a unos 2,850 Hectarias. Rio waypa griba. 15km al OESTE.

Por tanto.

Como dueño ligítimo de la Finca de SUNI LALAH estoy Autorizando ó arriendo un lote de 50 manz. de tierra al Sr. Juan José Blandon Vazquez. Es de Originario de la COMARCA las dilicias de BOCANA DE PAIWAS, Region RAAS, edad mayor casado, con nº Ced. 615-201080-01504Y. Es una Familia Humilde Con gana de trabajar la parte agricolas. Por lo tanto les Pido que el sr. Blandon V. no molesten las personas Particulares.

colindande: Norte. Fam. Simons Sur. Caño Turha was.
Este. Rio Wawa OEste. Fam. Godines.

ATTE. Firmamo ambas Partes.

Isaias sebastian Blando
Dueño de la Finca suni lalah.
nº Ced. 606-

Juan J. Blandon Vazquez.
nº Ced. 615-201080-01504Y

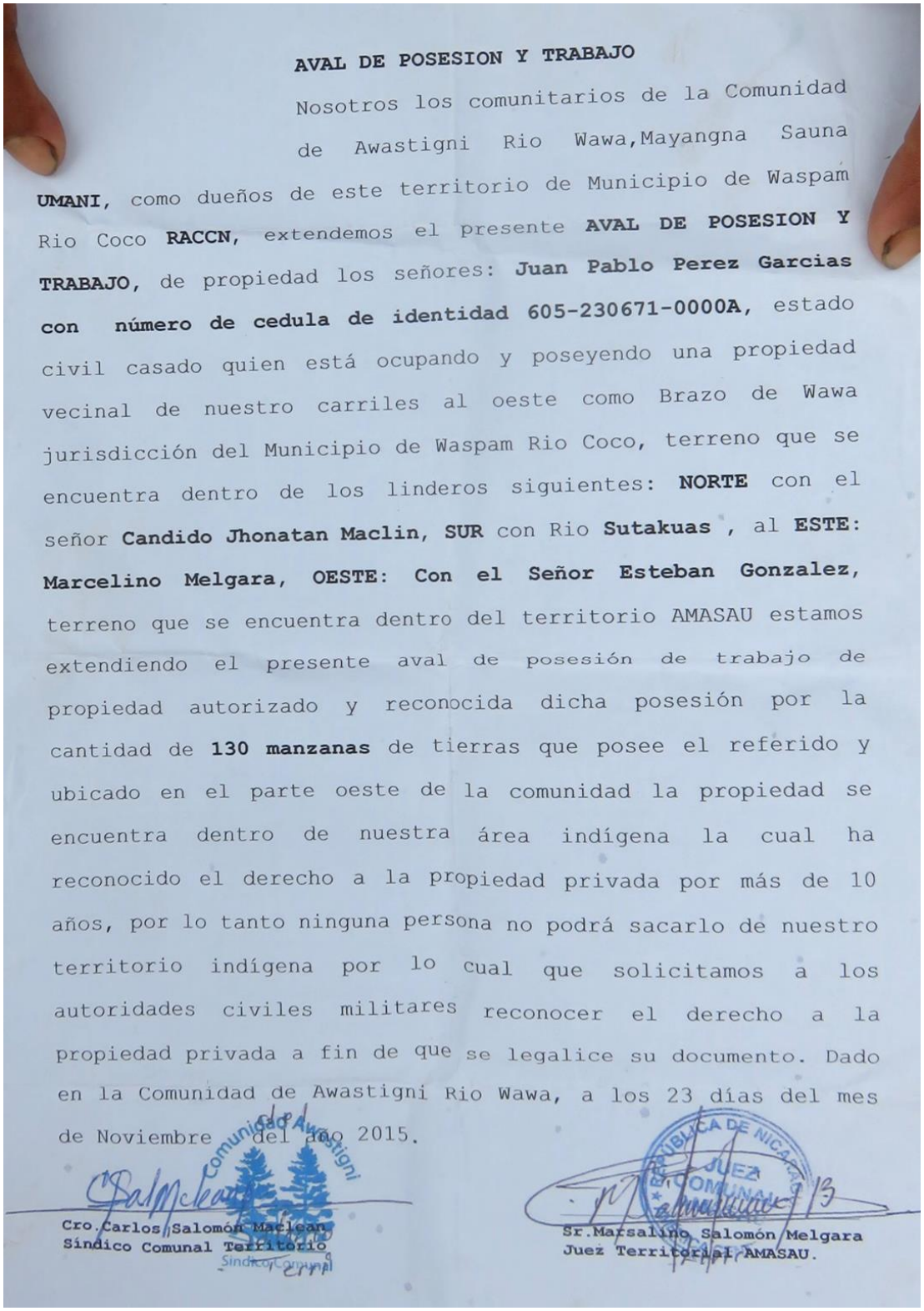
"Aval de Respaldo" escrito à mão pelo "*vende tierra*" *Mayangna*, Sr. Isaias Sebastian Blandon, arrendando 50 *manzanas* de *tierra comunal* ao *campesino*, Sr. Juan José Blandon, numa área nos perímetros do Rio *Wawa* acima. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 17/1/2018.



O "*vende tierra",* Sr. Isaias Sebastian Blandon, *Mayangna* que vendeu *tierras comunales* ao *campesino*, Juan José Blandon, sem o consentimento dos demais membros da comunidade e território indígena. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Awas Tingni*, H.C. Ubinger, 18/1/2018.



Mestizo-campesino, Sr. Juan Pablo Perez Garcias, à direita, com as autoridades do GTI *Amasau* à sua esquerda, no seu terreno de 130 *manzanas*, no Território *Amasau.* Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 17/1/2018.



AVAL DE POSESION Y TRABAJO

Nosotros los comunitarios de la Comunidad de Awastigni Rio Wawa,Mayangna Sauna **UMANI**, como dueños de este territorio de Municipio de Waspam Rio Coco **RACCN**, extendemos el presente **AVAL DE POSESION Y TRABAJO**, de propiedad los señores: **Juan Pablo Perez Garcias con número de cedula de identidad 605-230671-0000A**, estado civil casado quien está ocupando y poseyendo una propiedad vecinal de nuestro carriles al oeste como Brazo de Wawa jurisdicción del Municipio de Waspam Rio Coco, terreno que se encuentra dentro de los linderos siguientes: **NORTE** con el señor **Candido Jhonatan Maclin, SUR** con Rio **Sutakuas** , al **ESTE: Marcelino Melgara, OESTE: Con el Señor Esteban Gonzalez,** terreno que se encuentra dentro del territorio AMASAU estamos extendiendo el presente aval de posesión de trabajo de propiedad autorizado y reconocida dicha posesión por la cantidad de **130 manzanas** de tierras que posee el referido y ubicado en el parte oeste de la comunidad la propiedad se encuentra dentro de nuestra área indígena la cual ha reconocido el derecho a la propiedad privada por más de 10 años, por lo tanto ninguna persona no podrá sacarlo de nuestro territorio indígena por lo cual que solicitamos a los autoridades civiles militares reconocer el derecho a la propiedad privada a fin de que se legalice su documento. Dado en la Comunidad de Awastigni Rio Wawa, a los 23 días del mes de Noviembre del año 2015.

Comunidad de Awastigni

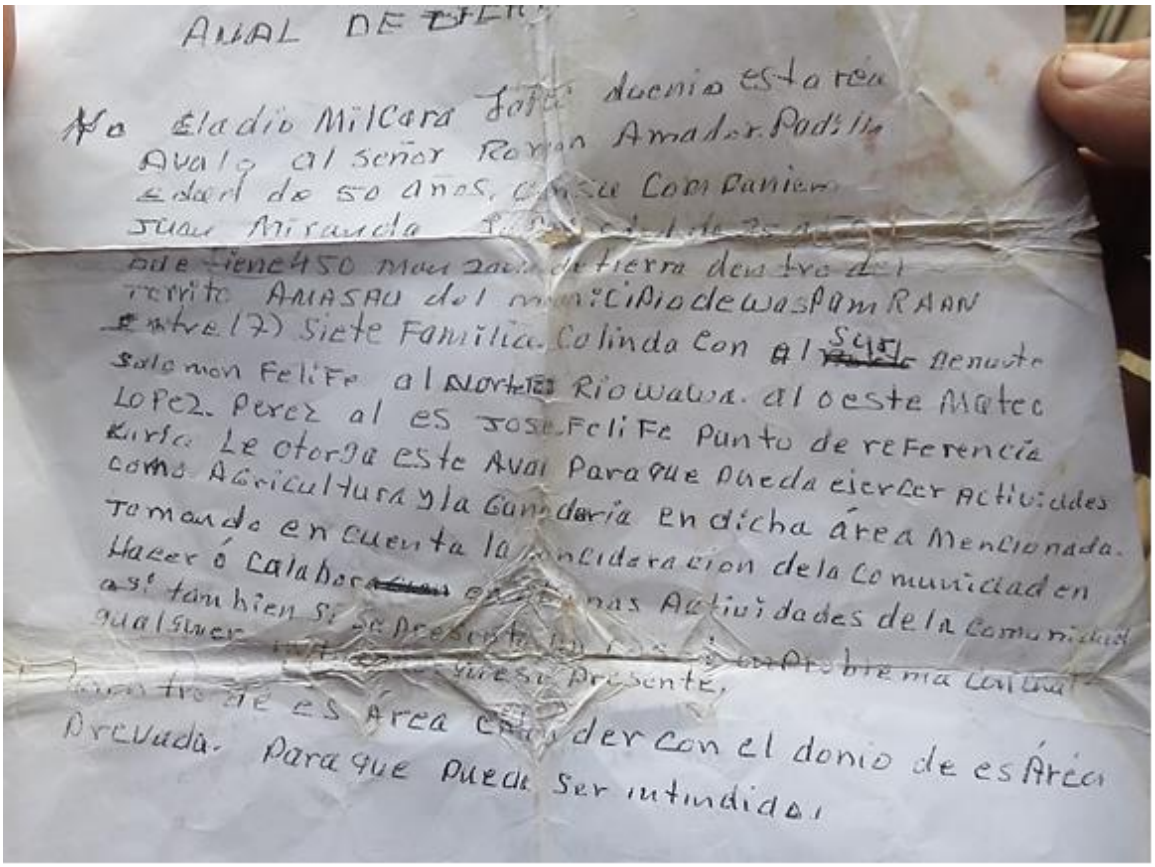
Cro.Carlos Salomón Maclean
Síndico Comunal Territorio

Sr.Marsalino Salomón Melgara
Juez Territorial AMASAU.

"*Aval de posesion y trabajo*" do *campesino*, Sr. Juan Pablo, declarando o uso de 130 *manzanas* de *tierras comunales*, nos perímetros do *Río Wawa*, de modo privado, por mais de dez anos, e pedindo que as autoridades civis e militares legalizem tal fim (linguagem contraditória). Fonte: trabalho de campo, Território *Amasau*, H. C. Ubinger, 17/1/2017.

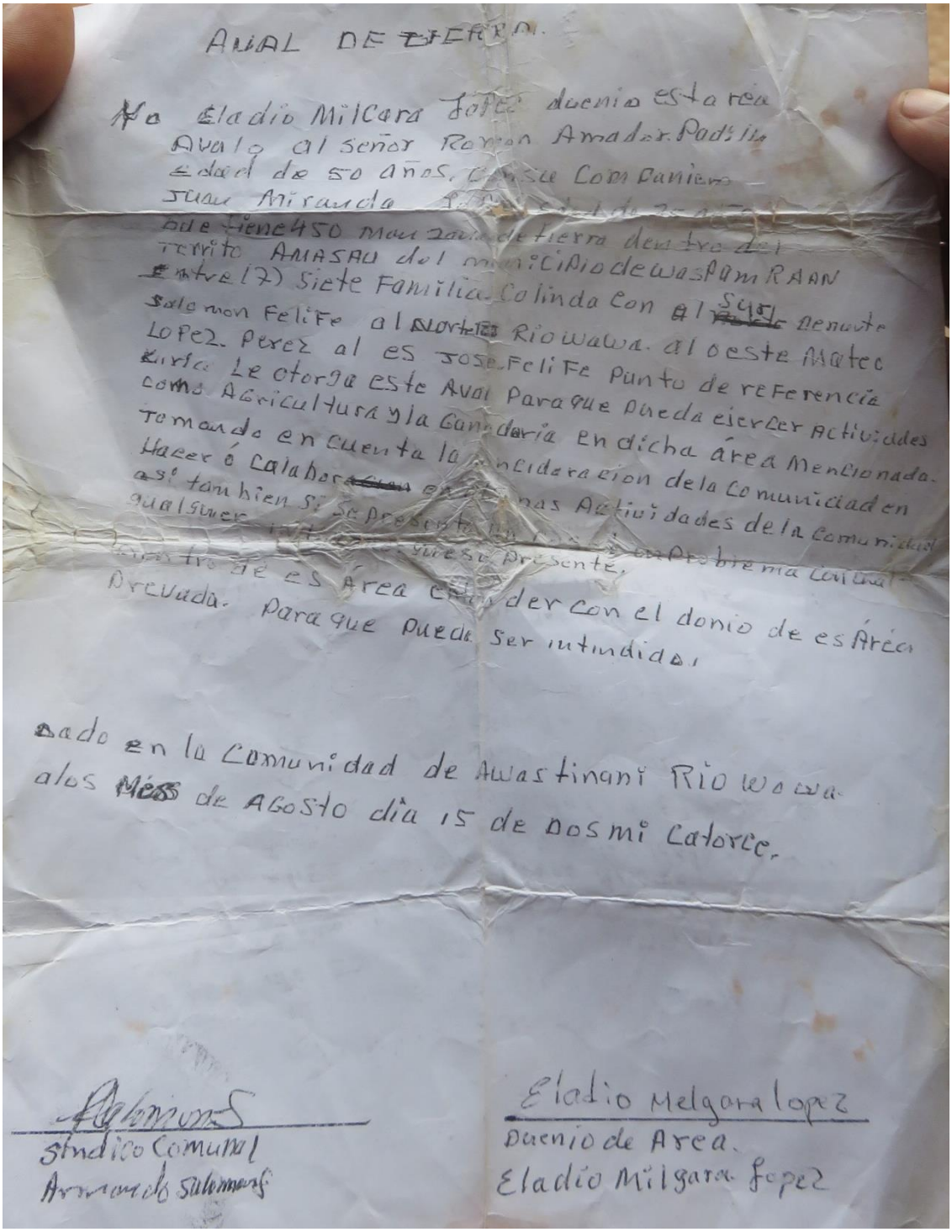


Ramon e família, *mestizos-campesinos* assentados no Território *Amasau*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 17/01/2018.


AVAL DE

Yo Eladio Milcara Soto doy mi aval a esta rea
Aval a al señor Ramon Amador Padilla
edad de 50 años, Con Compañera
Juana Miranda
que tiene 450 Manzanas de tierra dentro del
territo AMASAU del municipio de WASPAM RAAN
entre 17) Siete Familia. Colinda Con Al Sur Denuto
Salomon Felipe al Norte Rio Wawa. al oeste Mateo
Lopez. Perez al es Jose Felipe Punto de referencia
Kirka Le otorga este Aval Para que pueda ejercer Actividades
como Agricultura y la Ganaderia en dicha área Mencionada.
Tomando en cuenta la consideracion de la Comunidad en
Hacer ó Calabor[illegible] nas Actividades de la Comunidad
asi tambien si se Presente,
cualquier [illegible] problema con una
centro de es Área Colinder con el dominio de es Área
Precuada. Para que pueda ser intimidad.

Detalhe do Aval do *campesino*, Sr. Ramon, permitindo que ele exerça atividades agropecuárias numa área de 450 *manzanas* no Território *Amasau*, datado 15 de agosto de 2014. Fonte: trabalho de campo, Território *Amasau*, H. C. Ubinger, 17/1/2018.



AVAL DE TIERRA.

Yo Eladio Milcara López dueño esta rea
Avalo al señor Ramon Amador Padilla
Edad de 50 años, C[illegible] su Compañero
Juan Miranda [illegible]
que tiene 450 Manzanas de tierra dentro del
Territo AMASAU del municipio de Wasp[illegible] RAAN
Entre (7) Siete Familia. Colinda Con Al Sur[illegible] Denuste
Salomon Felipe al [illegible] Rio Wawa. al oeste Mateo
Lopez. Perez al es Jose Felipe Punto de referencia
Kirka Le otorga este Aval Para que pueda ejercer Actividades
como Agricultura y la Ganadería en dicha área Mencionada.
Tomando en cuenta la [illegible]nsideracion de la Comunidad en
Hacer ó Calabora[illegible] en [illegible]nas Actividades de la Comunidad
así tambien Si se Presenta [illegible] gualsuer [illegible] que se Presenté.
[illegible] Problema Cultural
[illegible]tro de es Área [illegible]der con el dueño de es Área
Privada. Para que pueda ser intimidad.

Dado en la Comunidad de Awastinani Rio Wawa
alos Mes de Agosto dia 15 de Dos mil Catorce.

Síndico Comunal
Armando Salomons

Eladio Melgara lopez
Dueño de Area.
Eladio Milgara Lopez

Aval do *campesino*, Sr. Ramon, manuscrito, permitindo que ele exerça atividades agropecuárias numa área de 450 *manzanas* no Território *Amasau*, datado 15 de agosto de 2014. Fonte: trabalho de campo, Território *Amasau*, H. C. Ubinger, 17/1/2027.



Retorno à comunidade *Awas Tingni*, via Rio *Awas Tingni*, após entrevistar os *colonos*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 17/1/2018.

VISITA AOS CAMPESINOS-COLONOS EM ROSITA E NOS ASSENTAMENTOS "MOJON" E "SAN JOSÉ DE ARAWAS"



Reunião com *mestizos-campesinos* que alegam que foram expulsos do território *Wangki Twi-Tasba Raya* de modo agressivo pelos *Miskitu*, conjuntamente com outros que declararam direito de estar assentados em territórios *Miskitu* ou *Mayangna*. Casa do latifundiário, Sr. Eufemio Rivas, no município de Rosita. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 22/1/2018.



Campesino, Sr. Vicente Granado, que ocupava uma área dentro do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, próxima à comunidade *La Esperanza-Río Wawa* e se deslocou para a ocupação denominada "San José de Arawas". Fonte: trabalho de campo, município de Rosita, H. C. Ubinger, 22/1/2018.



Eufemio Rivas, *campesino-colono* e grande proprietário de terras em áreas indígenas. No quintal da sua residência em Rosita. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 22/1/2018.



GOBIERNO TERRITORIAL INDIGENA
(AMASAU)
AWASTINGNI MAYANGNINA SAUNI UMANI
MUNICIPIO WASPAM DE LA REGION AUTONOMA ATLANTICO NORTE (RAAN) DE NICARAGUA

AVAL

En nuestra calidad de líderes comunales y territoriales extendemos el presente documento al sr: **EUFEMIO RIVAS FERNANDEZ** con numero de cedula 362-061178 -0000G para hacer un traslado de gano con su identificación de la finca La REFORMA y con su identificación emitido del magfor 5549115072463 con la finalidad hacer vente los ganados.

Se le extiende el presente documento para fines que estimen conveniente

Dado en la comunidad de awastingni a los 13 días del mes de Enero del 2018

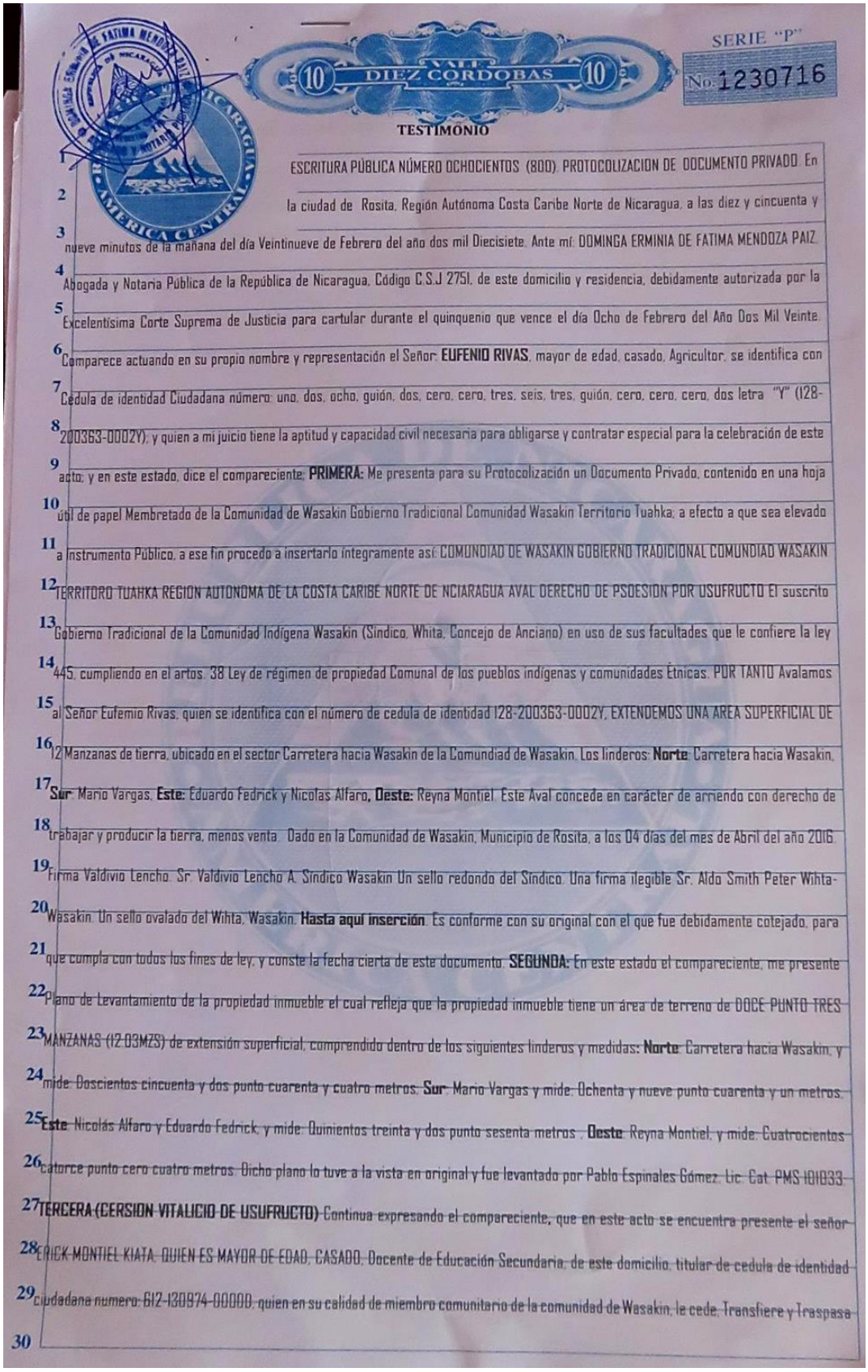
Comunidad Awastingni
Síndico Comunal

Morgan Meregildo Cazaya
Síndico Comunal

Francisco Morales Salomon
Presidente GTI AMASAU

Comunidad Awastingni, 99 kilómetros de la ciudad de puerto cabezas hacia la carretera Waspam-Bilwi. N° Celular. 86560908, 89042528 y correo electrónico gti.sauniumani@gmai.com

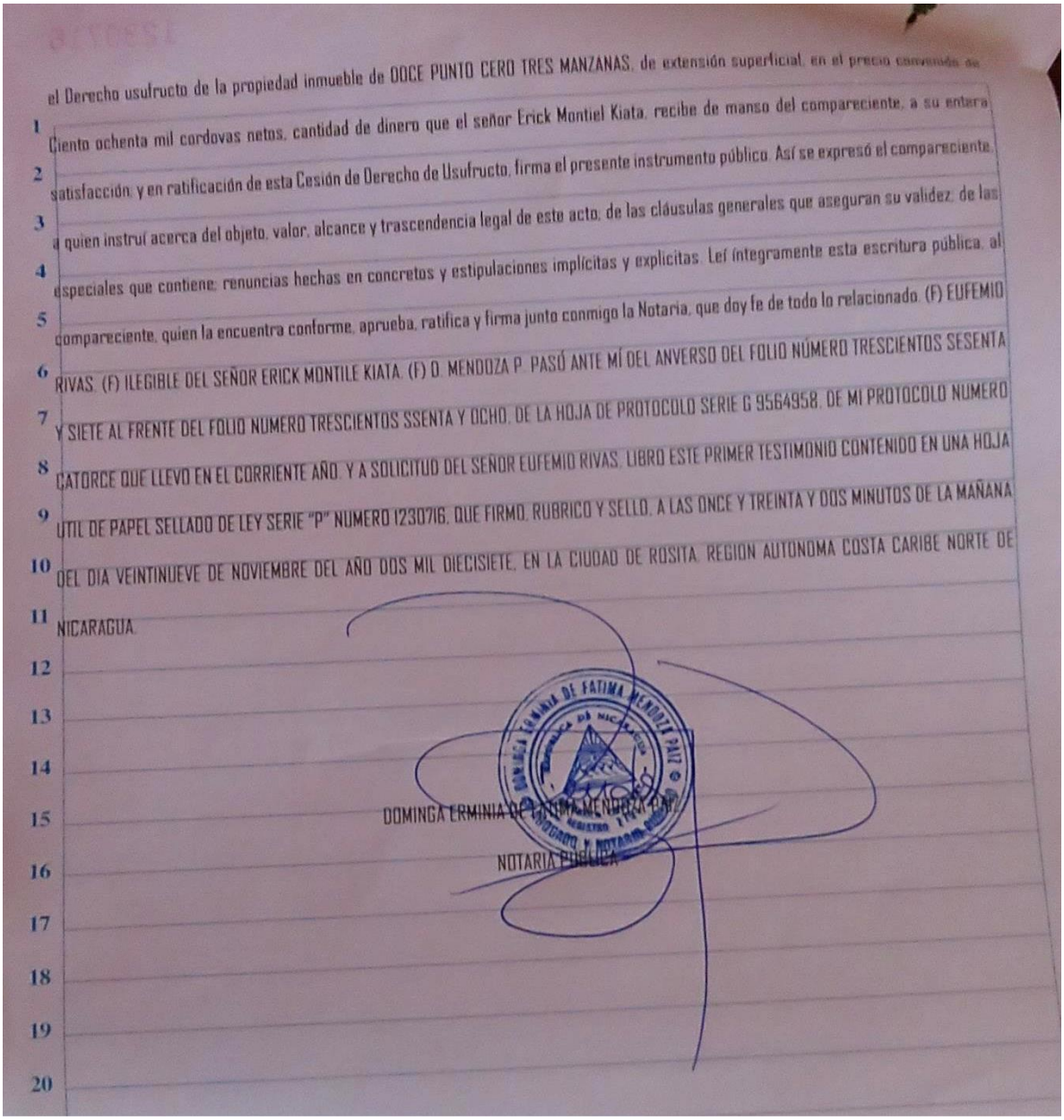
Aval do Sr. Eufemio Rivas, aparentemente elaborado pelo GTI *Amasau*, facilitando transações monetárias para venda de gado, e declarando o respaldo do interessado pelo *Ministerio Agropecuario y Forestal de Nicaragua* (MAGFOR). Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 22/1/2018.



SERIE "P"
No. 1230716
DIEZ CORDOBAS
TESTIMONIO

ESCRITURA PÚBLICA NÚMERO OCHOCIENTOS (800). PROTOCOLIZACION DE DOCUMENTO PRIVADO. En la ciudad de Rosita, Región Autónoma Costa Caribe Norte de Nicaragua, a las diez y cincuenta y nueve minutos de la mañana del día Veintinueve de Febrero del año dos mil Diecisiete. Ante mí: DOMINGA ERMINIA DE FATIMA MENDOZA PAIZ. Abogada y Notaria Pública de la República de Nicaragua, Código C.S.J 2751, de este domicilio y residencia, debidamente autorizada por la Excelentísima Corte Suprema de Justicia para cartular durante el quinquenio que vence el día Ocho de Febrero del Año Dos Mil Veinte. Comparece actuando en su propio nombre y representación el Señor: **EUFENIO RIVAS**, mayor de edad, casado, Agricultor, se identifica con Cedula de identidad Ciudadana número: uno, dos, ocho, guión, dos, cero, cero, tres, seis, tres, guión, cero, cero, cero, dos letra "Y" (128-200363-0002Y), y quien a mi juicio tiene la aptitud y capacidad civil necesaria para obligarse y contratar especial para la celebración de este acto; y en este estado, dice el compareciente: **PRIMERA:** Me presenta para su Protocolización un Documento Privado, contenido en una hoja útil de papel Membretado de la Comunidad de Wasakin Gobierno Tradicional Comunidad Wasakin Territorio Tuahka, a efecto a que sea elevado a Instrumento Público, a ese fin procedo a insertarlo íntegramente así: COMUNDIAD DE WASAKIN GOBIERNO TRADICIONAL COMUNDIAD WASAKIN TERRITORO TUAHKA REGION AUTONOMA DE LA COSTA CARIBE NORTE DE NCIARAGUA AVAL DERECHO DE PSOESION POR USUFRUCTO El suscrito Gobierno Tradicional de la Comunidad Indígena Wasakin (Sindico, Whita, Concejo de Anciano) en uso de sus facultades que le confiere la ley 445, cumpliendo en el artos. 38 Ley de régimen de propiedad Comunal de los pueblos indígenas y comunidades Étnicas. POR TANTO Avalamos al Señor Eufemio Rivas, quien se identifica con el número de cedula de identidad 128-200363-0002Y, EXTENDEMOS UNA AREA SUPERFICIAL DE 12 Manzanas de tierra, ubicado en el sector Carretera hacia Wasakin de la Comundiad de Wasakin. Los linderos: **Norte**: Carretera hacia Wasakin, **Sur**: Mario Vargas, **Este:** Eduardo Fedrick y Nicolas Alfaro, **Oeste:** Reyna Montiel. Este Aval concede en carácter de arriendo con derecho de trabajar y producir la tierra, menos venta. Dado en la Comunidad de Wasakin, Municipio de Rosita, a los 04 días del mes de Abril del año 2016. Firma Valdivio Lencho. Sr. Valdivio Lencho A. Síndico Wasakin Un sello redondo del Síndico. Una firma ilegible Sr. Aldo Smith Peter Wihta-Wasakin. Un sello ovalado del Wihta, Wasakin. **Hasta aquí inserción**. Es conforme con su original con el que fue debidamente cotejado, para que compla con todos los fines de ley, y conste la fecha cierta de este documento. **SEGUNDA:** En este estado el compareciente, me presente Plano de Levantamiento de la propiedad inmueble el cual refleja que la propiedad inmueble tiene un área de terreno de DOCE PUNTO TRES MANZANAS (12.03MZS) de extensión superficial, comprendido dentro de los siguientes linderos y medidas: **Norte**: Carretera hacia Wasakin, y mide: Doscientos cincuenta y dos punto cuarenta y cuatro metros. **Sur**: Mario Vargas y mide: Ochenta y nueve punto cuarenta y un metros. **Este**: Nicolás Alfaro y Eduardo Fedrick, y mide: Quinientos treinta y dos punto sesenta metros. **Oeste**: Reyna Montiel, y mide: Cuatrocientos catorce punto cero cuatro metros. Dicho plano lo tuve a la vista en original y fue levantado por Pablo Espinales Gómez, Lic. Cat. PMS 101033. **TERCERA (CERSION VITALICIO DE USUFRUCTO)**: Continua expresando el compareciente, que en este acto se encuentra presente el señor ERICK MONTIEL KIATA, QUIEN ES MAYOR DE EDAD, CASADO, Docente de Educación Secundaria, de este domicilio, titular de cedula de identidad ciudadana numero: 612-130974-0000D, quien en su calidad de miembro comunitario de la comunidad de Wasakin, le cede, Transfiere y Traspasa

Pagina 1.) Escritura pública elaborada por cartório em Rosita, declarando o arrendamento de 12 *manzanas* de terras pertencentes à comunidade *Wasakin*, do povo *Mayangna*, ao Sr. Eufemio Rivas. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 22/1/2018.


el Derecho usufructo de la propiedad inmueble de DOCE PUNTO CERO TRES MANZANAS, de extensión superficial, en el precio convenido de
Ciento ochenta mil cordovas netos, cantidad de dinero que el señor Erick Montiel Kiata, recibe de manso del compareciente, a su entera
satisfacción; y en ratificación de esta Cesión de Derecho de Usufructo, firma el presente instrumento público. Así se expresó el compareciente,
a quien instruí acerca del objeto, valor, alcance y trascendencia legal de este acto; de las cláusulas generales que aseguran su validez; de las
especiales que contiene: renuncias hechas en concretos y estipulaciones implícitas y explícitas. Leí íntegramente esta escritura pública, al
compareciente, quien la encuentra conforme, aprueba, ratifica y firma junto conmigo la Notaria, que doy fe de todo lo relacionado. (F) EUFEMIO
RIVAS. (F) ILEGIBLE DEL SEÑOR ERICK MONTILE KIATA. (F) D. MENDOZA P. PASÓ ANTE MÍ DEL ANVERSO DEL FOLIO NÚMERO TRESCIENTOS SESENTA
Y SIETE AL FRENTE DEL FOLIO NUMERO TRESCIENTOS SSENTA Y OCHO, DE LA HOJA DE PROTOCOLO SERIE G 9564958, DE MI PROTOCOLO NUMERO
CATORCE QUE LLEVO EN EL CORRIENTE AÑO. Y A SOLICITUD DEL SEÑOR EUFEMIO RIVAS, LIBRO ESTE PRIMER TESTIMONIO CONTENIDO EN UNA HOJA
UTIL DE PAPEL SELLADO DE LEY SERIE "P" NUMERO 1230716, QUE FIRMO, RUBRICO Y SELLO, A LAS ONCE Y TREINTA Y DOS MINUTOS DE LA MAÑANA
DEL DIA VEINTINUEVE DE NOVIEMBRE DEL AÑO DOS MIL DIECISIETE, EN LA CIUDAD DE ROSITA, REGION AUTONOMA COSTA CARIBE NORTE DE
NICARAGUA.
DOMINGA ERMINIA DE FATIMA MENDOZA PAZ
NOTARIA PUBLICA

Pagina 2.) Escritura pública elaborada por cartório em Rosita, declarando o arrendamento de 12 *manzanas* de terras pertencentes à comunidade *Wasakin*, do povo *Mayangna*, ao Sr. Eufemio Rivas. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 22/1/2018.



COMUNIDAD DE WASAKIN
GOBIERNO TRADICIONAL COMUNIDAD WASAKIN
TERRITORIO TUAHKA

REGION AUTONOMA DE LA COSTA CARIBE NORTE DE NICARAGUA
AVAL

DERECHO DE POSESION POR USUFRUCTO

El suscrito Gobierno Tradicional de la Comunidad Indígena Wasakin (Síndico, Wihta, Concejo de Anciano) en uso de sus facultades que le confiere la ley 445, cumpliendo en el artos. 38 Ley de régimen de la propiedad Comunal de los pueblos indígenas y comunidades Étnicas.

POR TANTO

Avalamos al Señor, Eufenio Rivas quien se identifica con el número de cedula de identidad, 128-200363-0002Y extendemos una área superficial de 12 **Manzanas** de tierra, ubicado en el sector Carretera hacia Wasakin de la Comunidad de Wasakin.

Los linderos:
Norte: Carretera hacia Wasakin.
Sur: Mario Vargas.
Este: Eduardo Fedrick y Nicolas Alfaro
Oeste: Reyna Montiel.

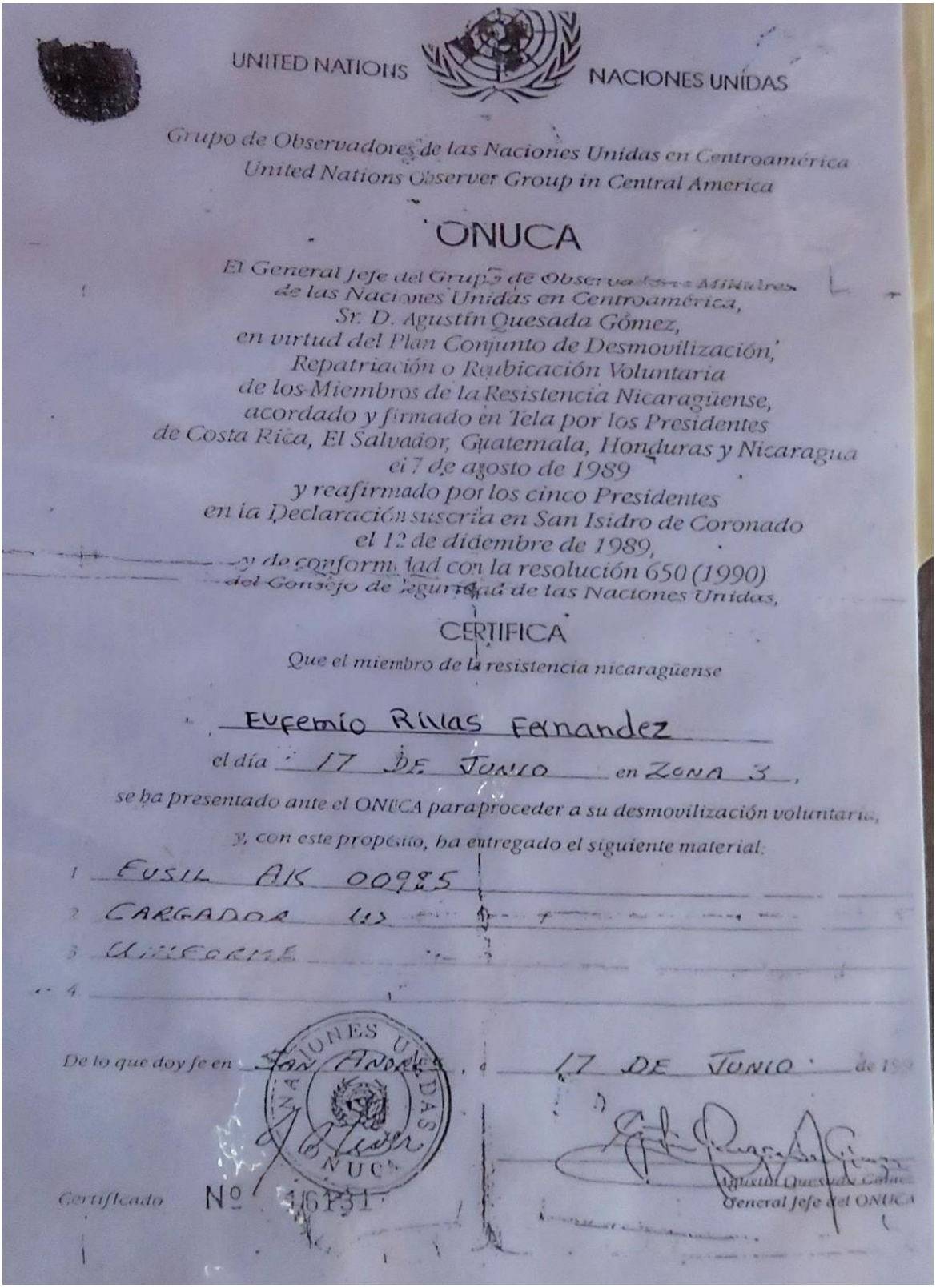
Este Aval concede en carácter de arriendo con derecho de trabajar y producir la tierra, menos la venta.

Dado en la comunidad de Wasakin, Municipio de Rosita, a los 04 días del mes de Abril del año 2016.

Sr. Valdivio Lencho A.
Síndico Wasakin

Sr. Aldo Smith Peter
Wihta- Wasakin

Aval: derecho de posesion por usufructo, ao Sr. Eufemio Rivas, a respeito de 12 *manzanas* de *tierras comunales*, no Território *Tuahka*, comunidade *Wasakin*, do povo *Mayangna*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 22/1/2018.



UNITED NATIONS NACIONES UNIDAS

Grupo de Observadores de las Naciones Unidas en Centroamérica
United Nations Observer Group in Central America

ONUCA

El General Jefe del Grupo de Observadores Militares
de las Naciones Unidas en Centroamérica,
Sr. D. Agustín Quesada Gómez,
en virtud del Plan Conjunto de Desmovilización,
Repatriación o Reubicación Voluntaria
de los Miembros de la Resistencia Nicaragüense,
acordado y firmado en Tela por los Presidentes
de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras y Nicaragua
el 7 de agosto de 1989
y reafirmado por los cinco Presidentes
en la Declaración suscrita en San Isidro de Coronado
el 12 de diciembre de 1989,
y de conformidad con la resolución 650 (1990)
del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas,

CERTIFICA

Que el miembro de la resistencia nicaragüense

Eufemio Rivas Fernandez

el día 17 DE JUNIO en ZONA 3,

se ha presentado ante el ONUCA para proceder a su desmovilización voluntaria,
y, con este propósito, ha entregado el siguiente material:

1 FUSIL AK 00985
2 CARGADOR 45
3 UNIFORME
4

De lo que doy fe en San Andres, a 17 DE JUNIO de 199

Certificado Nº 46131

Agustín Quesada Gómez
General Jefe del ONUCA

Declaração da ONU, sobre o *status* do Sr. Eufemio Rivas, como *desmovilizado* voluntário da resistência nicaraguense (“contras”), na época pós-guerra, datado 17 de junho de 1989. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, 22/1/2018.



Travessia do Rio *Kukalaya* para ira até os assentamentos de *colonos*, “Mojon” e “San José de Arawas”. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 31/1/2018.



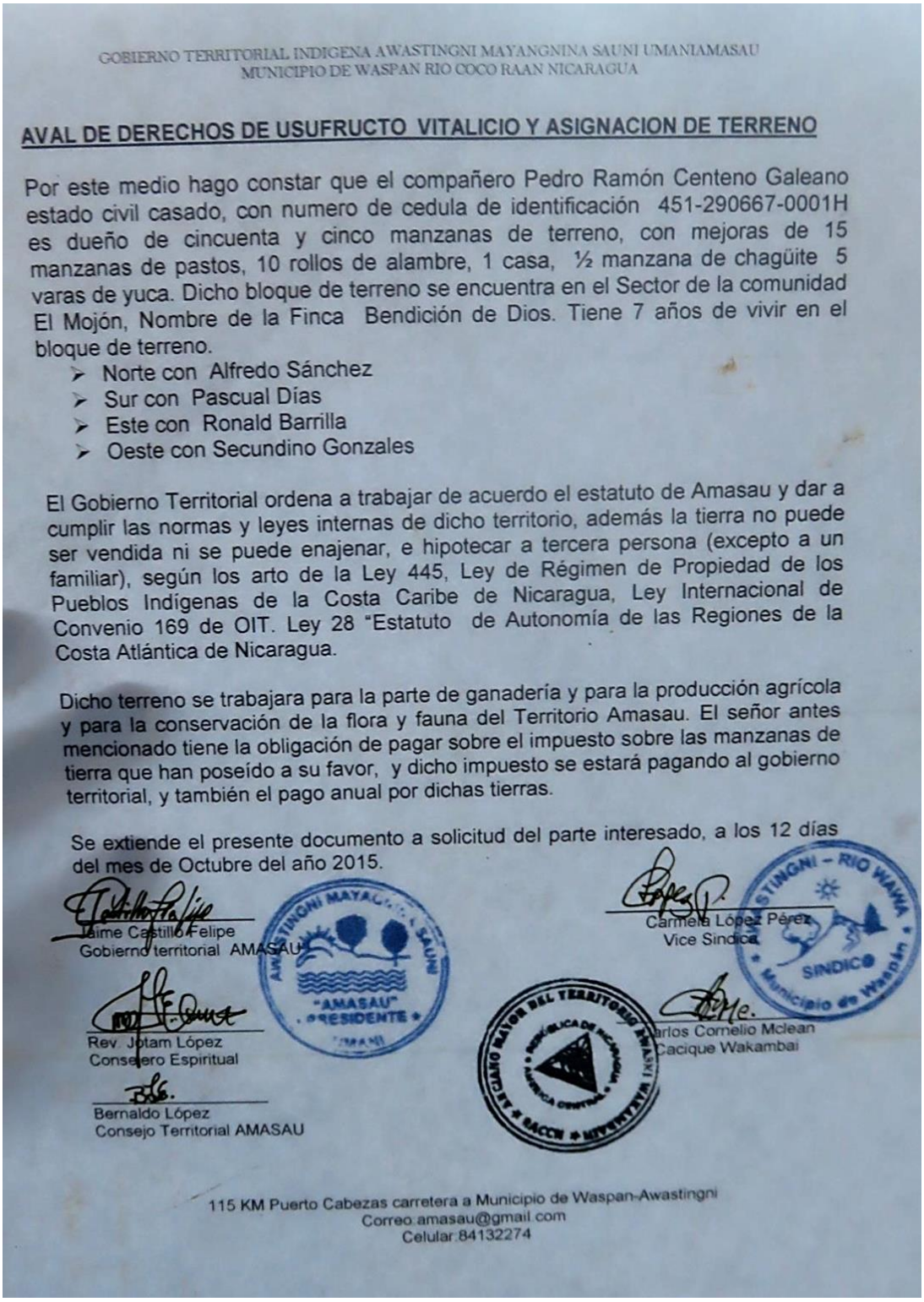
Vila de Rosário, após ter atravessado o Rio *Kukalaya.* Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 1/2/2018.



Percorrendo no caminho à cavalo e mula para os assentamentos de *colonos*, em territórios indígenas, na companhia do Sr. Eufemio Rivas e de um grupo de *mestizos-campesinos*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 1/2/2018.



Pastor Pedro Ramon e família, na comunidade "Mojon" fundada por *mestizos-campesinos-colonos*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 2/2/2018.



GOBIERNO TERRITORIAL INDIGENA AWASTINGNI MAYANGNINA SAUNI UMANIAMASAU
MUNICIPIO DE WASPAN RIO COCO RAAN NICARAGUA

AVAL DE DERECHOS DE USUFRUCTO VITALICIO Y ASIGNACION DE TERRENO

Por este medio hago constar que el compañero Pedro Ramón Centeno Galeano estado civil casado, con numero de cedula de identificación 451-290667-0001H es dueño de cincuenta y cinco manzanas de terreno, con mejoras de 15 manzanas de pastos, 10 rollos de alambre, 1 casa, ½ manzana de chagüite 5 varas de yuca. Dicho bloque de terreno se encuentra en el Sector de la comunidad El Mojón, Nombre de la Finca Bendición de Dios. Tiene 7 años de vivir en el bloque de terreno.

- Norte con Alfredo Sánchez
- Sur con Pascual Días
- Este con Ronald Barrilla
- Oeste con Secundino Gonzales

El Gobierno Territorial ordena a trabajar de acuerdo el estatuto de Amasau y dar a cumplir las normas y leyes internas de dicho territorio, además la tierra no puede ser vendida ni se puede enajenar, e hipotecar a tercera persona (excepto a un familiar), según los arto de la Ley 445, Ley de Régimen de Propiedad de los Pueblos Indígenas de la Costa Caribe de Nicaragua, Ley Internacional de Convenio 169 de OIT. Ley 28 "Estatuto de Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua.

Dicho terreno se trabajara para la parte de ganadería y para la producción agrícola y para la conservación de la flora y fauna del Territorio Amasau. El señor antes mencionado tiene la obligación de pagar sobre el impuesto sobre las manzanas de tierra que han poseído a su favor, y dicho impuesto se estará pagando al gobierno territorial, y también el pago anual por dichas tierras.

Se extiende el presente documento a solicitud del parte interesado, a los 12 días del mes de Octubre del año 2015.

Jaime Castillo Felipe
Gobierno territorial AMASAU

Carmela López Pérez
Vice Síndica

Rev. Jotam López
Consejero Espiritual

Carlos Cornelio Mclean
Cacique Wakambai

Bernaldo López
Consejo Territorial AMASAU

115 KM Puerto Cabezas carretera a Municipio de Waspan-Awastingni
Correo:amasau@gmail.com
Celular:84132274

Aval de derecho de usufructo vitalício y asignacion de terreno, do *mestizo-campesino*, Sr. Pedro Ramón. Fonte: trabalho de campo, assentamento "Mojon", H. C. Ubinger, 2/2/2018.



Saindo de “Mojon” em direção à fazenda do Sr. Eufemio e ao assentamento “San José de Arawas”. Picada aberta pelos *colonos* para transitar pelo território indígena e às áreas que ocupam. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, 2/2/2018.



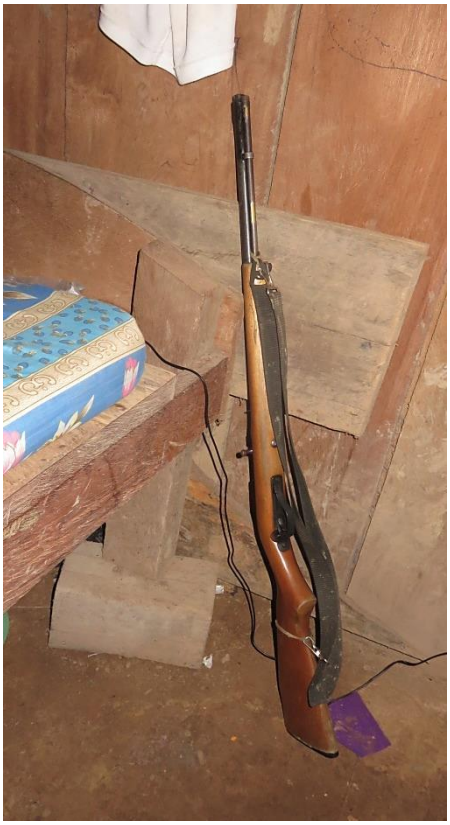
Guia *mestizo-campesino*, Sr. Antonio Monterey, apontando para o extenso campo do Sr. Eufemio Rivas. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, 2/2/2018.



Chegando a fazendo do latifundiário *mestizo*, Sr. Eufemio Rivas. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 2/2/2018.



Fazenda do Sr. Eufemio Rivas, criação de suínos. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/2/2018.



Escopeta guardada no dormitório de um dos *campesinos-colonos* que reside na fazendo do Sr. Eufemio Rivas. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/2/2018.



Mozos – trabalhodores *mestizos* – fazendo manejo dos bovinos do Sr. Eufemio Rivas, na sua fazenda. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/2/2018.



Bovinos no curral da fazenda do Sr. Eufemio Rivas, em território indígena, nas proximidades do assentamento "San José de Arawas". Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/2/2018.



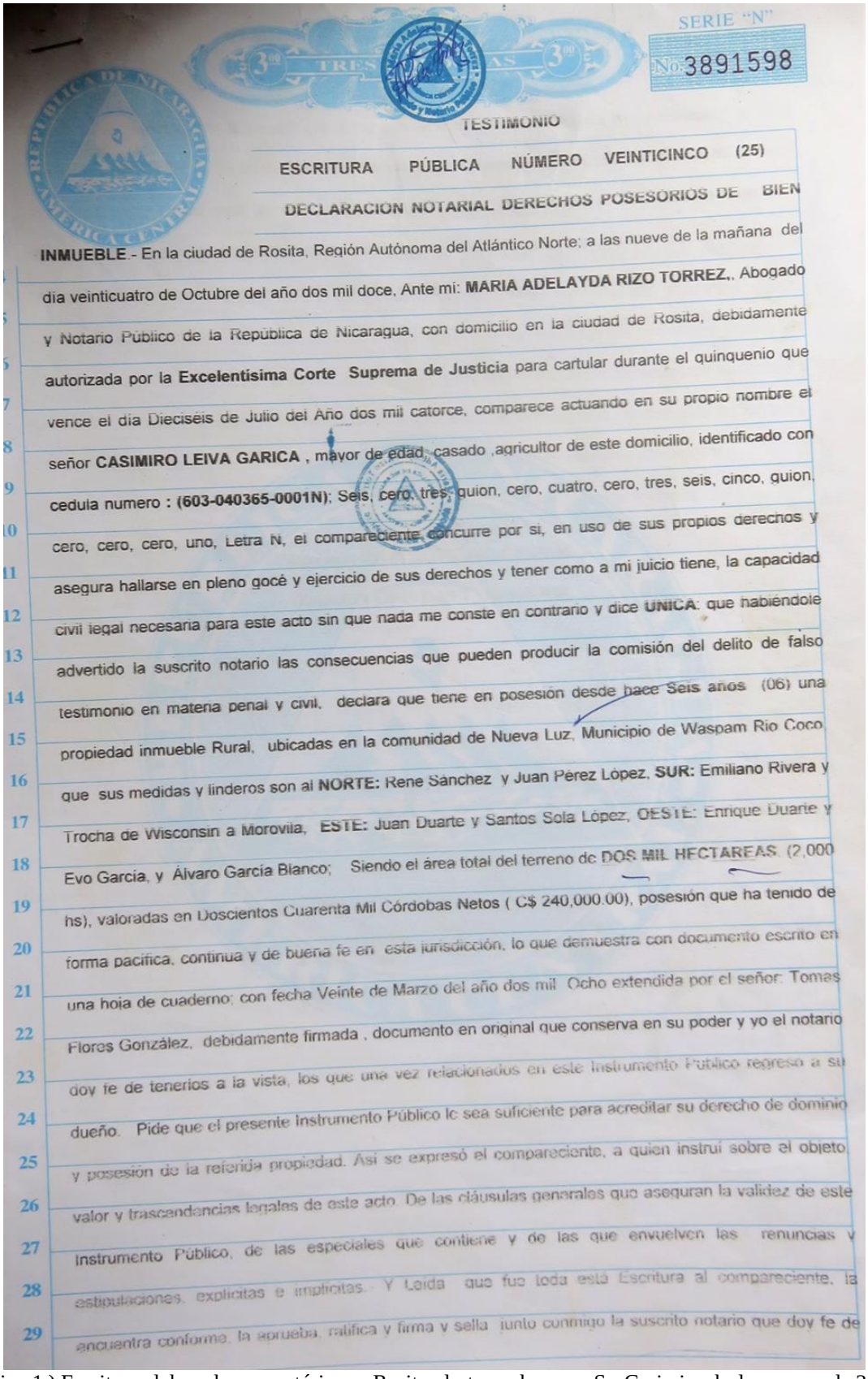
Eufemio Rivas conversando com um dos seus trabalhadores em sua fazenda. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/2/2018.



Campesino, Sr. Vicente Granado e sua família, transitando nos perímetros de "San José de Arawas". Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/2/2018.



O *campesino-colono*, Sr. Casimiro Leiva, à direita; e o *campesino*, Sr. Pedro Telléz Polanco, à esquerda, no assentamento "San José de Arawas". Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/2/2018.



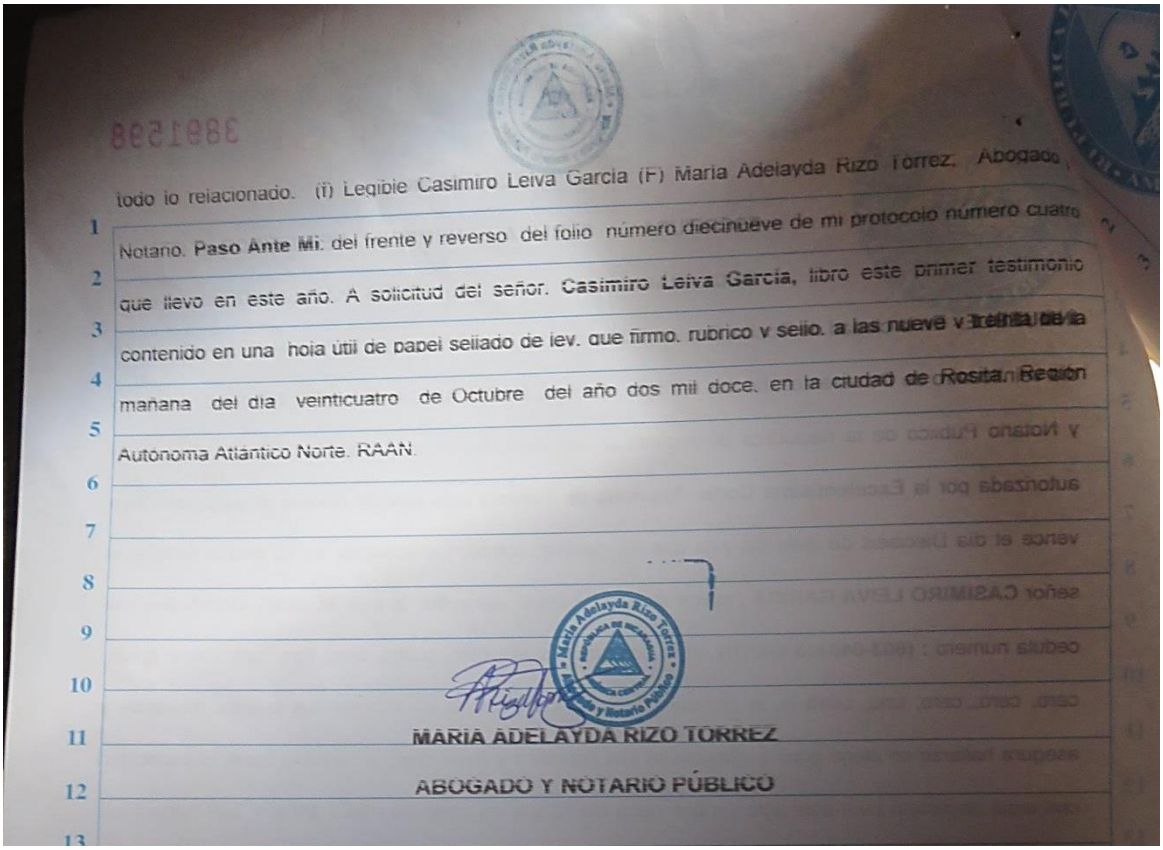
SERIE "N"
No. 3891598

TESTIMONIO

ESCRITURA PÚBLICA NÚMERO VEINTICINCO (25)

DECLARACION NOTARIAL DERECHOS POSESORIOS DE BIEN INMUEBLE.- En la ciudad de Rosita, Región Autónoma del Atlántico Norte; a las nueve de la mañana del dia veinticuatro de Octubre del año dos mil doce. Ante mí: **MARIA ADELAYDA RIZO TORREZ**,. Abogado y Notario Público de la República de Nicaragua, con domicilio en la ciudad de Rosita, debidamente autorizada por la **Excelentísima Corte Suprema de Justicia** para cartular durante el quinquenio que vence el dia Dieciséis de Julio del Año dos mil catorce, comparece actuando en su propio nombre el señor **CASIMIRO LEIVA GARICA** , mayor de edad, casado ,agricultor de este domicilio, identificado con cedula numero : **(603-040365-0001N)**; Seis, cero, tres, guion, cero, cuatro, cero, tres, seis, cinco, guion, cero, cero, cero, uno, Letra N, el compareciente concurre por si, en uso de sus propios derechos y asegura hallarse en pleno gocé y ejercicio de sus derechos y tener como a mi juicio tiene, la capacidad civil legal necesaria para este acto sin que nada me conste en contrario y dice **UNICA**: que habiéndole advertido la suscrito notario las consecuencias que pueden producir la comisión del delito de falso testimonio en materia penal y civil, declara que tiene en posesión desde hace Seis años (06) una propiedad inmueble Rural, ubicadas en la comunidad de Nueva Luz, Municipio de Waspam Rio Coco que sus medidas y linderos son al **NORTE:** Rene Sánchez y Juan Pérez López, **SUR:** Emiliano Rivera y Trocha de Wisconsin a Morovila, **ESTE:** Juan Duarte y Santos Sola López, **OESTE:** Enrique Duarte y Evo García, y Álvaro García Blanco; Siendo el área total del terreno de DOS MIL HECTAREAS (2,000 hs), valoradas en Doscientos Cuarenta Mil Córdobas Netos (C$ 240,000.00), posesión que ha tenido de forma pacifica, continua y de buena fe en esta jurisdicción, lo que demuestra con documento escrito en una hoja de cuaderno; con fecha Veinte de Marzo del año dos mil Ocho extendida por el señor: Tomas Flores González, debidamente firmada , documento en original que conserva en su poder y yo el notario doy fe de tenerlos a la vista, los que una vez relacionados en este Instrumento Público regreso a su dueño. Pide que el presente Instrumento Público le sea suficiente para acreditar su derecho de dominio y posesión de la referida propiedad. Así se expresó el compareciente, a quien instruí sobre el objeto valor y trascendencias legales de este acto. De las cláusulas generales que aseguran la validez de este Instrumento Público, de las especiales que contiene y de las que envuelven las renuncias y estipulaciones, explicitas e implicitas. Y Leída que fue toda esta Escritura al compareciente, la encuentra conforme, la aprueba, ratifica y firma y sella junto conmigo la suscrito notario que doy fe de

Pagina 1.) Escritura elaborada por cartório em Rosita, destacando que o Sr. Casimiro declara posse de 2 mil hectares de terra, em território indígena nas adjacências da comunidade *Miskitu*, *Wisconsin*, desde 2008. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/2/2018.

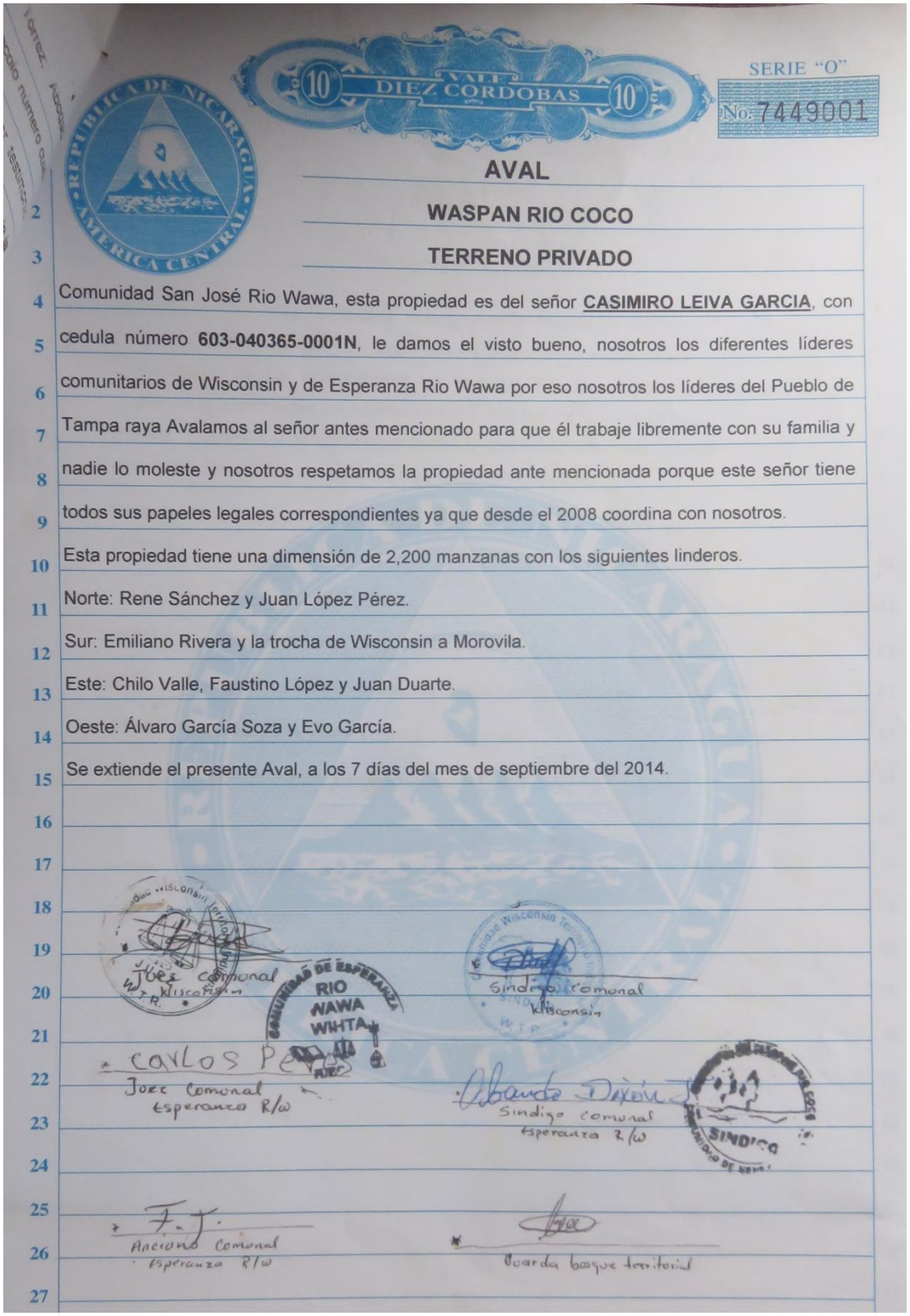

todo lo relacionado. (f) Legible Casimiro Leiva Garcia (F) Maria Adelayda Rizo Torrez. Abogado

Notario. **Paso Ante Mi**: del frente y reverso del folio número diecinueve de mi protocolo número cuatro que llevo en este año. A solicitud del señor. **Casimiro Leiva Garcia,** libro este primer testimonio contenido en una hoja útil de papel sellado de ley. que firmo. rubrico y sello. a las nueve y treinta de la mañana del dia veinticuatro de Octubre del año dos mil doce. en la ciudad de Rosita, Region Autónoma Atlántico Norte. RAAN.

MARIA ADELAYDA RIZO TORREZ

ABOGADO Y NOTARIO PÚBLICO

Página 2.) Escritura elaborada por cartório em Rosita, destacando que o Sr. Casimiro declara posse de 2 mil hectares de terra, em território indígena nas adjacências da comunidade *Miskitu*, *Wisconsin*, desde 2008; e que foram comprados do Sr. Tomas Flores González, um dos conhecido *colonos* dos "grupos armados" chefiados pelo Sr. Erasmo. Alguns dos *colonos* deste grupo são mencionados como vizinhos da propriedade ocupada, como Enrique e Juan Duarte. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/2/2018.



VALE DIEZ CORDOBAS

SERIE "O"

No. 7449001

AVAL

WASPAN RIO COCO

TERRENO PRIVADO

Comunidad San José Rio Wawa, esta propiedad es del señor **CASIMIRO LEIVA GARCIA**, con cedula número **603-040365-0001N**, le damos el visto bueno, nosotros los diferentes líderes comunitarios de Wisconsin y de Esperanza Rio Wawa por eso nosotros los líderes del Pueblo de Tampa raya Avalamos al señor antes mencionado para que él trabaje libremente con su familia y nadie lo moleste y nosotros respetamos la propiedad ante mencionada porque este señor tiene todos sus papeles legales correspondientes ya que desde el 2008 coordina con nosotros.

Esta propiedad tiene una dimensión de 2,200 manzanas con los siguientes linderos.

Norte: Rene Sánchez y Juan López Pérez.

Sur: Emiliano Rivera y la trocha de Wisconsin a Morovila.

Este: Chilo Valle, Faustino López y Juan Duarte.

Oeste: Álvaro García Soza y Evo García.

Se extiende el presente Aval, a los 7 días del mes de septiembre del 2014.

Juez Comunal Wisconsin

Sindico Comunal Wisconsin

COMUNIDAD DE ESPERANZA RIO NAWA WHITA

Carlos P.

Juez Comunal Esperanza R/w

Sindico Comunal Esperanza R/w

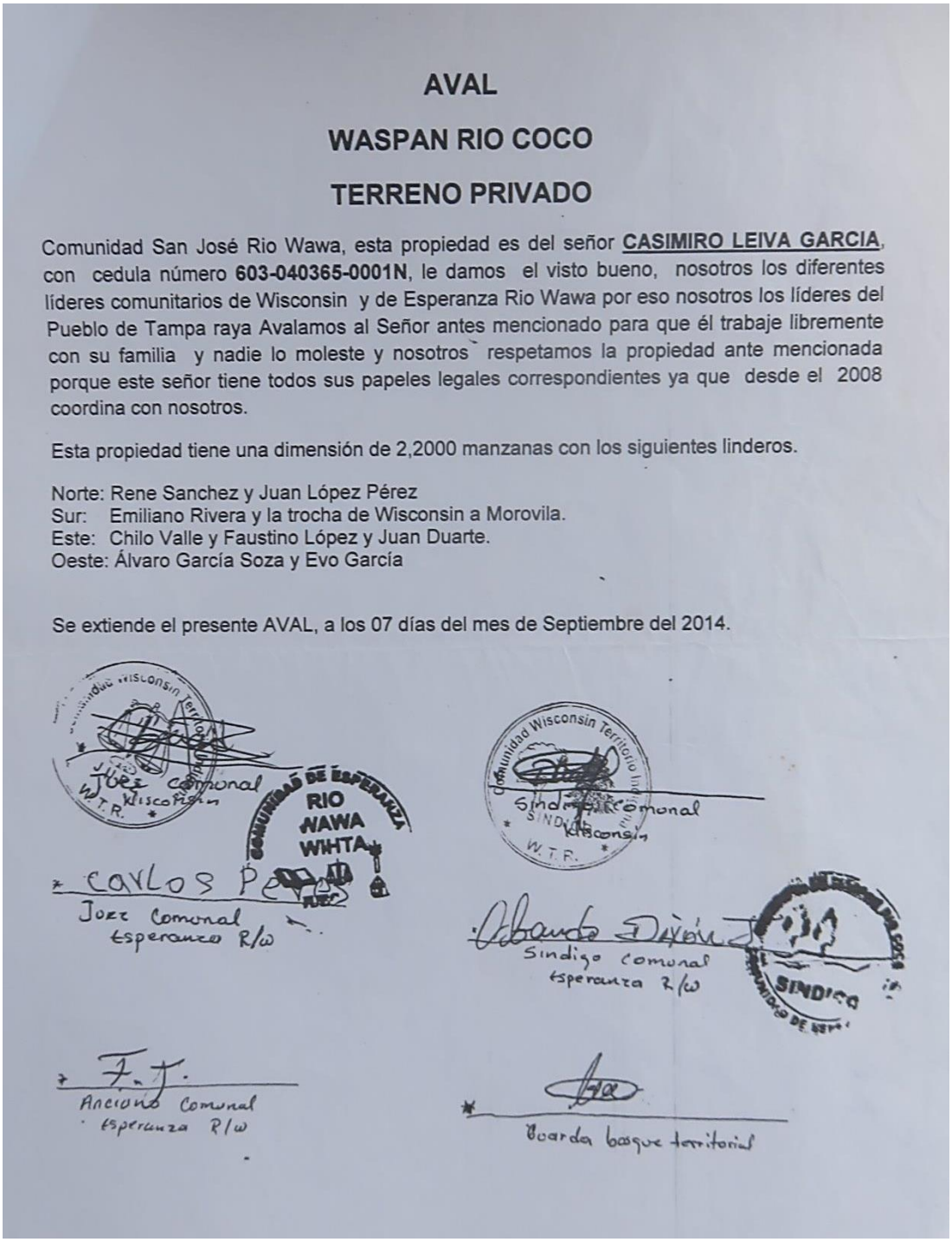
SINDICO

F. J.

Anciano Comunal Esperanza R/w

Junta Directiva Consejo territorial

Aval de "Terreno Privado", do Sr. Casimiro, confirmando sua ocupação de 2.200 *manzanas* de *tierras comunales* pertencente ao Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, do povo *Miskitu*. (O nome do território indígena está escrito errado – "Tampa Raya", ao invés de *Tasba Raya*). Fonte: trabalho de campo, assentamento dos *colonos* "San José de Arawas", H.C. Ubinger, 3/2/2018.



AVAL

WASPAN RIO COCO

TERRENO PRIVADO

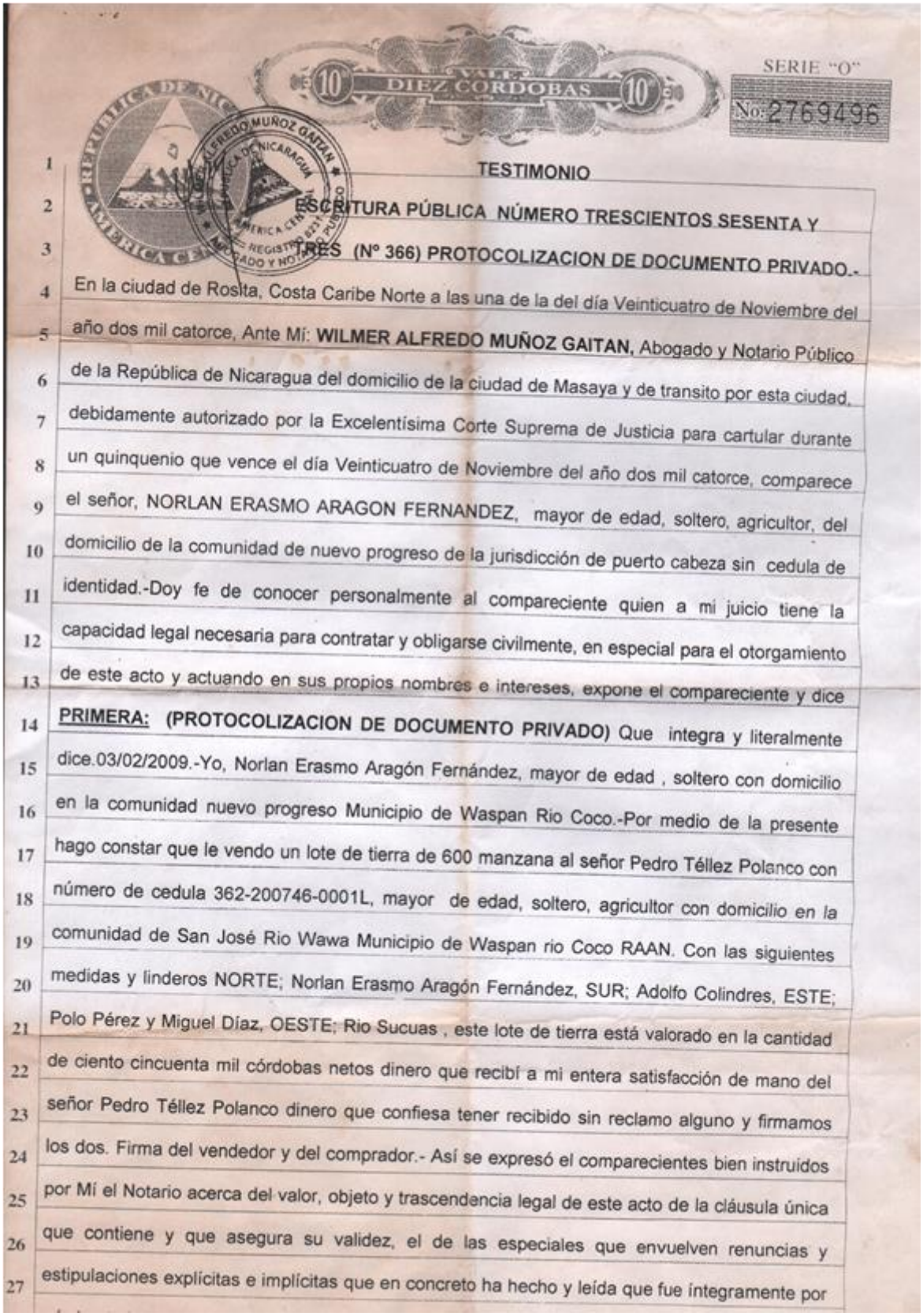
Comunidad San José Rio Wawa, esta propiedad es del señor **CASIMIRO LEIVA GARCIA**, con cedula número **603-040365-0001N**, le damos el visto bueno, nosotros los diferentes líderes comunitarios de Wisconsin y de Esperanza Rio Wawa por eso nosotros los líderes del Pueblo de Tampa raya Avalamos al Señor antes mencionado para que él trabaje libremente con su familia y nadie lo moleste y nosotros respetamos la propiedad ante mencionada porque este señor tiene todos sus papeles legales correspondientes ya que desde el 2008 coordina con nosotros.

Esta propiedad tiene una dimensión de 2,2000 manzanas con los siguientes linderos.

Norte: Rene Sanchez y Juan López Pérez
Sur: Emiliano Rivera y la trocha de Wisconsin a Morovila.
Este: Chilo Valle y Faustino López y Juan Duarte.
Oeste: Álvaro García Soza y Evo García

Se extiende el presente AVAL, a los 07 días del mes de Septiembre del 2014.

Aval de “Terreno Privado”, com a mesma descrição daquela apresentada acima. Cabe apontar que os assentamentos “San José de Rio *Wawa*” e “San Jose de Rio *Arawas*”, são assentamentos fundado por *colonos* clandestinamente no território indígena, nas áreas onde têm as *parcelas* indígenas nas adjacências do Rio *Wawa* e/ou Rio *Arawas*. (O nome do território indígena está escrito errado – “Tampa Raya”, ao invés de *Tasba Raya*, indicativo da possibilidade de falsificação do documento). Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, assentamento “San José de Arawas”, 3/2/2018.


VALE DIEZ CORDOBAS

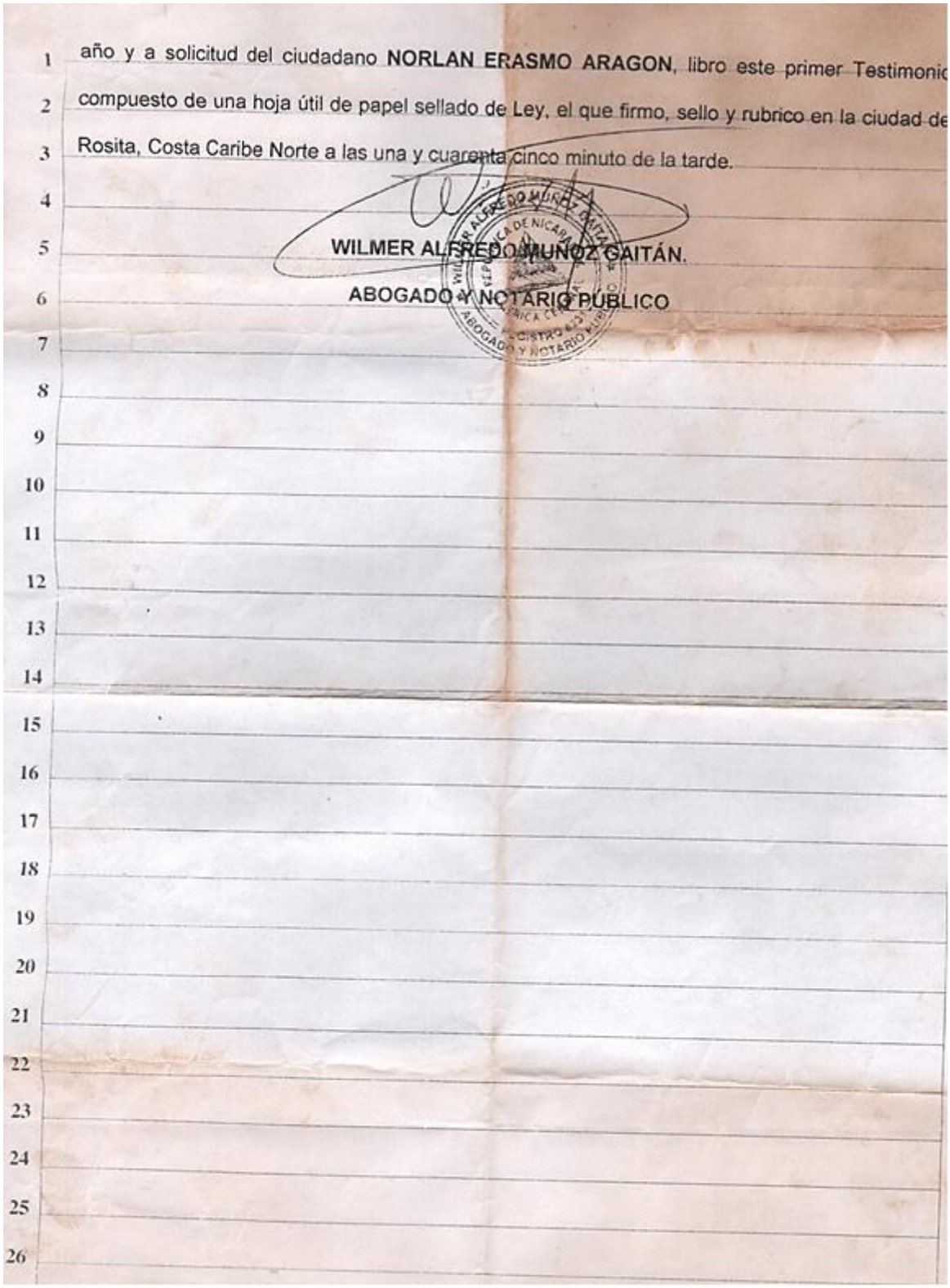
SERIE "O"
No. 2769496

TESTIMONIO

ESCRITURA PÚBLICA NÚMERO TRESCIENTOS SESENTA Y TRES (N° 366) PROTOCOLIZACION DE DOCUMENTO PRIVADO.-

En la ciudad de Rosita, Costa Caribe Norte a las una de la del día Veinticuatro de Noviembre del año dos mil catorce, Ante Mí: **WILMER ALFREDO MUÑOZ GAITAN,** Abogado y Notario Público de la República de Nicaragua del domicilio de la ciudad de Masaya y de transito por esta ciudad, debidamente autorizado por la Excelentísima Corte Suprema de Justicia para cartular durante un quinquenio que vence el día Veinticuatro de Noviembre del año dos mil catorce, comparece el señor, NORLAN ERASMO ARAGON FERNANDEZ, mayor de edad, soltero, agricultor, del domicilio de la comunidad de nuevo progreso de la jurisdicción de puerto cabeza sin cedula de identidad.-Doy fe de conocer personalmente al compareciente quien a mi juicio tiene la capacidad legal necesaria para contratar y obligarse civilmente, en especial para el otorgamiento de este acto y actuando en sus propios nombres e intereses, expone el compareciente y dice **PRIMERA: (PROTOCOLIZACION DE DOCUMENTO PRIVADO)** Que integra y literalmente dice.03/02/2009.-Yo, Norlan Erasmo Aragón Fernández, mayor de edad , soltero con domicilio en la comunidad nuevo progreso Municipio de Waspan Rio Coco.-Por medio de la presente hago constar que le vendo un lote de tierra de 600 manzana al señor Pedro Téllez Polanco con número de cedula 362-200746-0001L, mayor de edad, soltero, agricultor con domicilio en la comunidad de San José Rio Wawa Municipio de Waspan rio Coco RAAN. Con las siguientes medidas y linderos NORTE; Norlan Erasmo Aragón Fernández, SUR; Adolfo Colindres, ESTE; Polo Pérez y Miguel Díaz, OESTE; Rio Sucuas , este lote de tierra está valorado en la cantidad de ciento cincuenta mil córdobas netos dinero que recibí a mi entera satisfacción de mano del señor Pedro Téllez Polanco dinero que confiesa tener recibido sin reclamo alguno y firmamos los dos. Firma del vendedor y del comprador.- Así se expresó el comparecientes bien instruidos por Mí el Notario acerca del valor, objeto y trascendencia legal de este acto de la cláusula única que contiene y que asegura su validez, el de las especiales que envuelven renuncias y estipulaciones explícitas e implícitas que en concreto ha hecho y leída que fue íntegramente por

Pagina 1.)


año y a solicitud del ciudadano **NORLAN ERASMO ARAGON**, libro este primer Testimonio
compuesto de una hoja útil de papel sellado de Ley, el que firmo, sello y rubrico en la ciudad de
Rosita, Costa Caribe Norte a las una y cuarenta cinco minuto de la tarde.

WILMER ALFREDO MUÑOZ GAITÁN.

ABOGADO Y NOTARIO PÚBLICO

Página 2.) Uma das numerosas escrituras de venda ilegal de *tierras comunales* em territórios indígenas. Neste caso, o *colono* e chefe dos "grupos armados", Sr. Erasmo Aragón Fernández, vendeu 600 *manzanas* de terras ao *campesino*, Sr. Pedro Tellez Polanco, na ocupação denominada "San José Rio Wawa", que abrange uma área no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, próxima a comunidade *La Esperanza-Río Wawa*. O documento trata-se de uma evidência concreta do tráfico de terras efetivado entre os próprios *mestizos-campesinos-colonos.* Fonte: trabalho de campo, no assentamento "San José de Arawas", município de Rosita, H. C. Ubinger, 3/2/2018.

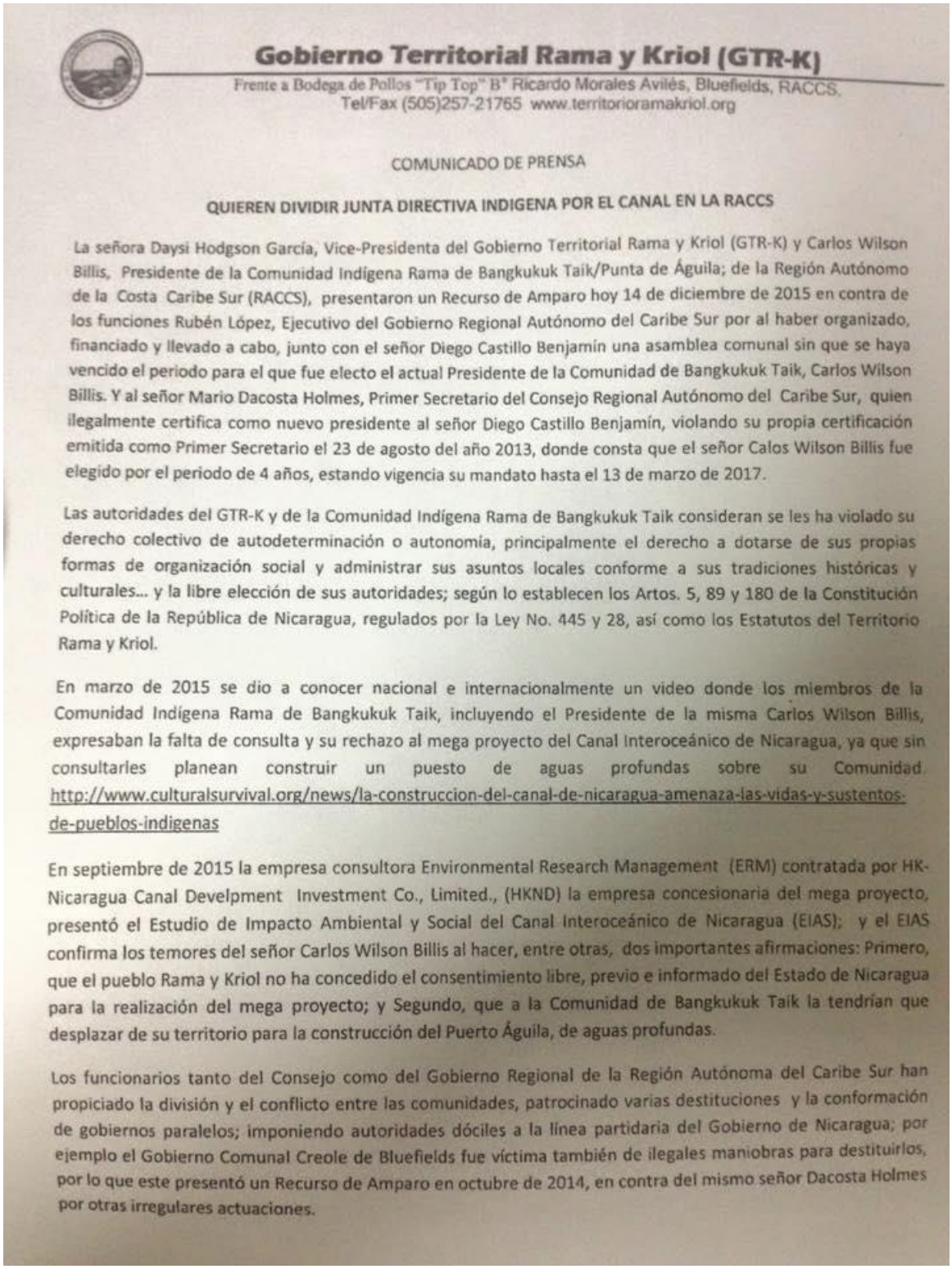


Campesinos-colonos na casa do Sr. Casimiro Leiva, no assentamento “San José de Arawas”. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/2/2018.



Assentamento “San José de Arawas”. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 3/2/2018.

ANEXO – DOCUMENTOS COMPLEMENTARES



Gobierno Territorial Rama y Kriol (GTR-K)

Frente a Bodega de Pollos "Tip Top" B° Ricardo Morales Avilés, Bluefields, RACCS.
Tel/Fax (505)257-21765 www.territorioramakriol.org

COMUNICADO DE PRENSA

QUIEREN DIVIDIR JUNTA DIRECTIVA INDIGENA POR EL CANAL EN LA RACCS

La señora Daysi Hodgson García, Vice-Presidenta del Gobierno Territorial Rama y Kriol (GTR-K) y Carlos Wilson Billis, Presidente de la Comunidad Indígena Rama de Bangkukuk Taik/Punta de Águila; de la Región Autónomo de la Costa Caribe Sur (RACCS), presentaron un Recurso de Amparo hoy 14 de diciembre de 2015 en contra de los funciones Rubén López, Ejecutivo del Gobierno Regional Autónomo del Caribe Sur por al haber organizado, financiado y llevado a cabo, junto con el señor Diego Castillo Benjamín una asamblea comunal sin que se haya vencido el periodo para el que fue electo el actual Presidente de la Comunidad de Bangkukuk Taik, Carlos Wilson Billis. Y al señor Mario Dacosta Holmes, Primer Secretario del Consejo Regional Autónomo del Caribe Sur, quien ilegalmente certifica como nuevo presidente al señor Diego Castillo Benjamín, violando su propia certificación emitida como Primer Secretario el 23 de agosto del año 2013, donde consta que el señor Calos Wilson Billis fue elegido por el periodo de 4 años, estando vigencia su mandato hasta el 13 de marzo de 2017.

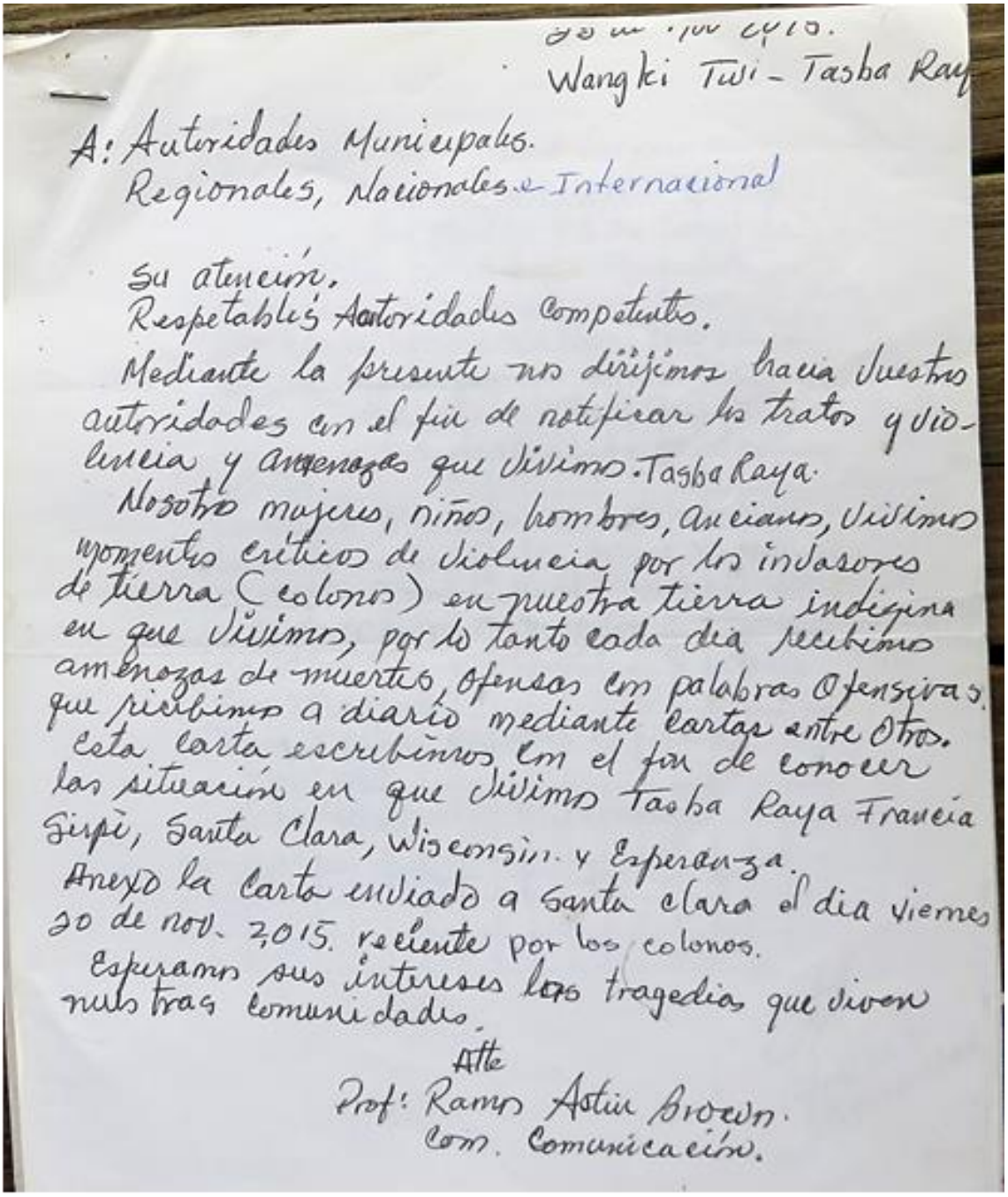
Las autoridades del GTR-K y de la Comunidad Indígena Rama de Bangkukuk Taik consideran se les ha violado su derecho colectivo de autodeterminación o autonomía, principalmente el derecho a dotarse de sus propias formas de organización social y administrar sus asuntos locales conforme a sus tradiciones históricas y culturales... y la libre elección de sus autoridades; según lo establecen los Artos. 5, 89 y 180 de la Constitución Política de la República de Nicaragua, regulados por la Ley No. 445 y 28, así como los Estatutos del Territorio Rama y Kriol.

En marzo de 2015 se dio a conocer nacional e internacionalmente un video donde los miembros de la Comunidad Indígena Rama de Bangkukuk Taik, incluyendo el Presidente de la misma Carlos Wilson Billis, expresaban la falta de consulta y su rechazo al mega proyecto del Canal Interoceánico de Nicaragua, ya que sin consultarles planean construir un puesto de aguas profundas sobre su Comunidad. http://www.culturalsurvival.org/news/la-construccion-del-canal-de-nicaragua-amenaza-las-vidas-y-sustentos-de-pueblos-indigenas

En septiembre de 2015 la empresa consultora Environmental Research Management (ERM) contratada por HK-Nicaragua Canal Develpment Investment Co., Limited., (HKND) la empresa concesionaria del mega proyecto, presentó el Estudio de Impacto Ambiental y Social del Canal Interoceánico de Nicaragua (EIAS); y el EIAS confirma los temores del señor Carlos Wilson Billis al hacer, entre otras, dos importantes afirmaciones: Primero, que el pueblo Rama y Kriol no ha concedido el consentimiento libre, previo e informado del Estado de Nicaragua para la realización del mega proyecto; y Segundo, que a la Comunidad de Bangkukuk Taik la tendrían que desplazar de su territorio para la construcción del Puerto Águila, de aguas profundas.

Los funcionarios tanto del Consejo como del Gobierno Regional de la Región Autónoma del Caribe Sur han propiciado la división y el conflicto entre las comunidades, patrocinado varias destituciones y la conformación de gobiernos paralelos; imponiendo autoridades dóciles a la línea partidaria del Gobierno de Nicaragua; por ejemplo el Gobierno Comunal Creole de Bluefields fue víctima también de ilegales maniobras para destituirlos, por lo que este presentó un Recurso de Amparo en octubre de 2014, en contra del mismo señor Dacosta Holmes por otras irregulares actuaciones.

Carta pública escrita pelas autoridades legítimas do Governo Territorial *Rama* e *Kriol* (GTR-K), da RACCS, denunciando a destituição da *autoridad comunal* democraticamente eleito e a composição de um *gobierno paralelo*, na comunidade *Bangkukuk Taik*, em função da sua posição contra a contrução do Canal Interoceânico. Fonte: trabalho de campo, RACCS, H. C. Ubinger, 2015.



Wangki Twi - Tasba Raya

A: Autoridades Municipales.
Regionales, Nacionales e Internacional

Su atención.
Respetables Autoridades Competentes.

Mediante la presente nos dirijimos hacia Vuestras autoridades con el fin de notificar los tratos y violencia y amenazas que Vivimos. Tasba Raya.

Nosotro mujeres, niños, hombres, Ancianos, Vivimos momentos críticos de violencia por los invasores de tierra (colonos) en nuestra tierra indigina en que Vivimos, por lo tanto cada dia recibimos amenazas de muertes, ofensas en palabras Ofensivas. que recibimos a diario mediante cartas entre Otros.

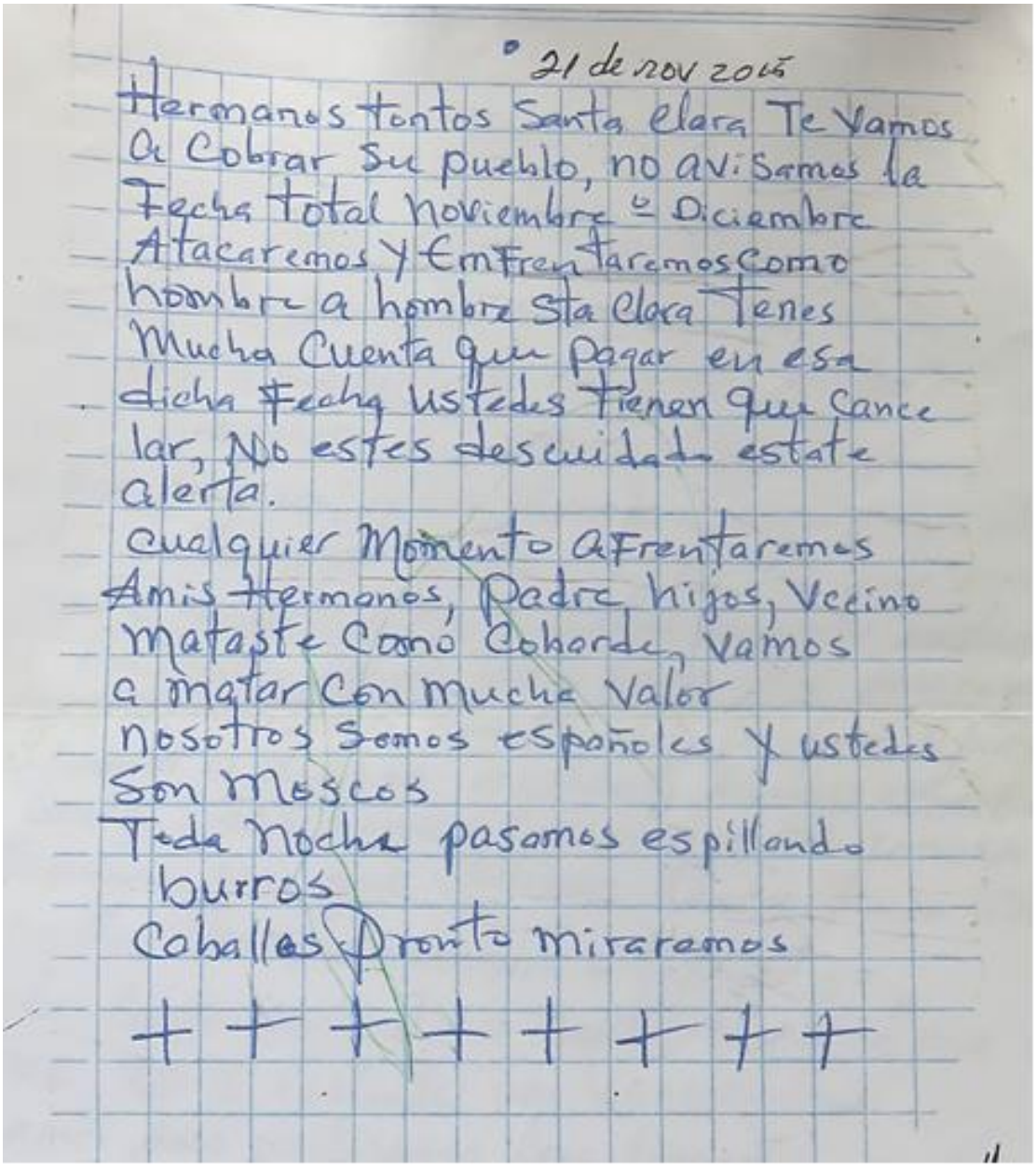
Esta carta escribimos en el fin de conocer las situación en que Vivimos Tasba Raya Francia Sirpi, Santa Clara, Wisconsin. y Esperanza.

Anexo la carta enviado a Santa clara el dia viernes 20 de nov. 2015. reciente por los colonos.

Esperamos sus intereses las tragedias que viven nuestras comunidades.

Atte
Prof: Ramos Astin Brown.
Com. Comunicación.

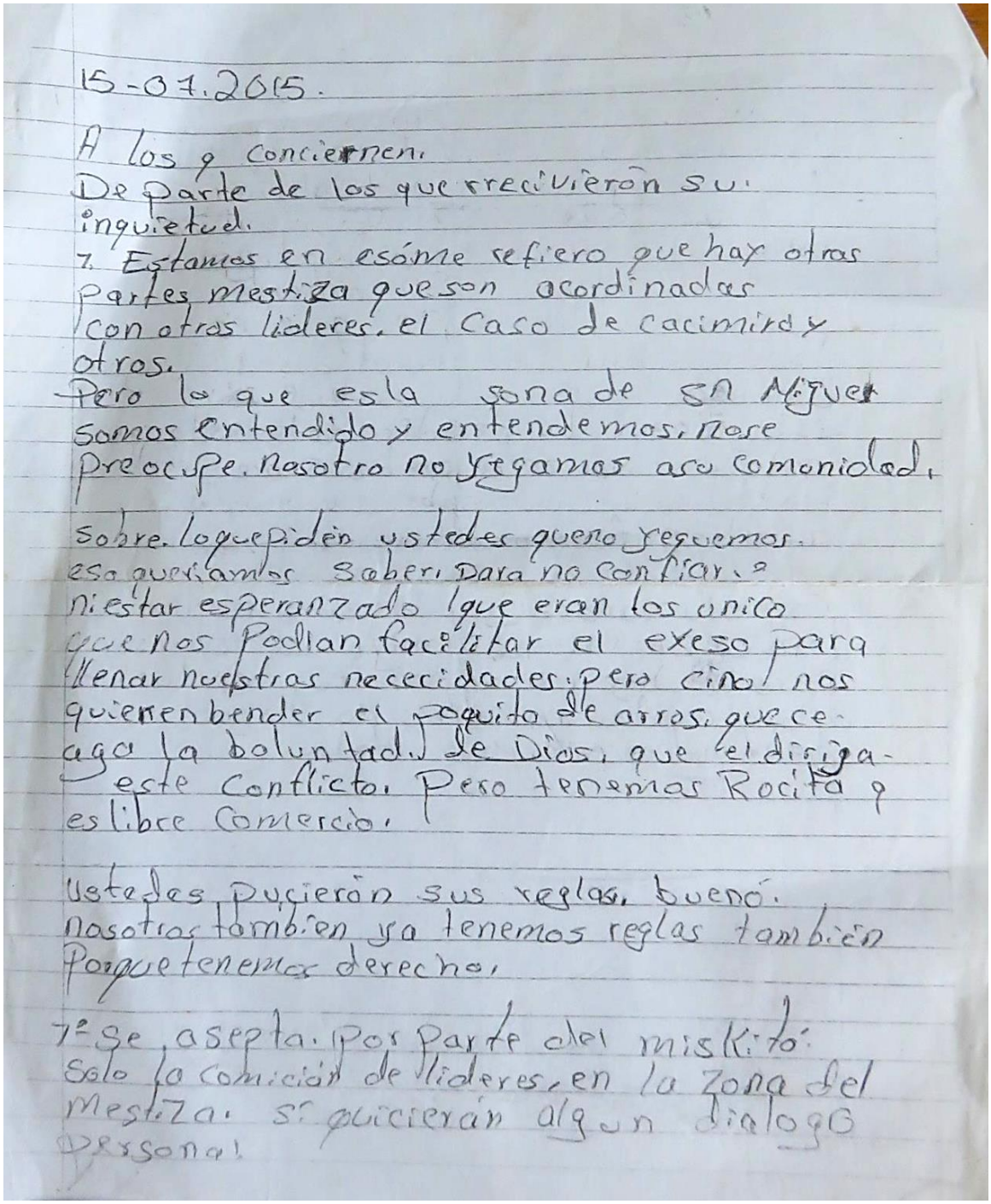
Pagina 1.) Documento fornecido por Sr. Ramos, líder indígena da comunidade *Francia Sirpi*. Trata-se de uma carta escrita pelas autoridades indígena em 2015, dirigida às autoridades municipais, regionais, nacionais e internacionais, os informando sobre as ameaças e violências por parte dos *colonos* que os *Miskitu* das comunidades *Francia Sirpi, Santa Clara, Esperanza* e *Wisconsin* estavam sofrendo. Também avisa sobre uma carta de ameaça dos *colonos*, anexado a esta carta, apresentado na sequência. Fonte: trabalho de campo, H.C. Ubinger, out. 2017.



21 de nov 2016
Hermanos tontos Santa Clara Te Vamos
a Cobrar Su pueblo, no avisamos la
Fecha total noviembre ó Diciembre
Atacaremos y EnFrentaremosComo
hombre a hombre Sta Clara Tenes
Mucha Cuenta que Pagar en esa
dicha Fecha ustedes Tienen que Cance
lar, No estes descuidada estate
alerta.
cualquier Momento aFrentaremos
Amis Hermanos, Padre hijos, Vecino
mataste Como Cobarde, Vamos
a matar Con Mucha Valor
nosotros Somos españoles y ustedes
Son Moscos
Toda Noche pasamos espillando
burros
Caballos Pronto miraremos

+ + + + + + + + +

Página 2.) Carta de ameaça escrita por *colonos*, anexada à carta escrita por representantes *Miskitu* do Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, apresentada acima. O conteúdo desta carta é uma declaração de guerra e vingança por parte dos *colonos*. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Francia Sirpi*, H.C. Ubinger, out. 2017.



15-07.2015.

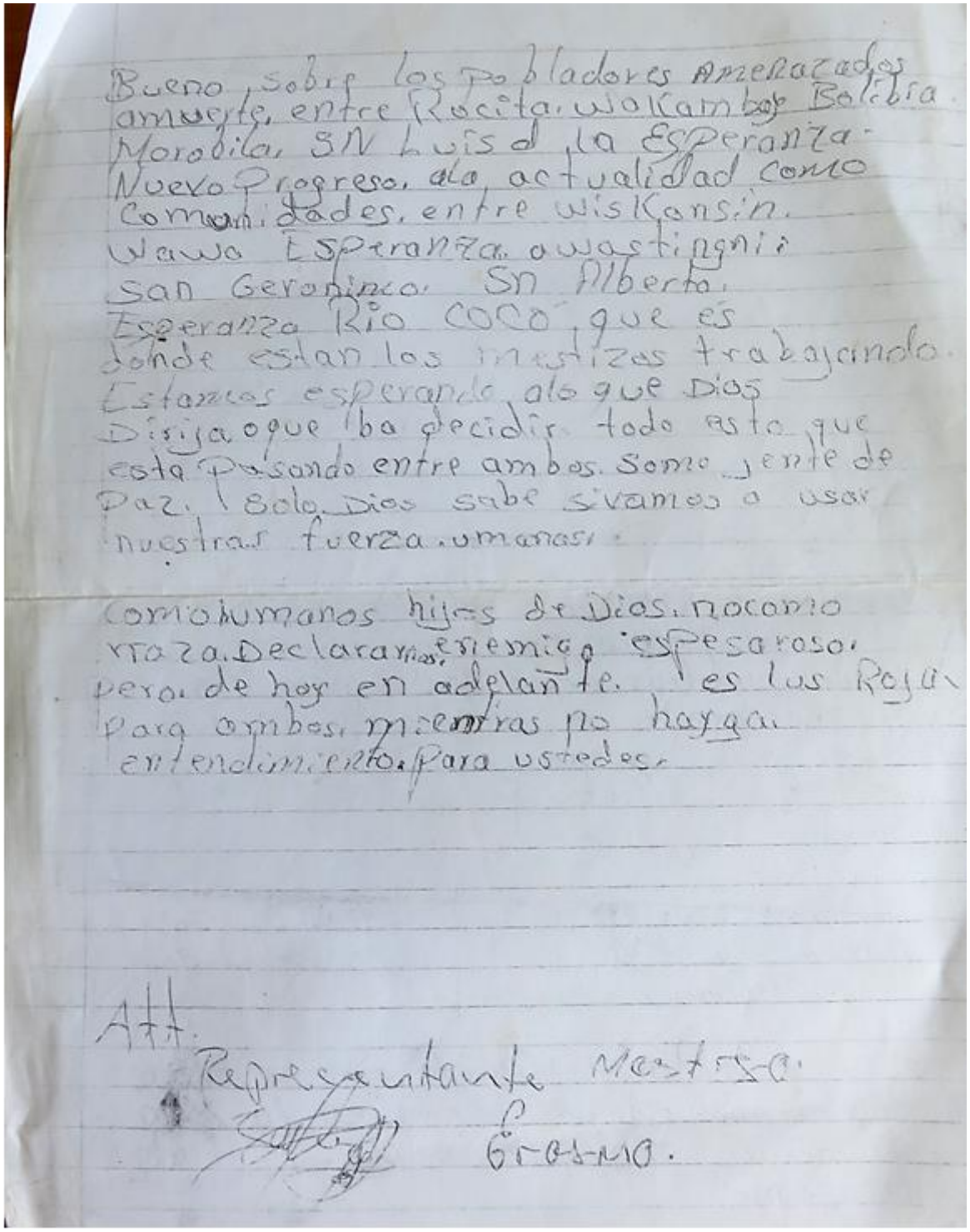
A los q conciernen.
De parte de los que recivieron su.
inquietud.
7. Estamos en esóme refiero que hay otras
Partes mestiza que son acordinadas
con otras lideres. el Caso de cacimiro y
otros.
Pero lo que esla zona de SN Miguel
somos entendido y entendemos, nose
preocupe. Nosotro no yegamos aso comonidad.

Sobre. loquepiden ustedes quero yeguemos.
eso queriamos Saber, Para no confiar.?
ni estar esperanzado lque eran los unico
que nos Podian facilitar el exeso para
llenar nuestras nececidades. pero cino nos
quieren bender el paquito de arros. que ce-
aga la boluntad de Dios, que el dirija-
este Conflicto. Pero tenemas Rocita q
es libre Comercio.

Ustedes pucieron sus reglas, buenó.
nosotras tambien ya tenemos reglas tambien
Porque tenemos derecho.

7ª Se, asepta. por Parte del miskito.
Solo la comicion de lideres, en la zona del
Mestiza. Si quicieran algun dialogo
Personal

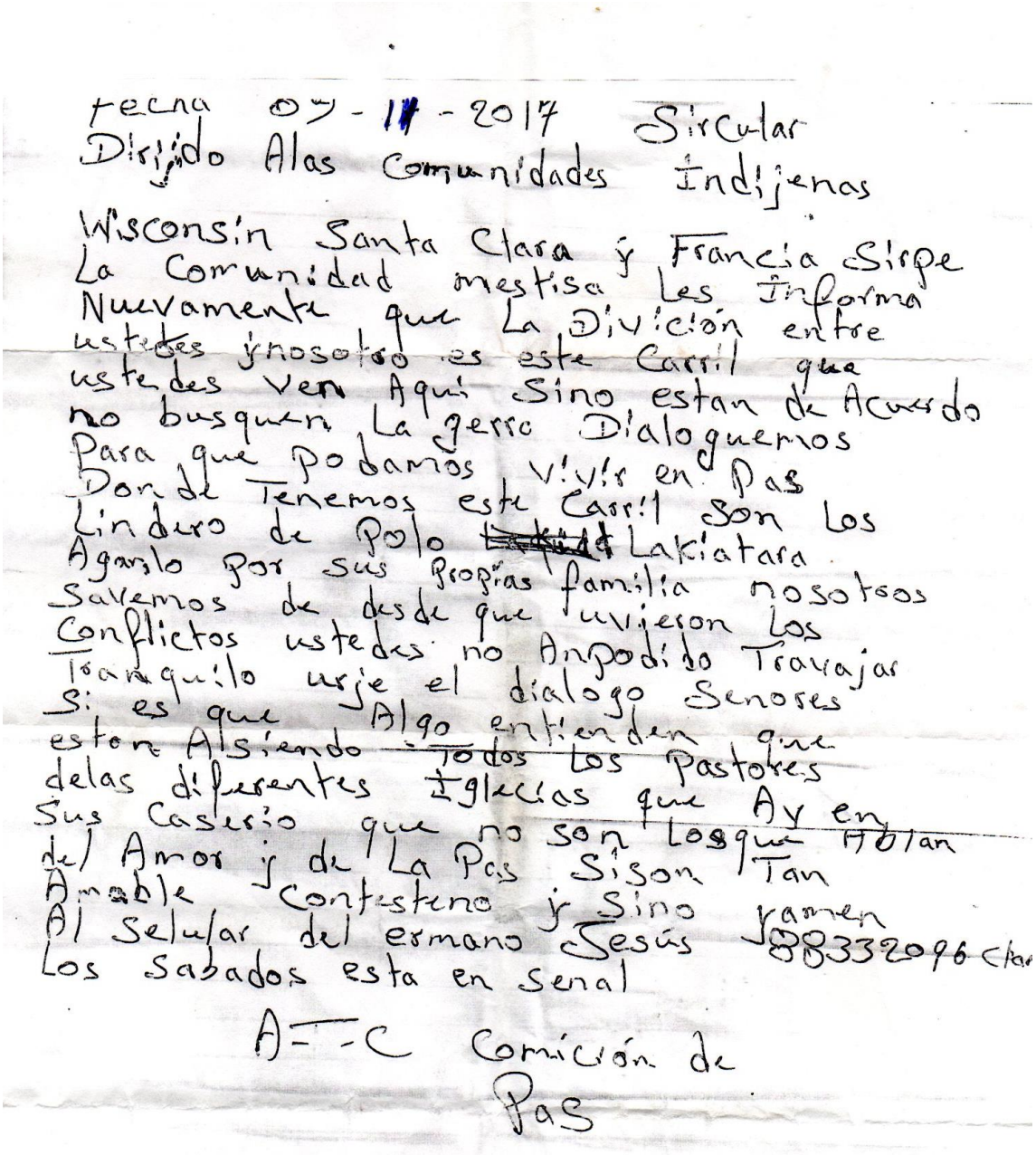
Página 1.) Carta de ameaça escrita pelo *colono*, Erasmo, em 2015, em que o *colono*, Sr. Casimiro, é também mencionado. Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H. C. Ubinger, set. 2017.


Bueno, sobre los Pobladores Amenazados
amuerte, entre Rocita, WaKambay Bolibra.
Morabila, SN Luis d la Esperanza.
Nuevo Progreso, ala actualidad como
Comunidades, entre wisKansin.
Wawa Esperanza, awastingni
San Geronimo, SN Alberto.
Esperanza Rio COCO, que es
donde estan los mestizos trabajando.
Estamos esperando alo que Dios
Disiya oque ba decidir todo esto que
esta Pasando entre ambos. Somo gente de
Paz, Solo Dios sabe sivamos a usar
nuestras fuerza. umanas.

Como humanos hijos de Dios, nocamo
rtaza. Declaramos enemigo espesaroso.
pero, de hoy en adelante, es los Roya
para ambos, mientras no haygan
entendimiento para ustedes.

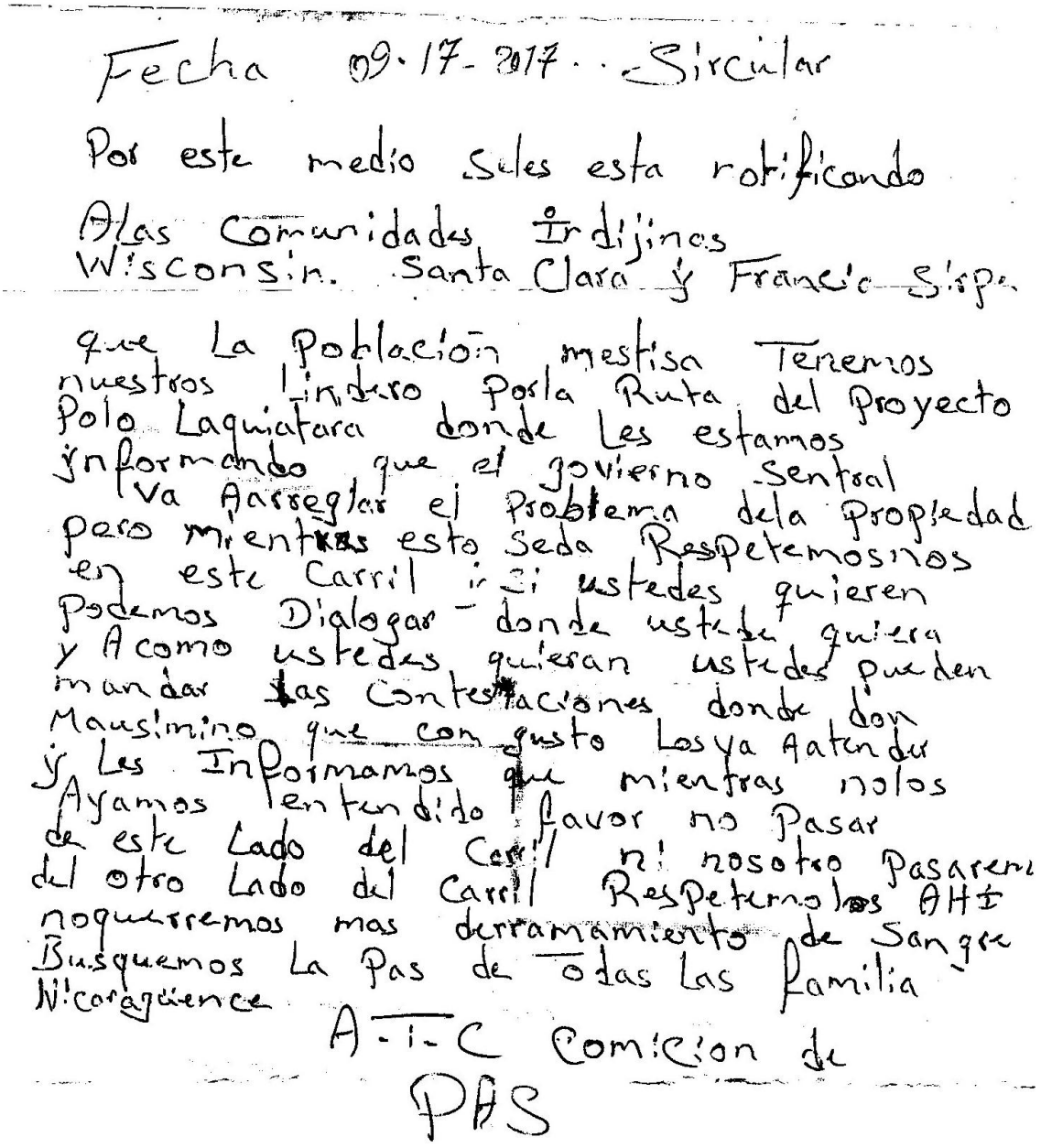
Att.
Representante Mestiza.
ERASMO.

Página 2.) Mesma carta de ameaça escrita pelo *colono*, Erasmo, em 2015. A carta finaliza declarando que os concernentes *mestizos-colonos* são os "inimigos" dos *Miskitu.* Fonte: trabalho de campo, comunidade *Wisconsin*, H. C. Ubinger, set. 2017.



Fecha 07 - 11 - 2017 Circular
Dirijido Alas Comunidades Indijenas
Wisconsin Santa Clara y Francia Sirpe
La Comunidad mestisa Les Informa
Nuevamente que La Divicion entre
ustedes y nosotro es este Carril que
ustedes ven Aquí Sino estan de Acuerdo
no busquen La gerra Dialoguemos
Para que podamos Vivir en Pas
Donde Tenemos este Carril son Los
Lindero de Polo Lakiatara
Agarlo por sus Propias familia nosotros
Savemos de desde que uvieron Los
Conflictos ustedes no Anpodido Travajar
Tranquilo urje el dialogo Senores
Si es que Algo entienden que
estan Alsiendo Todos los Pastores
delas diferentes Iglecias que Ay en
Sus Caserio que no son Losque Nolan
del Amor y de La Pas Sison Tan
Amable contesteno y Sino ramen
Al Selular del ermano Jesús 88332096 Cla
Los Sabados esta en Seral
A-C Comicion de
Pas

Carta recebida pelos indígenas escrita por *colonos*, os avisando que deveriam respeitar os *carriles* (picadas abertas) feitos pelos mesmos, delimitando suas pretensas terras privadas, datada 17/9/2017, encontrada no Território *Wangki Twi-Tasba Raya*. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 2017.



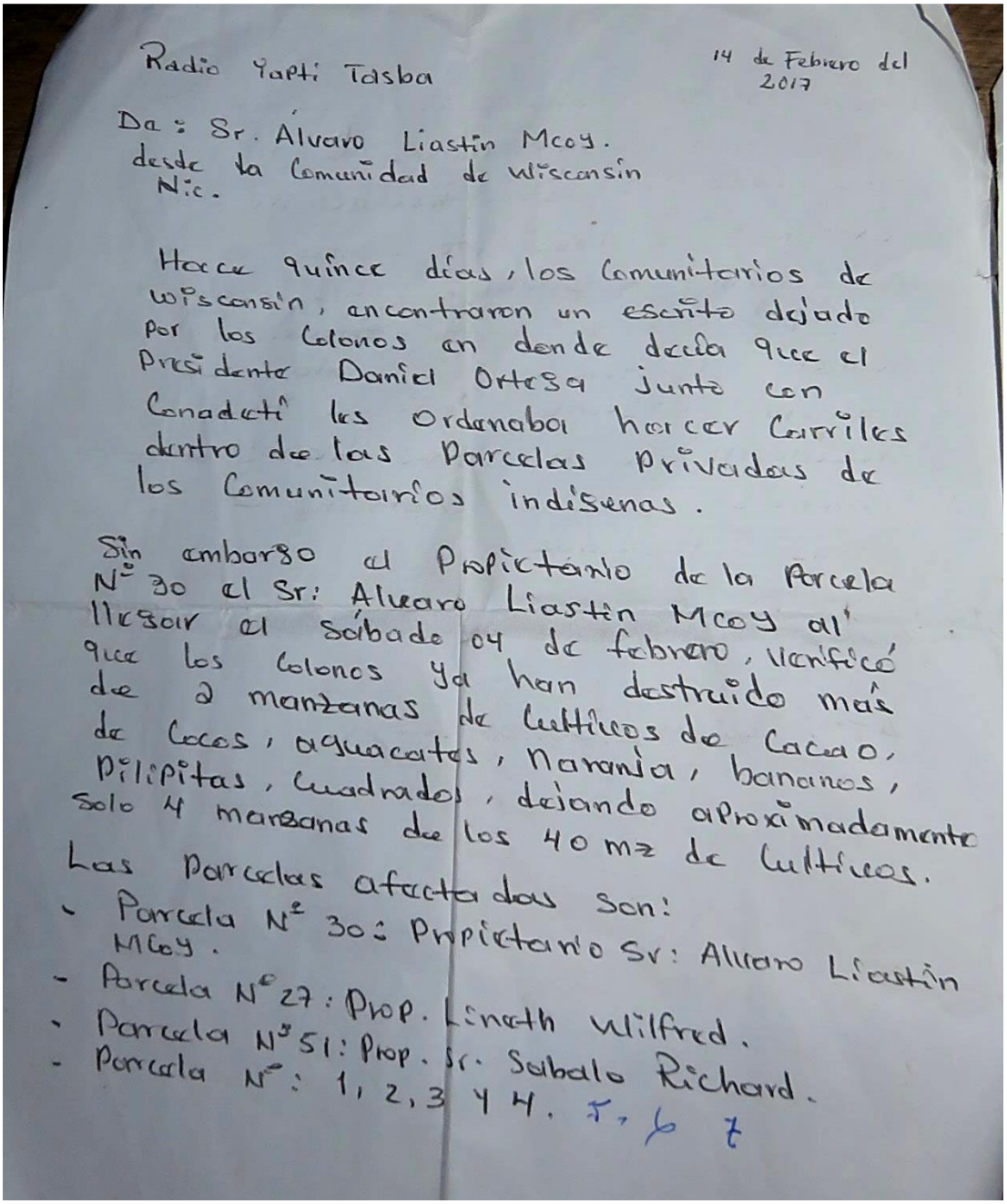
Fecha 09-17-2017 .. Sircular

Por este medio Seles esta rotificando
Alas Comunidades Indijinas
Wisconsin. Santa Clara y Franc'o Sirpa.

que La Poblacion mestisa Tenemos
nuestros lindero Porla Ruta del Proyecto
Polo Laquiatara donde Les estamos
informando que el govierno Sentral
Va Arreglar el Problema dela Propiedad
pero mientras esto Seda ResPetemosnos
en este Carril ir Si ustedes quieren
Podemos Dialogar donde usted quiera
y Acomo ustedes quieran ustedes pueden
mandar las Contestaciones donde don
Mausimino que con gusto Losya Atendr
y Les Informamos que mientras nolos
Ayamos entendido favor no Pasar
de este Lado del Carril ni nosotro Pasaremo
del otro Lado del Carril ResPeternoslos AHI
noquerremos mas derramamiento de Sangre
Busquemos La Pas de odas Las Familia
Nicaragüence

A-i-C Comicion de
PAS

Carta escrita por *colonos*, avisando os *Miskitu* das comunidades *Wisconsin*, *Santa Clara* e *Francia Sirpi* que deveriam respeitar seus *carriles* (picadas abertas), demarcando suas pretensas terras privadas. Também destaca que o governo central irá regularizar as suas "propriedades privadas" em breve, com data de 17/ 9/ 2017. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, 2017.



Radio Yapti Tasba

14 de Febrero del 2017

Da: Sr. Álvaro Liastin Mcoy.
desde la Comunidad de Wiscansin
Nic.

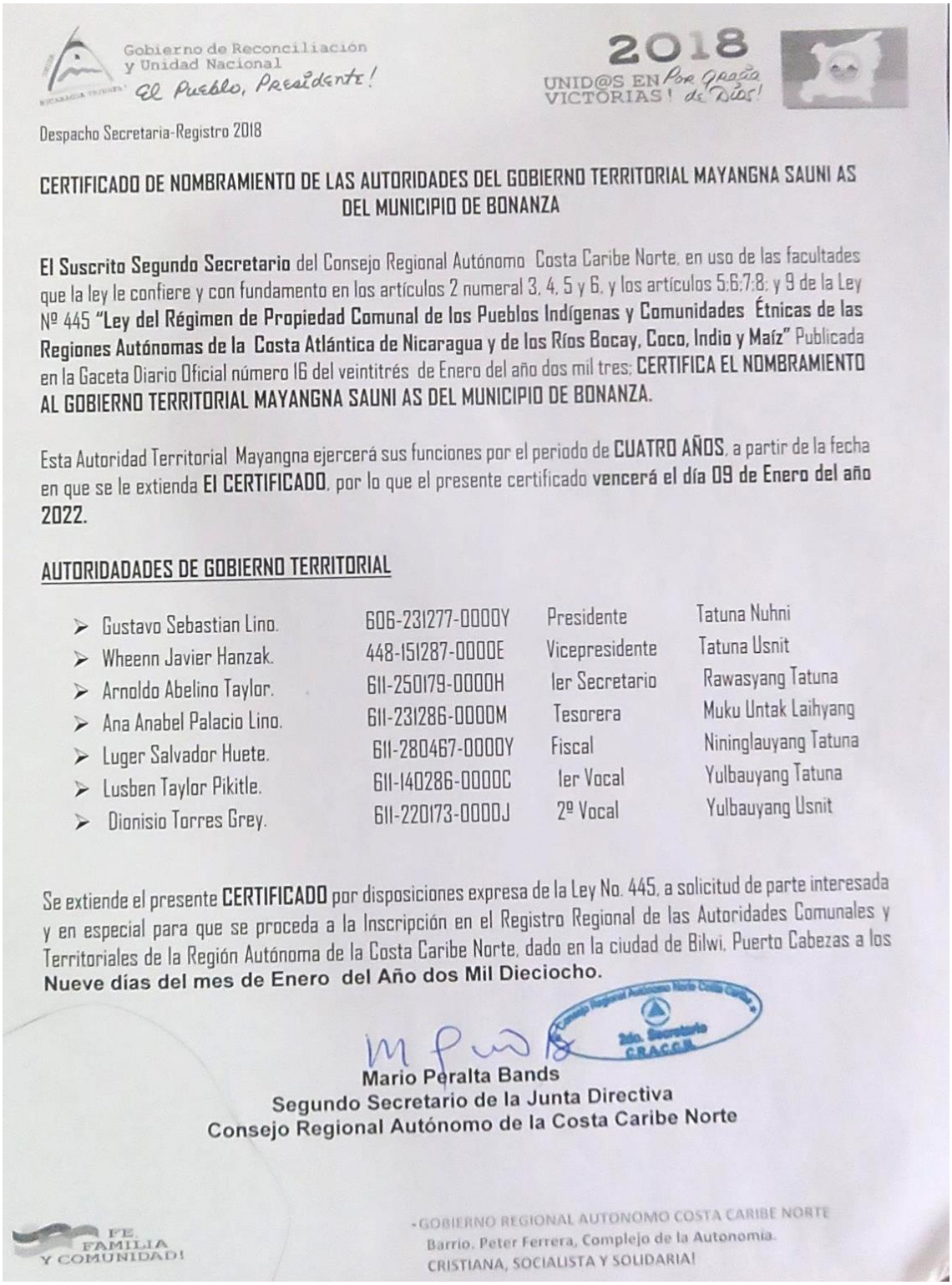
Hace quince días, los Comunitarios de Wiscansin, encontraron un escrito dejado por los Colonos en donde decía que el Presidente Daniel Ortega junto con Conadeti les Ordenaba hacer Carriles dentro de las Parcelas Privadas de los Comunitarios indígenas.

Sin embargo el Propietario de la Parcela N° 30 el Sr: Álvaro Liastin Mcoy al llegar el Sábado 04 de febrero, verificó que los Colonos ya han destruido más de 2 manzanas de Cultivos de Cacao, de Cocos, aguacates, naranja, bananos, Pilipitas, Cuadrados, dejando aproximadamente solo 4 manzanas de los 40 mz de Cultivos.

Las Parcelas afectadas son:

- Parcela N° 30: Propietario Sr: Alvaro Liastin MCoy.
- Parcela N° 27: Prop. Lineth Wilfred.
- Parcela N° 51: Prop. Sr. Sabalo Richard.
- Parcela N°: 1, 2, 3 y 4.

Carta manuscrita para divulgação na rádio, informando o fato de que a *parcela* N° 30, pertencente ao ancião indígena, Sr. Álvaro, entre outras *parcelas* dos *Miskitu* da comunidade *Wisconsin*, foram usurpadas por *colonos*, datada14 de fevereiro de 2017. Fonte: trabalho de campo, H. C. Ubinger, set. 2017.



Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional
El Pueblo, Presidente!

2018
UNID@S EN VICTORIAS! Por Gracia de Dios!

Despacho Secretaria-Registro 2018

CERTIFICADO DE NOMBRAMIENTO DE LAS AUTORIDADES DEL GOBIERNO TERRITORIAL MAYANGNA SAUNI AS DEL MUNICIPIO DE BONANZA

El Suscrito Segundo Secretario del Consejo Regional Autónomo Costa Caribe Norte, en uso de las facultades que la ley le confiere y con fundamento en los artículos 2 numeral 3, 4, 5 y 6, y los artículos 5;6;7;8; y 9 de la Ley Nº 445 **"Ley del Régimen de Propiedad Comunal de los Pueblos Indígenas y Comunidades Étnicas de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica de Nicaragua y de los Ríos Bocay, Coco, Indio y Maíz"** Publicada en la Gaceta Diario Oficial número 16 del veintitrés de Enero del año dos mil tres; **CERTIFICA EL NOMBRAMIENTO AL GOBIERNO TERRITORIAL MAYANGNA SAUNI AS DEL MUNICIPIO DE BONANZA.**

Esta Autoridad Territorial Mayangna ejercerá sus funciones por el periodo de **CUATRO AÑOS**, a partir de la fecha en que se le extienda **El CERTIFICADO**, por lo que el presente certificado **vencerá el día 09 de Enero del año 2022.**

AUTORIDADADES DE GOBIERNO TERRITORIAL

➢ Gustavo Sebastian Lino.	606-231277-0000Y	Presidente	Tatuna Nuhni
➢ Wheenn Javier Hanzak.	448-151287-0000E	Vicepresidente	Tatuna Usnit
➢ Arnoldo Abelino Taylor.	611-250179-0000H	Ier Secretario	Rawasyang Tatuna
➢ Ana Anabel Palacio Lino.	611-231286-0000M	Tesorera	Muku Untak Laihyang
➢ Luger Salvador Huete.	611-280467-0000Y	Fiscal	Nininglauyang Tatuna
➢ Lusben Taylor Pikitle.	611-140286-0000C	Ier Vocal	Yulbauyang Tatuna
➢ Dionisio Torres Grey.	611-220173-0000J	2º Vocal	Yulbauyang Usnit

Se extiende el presente **CERTIFICADO** por disposiciones expresa de la Ley No. 445, a solicitud de parte interesada y en especial para que se proceda a la Inscripción en el Registro Regional de las Autoridades Comunales y Territoriales de la Región Autónoma de la Costa Caribe Norte, dado en la ciudad de Bilwi, Puerto Cabezas a los **Nueve días del mes de Enero del Año dos Mil Dieciocho.**

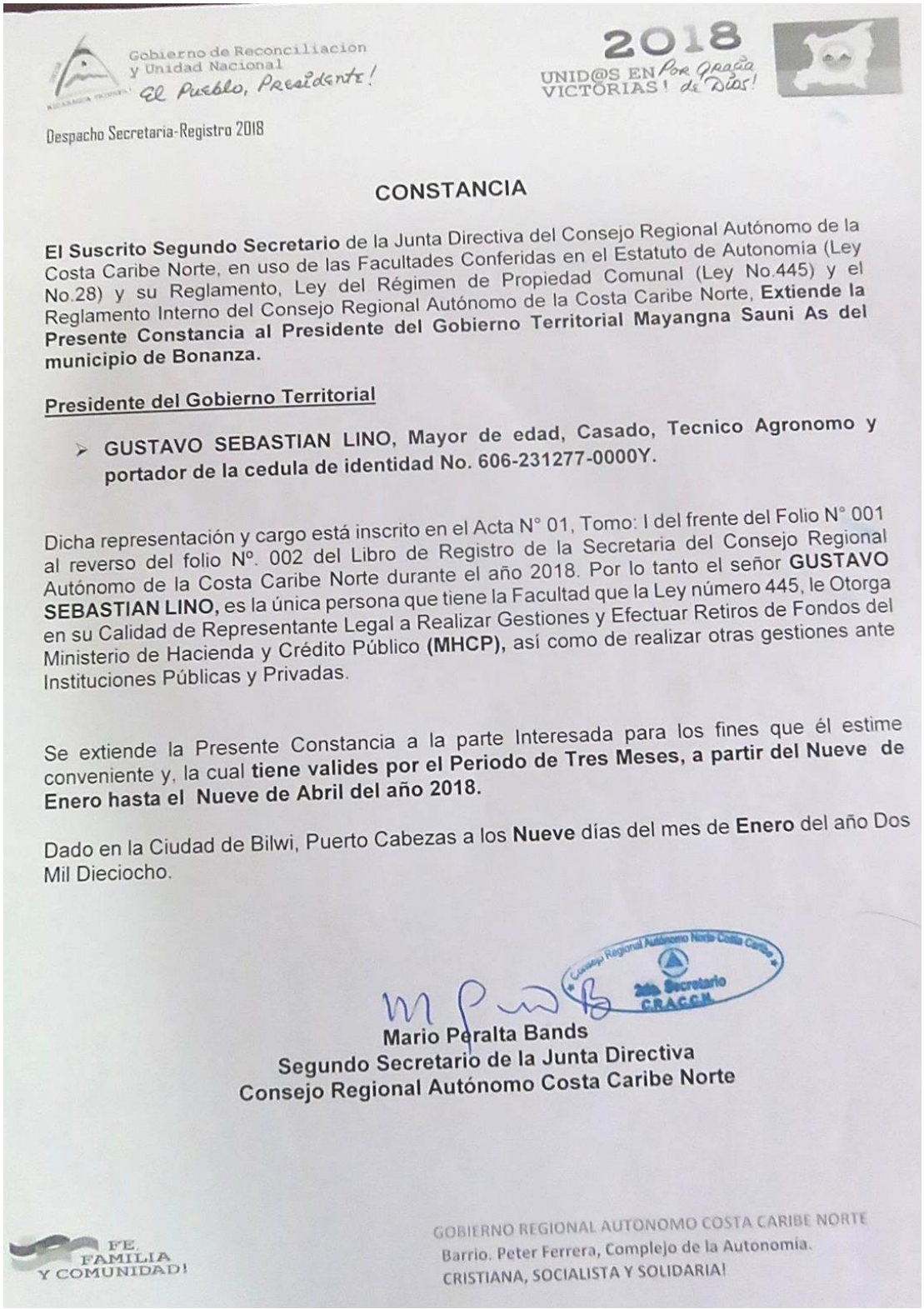
Consejo Regional Autónomo Costa Caribe Norte
2do. Secretario
CRACCN

Mario Peralta Bands
Segundo Secretario de la Junta Directiva
Consejo Regional Autónomo de la Costa Caribe Norte

FE, FAMILIA Y COMUNIDAD!

-GOBIERNO REGIONAL AUTONOMO COSTA CARIBE NORTE
Barrio. Peter Ferrera, Complejo de la Autonomia.
CRISTIANA, SOCIALISTA Y SOLIDARIA!

Nombreamiento oficial dado às *autoridades comunales* e territoriais eleitos em *Asambleas Comunales* e *Territoriales*, respaldando exercer suas atividades de liderança e representação da coletividade, estatal e jurídicamente. No entanto, estes certificados são frequentemente negados às autoridades indígenas legítimas, democraticamente eleitas pelos membros das suas comunidades, e entregue para aquelas escolhidas pelos CLS ou que compõem os *gobiernos paralelos*. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 2018.



Gobierno de Reconciliacion y Unidad Nacional
El Pueblo, Presidente!

2018
UNID@S EN VICTORIAS! Por Gracia de Dios!

Despacho Secretaria-Registro 2018

CONSTANCIA

El Suscrito Segundo Secretario de la Junta Directiva del Consejo Regional Autónomo de la Costa Caribe Norte, en uso de las Facultades Conferidas en el Estatuto de Autonomía (Ley No.28) y su Reglamento, Ley del Régimen de Propiedad Comunal (Ley No.445) y el Reglamento Interno del Consejo Regional Autónomo de la Costa Caribe Norte, **Extiende la Presente Constancia al Presidente del Gobierno Territorial Mayangna Sauni As del municipio de Bonanza.**

Presidente del Gobierno Territorial

- **GUSTAVO SEBASTIAN LINO, Mayor de edad, Casado, Tecnico Agronomo y portador de la cedula de identidad No. 606-231277-0000Y.**

Dicha representación y cargo está inscrito en el Acta N° 01, Tomo: I del frente del Folio N° 001 al reverso del folio Nº. 002 del Libro de Registro de la Secretaria del Consejo Regional Autónomo de la Costa Caribe Norte durante el año 2018. Por lo tanto el señor **GUSTAVO SEBASTIAN LINO,** es la única persona que tiene la Facultad que la Ley número 445, le Otorga en su Calidad de Representante Legal a Realizar Gestiones y Efectuar Retiros de Fondos del Ministerio de Hacienda y Crédito Público **(MHCP),** así como de realizar otras gestiones ante Instituciones Públicas y Privadas.

Se extiende la Presente Constancia a la parte Interesada para los fines que él estime conveniente y, la cual **tiene valides por el Periodo de Tres Meses, a partir del Nueve de Enero hasta el Nueve de Abril del año 2018.**

Dado en la Ciudad de Bilwi, Puerto Cabezas a los **Nueve** días del mes de **Enero** del año Dos Mil Dieciocho.

Consejo Regional Autónomo Norte Costa Caribe
2da. Secretario
CRACCN

Mario Peralta Bands
Segundo Secretario de la Junta Directiva
Consejo Regional Autónomo Costa Caribe Norte

FE, FAMILIA Y COMUNIDAD!

GOBIERNO REGIONAL AUTONOMO COSTA CARIBE NORTE
Barrio. Peter Ferrera, Complejo de la Autonomia.
CRISTIANA, SOCIALISTA Y SOLIDARIA!

Esta constância acompanha o *nombreamiento*, da autoridade *territorial*, sendo o documento que lhe concede poder oficial, como representante legal para acessar os fundos fomentados pelo *Ministerio de Hacienda de Crédito Público* (MHCP), a fim de administrar o GTI e interesses pertinentes aos membros do território indígena. Quando esse direito é usurpado, a autoridade inautêntica utiliza tal financiamento para interesses privados ou a favor do partido FSLN e representantes estatais, o que significa que os interesses dos *colonos* também são apoiados. Fonte: trabalho de campo, Bilwi-Puerto Cabezas, H. C. Ubinger, 2018.

ANEXO – MAPAS



Mapa da América Central. Disponível em:< https://www.voyagesphotosmanu.com/mapa_da_nicaragua.html>.



Mapa da República da Nicarágua-América Central. Disponível em: <https://iachr.lls.edu/countries/nicaragua?order=field_case_year&sort=desc>.



Mapa de Honduras, incluindo a *Mosquitia* e a parte fronteiriça com Nicarágua. Disponível em: <http://coloris-salvadoriens.org/circuitos-detalle.php?circuito=12&cambiarlang=en#.XztHeZNKiAw>.



Mapa de Honduras, abrangendo a Costa Caribe e a fronteira com Nicarágua. Disponível em: <https://greece-map.net/caribbean-honduras-maps/ >.

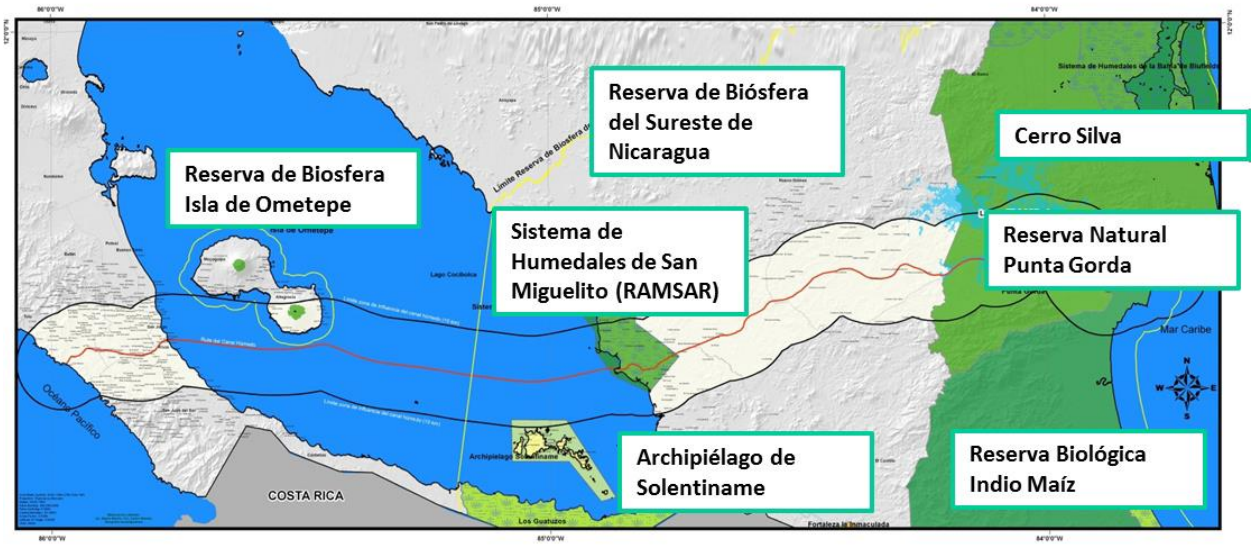
ROTA DO CANAL INTEROCEÂNICO



Mapa da rota do Canal Interoceânico, na Nicarágua, América Central. Disponível em: <https://dgrnewsservice.org/civilization/colonialism/miskitu-people-siege-nicaragua/>.



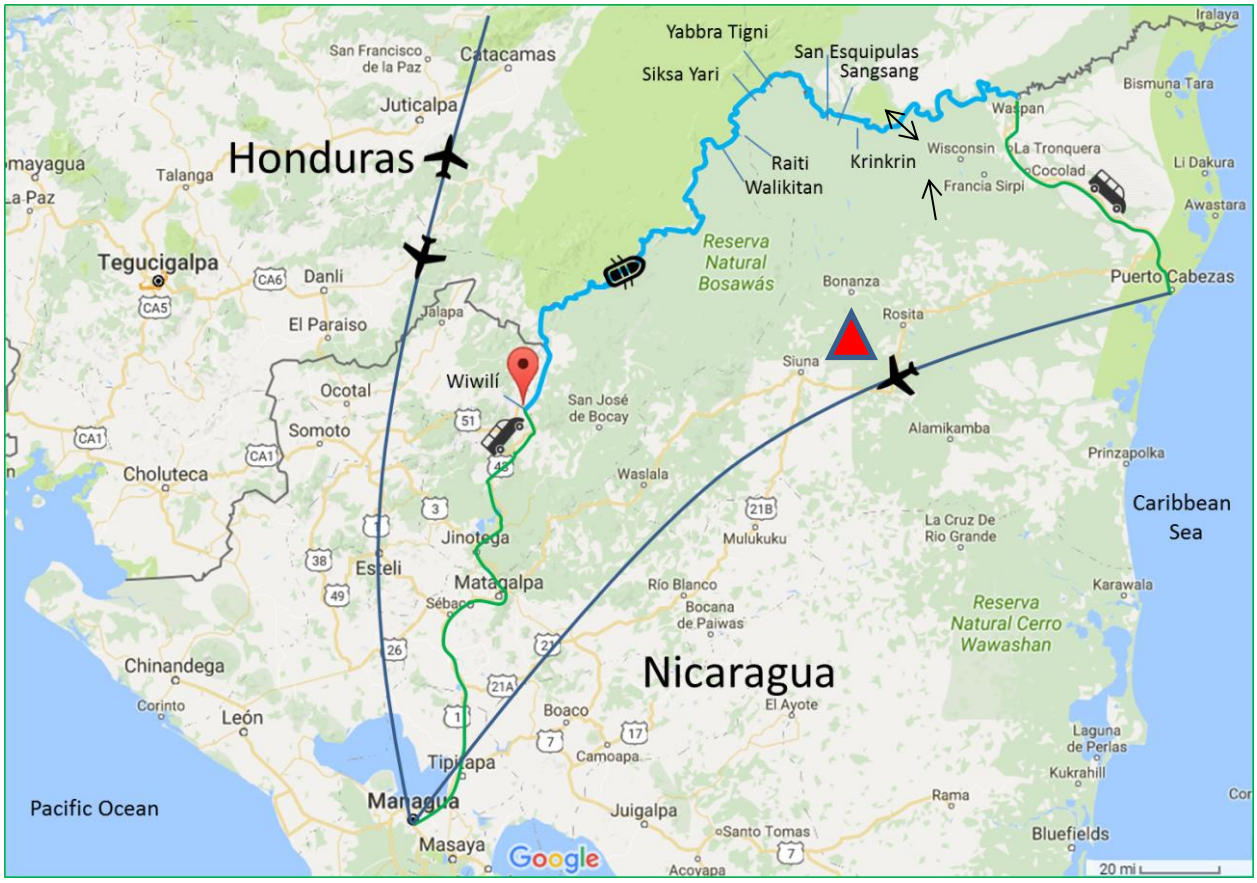
A rota do Canal Interoceânico e as áreas que sofrerão os impactos socioambientais. Fonte: Mapa fornecido pelo *Centro Humboldt*, Managua-Nicarágua, 2015.



Reservas e áreas protegidas que serão afetadas pela construção do Canal Interoceânico e seus subprojetos. A *Reserva Biológica Indio Maiz* destacada, faz parte do Território *Rama* e *Kriol*. Fonte: POPOL NA, 2015.



Rota do Canal Interoceânico. *Punta de Águila* apontada no mapa é outro nome para a comunidade indígena, *Bangkukuk Taik*, no Território *Rama* e *Kriol*, na RACCS, que será diretamente impactada pelo megaprojeto. Fonte: *Grupo Cocibolca*, 2015.



Mapa com destaque para o Rio Coco, fronteira entre Honduras e Nicarágua, Triângulo Mineiro e áreas próximas às comunidades no Território *Wangki Twi-Tasba Raya* – RACCN. Fonte: Rio Coco mapping, 2016 (imagem editada).

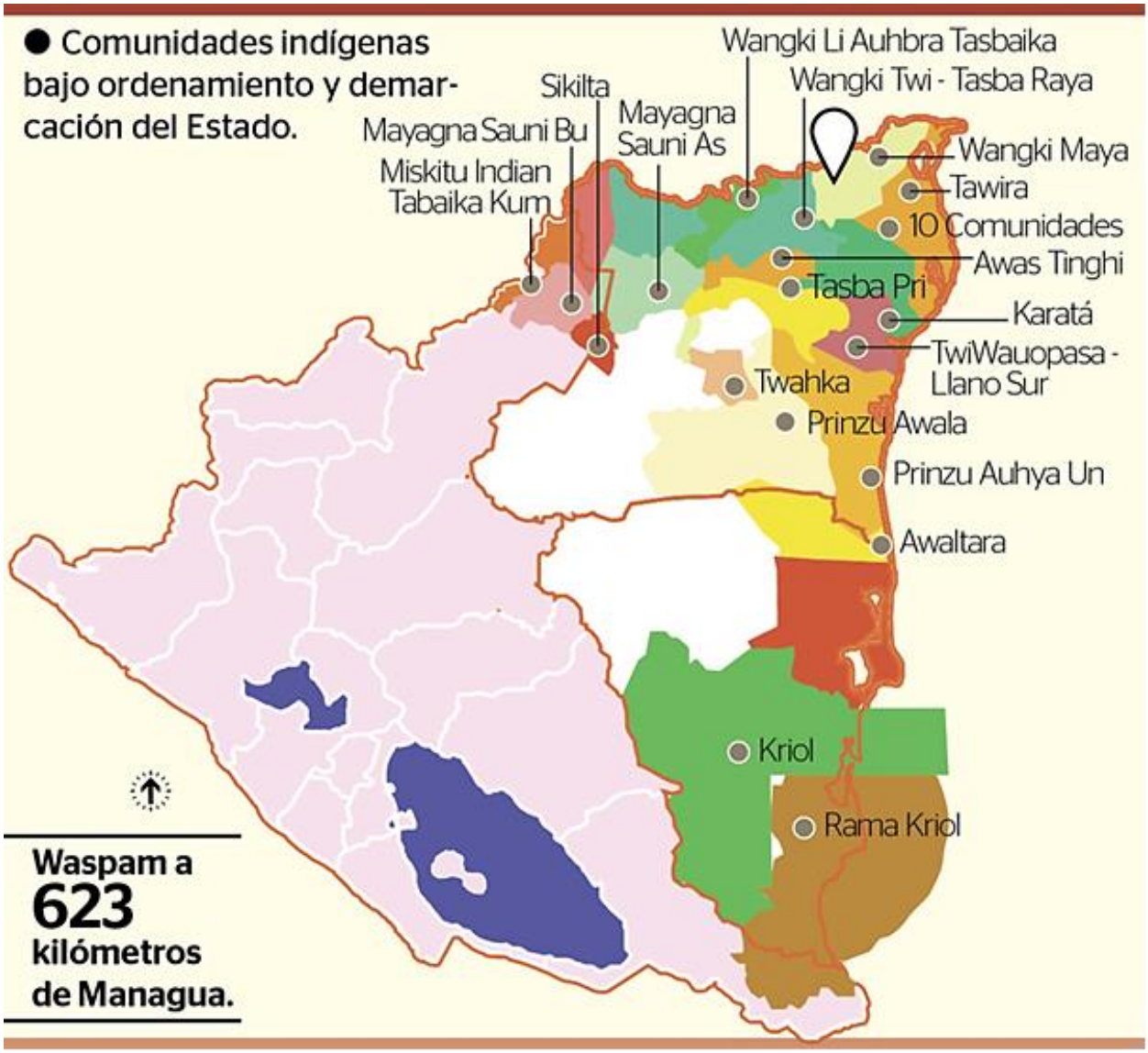


Mapa que mostra a divisão entre a Região Autônoma da Costa Caribe Norte e Sul (antigamente classificada como *Región Autónoma de la Costa Atlántica Norte y Sur*), e os principais departamentos (cidades capitais/estados) nicaraguenses. Disponível em: <https://espanol.mapsofworld.com/continentes/norte-america/nicaragua/departamentos.html>.

DIVISÕES TERRITORIAIS PARA O PROCESSO DEMARCATÓRIO NA RACCN E RACCS

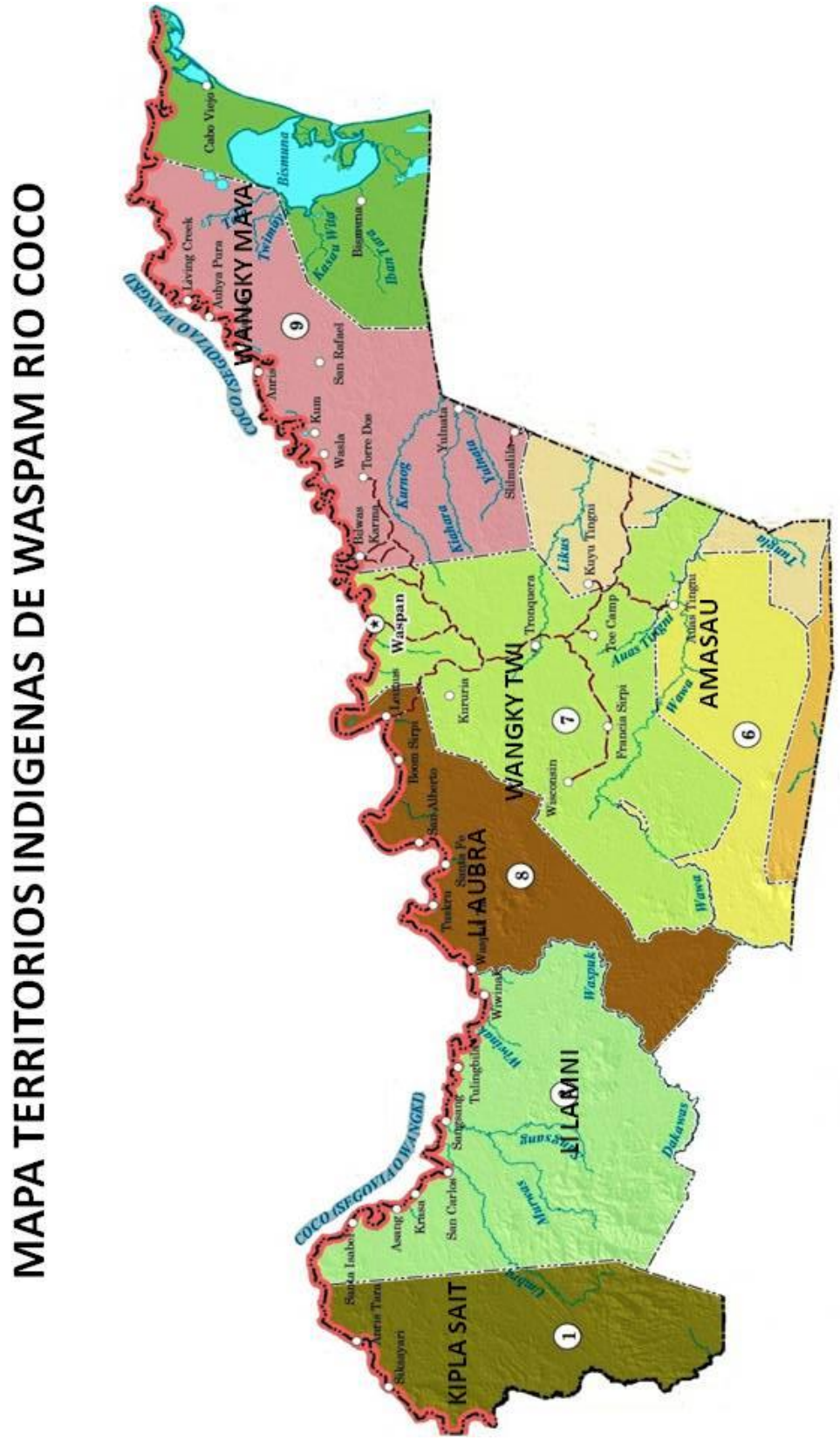


Fonte: fornecido por Silvio Martins, MEFFCA, 2017.



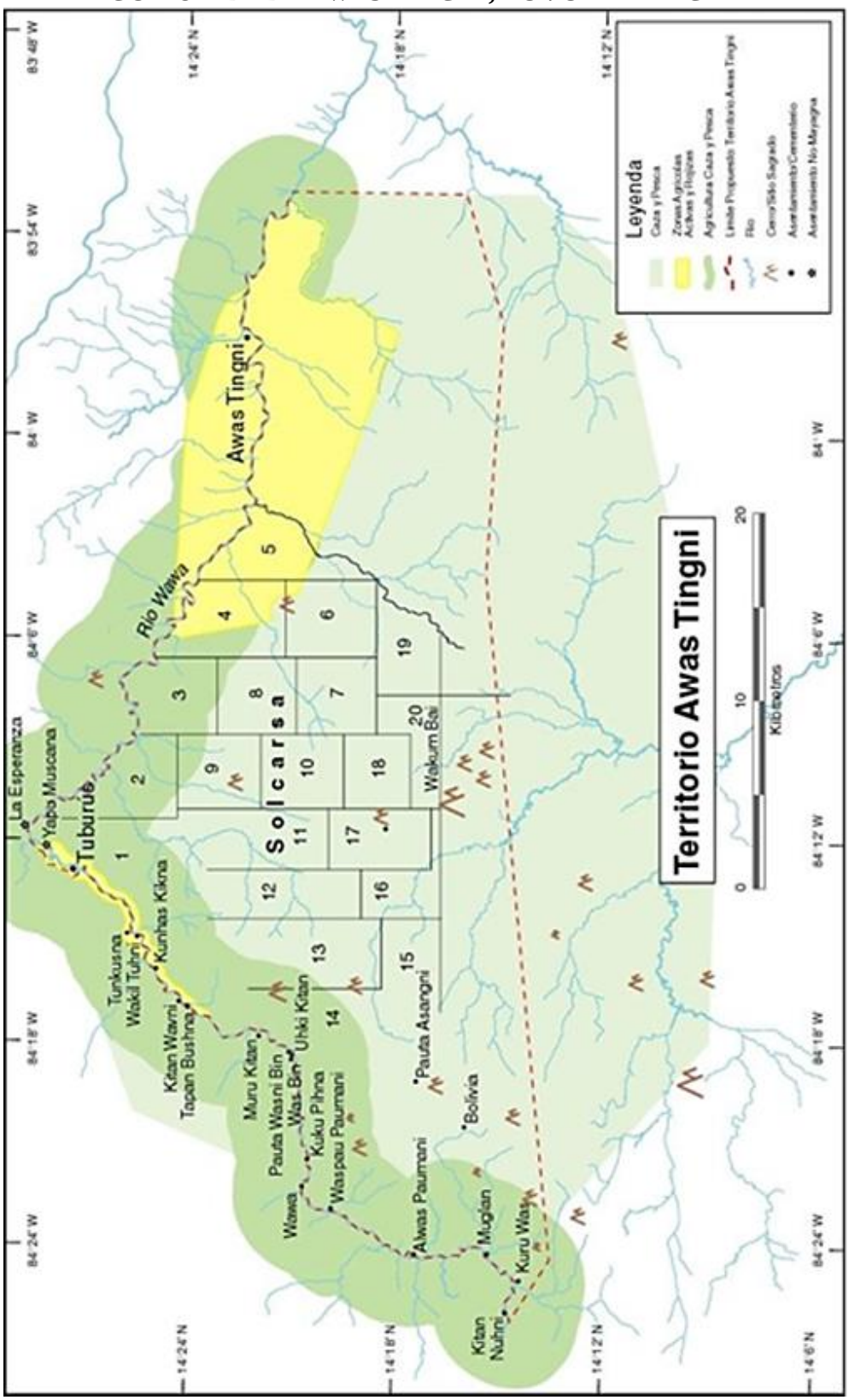
Divisão dos territórios indígenas e afrodescendentes, da Costa Caribe nicaraguense, com concentração na RACCN. Disponível em: <https://www.servindi.org/actualidad-noticias/25/08/2017/nicaragua-territorios-indigenas-en-disputa-y-el-recurso-comunal-de>.

MAPA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO WASPAM-RIO COCO, NA RACCN



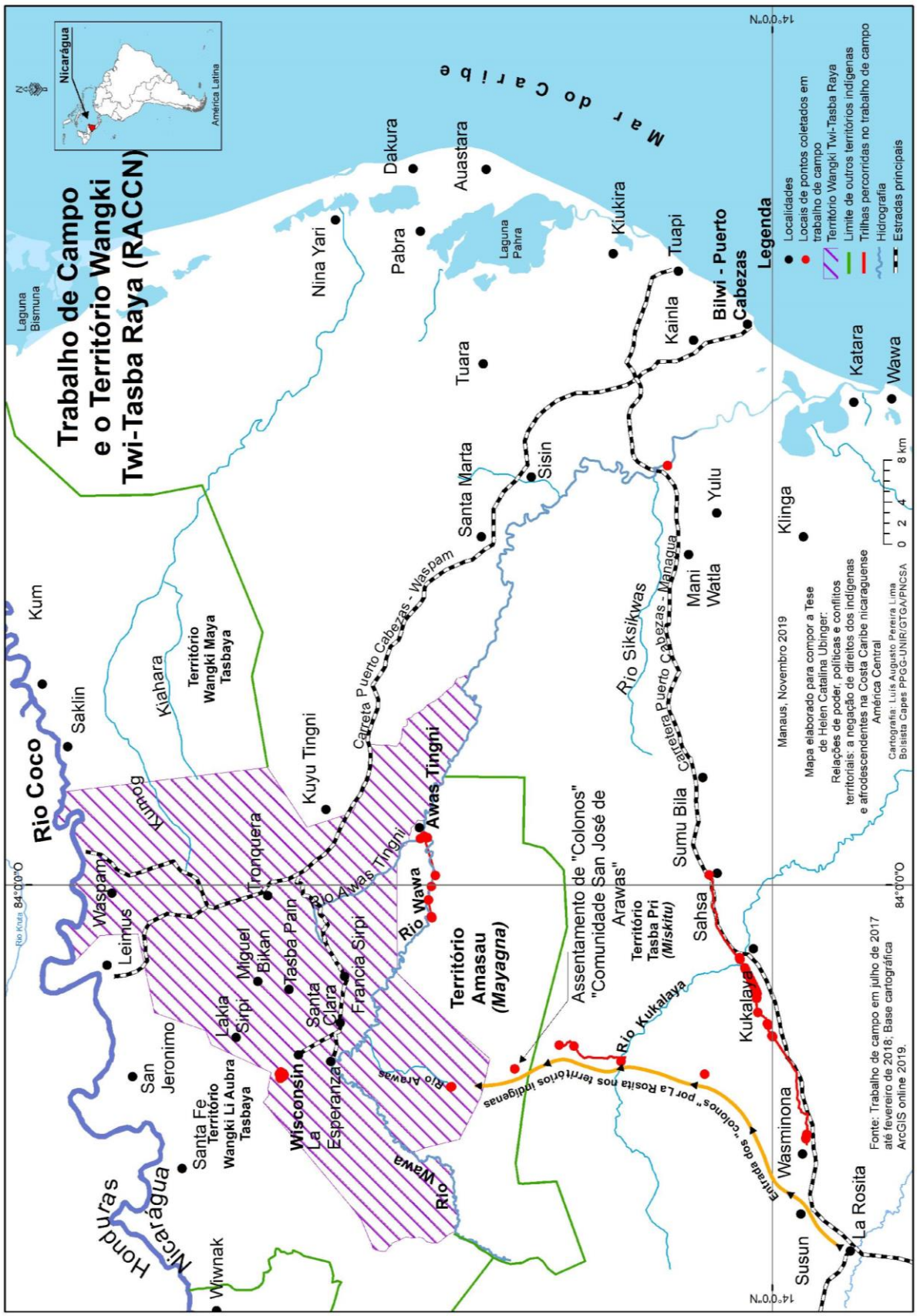
Fonte: BICU-CIDCA, Bluefields-RACCS, 2015.

COMUNIDADE *AWAS TINGNI*, POVO *MAYANGNA*



Comunidade *Awas Tingni*, à margem do *Río Wawa*: destaque para a área sagrada, *Tuburus*, fronteiriça com o Território *Wangki Twi-Tasba Raya*, do povo *Miskitu*, nas proximidades da comunidade *Esperanza*. Disponível em:<https://static.hwpi.harvard.edu/files/styles/os_files_xxlarge/public/revista/files/solcrsa3.jpg?m=1564243638&itok=SIbM1TfB>.

MAPA DA TRAJETÓRIA PERCORRIDA DURANTE O TRABALHO DE CAMPO NA RACCN



MAPA DA TRILHA PERCORRIDA ATÉ A ÁREA DE CONFLITO – *ZONA ROJA* – NOS PERÍMETROS TERRITORIAIS DA COMUNIDADE *WISCONSIN*

